GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE ORLANDO BOMFIM

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE ORLANDO BOMFIM

DEZEMBRO DE 2016

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE ORLANDO BOMFIM

Membros Efetivos

Agesandro da Costa Pereira

Eugênia Célia Raízer

Francisco Aurelio Ribeiro

Jeanne Bilich

João Baptista Herkenhoff

Júlio César Pompeu

Sebastião Pimentel Franco

Membros Colaboradores

Vítor de Angelo Uéber

José de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado do Espírito Santo por meio das Secretarias de Estado de Governo e da Cultura e do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Aos membros da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo.

Aos jornalistas escritores capixabas José Caldas da Costa e Leonencio Nossa, respectivamente, autores dos livros “A Verdadeira História da Guerrilha do Caparaó” e “ Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia”.

Aos depoentes João Baptista Herkenhoff, Roberto Valadão, Dom Aldo Gerna, Perly Cipriano, Milson Henriques, Mirtes Bevilácqua Corradi, Elio Ramires, Elizabeth Santos Madeira, Antônio Caldas de Brito, Oswaldo Oleari, Renato Viana Soares, João Amorim Coutinho, Adriano Sisternas e Jorge Luiz de Souza, sem os quais não seria possível a realização do trabalho desta Comissão.

Aos professores doutores Vítor de Angelo e Uéber José de Oliveira, membros colaboradores da Comissão.

Ao professor Francisco Aurelio Ribeiro, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim, pela revisão ortográfica do relatório.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 5

I. Criação da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim..... 7

II. As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim..... 10

III. O Golpe Civil Militar no Brasil e no Estado do Espírito Santo..... 12

IV. Síntese quantitativa das informações segundo os depoimentos de perseguidos e vigiados pelo aparato repressor..... 42

V. Síntese quantitativa das informações sobre perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, segundo a documentação dos dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES..... 57

VI. Transcrição dos Depoimentos..... 62

VII. Transcrição das Palestras..... 305

VIII. Conclusão e Recomendações..... 353

ANEXOS..... 356

Anexo 1 - Lei de criação da Comissão..... 357

Anexo 2 - Regimento Interno..... 359

Anexo 3 - Decreto composição da Comissão..... 361

Anexo 4 - Decreto de prorrogação da Comissão e recondução dos membros 362

Anexo 5 - Seminário “O Golpe de 64: 50 Anos Depois” 363

APRESENTAÇÃO

Instalada em 25 de março de 2013, criada por meio da Lei Nº 9.911/2012, de 21 de setembro de 2012, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim procurou cumprir a tarefa que lhe foi instituída, ao longo de três anos e nove meses.

Para tanto, contou com a colaboração dos depoentes, dos professores voluntários, além dos membros desta Comissão por designação governamental, os quais envidaram esforços em pesquisar, catalogar e analisar os diversos documentos disponibilizados e tomar depoimentos de pessoas que foram atingidas pela repressão do regime militar. Os jornalistas José Caldas da Costa, autor do livro sobre a Guerrilha do Caparaó e Leonencio Nossa, autor do livro que narra a Guerrilha do Araguaia, proferiram palestras abertas ao público a respeito de fatos ocorridos com os capixabas no período da Ditadura. Ainda como parte das atividades dessa Comissão realizou-se o Seminário intitulado: "O Golpe de 64: 50 Anos Depois", em 20 e 21 de novembro de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo.

Foram 09 (nove) depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim em sua Secretaria Executiva e 5 (cinco) realizados em parceria com a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, no Estúdio do Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo, no período de 2013 a 2015.

Os depoentes, à época dos acontecimentos, eram jovens estudantes secundaristas e universitários, religiosos, políticos, professores, profissionais liberais, artistas, jornalistas.

Os estudantes secundaristas e universitários estabeleceram forte resistência ao golpe instituído em 1964 e se organizaram realizando protestos denunciando as arbitrariedades cometidas pelo novo regime político que cerceava a liberdade e os direitos constitucionais. Estudantes como Perly Cipriano, Elio Ramires, Elizabeth Santos Madeira, Antônio Caldas de Brito, Renato Viana Soares, João Amorim Coutinho, Adriano Sisternas e Jorge Luiz de Souza, são alguns nomes que se destacam no Estado do Espírito Santo, como promotores da contestação à ditadura em vigor e, por isso mesmo, foram perseguidos politicamente pelo Estado Brasileiro à época em que os militares se encontravam no poder.

Participaram na condução de alguns destes depoimentos, dentre outros convidados, os professores Vítor de Ângelo e Ueber José de Oliveira, membros colaboradores da Comissão.

A dinâmica dos depoimentos transcorreu em forma de perguntas e respostas, transcritas na integra, todos devidamente autorizados para publicação. A transcrição de cada depoimento e palestra vem precedida de biografia dos depoentes e dos palestrantes.

Este relatório está organizado da seguinte forma: nas duas seções iniciais descreve a criação e as atividades desenvolvidas pela Comissão; em seguida, apresenta um panorama histórico do Golpe Civil Militar no Brasil e no Estado do Espírito Santo, no período de 1964-1985, onde estão inseridos fragmentos dos depoimentos prestados à Comissão; síntese quantitativa das informações sobre perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, segundo a documentação dos dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES; transcrição na íntegra dos depoimentos e palestras gravados em vídeo; conclusão e recomendações da Comissão.

I. CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE ORLANDO BOMFIM

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim-Cemvob foi instituída pela Lei Nº 9.911/2012, de 21 de setembro de 2012 e instalada no dia 25 de março de 2013, em cerimônia realizada no Palácio Anchieta, que contou com a presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Maria do Rosário Nunes e secretários de Estado, dentre outros.

A Cemvob, conforme o Decreto Nº 551-S, de 25 de março de 2013, esteve integrada por sete membros, designados pelo Governador do Estado do Espírito Santo, cidadãos de notório saber, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e respeito aos direitos humanos: Agesandro da Costa Pereira, Eugênia Célia Raizer, Francisco Aurélio Ribeiro, Jeanne Bilich, João Baptista Herkenhoff, Júlio César Pompeu e Sebastião Pimentel Franco.

Em 19 de março de 2015, por meio do Decreto Nº 518-S, o prazo de vigência da Comissão Estadual da Memória e Verdade foi renovado com a recondução de seus membros designados pelo Decreto Nº 551-S, de 25 de março de 2013.

Além da função de resgatar a memória política do Espírito Santo, a Cemvob foi instituída para subsidiar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional da Verdade, criada no final de 2011.

A Cemvob foi criada com a competência de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no artigo 1º da Lei Nº 9.911/2012; promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado, ou contra capixabas, ainda que ocorridos fora do Estado; identificar e tornar públicas as estruturas, os locaís, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no artigo 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estataís e na sociedade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 04.12.1995; colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violação de direitos humanos, especialmente, com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18.11.2011; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares de tais violações.

A Cemvob também foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no Estado, ou contra capixabas ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Ao ser aprovado o Regimento Interno, em 29 de maio de 2013, como forma de homenagear um dos expoentes capixabas na defesa dos direitos humanos e da luta contra a ditadura, decidiu-se acrescentar seu nome à Comissão, que passou a denominar-se: "Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim" - Cemvob.

Orlando Rosa Bomfim Júnior nasceu em Santa Teresa, Espírito Santo, em 14 de janeiro de 1915, filho de Maria Gasparini Bomfim e Orlando Rosa Bomfim, primeiro prefeito eleito da cidade. Recebeu educação elementar e básica em sua cidade natal e na capital (Vitória), transferindo-se mais tarde para Belo Horizonte, onde realizou seus estudos superiores na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Exerceu a advocacia na capital mineira, defendendo, muitas vezes gratuitamente, os trabalhadores e seus sindicatos nas disputas trabalhistas. Ao defender os operários da Mina do Morro, em Conselheiro Lafaiete (MG), durante uma greve que se estendeu por quarenta e três dias, foi alvo de arremetidas arbitrárias da polícia, abrigando-se nas residências dos grevistas e compartilhando de suas experiências cotidianas.

Era membro do Comitê Central do PCB, começou seus estudos em Vitória e se mudou para Belo Horizonte, onde cursou Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Também exerceu a profissão de jornalista, tornando-se, ainda jovem, secretário de redação no Estado de Minas.

Em 1946, foi eleito vereador em Belo Horizonte, tendo sido líder da bancada comunista na Câmara de Vereadores.

Orlando era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e paí de seis filhos. No dia 08/10/1975, dezessete dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bomfim recebeu telefonema anônimo, em que algum amigo de seu paí comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à Associação Brasileira de Imprensa-ABI. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo. Orlando tinha sido preso na tarde daquele dia, no Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Isabel.

Figura 1 - Foto de Orlando da Silva Rosa Bomfim Junior

O nome de Orlando Bomfim consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade entre os mortos e desaparecidos políticos. Orlando Bonfim desapareceu no dia 08 de outubro de 1975, aos 59 anos, em uma operação conjunta das forças de repressão denominada Operação Radar, cujo objetivo era aniquilar a militância do PCB. Desde essa data, apesar dos inúmeros esforços envidados por familiares e amigos, não foi possível elucidar a trama que envolve o desaparecimento desse militante histórico do PCB.

II. As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim

O início dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob, ocorreu em abril de 2013, tendo como primeira ação a elaboração do Regimento Interno, em 29 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial do Espírito Santo por meio do Decreto Nº 3677-R, de 21 de outubro de 2014, em 22 de outubro de 2014.

Ao longo das atividades da Comissão foram realizadas 27 (vinte sete) reuniões ordinárias, 14 (quatorze) depoimentos, 02(duas) entrevistas com os jornalistas capixabas José Caldas da Costa e Leonencio Nossa, respectivamente autores dos livros "A Verdadeira História da Guerrilha do Caparaó" e "Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia".

Algumas atividades foram realizadas em parceria com a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, com destaque para a realização do Seminário de 50 Anos do Golpe Militar e a condução de cinco depoimentos.

A Comissão realizou as seguintes atividades:

- Transcrição de todos os depoimentos e das 02 (duas) palestras com os jornalistas José Caldas da Costa e Leonencio Nossa.
- Participou de reuniões: com as demais Comissões da Verdade existentes no Estado; com a Comissão Nacional da Verdade, no dia 19 de maio de 2014, em São Paulo; de planejamento e organização de atividades relacionadas aos 50 (cinquenta) anos de Golpe Militar.
- Promoveu a seleção de imagens dos Arquivos Públicos do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para realização de exposição.
- Organizou e realizou o Seminário "O Golpe de 64: 50 Anos Depois", nos dias 20 a 21 de novembro de 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de Estado do Governo, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e a Universidade Federal do Espírito Santo.
- Concretizou consulta, catalogação, análise e digitalização de documentos do Arquivo Público Estadual referente ao período de 1964-1985, por meio de 02(dois) estagiários do curso de história, sob a supervisão do professor Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão.

A Secretaria Executiva da Comissão foi instalada em maio de 2013, na Sala 102, 1º andar, do Palácio da Fonte Grande, Centro, Vitória e contou com a colaboração das servidoras Neucilene dos Santos Ferreira, Sandra Maria de Freitas Serafim, Eliane da Cunha Lima Acosta e Marcia dos Santos Neves e os estagiários Ully Rodrigues Dias, Inácio Kruger Filho, Jonathan Neves Amaro e Julianna Teles Buzim.

A Comissão contou ainda com a colaboração na assessoria dos trabalhos de 02 (dois) professores doutores voluntários: Uéber José de Oliveira, professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo e Vítor de Angelo, professor da Universidade de Vila Velha.

Vale ressaltar que tanto o trabalho desenvolvido por esta Comissão quanto dos professores colaboradores ocorreu de forma voluntária.

III. O Golpe Civil Militar no Brasil e no Estado do Espírito Santo

Em 1964, um golpe de Estado iniciado em 31 de março derrubou o governo do presidente João Goulart e levou os militares ao poder no Brasil. Esse processo foi concluído na madrugada do dia 01 de abril, com a declaração de vacância do cargo de presidente da República, feita pelo Congresso Nacional, e a posse do sucessor de Jango. Por isso, o golpe de 1964, muitas vezes, é qualificado como tendo sido uma ação civil-militar: Militar porque foi pela força das armas que um governo constitucionalmente eleito foi deposto; e civil porque lideranças políticas e amplos setores da sociedade brasileira participaram tanto da ditadura como da consumação do golpe em si.

Naquele momento, o Brasil vivia um período muito particular de sua história, com grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Mas também vivia um contexto de acentuada radicalização política em decorrência justamente das disputas pelo sentido e pelos limites das próprias mudanças em curso. No embate entre os diferentes projetos para o futuro do país, o resultado foi a interrupção da ordem legal-democrática e o início de uma longa ditadura que implementaria um projeto de modernização conservador nas décadas seguintes.

Quando Jango foi deposto, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar. Diferentemente de vários outros governadores, que se posicionaram publicamente a favor ou contra o golpe, Chiquinho, como era conhecido, adotou uma posição ambivalente até o último momento, evitando, dessa forma, assumir a defesa de um governo que poderia derrotar ou não os conspiradores civis-militares. Nesse sentido, o estado não viveu situações como a de Pernambuco, por exemplo, onde o governador Miguel Arraes foi preso e afastado do cargo aínda no dia 31 de março, como consequência da regionalização de pautas nacionaís, como a reforma agrária.

Por outro lado, isso não significa que, no Espírito Santo, não houvesse um quadro de radicalização política, a exemplo do que ocorria em outros estados brasileiros. O ex-preso político Renato Viana Soares, por exemplo, ao relatar sua militância política no município de Muniz Freire, no interior capixaba, recorda que “o acirramento da disputa ideológica aqui no Estado era grande também”[1]. O ex-preso político reconhece, por exemplo, ter tido “total” participação no chamado Grupo dos 11 – agrupamentos de inspiração brizolista, organizados em células, visando a conscientização e mobilização política da sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva nacionalista.

Renato Viana Soares relembra a participação de membros de sua família numa célula do Grupo dos 11 existentes no interior do Espírito Santo, bem como as consequências dessa militância para ele e seus parentes.

[1]Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Jair Ribeiro Soares [era o nome de meu pai]. Ele era motorista do caminhão do lixo da prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim. Ele foi demitido e nunca recebeu nenhum tipo de indenização nem retornou ao seu cargo depois de cumprir a pena. Foi o líder do grupo que se apresentava como líder do grupo que era o presidente formalmente, era um tio, chama Jonas Ribeiro Soares, é vivo ainda. E nós fomos condenados como formação de um grupo para militar pra derrubada do governo, aí que nós fomos enquadrados [...] nós atuávamos como o Grupo dos 11, distribuindo materiais à população, o semanário que era feito pelo Leonel Brizola etc. E daí nós assumimos esse, mas, o outro a gente manteve. Nós fomos condenados, o Jonatas que é cego, ele passou um ano preso, os outros passaram presos 06 (seis) meses no Fórum lá em Muniz Freire e eu, tava aqui em Vitória, eles me colocaram aqui nas piores condições, que fiquei preso no quartel[2].

A imprensa capixaba, por sua vez, não conferiu tanta atenção aos rumos da política nacional à época, concentrando-se, sobretudo, em questões regionais. Mas assim como a imprensa brasileira atuou politicamente de forma a desestabilizar o governo Jango, no Espírito Santo, o governo Chiquinho também foi alvo constante de críticas e denúncias, especialmente da imprensa vinculada a seus adversários políticos. Tudo isso ajudou a fomentar e a repercutir a oposição que o governador sofria dentro da Assembleia Legislativa desde o início de seu mandato, em 1962, por parte daqueles que defendiam o novo regime - a despeito de Chiquinho ter aderido aos golpistas, mesmo que tardiamente. Esse contexto é lembrado por Renato Viana Soares, quando afirma que:

> Aqui com o Cristiano eu acho que foi o governador que tinha uma posição mais declaradamente dura, anticomunista, antiprogressista e ele expressava isso na oposição, ele era o líder da oposição ao Chiquinho e ele fazia uma política pelo interior do Estado criando o legis da antiga Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Essa campanha usava os prédios públicos, grupos escolares etc, implantavam os ginásios, que eram pagos, eles não eram gratuitos e depois durante a ditadura eles mudaram o nome pra Escola de Comunidade, porque o gratuito significava uma oposição à política do governo federal, da ditadura, eles defendiam a privatização do ensino[3].

Com a implementação de uma ditadura, esse quadro sofreu uma mudança importante,visto que, no novo contexto político-institucional, marcado pela repressão e pela perseguição política, seus adversários, alinhados com o novo regime, passaram a usar os instrumentos de repressão para persegui-lo politicamente. No caso do governador, este instrumento foi o Inquérito Policial Militar (IPM), aberto para investigar supostas denúncias de corrupção, e em meio ao qual ele se afastaria definitivamente do cargo e da política capixaba. Cedo, porém, a repressão passou a atingir não apenas políticos, mas todos aqueles que, de alguma forma, opunham-se ao que era defendido pelos militares e por seus apoiadores civis.

[2]Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[3]Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

Assim, a partir do primeiro momento após o golpe civil-militar de 1964, passou a ocorrer uma verdadeira enxurrada de prisões e perseguições. Nesse contexto, sete a cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com maís de cinco mil associados tiveram suas diretorias depostas; nas semanas seguintes à deposição de Goulart, prenderam-se maís de cinco mil pessoas; e um número significativo de pessoas deixaram o país na condição de exilados políticos.

Ademais, visando estabelecer maior controle sobre a população, foi forjada ampla estrutura informativo-repressiva durante a ditadura, dividindo-se em dois sistemas: o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna do Pais (SISSEGIN). O primeiro visava reunir informações a serem colocadas à disposição do presidente da República, buscando dados importantes para neutralizar os inimigos internos, fosse diretamente, pelo combate; fosse indiretamente, pela desmoralização. O segundo completava as atribuições do anterior, atuando no campo repressivo propriamente dito, com execuções de prisões e interrogatórios.

A plena consolidação desses sistemas só ocorreu no final dos anos 1960. Todavia, já no primeiro ano da ditadura, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) e foram tomadas medidas de caráter autoritário-repressivo. Visando autolegitimar-se, especialmente no que diz respeito aos atos de exceção, o regime instaurado criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais (AIs). Ao todo foram dezessete, com destaque para os cinco primeiros, sendo o primeiro o início do regime e o AI-5 a sua coroação. O Ato Institucional nº 1, que tornava indireta a eleição do novo presidente da República e suspendia algumas garantias constitucionais; a decretação de atos revolucionários, que suspendiam direitos políticos de adversários do novo regime e transferiam militares compulsoriamente para a reserva; a criação da Comissão Geral de Investigações, responsável por investigar e propor punições com base no AI-1; e a promulgação da Lei Suplicy, que proibia as atividades políticas estudantis.

Assim, valendo-se dessa prerrogativa “legal”, o regime cassou mandatos eletivos, suspendeu direitos políticos dos cidadãos, e anulou o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Entre 1964 e 1966, para exemplificar, cerca de dois mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 indivíduos tiveram seus mandatos eletivos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.

Nas Forças Armadas ocorreram igualmente muitas perseguições: cerca de 421 oficiais considerados suspeitos ou simpáticos ao Governo deposto foram punidos com a passagem compulsória para a reserva. Dessa forma, em poucos anos, a ditadura erigiu uma ampla e complexa estrutura de informação e repressão. Além do SNI, os militares contavam com as Divisões de Segurança e Informação (DSI), presentes nos ministérios civis, em autarquias, nas fundações e nas empresas.

As Forças Armadas, por sua vez, tinham uma estrutura própria, que incluía um centro de informação da Marinha (CENIMAR), outro do Exército (CIE) e um terceiro da Aeronáutica (CISA), além do Subsistema de Informações Estratégicas Militares, responsável, especificamente, por tratar das informações relacionadas às operações militares. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) completavam esse organograma.

Deste modo, a partir de edificação de toda a estrutura institucional-repressiva descrita acima, a repressão, a tortura, as perseguições e as mortes por razões políticas passaram a ser a tônica de um regime que duraria 21 anos. Consolidado o golpe que destituiu o presidente constitucionalmente eleito, os militares trataram de erigir um aparato de informação e repressão para vigiar e perseguir todos aqueles que consideravam perigosos para a manutenção do novo regime político. A busca pela consolidação do novo governo se fundamentou em medidas arbitrárias, como prisões, torturas, desaparecimentos, mortes, cassação de direitos políticos e constitucionais. Assim, estudantes, políticos, religiosos, professores, profissionais liberais, dentre outros, que se posicionassem frente ao estado de exceção tornaram-se as vítimas prediletas.

Tais atos arbitrários ocorreram em todas as unidades federativas do país. No Espírito Santo, segundo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, um dos principais centros de tortura foi o 38º Batalhão de Infantaria (BI), à época denominado 3º Batalhão de Caçadores (BC). Relatos de ex-presos políticos, como Jorge Luiz de Souza, revelam os detalhes de práticas de violação dos direitos humanos nas dependências de órgãos estatais.

> Pra você ver que aqui não tamo pra brincadeira" [disse o torturador, após desferir uma "porrada" em Jorge Luiz Soares]. Então a tortura começou assim, primeira, primeiro eu amarrado, caminhando entrando na, naquele pavilhão do 3º BC, já foi uma porrada, e aí começaram a sessão, começaram primeiro com porrada, ficavam os caras em volta, eu amarrado e eles me dando porrada, e eles eram que tavam enganados, que eles tavam pegando o cara errado, eu insistindo nisso, a minha mulher eu não sabia onde tava, chegando lá me separaram dela [4].

> Vocês conhecem o BI? O BI tem uns prédios históricos antigos, tem um forte que é antiquíssimo, e tem perto do forte, perto da enfermaria tem um quadrado assim bem moderno, na época tinha meses que estava pronto, é, tem um anfiteatro, assim um anfiteatro retangular com o piso de escada e algumas salas, todo o cenário foi naquilo ali, todas as torturas foram ali. E o anfiteatro tava vazio, era grande, com as paredes todas cobertas, muitas né, aquelas, aqueles cobertores de soldado, toda coberta e sem nada assim, tiraram todas as cadeiras, tava vazio, e me levaram lá pro meio, tiraram a minha roupa, começaram primeiro amarrando, amarrava um fio nesse dedo e outro nesse, e o cara girava a manivela da [Maricota].

> Eu confesso pra você, que naquele dia, aliás, eu, eu soube que era Maricota dias depois, aquele dia eu não sabia o nome, mas eu percebia que, já tinha visto em cinema aqueles telefones de campanha, era um telefone aquilo né, aquele telefone de campanha. [...] Durou aquele dia, não sei até que horas foi, se foi, se foi até a manhã seguinte, talvez não durou 24 horas, foi menos de 24 horas, certamente, porque aí, eu apaguei 2 (duas) vezes, né, primeiro com os choques aqui, passava uma corrente aqui, aí o peito da gente fica, aí eu tenho impressão que aí que o coração para, realmente aqui queima, parece que vai explodir [5].

A documentação coligida pertencente ao Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social, depositada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, e os depoimentos de perseguidos pela ditadura prestados a esta Comissão apontam inúmeros cidadãos que foram alvos do aparato informativo-repressor. Muitos destes foram brutalmente torturados e espancados. Antônio Caldas Brito descreve como foi preso, e depois enviado para o Estado de São Paulo, onde foi torturado por vários dias. O fragmento demonstra o modo como a repressão era feita de modo integrado em vários estados:

> A terceira fui preso, tenho documentos interessantes para deixar com vocês. Eu fui preso no meu escritório por agentes do exército com acusação que eu pertencia à Ala Vermelha. Não só eu, mas vários companheiros foram presos, quer dizer, pela mesma acusação, entre eles Fernando Stefano, que é engenheiro hoje da Secretaria de Transportes, João Amorim Coutinho, a mulher dele, a Laurinha, Jair Storck. O Jair por causa dessa prisão teve uma sequela que nunca mais voltou ao normal e faleceu coitado! Aristides da Silva era um operário, entre outros. Essa prisão foi muito maís séria. Nessa prisão nós fomos torturados durante mais ou menos uma semana com choques elétricos nos pés, nas mãos, nas orelhas, agressões físicas, ameaças de morte que iria inclusive nos jogar do avião. Ficamos ali uma semana ou mais de uma semana, dali fomos levados direto para a OBAN - Operação Bandeirante, em São Paulo. A Operação Bandeirante era uma organização clandestina só de tortura não é, e morte. Ali que houve a morte do Wladimir Herzog na OBAN. Da OBAN nós fomos transferidos para o DOI-CODI quando foi iniciado o processo. Na Operação Bandeirante você não tinha registro nenhum de prisão. O período que fiquei na Operação Bandeirante não existe nenhum registro, o pessoal que procurava por eu, o Amorim, todos que estavam lá, ninguém sabia onde nós estávamos. A partir daí eu respondi a processos, esse aqui eu fui preso aqui em abril de 71 e ficamos até junho entre a OBAN e DOI-CODI, e aí fiquei respondendo processo durante esse período [...][6].

[4] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[5] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

No depoimento de Jorge Luiz de Souza, também fica clara a participação de agentes da repressão de outros estados em interrogatórios ocorridos no Espírito Santo, inclusive com a prática de tortura.

> Quando cheguei lá [no 38º BI], aí o cara que nos recebeu era o.., muito tempo depois eu vim saber que era o [Paulo] Malhães [7]. Esse Malhães foi lá nesse pavilhão, eu tava lá ainda, não comia, não fazia nada, ficava lá, ele chegou e disse: tô indo pro Rio, foi aí que eu soube que ele era do Rio, tô indo pro Rio, você não vai me ver maís, falou assim, e saiu e foi embora [8].

No entanto, nem todos os presos por razões políticas foram vítimas de torturas físicas, como atesta o ex-militante Renato Viana Soares, preso nos primeiros anos da ditadura nas dependências do Corpo de Bombeiros, em Vitória. De todo modo, a arbitrariedade das prisões e desprezo pela vida humana foram características marcantes daquele período, inclusive no Espírito Santo. Ao relembrar como ocorreu sua detenção, Jorge Luiz Soares narra a seguinte cena:

> Entraram na minha casa com metralhadora, várias pessoas, e eu tava, eu tinha acabado de acordar, tava com uma, tipo uma bermudinha que eu usava pra dormir. Eles não queriam deixar eu vestir uma roupa, me amarraram, foi a primeira vez que eu vi, sabe essa cordinha que você amarra fio? Aquela que você passa assim, passa e ela não volta, nunca tinha visto isso na vida, isso era 72, foi com isso que eles me prenderam as mãos. Mas depois até cortaram com a tesoura, daí eu vi que aquilo se cortava com uma tesoura, pra eu botar uma roupa. Deixaram eu colocar uma roupa, eu tava com uma camiseta sem manga e uma bermuda sem cueca por baixo, uma roupa de dormir, e, mas muito armados, muito armados, fortemente armados [9].

O capixaba Renato Viana Soares, por sua vez, o longo período em que, detido por engano nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS de São Paulo, permaneceu "esquecido" por maís de uma semana na chamada solitária – "um cubiculozinho que não é de 1,5m por 1m, uma porta compacta na frente, uma luz no teto de piso lá com um pé direito bem alto [...], e nada mais, e chão de cimento. E aí você entra ali e depois de um tempo você não sabe se é dia se é noite, aquela luz fica acesa o tempo todo".[10]

[6] Depoimento prestado por Antônio Caldas Brito à comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim.
[7] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim". Paulo Malhães confessou à Comissão Nacional da Verdade ter sido torturador durante o período da ditadura.
[8] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

> Um dia um cara chegou dizendo: “Renato muda a roupa, você vai subir”. E eu já tinha passado ali uns dez dias. E eu subi, aí antes de entrar na sala do chefe ele disse: passa lá pela salinha da confissão. Aí cheguei lá, que era o local de tortura deles, eles mandaram tirar a roupa, tirei a roupa e eles pegaram e rasgaram as bainhas da calça pra ver se eu tava levando alguma informação pra fora. Aí me deram a roupa novamente e me levaram à sala do delegado. Quando cheguei à sala do delegado tava a minha companheira, minha esposa na sala, ele olhou e falou assim: é esse aí? Ela falou: é sim senhor, é esse aí! Então pode levar, porque eu botei ele lá e eu nem sei por que, eu já tinha esquecido dele e se você não viesse ele ia ficar mais tempo. Era isso que a vida da gente valia [11].

Mesmo as prisões mais curtas, para simples averiguação, também ocorriam de maneira arbitrária, com pessoas acusadas de praticar alguma atividade ilegal sendo conduzidas, muitas vezes à força, para delegacias, quartéis e outras dependências militares sem qualquer instrumento legal que fundamentasse tal movimentação. Não raramente, isso ocorria em veículos comuns e envolvia agentes do aparelho informativo-repressivo trabalhando descaracterizados, como relata o ex-militante Adriano Sisternas:

> Eu fui detido quando estava na Escola de Engenharia, ele era Centro Tecnológico da UFES, era o Centro Tecnológico da UFES, e ali mesmo, ali dentro era o, na sala do diretório, então nessa hora, nessa hora que ele chegou, chegaram duas pessoas perguntaram quem era Adriano, aí pessoal falou Adriano e tal, ah, quero fazer umas perguntas, aí me levaram para o quartel da polícia militar em Maruípe, aí chegando lá me deixaram numa sala lá com oficial [...] estavam descaracterizados, eu acredito que num tavam com uniforme não. É, quando eu cheguei lá, é, logicamente a gente já desconfiava já sabia que a qualquer hora, eu não tinha tido informação ainda que os outros tinham sido presos, eu não tinha tido essa informação, então é, é, mas a gente sabia que a qualquer hora podia acontecer né, a gente tava sempre precavido quanto a isso, então quando chegou ali, aí eles foram pegaram meu endereço, foram, foram em casa pra ver o que é que tinha né [12].

Tão grave como a tortura física foram os casos de violência psicológica relatados por vários depoentes à Comissão. Mirtes Bevilacqua Corradi, por exemplo, indica as consequências trazidas, inclusive para a sua vida familiar, pela tortura psicológica sofrida durante sua detenção:

[9] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[10] Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[11] Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Eu tive essa pressão psicológica, e sofro até hoje porque minha filhinha pequena na época tinha três anos, quatro, cinco, seis anos, eu a levava comigo nas assembleias, às vezes, mas ela, eu não tinha tempo de dar aquele carinho que eu tinha que dar, porque de repente quando a coisa apertava vinha um sindicato internacional e me levava, eu saía do Brasil, depois fui parar na Argentina, fui chamada pra ir pra Argentina [...][13].

No 38º BI, onde ficou preso por alguns meses, Jorge Luiz Soares relata ter vivido diferentes momentos de tortura psicológica, incluindo o envolvimento de sua filha, de um ano de idade à época:

> Diziam que a minha filha estava presa numa sala escura com uma cobra, queriam que eu assinasse lá o, a essa altura já era pra assinar um depoimento, e não me perguntaram mais nada, queriam que eu assinasse o depoimento só, porque eles queriam regularizar a nossa situação né, faziam a gente virar preso e etc, abrir IPM, aquelas coisas, deixar de ser um sequestrado, e aí o, eles levaram a minha filha lá no quartel, nesse período que eu tava ainda nessa sala que eu falei que tinha um quadro lá com as coisas, aí eles abriram a porta, e a porta dá pro pátio, assim, falou: Jorge vem cá, aí eu já tava sem algema, sem nada, levantei e fui, quando eu vi, era minha filha lá, aí ela veio correndo, foi aí que eu percebi que eu tava com o peito quebrado, porque ela veio correndo, ela já andava tinha um ano e meio, veio correndo e pulou no meu colo, na hora que eu peguei ela no colo, foi como se alguém te arrancasse assim pelo meio, doeu tudo, e aí eu segurei, aí eu vi que a minha filha tava lá, não tava na sala com a cobra, quem tava na sala com a cobra era a Mirinha né, depois ela contou isso, sala escura com a cobra, mas eles falavam pra mim que a minha filha que tava, aí eu assinei, assinei lá o documento [14].
>
> Fui colocado numa sala em que havia um quadro negro que tinha um organograma do partido desenhado no quadro negro, e até hoje eu não sei pra que eles fizeram, mas ali naquele dia eu tinha certeza absoluta do que eles sabiam e do que eles não sabiam, que eu vi lá em Cachoeiro onde parava, aí eu falei: ôpa, exatamente ali eu tive, eu não sei pra que que eles me botaram lá naquela sala, mas me botaram nessa sala, botaram eu sentado, botaram um sujeito apontando arma pra mim, que é um perigo, porque é um menino de 18 anos como uma arma, que, aquele Fal né, que atravessa dez pessoas uma bala, quer dizer, a minha preocupação ali era o cara dá um soluço e eu morrer né, então você não pensa em nada, a gente ficava assim, uma coisa muito fora do comum, porque, a minha preocupação realmente era essa, o cara, menino, apontando a arma pra sua cabeça, assim, uma distância que nós estamos aqui agora, e eu sentado, só podia ficar sentado lá, eles me deixaram 12 horas sentado num lugar [15].

[12] Depoimento prestado por Adriano Sisternas à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[13] Depoimento prestado por Mirtes Bevilacqua Corradi à comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Outro depoente, Roberto Valadão Almokdice, que também foi preso no 38º BI, relata ameaças sofridas pelos agentes da repressão, especialmente durante depoimentos.

> Fui ameaçado, torturado não. O exército foi pior, polícia federal foi maís fraco, agora o exército jogava muito duro, queriam que a gente contasse às coisas que realmente a gente nem sabia, tem que falar sobre isso, aquilo, fulano de tal é comunista? O que eu tenho com isso? [16].

O relato deste depoente, apreendido após ter sido entregue por um companheiro do partido, chamado Foedes dos Santos, é interessante porque evidencia que os torturadores buscam, com esta prática, não apenas atingir o preso, mas também seu delator - no caso, o próprio Foedes.

> A impressão que eu tenho ainda hoje, não tem uma coisa muito clara, de que eles faziam isso pra amedrontar o Fued, eu suponho, porque a gente urra, a gente urra e ele tava ali perto, tava, devia tá ouvindo, e a gente se mija todo também, é uma coisa, eu tava nu, mas é uma coisa, a gente fica com vergonha né, é claro, humilhante, e caí né, eu tava em pé, caí, você não consegue ficar em pé. E aí teve uma hora que eu falei pro, pro, pro chefe da tortura né, o Malhães, falei: pô, dá um tempo cara, era choque, choque, choque atrás do outro [17].

Alguns foram presos, quer seja para rápidas averiguações, com objetivo intimidativo enquanto outros ficaram presos durante dias e até meses. Muitos, inclusive, acabavam respondendo a processos junto à Justiça Militar, sendo que alguns foram inocentados e muitos acabaram recebendo algum tipo de condenação. Na documentação e nos depoimentos, foi possível encontrar personagens que, sabendo que seriam pegos pelas garras do aparato repressor, conseguiam, com ajuda de terceiros, quer fossem amigos quer religiosos ou ainda familiares, conseguiam se evadir para outras localidades do país e alguns foram para o exterior.

Dentre os personagens presentes na documentação pesquisada e nos depoimentos colhidos, aparecem jovens estudantes secundaristas e universitários, religiosos, políticos, professores, profissionais liberais, artistas, jornalistas. Os estudantes secundaristas e universitários estabeleceram forte resistência ao golpe instituído em 1964 e organizaram-se realizando protestos denunciando as arbitrariedades cometidas pelo novo regime político que cerceava a liberdade e os direitos constitucionais. Estudantes como Elizabeth Madeira, Iran Caetano, Zélia Stein, Jairo de Brito, Maria das Graças Ruy, Ângela Milanez, Gustavo do Vale, Maria Auxiliadora Gama, Madalena Frechiani Lara Leite, Miriam Leitão, Marcelo Amorim Neto, Vitor Buaiz, César Ronald, Renato Viana Soares, Élio Ramires, Perly Cipriano, são alguns nomes que se destacam, no Estado do Espírito Santo, como promotores da contestação à ditadura em vigor, e, por isso mesmo, foram perseguidos politicamente pelo Estado brasileiro à época em que os militares se encontravam no poder. Nesse sentido, as memórias de Perly Cipriano são bastante reveladoras:

[14] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[15] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[16] Depoimento prestado por Roberto Valadão à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Eu iniciei a minha militância política em 1960 no Partido Comunista e no Movimento Estudantil, no período em que sou a primeira geração depois da guerra. Uma geração que viu o continente africano inteiro em luta e se tornando independente; Revolução Cubana; o efeito da Revolução Chinesa; enfim, o mundo estava em ebulição. E a década de 60 talvez tenha sido a década a que mais gerou novidades no mundo. Então foi nessa década que eu comecei a participar da política. [...] Em seguida o Brasil entrou no momento das discussões das reformas de base, algo extremamente importante para esse país porque ainda o país está em débito com as propostas que o Jânio apresentou no comício da Central que eu estive presente. Todas as reformas, todas elas: política, sindical, partidária, urbana, fundiária, todas as áreas, então nós estamos em débito ainda. Então eu participei desse período, ajudei a organizar os primeiros sindicatos ruraís do Espírito Santo, pois havia muita dificuldade para organizar os sindicatos ruraís, participei do movimento estudantil na UESI e na União Capixaba de Estudantes Secundaristas, que nós acabamos fundando essa entidade para ter pequena duração e desaparecer, havia uma pessoa de Afonso Claudio que ajudou a fundar essa entidade. Fiz parte da secretaria e coordenação e difusão da UBES, chamava-se SECOD, era uma coordenação que a UBES estabelecia nos estados pra acompanhar os movimentos. E fui designado pra ser também o representante dos estudantes capixabas na frente de mobilização popular. Foi uma experiência muito rica, reunia partidos e sindicatos, personalidades, enfim, partidos clandestinos, todos entraram nesse projeto de reforma de base. Fiz parte dessa frente representeando os estudantes [...][18].

Alguns, ao saberem que estavam sendo procurados e temendo serem presos e torturados tais como seus companheiros de luta contra a ditadura, fugiam como foi o caso de Iran Caetano, Elizabeth Santos Madeira e Renato Viana Soares. Nessas fugas, sem uma estratégia ou uma estrutura, as chances de se obter sucesso não eram muito grandes. Em depoimento a esta Comissão, Elizabeth Santos Madeira fala das peripécias de uma jovem estudante ao se deparar com a notícia de que estava sendo procurada por agentes militares. Segundo ela, em novembro de 1972, após a prisão de um líder do Partido Comunista do Brasil no Nordeste, chamado Foedes dos Santos, a polícia recebeu informações sobre lideranças estudantis no Espírito Santo que faziam oposição à ditadura. Em decorrência disso, inúmeras prisões foram deflagradas, como a da estudante Miriam Leitão e de seu marido, Marcelo Amorim. A depoente narra assim sua fuga:

> Nisso, um colega da turma da faculdade soube [dessas prisões] e foi a minha casa, pois eu também morava no Centro, na Rua Dom Fernando e me disse que os 2 [Míriam e Marcelo] haviam sido presos e disse também que em Maruípe a polícia havia invadido a república dos estudantes que tinham militância no diretório [medicina] e os levado presos.[...] eu saí rapidamente de casa e achei que iria avisar a uma colega, a Magdalena

[17] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Frechiani Lara Leite, em Jucutuquara. Contei para ela e voltamos para minha casa. Nisso, encontramos uma pessoa que nos informou que o Guilherme Lara Leite, [...] estava no Parque Moscoso. Fomos para lá e ele nos contou que a polícia entrou na república em Maruípe com uma lista contendo os nomes de todos nós [...]. Prenderam os primeiros da lista e saíram. Ele, então, fugiu. Quando a polícia voltou para prendê-lo, não o encontrou maís. Ele contou que quase todos do diretório de medicina já haviam sido presos. A partir daí nos 3 (três) resolvemos não voltar maís para casa e sim fugir. Fugimos [19]!
>
> Nossa, foi uma peripécia! Estávamos só com a roupa do corpo, sem dinheiro sem nada. [...] Fomos para Cariacica, porque não sei, acho que era por ser um município maís isolado. Chegando lá não tínhamos nada para fazer. Voltamos de Cariacica, fomos para a Praça de Vila Velha e também não tínhamos nada para fazer. Voltamos para Vitória, passamos novamente no Parque Moscoso para pensar o que iríamos fazer da vida. Precisávamos tomar alguma atitude! As notícias eram péssimas! Encontramos uma pessoa em Vila Velha que nos disse que todas as saídas de Vitória estavam cercadas, que estavam parando todos em revista [20].

Renato Viana Soares também recorda as estratégias de que precisou utilizar para conseguir sair do país com sua família durante a ditadura, após receber a informação de um colega jornalista informando que seu nome estaria numa lista de pessoas a serem mortas.

> Um jornalista muito conhecido na época chamava Otavio Ribeiro, [...] era um especialista em matérias policiais, matérias de violência etc e eu era jornalista investigativo da revista Veja e teve uma época em que nós fizemos algumas reportagens juntos, se tornou muito meu amigo e ele tinha várias fontes e uma dessas últimas vezes que eu fui preso ele disse que meu nome tinha sido incluído numa lista pra matar, eles sabiam que eu tinha coisa mas, não podiam provar contra mim ainda porque eles não tinham documento, então outra vez era pra matar e ele me informou, me deu os dados e tudo. E eu não conseguia tirar passaporte por causa das prisões, daí abriu um centro de identificação num bairro de São Paulo e não existia ainda essa informatização, era tudo feito por fichas né e através do contato com o Ribeiro fui lá a esse bairro, declarei que a minha identidade tinha sido perdida, fiz uma outra identidade paulista e em seguida pedi a informação sobre a minha ficha baseado nesse novo número de identidade, hoje isso seria impossível fazer né pra identificação, mas naquele momento funcionou, aí me deram uma certificação de que eu não tinha absolutamente nada, eu consegui tirar o passaporte. Nós fomos inicialmente pra Paris dando os azares de praxe né.

[19] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[20] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Nós embarcamos do Rio de Janeiro pra Paris e houve uma pane no avião, nós aterrissamos né em São Paulo, aliás, não, nós ficamos maís 24 horas no Rio e não sabemos o que acontecia nessas 24 horas. E dali fomos pra Paris; chegamos em Paris à noite, chovendo muito, eu tinha 500 dólares no bolso, era todo o dinheiro que arranjaram pra mim, uma mulher junto e uma filha de oito ou nove meses no colo [21].

Diante da situação, o modo que os perseguidos encontravam era pedir ajuda a colegas, onde ficavam então sabendo notícias de prisões e da ação policial. Nas tentativas de fugas, levava-se muito pouco, pedia-se dinheiro emprestado. Muitas vezes, ficavam sabendo por meio desses contatos das dificuldades que estavam postas para as fugas. Inicialmente, buscava-se fugir para locais próximos à capital, mas que eram pouco povoados. Mais uma vez, recorremos às memórias de Elizabeth Santos Madeira, que nos fala sobre essas tentativas de fuga. Diz a mesma que, ao saber que a polícia estava em seu encalço buscou a fuga, mas a situação estava perigosa e, bem como seus amigos não estavam conseguindo fugir de Vitória. Inicialmente foram escondidos por amigos por um período de quinze dias, na Barra da Jucu, aguardando a situação se acalmar. Em geral, quando escondidos recebiam visitas à noite e lhes eram disponibilizados revistas, jornais, comida, notícias que, em geral, eram sempre as piores possíveis.

O medo de serem delatados colocavam os fugitivos em constante estado de alerta. Em geral, as comunidades para onde iam esses fugitivos olhavam com certa desconfiança a chegada de grupos estranhos ao seu convívio e, muitas vezes, informavam a polícia de suas presenças. Ao serem descobertos por um grupo de colegas, quando estavam na Barra do Jucu, Elizabeth, Magdalena e Guilherme resolvem ir embora para o Rio de Janeiro. Pelo fato de as estradas estarem bloqueadas, acabaram optando em ir para aquela localidade pela via litoral, onde certamente a fiscalização era maís precária.

> Resolvemos então ir embora [...]. Descobrimos uma estrada vicinal, sem passar pela BR, como se fosse beirando a praia. Falamos com Graça [Ruy], Jaíro [de Brito] e Vitor [Buaiz] e eles arrumaram o dinheiro e saímos andando pela estrada de chão. Pegamos várias caronas e dessa forma conseguimos chegar a Cachoeiro de Itapemirim. [22]

De Cachoeiro, foram levados por um amigo até Campos, permanecendo momentaneamente na rodoviária, até quando, finalmente, pegaram um ônibus rumo à cidade do Rio de Janeiro. Jovens e inexperientes, a maioria desses estudantes esperava que recebessem ajuda de células dos partidos políticos, como o PCdoB, que eram responsáveis por certa organização contrária à ditadura. Na prática, tal fato não acontecia.

[21] Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[22] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

Segundo Elizabeth Santos Madeira, havia a convicção de que era preciso fugir, pois, “se caíssem e [fossem] presos não teríamos saída, mas se fugíssemos, poderíamos conseguir por meio do PCdoB, sair do país [...]” [23]. Extenuados e confusos numa fuga sem estratégia, esses jovens chegavam ao destino, na maioria das vezes, com trajes maltrapilhos, famintos e sujos.

A vigília e a perseguição não se davam unicamente com os suspeitos ou em relação àqueles que estavam sendo monitorados pelos órgãos de vigilância e repressão. Quando estes fugiam, seus familiares também eram incomodados e vigiados. A mesma Elizabeth Santos Madeira, disse-nos que, ao fugir, seus país foram pressionados psicologicamente, de forma a informar acerca do seu paradeiro [24].

Dentre as torturas que eram impingidas aos presos, fica difícil saber quais seriam maís insuportáveis, se o espancamento, a tortura psicológica ou o assédio e as humilhações a que eram submetidas, sobretudo as mulheres. Deixar as pessoas nuas, fazer as necessidades fisiológicas na frente de militares, foram práticas usuais a que os presos foram submetidos.

Existiam outros tipos de tortura psicológica como ficar “[...] horas em uma sala e de tempo em tempo um homem abria a porta e fazia brummm, brummm, brummm e fechava a porta [...] ”[25], talvez com o objetivo de deixar o preso confuso e perdido. Além desse tipo de tortura, safanões, soco na mesa, ameaças faziam parte da estratégia de intimidação objetivando que os presos confessassem o que sabiam.

Para que pudessem ser realizadas sessões de torturas, prisões, vigília sobre os perseguidos, o Regime instituiu um aparato repressor de garras poderosas. Esse aparelho não estava adstrito unicamente aos militares, contou com a participação de outros segmentos da sociedade. Dos locais mais utilizados para as sessões de tortura e prisões foi o 38º BC, em Vila Velha. Antônio Caldas Brito relata como foi conduzido para o referido Batalhão, no qual passou por torturas:

> Tenho 03 (três) prisões, todas no Espírito Santo. A primeira prisão que eu tive foi em 70. Fui preso pela Polícia Federal, à noite. Logo depois fui levado para 38º BI no dia seguinte. Essa prisão a única motivação era saber onde estava o Carlito Osório que tinha ido para a clandestinidade. Eu fiquei lá de 7h da manhã até meia noite, nesse dia. Levei paulada nas pernas, ameaça de morte. Eu tinha que saber onde estava o Carlito não é, e os interrogatórios eram de hora em hora e a partir de meia-noite eu disse: porque tenho que saber onde está Carlito? Ele não é da minha geração, não foi meu colega, porque tenho que saber onde está o Carlito? Disseram: Nós prendemos um comunista em Cachoeiro do Itapemirim e ele informou que um dia almoçou com você e o Carlito e o Carlito te deu alguns jornais comunistas.

[23] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[24] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[25] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> Eu disse: primeiro capitão, o senhor me desculpe, não deve ter sido em restaurante, estudante nessa época não usava restaurante, segundo: eu era do Diretório Acadêmico recebia jornal de todas as facções toda hora e vocês dizem que isso aconteceu há 05 (cinco) anos atrás, como vou me lembrar onde está Carlito? Para vocês terem uma ideia da motivação da prisão Carlito Osório era uma liderança, era funcionário público, participava do movimento e lançou um livro bem maís velho. Essa prisão de 70 foi mais ameaças, torturas de agressão física com madeira. Fui preso em Vitória no apartamento em que eu morava no Parque Moscoso, foram lá eu chegando em casa, a Polícia Federal me levou até a policia e de lá me levaram para o 38º BI [26].

Dos militares executantes de tal tarefa, alguns presos em seus depoimentos afirmam que o capitão Guilherme "[...] era um homem que pressionava muito, ameaçava muito [...] odiava a gente e a mim parecia que principalmente às mulheres". Nas sessões de tortura "[...] ele gritava repetidas vezes: "Mulher presa para mim é macho"! [27] O depoente Perly Cipriano, que permaneceu no Espírito Santo até 1967, quando, diante das perseguições, rumou para a antiga União Soviética, indica alguns nomes que operavam o aparelho repressivo. No mesmo trecho, narra as tensões por ele vividas diante da perseguição sofrida no Estado:

> Ao voltar, fiz outro roteiro: Argélia, Senegal e cheguei ao Rio de Janeiro e de lá tive informação que o José Dias Lopes, que era uma figura que ajudou no esquadrão da morte lá no Rio de Janeiro na Scuderie Le Cocq, já estava aqui e ele era uma figura na policia muito forte, foi Secretário de Segurança. Ele chegou a ir à Barra de São Francisco ameaçar com 2 (duas), 3 (três) pessoas para saber onde eu estava porque como de fato causava estranheza, uma pessoa que estava terminando o curso e desaparece de uma hora para outra. Então ele foi lá fazer essas cobranças e foi também falar com parentes meus e também em Ecoporanga ele falou para algumas pessoas que queria me pegar. Então rapidamente passei em Ecoporanga e de lá fui para o nordeste ligado a Aliança Libertadora Nacional-ALN, a organização do Marighella. Antes eu estive com Apolônio de Carvalho, que era do PCBR, que queria que eu ficasse junto com eles, mas eles queriam que eu ficasse como motorista para algumas operações. Até hoje eu tenho trauma, não sou motorista e nem quero. Fui para o nordeste para migrar aos estados e fui preso em 70 [...].
>
> [...] Aqui, como eu fiquei até 1967, lembro-me do Coronal Bandeira e o delegado aqui foi Dias Lopes, ele era delegado do Rio de Janeiro, lá ele participou daquela matança do Rio Guandu, matar os mendigos todos, aí ele veio para cá. Aqui ele participou do esquadrão da morte, foi o primeiro a ser acusado [28].

[26] Depoimento prestado por Antônio Caldas Brito à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[27] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Num País onde as características patriarcais se faziam tão presentes, em que se acreditava na supremacia do masculino frente ao feminino, a participação das mulheres no movimento de resistência devia ser encarado como falta gravíssima e necessitando de "bom corretivo".

Relatando um fato ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo, Elizabeth Madeira diz que, quando a polícia fechou a biblioteca do Diretório de Medicina, esta se contrapôs contestando o professor Arildo Abreu. Segundo ela, "[...] ele olhou de cima para baixo e disse: - menina, seu paí sabe que você está aqui? [...] "Que é isso! Uma mulher! - O que está fazendo aqui"? Certamente ele poderia aceitar a contestação de homens, mas não aceitava o que considerava uma ousadia, mulher se posicionar.

Esta crença na supremacia masculina, contudo, não estava presente na militância política em geral, como se depreende dos depoimentos à Comissão.

> Olha, já, já em 67, 68 nesse meio estudantil, felizmente não havia discriminação de gênero, havia lideranças masculinas e femininas, talvez um pouco mais masculina, eu não lembro de nenhum presidente de diretório feminino naquela época, mas a, mas a militância era igual, era, quer dizer, você tinha né, falou Cezar Ronald, Zélia Stein, Zélia Stein todo mundo considerava Zélia a grande mentora da, da, vamos dizer, a pessoa como um preparo ideológico e teórico maíor e como o Cesar Ronald era um cara, líder de massa, era um cara que falava muito mas por trás dele era a Zélia que era a mentora e que depois casou com ele, e outras pessoas também, várias outras [29].

> A participação feminina já era interessante né e a gente estimulava também né, a gente gostava que tivesse maís mulheres participando junto conosco. Teve mulheres que foram torturadas, não foi só 01(uma) nem 02 (duas), né. No momento da repressão não havia diferença homem ou mulher, agora você tinha pouca participação ainda naquele tempo né de homossexuais, por exemplo, eles eram sempre mais, politicamente eles estavam um pouco mais afastados, participavam junto conosco, mas só nas manifestações artísticas porque a resistência que a gente tinha aqui com os jovens ela se manifestava também de outras formas [30].

Outros militares se passavam por cordiais e simpáticos como o Major José Maria Alves Pereira, que era o superior do 38º BC. Não podemos esquecer, no entanto, que todos os torturadores que ali atuavam estavam sob sua autoridade. Muitos deveriam ser os militares e civis que atuavam na tarefa de obter informações dos presos, seja por meio de tortura seja por meio de depoimentos, que, muitas vezes, não acompanhados de espancamentos, mas, para os quais, lançava-se mão do uso da pressão psicológica.

[28] Depoimento prestado por Perly Cipriano à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Outro militar que teve atuação no aparato repressor foi Nuno Pilar, que atuou no 38º BC de Vila Velha, conforme citado por Milson Henriques em seu depoimento [31]. Em seu depoimento, Oswaldo Oleare acresce a essa lista o nome do coronel Bandeira, comandante do Terceiro Batalhão de Caçadores, hoje 38º BC, o Major Romão, considerado linha dura, e que mais tarde é nomeado chefe da Superintendência da Polícia Federal do Espírito Santo, o Capitão Maziero "[...] que era maís jovem [...] um intelectual [...] muito educado [...]", embora atuasse no serviço de censura a jornais, shows e produções artísticas. [32] O depoimento de João Amorim Coutinho, acrescenta maís um nome de militares que atuavam a serviço da repressão, o capitão Danilo [33].

Membros do Judiciário e do Ministério Público também colaboraram efusivamente com o Regime de Exceção, como foi o caso do Promotor de Justiça Eduardo Durão Cunha, que comandou comissões de inquéritos cujo objetivo era penalizar os contrários ao Regime, daí, talvez, porque os militares tivessem desejado que o mesmo fosse designado governador do Estado do Espírito Santo.

Os militares utilizavam civis para ajudá-los na tarefa de vigiar e torturar aqueles que fossem considerados perigosos pela ditadura. No meio estudantil, ou no nível secundário ou no universitário, onde estavam concentrados focos de resistência à ditadura, foram espalhados informantes com vistas a vigiar, delatar e punir os adeptos da resistência. Em seu depoimento, Elizabeth Santos Madeira fala-nos da ação dos servidores da UFES, Alberto Monteiro e do professor Arildo Abreu. Falando sobre esses dois personagens, Elizabeth Santos Madeira diz o seguinte: "[...] Alberto Monteiro era um homem muito sinistro na época. Foi ele quem me interrogou. Nossa, aquele homem era terrível! [...]". Sobre Arildo Abreu diz que "[...] quando havia manifestações ele ia até o Diretório [Acadêmico], chamava todos, ameaçava, dizia o que poderia fazer ou deixar de fazer. [...] era a pessoa maís visível de coação ao movimento [...]" [34].

Perly também relata sobre a infiltração de informantes no Movimento Estudantil secundarista:

> Foi criada a União Metropolitana, o Rubinho era um jovem muito precoce com 14 (quatorze) anos, muito inteligente e acabou sendo presidente dessa União Metropolitana. Um dia, eu conversando com ele, uma menina veio falar comigo e disse: - "meu tio é da policia e me mandou aqui para vigiar o que vocês falam, mas eu acho isso tão difícil"- ela estava apaixonada pelo Rubinho - a paixão fez com que ela parasse e pensasse, pois era uma adolescente. O tio chamou para que ela fosse uma agente infiltrada, para ela trazer a informação, mas naquele momento seu sentimento era outro. A gente viu nas escolas, as pessoas tinham muito medo, às vezes, de alguns funcionários, as pessoas temiam certos papos, temiam levar livros em algum lugar, havia certo medo [35].

[29] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[30] Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[31] Depoimento prestado por Milson Henriques à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[32] Depoimento prestado por Oswaldo Oleare à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[33] Depoimento prestado por João Amorim Coutinho à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Ainda em relação à UFES, o fato de haver ali pessoas ligadas ao serviço da ditadura, não significa que toda a universidade estivesse cooptada pelos militares. Os depoimentos de pessoas vigiadas e perseguidas pela Ditadura evidenciam que muitos não compactuavam com as ações da ditadura e eram solidários aos perseguidos. Perly Cipriano relata uma situação vivida por ele por ocasião da sua segunda prisão, ocorrida no ano de 1966:

> Em 66 teve uma greve na faculdade de odontologia. Essa greve por melhores condições contou com o apoio dos professores, mesmo os mais conservadores, que no curso eram muitos, mesmo esses apoiaram a greve que durou 2 (dois) dias. Mas eles me pegaram, aí veio lá um militar que eu teria que comparecer no quartel para dar explicações. Fui acompanhado de um professor que foi muito solidário. Ele disse ao comandante: "Não, isso aqui não é bem uma greve, ele explicou ao comandante, isso é igual a um minuto de silêncio que as pessoas fazem, igual quando jogador caí e machuca o time não para um pouquinho, foi isso." Esse professor chamava-se, esqueço o nome dele, o sobrenome dele era Aguirre, ele foi e ficou junto comigo. Não foi uma prisão, eu voltei, a greve durou mais um dia e encerrou [36].

Jorge Luiz de Souza também lembra que, a despeito da perseguição existir também dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, ali também existiam apoios indiretos à militância contra a ditadura.

> Tinha, tinha [professor de esquerda no curso de Economia, sim], que vinham expressamente manifestar assim, como quem diz assim: "Oh, eu sou um cara que tô aqui, não posso fazer nada, mas se eu puder fazer alguma coisa, conte comigo eu apoio, uma coisa assim" [37].

> Borgo, Maximo Borgo [Reitor da UFES]. As histórias que eu soube, soube provavelmente em fevereiro pelo professor Ivan Borgo, que foi lá um dia de repente, eu tô na cela, o cara falou: Bota uma calça, uma camisa e vem pro pavilhão, me levaram pro pavilhão, cheguei lá era o professor Borgo. [...] Era o meu professor de história do pensamento econômico, uma matéria do quarto ano que eu não tinha concluído, era a única matéria que eu não tinha concluído. Eu fui preso no domingo, na quarta-feira ia ser minha colação de grau, eu ia colar grau, porque tinha direito a colar grau, dependendo de uma matéria que eu podia ainda fazer segunda chamada e fazer segunda época, então eu tinha direito a colar grau na cerimônia, mas não colei porque tava preso, mas eu iria, e, mas eu faltava essa nota. E aí o professor me disse o seguinte: escreve alguma coisa aqui. Eu comecei a escrever sobre um assunto de um tema lá, me deu 3 (três) temas, 3 (três) três coisas, aí eu comecei a escrever, quando eu falei: isso aqui eu já terminei. Ele falou assim: Eu vou te dar 3 (três) temas, desculpa, aí me deu o primeiro, aí quando eu falei: já terminei me dá os outros, ele disse: não, não precisa. Aí ele me contou essa história, que ele me convocou, que me

[34] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[35] Depoimento prestado por Perly Cipriano à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

> levasse, que me pegassem no quartel e levassem pra fazer a segunda chamada, que o reitor, nem o diretor da escola, nem o reitor autorizaram, que depois ele tentou fazer segunda época, também não autorizaram, aí pediu o livro que o diretor não autorizou. Era um livro de frequência, na época, você quando fazia prova ou a prova final, não sei, você tinha que assinar o livro, ele levou o livro pra eu assinar, livrão grandão, capa dura. Aí ele, ele me disse que ele tinha roubado o livro, que ele encarou o reitor e o diretor, e eu não sei como que ele conseguiu, como ele era ligado aí os caras deviam ser amigos do comandante do quartel, sei lá, eu sei que ele conseguiu chegar lá e me deu essa nota e aí registrou essa nota, e logo depois veio a extinção da faculdade, e aí, as pessoas, teve um funcionário da universidade, sei quem é, mas não vou mentir aqui, mas ele chamou um colega meu e disse: Vão, vão, vão recolher tudo aqui da universidade [38].

João Amorim Coutinho também nos fornece dois relatos bem emblemáticos que ajudam a compreendermos a situação. Segundo ele, após ter retornado de São Paulo, após ter sido preso e torturado aqui no Espírito Santo, voltou a cursar a Faculdade de Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo. Após dois meses, o que pela lógica levaria a sua reprovação por faltas, tal fato não aconteceu "[...] eu tive por parte dos professores, por parte do chefe do departamento, todo apoio no sentido de que recuperasse aquele tempo de aula que perdi e tal, e eu não tive dificuldade nenhuma [...]" [39]. Outro fato narrado deu-se após ele e a namorada, e depois esposa, Laura Maria da Silva Coutinho, estudante de odontologia, terem realizado uma panfletagem no Restaurante Universitário:

> Uma das poucas ações de panfletagens e tal que eu lembro, como a feita no Restaurante Universitário que funcionava no Centro da cidade, e aí eu com pouca experiência, eu e minha companheira, a gente fez uma colagem de panfletos com os dizeres 'Abaíxo a Ditadura', no banheiro do RU. Tão inexperiente que a gente era que a gente fez isso já no final, já não tinha praticamente ninguém no restaurante, então fomos facilmente identificados, aí, o senhor Fenelon que era o administrador, pessoa de bem, aí me chamou lá no gabinete dele quase pra me aconselhar: 'mas rapaz não aconteceu nada, mas, mas não faz isso maís não porque senão acabo me comprometendo também, vamos atraír a repressão pra cima da gente'. [40]

De certa forma, os depoimentos citados anteriormente elucidam em parte a ação possível nesses anos de forte repressão e vigilância que existia entre os estudantes em geral e os universitários em particular. Também elucida certo caráter visionário desses estudantes, deixando claro que muitos desses jovens e inexperientes participavam do movimento de forma voluntária. Em primeiro lugar, porque a repressão apertava o cerco e vigiava de forma ostensiva essas ações.

[38] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[39] Depoimento prestado por João Amorim Coutinho à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[40] Depoimento prestado por João Amorim Coutinho à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Recorremos mais uma vez a João Amorim Coutinho que afirma que, nessa época, as organizações de resistência à ditadura eram frágeis. O Diretório Central dos Estudantes estava fechado desde 1968, os Diretórios Acadêmicos também estavam fechados, daí, então, a atuação da militância estava muito restrita. O que podia ser feito eram as pichações, as panfletagens e as reuniões de estudantes.

O fato de a maior parte do alunado da UFES estar na capital capixaba e de o movimento estudantil ter sido um dos principais oponentes à ditadura pode conduzir à falsa conclusão de que não haveria movimentos críticos aos militares para além da região de Vitória. No interior do estado, porém, a militância também era significativa. Já foi citado o caso do Grupo dos 11 em Muniz Freire. No município de Cachoeiro de Itapemirim, também havia um núcleo de opositores à ditadura, de onde saiu, por exemplo, o depoente Roberto Valadão Almokdice. Sobre a militância em Cachoeiro, Valadão recorda o seguinte:

> Eu trabalhei muito tempo no Rio de Janeiro, voltei para Cachoeiro em 1966, nos éramos ligados à esquerda organizados clandestinamente, ligados principalmente ao PCdoB, mas também tinha PCBR [...] E aconteceu exatamente isso, a casa de estudante de Cachoeiro, fundada pelo irmão do Joãozinho, o Pedro, em 1948, a instituição estava parada por causa das grandes dificuldades, a ditadura pressionou todos que eram estudantes. Quando eu entrei passei a fazer reuniões, ajuntamentos de lideranças na época, era muito difícil você convencer uma liderança estudantil, qualquer liderança, operária, política, etc a fazer qualquer coisa contra a ditadura, qualquer pronunciamento, qualquer manifestação, era muito difícil, mas nós conseguimos então fazer uma eleição muito limpa e muito democrática para a Diretoria da Casa dos Estudantes, que estava parada, fomos lá e entramos assim mesmo, assumimos a Casa dos Estudantes assim mesmo, e fizemos uma eleição absolutamente democrática. Eu dizia até que foram os melhores comícios que fiz em minha vida [41].

O cruzamento deste depoimento com o de Jorge Luiz de Souza ajuda a elucidar uma espécie de rede de militância que aproximava Cachoeiro não da capital capixaba, mas, sim, do Rio de Janeiro. Para essa rede parece ter colaborado o fato de que muitos cachoeirenses irem, à época, estudar ou trabalhar no Rio de Janeiro. Foi da capital fluminense, por exemplo, que veio o contato entre os estudantes de Cachoeiro e os comunistas, segundo relato de Jorge Luiz de Souza:

> Em Cachoeiro havia um comunista histórico que era o senhor Guilherme, mas não foi diretamente com ele, aí a gente tinha conhecimento assim: eram estudantes, em geral estudantes como o Bruno Torres que eu citei, o Mario Fagundes, que eram estudantes de Cachoeiro que estudavam no Rio e que no Rio tinham contato com os comunistas e que nas férias em Cachoeiro, algumas coisas começaram a dar suporte pra gente, e na cidade de Cachoeiro também havia alguns, algumas pessoas um pouco mais velhas

[41] Depoimento prestado por Roberto Valadão à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> do que nós, mas ainda estudantes. Nós tínhamos 13 (treze), 14 (quatorze) anos eles tinham 18 (dezoito), 20 (vinte) anos no máximo, e que, com quem a gente começou a conversar [42].

Nos depoimentos coletados, fica evidente a participação de membros da sociedade civil e da Igreja em colaboração ao Regime. Maís uma vez, recorremos ao depoimento de Oswaldo Oleari, para corroborar tal assertiva. Quando Oleari tentava retornar ao jornal A Gazeta, onde era colaborador, após ter sido defenestrado em razão das matérias e opiniões omitidas em sua coluna Diagonal, recebeu forte oposição de Itamar Pereira Guimarães por considerá-lo comunista perigoso. Certamente, o opositor de Oleari era um apoiador incontestável do Regime. [43]

Significativo número de membros da Igreja compactuou com a Ditadura instituída a partir de 1964. O fato narrado por Oswaldo Oleari em seu depoimento confirma essa assertiva. Segundo Oleari, antes do Golpe de 1964, ele trabalhava na Rádio Capixaba. Tão logo os militares ascenderam ao poder, houve uma tentativa de enquadrá-lo na chamada "legalidade", uma vez que havia uma concepção de que nela havia uma tendência de alinhamento com as ideias do presidente deposto João Goulart. Alguns radialistas, entre eles Oswaldo Oleari, Eleison de Almeida e Alencar Garcia de Freitas, não admitiam o fato. O próprio Oleari fez questão de dizer que tal discordância não se dava porque fossem apoiadores de Jango, muito pelo contrário, nem era seu simpatizante, o que não concordavam era com o golpe, desejavam que o País voltasse à "normalidade" e que fossem convocadas eleições diretas.

Para evitar que tal fato acontecesse, foram conversar com o Padre Valdir de Almeida, diretor da Rádio (a Rádio era ligada à Igreja), o qual sugeriu que ele e os outros radialistas fossem conversar com Dom João Baptista Motta e Albuquerque, o Bispo. Ao procurá-lo, não receberam do mesmo, nenhuma sinalização quanto ao pleito formulado. Retornando à Rádio, resolveram escrever um texto para ser lido, em que se posicionavam porque eram contrários à entrada da Rádio na "legalidade". Por sabotagem, quando o texto estava sendo lido por Eleisson de Almeida, a Rádio saiu do ar. Foram 03 (três) tentativas sem êxito graças à ação de um diretor técnico. Tal fato foi o bastante para que o diretor da Rádio, o Padre Waldir, fosse destituído e em seu lugar tivesse sido nomeado Monsenhor Rômulo Balestrero, que tão logo assumiu o posto, tentou "[...] enquadrar todo mundo.[...] politicamente mudou a rádio, mudou totalmente [...]". [44]

Toda programação política da rádio foi eliminada, adotando-se, a partir de então, uma linha mais comercial, musical e de informação local. Em verdade, a Igreja escolheu Monsenhor Rômulo por ser considerado linha dura quanto aos contrários ao Regime. Temiam que se assim não o fizessem poderiam perder a rádio para os Diários Associados, grupo afinado com a Ditadura.

[42] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[43] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

O depoimento do bispo de São Mateus, Dom Aldo Gerna, nos mostra as duas faces da Igreja, a que era favorável ao Golpe de 1964 e a que se posicionava contrariamente. A ala ligada ao bispo Dom João Baptista Motta e Albuquerque da qual Dom Aldo fazia parte, por lutar em favor dos oprimidos, era vista como perigosa, pois era vista como adepta do comunismo, e por isso vigiada. Volta e meia eram chamados para prestar esclarecimentos junto à Polícia Federal.

No norte do Estado do Espírito Santo, o problema da ocupação de terras era sério, os embates entre fazendeiros e ocupantes de terras geravam graves conflitos entre as partes. Em geral, alguns religiosos ligados às Comunidades Eclesiais, como Dom Aldo Gerna, buscavam apaziguar os conflitos, defendendo a população mais pobre e por isso mesmo eram classificados de comunistas. A posição em defesa da população mais pobre levava esses religiosos a serem repreendidos não somente pela Polícia Federal como também pela Nunciatura. Vejamos o que nos narra Dom Aldo. Segundo esse religioso, algumas vezes foi chamado "[...] a ter com os militares em Vitória, eles chegaram a me aconselhar para eu só pregar o evangelho [...] eu tive que absorver um sermão de um delegado federal da polícia, tive que ouvir um longo sermão para que eu me corrigisse". [45]

Em relação à cúpula da Igreja, Dom Aldo faz menção que parte dela também se posicionava contrária a atitudes que transparecesse contrárias ao Regime estabelecido. Ele nos relata ter recebido "[...] observações [e puxões] de orelha, do Papa [...]". Relata ainda que alguns membros da Igreja se regozijavam, quando era repreendido pela Ditadura. Um bispo de Belo Horizonte teria, inclusive, dito em público "[...] que se eu estava sofrendo era por minha própria culpa [...]" [46]. Mesmo no Espírito Santo, havia bispo que se posicionava contra a postura de uma Igreja progressista, que se posicionasse contrária aos militares, como o bispo de Cachoeiro de Itapemirim, Dom Luiz Gonzaga Peluzio que, segundo Dom Aldo, "[...] era conservador, ausente, ele não participava de nada" [47].

O fato de se posicionarem contrários à Ditadura fez com que alguns religiosos fossem vigiados permanentemente. Dom Aldo Gerna diz que "[...] quanto a ser vigiado, eu sabia que o era [...]", em seus sermões inclusive ele fazia alusão a essa situação. Certa feita, ele teria dito: "[...] eu sei que aqui tem espiões, mas podem olhar, podem ver o que estamos fazendo [...]". [48]

Demonstração de que parte da Igreja não desejava conflito com os militares que ascenderam ao poder como o Golpe de 1964, está na atitude da Nunciatura em relação às queixas feitas por Dom Aldo Gerna, quando questionou o fato de pessoas estarem sendo desaparecidas. Segundo o religioso, a posição desta foi decepcionante, pela omissão e, maís aínda, pela resposta malcriada que recebeu por ter feito a queixa.

[44] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[45] Depoimento prestado por D. Aldo Gerna à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Os padres que eram classificados como comunistas não eram apenas vigiados ou tinham que ir prestar depoimentos, muitas vezes eram ameaçados. Dom Aldo Gerna nos lembra que, certa feita, chegaram a atirar na janela do quarto onde dormia. Em outra ocasião, relata ainda que um fazendeiro fez um levante contra ele em pleno público utilizando-se da força bruta.

Se existiram políticos que se contrapuseram ao Regime, como foi o caso de Mário Gurgel, José Ignácio Ferreira e Daílson Laranja, tiveram também aqueles que estavam afinados com a Ditadura. Oswaldo Oleari nos lembra a figura do Senador João Calmon [49]. Élio Ramires salienta o nome de Hélcio Pinheiro Cordeiro, então deputado Estadual, e afirma o seguinte:

> Nesse mesmo período a direita também se organizava, por exemplo, Elson [Helcio] Pinheiro Cordeiro capitaneava a banda de música na assembleia, ele era o antijanguista aqui, que inclusive ia para a tribuna criticar o comunista Dom João Baptista da Mota e Albuquerque, se organizava grupos de estudantes em cidade secreta, clandestina, uma delas é o Movimento Anticomunista-MAC, outro Comando de Caça aos Comunistas, que eram muito violentos na retórica, não chegaram a praticar nenhuma violência antes do golpe. Mas era muito retórica: - Mate um comunista por dia! Eram grupos de estudantes organizados no MAC, me lembro de 02 (dois) deles, eram meus colegas de classe [...][50].

O depoente Perly Cipriano também faz alusão à natureza do Golpe e do Regime autoritário dele decorrente, quanto à participação ativa de civis, incluindo figuras eminentes da nossa política:

> Já nesse período se acreditava muito na possibilidade das pessoas terem uma boa preparação em acreditar que haveria um golpe no Brasil, deslumbrava-se isso, mas literalmente ninguém se preparou. A gente acreditava nessa possibilidade, as pessoas falavam que haveria possibilidade de um golpe e nesse período a gente pressentia quando IBAD, IPEs, eram institutos americanos que produziam ideologia e financiavam também, eles financiaram possivelmente o processo de corrupção maís amplo que esse país conheceu, foi nesse período. Eles financiaram quase todos os governadores com exceção do Arraís e outros, grande parte dos parlamentares. Um exemplo bem preciso da força que eles tinham contra as reformas de base era financiar essas pessoas. Então a gente já nesse período denunciava que o IBAD e IPES estavam financiando. Você chegava às cidades do interior numa igreja o padre tinha aquela “revista seleções” lá, você chegava e tinha “revistas dos IPEs”, eles tiveram um peso muito grande no ponto de vista ideológico e econômico e isso refletiu inclusive no dia “do golpe”, porque quando o Jango (João Goulart), o Jango sequer havia saído do país, o congresso declara a vaga à presidência da república, por isso que o “golpe” é um golpe civil, militar, não é apenas militar, ele teve esse peso e

[47] Depoimento prestado por D. Aldo Gerna à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[48] Depoimento prestado por D. Aldo Gerna à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.
[49] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade “Orlando Bomfim”.

> grande parte dos parlamentares era financiado literalmente por esses grupos, acho que começou a CPI e parou, mas deveria resgatar quem foi financiado: Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, todas essas pessoas foram financiadas [...][51].

Pessoas comuns, em especial a de estratos sociais maís privilegiados, em sua maioria, tenderam a apoiar o Golpe de 1964. Assim como ocorreu no Rio de Janeiro, em Vitória ocorreu a Marcha da Família pela Liberdade, capitaneada por donas de casa. O radialista e jornalista Oswaldo Oleare, sarcasticamente denominou-a, em sua coluna Diagonal, publicada em A Gazeta, de a marcha das "senhoras desocupadas da Praia do Canto", o que lhe rendeu inúmeras críticas e, sem dúvida, a razão de seu defenestramento de A Gazeta. Segundo Oleare, essa manifestação reuniu um grandioso número de pessoas, saindo da Praça dos Trabalhadores, passou pela cidade inteira até a Praça Oito.

Muitos dos participantes do movimento de resistência estavam concentrados na Universidade Federal do Espírito Santo. O Diretório de Medicina possuía um jornal que era distribuído e vendido, assim como distribuía panfletos informativos denunciando a repressão. Estudantes passaram a pichar muros com a frase "abaixo a ditadura", em diversas localidades da cidade de Vitória.

Certamente, a maioria dos jovens estudantes que participaram de alguma forma no movimento de resistência à Ditadura não sabiam ao certo os riscos que corriam. Por idealismo, desejo de ver o País retornando à Democracia, ou o sonho de construir um País mais igualitário os levavam a correr todo tipo de risco. Muitos desses jovens aderiam ao movimento de resistência por militarem junto à Pastoral da Saúde, ao Movimento Eclesial de Base, que eram focos de resistência à Ditadura. De depoentes como Jorge Luiz de Souza, porém, temos declarações que vão no sentido contrário, o que pode indicar que, entre alguns militantes, poderia haver um nível maís elevado de politização e consciência política:

> Olha, nós éramos muito jovens, mas a gente sabia o que tava fazendo, em momento algum vou dizer que a tava enganado, eu tava, eu não, vou dizer eu nunca dei um tiro na minha vida, mas eu apoiava em teoria né que poderia se tornar pratica a participação armada [52].

Muitos dos jovens que participaram do movimento de resistência não foram penalizados unicamente com morte, prisão, exílio ou tortura. Alguns, após terem sido presos, mesmo absolvidos, carregavam o estigma de serem "revoltosos". Enquanto durou a Ditadura, encontraram dificuldades em aceitação no trabalho como consequência do seu passado de militância política.

[50] Depoimento prestado por Élio Ramires Garcia à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[51] Depoimento prestado por Perly Cipriano à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Dos depoimentos coletados, porém, não há registros de estudantes que, no Espírito Santo, ingressaram em ações armadas, tão comuns em outros estados à época, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraís, Rio Grande do Sul e partes do Nordeste. Contudo, militantes como Perly Cipriano chegaram a ingressar em organizações que aderiram à luta armada, caso do ALN, enquanto outros, como Jorge Luiz de Souza, tentaram, sem sucesso, aderir à guerrilha.

> Não, eu só, eu me candidatei, me candidatei à guerrilha em segundo semestre de 1970, e fui a uma, foi a primeira vez que eu fui a um encontro no Rio com o Lincoln Oest e depois foi morto, e calhou que a minha namorada tava grávida e quando eu contei isso por Lincoln Oest eu fui reprovado, a minha reprovação pra guerrilha foi por causa disso [53].

Ao ingressar no serviço público depois ter participado do movimento de resistência à Ditadura, Elizabeth Santos Madeira foi duramente perseguida. Segundo seu relato, o Secretário de Estado da Saúde, Gélio Martins Farias, a perseguiu duramente, chegando a demiti-la mesmo sendo ela médica concursada e estável. "[...] Ele teve que sustar a demissão, mas me tirou do setor para médicos e me jogou no setor de engenharia que analisava plantas de Projetos Sanitários e deu ordem para a chefia de que eu não podia fazer nada [...]".[54] O dossiê que evidenciava a participação de Elizabeth Santos Madeira no movimento de resistência ao Regime Militar, era mostrado pelo Secretário para as visitas e colegas, dizendo para que todos tomassem cuidado com ela por ser comunista.

O mesmo ocorreu com Renato Viana Soares, de quem se exigiu requisitos além daqueles normalmente requeridos a ingressantes no serviço público. O depoente relembra, da seguinte forma, seu processo de entrada no quadro docente da Universidade Federal do Espírito Santo, nos anos 1980, após retornar do exílio na Europa:

> Foi essa Comissão dizendo que eles estavam precisando de professores no curso de comunicação, foi quando eu iniciei o processo pra essa hipótese aqui da universidade. Houve um zum, zum, zum, houve bastidor somente, mas não houve nada que tenha se concretizado pra impedir. Eles trouxeram pra eu assinar, quando eu cheguei, do Departamento de Pessoal um documento que eu chamava aquilo de confissão ideológica, pra assinar dizendo o que você era e que não era, e aí repudiando as formas dos estudantes comunistas, aquelas coisas. Me apresentaram aquilo, eu falei: não assino não. Mas por que você não assina? Mas todo mundo assina? Se você me mostrar a norma que esteja, porque você me mostrou uma relação de documentos não tem aqui este documento, se você me mostrar onde está aqui a exigência deste documento ou se você me fizer por escrito e me der cópia dele aí eu assino. Não, esse é extraoficial, quando as pessoas entram aqui assinam. Não assino não, deixo de entrar, mas não assino, não. E aí eu entrei, foi quando esse documento deixou de ser exigido aqui na universidade, em 1980 [55].

[53] Depoimento prestado por Jorge Luiz de Souza à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[54] Depoimento prestado por Elizabeth Madeira à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Mas a resistência ao Regime de Exceção não ficou concentrado unicamente entre professores, estudantes secundaristas e universitários. Na área cultural, um significativo número de pessoas militava, posicionando-se contrários à Ditadura. Artistas, cantores, artistas plásticos, jornalistas, usavam das estratégias possíveis para driblar a censura que se instituiu. Em seu depoimento, o produtor cultural Milson Henriques [56] aponta-nos os intelectuais com quais convivia no período da Ditadura, entre outros, relaciona os jornalistas Oswaldo Oleari, Carmélia de Souza, Maura Fraga, Cláudio Lachini, Marien Calixte, Amilton de Almeida, Manoel Santana, Paulo Eduardo Torres, Bruno Barreto, Xerxes Gusmão Neto; o cineasta Toninho Neves, o artista plástico Coraci, o músico Maurício de Oliveira, o cantor Aprígio, o escritor e advogado Ewerton Montenegro, o fotógrafo Gyldo Loiola, a atriz de teatro Mariângela. Outro depoente, Oswaldo Oleari [57], acresce a essa lista, os nomes dos radialistas Eleison de Almeida, Alencar Garcia de Freitas e Jair Baptista, os jornalistas Nabor Vidigal, Darly Santos, José Antonio Mansur, Rubinho Gomes, Alexandre Bear, Ariel de Almeida.

Muitos dos personagens citados por Milson Henriques não necessariamente tinham engajamento ou maior participação no movimento de resistência ao Regime. Ele próprio fez questão de dizer que "[...] nunca participei de nada estudantil, eu sempre fui simpatizante, mas nunca fui militante [...]".

Não importava aos militares que estavam no poder se a participação era mais ou menos efetiva. Ser simpatizante, ter amigos simpatizantes ou participantes da oposição ao Regime, já colocava o indivíduo sob suspeita e, portanto, deveria ser vigiado e, por vezes, chamado pra prestar esclarecimentos. Foi o que ocorreu com Milson Henriques, o qual afirma que, tão logo o Golpe se instituiu, "[...] começaram a me investigar, começaram a ir ao meu trabalho para saber sobre mim [...]"[58]. Embora falasse aos quatro ventos que não tinha ligação com a oposição ao Regime, foi detido, ficou preso para investigação por dois dias, incomunicável, no prédio da FAFI. Prova cabal de que Milson Henriques não fazia parte do movimento organizado contrário aos militares, é que ele foi acusado por esse movimento de ter-se vendido ao poder estabelecido.

Relata que, quando, após convite para trabalhar no recém-inaugurado Teatro Carlos Gomes, em peças infantis, durante o Governo de Christiano Dias Lopes, foi questionado: "Virou a casaca agora? Está com os homens? [...]"[59].

Acerca da suspeição e/ou perseguição a qualquer indivíduo que se aproximasse de alguém considerado com hostilidade pelo Regime, o depoimento de Perly Cipriano nos dá a medida exata, quando narra o que sofreu após se encontrar com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, no Rio de janeiro. Relata a sua prisão pelo simples fato de ter levado um convite para que JK fosse paraninfo na sua formatura em odontologia:

[55] Depoimento prestado por Renato Viana Soares à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[56] e [58] Depoimento prestado por Milson Henriques à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[57] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

> Nessa ocasião eu fui também além de ir representar os estudantes fui levar o convite da minha turma de odontologia para trazer o Juscelino Kubitschek como paraninfo da nossa turma. Juscelino havia sido cassado, enfim, para os estudantes era um momento importante trazer essas pessoas e quem fez os contatos com o Juscelino foi Carlito Von Schilgen. Por ironia do destino ele foi candidato do PSD, mas ele era um homem que logo no comecinho do golpe, nós do partido comunista pegávamos uns trocadinhos com ele, ele dava ajuda pra gente prá ajudar em alguma coisa. Ele era inicialmente do MDB, depois mudou para PSD e ele que fez o contato com Juscelino. Ele morava em Copacabana e eu fui levar o convite todo contente, tomei café com ele, "contava isso para os meus colegas porque todos nós vivíamos num miserê tremendo comendo pão seco e eu com Juscelino tomando café." Tomamos café, conversamos longamente sobre nossos sonhos. Voltei para a pensão de quinta categoria que estava eu todo contente, daí um pouco chega à polícia. Levaram-me para o DOPS em Niterói com mais 3 (três) estudantes. Passamos uma noite lá, eu só não sei até hoje o advogado que me defendeu. Foi um advogado lá fez a nossa defesa da gente às 6h da manhã, e eu nunca soube quem era esse advogado [...][60].

Para vigiar, controlar e punir a todos que se mostrassem adversários do Regime foi montado um aparato repressor a partir de instalações físicas e de contingente de pessoal. Dependendo do grau de periculosidade que os opositores representavam ao Regime, esses poderiam ser apenas vigiados, levados detidos para averiguações, ou mesmo presos para serem torturados. Assim, foi necessário montar uma estrutura física que atendesse a essas necessidades. Diversos foram os locais que funcionaram como base de apoio ao aparato repressor.

O atual 38º BC era o local para onde eram levados os opositores considerados mais perigosos, onde ocorriam as torturas e espancamentos. Pessoas em prisão temporária ou detidas para averiguações eram levadas para os porões da Capitania dos Portos, da FAFI ou ainda o Quartel dos Bombeiros no Parque Moscoso.

No Centro da cidade de Vitória, funcionava o Quartel General da Rede de Informações, do Serviço Nacional de Informações. Além de contar com instalações para efetuarem os serviços de vigília, prisões, averiguações e tortura, o aparato repressor dispunha de um grande contingente de agentes que municiavam o Serviço Central de Inteligência. Esses agentes poderiam ser policiais ou mesmo civis a serviço do Regime e estavam espalhados por todos os cantos: nas escolas, na Universidade, nos sindicatos, nas Igrejas, nos meios de comunicação. Estes acompanhavam de perto manifestações, reuniões promovidas pelos opositores à Ditadura. Muitas vezes, a oposição não sabia da presença desses infiltrados. Em seu depoimento, Oswaldo Oleari diz suspeitar da ação de um possível agente infiltrado, quando relata o seguinte:

[59] Depoimento prestado por Milson Henriques à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[60] Depoimento prestado por Perly Cipriano à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

> Eu só fiquei sabendo que havia 2 (dois) agentes no dia em que Renato Viana Soares me falou no Quartel. Mas eu tenho um episódio logo nos primeiros dias da 'Revolução' que me marcou muito. Eu morava em Jardim América, um certo dia me aparece lá um colega que fazia [o Curso de] Direito. Nessa época havia várias linhas de comunismo: leninistas, stalinistas e da linha chinesa. [...] E aparece um colega, Antônio Carlos Pimentel, [...] para me convidar a dinamitar a torre da Rádio Vitória, que estava na rede da democracia. Eu disse: - Como é que é, dinamitar a torre da Rádio Vitória?- É, estamos fazendo um projeto e gostaríamos que você participasse. – Eu disse: - Pimentel, eu não acredito que dinamitar a torre da Rádio Vitória vá resolver qualquer coisa, eu não admito esse tipo de comportamento de violência, acredito que não seja por esse caminho que vamos chegar lá. [...] Não é essa democracia que queria e disse: - Não concordo, não participo e creio que vocês devam tirar isso da cabeça, isso é uma aberração. Bom, na verdade isso era apenas uma encenação. Lá adiante fui saber disso. Fazia parte desse processo que me seguiam e que queriam me pegar, porque fui marcado devido a minha coluna *[Diagonal]*.[61]

O que gerou a suspeita para Oleari foi o fato de que Antônio Carlos Pimentel, pouco tempo depois estava trabalhando no gabinete do então governador nomeado pela Ditadura, Eurico Vieira de Resende.

Os depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim possibilitam-nos entender bem a lógica do Regime instituído que era o temor da existência de uma rede conspiratória, ao vigiar indiscriminadamente todos os cidadãos, como se estes fossem possivelmente inimigos. Escrever, posicionar-se, ter algum tipo de ligação com pessoas consideradas inimigas ou suspeitas colocavam o aparelho do Estado em alerta.

Em seu depoimento, Milson Henriques nos dá bem a compreensão da paranoia que se estabeleceu tão logo a Ditadura se instalou. A censura tudo vigiava e se esta fizesse objeção a um texto teatral, ou jornalístico, ou mesmo a uma letra de uma música, bastava para que o autor ficasse marcado e em constante vigilância. Muitas vezes, os alvos da censura agiam deliberadamente, com intuição de atingir o Regime; outras vezes, não havia essa intenção, embora a censura entendesse que sim. Ao se apresentar em shows musicais em Vitória, Milson Henriques nos fala de como encontravam óbice da censura, por cantarem músicas consideradas de esquerda. Foi o que ocorreu quando apresentou um espetáculo na antiga Escola Técnica Federal, em Jucutuquara, quando cantou a música de Paulo Sérgio Pinheiro, que dizia:

> Quando um muro me separa, uma ponte une, se a vingança encara o remorso, pune, você vem me prende, alguém vem e me solta, se a força é sua, um dia é nossa, que medo você tem de nós em? Todo morro entendeu quando o Zelão chorou, ninguém riu, ninguém brincou [62].

[61] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Nessa ocasião, só porque cantou a música, foi chamado à Polícia Federal para prestar depoimento. Lá ele teria dito aos policiais o seguinte:

> Não tenho nada para prestar declaração. – eles diziam: - Essa música é proibida. Eu dizia: - Como proibida? Essa música está gravada. Eles diziam: - Mas não pode falar. Como não pode falar? E essas perseguições havia. Tive cinco peças censuradas, além das que fiz com Toninho, qualquer coisa minha era censurada, censurava o jornal [...].[63]

Andar a esmo pela cidade podia ser visto como algo suspeito. Quando chegou a Vitória, certa noite, ele resolveu acompanhar a chegada de um navio no Porto de Vitória. Quando estava na Avenida Beira Mar, chegou um policial e lhe perguntou: "O que o senhor está fazendo aqui? Eu disse: O senhor trabalha onde? Eu disse: Não trabalho. Ele disse: Vai andando, não pode ficar aqui. – Daí eu disse: - Mas tem o túmulo de Anchieta aqui. Ele me disse: - Não tem nada de túmulo, vai andando". [64]

João Baptista Herkenhoff, que atuava como juiz de direito, com destacada participação na Comissão de Justiça e Paz, faz um relato surpreendente de como era monitorado pelos órgãos de vigilância e monitoramento, o que demonstra o clima de tensão no qual se vivia:

> A Comissão de Justiça e Paz é uma comissão ligada à chamada "igreja progressista, quer dizer: "Teologia da Libertação". É uma linha que dentro da própria igreja tem adversários, não tem apoio unânime dentro da igreja católica, não tem apoio unânime, tem uns a favor e tem outros contra. Mas de qualquer maneira eu era membro da Comissão de Justiça e Paz, que era uma comissão contra todo o abuso, a favor da liberdade, aos direitos humanos, contra tudo de absurdo que fazia lá. Então o fato de ser membro da Comissão de Justiça e Paz, já colocava uma suspeição, quem é membro de uma comissão dessa, até falavam para a gente que era "Comissão de Futrica e Paz", em vez de falarem Comissão de Justiça e Paz, em caráter de humilhação falavam "Comissão de Futrica e Paz", como se fosse uma comissão irresponsável que ficasse futricando e fazendo esse tipo de coisa. Então todos os meus trajetos de carro eram vigiados, eu estava de carro, tinha uma carro atrás da polícia política. Aonde eu fosse eles faziam questão de mostrar que eu estava sendo vigiado, era uma forma de pressão psicológica, então eu ia, mas sabia que atrás havia um carro da polícia política. Com minha mulher era a mesma coisa, às vezes era para amedrontar. Infalivelmente, com muita frequência, eu senti que estava sendo acompanhado andando de carro, um carro atrás me acompanhando. Inclusive quando ia às Comunidades Eclesiais de Base, que era nos morros, também frequentemente me acompanhavam, podiam até desviar para não dar muito na vista, mas eles iam para que eu soubesse que estava sendo vigiado [65].

[62], [63] e [64] Depoimento prestado por Milson Henriques à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

Sobre àqueles que recaía [66] uma suspeita maior, a tendência era o cerco se fechar, não restando a essas pessoas outra alternativa senão fugir. Nessas fugas, quase sempre contavam com pessoas amigas ou familiares que, com gestos de solidariedade, escondiam-nas ou contribuíam facilitando a fuga. Oswaldo Oleare exemplifica tal assertiva ao narrar o apoio dado pelo jornalista Hélio Dórea para que outro jornalista, o Darly Santos, pudesse fugir para Domingos Martins, evitando assim que fosse preso.

Quando houve uma tendência do Regime endurecer ainda mais, a caça aos opositores se tornou mais contundente, o que levou a que muitos fossem presos e torturados. Alguns, inclusive, foram levados para fora do Estado, como foi o caso do João Amorim Coutinho. Em seu depoimento, Coutinho diz que a pressão do Regime para desbaratar a ação da facção liderada por integrantes dissidentes do PC do B, a chamada Ala Vermelha, da qual fazia parte, se acentuou bastante. A prisão de membros dessa facção se deu em diversas regiões do Brasil como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, até chegar ao Espírito Santo. Certamente, a partir da prisão de membros dessa ala em outras localidades foram sendo revelados aos militares os seus membros aqui do Espírito Santo. Presos e torturados por uma semana, João Amorim Coutinho, a '[...] Laura Maria da Silva Coutinho e mais 7 (sete) companheiros [...] fomos levados para o DOI/CODI, em São Paulo. [67] A tortura efetuada aos presos era no antigo 3º BC, em Vila Velha.

Segundo Coutinho, foi iniciado por "[...] um processo de choque elétrico. Me colocaram sentado numa cadeira, amarraram meus dois pulsos e foram colocados fios em torno dos pulsos, dos dedos, da língua e nos ouvidos inicialmente[...]".[68]

A vigília reinava sobre os considerados inimigos do Regime. Todos os considerados opositores ao Regime, quer aqueles que promoviam ações efetivas quer os tão somente simpatizantes aos opositores ou contrários às arbitrariedades cometidas pela Ditadura eram implacavelmente vigiados. O Bispo D. João Baptista da Mota e Albuquerque concedeu à revista Capixaba uma entrevista posicionando-se contrário às ações do Regime ditatorial. Tal ação fez com que o Secretário de Segurança Pública, em correspondência datada de 20 de maío de 1969, enviada ao Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, pedisse orientação como proceder, caso o bispo em questão se pronunciasse novamente agredindo a "Revolução".

> Como esse Arcebispo alguns padres continuam no interior do Estado a fazerem críticas até injuriosas a Revolução de 1964, mesmo depois da promulgação do Ato Institucional nº 5. [...] Como não podia deixar de ser determinei aos Delegados Municipaís que discretamente fossem anotando tais pronunciamentos quando não fosse possível gravá-los. [...] Estes padres que felizmente não são todos, mas alguns, seguem a orientação Política do Sr. Arcebispo, razão suficiente para temermos que repentinamente voltem a se pronunciar.

[65] Depoimento prestado por João Baptista Herkenhoff à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".
[66] Depoimento prestado por Oswaldo Oleari à Comissão Estadual da Memória e Verdade "Orlando Bomfim".

O documento em questão é bem elucidativo ao evidenciar que parte da Igreja se posicionava contra o governo militar; e, por essa razão eram, vigiados e suas ações controladas. Outra demonstração de que passos e ações eram vigiados pelo aparato repressor, são os chamados Dossiês que eram criados, aos quais eram anexadas falas, pronunciamentos, participações em reuniões de todos aqueles que não compactuavam com a Ditadura. Encontramos dossiês dos seguintes personagens: D. João Baptista Motta e Albuquerque. Nesses dossiês, encontramos documentos variados como recortes de jornais (alusivo a pronunciamentos), fotografias (participação em reuniões ou manifestações).

Por fim, tomando como base fontes documentais levantadas como periódicos, telegramas, correspondências, dossiês e documentos do DOPS, sob a guarda do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e depoimentos colhidos pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, junto aos perseguidos pelo regime ditatorial no Estado do Espírito Santo, foi possível traçar, por meio de representação de gráficos e tabelas abaixo, síntese quantitativa de informações a partir dos relatos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, caracterizar os perseguidos pelo regime, bem como conhecer o *modus operandi* do aparelho repressor e sua constituição.

[67] Depoimento prestado por João Amorim Coutinho à Comissão Estadual da Memória e Verdade, Orlando Bomfim.
[68] Idem.

IV. Síntese quantitativa das informações segundo os depoimentos de perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Tabela 01 - Sexo dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Masculino	12
Feminino	02
Total	**14**

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim-Cemvob

Gráfico 01 - Sexo dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

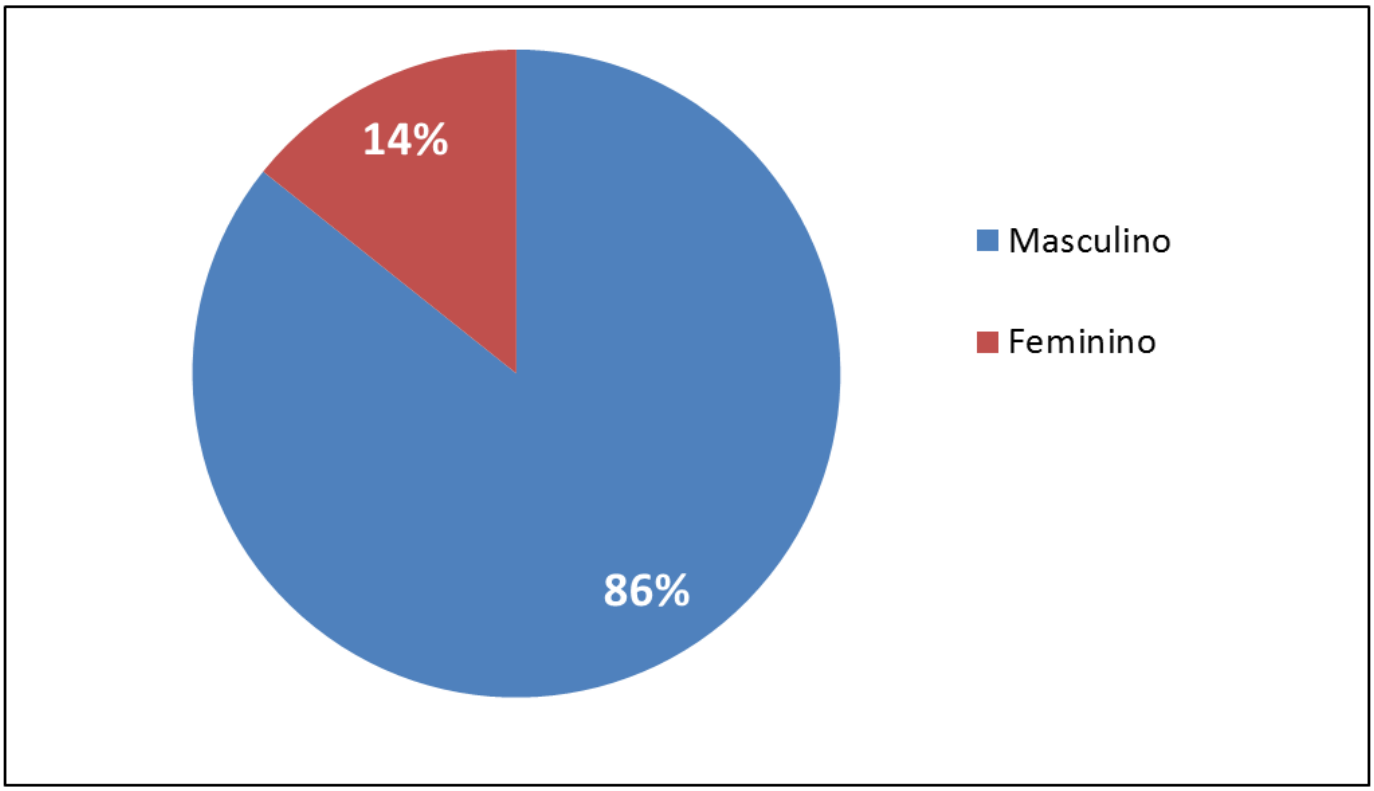


Tabela 02 - Nome e profissão atual dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Profissão atual
Dom Aldo Gema	Religioso – Bispo Emérito
Perly Cipriano	Dentista
Adriano Sisternas	Engenheiro
Antônio Caldas Brito	Economista
Jorge Luiz de Souza	Economista e jornalista
Mirtes Bevilacqua Corradi	Professora e advogada
João Baptista Herkenhoff	Juiz aposentado e escritor
Elio Ramires Garcia	Professor
Elizabeth Santos Madeira	Médica
João Amorim Coutinho	Professore escritor
Milson Henriques	Jornalista e cartunista
Oswaldo Oleari	Jornalista
Renato Viana Soares	Professor universitário e escritor
Roberto Valadão	Tabelião

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim-Cemvob

Tabela 03 - Período de militância a que se referem os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes*
1960 a 1964	8
1965 a 1969	10
1970 a 1974	7
1975 em diante	3
Sem informação	1

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim – Cemvob
***Alguns depoimentos referem-se a todos os períodos**

Gráfico 02 - Período de militância a que se referem os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

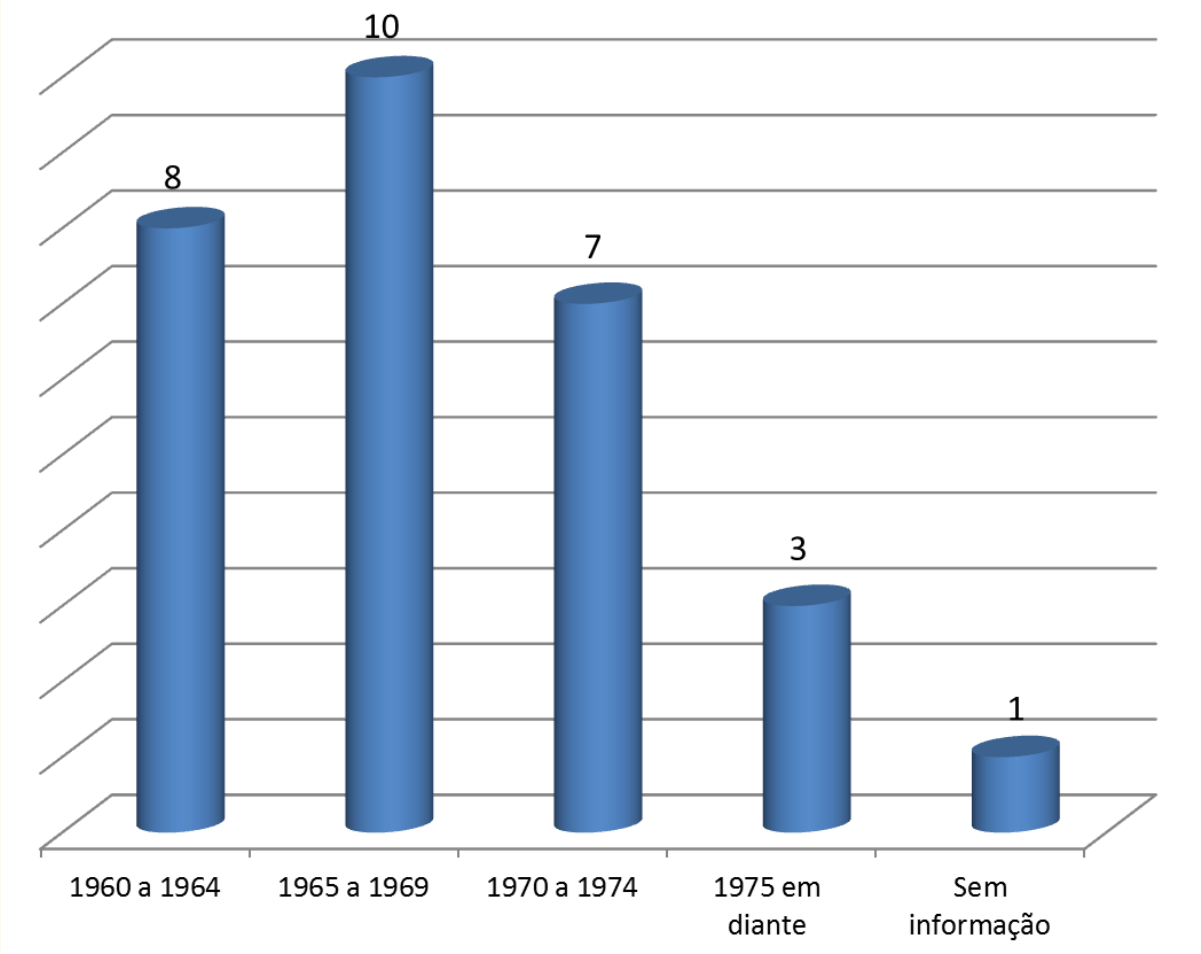
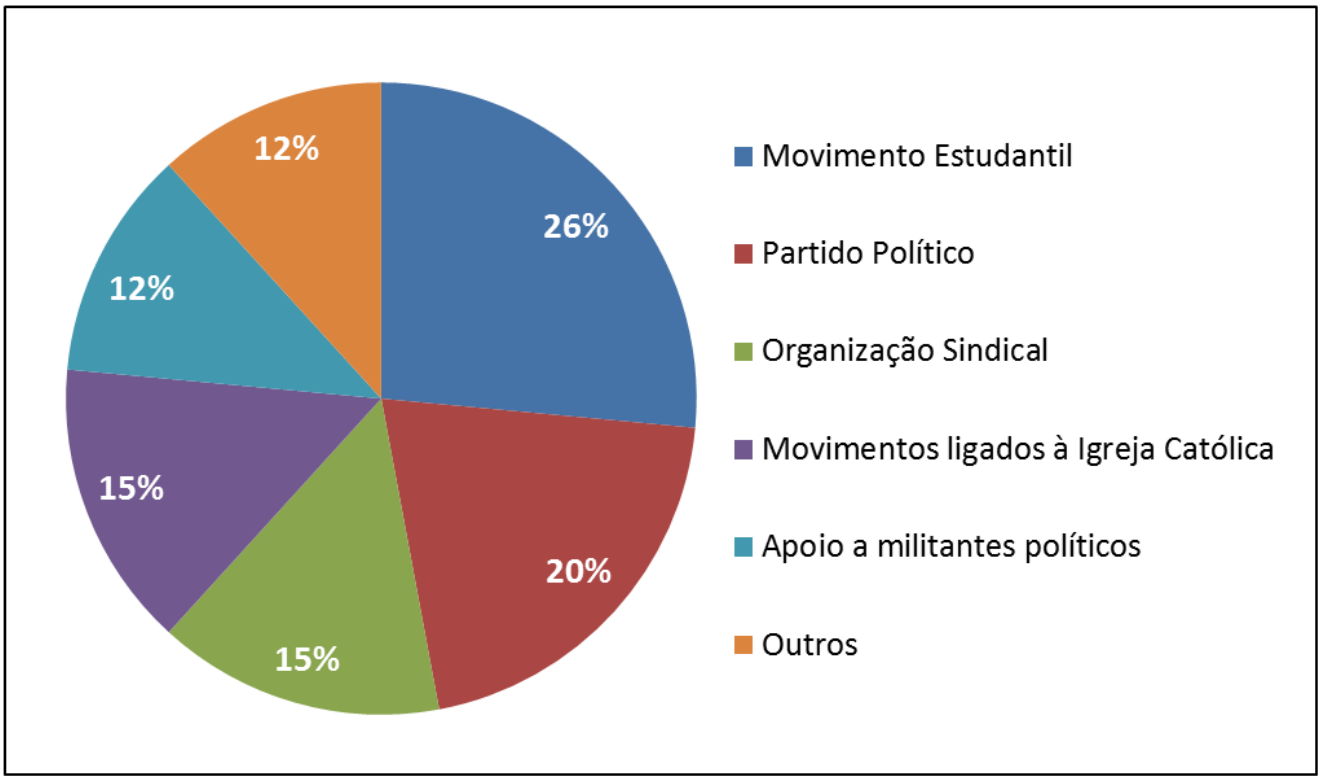


Tabela 04 - Lutas e espaços de militância dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Movimento Estudantil	09
Partido Político	07
Organização Sindical	05
Movimentos ligados à Igreja Católica	05
Apoio a militantes políticos	04
Outros	04

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 03 - Lutas e espaços de militância dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor



Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Tabela 05 - Denominação das Instituições e organizações de militância dos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Casa do Estudante	02
CEBS - Comunidade Eclesial de Base	02
CEU – Clube dos Estudantes Universitários	03
Comando dos Trabalhadores Intelectuais	01
Comissão Justiça e Paz	02
Conselho Sindical	01
DCE - Diretório Central de Estudantes	03
DEE- Departamento Estadual de Estudantes	01
FETAES- Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do ES	02
Frente de Mobilização Popular	01
JEC- Juventude Estudantil Católica	02
JUC- Juventude Universitária Católica	02
MST- Movimento dos Sem Terra	01
PCB- Partido Comunista Brasileiro	04
PC do B - Partido Comunista do Brasil	04
Sindicato dos Comerciários	01
UBES- União Brasileira de Estudantes	03
UEE – União Estadual dos Estudantes	04
UESI- União Capixaba de Estudante	02
UNE-União Nacional dos Estudantes	02
União Metropolitana de Estudantes Secundaristas	01

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Tabela 06 - Principais ações desenvolvidas pelos depoentes no período de militância perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Elaboração e/ou reprodução de textos, jornais, folhetos	11
Organização e mobilização estudantil	09
Participação e articulação com partido político	07
Ministração de aulas, cursos e palestras contrários à ditadura militar, injustiça social	05
Organização e mobilização sindical	04
Articulações com organizações nacionais	03
Apoio a movimentos sociais de luta pela terra	03
CEBS - Comunidade Eclesial de Base, Pastorais	03
Articulações com organizações internacionais	02

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 04 - Principais ações desenvolvidas pelos depoentes no período de militância perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

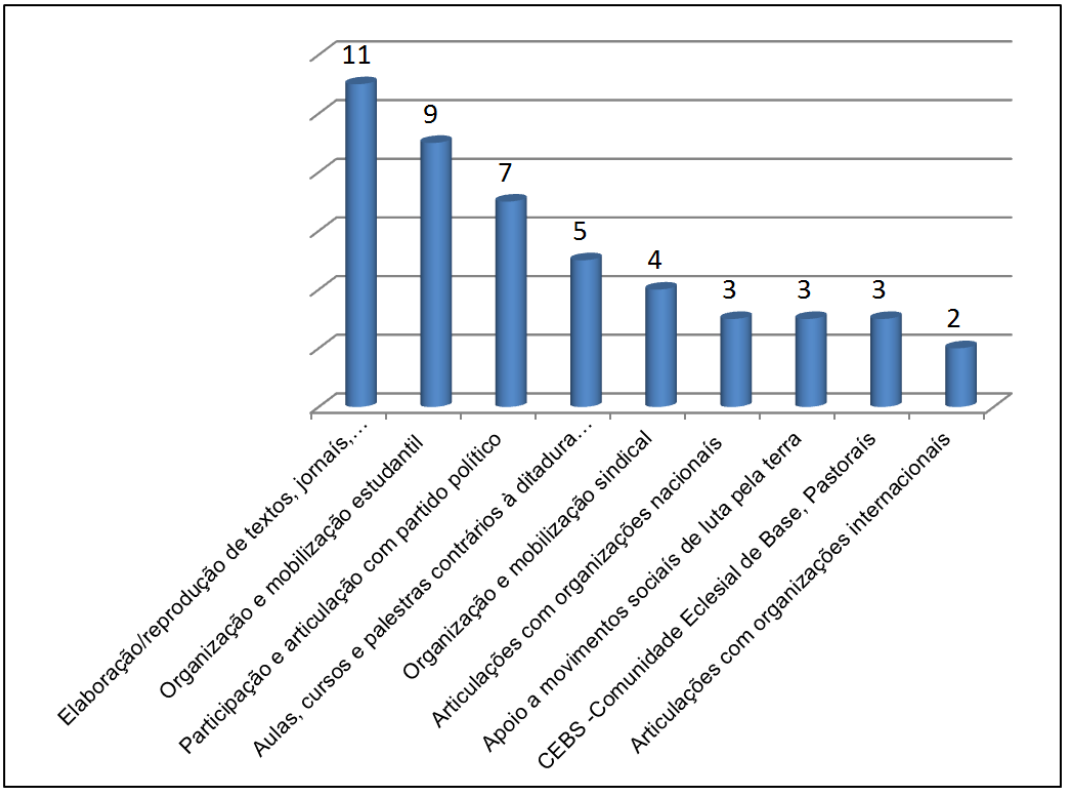


Tabela 07 - Municípios capixabas alcançados pelas principais ações de militância, segundo os depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes	Principais Ações
Aracruz	01	Organização e mobilização sindical
Baixo Guandu	01	Organização e mobilização sindical
Barra de São Francisco	01	Organização e mobilização sindical
Cachoeiro de Itapemirim	01	Organização e mobilização estudantil
Cariacica	01	Organização e mobilização estudantil, Organização e mobilização sindical
Castelo	01	Organização e mobilização sindical
Colatina	02	Organização e mobilização estudantil, Organização e mobilização sindical
Conceição da Barra	01	Apoio a movimentos sociais
Ecoporanga	01	Organização e mobilização sindical
Jaguaré	01	Apoio a movimentos sociais
Jerônimo Monteiro	01	Organização e mobilização sindical
Muniz Freire	01	Organização e mobilização sindical
Nova Venécia	01	Apoio a movimentos sociais
Pedro Canário	01	Apoio a movimentos sociais
Vila Velha	01	Organização e mobilização estudantil
Vitória	12	Organização e mobilização estudantil, Organização e mobilização sindical, Apoio a movimentos sociais

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 05 - Percentual de municípios capixabas segundo as principais ações de militância, segundo os depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

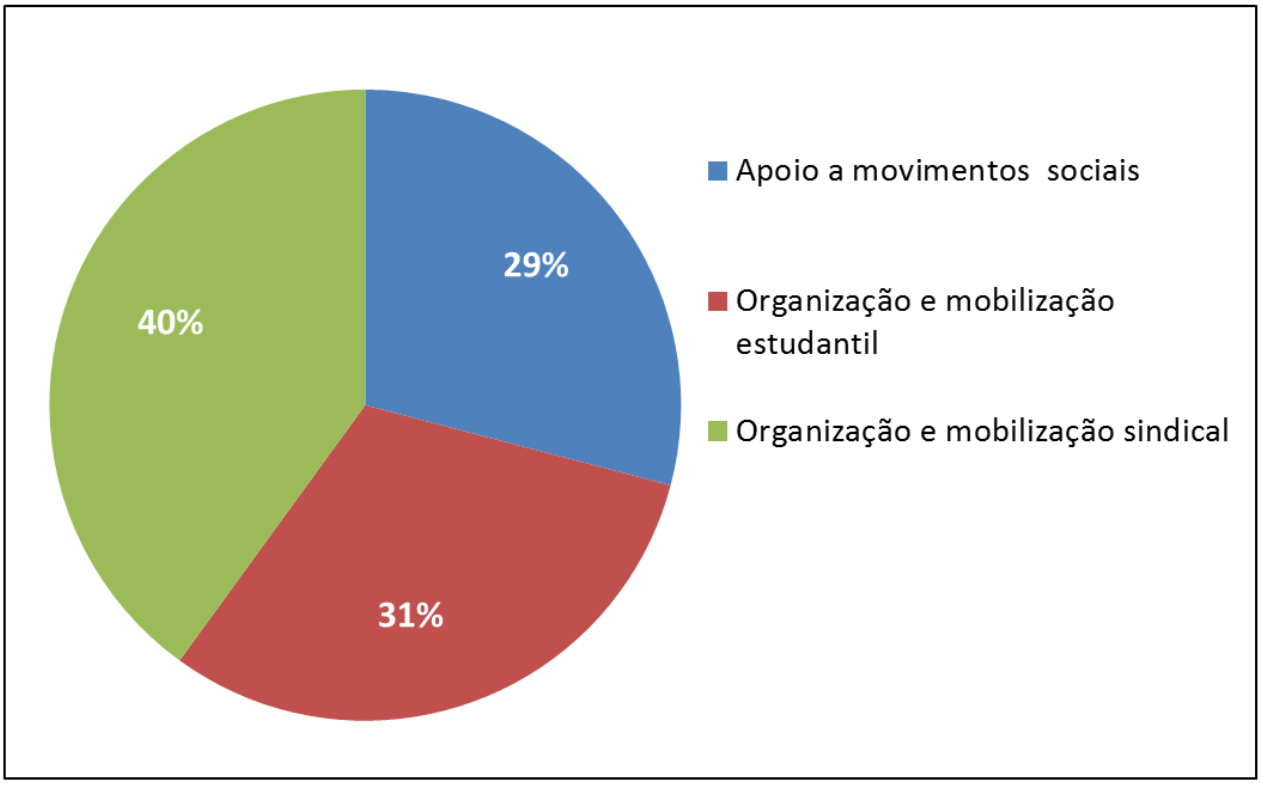


Tabela 08 - Número de prisões, segundo os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Uma a duas	07
Três a quatro	03
Nenhuma prisão	04

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 06 - Número de prisões, segundo os depoimentos de perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

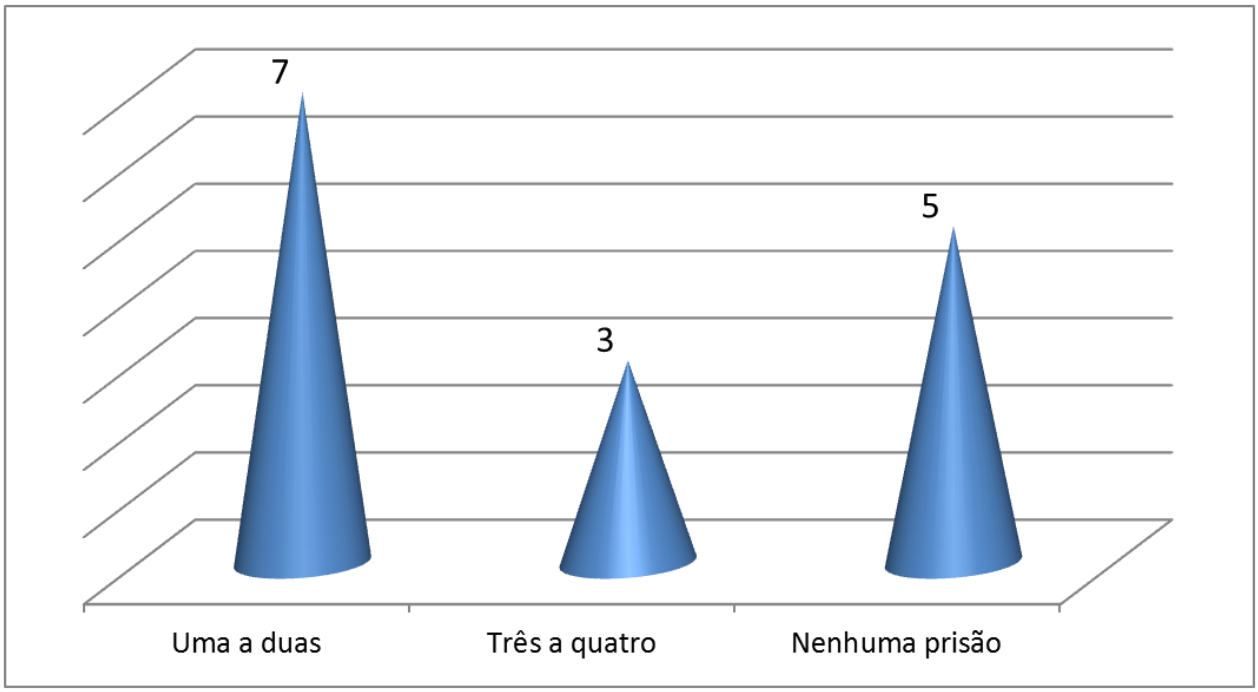


Tabela 09 - Práticas e métodos das graves de violações de Direitos Humanos sofridas, segundo os depoentes dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Ameaças	14
Detenção para depoimentos	13
Tortura psicológica	12
Prisão	10
Violência física	07
Tortura física	04
Ameaça a familiares	04
Diversas	04

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 07 - Práticas e métodos das graves de violações de Direitos Humanos sofridas, segundo os depoentes dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

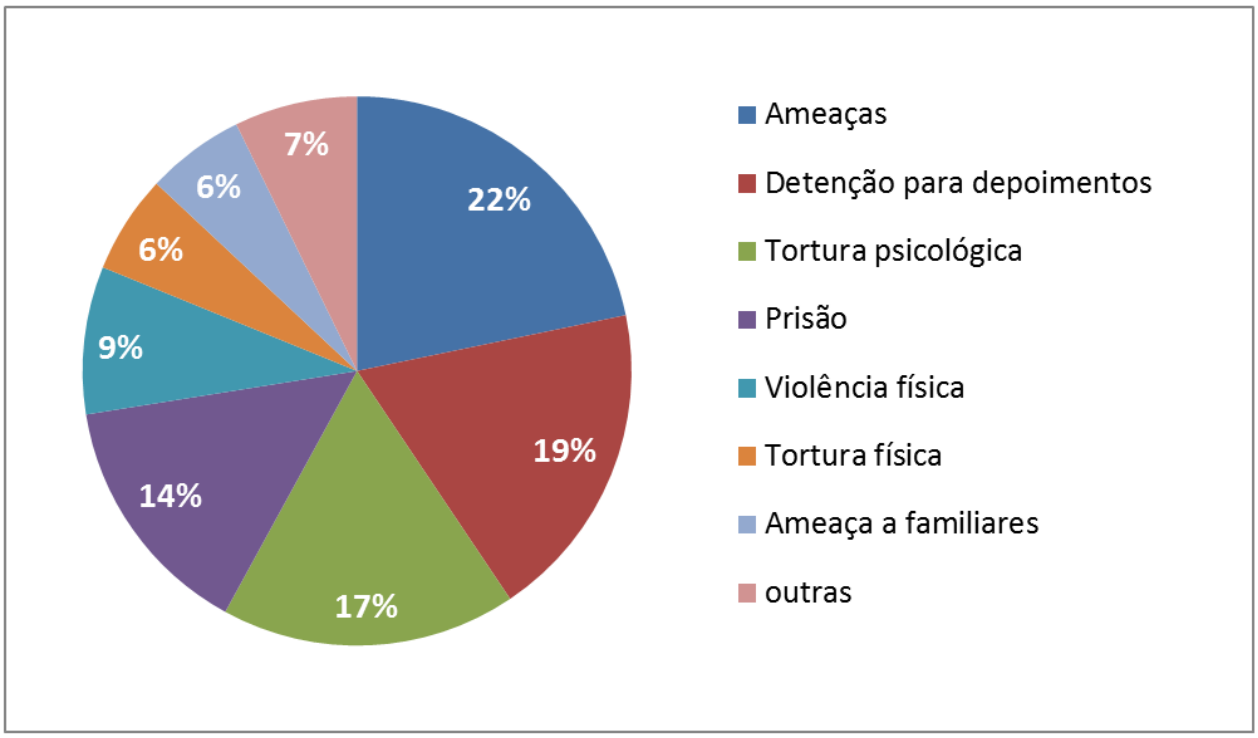


Tabela 10 - Práticas e métodos de torturas físicas sofridas pelos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Violência física (socos, tapas, empurrões)	04
Choque elétrico	03
Palmatória/cassetetes	03
Solitária	03
Chutes	02
Afogamento	02
Quarto escuro	02
Pau de Arara	01
Ciranda	01
Pendurado pelas algemas	01
Capacete do dragão	01
Maquineta de pimentinha	01
Ameaça com cachorro	01
Não sofreu tortura física	08

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 08 - Principais práticas e métodos de violências e torturas físicas sofridas pelos depoentes perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

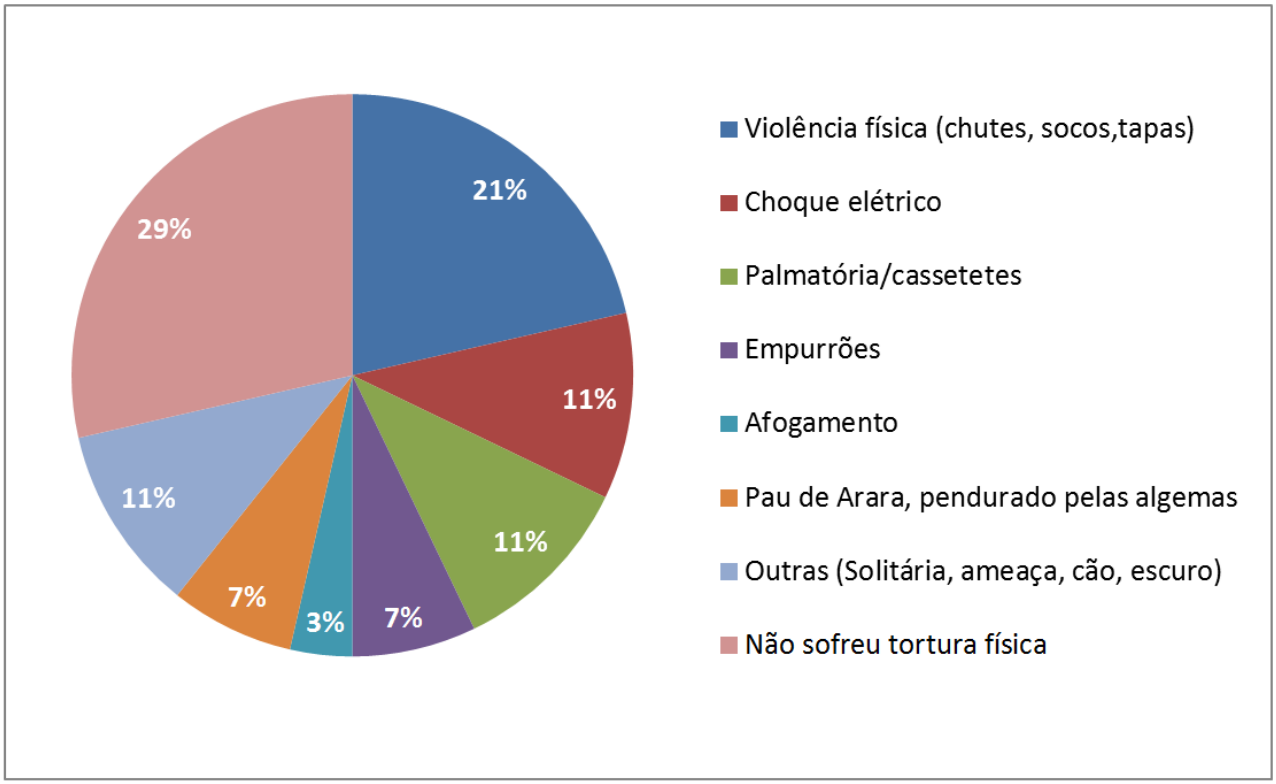


Tabela 11 - Locais das violações aos direitos humanos, segundo os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Quartel do Exército	07
Quartel da Polícia Militar	04
Polícia Federal	04
Quartel Corpo de Bombeiros	02
Prédio da Policia civil	01
Outros (DOPS, DOI-COD)	05

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 09 - Locais das violações aos direitos humanos, segundo os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

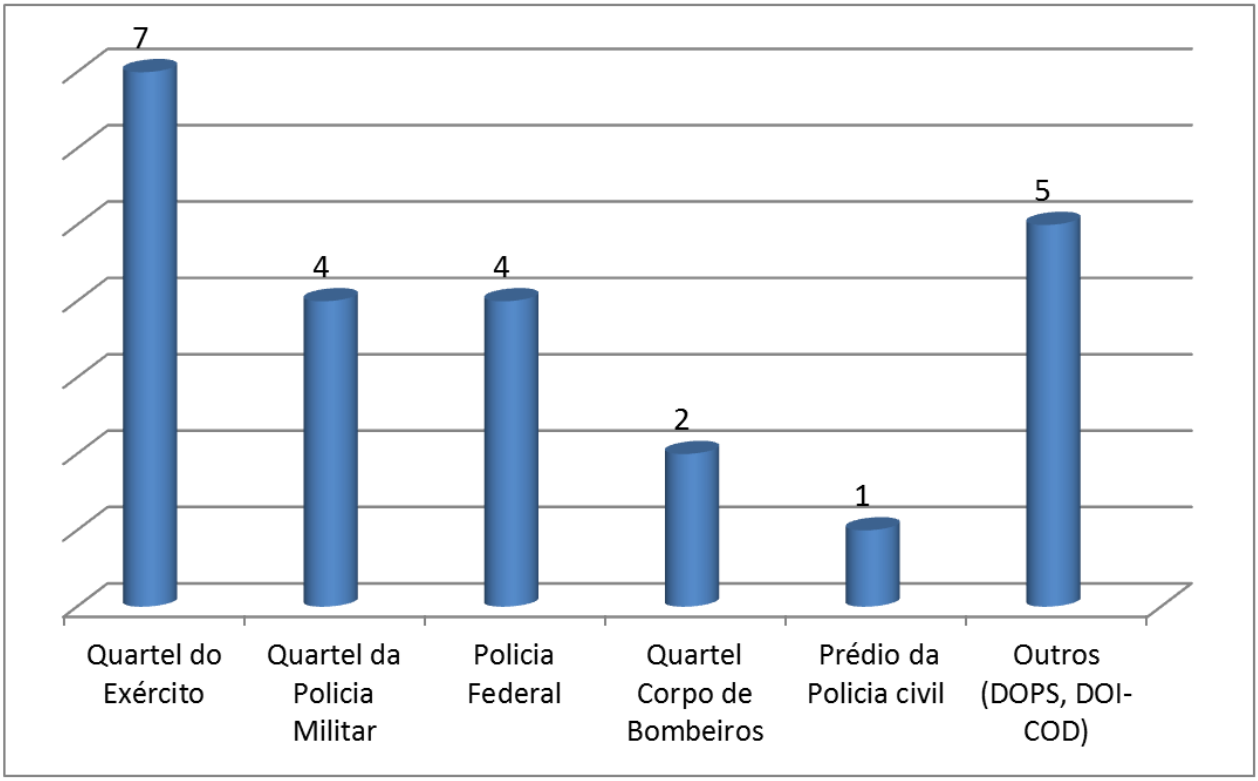


Tabela 12 - Autores das violações aos direitos humanos, segundo os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Especificação	Nº de depoentes
Membro do Exercito	04
Policial Militar	03
Policial Civil	02
Aeronáutica	02
DOPS	02
Suposto militar ou policial sem farda	01
Diversos	06

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 10 - Autores das violações aos direitos humanos, segundo os depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

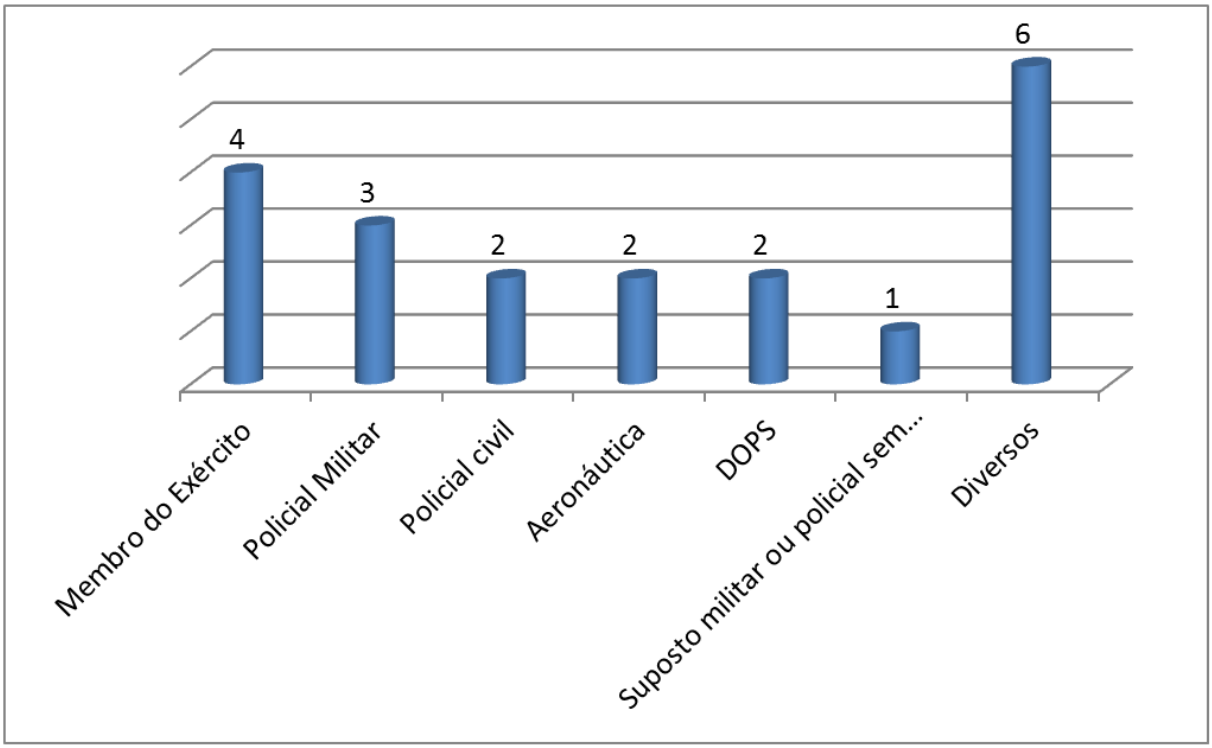


Tabela 13 - Nomes e codinomes de autores das violações aos direitos humanos, citados nos depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Nome/Codinome	Vínculo Institucional
Capitão Batalha	Exército
Capitão Guilherme	Exército
Doutor Pablo	Exército
Capitão Danilo	Exército
José Dias Lopes	Polícia Civil
Odolito	Polícia Civil
Armando Samico	Coronel-Dentista
José Silvestre	Sem Informação
Miranda	Advogado
Malhães	Sem Informação
Sem Informação de nome	Jornalista
Sem Informação de nome	Pastor
Sem Informação de nome	Estudante de medicina

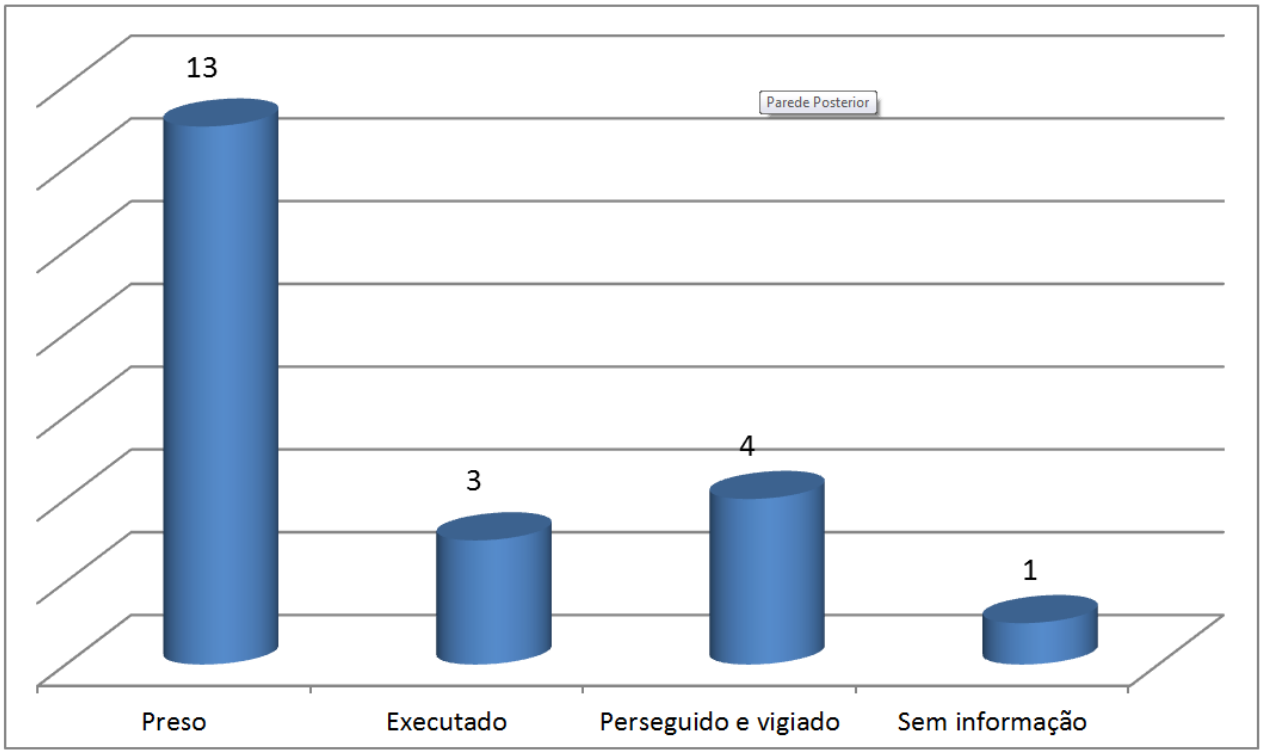
Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Tabela 14 - Nomes e codinomes de capixabas executados, presos, perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, citados nos depoimentos dos entrevistados

NOME/CODINOME	
Ademar de Oliveira Neves	Preso
Américo Zaprongne	Preso
Arildo Valadão	Executado
Augusto Carlos Calmon Nogueira da Gama	Preso
Benjamim Campos	Preso
Bianor Ribeiro	Preso
Helcio Alves da Mota	Preso
Hermógenes Lima Fonseca	Preso
Jaíme Lana Marinho	Preso
João Gualberto Calatrone	Perseguido e vigiado
José Cipriano	Preso
José Maurilho Patrício (Mané do B)	Perseguido e vigiado
Lincoln Bicalho Roque	Executado
Marcos Adelino	Perseguido e vigiado
Marcos José de Lima	Sem informação
Mário Maínardi	Preso
Mauricio de Oliveira	Preso
Nelson Ortega	Preso
Paulo Pedreira da Silva	Perseguido e vigiado
Rubens Gomes	Preso
Zebão	Executado

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Gráfico 11 - Capixabas executados, presos, perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, citados nos depoimentos dos entrevistados



Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Tabela 15 - Relação de Livros citados nos depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Livros	Autor
A Esquerda Armada	Luzimar Nogueira Dias
Fome de Liberdade	Gilney Amorim Vianae Perly Cipriano
Tortura Nunca Mais	Cecília Coimbra (Org.)
Memória de uma Guerra Suja	Rogério Medeiros e Marcelo Netto
A Chancela do Crime	Ewerton Montenegro Guimaraes

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Tabela 16 - Relação de Filmes citados nos depoimentos dos perseguidos e vigiados pelo aparato repressor

Filmes/Documentário
Água, Sal e Açúcar
A Mesa Vermelha

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

V. Síntese quantitativa das informações sobre perseguidos e vigiados pelo aparato repressor, segundo a documentação dos dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES

Tabela 17 - Nome e profissão de pessoas assassinadas no Espírito Santo, segundo registros dos Dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES

NOME	PROFISSÃO
Cesário Barbosa	Trabalhador rural de Mucurici
José Martins	Trabalhador rural de Santa Teresa
Emilio Barcelos	Trabalhador rural de São Mateus
Filha de Emilio Barcelos	Trabalhador rural de São Mateus
Sem nome	Estudante em Alegre

Tabela 18 - Nome e profissão de pessoas que foram alvo de vigilância e/ou investigação por participarem de reuniões políticas no Espírito Santo, segundo registros dos Dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES

Nº	NOME	FUNÇÃO
1	Alberto Fontana	Pároco Itacibá/Cariacica
2	Dom Aldo Gerna	Bispo da Diocese de São Mateus
3	Alvaro Regazzi	Pároco de Itarana
4	Amantino Pereira Paiva	Vereador Linhares
5	Amélia Ferreira Rosa	Irmã (Norte do ES)
6	André Lucien Lepontre	Religioso Membro do Grupo Taíjé
7	Angela Zanello	Voluntária italiana
8	Antonio Rocha de Araújo	Diácono /Vila Velha
9	Antonio Angelo Moschen	Político
10	Antonio Bertollo	Sem especificação
11	Antonio Moschen	Fetaes
12	Argilano Dario	Político
13	Benedito César Tadeu	Professor
14	Candido de Malta Filho	Professor
15	Carlos Alberto Cunha	Político
16	Carlos José Sobreira	Sem especificação

Fonte: Depoimentos prestados à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob

Nº	NOME	FUNÇÃO
17	Carlos Mesters	Frei
18	Claudio Vereza	Político
19	Devaír Esteves de Oliveira	Sindicalista Linhares/ES
20	Dom Eduardo Karoak	Bispo do Rio de Janeiro
21	Edmilson	Bispo Auxiliar de Fortaleza
22	Eduardo Coonaert	Padre
23	Elizabeth Santos Madeira	Membro do PC do B
24	Everton Montenegro	Advogado
25	Ferdinand Berredo de Menezes	Político
26	Francisco Luis	Pároco da Serra
27	Frei Betto	Frei
28	Geraldo Luis Rocha	Bispo de Mariana
29	Gerard Cambroni	Monsenhor
30	Helder Câmara	Bispo Recife/Olinda
31	Helio CarlosManhães	Político
32	Heraldo José do Couto	Seminarista
33	Jacques Perret	Religioso Membro do Grupo Taíjé
34	Jan Côgo	Padre
35	Jean André Fugeray	Religioso Membro do Grupo Taíjé
36	João Baptista Herkenhoff	Juiz estadual
37	João Carlos Coser	Político
38	João Rezende	Arcebispo de Belo Horizonte
39	Jorge	Bispo de Patos de Minas
40	Jorge Daher Filho	Deputado do ES
41	José Aguilar	Professor
42	José Baptista Motta e Albuquerque	Bispo de Vitória
43	José Gomes	Bispo de Santa Catarina
44	José Maria Pires	Bispo de João Pessoa
45	José Marques	Delegado sindical
46	José Miguel Grace	Sindicalista/Linhares/ES
47	José Raínha	Sub delegado sindical
48	Josemar Pereira	Político

Nº	NOME	FUNÇÃO
49	Leonardo Boff	Frei
50	Luciano	Pároco da Serra
51	Luís Gonzaga Fernandes	Bispo Auxiliar de Vitória
52	Luiz Gonzaga Peluso	Bispo da Diocese de Cachoeiro
53	Marcello Amorim Netto	Membro do PC do B
54	Marcelo Carvalheira	Monsenhor
55	Marcelo Frances René Resson	Padre de Paraíso Novo/Linhares-ES
56	Margarida Barbosa	Sem especificação
57	Mario Armando Furtado Monjardim	Sem especificação
58	Max Mauro	Político
59	Michel Otto Bergamim	Religioso Membro do Grupo Taíjé
60	Míriam de Azevedo Leite	Membro do PC do B
61	Mirtes Bevilacqua Corradi	Professora
62	Moacir	Bispo de Rio Branco
63	Nelson Alves de Aguiar	Político
64	Nilza Junqueira Reis	Freira
65	Nyder Barbosa de Menezes	Deputado
66	Orlando Magewiski	Sub delegado sindical
67	Osório Lopes soares	Ex-padre (Colatina)
68	Oswaldo Rigo	Professor
69	Paulo Baier	Comerciante
70	Paulo Cesar Vinhas	Ambientalista/Político
71	Paulo Evaristo Arns	Bispo São Paulo
72	Perli Bulamarque	Sem especificação
73	Perly Cipriano	Político
74	Quirino	Bispo de Belo Horizonte
75	Renato de Castro Gama	Sem especificação
76	Rogerio Medeiros	Sindicalista
77	Rozilda de Freitas	Político
78	Rubens Duque	Padre de Campo Grande, Cariacica
79	Ruy Reis	Professor
80	Salvador Bonomo	Político

Nº	NOME	FUNÇÃO
81	Santana Rodrigues	Sem especificação
82	Silvana Dal Picolli	Voluntária italiana
83	Silvestre Scandian	Bispo de Vitória
84	Standar Silva	Professor
85	Thomas Brundeau	Sociólogo canadense
86	Tomas Balderino	Bispo de Goiás
87	Valdomiro Breg	Sindicalista
88	Vasco Alves de Oliveira	Político
89	Virgílio Uchôa	Sem especificação
90	Vitor Buaíz	Professor
91	Wagner Rocha de Angeli	Presidente da CJP Santa Catarina
92	Waldemar Lyrio	Político
93	Waldir Calheiros	Bispo de Volta Redonda
94	Waldomiro Broechi	Sindicalista
95	Yolanda Peralva	Sem especificação

Fonte: Dossiês do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS

Gráfico 12 - Profissão de pessoas que foram alvo de vigilância e/ou investigação por participarem de reuniões políticas no Espírito Santo, segundo registros dos Dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES

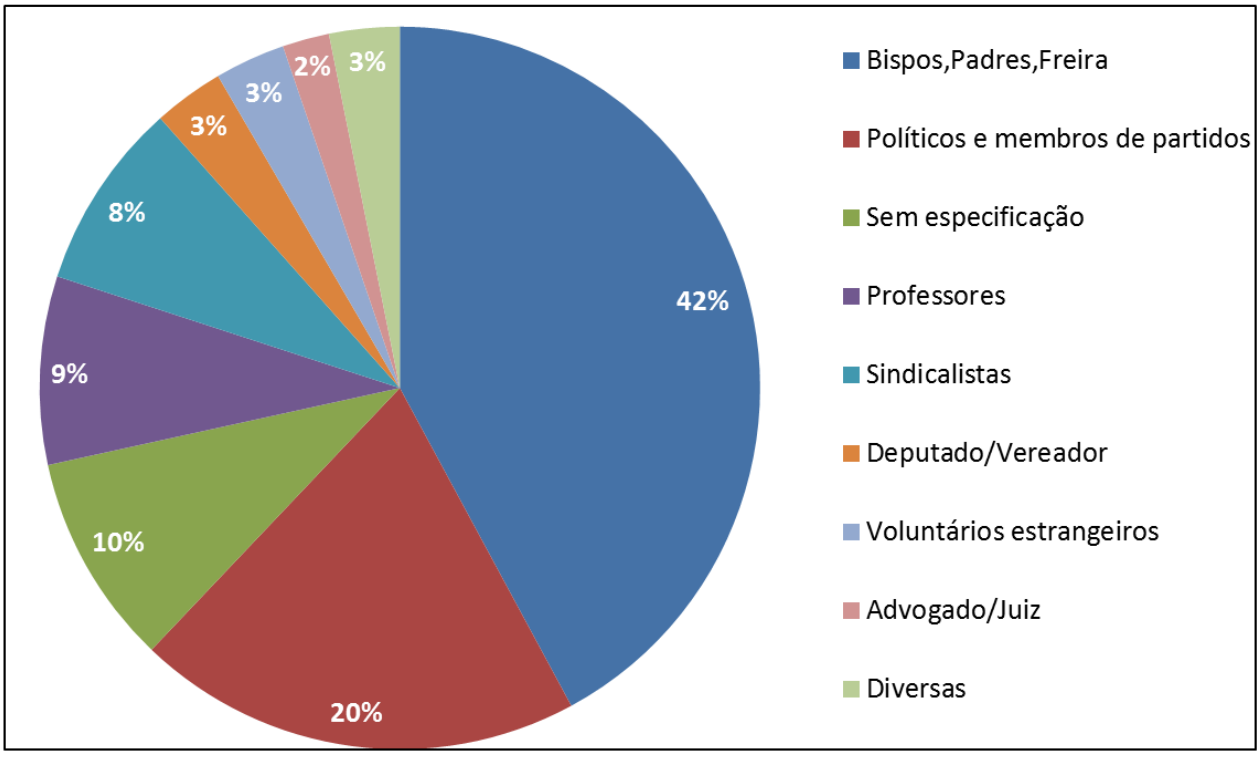


Gráfico 12 - Profissão de pessoas que foram alvo de vigilância e/ou investigação por participarem de reuniões políticas no Espírito Santo, segundo registros dos Dossiês do Serviço de Investigações e Informações/ES

Nº	NOME
1	Alcilúcia Pereira Penha
2	Alcy Figueiredo Carneiro
3	Angelo da Silva Maía
4	Antonio Carlos de Aguiar Gagno Júnior
5	Carlos Rubens de Miranda Lucchi
6	Claudio Guerra
7	Daíron Rodrigues da Cunha
8	Hélio Martins
9	João Manuel Rodrigues Lima
10	José Boldrini
11	José Waldomiro Leite
12	Leibel Cotta
13	Lucas Miranda
14	Luis Gonçalves dos Santos
15	Marcos Luis Nascimento
16	Marcos Moraes Costa
18	Noélia Senna Britto
19	Otto Nascimento
20	Ralf Ribeiro de Almeida
21	Rivadávio
22	Rogério Soares Freitas
23	Solange Ramalho
24	Valter Ribeiro do Nascimento
25	Waldir Chaves
26	Wellington da Cruz Pitomba

VI. Transcrição dos Depoimentos

João Baptista Herkenhoff

Nasceu em 19 de junho de 1936, em Cachoeiro do Itapemirim. É casado com Therezinha Gonçalves Pinto Herkenhoff. Pai de Gustavo Pinto Herkenhoff e avô de Lis. Mora em Vila Velha, Espírito Santo. Juiz de Direito aposentado, escritor, professor universitário, um dos fundadores e primeiro presidente (1976) da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Dá palestras por todo o Brasil, escreve para jornais e revistas, além de publicar livros (50 até agora, incluindo os que estão quase prontos para sair), autor de trabalhos publicados ou apresentados no Exterior, comunicações em congressos, intervenções em debates, trabalhos inseridos em outras coletivas, na França, Estados Unidos, no Canadá, no México, na Nicarágua, na Argentina.

Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Livre-Docente da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutoramentos na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos da América, e na Universidade de Rouen, França. Professor de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Instituto dos Advogados do Espírito Santo. Membro da Associação de "Juízes para a Democracia". Membro da Associação Internacional de Direito Penal (França). Atualmente é Membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - Cemvob.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, Jeanne Bilich e Francisco Aurélio Ribeiro, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 26 de novembro de 2013, às 14h30, em sua residência, no município de Vila Velha, Espírito Santo.

J**oão Baptista Herkenhoff:** - Os incômodos que me foram impostos são um pingo d'água perto de prisão e de tortura, um pingo d'água. Mas de qualquer maneira eu acho que alguma coisa, eu tenho de útil para dizer. Então vou mencionar alguns fatos: 1ª coisa: algo muito interessante, eu mantinha correspondência com exilados brasileiros que estavam fora do Brasil, muitos exilados, eu mandava notícia, inclusive e principalmente, notícias da luta pela anistia. Inclusive por mais de uma vez mandei de presente "café do Brasil", então as pessoas que estavam lá no exterior e receber "café do Brasil", ficavam felizes da vida. Eu tive esse contato com os brasileiros no exterior.

Francisco Aurélio: – O senhor poderia citar algumas dessas pessoas?

João Baptista Herkenhoff: – Ah, vários exilados, vários, principalmente os capixabas, mas exilados de um modo geral. Eu tenho tudo isso em arquivos, mas depois que eu tive esse acidente, eu tenho que dar uma ajeitada. O arquivo tem, só tenho que encontrar isso no arquivo. Porque eu estou mencionado essas cartas porque minhas cartas eram sistematicamente abertas.

Eu recebia as cartas e os sensores não queriam disfarçar não, pelo contrário, eles queriam deixar bem claro, que toda correspondência que vinha do exterior estava sendo lida, ou seja, eu estava sob vigilância. Isso é um fato interessante de mencionar, para que se tenha ideia do clima pavoroso do Brasil da época. Você que é jovem não tem ideia do que é a ditadura, é uma situação horrível, o jovem não tem ideia da pavorosa que é uma ditadura. Por isso tem essas coisas mínimas, mas tem as coisas máximas, desde a tortura, até a devassa da correspondência particular, quer dizer, uma coisa realmente terrível. Agora, como juiz de direito em atividade, nunca torturei a tortura, eu nunca admiti a tortura. Mas a minha competência era na justiça estadual, então era tortura que se fazia contra o preso comum, porque preso político era da justiça militar e não estava na minha alçada. Mas com isso de processar torturadores, processar torturadores que torturavam preso comum, há como uma solidariedade de torturadores, então os torturadores de presos políticos, se sentiam também ofendidos por aquele juiz que mandava prender, e processar quem praticava a tortura.

Jeanne Bilich: – Uma pergunta: essa participação extremante viva e ativa o prejudicou na carreira jurídica?

João Baptista Herkenhoff: – Ah, sim sem dúvidas! Eu só fui promovido já sabia de antemão por antiguidade, eu só era promovido por primeiro por antiguidade, era complicado também deixar de promover. Porque deixar de promover quem está na justiça sabe como funciona, pois, deixar de promover o juiz maís antigo, só se houver um fato concreto que o impeça, caso contrário não, a promoção por antiguidade era uma coisa que tem que haver, então eu realmente só fui promovido por antiguidade. Por merecimento? Nem cogitava ser, eu já sabia que não teria. Agora, porque que nunca fui acredito que grande parte por causa desse posicionamento. Porque não tinha outro motivo, eu não tinha nenhum inimigo, não tinha nenhum desembargador que fosse meu desafeto, me dava bem com todos, então não havia razão para que eu não fosse nunca promovido por merecimento.

Jeanne Bilich: – A desembargador o senhor nunca foi?

João Batsita Herkenhoff: – Não, não, aposentei como soldado raso, como juiz de direito. Desembargador era fora de propósito, não haveria nenhuma possibilidade. Quando eu me aposentei, eu tinha certeza absoluta que era absolutamente impossível ser elevado a desembargador. Porque há também uma coisa que eles podem fazer que é muito humilhante, na hora no tribunal, o meu que é por antiguidade, eles recusarem, podem fazer isso, aí seria muito humilhante para mim. Eu sendo maís antigo com direitos de ser desembargador e ser recusado, eu não queria passar por uma tristeza dessas. Não que eu fizesse questão de ser desembargador, acho uma bobagem muito grande, isso é vaídade, bobagem, não tem valor, mas de qualquer maneira eu iria me sentir muito ferido, você deixar de ser promovido por antiguidade, então eu preferi sair.

Sebastião Franco Pimentel: – O senhor fala que não foi diretamente perseguido pelo golpe de 64, mas na documentação do DOPS eu encontrei muita referência ao nome do senhor, o senhor era vigiado? A documentação é bem farta lá citando o nome do senhor.

João Baptista Herkenhoff: – Ah, sem dúvidas!

Sebastião Franco Pimentel: – Até porque o senhor tinha uma doação bem próxima ao pessoal da pastoral.

João Baptista Herkenhoff : - É a Comissão de Justiça e Paz.

Sebastião Franco Pimentel: – Gostaria que o senhor falasse como era o trabalho nessa Comissão.

João Baptista Herkenhoff: – É, isso é muito sério. A Comissão de Justiça e Paz é uma comissão ligada à chamada "igreja progressista, quer dizer: "Teologia da Libertação". É uma linha que dentro da própria igreja tem adversários, não tem apoio unânime dentro da igreja católica, não tem apoio unânime, tem uns a favor e tem outros contra. Mas de qualquer maneira eu era membro da Comissão de Justiça e Paz, que era uma comissão contra todo o abuso, a favor da liberdade, aos direitos humanos, contra tudo de absurdo que fazia lá. Então o fato de ser membro da Comissão de Justiça e Paz, já colocava uma suspeição, quem é membro de uma comissão dessa, até falavam para a gente que era "Comissão de Futrica e Paz", em vez de falarem Comissão de Justiça e Paz, em caráter de humilhação falavam "Comissão de Futrica e Paz", como se fosse uma comissão irresponsável que ficasse futricando e fazendo esse tipo de coisa. Então todos os meus trajetos de carro eram vigiados, eu estava de carro, tinha uma carro atrás da polícia política. Aonde eu fosse eles faziam questão de mostrar que eu estava sendo vigiado, era uma forma de pressão psicológica, então eu ia, mas sabia que atrás havia um carro da polícia política. Com minha mulher era a mesma coisa, às vezes era para amedrontar. Infalivelmente, com muita frequência, eu senti que estava sendo acompanhado andando de carro, um carro atrás me acompanhando. Inclusive quando ia às Comunidades Eclesiaís de Base, que era nos morros, também frequentemente me acompanhavam, podiam até desviar para não dar muito na vista, mas eles iam para que eu soubesse que estava sendo vigiado.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Mas qual era esse trabalho da comissão?

João Baptista Herkenhoff: – Essa comissão denunciava tudo quanto era abuso, tudo quanto era tipo de abuso que havia, era a favor da reforma agrária, era até uma coisa seca, mas depois com o tempo a reforma agrária era o "bicho papão". Era a favor da anistia, contra censura à imprensa, contra tudo que estava sendo feito.

Sebastião Franco Pimentel: - Mas vocês tinham conhecimento de pessoas que estavam sendo perseguidas de forma muito mais contundente do que você pelo regime, daí vocês conversavam sobre isso, dialogavam?

João Baptista Herkenhoff: - Ah, sim acompanhávamos, da minha parte, tenho absoluta consciência do que acontecia comigo, era nada, comparado com tortura, poxa vida, sem comparação! Por maior que seja a pressão psicológica, por maior que seja a tentativa de humilhar, mas não é igual de maneira alguma a uma tortura física.

Sebastião Franco Pimentel: - Mas o senhor conheceu algumas das pessoas que foram torturados?

João Baptista Herkenhoff: – Ah, sim, tive conhecimento, inclusive de denúncia na Comissão de Paz. Pessoas denunciando que tinham sido torturadas e os depoimentos eram tomados, tudo isso está documentado. Se vocês forem à Arquidiocese, não sei se hoje esse arquivo da Arquidiocese está preservado.

Sebastião Franco Pimentel: - E as pessoas iam e prestavam depoimentos lá?

João Baptista Herkenhoff: – As pessoa iam e eram colhidos os depoimentos. Isso durante algum tempo era muito organizado. Os arquivos, hoje eu não sei se esses arquivos continuam sendo bem organizados. Ali tinha o apoio de 2 (dois) bispos que eram Dom João Baptista da Motta Albuquerque e o auxiliar Dom Luís Gonzaga Fernandes. Esses 2 (dois) bispos davam aval pleno. Não quero falar mal dos outros que vieram não, mas igual a eles não houve, o apoio era sem restrição. Os outros não deram o apoio com a mesma força. Inclusive há poucas semanas eu escrevi sobre Dom João, que foi intimado a ir ao Batalhão do Exército, daí ele ficou muito aborrecido, muito humilhado, por ser um Arcebispo de Vitória a ser intimado a ir ao Batalhão do Exército. Eu conversei com ele na ocasião. Ele era muito meu amigo e ele tinha muita confiança em mim, e tudo ele me falava. Então nessa ocasião ele se sentiu muito consternado, muito humilhado.

Jeanne Bilich: - Professor, essa Comissão da Justiça e Verdade ela era composta por quantos membros e se os outros membros sofriam a mesma vigilância, a mesma pressão que o senhor sofria?

João Baptista Herkenhoff: – De um modo geral havia uma suspeita sobre todos, havia uma suspeita generalizada. Fazia parte da Comissão Justiça e Paz, fazia parte da Igreja, da Teologia da Libertação, tudo isso era suspeito. Por exemplo: quando Flor Victor Rúdio foi demitido da UFES, ele era professor da UFES, foi demitido Pe. Waldir Ferreira de Almeida, também foi perseguido, enfim, havia um clima de perseguição contra todos de um modo geral. Com relação a mim o que maís causava mal estar era o fato de eu ser juiz: “esse camarada juiz de direito que deve ser um defensor” na cabeça deles, defensor da ordem, como é que esse camarada fica se envolvendo com essas coisas! Por ser juiz causava um mal estar maior porque os outros 2 (dois) eram professores, membros das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais, esse pessoal, eles achavam que eram razoáveis, agora um juiz de direito! Causava um mal estar maior e respondia processo perante o Tribunal de justiça. Eu respondi por ser membro presidente da Comissão de justiça e Paz, prestei depoimento perante o tribunal.

Jeanne Bilich: – Quem abriu esse processo contra o senhor?

João Baptista Herkenhoff: – Tenho que olhar nos meus arquivos, mas era no período da ditadura. Então respondi a processo e fui salvo pelo voto de desempate de Homero Mafra. Ele muito mineiro, desempatou de uma maneira engraçada, ele disse: "Olha, tudo isso que vocês estão falando é verdade, esse João Baptista Herkenhoff andou fazendo algumas trapalhadas, mas uma coisa é certa, de tudo que ele falou ele disse que faz tudo isso como decorrência de um dever de consciência, e a consciência nós temos que respeitar, mesmo sendo contra, nós temos que respeitar a consciência". Daí com esse argumento ele derrubou todos. Como é que eles vão negar que a consciência é livre? Mas eu realmente respondi a processos, eu me lembro de que na hora que fui intimado para prestar depoimento eu telefonei justamente para o bispo, eu disse a ele: "estou sendo intimado para prestar depoimento perante o Conselho Superior de Magistratura que é o órgão disciplinar, o que eu faço"? O bispo falou: João Baptista, pega a bíblia e leia, daí ele falou qual era o evangelho, capítulo, versículo, que dizia: "quando fores chamado ao tribunal por causa do meu nome não vos preocupeis com que haveis de dizer, o espírito lhe soprará". Daí eu pensei "o Bispo diz que o espírito me soprará, vamos ver o que o espírito me sopra". Aí eu fui, e realmente foi incrível, acho que o espírito soprou mesmo porque eu falei com muita firmeza. Eu sentado como se fosse um réu em uma cadeira, os desembargadores lá em cima e eu sentado lá em baixo como se fosse um réu. Então foi uma situação vexatória, mas eu estava bem consciente, daí o Homero Mafra que deu o voto dizendo que o processo deveria ser arquivado porque o magistrado invocou dever de consciência e a consciência é inviolável. Como o Homero Mafra é muito conservador, a consciência é inviolável desde a Revolução Francesa, não é novidade hoje não, então temos que respeitar a inviolabilidade com a consciência esse foi um fato importante, mas que não é nada comparado com tortura.

Sebastião Franco Pimentel: - Dessa comissão que o senhor fazia parte, homens e mulheres participavam. As mulheres tinham uma participação ativa?

João Baptista Herkenhoff: – Tinha homens e mulheres, tinha uma mulher que era a freira Heloisa Maria Rodrigues da Cunha, era extraordinária, hoje ela está na Comunidade de Paz no interior da Bahia, em um município pobre, é uma pessoa admirável.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Dr. João, o senhor como juiz chegou a processar torturador?

João Baptista Herkenhoff: – Processei, abri processo contra torturadores. Não vou citar nomes porque já baixou, mas contra um grande torturador abri processo, não vou citar o nome dele, mas é considerado um dos maiores do Espírito Santo.

Jeanne Bilich: - Essas torturas se davam em que local?

João Baptista Herkenhoff: - Na Comarca, presos comuns. Eram torturas contra presos comuns. Não eram presos políticos não, presos políticos eram da justiça militar, mas criava um incômodo porque se esse juiz está processando torturador de preso comum, eles achavam que a tortura era coisa certa, tinha gente que só confessava com tortura, o argumento era esse. Aliás, o argumento do torturador é esse, só confessa debaixo de tortura. A única forma de obter a confissão do camarada é na tortura.

Sebastião Franco Pimentel: - Vocês conheciam na comissão em que vocês atuavam quem eram os agentes, quem eram os torturadores, vocês sabiam, conversavam entre vocês?

João Baptista Herkenhoff: - Sabia sim, o clima era esse, não era nem uma questão pessoal não, o clima era um clima de desrespeito com a pessoa humana: comunista tem que ir para o inferno, comunista era o diabo, e todos que eram a favor de mudanças eram comunistas, todos que queriam a reforma agrária eram comunistas, queria a melhor distribuição de bens era comunista, enfim, todos que queriam avanços sociais eram comunistas. Comunistas não têm que ter misericórdia, comunista tem é que encostar no paredão. Então o clima era esse. É muito difícil para o jovem principalmente hoje, eles nem entendem isso, não são capazes de entender, parece distante. Porque o Brasil hoje com todos os problemas, que são muitos, puxa vida, que coisa boa é a liberdade! Que coisa boa é a gente poder chamar o Presidente da República de bandido, que coisa, eu posso dizer "Lula você é um bandido, eu posso dizer". Que coisa extraordinária a liberdade, a liberdade é algo que não tem preço. Graças à luta do povo hoje no Brasil a gente tem isso: liberdade de falar o que pensa, liberdade de escrever o que pensa, não tem nenhuma censura na imprensa, liberdade de escolher quem quiser, vota em quem quiser liberdade de um modo geral.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Havia claramente uma conivência do poder tanto estadual com agentes da repressão.

João Baptista Herkenhoff: - Sem conivência seria muito difícil.

Jeanne Bilich: – Interesse politico, interesse econômico e politico se cruzando.

Sebastião Franco Pimentel: – Mas isso não era tudo, uma parte da igreja também era conivente, uma parte da sociedade era conivente, uma parte da universidade, uma parte do judiciário, ministério público, tudo era conivente.

João Baptista Herkenhoff: – Muitas conivências, certíssimo, você (prof. Sebastião Pimentel) está certíssimo.

Francisco Aurélio Ribeiro: – O poder estava todo envolvido com essa postura até por acreditar que aquilo era algo bom, alguns poderiam acreditar.

João Baptista Herkenhoff: – Muitos acreditavam, muitos estavam convencidos que o caminho era aquele. Não digo que todos tinham má fé, alguns poderiam ter má fé, mas muitos acreditavam que aquele era o caminho: "o mal maíor que pode haver no mundo é o comunismo e toda pessoa que tem a aparência de comunista não precisa provar não, tem jeito de comunista, usou a linguagem de comunista vamos dar um jeito, a melhor hipótese era silenciar".

Francisco Aurélio Ribeiro: – Dr. João, o Perly foi companheiro do senhor na profissão?

João Baptista Herkenhoff: – O Perly não, eu falei na primeira vez o nome do Perly quando eu nem o conhecia ainda, numa manifestação conclamando para que houvesse solidariedade, para com os exilados capixabas, e que levasse em conta que um capixaba estava sofrendo perseguição e esse chama-se: Perly Cipriano. Pela primeira vez eu pronunciei o nome do Perly, sem conhecer o Perly. Ele era perseguido político e merecia a solidariedade.

Jeanne Bilich: - E quanto a Zélia Stein que também era perseguida?

João Baptista Herkenhoff – Ah sim, a Zélia, poxa vida muito perseguida, que coisa horrível, é terrível!

Francisco Aurélio Ribeiro: - Teve também a Guerrilha do Araguaía, o Arildo Valadão.

João Baptista Herkenhoff : – Claro, Arildo Valadão é irmão do Roberto Valadão.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Eu tenho uma curiosidade, não sei se é bem uma curiosidade, nós escolhemos o nome Orlando Bonfim para o nome da nossa comissão, na verdade o que foi feito até hoje no Espírito Santo para poder resgatar a memória de Orlando Bonfim?

João Baptista Herkenhoff: – Muito pouco, há um caminho ainda a percorrer.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Se o cara foi perseguido, foi morto, se a família não sabe o que esta faltando para poder resgatar a memória, quantos cadáveres estão levantados? Não estou nem falando em cadáver físico.

Sebastião Franco Pimentel: – Dr. João, o senhor falou em um determinado dia na reunião de um grande evento que ocorreu no Teatro Carlos Gomes um evento em função de que um personagem importante tenha sido de certa forma meio que, como diria, qual é o nome do personagem da moção...

João Baptista Herkenhoff: - Não foi sobre o próprio Dom João Baptista? A grande humilhação do Dom João foi por ter sido intimado para comparecer no exército.

Sebastião Franco Pimentel: - Mas eu queria saber como é que foi esse evento?

João Baptista Herkenhoff: - Aí foi uma porção de gente da vida do Espírito Santo, porque D. João era muito estimando da vida do Espírito Santo. Então convocaram uma grande manifestação para desagravar D. João. Eles diziam assim: "Desagravo a D. João". Porque ele foi desagravado, no momento em que ele um arcebispo é intimado a ir a um batalhão do exercito onde estavam comparecendo pessoas que eram consideradas inimigas do regime. Os militares, esquecendo que ele era Arcebispo, intimam pra ele ir ao batalhão, foi uma humilhação muito grande. Então, em vista dessa humilhação, fizeram um dia de Desagravo a D. João.

João Baptista Herkenhoff: - Quem falou nesse dia?

João Baptista Herkenhoff: – Eu falei, não lembro quem maís falou, eu fiz um discurso.

Jeanne Bilich: - Por favor Dr. o Bispo Dom João Baptista da Motta Albuquerque tinha conexão com Dom Evaristo Arns?

João Baptista Herkenhoff: - Sim tinha perfeitamente. Com Dom Evaristo, Dom Helder Câmara, eram bispos que estavam comprometidos com a chamada Teologia da Libertação. Era uma ala da esquerda da igreja que gerava um clima de tensão dentro da própria igreja católica. Não eram só católicos que tinham essa linha não, também evangélicos, alguns evangélicos adotavam essa posição. A Teologia da Libertação não tinha só católicos como havia evangélicos também. Tinha um Pr. de origem americana James White, era evangélico.

Sebastião Franco Pimentel: – Tinha um bispo de São Mateus, Dom Aldo.

João Baptista Herkenhoff: – Sim, Dom Aldo também apoiou, eu tinha contato com todos eles por causa da Comissão Justiça e Paz eu tinha contato com toda essa que igreja progressista.

Jeanne Bilich: - E essa posição de afrontamento, ainda que discreto, como é que era visto pelas autoridades militares.

João Baptista Herkenhoff: – Mal visto, não era absolutamente olhado com simpatia de forma alguma, pelo contrário.

Jeanne Bilich: - E havia prejuízo profissional para essas pessoas dentro dos eclesiásticos?

João Baptista Herkenhoff: – Havia sempre uma dúvida, principalmente para os padres que eram líderes. Um dos maiores auxiliares do Dom Elder Câmara, foi assassinado. Não tiveram coragem de matar Dom Elder, porque matar Dom Elder era sério demais. Não tiveram coragem de matar Dom Elder, mas tiveram coragem de matar o braço direito de Dom Elder. "Como quem diz: Dom Elder não podemos matá-lo, sabemos que não temos condições de matá-lo, mas matamos esse padre para saber que a vítima seria você, ele morre no seu lugar". Eu tenho isso tudo no arquivo, não me lembro do nome desse padre agora, porque a memória às vezes falha, não é tão boa como o arquivo. Também recebi ameaças de sequestro do meu único filho, que hoje é casado e me deu uma

netinha. Meu filho estudava em uma escola na Praia do Canto, em vista do sequestro eu e Teresinha chegamos à conclusão que ele teria que mudar para o "Sacré Coeur" – Colégio Sagrado Coração de Maria, que tem os muros altos. Ele estudava na Praia do Canto onde os muros eram baixos, facilmente alcançados, já no Sacré Coeur tem muros altos, mais segurança, dificilmente haverá um sequestro. E ele foi transferido sem saber a razão. Porque estou sendo transferido para o Sacré Coeur? Ah, meu filho, é um colégio melhor, você vai aprender maís. Ele não soube que o motivo era esse: "ameaça de sequestro". Vocês me perguntaram sobre o Ewerton, é uma história interessante, ele foi um grande advogado, foi admirável ele foi o principal advogado no processo do padre Gabriel Maire sustentando a tese que o padre Gabriel foi assassinado. Ficou como se fosse um assalto, um assalto fajuto, porque ele estava com um relógio valiosíssimo no braço e ninguém levou. Então, qual o assaltante que assalta uma pessoa e vendo que aquele relógio era francês, o assaltante mata e deixa o relógio. Então o Ewerton foi o principal advogado para defender a tese que o Padre Gabriel Maire, foi assassinado. Um dia o Ewerton falou comigo, "Dr. João, eu não tenho dúvida de fé, eu tenho certeza que Deus existe". Eu disse: Fé não é uma proclamação verbal, não tem fé quem diz, creio, tem fé quem age, de acordo com a crença, você, é um homem de fé, porque você defende a dignidade humana, você está do lado dos oprimidos, então você é um homem de fé. Você não precisa falar que crê em Deus para ser um homem de fé, daí até citei um versículo bíblico que é justamente isso, não são os que falam senhor, senhor, somos escolhidos, não é falar, é ser. Depois ele aceitou plenamente a ideia sobre fé. Muitas vezes posteriormente, na missa eu o abracei na hora do abraço da paz.

Sebastião Franco Pimentel: – O trabalho de vocês na comissão era certamente para denunciar tudo o que estava ocorrendo em relação à perseguição de pessoas, etc. Quais eram os mecanismos que vocês utilizavam para fazer isso?

João Baptista Herkenhoff: – Principalmente através das próprias comunidades eclesiásticas de base, era algo muito organizado, havia uma ramificação de tudo que ocorria para comunidades de base, que eram comunidades sobre tudo em bairros pobres. Era uma comunicação realmente extraordinária. Era uma comunicação até superior a televisão, porque era extremante organizado. Apontava um caminho, aquilo era imediatamente espalhado, para que as pessoas refletissem sobre aquilo. Aquela semente de reflexão era espalhada através das comunidades eclesiásticas de base, que num determinado momento, eu li, mas não me lembro de quanto era a população de Vitória nessa época, mas as comunidades de base numa celebração de domingo, reunia umas 20.000 pessoas de diversos bairros.

Jeanne Bilich: – Dr. João Baptista, qual é o procedimento da imprensa capixaba frente a esses eventos que o senhor esta relatando, essa reunião de tantas pessoas, havia uma cobertura honesta, limpa?

João Baptista Herkenhoff: – Não, não, quase sempre o silêncio, não havia uma palavra contrária, mas o silêncio. Realmente a coisa não era fácil, os jornais eram censurados, não culpo de maneira alguma os jornalistas, era fruto de uma situação. Não havia condições para certas coisas. Poderia até vazar alguma coisa, mas com muita prudência, e não abertamente.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Agora deixando um pouco o passado e pensando no futuro, pela experiência que o senhor teve nesse período de recessão o que o senhor acha que a nossa comissão poderia fazer para ter algum trabalho significativo, para deixar para a sociedade capixaba?

João Baptista Herkenhoff: – Acho que o primeiro trabalho é realmente importante é "a revelação da verdade histórica", é algo muito importante. Essa revelação da verdade muita gente não conhece, muita gente não tem nem ideia dessas coisas. Então a simples revelação da verdade, abrir as cortinas, acredito ser um trabalho muito importante, devassar o que foi tantas vezes contido. É um trabalho educativo, quando revira esse passado sem ódio, na busca da verdade, torna-se muito educativo.

Jeanne Bilich: – E como jurista jurisconsulto que o senhor é, o que o senhor acha sobre a Lei da Anistia? Da forma que foi promulgada?

João Baptista Herkenhoff: – Foi lamentável, porque torturador não foi anistiado. A tortura é crime contra a humanidade, tortura não é igual aos outros crimes não, a tortura não pode ser coberta com a anistia. A anistia é para crime comum, tortura não é crime comum, tortura é crime contra a humanidade, e esses tipos de crimes não podem ser anistiado. Lamentavelmente o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão a meu ver muito infeliz, entendeu que a Lei da Anistia beneficiou os torturadores. Foi uma decisão extremamente infeliz. Escrevi um artigo sobre isso na Gazeta.

Jeanne Bilich: – Gostaria de colher a opinião política do senhor. Como é que fica o estado brasileiro frente a processos tão diferentes como a do Chile, Argentina, onde a Lei da Anistia, ou simulacro de lei da anistia quando generais argentinos, chilenos, quer dizer, na América do Sul seremos uma exceção? Gostaria de saber o olhar do senhor sobre isso.

João Baptista Herkenhoff: – Na América do Sul houve países onde houve mais firmeza, e essa reação aos tempos de ditadura. O Brasil foi um pouco mais moderado, não era intransigência, mas é difícil julgar, porque se não houvesse essa transigência, também não haveria avanço. Na Argentina realmente o Videla foi crucificado, foi colocado na cruz o torturador. Na Argentina a coisa foi mais forte, no Chile também. No Brasil foi uma certa transigência. No Brasil nenhum general foi julgado e condenado, nada.

Jeanne Bilich: - Só Nilton Cruz que deu depoimento para a Comissão da Verdade, e esculhambou com todo mundo.

Sebastião Franco Pimentel: – Tem um pesquisador que diz que esse fenômeno ocorreu no Brasil em função de que na Argentina a repressão ela foi extremante maís violenta do que no Brasil, não que no Brasil não tenha sido violenta, mas lá o nível de embate foi dez vezes maior do que no Brasil. No Brasil ela foi violenta, mas na Argentina é incomparável a violência ocorrida lá e no Chile.

Francisco Aurélio Ribeiro e Jeanne Bilich: – Eu acho muito difícil quantificar essa questão da violência.

Jeanne Bilich: - Até por uma questão populacional de demissão de um país, dimensão territorial que nós temos que levar em conta, olha o Chile e a Argentina e olha que nós somos um continente.

Sebastião Franco Pimentel: - Esse pesquisador vai dizer que também os militares no Brasil tiveram um tempo mais longo para fazer essa transição, na verdade ele diz que o fim da ditadura foi feito pelos amigos dos próprios militares que foram fazendo isso, então essa transição se deu de uma forma muito lenta, muito demorada.

Jeanne Bilich: – Não sei professor se minha visão está equivocada, mas essa abertura, essa distensão se deu também no meu modo de pensar e que guardei na minha memória, pelo "fracasso do milagre brasileiro" que os militares prometeram, e aí cadê o milagre? No final, aquilo estava insustentável.

Francisco Aurélio Ribeiro e Jeanne Bilich: - Dívida muito alta com a crise do petróleo em 76.

Sebastião Franco Pimentel: - Mas postergou bastante. Foi tudo um arranjo na verdade. A própria eleição do Tancredo e Sarney é uma prova evidente, o fim da ditadura não ocorreu de uma forma brusca. A anistia começa em 79, mas só em 85 nós vamos ter eleição.

Roberto Valadão Almokdice

Nascido em 20 de setembro de 1938, foi líder estudantil e prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, principal cidade do sul do Espírito Santo, em duas oportunidades: de 1983 a 1988 e de 2005 a 2008.

Foi também vice-prefeito, vereador, deputado estadual e deputado federal por dois mandatos. Atualmente é vice-presidente do PMDB cachoeirense, partido que ajudou a fundar, sendo um dos líderes históricos da legenda no Estado. Teve destacada atuação de combate à ditadura militar e pela redemocratização do país.

Depoimento prestado a Agesandro da Costa Pereira, Jeanne Bilich e Sebastião Pimentel Franco, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 05 de dezembro de 2013, às 16h30, na sala 102 da Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco: - Gostaria que nos falasse um pouco do período ditatorial que você vivenciou no Brasil, sua família sofreu de forma muito contundente o terror do regime, como isso repercutiu inicialmente no seio da sua família?

Roberto Valadão Almokdice: - Na verdade é o seguinte, a ditadura prejudicou muito a minha família, não só pelo caso que aconteceu com o Arildo, que é meu irmão, era o mais novo dos filhos, éramos sete (7) e ele era o caçula. Fomos criados por uma viúva com muito sacrifício, família muito pobre, mas nossa família tem uma tradição de ficar contra, ficar contra quem nunca é favor de nada que é a ditadura, meu avô que era Sírio-libanês, veio para o Brasil corrido da Síria, foi para o Líbano, depois de percorrer o Líbano chegou no Brasil com o governo do Getúlio, teve que ficar escondido por 10 anos, pelo lado do meu pai que são portugueses misturados com índios. Eles também eram contrários a esses regimes que extraordinariamente chamamos de ditadura. A família tem uma tradição luta muito grande pela liberdade. E o Arildo por ser meu irmão maís novo, com todo o sacrifício para ele estudar, ele já estava fazendo o 2º ano de física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, casou-se com uma moça também do 2º ano, eles saíram pra uma passeata na Rua Rio Branco e daí não foram maís vistos. Consta que eles foram para a guerrilha do Araguaia.

Jeanne Bilich: - Seria possível o senhor dizer o ano ainda que aproximadamente.

Roberto Valadão Almokdice: - Ele foi pra lá em 1968, se casou em 1970, bem maís novo que eu, eu também me casei em 1970, ele casou primeiro que eu fui padrinho do casamento dele no Rio de Janeiro, daí eles sumiram, desapareceram, nos fomos procurar informações dele e dela, Áurea. Ficamos escutando de madrugada a radio Tirana, tinha um programa em português, a BBC de Londres, fizemos tudo para obter uma informação sobre eles, minha mãe começou a ficar doente por isso, ela acabou morrendo sem vê-lo de volta, sem saber do paradeiro dele, ela foi definhando e acabou morrendo. E continuamos procurando e obtivemos certa certeza, que não é certeza porque

não localizamos os corpos dos dois. Todas as informações e de que eles estiveram na guerrilha do Araguaia, e foram mortos lá.

Jeanne Bilich: - O senhor como parlamentar conseguiu algum acesso, alguma documentação, alguma informação, alguma prova documental?

Roberto Valadão Almokdice: - Não. Nós fizemos uma comissão de sete (7) deputados, comissão configurada por regimento da câmara, com o nome de "Comissão Externa para os mortos e desaparecidos no regime militar". O presidente da Comissão era o Deputado Nilmar Miranda, esteve no Espírito Santo, fui o relator, nos percorremos praticamente o Brasil inteiro, fomos a quase todos os estados, procuramos os arquivos, nos restos mortais desses golpes aqui no Espírito Santo, fomos a cemitérios, delegacias, comissões pastorais, tivemos em todos os lugares onde a gente achava que era possível obter alguma informação. Apresentamos um relatório ao presidente da Câmara, e nesse relatório nós requeremos a incrustação de uma comissão permanente de defesa dos direitos da pessoa humana, nunca nenhum parlamento tinha tido essa comissão. Isso aconteceu por volta de 1995/96. Nós ficamos dois anos fazendo esse trabalho não conseguimos mais porque a Câmara não tinha custeio para isso, fizemos por 2 (dois) anos. O Presidente da Casa, Luis Eduardo, filho do Magalhães, ele ficou emocionado, aparentemente ficou emocionado mesmo, dizendo que:- *"Nilmário e Valadão, as palavras dele certamente estão lá nos anais, me tornaram um estadista, porque o presidente da casa quem vai fazer uma comissão que nunca teve aqui, mas que agora tem que ter, então eu defiro o requerimento".* Então foi feita a Comissão Permanente de Defesa dos Direito da Pessoa Humana, que hoje é presidida por um pastor protestante.

Jeanne Bilich: - Quando do desaparecimento do seu irmão junto com a esposa, a família sofreu algum tipo de pressão, qual era o clima que se vivia vocês temiam, como foi?

Roberto Valadão Almokdice: - Não houve pressão por isso. Mas na ditadura a pressão é permanente, enquanto isso fui líder estudantil, eu trabalhei muito tempo no Rio de Janeiro, voltei para Cachoeiro em 1966, nos éramos ligados à esquerda organizados clandestinamente, ligados principalmente ao PCdoB, mas também tinha PCBR, que também ajudava muito a gente na época. Eu fui com a missão de estruturar um movimento estudantil, capaz de fazer repercutir as denúncias contra a ditadura militar. Minha missão era essa. Então fui para Cachoeiro e completei um curso que estava faltando um ano, técnico em contabilidade, a proposta era essa, matriculava-se para ser um estudante e fazer parte do movimento estudantil. E aconteceu exatamente isso, a casa de estudante de Cachoeiro, fundada pelo irmão do Joãozinho, o Pedro, em 1948, a instituição estava parada por causa das grandes dificuldades, a ditadura pressionou todos que eram estudantes. Quando eu entrei passei a fazer reuniões, ajuntamentos de lideranças, na época eram muito difícil você convencer uma liderança estudantil, qualquer liderança, operária, política, etc, a fazer qualquer coisa contra a ditadura, qualquer pronunciamento, qualquer manifestação, era muito difícil, mas nos conseguimos então fazer uma eleição muito limpa e muito democrática para a Diretoria da Casa dos

Estudantes, que estava parada, fomos lá e entramos assim mesmo, assumimos a Casa dos Estudantes assim mesmo, e fizemos uma eleição absolutamente democrática. Eu dizia até que foram os melhores comícios que fiz em minha vida. Nas salas de aula, o professor não, aqui não, pelo amor de Deus, não entra não! Eu começava a falar, o professor dizendo não, e a gente continuava falando, chamando, convocando. Fizemos uns cinquenta (50) comícios proibidos e fui eleito presidente com uma margem de votos muito alta. Apresentaram três (3) chapas, uma tinha o nome de "Morena", por causa da arena, para não colocar Arena, colocaram Morena – "Movimento Revolução Nacional", outra chapa, e a nossa que se chamava "Impacto", e a nossa venceu por isso porque nós tínhamos uma preocupação maior.

Jeanne Bilich: - Essas casas dos estudantes, bem como os sindicatos não estavam sob controle da ditadura?

Roberto Valadão Almokdice: - Não, não estava sob controle, não tinha intervenção, controle é quando tem intervenção, mas estavam fechadas porque eles fizeram pressão, ameaças.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas, se vocês acabaram vitoriosos em 1968, certamente isso deve ter acendido o farol vermelho dos órgãos de repressão, uma vitória acachapante de alguém que está aqui criticando o regime e quais foram às consequências disso?

Roberto Valadão Almokdice: - A reação foi muito grande. Fizemos uma eleição absolutamente democrática e ganhamos com uma frente estrondosa. Repercutiu muito. Os estudantes foram votar o extinto de ouvir sobre política, pessoas politizadas, tinha um grupo muito forte. Eu poderia citar alguns nomes de jornalistas de alto nível hoje no Brasil: Paulo Mansur, Valério Fabris, Célio das Chagas, Antônio Carlos e muitos outros, mas tem também médicos, etc. Era um grupo muito grande, a Casa do Estudante tinha uma diretória muito grande e um conselho também muito grande. E nós fizemos um trabalho de reedificar realmente a Casa do estudante, fizemos obras, fizemos organizações de eventos permanentemente todas as semanas, dois, três eventos na Casa do Estudante. Desde a questão social, bailes, domingueiras, exposição de artes, discussões de filmes, que surgiram no mercado, debates muito importantes, fazíamos o jornal, tinha o nome da chapa: Impacto. O Jornal tinha que ser impresso escondido, não era mimeografo. Nós descobrimos uma gráfica de uma entidade de trabalhadores lá de Jerônimo Monteiro, era a União dos Trabalhadores, que tinha sido fechada pela ditadura, sobrou a gráfica, tinha lá um gráfico, um cara fantástico, um cara preciosíssimo, esse rapaz o Djalma é irmão do Zé Carlos, que foi meu sucessor, o Zé Carlos foi até ministro do meio ambiente, ele é engenheiro florestal e foi durante muito tempo do antigo IBDF, do governo do Aécio Neves foi secretário de Meio Ambiente, uma pessoa de grande prestígio, ele foi o meu sucessor na Casa dos Estudantes, terminou o meu mandato de 2 (dois) anos e nos o elegemos. Nós fazíamos todo esse movimento, mas tinha a parte política, era obviamente perseguida pela Polícia Federal, ela ia constantemente ao endereço certo, não ia a Cachoeiro, ia à

Casa do Estudante. A Polícia Federal que era a polícia política criava muita dificuldade, eu fui convocado para vir aqui quarenta (40), cinquenta (50) vezes.

Jeanne Bilich: - O senhor prestava depoimento onde, no 38º BI?

Roberto Valadão Almokdice: - Lá eu fui preso uma vez, ficamos lá por dez (10) dias, fomos presos porque houve um movimento não sei onde, e eles achavam que deveria prender lideranças, desconfiados que houvesse um movimento no Brasil daí fui preso. Outras vezes chamado também lá, na época era 3º DC, hoje é 38º BI, a polícia federal ficava como cão de guarda, tomando conta da gente, tinha até uma desconfiança da meninada mais nova de que, olha tem um cara te seguindo! Eu estou de saco cheio, me fala quem é, vou dar um soco na cara dele, e ficou aquilo tem um cara te seguindo, deixa ele seguir não estou nem aí. Trabalhávamos muito, não tinha tempo para preocupar com isso, à gente queria era fazer as coisas. Mas tem uma fase pitoresca que aconteceu com Serginho Sampaio, ele era muito meu amigo, andava atrás de mim, vigiando, família muito amiga. Eu cheguei num bar e pedi um café, o Serginho veio no meu ouvido e disse: - "olha o cara te seguindo". Daí, não aguentei, fiz o maior espetáculo, dei um tapa na mesa e disse: - "Olha se tiver algum filho da puta me seguindo, nós vamos sair no braço agora para acabar com essa história. Tem alguém me seguindo aqui"? O pessoal disse: - O que é isso Valadão? E eu disse: - "Estou de saco cheio desse negócio. Toda hora tem um cara me seguindo, se veio me prender prende logo". Aí foi um desabafo geral. Muito bem, então era assim o clima, era terrível, de perseguição e terrorismo.

Jeanne Bilich: - E tinha informante?

Roberto Valadão Almokdice: - Tinha muito dedo duro pra todo lado, lá em Cachoeiro tinha de mudar o nome da cidade pra "Dedo Duro", mas acho que Cachoeiro é mais bonito. Por isso que é a capital secreta do mundo. Trabalhava-se para o governo federal era dedo duro, se não fosse de esquerda era dedo duto. Daí todos ficavam me vigiando. Fui denunciado muitas e muitas vezes, a polícia ia lá em casa, éramos muito pobre, não tínhamos nada, depois que comecei a trabalhar num cartório de registro civil, que faz casamentos, registro nascimento e óbitos. O óbito a gente roubava, eu ficava com uma pena, a pessoa chegava e dizia: - "meu pai morreu", a pessoa chorando pela perda do pai, e tinha que cobrar o óbito, eu nunca cobrei. E o cartório não dava grana, muito pouco. Me casei em 1970, começou a nascer filhos, temos seis (6) filhos, a vida piorou muito com aquela escadinha, mas a perseguição era essa, clima de terror, qualquer momento você pode ser preso. Teve um delegado de polícia por nome de Major Claudioso, nome expressivo né? O Major Claudioso nos pegou na Casa dos Estudantes e falou: "vamos bater um papinho na praça". Tinha o Mauro Madureira, uma pessoa super inteligente, esse cara morreu com 34 anos, foi dar um mergulho no mar e morreu, o seu pai era um professor brilhantíssimo, uma das preciosidades que Cachoeiro produz, Dr. João Madureira. Aí apareceu o Claudioso e disse o seguinte: - Você que trabalha no cartório? - Disse sim sou eu. Ele disse: - não pode ficar aqui, depois das 23 horas não pode se reunir

na rua. Não estamos reunidos, estamos falando de música. Vai me desculpar, recebi a ordem agora não pode. Eu disse: Mas como vamos fazer em uma cidade quente como essa? Ele disse: Não quero saber, não pode, tenho que cumprir ordem, não pode ficar. Eu disse: - Olha senhor Major pela cara do pessoal ninguém quer sair daqui não, como vai fazer? Ele disse: - eu vou lá em cima, quando eu voltar se vocês ainda estiverem aqui, vou ser obrigado a prender todos. Ele foi e não voltou.

Sebastião Pimentel Franco: - E sobre esses discursos que o senhor diz que fazia na sala de aula, que o professor não queria, devia ser discursos inflamados, qual era o cerne desses discursos?

Roberto Valadão Almokdice: - Primeiro era pedir voto para a chapa, aí entrou o mimeografo, álcool, distribuía, e precisava dos discursos, tinha eu e outro companheiro que foi vice-presidente da chapa, ele era muito perseguido, seu nome Francisco de Assis Borges, morava em Jerônimo Monteiro. Os discursos eram pra isso: pedir votos para a chapa e dizer que nós precisávamos abrir a Casa dos Estudantes, porque a casa era uma entidade célebre, e vai ser muito útil para a gente.

Sebastião Pimentel Franco: - Então vocês não atacavam o regime?

Roberto Valadão Almokdice: - Ali, não!

Sebastião Pimentel Franco: - E na Casa dos Estudantes vocês faziam?

Roberto Valadão Almokdice: - Sim, lá faziam jornal, logo aconteceu o seguinte, a minha irmã era muito politizada, e eu queria entrar no MDB, me filiar, eu não vou me filiar, pois eles acabaram com os partido e fizeram dois partidos deles. Minha irmã além de politizada era também muito religiosa, quase toda mulher era muito religiosa, com algumas exceções.

Jeanne Bilich: - Qual era a posição politicamente da igreja em Cachoeiro nesse tempo?

Roberto Valadão Almokdice: - Lá estava nascendo dentro da igreja um grupo de esquerda e a minha mãe era uma dessas pessoas. Tinha uma professora de música, muito culta, professora Vera Maria Intra.

Jeanne Bilich: - Ela esteve na minha casa há 15(quinze) dias, ela está ótima, ela ligou para fazer um contrato daquele último livro que eu lancei ou algo assim. Ela é muito desenvolta, foi secretária de Cultura várias vezes, falou seu nome na minha casa, ela está com setenta (70) anos, mas a aparência dela é de uma mulher de 60 (sessenta) com muita saúde, ela me ligou, tomou iniciativa. Ela foi me levar um livro que Amilton entregou a ela na véspera de morrer e ela falou que com 70 (setenta anos) estava dispondo da biblioteca dela que é muito rica, daí ela queria saber a quem entregar o livro que não era dela, era de Amilton. Daí ela lembrou que eu escrevi a biografia de Amilton e foi à minha casa levar. Eu fui presenteada.

Roberto Valadão Almokdice: - Então estou no MDB, minha irmã insistiu e eu não queria, mas lá tinha alguns políticos muito simpáticos, eles conversaram com minha mãe. Professor Euzébio Baptista Vera era uma pessoa muito querida e quando falavam pra mim eu sempre dizia que não queria, que eu era contra. Foram conversar com minha mãe e ela se encantou com Hélio Carlos, ele era um sujeito doce, muito calmo, simpático, religioso, minha mãe me apertou: entra com o Hélio, ele é bom, pessoas muito boas. Acabei me filiando ao partido, fiz uma cerimônia na Casa dos Estudantes, consultei o pessoal todo, tinha 1(um) ou 2(dois) que era contra, mas uns 12 (doze) disseram assim: "Vamos entrar com você Valadão! Vamos participar desse negocio também". Foi então que entrei no MDB e comecei a ser político.

Sebastião Pimentel Franco: - Os jornais que vocês publicavam do que eles se tratavam? Será que sobrou algum exemplar?

Roberto Valadão Almokdice: - Só política. Eu tinha uma coleção, eu acho que foi o Mansur que me roubou essa coleção, eu escrevia o editorial o "valor da luta", o Mansur era encantado com isso. Eu sempre mostrava para quem ia lá em casa. Morava em uma pequena casa, depois fui deputado estadual, vice-prefeito, vereador por duas vezes. Quando fui Deputado estadual, comprei uma casa maior para pagar a caixa econômica em 25 anos, e no fundo fiz um escritoriozinho, um mafuá para guardar tudo. E lá também guardei a coleção do Jornal Impacto, e ficou um exemplar do jornal, e tenho fotografias.

Sebastião Pimentel Franco: - De que maneira esses jornais circulavam? Como era a receptividade deles?

Roberto Valadão Almokdice: - A entrega era oculta obviamente, feita a partir de meia noite até o raiar do dia, debaixo das portas era colocado o exemplar do jornal. A Polícia Federal ficava de olho.

Jeanne Bilich: - Algumas edições apreendidas? E a gráfica foi descoberta?

Roberto Valadão Almokdice: - Não! Nunca foi descoberta a gráfica! Como eles tinham fechado a União dos Trabalhadores, estava fechada, e a gráfica era lá no fundo, e só tinha uma pessoa que ficava na gráfica, e era esse o gráfico que rodava o jornal, era um faz tudo, fizemos uma grande amizade com ele, porque o Chico Borges, o vice-presidente era de lá, o paí dele tinha sido vereador, e o gráfico dizia para aparecer por lá só quando todos estivessem dormindo, ou seja, depois da meia-noite. E nunca descobriram a gráfica.

Jeanne Bilich: - E sobre a Lei da Anistia, qual sua opinião?

Roberto Valadão Almokdice: - Lei da Anistia é uma lei que naquele momento é uma lei necessária. Não tinha um movimento muito radical contra essa lei. As pessoas já estavam sofridas com a ditadura, e veio como uma forma de amenizar esse sofrimento. Por isso ela foi de pronto aceita. Mas nos sabemos que ela tem os seus defeitos, principal defeito dessa lei é que ela é irrestrita, e anistiou

pessoas que acho que não poderia ser anistiados tinham que ser julgados, as pessoas deveriam ser julgadas pelos crimes que cometeram, dizia que o fulano que era do partido comunista também cometeu crime, sei, mas quem está no governo e cometeu crime contra a liberdade é outra condição. Quem não está no governo cometer crimes contra lei e legalidade é muito diferente, esse era o raciocínio nosso na época.

Sebastião Pimentel Franco: - Pelo o que você colocou, meu irmão foi para uma passeata, pelo menos é o que vocês sabem, e que teria desaparecido. Pareceu-me que você foi uma pessoa muito mais atuante, o que você fazia certamente era alvo de uma repressão.

Roberto Valadão Almokdice: - Ele era atuante, ele se elegeu a presidenta e ela vice do diretório Acadêmico da Faculdade de Física do Rio de Janeiro.

Sebastião Pimentel Franco: - Que conjectura você faz com a sua ação que não era uma ação pequena, sendo feita em uma cidade interiorana a perseguição quanto a você foi muito mais branda do que a perseguição feita ao seu irmão que culminou na sua morte e da esposa, o que acha disso?

Roberto Valadão Almokdice: - Não existia perseguição no interior. Aliás, ele fez uma belíssima carta para minha mãe, depois essa carta chegou a ela, não sei como, tenho cópia guardada, essa carta dizia: "que ele iria passar um tempo fora, porque se eles me pegarem, eles torturam muito, eu tenho receio de fazerem isso comigo, com a Áurea, e que ele não iria suportar a tortura". Na época a tortura era uma coisa muito clara, todo mundo sabia, sobre torturas, mortes, assassinatos. Na carta ele diz que esta fugindo disso, com medo de ser pego, preso e torturado.

Jeanne Bilich: - A partir daí que a família supõe que ele tenha ido para o Araguaia antes de ser apanhado?

Roberto Valadão Almokdice: - Não, nós não sabíamos disso. Depois nós começamos a pesquisar, ficava de madrugada escutando a radio Tirana, a BBC de Londres tinha programa em português, e davam notícias constantemente do Brasil, essa rádio Tirana tinha um senhor que tinha uma guerrilha no Vale do Araguaia, mas aqui ninguém sabia quem estava lá, o PCdoB sabia, mas, não podia falar. Depois o tempo foi passando fui me entrosando com muita gente, conheci a Elza Morena tenho até hoje uma carta do Genuíno, ele estava lá em casa, depois que saiu da guerrilha, ele conheceu meu irmão, foi ver minha mãe e meus irmãos, depois mandou essa carta dando algumas informações, minguadas. E nós ficamos por ali querendo saber. Teve um episódio no Rio, que antecedeu esse caso do banco, me parece que foi no dia anterior, aconteceu o seguinte: Os dois moravam em um apartamento na Rua Dois de Dezembro, Largo do Machado, eu tinha duas irmãs morando comigo no Rio nessa época, e elas me disseram o seguinte: você vem aqui procurar o Arildo, nós soubemos que a polícia foi no prédio dele, fez um barulho tremendo, tinha gente do Exército, e a gente não achou o Arildo. Eu fui prá lá, quando cheguei e disse o nome do Arildo para o

porteiro, ele ficou muito nervoso e disse: Não quero nem saber, não quero saber disso não! Já estiveram aqui e queriam me prender. Não quero saber disso! Daqui a pouco a polícia aparece de novo e eu não quero saber disso. Eu disse a ele: Não é assim não. O Arildo é meu irmão e eu quero saber o que aconteceu aqui, eu tenho que ir ao apartamento dele e vou lá. Ele pediu para eu sumir de lá, que não iria se meter nisso, pelo amor de Deus. Eu disse: Eu vou lá! O senhor tem a chave de lá? Ele, não! Não tenho. Eu disse: Vou lá, vou bater na porta ver se tem alguém, você disse que a polícia esteve aqui, certamente tomou alguma providência, a polícia entrou no apartamento dele? O porteiro disse: Sim entrou! Tirou alguma coisa de lá e levou. O porteiro ligou para policia. Os policiais estiveram lá e me perguntaram: Quem é o senhor? Respondi: Meu nome é Roberto Valadão, sou irmão do Arildo Valadão, estou aqui porque soube que a policia esteve aqui e ele saiu, ninguém sabe para onde foi, como ele é meu irmão quero saber o que houve. A polícia: Seu irmão é subversivo. Respondi: Não sei! Policiais: O senhor está falando isso não sei, não tenho meu irmão como nada além de estudante. Ele é matriculado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele e a mulher dele. Eu preciso saber, vou com o senhor falar com o general, o que eu preciso é saber o que aconteceu, ele é meu irmão quero saber que história é essa. O policial disse: Você não vai conseguir nada, quem manda aqui é o governo. Eu disse: Eu quero saber, eu vou procurar. Fui à delegacia mais próxima e falei o que havia acontecido que precisava saber por que a policia invadiu o apartamento dele. Minha mãe estava em casa esperando assim como os outros irmãos. O delegado de polícia ficou até com certa simpatia e arranjou um jeito de abrir a porta do apartamento. Estava tudo vasculhado, revirado, estavam certamente procurando papéis, documentos. E aí então eu fui dar a noticia em casa, e ficou assim a gente sempre procurando, procurando. E quando fui eleito a deputado e fizemos um grupo de representantes de 18 (dezoito) famílias, tinha uma deputada estadual do Ceará que ajudou muito na época, a Maria Luíza Fontenelli. Então havia dezoito (18) pessoas representando suas famílias e passamos 14 (quatorze) dias lá no Vale do Araguaia. A partir de Marabá passamos por todas aquelas cidadezinhas, andamos em todos os lugares, entrevistamos pessoas nativas, fotografamos.

Jeanne Bilich: - Quando o senhor entrevistou essas pessoas mais simples do local sentiu ainda um clima de medo?

Roberto Valadão Almokdice: - Ninguém falava espontaneamente, tínhamos de forçar para responder alguma coisa.

Sebastião Pimentel Franco: - A gente sabe que quando o regime foi implementado uma parte se posicionou a favor e outra contra, quer seja de igreja, quer seja do judiciário, da sociedade, como você via isso lá em Cachoeiro? De uma forma geral, como as pessoas viam esse regime?

Roberto Valadão Almokdice: - A gente via o seguinte: Pessoas que eram empregadas do governo seja polícia, juiz, promotor, funcionários do IBGE, todas essas pessoas nos achávamos que eram

favoráveis, a classe média alta, e a igreja lá em Cachoeiro, o Bispo Dom Luiz, mais tarde se tornou um grande amigo. O tempo foi passando, e a minha irmã se tornou uma ministra da eucaristia e fez uma grande amizade com ele. Ele se tornou uma pessoa simpática, até na época em que fui prefeito, fui prefeito em 82 a 88, Dom Luiz estava se aposentando, tinha por volta de 75 (setenta e cinco) anos ele se torna um bispo emérito. A cidade se reuniu e comprou uma casa para ele, eu estava na prefeitura e surgiu uma questão com os camelos, a situação do país era muito ruim, começou a aparecer uma quantidade de camelôs enorme, de toda parte para Cachoeiro, a cidade ficou tomada de camelôs, e os comerciantes legalizados, começaram a reclamar muito, chega uma hora que o prefeito tem que intervir. Então precisei fazer reuniões com os camelôs para achar uma solução, e eles acharam que eu estava jogando duro demais eles foram até o Bispo, que era Dom Luiz, ele me chamou para conversar, fui lá, ele muito calmo, fala muito baixo, disse: Meu filho, essas pessoas não tem nada, pessoas muito pobre, dá um jeito. Eu disse: Tudo bem vou dar um jeito sim. Fiz outra reunião e ofereci um emprego na prefeitura para cada um, com um salário mínimo, o salário era de R$180,00 por pessoas. Bateram palmas, e deixei um funcionário para pegar documentos, e ficaram muito poucos. A situação foi amenizada e voltei lá e falei com o Bispo. Fiz isso, assim, assim, não resultou muito, pois ficaram muito poucos, de 4 a 5 pessoas na prefeitura.

Sebastião Pimentel Franco: - Quando você fazia a sua ação que era sempre contrária ao do regime, como você percebia essa receptividade? Tinha ou você era hostilizado por alguém, ou só pela policia que era hostilizada?

Roberto Valadão Almokdice: - Eu tive uma vida muito entregue à política, nesse período da Casa do Estudante, depois no partido, depois fui prefeito, vereador 2 (duas) vezes, deputado, era muito entregue, uma pessoa muito popular, eu ia à casa da pessoa ajudava todo mundo, eu precisava casar, ter filhos, eu nunca cobrei uma certidão de óbito, eu fazia muita coisa.

Agesandro da Costa Pereira: - Pelo meu conhecimento sobre o Espírito Santo, eu sempre pensei que o senhor tinha um perfil um tanto conservador. Estou enganado?

Roberto Valadão Almokdice: - Não, nunca fui conservador.

Agesandro da Costa Pereira: - Você sabe, eu não sabia disso. Eu tinha no senhor uma ameaça, no geral o povo de Cachoeiro é bastante conservador. Não sei por que sempre tive essa impressão. O seu irmão residia em Cachoeiro ou fora de lá? No movimento de reação onde ele residia?

Roberto Valadão Almokdice: - Ele saiu de casa para fazer faculdade. No movimento ele já morava no Rio de Janeiro, estudava na faculdade federal.

Agesandro da Costa Pereira: - Você era PMDB? Você foi eleito prefeito?

Roberto Valadão Almokdice: - Sim fui MDB e depois PMDB, nunca mudei de partido, mas antes como estudante a gente era de partido clandestino, era PCdoB e PCB.

Sebastião Pimentel Franco: - Conheceu algum informante na cidade?

Roberto Valadão Almokdice: - Dedo duro? Sim. Tinha um que eu queria quebrar a cara dele de qualquer maneira e não deixaram. Um sujeito sórdido, funcionário da merenda escolar na época era federal. Seu nome era "Aníbal Quitiba". Tinham vários, todos conhecidos, as pessoas sabiam, aquele é dedo duro. Eu fui à repartição para quebrar a cara dele, não deixaram, uma pena, depois ele morreu com a cara intacta, eu não quebrei.

Agesandro da Costa Pereira: - Logo após o golpe quem dirigiu a repressão por lá foi gente ligada ao Marechal Cordeiro de Farias, inclusive tinha um oficial do exército que andou prendendo muitas pessoas, a repressão começou ali,não é? Eles prenderam pessoas através do tiro de guerra?

Roberto Valadão Almokdice: - Sim, houve isso. O Marechal Cordeiro de Farias era o protetor desse grupo e comprou aquela fábrica de cimento. Não, não foi através do tiro de guerra. Houve uma época em que o exército prendeu mais de 100 (cem) pessoas de uma só vez. Levaram carros de INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), um mundo de carros, fizeram uma arruaça muito grande, impressionante o que Cachoeiro fez, foi por isso que houve esse barulho todo que o senhor está dizendo.

Agesandro da Costa Pereira: - Esses casos aí são anteriores a esse que o senhor está narrando, não é? Esse fato do Marechal Cordeiro de Farias, isso foi logo no início do golpe. Pelo o que me consta eles baixaram o pau por lá.

Roberto Valadão: - O caso do Marechal foi logo no inicio do golpe no ano de 64, houve muitos atritos.

Agesandro da Costa Pereira: - Não estou falando de atritos e sim de mortes. Mataram gente, sumiu gente.

Roberto Valadão Almokdice: - Sim, prenderam muita gente, sumiu muita gente, fugiram, matar eu não me lembro, não sei se houve mortes, mas o Marechal Cordeiro de Farias que é o protetor do grupo Monsanto, ele fez uma intervenção a pedido desse grupo Monsanto, porque muitas lideranças políticas ficaram com medo, diz que vem uma perseguição por aí, daí o Marechal deu um freio na ação.

Sebastião Pimentel Franco: - Como eram divididos homens e mulheres? Mulheres participavam do movimento? Tinha uma quantidade ou eram poucas mulheres?

Roberto Valadão Almokdice: - Poucas mulheres, na nossa diretoria tinha uma, Letícia Agleser. A Letícia mora aqui, mas tem muitos anos que não a vejo, mora em Vitória.

Agesandro da Costa Pereira: - Valadão, não recuperaram os corpos? Alguns foram recuperados, não?

Roberto Valadão Almokdice: - Nós fizemos uma comissão de 7 (sete) deputados, que era uma comissão chamada de "Comissão Externa", que aí nos acrescentamos para os mortos e desaparecimento pelo golpe militar. Fomos à cidade que agora é Tocantins, era uma cidade muito pequena, muito antiga, o grupo da comissão entrou em contato com as autoridades local, juiz, promotor, delegado de polícia, etc. Ficamos 3 dias por lá, tínhamos uma notícia de que tinha um corpo de um companheiro, que tinha sido da Molipo, mesma organização do Zé Dirceu. Esse pessoal da Molipo foi todo para Cuba, fugiram, e na medida em que esse pessoal voltava a ditadura capturava e matava, matou a maior parte, Zé Dirceu teve muita sorte, conseguiu escapar.

Jeanne Bilich: - Esse depoimento que o senhor está dando eu assisti na TV Justiça e ele foi dado pela 1ª mulher do Gabeira que também esteve em Cuba, muito interessante o seu depoimento. Ela faleceu em 2007, aparece no final do documentário. Roberto Valadão Almokdice: - Nós então desvendamos um caso de desaparecido, era da família Beberli, que não era a daqui era do Sul de São Paulo. Então nós encontramos o sepultamento, fizemos todo aquele processo, o juiz de lá ajudou muito para exumar o corpo. Ficamos 3 (três) dias por lá, por conta disso foram feitos exames: arcada dentária, vários outros exames e constatou-se que era realmente esse Beberli.

Agesandro da Costa Pereira: - Mas, seu irmão não foi encontrado? Consta que tinha um promotor lá que era ligado a essa gente que comandava.

Roberto Valadão Almokdice: - Meu irmão, não. Promotor na época? Promotor era mais do nosso lado, mais do lado da esquerda. Agora tem promotor por lá que é barra pesada, é fera!

Agesandro da Costa Pereira: - Mas eu digo fera não é lado profissional e do lado do trato pessoal. Você prestou algum depoimento nessas avaliações que foram feitas, mesmo na Câmara Federal? Ou o senhor só funcionou na investigação?

Roberto Valadão Almokdice: - Fiz muitos depoimentos, vários.

Agesandro da Costa Pereira: - Esses depoimentos estão onde? Como se obtém isso?

Roberto Valadão Almokdice: - Nos anais da Câmara, hoje está tudo no sistema. Tem muitos projetos que eu fiz na época que a gente localiza fácil no sistema. Esse assunto é uma coisa para se escrever um livro enorme, a bibliografia é enorme e eu por ser político queria saber desse caso, fui preso várias vezes, perseguido, me senti na obrigação de ler tudo sobre isso. O primeiro livro que eu li sobre guerrilha do Araguaia, perseguição política dos ditadores, foi um livro da Editora Alfa Ômega, hoje eu estive com esse livro na mão lá em casa, então lia tudo que foi saindo, a gente tem esse sentimento, a perda do irmão e uma revolta que não acaba nunca, a perseguição foi muito cruel.

Jeanne Bilich: - O senhor falou que foi detido várias vezes, gostaria de saber que tipo de tratamento lhe foi dado dessas detenções, habitualmente. Foi torturado? Pressão psicológica?

Roberto Valadão Almokdice: - Fui ameaçado, torturado não. O exército foi pior, policia federal foi mais fraco, agora o exercito jogava muito duro, queriam que a gente contasse às coisas que realmente a gente nem sabia, tem que falar sobre isso, aquilo, fulano de tal é comunista? O que eu tenho com isso? Você é comunista, se o senhor está dizendo. As minhas respostas eram sempre diretas, então ninguém se atreveu a me torturar, a mim não, mas amigos de Cachoeiro foram torturados. Mas nessa prisão que estava contando ao Dr. Agesandro que prenderam mais de 100 (cem) pessoas num dia só, era uma guerra, a cidade ficou de cabeça pra baixo, prenderam inclusive o professor Deosdete Baptista, prenderam o Dr. Gilson Carone, prenderam muita gente, eu e maís alguns companheiros do movimento estudantil também. Deosdete faleceu. Conheci o Deosdete e o irmão dele lá no Rio de Janeiro, o Batistinha, ele era sindical, um homem muito preparado, um grande advogado: Aristóteles Baptista, ele era uma pessoa fantástica, pessoa maravilhosa, contra a ditadura batia feio. Um homem valente contra a ditadura, nosso companheiro, nosso orientador, saímos de Cachoeiro num fusca para irmos ao Rio no escritório dele, no edifício Itu, em frente ao Teatro Municipal, para conversar com Batistinha, qualquer hora que chegasse tinha um barrilzinho de cachaça com um copinho de cachaça do Alegre, tomava um copinho de cachaça, conversava, pegava o fusca e vinha embora. Batistinha era uma pessoa fantástica, brilhante advogado, foi advogado de preso político e foi preso político, com esse Tribunal Militar que tem aí que é uma discrepância o senhor sabe, 50.000 (cinquenta) mil vezes melhor do que eu, sou autor de uma emenda constitucional que está lá para extinguir isso, pois é um absurdo.

Agesandro da Costa Pereira: - No tempo o Superior Tribunal Militar era mais liberal do que a justiça comum, havia na época um general Pery Bevilacqua.

Roberto Valadão Almokdice: - O general era mais democrata.

Agesandro da Costa Pereira: - Sujeito preferia ir para o Tribunal Militar a ir para os tribunais civis.

Roberto Valadão Almokdice: - Batistinha falava muito bem sobre esse General Peri Bevilacqua, tinha prestígio e tinha força e liderança. Batistinha morreu de forma trágica, quando me lembro desse crime fico mal, um negócio tão absurdo, não me conformo até hoje. Fui para a tribuna na Câmara e fiz um discurso dizendo que o governo tem obrigação moral de apurar esse crime e botar na cadeia os criminosos. Numa manhã entrou um grupo de umas 10 (dez) pessoas com poderosas armas e deram mais de 100 (cem) tiros nele, Batistinha deitado do lado da esposa. Depois fiz um discurso e um deputado do PT me disse o seguinte: “Você tá louco rapaz”! Não fala maís sobre isso, pois você vai tomar o mesmo caminho dele.

Jeanne Bilich e Sebastião Pimentel Franco: Agradecem por ter aceitado o convite e dizem que o depoimento foi de grande valia.

Roberto Valadão Almokdice: - Estou à disposição.

Dom Aldo Gerna

Dom Aldo Gerna nasceu na Itália, chegou ao Brasil em 27 de novembro de 1957, apresentando-se a serviço da então Diocese de Vitória do Espírito Santo, em 9 de dezembro do mesmo ano, com o objetivo de trabalhar na Diocese de São Mateus.

Na recém criada Diocese de São Mateus, foi secretário do então bispo Dom José Dalvit por sete anos. Nesse período Aldo acompanhou o processo de ocupação e expansão da região Norte Capixaba, as lutas e dificuldades da população, a ausência de políticas públicas e as desigualdades sociais. Os primeiros cinco anos, junto com outros dois padres, viajou incansavelmente, quase sempre a cavalo, em ação missionária. Enfrentou, no trabalho, muitas dificuldades, desde doenças, como a malária, até questões de natureza política na defesa dos direitos fundamentais da população. Junto a Diocese de São Mateus intensificou sua presença junto às pequenas comunidades de fé e afirmava que considerava sua obra mais importante o esforço por introduzir na Diocese de São Mateus, com um toque forte de preocupação com a questão social, as diretrizes e deliberações do Concílio Vaticano.

Em 24 de maio de 1971, o Papa Paulo VI nomeou Dom Aldo Gerna, aos 40 anos de idade, como segundo Bispo de São Mateus, recebendo a ordenação episcopal e tomando posse no dia 01 de agosto desse mesmo ano, em solenidade presidida por Dom João Baptista da Mota e Albuquerque.

Como bispo de São Mateus, Aldo procurou nortear seu trabalho na construção de uma nova mentalidade. Quis a igreja despojada do ritualismo, das cerimônias pomposas, e realizando sua opção preferencial pelos pobres.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 19 de fevereiro de 2014, às 10h, em sua residência em São Mateus, Espírito Santo.

Dom Aldo Gerna: – Nós concordávamos em tese dos programas sociais, na metodologia um pouco menos, por exemplo, eu fui sempre acusado de ser o organizador das invasões, que foram umas 30, 40 invasões. Eles queriam que eu defendesse as propriedades, mas como? Eu tinha pena do povo, eu nunca era avisado que haveria as invasões. Tinha uma pessoa que era membro do movimento sem terra que era nosso confidente, então ele trazia notícias de que iria acontecer invasão, logo que acontecia eu corria lá para dar apoio e tal. Mas nunca eu fui avisado antes e nem partiram de mim as decisões, nossa Diocese não era preparada para essas coisas, então nossa linha era outra, era sim ver a coisa chegar onde deveria para mudar nosso país.

Sebastião Pimentel Franco: – O senhor falou o seguinte: que no primeiro momento, ou seja, a ausência do estado acabou-se fazendo o trabalho, em função dessa não presença do estado, quando esse trabalho, vocês começam ter uma certa liberdade, isso parece que incomoda de alguma forma o estado.

Dom Aldo Gerna: – Perfeitamente. No início nós éramos os heróis, batiam palmas para nós e tal, daí passamos a ser incômodos e nós continuamos a ter uma certa tranquilidade, mas houve essas faixas e a coisa foi crescendo. Quando chegaram os militares, então aí a coisa engrossou realmente. Além das mortes que, independentes da revolução, mas aí começaram os incômodos maiores, tivemos invasões por parte da polícia, eu chamo de invasões nas casas canônicas, os disparos parecem que ficaram forte, parecem milagres. Quando eu percebi o que iria acontecer, pois, eles iriam fazer ocupação da nossa habitação, nossa casa, não sei se foi inspiração ou ingenuidade, eu fui à Vitória ter com os militares e assumi diante deles e disse: o que vocês têm contra o nosso povo lá do norte, se tiver alguma coisa, o responsável sou eu, por favor, vocês não toquem nos padres. Mas o fato mais triste e horroroso foi que eu não saberia oferecer o nome agora, houve uma vez um enviado da FASE, não sei aconteceu na FASE ou uma Organização Social que tinha sede lá em Vitória, Dr. Renato. Então um membro dessa organização, ele sumiu aqui, desapareceu, eu cheguei até a avisar esse fato a nunciatura, para ver se, mas a nunciatura apostólica é tipo macia, mas aí foi muito decepcionante, a nunciatura não só se omitiu como me deu uma resposta mal criada. Em relação a mim as coisas foram muito pesadas. Um amigo fazendeiro que eu tinha me avisou que era para eu deixar a Diocese pelo menos por algum tempo e este recado veio também veio da nunciatura. Automaticamente eu ignorei, eu disse: isso não tem sentido, mas recebi inúmeros telefonemas, principalmente depois que morreu um fazendeiro, morto mesmo pelos sem terra, isso aí nós descobrimos lá armas, ferro, uma coisa absolutamente inadmissível para nós. Eu recebi outros telefonemas muito ofensivos, em julho, por exemplo, me lembro de dois. Era isso que o senhor queria (quando morreu o fazendeiro)? Era isso? Como se eu tivesse responsabilidade no caso. Vai para a Itália ministro desgraçado! Aí é que houve essa fase de conflitos bem grande. Mas nós continuamos, até o ponto que eu coloquei na cabeça que deveria morar no acampamento um pouco com eles. Depois, pensei bem, acho que é uma provocação grande demais. Já me responsabilizam por tudo aquilo que eu não sou responsável, se eu for lá desse jeito, daí já viu.

Sebastião Pimentel Franco: – O senhor fala que começa a ter uma distensão em função de que o regime começa a endurecer, nós sabemos que o golpe, uma parte da sociedade, uma parte da igreja aderiu o golpe, foram favoráveis.

Dom Aldo Gerna: – Para mim aqui tem 2 (duas) categorias muito claras nesta questão: aderiram ao golpe, os fazendeiros, os grandes comerciantes claramente. E os nossos animadores que chamávamos de agentes que vinham para frequentar nossos cursinhos de conscientização esses claramente eram contra, é claro, isso vamos dizer de modo geral, tem exceções.

Sebastião Pimentel Franco: – Quando o regime endureceu o senhor tinha conhecimento do que estava acontecendo no Espírito Santo em termos de repressão?

Dom Aldo Gerna: – Ah, sim! Mas era o norte do estado, eu conhecia sim. Depois daquela vez que eu fui ter com os militares em Vitória, eles chegaram a me aconselhar para eu só pregar o evangelho. Eu me lembro muito bem, a minha omissão naquela hora foi por medo! Eu disse: - eu estou pregando o evangelho, só que o meu evangelho é diferente do seu: clarissimamente! Convidaram-me lá em Vitória e eu tive que absorver um sermão de um delegado federal da polícia, tive que escutar um longo sermão para que eu me corrigisse. Sei que no estado a coisa foi maís tremenda, mais terrível. Mas no norte do Espírito Santo os comunistas eram o grande inimigo. Comunistas? Eles nem sabem onde cair de tanta pobreza, tanta miséria, estamos longe, o conflito era outro não era ideológico, era prático, era de reforma agrária outra coisa. Tivemos sucesso porque tínhamos uns 30 (trinta) invasores como eles chamavam que eram sem terra, depois viraram assentamentos, o governo aos poucos ia absorvendo.

Sebastião Pimentel Franco: – E no caso os padres que trabalhavam, qual era a atuação deles e como eles enxergavam isso?

Dom Aldo Gerna: – É claro que não havia nenhum milagre, mas ao menos não havia resistência, padres a favor, acho até que nesse sentido eu fui muito feliz. Alguns padres não se mexiam, não saíam da rotina, mas de um modo geral aceitavam. Mas tinham alguns muito radicais, nesse sentido não concordavam muito, mas não deveríamos provocá-los demais. Mas, continuamos nossos serviços. Daí, temos a 3ª fase e para mim a 3ª fase é muito negativa, isto é: o peso sobre nós de Roma, eu cheguei a receber observações puxando minha orelha, do Papa. O peso sobre nós foi tão grande que nesse momento nossa diocese deveria se incomodara mais como antes, não sei se o Renato teve essa mesma percepção. Mas a Diocese está tranquila demais, o profetismo caiu muito, mas tem também uma vantagem, agora com esse Papa aqui a igreja tomou uma injeção de todo tamanho. A igreja da América Latina chegou a Roma e chegou bem.

Sebastião Pimentel Franco: – E dentro da cúpula da igreja, claro que também tinham pessoas que concordavam com o pensamento do senhor e uma ala mais progressista, como era essa relação?

Dom Aldo Gerna: – Nosso regional religioso é o Este II que engloba Minas Gerais e Espírito Santo, Rio que era capital do país e São Mateus uma aldeia perdida no sertão do norte do Espírito Santo, o resto aqui era tudo floresta. Então em Belo Horizonte, por exemplo, considerava nossas Comunidades Eclesiais de Base como grupo subversivo, algo semelhante. Eu escutei um bispo dizer que não queria tratar de uma união, que a nossa diocese pertencesse à comunidade eclesiástica de base. Nossa Diocese era tudo Comunidades Eclesiais de Base. Eu cheguei a me queixar com Roma por escrito, disse: Vocês elogiam nossos movimentos que geralmente era de direita, conservadores e criticam sempre as Comunidades Eclesiais de Base, que para nós é o caminho. O caminho que

devemos seguir. Vocês acreditam que chegou uma resposta indireta, mas chegou uma resposta claríssima. Na visita do Bispo que ele faz a cada 5 (cinco) anos, faz em grupo e não individualmente, na visita última que eu participei era ainda João Paulo II, ele chegou a elogiar as comunidades eclesiástica (ele não disse de base – palavra proibida), Comunidades Eclesiais de Base caprichada, chegou a elogiar. "Estas são as respostas das minhas queixas". Belo Horizonte, de um modo geral Minas Gerais, tinha um ou outro, vamos dizer uns quatro bispos que conheço, muito amigos, até a um ponto que uma vez eu era muito ameaçado com certeza, eu nunca tomei providencias para me defender. Maís uma vez ou duas eu não fui à reunião porque percebi que iria acontecer alguma coisa desagradável. Mas lá em belo Horizonte, um bispo chegou a dizer em público que se eu estava sofrendo era por minha própria culpa. Eu sei nunca escondi, mas a resposta é clara, eu sei se quiser ficar na classe é só renunciar. Pelo menos uma parte daqueles que eu considero evangelho, cristão. No Espírito Santo não, éramos uma alma só um coração só, como Dom João Baptista. Cachoeiro era ausente, era Dom Luiz Peluzio, ele era conservador, ausente, ele não participava de nada.

Sebastião Pimentel Franco: – Mas aqui em São Mateus, aqui no norte, o senhor chegou saber, de casos de pessoas que foram perseguidos ou vigiados ou o senhor próprio se sentia vigiado?

Dom Aldo Gerna: – Oh, quanto a ser vigiado não tenho dúvidas, eu sabia que estava na lista daqueles que deveriam ser eliminados, isso foi um dos fazendeiros que participavam dos crimes, ele era do time dos 019, fazendeiros claro, mas como era amigo sincero com a gente ele avisava. Eu fiz muitas imprudências por ali neste tempo, não tomei providencias para me proteger, mas era claríssimo, fui enfrentado até por uma criança uma vez num encontro em Boa Esperança e um fazendeiro levanta em pleno público com uma força bruta contra mim. Chegaram até atirar na janela do quarto onde eu dormia, porém aí eu não dei muito peso porque me parece que era por causa de um restaurante, os tiros acertaram no quarto onde eu dormia, tiveram vários tiros, mas 2 (dois) entraram na janela.

Sebastião Pimentel Franco: – O estado usava muito de "pessoas como olheiras" para vigiar, dar informações, o senhor sabia de pessoas que faziam isso?

Dom Aldo Gerna: – Essa pergunta para mim é a mais difícil de responder, Isto é, é claro que havia, mas eu não saberia indicar nenhuma pessoa, porque geralmente a gente nem se interessava nesse sentido. Nós olhávamos o povo, seu sofrimento. Mas uma vez eu realmente cheguei a fazer bobagem. Eu andei sozinho de carro de Ecoporanga à Montanha, é uma estrada que se alguém tem que eliminar alguém é por ali, essa estrada é feita para isso eu diria, é muito deserto, só boi que transita. Quando cheguei a Mucurici um policial pediu carona e eu dei carona, logicamente ele me olhava, acho que me reconheceu, mas lá pelas tantas ele pergunta: - Quem é o senhor? Daí eu o provoquei realmente: eu sou o bandido que você está procurando. Daí ele disse: o senhor é Dom Aldo? Eu disse: sou eu mesmo. Daí eu desabafei: onde vocês estão com a cabeça, onde tem

comunistas, bandidos etc... Deixam dessas bobeiras, se nós estamos fazendo nosso serviço, daí eu dominei a conversa. Mas acho que provoquei com uma bobeira de jovem. Era um desabafo. Diversas vezes dei carona para policiais, eu dizia não gosto disso que vocês carregam no lado (arma), eu perguntava: você já matou alguém? A resposta não me lembro se era sim ou não. Disse que a dificuldade era matar o primeiro, depois é como matar gatos, vaí se acostumando.

Sebastião Pimentel Franco: – Uma boa parte da população não sabia o que estava acontecendo, estava muito bem desinformada, vamos dizer assim, mas de alguma forma, algumas pessoas se colocavam contrário àqueles que criticavam o regime e a situação em que o Brasil vivia. Como o senhor percebia a população como um todo?

Dom Aldo Gerna: – Olha o povo em geral, o que nós chamaríamos de galera, amicíssimos, uma cordialidade sem fim, eram seguros. Quando cheguei a certa altura o confronto direto com o prefeito de São Mateus, por exemplo, o povo se voltou a todos em apoio a mim. Mas naquela altura, não poderia esquecer isso, o nosso estado vivia um período de extrema ausência, corrupção, não sei mais o que, todos os adjetivos piores eram merecidos. Mas, o povo de um modo geral estava conosco. Exceto aquela categoria de fazendeiros, numericamente não era nenhum trunfo, mas no ponto de vista do poder naturalmente era forte.

Sebastião Pimentel Franco: – Quando o senhor disse que algumas vezes foi chamado para se colocar perante as autoridades militares no caso da policia federal, né, como é que chegavam essas correspondências, como é que chegavam até o senhor. O senhor tinha que ir até Vitória para prestar esses depoimentos? Prestava onde?

Dom Aldo Gerna: – A primeira vez eu fui espontaneamente ao comando militar, me escutaram, fizeram as recomendações, não falaram muita coisa. Depois maís tarde era através do arcebispo de Vitória que era muito mais inteligente na linha contra.

Sebastião Pimentel Franco: – Mas aí eles chamavam para o senhor ir, o que acontecia quando o senhor chegava lá.

Dom Aldo Gerna: – Escutava o sermão deles. Prega só o evangelho... e coisa, e tal...

Sebastião Pimentel Franco:–Mas o senhor certamente tinha a oportunidade de também se colocar.

Dom Aldo Gerna: – Como eu sou muito tímido, a colocação geralmente não saía, eu escutava, respondia o mínimo necessário, mas nunca cheguei a fazer uma exposição de teses, uma reflexão um pouco mais séria sobre a situação política social de nosso estado. Isto é nesse sentido, eu fui como diria a palavra, insignificante, só que no conjunto das coisas, quantas coisas caíram sobre mim que eu não tinha nem merecimento nem culpa no caso. Nem culpa das invasões, por exemplo, que eu era contra, contra por convicção, porque quando eu visitava os acampamentos eu chorava ao ver

o que o povo sofria, onde passavam as noites, era uma vida dura, eu chamava aquilo de “purgatório” mesmo. Ausência total de qualquer conforto e dignidade humana.

Sebastião Pimentel Franco: – A ala que era maís favorável que seguia essa mesma linha que o senhor seguia deveria manter também correspondência e comunicação com o senhor, deveria falar de alguns cuidados.

Dom Aldo Gerna: – Bom, tem os mais famosos arcebispos do Brasil com o Pedro Casaldáliga, é agora por exemplo, o bispo de Montes Claros amicíssimos em 3º ou 4º, tínhamos, geralmente era por ocasiões da páscoa ou natal os cumprimentos, mas nós o chamamos aqui para o nosso retiro o Casaldáliga, o Erwin Croker, e outro que é de Montes Claros, tínhamos um contato bastante próximo, amigável, de irmãos que se entendem, então de recíproca estima, acho que eles se merecem.

Sebastião Pimentel Franco: – Como o senhor avaliaria, valeu a pena o trabalho que foi feito?

Dom Aldo Gerna: – Ah, sim quanto a isso, por exemplo, eu estou convencido que muitas coisas foram intuições, nem fruto de uma grande reflexão por intuições, acredito que nós acertamos. Estou contente olhando para trás e vendo o que se passou por aqui, considerando muito os erros, as falhas, no conjunto me parece que cumprimos nossa missão.

Sebastião Pimentel Franco: – Pelo o que o senhor me disse não era mesmo algo ideológico que esse trabalho era feito, era muito mais um problema social do que qualquer outra coisa.

Dom Aldo Gerna: – Agora a ideologia, porém começou a entrar nos próprios sem terra, houve um grupinho que foi mandado a cúpula, quando soube daquilo cheguei ao ponto de considerar me um “inimigo”, os sem terra. Eu disse a alguns deles: mas vocês estão jogando fora os melhores amigos que é a nossa Diocese. Vocês estão jogando fora com seu radicalismo. Havia uma ideologia meio inconsciente sim.

Sebastião Pimentel Franco: – O que se demonstra que na verdade, era muito mais por uma questão social, humanística do que por uma questão ideológica, tanto que o senhor coloca que chegou a haver divergência entre essa corrente e vocês próprios. E no caso do Espírito Santo como um todo, esquecendo um pouco o norte do estado né, como é que era entre vocês que tinham uma ligação maior da igreja, Dom João, o senhor, como vocês viam o que estava ocorrendo no estado do Espírito Santo nesse momento, quando vocês conversavam, como que vocês avaliavam isso?

Dom Aldo Gerna: – Bom, aí havia um pouco de diferença por exemplo: nós perdemos muita gente os fazendeiros, por exemplo, no sentido de que eles saíram de nossa igreja escandalizados, ofendidos, não sei o quê. Enquanto lá em Vitória, eu admirava, eu vi que havia a capacidade de diálogo, entre a classe média, aqui na nossa Diocese faltou, realmente por falta de preparação nossa. Mas no geral nós sentimos as dores, até o ponto, por exemplo, no lado social, mas quando houve as grandes enchentes em Linhares por ali, o Dom João disse especialmente: “o povo é que salva o povo"

isto é, eu percebia como eles eram capazes de estar na linha de progresso, mas sem esquecer os que eram contra e com capacidade de dialogar, também oportunidade porque naturalmente havia grandes pessoas. Nós passamos 4 (quatro) anos sem nenhum representante na Assembleia Legislativa. Eu considero aqui um lote abandonado, tanto que quando chegou agora à universidade, eu comparei à descoberta do Brasil a chegada da universidade em São Mateus. Certamente já mudou muito a mentalidade embora eu tenha as minhas reservas sobre as universidades, isto é, a ideologia que emperra a interferência da igreja, marca demaís os pontos negativos que houve na história da igreja. Houve é claro, são inegáveis, mas é muito mais, muito mais, diria até estrondosa a parte positiva. A mim me dá a impressão que isso é uma falha, isto é a história da igreja não é conhecida, não é valorizada nacionalmente.

Sebastião Pimentel Franco: – Havia assim por parte dessa ala maís progressista alguma estratégia de como se precaver contra o regime mais duro?

Dom Aldo Gerna: - Havia, mas não no sentido assim dos regimes um pouco em termos maís de estudo aprofundamento. Havia um grupo de bispos chamado de "grupo não grupo" que era muito informado que eu entrei, mas numa certa altura abandonei por causa de saúde, me parece que ainda continua. Um de nós tinha representantes desse movimento na primeira linha como Gustavo Gutierrez, que é considerado fundador da teologia para a libertação. Temos muitos professores leigos e os demais adeptos, mas daqui da região não, é um mistério. Com certeza havia, mas a gente nem se preocupava de procurar.

Sebastião Pimentel Franco: – No plano pessoal e individual como é que o senhor pensa esse momento que nós vivemos pós-golpe de 64, como é que isso impactou em sua vida?

Dom Aldo Gerna: – É claro que foi muito incisivo. Primeiro eu vim muito criança para cá com 25 (vinte cinco), 26 (vinte seis) anos e muito inexperiente, logo após ter sido ordenado padre, até então eu tinha vivido nos seminários fechados, um pouco na escola universitária de Roma, tive a graça de fazer o estudo em filosofia e teologia em Roma e depois eu cursei até um ano de sociologia. Ah, nós tínhamos um grupo que se reunia 10 (dez) dias todo ano para aprofundar esses temas todos os anos. E aqui também eles me ajudaram muito, me sustentaram, porque a tendência era se acomodar, de forma que agora depois de ter servido todos esses anos, o qual eu chamo de um "escândalo" de ter sido bispo de uma Diocese só 36(trinta e seis) anos, como é que o povo não se cansou, como que o povo não me mandou embora (ele brinca), afinal ajudou a me sustentaram nesse ritmo, nessa visão. Agora volta com maís insistência, aquela tendência me soa como emérito de fato, se a igreja me pede aos 75 (setenta e cinco) anos de me retirar das atribuições, porque eu deveria continuar agora a participar de reuniões assim, então fechei, isto naturalmente é negativo no meu ponto de vista. Procuro não fechar no sentido de entrevistas, de revistas, de livros, procuro ler as notícias, mas não vou maís aos encontros, apesar de que me convidam, insistem e até me ameaçam. Mas estou convencido que se aos 75 (setenta e cinco) anos eles exigem que me retire,

porque agora vou querer ainda entrar lá e colocar o nariz onde não devo não é muito ortodoxo, eu entendo.

Sebastião Pimentel Franco: – Como é que impactou a vida do senhor nessa época?

Dom Aldo Gerna: – É claro que o meu evangelho mudou muito, me abriu muito no sentido de que nós estamos a serviço da pessoa humana integral com todas as suas dimensões, não é só "salva tua alma", isso é uma heresia, são "salva as pessoas". A alma não existe, existem sim as pessoas, pela nossa convicção religiosa sabemos que a alma é imortal, mas está dentro das pessoas. Mas afinal a vida não é só celebrar missa, sacristia, é estar com as pessoas positivamente, no final dou graças a Deus de ter chegado aqui. Eu entrego o seminário para ir para a África. Agora tem outro aspecto: os meus companheiros que foram para a África estão vivendo coisas tremendas, aqui, por exemplo, eu acho que nós somos injustiçados pelo país, pelo governo, quando se trata da igreja como uma empresa, pois temos que prestar contas como empresa, agora temos uma organização aí de meditação que duvido que São Mateus tenha igual, é muito eficiente e complexa também, mas em compensação nos deixam trabalhar, essa pra mim é a parte positiva e sublime, nos deixam trabalhar e até falar. Enquanto meus companheiros da África principalmente os orientais, os países árabes é algo inacreditável. O bispo que maís insiste e continua a participar dos encontros, ele tem uma diocese territorialmente maior que a Itália onde tem 350 (trezentos e cinquenta) bispos, e tudo e qualquer templo são proibidos, ele tem 2 (duas) ou 3 (três) igrejas e são todas assim clandestinas, uma inclusive é debaixo do chão. Mas ele agora está conseguindo a simpatia do povo árabe. Eu admiro muito seu trabalho e sua dedicação em cumprir sua missão.

Sebastião Pimentel Franco: – E como é que o senhor veio parar no Brasil, por que o Brasil?

Dom Aldo Gerna: – Por que, isso é uma boa pergunta! Porque refere à congregação. Quando fui ordenado, nós éramos quase 50 (cinquenta) padres na congregação, naquela altura, o número de assíduos de ordenações estava crescendo muito, e era o momento que a nossa missão da África fechava, as colônias chegavam à independência então 2 (dois) fatores: a África se fecha e a América Latina pede socorro, inclusive para a vosso do Papa. Então abrigamos aqui no Brasil, mas até hoje a congregação não digeriu bem essa coisa. Nosso primeiro território é a África, embora hoje não se insista maís no território e sim nas pessoas, onde estão os grupos maís sofridos no mundo, mais marginalizados, maís afastados. Lá seria para nós. Então isso pode acontecer na África, como aconteceu na Ásia, na China. Então cheguei ao Brasil vamos dizer assim por emergência do momento. Mas agora sou feliz. Sou brasileiro há muitos anos, naturalizado, aliás, começo até um pouquinho querer fazer valer os meus direitos.

Sebastião Pimentel Franco: – Dom Aldo, para finalizarmos fale um pouco como eram organizadas, estruturadas essas Comunidades Eclesiais de Base, qual o trabalho que era feito?

Dom Aldo Gerna: – É uma pergunta muito importante. Com as comunidades de base capixabas, para nós são estruturas, são territoriais, até que nosso plano aqui na diocese era que houvesse uma presença da igreja, em todo o lugar, de modo que o povo não tivesse maís o do que 2 (duas) horas de caminhada a pé para encontrar uma presença da igreja. Então para nossa comunidade eclesiástica de base em primeiro lugar é ter o local. Tem uma capela, uma escola, um salão. Inicialmente até debaixo da árvore, e formasse a comunidade, que fosse todos os domingos para o culto, o povo faz a preparação para os sacramentos, aí o padre visita, pelo menos uma vez por mês. Eu por exemplo visitava nos primeiros 5 (cinco) anos, ia a cavalo pela floresta uma vez ao mês, eu fazia uma visita intensa de trabalho onde chamava "o grupo" que era chamado de diretoria, era um grupo de conselho comunitário, falava com as crianças catequistas, ao povo todo celebrava missa, batizava, se tivesse casamentos fazia, era um trabalho lindo. Então nesses encontros, nessas catequeses e ao mesmo tempo conscientização, é que se formou a ideia de que o cristão deve pertencer a alguma comunidade menor, onde seja conhecido, onde possa falar. Agora tem Comunidade Eclesiais de Base como o nome de paróquia que não tem padre, mas a nossa ideologia eclesiástica, onde se tem paróquias grandes com 2 (dois), 3 (três) padres numa paróquia só. Eu até disse ao meu sucessor, eu cheguei ao fim do meu mandato com uma clareza pra mim necessária. Nunca mais um padre sozinho na paróquia, ao menos dois padres, em paróquias grandes. Havia paróquias com 120 (cento e vinte) comunidades, quer dizer 2 (dois), 3 (três) padres se todos os dias saíssem para visita que é impossível, porque é massacrante, deveria viajar todos os dias para realizar um missa a cada comunidade uma vez por mês. Hoje não se encontra mais o povo durante a semana, tem que ser à noite. Antigamente chegava o padre era festa. Naquela altura a dificuldade era resistir fisicamente. Hoje não, a complexidade dos problemas são outros.

Sebastião Pimentel Franco: – E nessas comunidades quem era que participava mais eram as mulheres ou eram os homens?

Dom Aldo Gerna: – Ah, de olhos fechados eram as mulheres, mas também dependia do lugar! São Mateus foi desmembrado em Jaguaré, Nova Venécia, Conceição da Barra, Pedro Canário, as paróquias inicialmente eram 4 (quatro), 5 (cinco), hoje são 20 (vinte). As primeiras comunidades que existiram 45 (quarenta e cinco), hoje se fala em 700 (setecentas), e assim mesmo não conseguimos chegar aquele projeto de que não se deveriam caminhar maís de 2 (duas) horas sem encontrar uma presença de uma igreja, mas isso é na região do norte extrema do estado. Então daí nesses casos os padres vão uma vez por ano para realizar uma missa.

Sebastião Pimentel Franco: – Eu perguntei para o senhor, se sabia que era vigiado. Na documentação que existia nos arquivos, nós encontramos muitos documentos do DOPS onde aparece referência do nome do senhor, inclusive fotografias, onde o senhor está participando de algum evento, e que havia alguém fotografando lá. Daí eu perguntaria se o senhor tem interesse em ter esses documentos?

Dom Aldo Gerna: – Absolutamente não. Eu lembro um pouco dessas coisas e até que cheguei a provocar em sermões dizendo: eu sei que aqui tem gente espiões, mas podem olhar, podem ver o que quê estamos fazendo, mas uma vez quando morreu um fazendeiro, o meu nome entrou, sabe por quê? A decisão de matar foi tomada no local da igreja em Pedro Canário, então responsabilizaram o bispo, eu nem sabia de nada. Daí o juíza daquela vara que era a Dra. Consuelo me passou o processo e lá encontrarei meu nome. Daí eu disse a ela: eu levo a senhora no acampamento para ver que lá tem pessoas e não demônios os "sem terra". E fiz isso e ela aceitou. Ela foi naturalmente, levou uma pessoa junto, eu também levei outra pessoa, fomos de fusca. Houve um momento em que um "sem terra" avançou nela verbalmente, mas aí naquele momento eu fiquei um pouco tremendo, mas no maís foi tudo tranquilo. Eu mostrei a ela que os "sem terra" eram gente, que nós demos ajuda com toneladas e toneladas comida e roupa, então quem vinha ali via que nós apoiávamos dessa maneira aquele movimento. Eu respondia o Paí do Céu não vaí me perguntar se eram brancos, pretos, comunistas, vai me perguntar: estavam com fome e você ajudou só isso. Essa era minha resposta que dava a eles e pronto.

Sebastião Pimentel Franco: – Então como eu disse ao senhor encontramos nos registros, fotos de Dom João, o senhor, encontraram fotos lá que alguém deveria estar registrando esses encontros né, e aí nos bilhetinhos dizendo que eram pessoas ligadas ao comunismo, essa era a ideia. Bom, Dom Aldo, basicamente era isso que a gente queria ouvir.

Perly Cipriano

Nascido Alto Capim, Aimorés, Minas Geraís, em 10 de agosto de 1943, em 1960 iniciou militância política no PCB e no movimento estudantil. Em 1964 ingressa na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no curso de odontologia, onde responde um Inquérito Policial Militar. Em 1965 participa do Congresso da UNE - União Nacional dos Estudantes, em Valinhos, São Paulo. Preso pelo Exército no 31º Batalhão de Infantaria Em Vila Velha, ES. Em 1966 é eleito presidente do Diretório Acadêmico, é levado para o Quartel da PM de Vitória durante uma greve na faculdade. Em 1967 é preso pelo Dops em Niterói RJ. Faltando um mês para conclusão do curso, saí do Brasil e vai para Ucrânia, antiga URRS, estudar Direito Internacional. Em 1969 retorna ao Brasil e passa atuar clandestinamente como militante da ALN - Ação de Libertação Nacional. Em março de 1970 é preso pela PM em Olinda PE, onde foi torturado e condenado a 94 anos e 8 meses de prisão por homicídio. Acrescido as condenações estavam também 60 anos de perdas dos direitos políticos. Em dezembro de 1979, sai da prisão na condição de liberado condicional, portanto não anistiado. Em 1980 torna-se um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, onde foi candidato a governador em 1982, e também chefe de Gabinete da Prefeitura de Vitória/ES, vereador de Vitória/ES, Deputado Estadual e Secretário de Estado de Justiça e Cidadania. Em 2003 assume a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SEDH/PR, onde permaneceu até 2010. De 2011 a 2014 atuou como Subsecretário de Estado de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo.

Autor de Pequenas Histórias de Cadeia, Vai Quem Quer, Fome de Liberdade, Teias de Solidariedade, e articulou o livro “Esquerda Armada”, de Luzimar Nogueira. Graduado em odontologia pela UFES e Gestor em Direitos Humanos pela UNICEUB, Brasília.

Depoimento prestado a Agesandro da Costa Pereira, Eugênia Célia Raízer, Francisco Aurélio Ribeiro, Jeanne Bilich, João Baptista Herkenhoff e Sebastião Pimentel Franco, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 10 de setembro de 2014, às 16h30, na sala 102 da Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande. O professor Vítor de Ângelo, membro colaborador da Comissão, também participou desse depoimento.

Agesandro da Costa Pereira – Dá as boas-vindas ao convidado Perly Cipriano solicitando que ele fala sobre o início de sua atividade política e explicou que seria dada oportunidade para as perguntas.

Perly Cipriano: - Primeiro quero agradecer a possibilidade de vir até aqui e me sinto muito honrado de estar aqui com vocês, porque o que vocês estão realizando é definir o futuro do nosso país, conhecendo a nossa história, nosso passado, as pessoas e dos acontecimentos, porque um país sem memória não é um país que tem futuro. Nós vamos ter muita dificuldade ainda, mas acho que estamos dando passos importantes com a Comissão da Verdade. Muitas estão surgindo, eu quero

primeiro agradecer a possibilidade de estar vindo aqui prestar meu depoimento e dizer que vocês, para mim, constitui o papel mais relevante desse país. Nós nunca examinamos a história do passado, há exceção de um ou outro professor, mas é pesquisa própria. Não é o estado, o estado e as instituições se voltar para conhecer esse passado. Primeiro eu iniciei a minha militância política em 1960 no Partido Comunista e no Movimento Estudantil, no período em que sou a primeira geração depois da guerra. Uma geração que viu o continente africano inteiro em luta e se tornando independente; Revolução Cubana; o efeito da Revolução Chinesa; enfim, o mundo estava em ebulição. E a década de 60 talvez tenha sido a década a que maís gerou novidades no mundo. Então foi nessa década que eu comecei a participar da política. E coincidentemente era o período que teve a eleição do Jânio (Jânio Quadros) e eu fiz campanha dentro dos meus limites para o Lott (Henrique Teixeira Lott), era marechal Lott, concorria com o Jânio. Ela era uma figura considerada democrata e fizemos a campanha para ele e ganhou o Jânio. Como as eleições eram separadas as pessoas votavam no presidente e no vice, separado, o Jango que já havia sido vice do Juscelino e acabou sendo eleito na chapa do Jânio. E com a renúncia do Jânio tiveram muitas manifestações e eu participei praticamente de todas elas, participei das campanhas e das manifestações. Em seguida o Brasil entrou no momento das discussões das reformas de base, algo extremamente importante para esse país porque ainda o país está em débito com as propostas que o Jânio apresentou no comício da Central que eu estive presente. Todas as reformas, todas elas: política, sindical, partidária, urbana, fundiária, todas as áreas, então nós estamos em débito ainda. Então eu participei desse período, ajudei a organizar os primeiros sindicatos rurais do Espírito Santo, pois havia muita dificuldade para organizar os sindicatos rurais, participei do movimento estudantil na UESI e na União Capixaba de Estudantes Secundaristas, que nós acabamos fundando essa entidade para ter pequena duração e desaparecer, havia uma pessoa de Afonso Claudio que ajudou a fundar essa entidade. Fiz parte da secretaria e coordenação e difusão da UBES, chamava-se SECOD, era uma coordenação que a UBES estabelecia nos estados pra acompanhar os movimentos. E fui designado pra ser também o representante dos estudantes capixabas na frente de mobilização popular. Foi uma experiência muito rica, reunia partidos e sindicatos, personalidades, enfim, partidos clandestinos, todos entraram nesse projeto de reforma de base. Fiz parte dessa frente representeando os estudantes. Já nesse período se acreditava muito na possibilidade das pessoas terem uma boa preparação em acreditar que haveria um golpe no Brasil, deslumbrava-se isso, mas literalmente ninguém se preparou. A gente acreditava nessa possibilidade, as pessoas falavam que haveria possibilidade de um golpe e nesse período a gente pressentia quando IBAD, IPEs, eram institutos americanos que produziam ideologia e financiavam também, eles financiaram possivelmente o processo de corrupção mais amplo que esse país conheceu , foi nesse período. Eles financiaram quase todos os governadores com exceção do Arrais e outros, grande parte dos parlamentares. Um exemplo bem preciso da força que eles tinham contra as reformas de base era financiar essas pessoas. Então a gente já nesse período denunciava que o IBAD e IPES estavam financiando. Você chegava às cidades do interior numa igreja o padre tinha aquela “revista seleções”

lá, você chegava e tinha “revistas dos IPEs”, eles tiveram um peso muito grande no ponto de vista ideológico e econômico e isso refletiu inclusive no dia “do golpe”, porque quando o Jango (João Goulart), o Jango se quer havia saído do país, o congresso declara a vaga à presidência da república, por isso que o “golpe” é um golpe civil, militar, não é apenas militar, ele teve esse peso e grande parte dos parlamentares eram financiados literalmente por esses grupos, acho que começou a CPI e parou, mas deveria resgatar quem foi financiado: Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, todas essas pessoas foram financiadas.

Eugênia Celia Raizer: - E aqui no Espírito Santo, nesse período?

Perly Cipriano: - O Chiquinho aqui no Espírito Santo não foi, até tem um fato interessante, ele não foi. Chiquinho era uma pessoa conservadora ele dizia ser amigo do Jango, estou do lado da democracia e contra ele, ele tinha um discurso meio sonso, mas os comunistas o apoiaram. Então nesse período já se pressentia a mobilização da direita no ponto de vista de investigar a vida das pessoas que não é um fenômeno só depois do golpe, bem antes isso já existia. Eu cheguei a ver um foto minha, no 30º (trigésimo) Batalhão dos Caçadores onde fui preso, uma foto que dizia respeito há cerca de 2 (dois) meses antes do golpe, então já era algo que eles estavam acompanhando. Eu acabei conhecendo essa foto, porque havia um numero muito grande de sargentos nacionalistas, sargentos, cabos, havia um movimento fortíssimo, onde eles elegiam deputados. Então a escola em que eu fui estudar odontologia tinha um terço da escola eram constituídos de militares, quase todos nacionalistas, democratas progressistas, daí eu vi uma foto minha e deveria ter de outras pessoas também. Quando veio o golpe já havia um prenuncio, as direções não tinham muita noção, o movimento sindical não era tão forte como se dizia, na realidade, ele era mais forte nas áreas estatais: os portuários, rodoviários, aeroviários, mas as outras categorias não tinham essa mesma força que as pessoas falavam no passado. Não estou dizendo que os outros não tivessem, mas as estatais tinham força realmente paralisavam quase tudo. E nesse período algumas das pessoas participavam, me lembro de quando Marighella (Carlos Marighella) veio aqui em 63, ele fez uma atividade no Porto aqui, falando das reformas, ele era um que dos que acreditavam que “não esta fácil”, a gente não sabe o que vaí acontecer, mas isso era uma gota d’água do que do que as pessoas diziam que havia um aparato militar muito forte, que Jânio teria e havia uma movimentação dos quartéis muito grande todo mundo sofria influência também dos militares, do militar nacionalista, é quando o comício da Central...

Francisco Aurélio Ribeiro: - Nessa época você já estava na universidade.

Perly Cipriano: - Eu entrei na universidade em 64, estava com a cabeça raspada eu participei da primeira manifestação, Eugenia estava numa dessas, eu tenho certeza!

Sebastião Pimentel Franco: - Mas você já atuava antes.

Perly Cipriano: - Já atuava. Eu comecei em 60 no movimento estudantil, participei da luta de reforma base, fui ao comício da Central e naquela época já se dizia que tinha gente infiltrada, era a expressão que se usava e falava que havia infiltrados na CGT (Central Geral dos Trabalhadores) que era a Central Sindical e dizia até que tinha até do movimento de esquerda e mais tarde se comprovou que de fato havia infiltrados na CGT e nos outros movimentos. Então tinha o movimento que era sindical, movimento estudantil que eram os secundaristas, a UEE e a UNE e também o movimento de intelectuais muito forte, era a frente parlamentar, eram os intelectuais, eram outros elementos que estavam produzindo ideia de pensar no país quanto nação nesse quadro em que viviam. Então quando veio o golpe, quando começaram as primeiras noticias nós pensamos no momento o que eu fazer. Eu acompanhei a primeira manifestação no sindicato dos portuários, reunia uma série de sindicatos, alguns próximos ao Partido Comunista, de forma que havia um grupo grande de sindicatos em torno da CGT era o nome da Central e foi feita uma marcha dos portuários até a Praça Oito e ali Manoel Santana, que é uma figura injustiçada historicamente, ele era o presidente dessa Central, era um pernambucano, ele era do Partido Comunista e veio para e fizemos uma marcha, chegamos a passar pelo Chiquinho que estava chegando de carro, acenaram para ele. Quando chegamos à Praça Oito foi feito um discurso que teria uma paralisação, a greve. Daí houve uma confusão, porque pensaram: "se parar tudo como é quer vaí manter o golpe, se paralisar o transporte ninguém vai pra a rua, como é que vão protestar", são discussões que sempre aparecem. Nesse dia foi à última manifestação no período do golpe essa no relógio da Praça Oito. E a outra manifestação foi uma que saiu da UEE, na Rua Washington Luís, um dia nós vamos resgatar aquele patrimônio, a sede da UEE funcionava lá, houve marcha que saiu da UEE com os estudantes universitários, fizemos uma marcha descendo passamos na Costa Pereira, atravessamos a Jerônimo Monteiro e fomos até o Palácio cantando o Hino Nacional, o que se podia fazer né, não era um número muito grande, mas ainda não tinha se consolidado o golpe. Viemos até o Palácio exigir definição do governador, a famosa estória de que perguntaram a ele no quartel de que lado ele estava, tem uma estória que é piada, mas de qualquer maneira ele dizia: Estou do lado da escola Maria Ortiz". Porque ele era uma pessoa que não se definia muito e ele recebeu um grupo de estudante no dia e fez um documento que foi publicado no jornal O Diário. Eu conto esse fato porque a contradição humana é muito complexa, eu me lembro de que estava em frente ao Palácio segurando um quadro de giz, onde estava escrito "abaixo a ditadura", qualquer coisa parecida, e havia um soldado mal vestido (era feia a farda deles, hoje melhorou), eu lembro que fui fazer um discurso pra ele inflamado, dizendo: - "você é filho do povo, mas seu filho não pode ir para a universidade", eu tentando inflamar, eu lembro-me bem que ele olhou bem pra mim e disse: "você tem razão, mas se me mandar atirar, eu atiro". É imaginar que ele sabia que o filho dele não ia para a universidade, mas ele tinha que cumprir a ordem. É uma coisa difícil e a gente não pode condenar essa pessoa, o que ele ia fazer? Se rebelar? Não era possível. Então depois dessa marcha saímos para uma nova marcha, voltar para a UEE, já fomos proibidos. O governador disse que era amigo do Jango, que lutava pela democracia e pela legalidade, os dois lados falavam a mesma coisa. O Brizola

organizou a rede da legalidade, os militares diziam que nós estamos na legalidade para poder mudar este país, praticamente a mesma coisa. Então neste aspecto nós fizemos este movimento, mas não foi possível retornar a UEE. E aí definiu fazer esse grupo e ficar na UEE numa espécie de vigia, ficamos 13 (treze) pessoas na UEE dormindo lá com um rádio velhinho e acompanhávamos algumas noticias que saíam sobre o golpe que estava acontecendo no Brasil. De vez em quando uma noticia daquela sumia do ar, entrava um dobrado, a gente percebeu aqui "ali já não tem mais nada". E aí de manhã quando nós chegamos veio um grupo e aí, todo mundo já tinha outras informações, praticamente já tinha sido considerado triunfante o golpe militar que eles insistiam em dizer que era uma revolução, mas isso na realidade era um dia 1º de abril.

Sebastião Pimentel Franco: - Perly, você falou que essa manifestação não era tão grandiosa assim, mas tinha, um certo número, assim maís ou menos você saberia precisar e quem é que compunha esse grupo, era constituído de quê?

Perly Cipriano: - Eu acredito que deveria ter umas 100 (cem) pessoas não teria maís que isso. Era mais universitário, secundaristas e eventualmente alguns jovens ligados ao movimento de esquerda, mas eram quase todos universitários, jovens, secundaristas, mas eram mesmo universitários, até uma coincidência, só de um fato, um dia estava em Brasília e conheci uma pessoa, irmã da Miriam Leitão, era estudante de odontologia também, Beth Leitão, que é irmã da Miriam, por uma coincidência passou no vestibular em odontologia e ela me disse: - "você foi lá e me convenceu e eu fiz a marcha", da odontologia eu tenho a impressão que só vieram 2 (duas) pessoas, mas basicamente eram universitários. A manifestação dos trabalhadores foi aquela outra, depois havia mais dificuldade. Tinham pessoas que não eram estudantes como Iraque Tristão, que nós conhecemos aqui, tinham outros não estudantes que também estavam presentes. Depois disso aí o que aconteceu foi o seguinte: Fizeram intervenção na UEE fechando-a e fecharam a UESI e no DCE não tinha muita atuação, mas mesmo assim eles criaram o DEE (Departamento Estadual de Estudante) que substituir a UEE e tentaram impor aquela discussão. Nós fizemos uma campanha bastante irônica para eleger na "Claudia Cardinale" (atriz), na época uma atriz muito bonita e o pessoal fez a campanha para ela e ela teve muito maís voto do que esse DEE e ninguém aceitava nem concorrer contra eles. E fizemos posteriormente a eleição da UEE embora houvesse sido fechada, nós conseguimos fazer uma eleição. Foi feita uma eleição direta e era uma eleição "sui generis", porque a pessoa votava no indivíduo e não na chapa. Se tivesse uma chapa com 15 (quinze) pessoas, cada um votava no presidente, no vice e nós fizemos uma campanha dizendo o seguinte: vote na chapa do José Monteiro, que era estudante de medicina, menos no secretário geral. E o secretario geral da outra chapa era José Cipriano, meu primo, e vote contra a outra chapa, menos em Jose Cipriano, e conseguimos eleger toda a chapa do José Monteiro menos o secretário geral e elegemos José Cipriano, nós fizemos essa composição com a UEE. E teve que compreender como a repressão também anda num ritmo porque ela nem sempre se atualiza rápido. Um ano e

meio depois, recebemos a seguinte noticia: A caixa deu dinheiro para a UEE na Caixa Econômica. A UEE havia sido extinta, porém nós fizemos eleição e elegemos assim mesmo. Mas aí havia um dinheiro para receber, e pensamos como é que vamos fazer? Eu juntei algumas pessoas e disse: - vamos pegar então o "Rata", onde havia o Brito que era secretário da UEE, o José Cipriano era o vice, enfim, quase todos moravam na mesma república. Decidimos então fazer uma ata, e vamos reconhecer e vamos à caixa econômica. Fizemos a ata e fomos à Caixa Econômica, e demos entrada, mostrando que a UEE estava ali tudo certinho para receber o dinheiro, e eles pagaram tudo. Na época não era muito dinheiro não, mas era um valor que não tínhamos. Daí nós pintamos todo o prédio da UEE.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Esse dinheiro era de onde?

Perly Cipriano: - Da Caixa Econômica. Era um dinheiro que vinha de Brasília para a UEE, mas eles não estavam levando em conta que o golpe tinha acontecido. A burocracia não tem muita memória, daí pegamos esse dinheiro e pintamos o prédio e fizemos um jornal que chamava "Unidade", esse jornal quem coordenou ele foi o Renato Soares. Este jornal é o seguinte, nós temos que encontrar alguns exemplares dele. Eu e o Renato estávamos todo animado com o jornal que estava ficando uma maravilha, eu até escrevi uma matéria nele, péssima escrita. Quando a gente ia buscar o jornal aí eles foram lá e tomaram o jornal. Portanto é um jornal que foi editado com o famoso desse dinheiro lá e a pintura do prédio, e nós nunca tivemos esse jornal em mãos e o Renato parece que conseguiu alguns números, poucos, mas isso que foi feito em forma de resistência e daí por diante a resistência no meio dos estudantes era muito utilizar os trotes, botar a palavra de ordem. Na odontologia gostavam muito de "abaixo a dentadura" (trocadilho). E também começou a resistência na área de pichação. Lembro-me que o PCdoB estava muito recém-reconstruído, tinha mais o PCB e um dia nós decidimos que iríamos pichar a cidade, e a direção falou: vocês não devem fazer isso, porque pode nos atingir. Mas os jovens são mais afoitos e dissemos: - olha vocês que se cuidem e pichamos a cidade. Eu me lembro de que pichei os correios, esses tempos eu vi a foto, horrível minha letra. "Abaixo a opressão" era a frase que pichamos a cidade toda. Mas aí tinha PCB, PCdoB, o pessoal da AP, JUC que era maís da área da Eugenia que tinha maís força nas faculdades, então começou essa resistência: panfletos, alguns jornais clandestinos e algumas reuniões com trabalhadores que começa também nesse período discutindo muito resistência, pois, era o período do congresso do partido Comunista brasileiro e eles começaram a mandar documentos, eles não reconheciam erros, o que era um absurdo. Também eu digo que nesse momento que nós estávamos lá na UEE, nessa noite teve uma discussão que lá em Ecoporanga tinha os posseiros que tinham resistido às investidas policiais, houve muita morte, eles resistiram muito e surgiu uma ideia que a gente deveria sair da UEE ir à Ecoporanga chamar os posseiros fazer um levante e ocupar a cidade. Se nós tivéssemos feito isso seria um desastre. Também não sei se os trabalhadores seguiriam essa orientação. Mas de qualquer maneira lembrar que nesse momento quando você não

tem nenhuma alternativa, o que sobra é isso. Nesse período a gente percebeu que uma outra questão rapidamente também no caso da universidade, num período não muito longo eles vão construir a assessoria de segurança interna, eles começaram a agir em todos os órgãos, a universidade tinha assessoria de segurança interna, mas os correios também tinham o seu esquema, mas a Vale do Rio Doce também porque as pessoas que estavam na Vale e eram de esquerda sabiam disso, então havia um grupo lá dentro organizado. Quase sempre eram ligados aos recursos humanos das empresas, então os recursos humanos das empresas informavam que fulano ou cicrano eram pessoas que estavam agitando dentro do trabalho ou então ao contrário, alguma pessoa da policia informava dentro da empresa: "oh, está vindo de Minas Gerais e era subversivo lá". Então havia um entendimento forte entre as instituições, a Vale eu tenho certeza porque eu vi muita gente falando sobre isso. Nos correios a gente tinha ouvido falar algumas coisas, o Niarbas, não sei se conheceram, um funcionário dos Correios negro, ele chegou a falar isso que tinha uma pessoa lá que se reunia e daí por diante ele soube com muita dificuldade de algumas reuniões que se processavam no 30º (trigésimo) Batalhão dos Caçadores, ia gente dos correios, da UFES e da Vale, quer dizer a gente não tinha muita noção de onde maís iam. Mais tarde no livro do Claudio Guerra: "Memória de uma Guerra Suja", que é o depoimento que ele dá ao Rogério Medeiros, ele revela esses fatos. Até o procurador geral nosso aqui, funcionava aqui no IAPI, até esse procurador ele é que fez passar por aqui as metralhadoras, ali funcionava o SNI praticamente dentro da própria procuradoria. Portanto, as instituições vão sendo contaminadas no período da ditadura e eles fizeram esse trabalho. Havia muito medo, havia muita delação, um período muito complicado. Delação nas universidades de federação, eu com cabeça raspada, eu respondi inquérito policial militar. Mas nas universidades que tinham maís atuação eles fizeram o inquérito policial militar, onde colocava professores e estudantes um na frente do outro e perguntavam: "você é amigo do Brizola, você leu Marx (Karl Marx), eles iam perguntando para você, você é nacionalista, você é comunista", sempre com um professor junto ou um funcionário também. Então esse foi produzido um relatório muito grande de todas as pessoas que foram ouvidas, esse relatório ficou com o MEC, eles andaram desaparecendo com esse relatório, mas um dia vamos achar, de todos que deram depoimentos no inquérito policial militar ainda de cabeça raspada. Também dentro das igrejas havia repressão. Aqui tinha um instituto de teologia que funcionava no prédio americano depois veio aqui para a Praia do Suá, ali teve um professor que foi perseguido e afastado. Tem um que era boliviano, ele foi perseguido, teve que ir para a Bolívia, depois voltou. Teve várias pessoas perseguidas, nesse meio estava o professor Beato (Joaquim Beato), ao mesmo tempo em que tinham aqueles que resistiam, tinha os que passavam para o outro lado e denunciava o outro. Agora esta havendo a Comissão da Anistia, tem um grupo dedicado exclusivamente a estudar o que houve nas diferentes igrejas. A igreja católica que depois fez grande resistência à ditadura, tinha Dom Sigaud e Dom Mayer que eram de Juiz de Fora, que eram homens da direita que conspiravam diretamente na igreja. E muitos grupos também de algumas correntes evangélicas que eram

financiadas pelos Estados Unidos temendo que houvesse algum crescimento dos movimentos. O primeiro momento da ditadura que eu acompanhei isso de perto, dava uma dor tremenda, não era exatamente assim, muitas pessoas estiveram juntas e o movimento, "dizia assim: -" que vinha pela legalidade, para impedir o comunismo", embora o partido era muito fraco, não tinha força nenhuma para ameaçar nada, mas criou uma cultura muito forte. E teve aqui no Espírito Santo aquele "ouro para o bem do Brasil", João Calmon liderou isso e teve gente que deu sua aliança, tiveram marchas, nós tivemos muitas marcha antes do golpe, durante e depois do golpe.

Sebastião Pimentel Franco: - Você falou que a entidade estudantil aí foi fechada e depois quando houve uma candidatura 2 (duas) candidaturas se contrapuseram e vocês faziam campanha para eleger todos exceto um e nenhum exceto um dos que você falou. Agora, por que fazer uma campanha aberta contra um elemento da chapa e todos da outra, por quê? Quem eram essas pessoas, quem eram esses estudantes?

Perly Cipriano: - Na época tinha muitos partidos comunistas e AP, principalmente partidos comunistas se chamavam entrismo ou infiltração, do mesmo jeito que a direita infiltrava a gente no movimento, às vezes se descobria 1 (um) comunista num sindicato, muito ruim. Aí ele arranjava entrava na chapa, não sou muito favorável, mas ele entrava. Então nós tínhamos 2 (duas) chapas, como votava individualmente, nós precisávamos que alguém, que esse meu primo José Cipriano, era da medicina, uma escola grande, e tinha influencia do direito também que era grande e a de filosofia, as 3 (três) escolas grandes que definiam praticamente a eleição. Então a presença de uma pessoa como aquela (José Cipriano), então a campanha era favorável a José Cipriano, na realidade a gente escolheu para eliminar o secretário da outra chapa, porque não dava, se ele compusesse a chapa toda, na hora que fizesse a composição da chapa você já tinha Jose Cipriano numa faculdade grande que era medicina, você já tinha o cabeça de chapa que era o Monteiro. O Monteiro era o candidato a presidente, que era da medicina, se você vai colocar o secretário geral na mesma chapa, era somente por estratégia.

Sebastião Pimentel Franco: - Era só estratégico? Não era por questão ideológica?

Perly Cipriano: - Não, somente por estratégia. Porque para a chapa que concorria que José Carlos Nassif era importante ter alguém na medicina, na escola grande, então os nossos fazia campanha para ele e os dele faziam para o nosso que era José Cipriano. Porque se ele coloca o secretário e o presidente concorrendo na mesma chapa você afastaria as outras escolas, era somente uma estratégia. Então nesse período a gente percebeu muito a "presença dos edifícios", eu já ouvi vários depoimentos, eu quero ver se trago esses documentos, é, os porteiros dos edifícios quando o período da repressão aumentou alguns anos à frente, grande parte dos porteiros dos edifícios eram orientados a vigiar quem entrava nos edifícios. Eu já localizei alguns meus, quando eu havia entrado em alguns edifícios, por exemplo, o Edifício Moscoso, morava o Dr. Altemar de Oliveira Neves que

era médico, foi professor da universidade e foi até botado pra fora da universidade, eu fiz um movimento quando era vereador e conseguimos o apoio dele. Posteriormente a universidade deu uma reintegração "post mortem" ao Altemar de Oliveira Neves, ele foi punido retroativamente, depois que ele morreu a gente conseguiu fazer esse movimento. Hoje ele faz parte do quadro da universidade, ele era uma pessoa que tinha muita ligação com a juventude. Quem olhava para ele via um semblante sisudo, mas foi uma das pessoas maís doce que conheci na vida e ele que lidava com a juventude. Como eu representava os estudantes e depois os universitários, tenho vários registros dele. Eu localizei aqui, vocês conhecem o Rubens Gomes (Rubinho), eu era do partido comunista onde tínhamos uma coordenação e a gente acompanhava os secundaristas, eu já era universitário. Foi criada a União Metropolitana, o Rubinho era muito um jovem muito precoce com 14 (quatorze) anos, muito inteligente e acabou sendo presidente dessa União Metropolitana. Um dia, eu conversando com eles, uma menina veio falar comigo e disse: - "meu tio é da policia e me mandou aqui para vigiar o que vocês falam, mas eu acho isso tão difícil"- ela estava apaixonada pelo Rubinho - a paixão fez com que ela parasse e pensasse, pois era uma adolescente. O tio chamou para ela fosse uma agente infiltrada, para ela trazer a informação, mas ela naquele momento seu sentimento era outro. A gente viu nas escolas, as pessoas tinham muito medo às vezes de alguns funcionários, as pessoas temiam certos papos, temiam levar livros em algum lugar, havia um certo medo. Eu fui em 65 ao congresso da UNE em Valinhos SP, não é o de Ibiúna, foi o primeiro congresso, esse congresso foi clandestino também, mas tinha algo inimaginável, pois havia 700 (setecentas) estudantes de todos os lugares, como algo clandestino com 700 (setecentas) pessoas de tudo quanto era lugar. Possivelmente eles sabiam da existência desse congresso, mas não houve interesse por parte deles porque como é que num lugar pequeno como Valinhos, interior de São Paulo, se reúna 700 (setecentas) pessoas jovens, por maís que se disfarcem eles são jovens, por mais que disfarcem são barulhentos, por mais que disfarcem eles são diferentes da cidade, 700 (setecentas) pessoas num convento. Quando eu voltei de lá, algum tempo depois, o 30º (trigésimo) Batalhão de Caçadores foi lá na universidade e me levou preso junto com José Henrique Merçon e Jaime Lana Marinho, que era professor da odontologia e foi presidente da UEE, quando houve o golpe ele foi preso, nessa época ele já não era maís presidente da UEE, ele fazia o último ano de odontologia, ele foi preso, foi preso também o José Henrique Merçon e o Jaime Lana. E tem um fato que eu já tentei explicar: "eu estava preso junto com esses 2 (dois) e aí ao lado uma pessoa chorando e eu percebi que ele estava chorando, e a gente preso dever ser um companheiro", né, daí tentamos conversar com ele e perguntamos: que houve? Ele disse: não sou comunista, não. - Pensamos, não precisa ser comunista para ser preso, nacionalista também era preso. Era o Ferrinho pai do Ercílio dono do Pirão (restaurante). Ele era um empresário da construção civil, eles o pegaram para que ele denunciasse o Chiquinho que era governador. Ele era empresário, é de imaginar que nesse momento eles começaram a atingir outras pessoas, a informação que chegou pra ele, uma vez eu conversei com ele, mas ele não quis falar nada. Nós soubemos na época de um soldado

falando nos corredores, que haviam colocado ele num barco, andaram um pouco na Bahia e jogavam-no dentro do mar amarrado, se é verdade ou não, ele nunca registrou isso, mas esse boato surgiu, eles queriam tirar dele informação para caçar o Chiquinho aí e eu fiquei preso 3 (três) dias lá. Posteriormente outras pessoas foram presas lá e como aínda se chamava sargento nacionalista, tinha um sargento que ia datilografando o interrogatório que era feito pelo Capitão Batalha que foi um grande repressor. Esse sargento ficava lá atrás do capitão, de vez em quando ele piscava para mim, porque ele votou em mim, quando fui presidente do diretório concorrendo contra um sargento, e ganhei quase 1/3 da escola eram militares nacionalistas, e esse sargento, o pessoal acusava- o de ser delator e dedo duro, então eu concorri contra ele. Tive que passar no DOPS aqui e pegar um documento de "bons antecedentes ideológicos", não é criminal, e como é que eu ia passa nisso, eu já havia sido preso, não tinha meios. Tinha Zilton que era funcionário da universidade, morava comigo numa republica e ele disse que tinha um amigo que era delegado e nós fomos lá. Amizade é um elemento importante na vida e sempre vai ser. E fomos juntos. Chegando lá na sala do delegado eu sentado, o Zilton abraçava o delegado e falava "esse é meu amigo", se referindo mim e o delegado não teve dúvida e disse: bate aí e o Zilton escreveu na máquina de datilografar: "declaro para os devido fins que Perly Cipriano tem bons antecedentes". E com aquilo eu pude concorrer ao Diretório. Na realidade foi Zilton, que era um funcionário da universidade, amigo de um delegado, é, amizade tem essa importância. E com isso concorri à eleição e fui eleito com o voto dos militares. Em 66 teve uma greve na faculdade de odontologia. Essa greve por melhores condições contou com o apoio dos professores, mesmo os maís conservadores, que no curso eram muitos, mesmo esses apoiaram a greve que durou 2 (dois) dias. Mas eles me pegaram, aí veio lá um militar que eu teria que comparecer no quartel para dar explicações. Fui acompanhado de um professor que foi muito solidário. Ele disse ao comandante: "não isso aqui não é bem uma greve, ele explicou ao comandante, isso é igual a um minuto de silêncio que as pessoas fazem, igual quando jogador cai e machuca o time não para um pouquinho, foi isso." Esse professor chamava-se, esqueço o nome dele, o sobrenome dele era Aguirre, ele foi e ficou junto comigo. Não foi uma prisão, eu voltei, a greve durou mais um dia e encerrou. E fui preso também em 67. Em 67 eu terminaria o curso de odontologia e teve um encontro dos estudantes da região Sudeste em Niterói. Eu fui ao Rio de Janeiro com essa missão de representar os estudantes junto com outros e junto foi o Álvaro Pignaton. Nessa ocasião eu fui também além de ir representar os estudantes fui levar o convite da minha turma de odontologia para trazer o Juscelino Kubitschek como paraninfo da nossa turma. Juscelino havia sido cassado, enfim, para os estudantes era um momento importante trazer essas pessoas e quem fez os contatos com o Juscelino foi Carlito Von Schilgen. Por ironia do destino ele foi candidato do PSD, mas ele era um homem que logo no comecinho do golpe nós do partido comunista pegávamos uns trocadinhos com ele, ele dava ajuda pra gente pra ajudar em alguma coisa. Ele era inicialmente do MDB, depois mudou para PSD e ele que fez o contato com Juscelino. Ele morava em Copacabana e eu fui levar o convite todo contente, tomei café com ele, "contava isso

para os meus colegas porque todos nós vivíamos num miserê tremendo comendo pão seco e eu com Juscelino tomando café." Tomamos café, conversamos longamente sobre nossos sonhos. Voltei para a pensão de quinta categoria que estava eu todo contente, daí um pouco chega à polícia. Levaram-me para o DOPS em Niterói com maís 3(três) estudantes. Passamos uma noite lá, eu só não sei até hoje o advogado que me defendeu. Foi um advogado lá fez a nossa defesa da gente às 6h da manhã, e eu nunca soube quem era esse advogado. Aí nesse lugar eu vi já as montagens do sistema. Nós estávamos presos, eles fizeram algumas ameaças de palavras, nós sabíamos o que era, mas nós ficamos enrolando e eu tinha um pouco maís de experiência do que os outros. E aí e eu disse a eles: - olha vocês não sabem de nada, não conhecem nada, vocês vieram por acaso, vieram para namorar, inventam qualquer história, qualquer coisa vale. E na cela, depois apareceu no corredor um preso, era da América Latina, só sei que ele não era cubano, porque cubano fala muito rápido engole a metade das letras ele tem uma maneira diferente de falar. Essa pessoa parou na nossa frente e disse que veio de Cuba, "tudo isso era montagem das forças", estava trazendo as armas e fui preso, fui muito torturado, e mostrou as marcas, de fato ele estava com torturas. Possivelmente deve ter sido alguém envolvido com o tráfico ou qualquer coisa errada, ele de fato foi torturado, ele estava com marcas. Mas, naquele momento, os militares o pegaram e mandaram-no ir até nós e diz aquele pessoal: "que se vocês não fizerem o que eles querem pode acontecer o mesmo que aconteceu comigo". Pra vocês verem, utilizavam um preso comum, que havia sido quebrado na paulada, para tentar demover os outros.

Vítor de Ângelo: - Perly, essa foi a sua 3ª (terceira) prisão?

Perly Cipriano: - 3ª (terceira) prisão. Como havia possibilidade e informação que na aeronáutica do Rio de Janeiro tinha um processo, acho que muitas as pessoas daqui iam responder a processo lá, e que teria um processo lá que eu estaria no meio eu não sei se era tão necessário eu sair do Brasil ou não, eu não tenho muita consciência disso. Mas eu acabei deixando a odontologia que faltava um mês para concluir o curso e fui para a União Soviética, e lá eu estudei direito internacional. Mas já havia nesse período que estavam estudando a forma de resistência.

Eugênia Célia Raízer: - E no congresso de Ibiúna em 67, eu me lembro de que você era o presidente do Diretório acadêmico, que ano foi?

Perly Cipriano: - Não, o congresso que eu fui foi de odontologia em Valinhos, São Paulo. Eu fui para a União Soviética em 67 no final do ano. Tanto é que eu tenho em casa dois materiais de formatura: um de 67 que eu formaria, depois eu deixei e fui pra lá. Por ironia também eu fui com um documento como se eu fosse para a França porque para a França todo mundo podia ir. E na França na embaixada da União Soviética tinha que pegar um "visto", não era um "visto carimbado era um visto solto". E eu fui atravessar apressado o aeroporto em Paris, eu não sei se eu me descuidei e eles me tiraram ou se eu de fato deixei cair, só sei que quando atravessei e cheguei à União Soviética

eles falavam para mim: - Visa! Visa! Eles me olhavam assustados. Eu peguei meu passaporte e não achei o papel (visto solto) e acabei ficando na União Soviética por 3 (três) dias, não preso, mas em um hotel lá no aeroporto esperando explicações. E lá eu fui para estudar em Kiev na Ucrânia e aí fui fazer direito internacional um período.

Jeanne Bilich: - O senhor ficou quanto tempo lá?

Perly Cipriano: - Fiquei 1,8 (um ano e oito meses). Lá eu tinha um sonho de ir de lá para Cuba fazer treinamento. Era um sonho. E nesse período a União Soviética já estava pressionando Cuba para não participar de movimentos porque tinham surgido muitos estudantes da Checoslováquia, da Polônia, até da Alemanha, saídos dos estudos e indo para ir parar numa guerrilha dessa aí, indo até para a África. Então os russos estavam com visão de não deixar. O embaixador russo até falou comigo: - "para nós era muito bom, mas eu não posso". E lá eu encontrei Thomás Meireles que tem nesse livro sobre Marighella, ele cita esse fato. O Meireles, ele estava ligado a ALN (Aliança de Libertação Nacional) e eu queria migrar para o ALN, daí eu conversei com e ele. Esse Meireles depois foi assassinado. Ele ficou preso na vila militar por 3 (três) ou 4 (quatro) anos sem ter direito a ler nada e quando ele mudou para outro presídio, passou não sei quantos meses, lendo todas as revistas Veja atrasadas para ver se conseguia se atualizar, ele era um cara que lia muito. Contatei ele e vim embora para o Espírito Santo. Ao voltar, fiz outro roteiro: Argélia, Senegal e cheguei ao Rio de Janeiro e de lá tive informação que o José Dias Lopes, que era uma figura que ajudou no esquadrão da morte lá no Rio de Janeiro na Scuderie Le Cocq, já estava aqui e ele era uma figura na policia muito forte, foi (Secretário de Segurança), ele chegou a ir à Barra de São Francisco ameaçar com 2 (duas), 3 (três) pessoas para saber onde eu estava porque como de fato causava estranheza, uma pessoa que estava terminando o curso e desaparece de uma hora para outra. Então ele foi lá fazer essas cobranças e foi também falar com parentes meus e também a Ecoporanga ele falou para algumas pessoas que queria me pegar. Então rapidamente passei em Ecoporanga e de lá fui para o nordeste ligado a ALN, a organização do Marighella. Antes eu estive com Apolônio de Carvalho que era do PCBR, que queria que eu ficasse junto com eles, mas eles queriam que eu ficasse como motorista para algumas operações. Até hoje eu tenho trauma, não sou motorista e nem quero. Fui para o nordeste para migrar aos estados e fui preso em 70.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Em Cuba você ficou pouco tempo?

Perly Cipriano: - Não fui lá nessa época, só foi sonho, fui lá quando me queimei (acidente de carro). Em março de 1970 fui preso em Olinda por acaso (ele mostra o livro que vai deixar para a Comissão, com prefácio de João Baptista Herkenhoff) onde eu conto algumas histórias da cadeia e começo falando do "acaso". O acaso faz parte: só imaginarmos sobre essas eleições aí o que o "acaso" não faz! Então eu me encontrava num bar junto com Ronaldo Dutra Machado, que era filho de um almirante que estava vindo do nordeste pra Pernambuco, ele era da direção nacional da ALN em

Pernambuco e eu tinha que encontrar com ele porque eu estava coordenando aquele grupo lá e fiquei conversando com ele ali. E nesse bar havia umas 10 (dez) portas, eu estava tomando uma Coca-Cola lá no final e estava nessa época traduzindo um texto em francês para o Ronaldo Dutra quando o bar foi cercado por um número muito grande de policiais, eles entraram no bar e nós estávamos lá no final. Eles pediram os documentos, cada um de nós mostrou o documento falso e Ronaldo Dutra estava com uma arma e ele percebeu que o movimento da policia ficou diferente, eu senti que a coisa havia complicado, tentei fugir, me abaixei, peguei a bainha da calça de um soldado, consegui derrubá-lo por cima da cadeira e fugi. Saí daquele tumulto, mas lá na frente caí. Meu sapato sem cadarço, eu disse que jamais usaria um sapato sem cadarço, caí e fui pego no meio da rua. E no meio da rua mesmo eles seguraram meus braços e minhas pernas no ar e eles chutando minha costela, quebraram uma costela dentro da praça. Sem saber quem nós éramos: apenas uma suspeição. A suspeição nessa região há uns meses atrás teve um assalto a alguém da Souza Cruz e parece que morreu uma pessoa, acho que era um tenente, nada no período que nós estávamos lá e uma garçonete, eu tive uma informação que uma garçonete suspeitou que um de nós 2 (dois) parecesse com alguém que ela suspeitava ter sido o assaltante. De lá da praça fui levado para a delegacia que funcionava na prefeitura de Olinda. Era a prefeitura em cima e a delegacia em baixo. Fui levado para lá algemado e eles pisando na gente, dando coronhada, até chegar à delegacia. Na delegacia começou o interrogatório e nós tínhamos que ganhar tempo, tivemos que mentir, inventamos que estávamos passeando, que morávamos na zona, qualquer artifício valia para ganhar tempo. E nesse momento, eu também relato isso no livro, onde reviraram o bolso do Ronaldo Dutra Machado e acharam um texto em francês de uma folha de revista, era uma entrevista do Miguel Arraes. O policial olhava assim e falava isso aqui é em inglês, não acho que isso aqui é em espanhol, o policial não tinha escolaridade, mas viu a palavra "Arraes", daí ele disse: - *"isso é comunismo"*. E aí imediatamente chegou o tenente assustado, por ser comunista, me levou para o quartel da policia militar. Lá fui avisado por várias vezes junto com o Ronaldo, fomos ameaçados: *"vocês vão ver o que vai acontecer com vocês; vocês tem que falar o que vocês sabem"*... Fizeram várias ameaças e no outro dia nos levaram para o DPPS – Departamento de Policia Político Social- existe desde o tempo do Getúlio Vargas. Lá sim, nós começamos a ser torturados no gabinete do Odolito que era um delegado, era delegado do DPPS e era Congregado Mariano. Nós começamos a ser torturados no gabinete dele. Havia uma sala que era usada para tortura, lá eu sofri muito "pau de arara", era algo muito terrível, disseram que era invenção brasileira, mas eu acho que não era não, mas é muito utilizado nas delegacias do Brasil, inclusive nos dias de hoje. É uma dor horrível, a pessoa fica ali por 5 (cinco) minutos, parece que vaí morrer. *"Batiam no calcanhar com palmatória"*, *"colocavam toalha molhada no nariz"* para a pessoa respirar, imagina você com dor, como que iria respirar aquilo! Eu sempre digo que eu tinha a sensação quando batiam no meu calcanhar que meu cérebro começava a girar dentro da cabeça, eram choques, afogamentos, era algo terrível. Tinham alguns métodos, havia um que se chamava "ciranda", que é próprio de Pernambuco.

Reunia 10 (dez) a 12 (doze) policiais, a gente algemado com as mãos para trás, daí éramos cercados por eles e davam *"chutes, batiam com palmatórias, com cassetetes"* e a pessoa ia caindo. Ciranda é aquela dança em volta, a gente ia rodando e quando caía daí eles batiam mais, levantava e continuava apanhando. E também eles tinham orgulho de dizer que esse método eles que haviam inventado. *"Eles também tem orgulho do que fazem"*. Outro método que eles utilizavam muito foi: nos algemavam e nos penduravam. Até uns 5 (cinco) minutos é suportável, depois de 10 (dez) minutos, 15 (quinze) minutos o corpo não vaí aguentando, cada vez que o corpo vai puxando as algemas iam apertando e eles faziam muito isso com a gente. O mais grave é que eles falavam: - *"Eu tenho o tempo do mudo pela minha frente, ninguém sabe que você está aqui, a qualquer hora eu volto"*. *"Eu tenho o tempo do mundo e você, ninguém sabe que está aqui"*. Quando eles saíam, que deixavam de nos torturar, a gente sentia um alívio, pensávamos: *"parou o sofrimento um pouquinho"*, mas ficávamos esperando: uma porta batia, já pensávamos que eram eles. Isso gerou loucuras em algumas pessoas. Eu conheci pessoas que foram torturadas, eu conheci Frei Tito que é um exemplo, mas também Edinaldo era um engenheiro que foi muito torturado. Quando o levaram para a casa de detenção eu já estava lá. Ele chegou e fui conversar com ele e ele me disse: *"não conversa comigo não porque tudo o que eu falo, tudo o que eu penso, o torturador escuta, escuta e aí eu posso voltar a sofrer"*. Daí eu levava-o para o pátio com muita paciência, vamos conversar! Nessa época tinha a solidariedade lá do Apolônio, falava sobre futebol, mulheres, eu falava, não fala nada não, deixa que eu falo. Ele na época conseguiu se recuperar e muito anos depois ele se suicidou. Frei Tito, (Frei Tito de Alencar Lima) imagina um frei se suicidar, outra pessoa se suicidar já é algo do extremo, imagina um frei! Além do elemento normal, ele tem outro elemento que é normal que é a religiosidade dele. Frei Tito se suicidou. Isso era muito comum. Eu tenho defendido muito que o "torturador" não é um cara normal, mas é um cara completamente normal: Jornalista me torturou; advogado me torturou; Miranda era um advogado que me torturou muito. Tinha um pastor Jônatas, ele foi policial por algum período, depois ele aposentou, mas ele ia lá à noite e dizia aqui são todos endemoniados e daí nos torturava, acho que ele era torturador voluntário. Mas tinha todas as pessoas e nesse meio havia uma pessoa que me ameaçou no quartel do Derby (em Pernambuco) chama-se Armando Samico, era um coronel, eu já havia passado por essa tortura toda e um dia me levaram para uma sala e ele foi um dos que ajudou a fazer as ameaças, me dando empurrão, me batendo com cassetetes, e ele apoiando e dando incentivo. Ele não era só coronel, era professor de odontologia da Universidade Federal de Pernambuco. Muitos anos depois, quando eu já estava em liberdade, aqui vocês conhecem o cearense, ali perto das escadarias da Catedral, que é irmão daquela pessoa, um dia estou conversando com ele e ele me diz: - *"olha aqui o meu discurso de orador de turma"*, quando eu olhei, o magnífico reitor chamava-se Armando Samico, era professor de odontologia da Universidade Federal de Pernambuco que virou reitor. Nada me diz que ele era mau dentista. - *"Eu conheci todos meus torturadores"*.

Sebastião Pimentel Franco: - Perly eu até iria fazer essa pergunta, você já nominou algumas pessoas, mas se você poderia nominar outras pessoas que você tomou conhecimento que eram torturadores e que eram informantes, as 2 (duas) coisas se diferenciam. E também se você pudesse falar quem maís que você conheceu que sofreu também tortura.

Perly Cipriano: - Eu vou trazer para vocês uns documentos. Tem uma pessoa por nome de Nuzimar Nogueira, eu organizei uns documentos na Frei Caneca que tem a relação de todos os torturadores que nós conhecíamos, e todos que eu conheci todos aqueles que me torturaram, todos, porque eles não usaram capuz em mim nem neles. Eu nomeei um por um. Só não sei, mas eu tento um dia achar, é um estudante de medicina, ele fazia o último ano de medicina, ele entrava lá, a gente caído e ele vinha verificar nossa pressão arterial, coração, para ver se nós tínhamos condições de continuar sendo torturado. É o único que eu não sei, e a informação que os próprios policiais falavam é que ele era estudante do último ano de medicina. Então eu tenho o livro "A esquerda Armada", é de um jornalista capixaba, ele juntou todos esses documentos e publicou. Eu vou trazer esses documentos todos pra vocês.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas você está falando de Pernambuco, mas e daqui?

Perly Cipriano: - Sim, Pernambuco. Não, aqui nunca sofri nenhuma tortura, somente ameaças. Aqui sabia do Alberto Monteiro, ele tinha gente dele em várias faculdades. Ele que montou a assessoria de segurança interna, ele era funcionário e virou professor. Em vários lugares sabíamos que havia gente do Alberto Monteiro: podia ser um professor; podia ser um funcionário; e podia ser até um estudante. Alberto Monteiro que era a figura maís conhecida dos estudantes. Havia suspeição sobre estudantes, eu tinha suspeição de quando eu fui presidente do Clube de Estudantes Universitário-CEU, quando eu viajei para antiga União Soviética eu tinha comprado um toca fitas pequenino e não tinha como eu levar, então acabei deixando no clube e posteriormente quando quiseram fechar novamente a UEE (União Estadual dos Estudantes) tinha uma pessoa lá dentro que disse que ele era um informante, ele disse: - *"esse toca fitas não vai levar não, só se o Perly vier aqui para entregar para ele"*. Esse talvez a Eugenia vá se lembrar dele, mas eu não quero afirmar com certeza porque recaía sobre ele a suspeição grande, era um estudante de filosofia. Têm dados que eles têm da presença da repressão em todas as organizações, o chamado "Memória de uma Guerra Suja", eu estava em Brasília quando um advogado do Claudia Guerra me procurou dizendo: o Claudio quer conversar com você, ele está preso em regime fechado. Eu pensei: acho que vou lá. Fui lá fazer a visita a ele. Ele me falou: olha, eu te conheço, você foi um dos caras que maís me criticou", quem mais o criticou de fato fui eu e Rogério Medeiros por causa do PT nós fizemos 2 (dois) jornais aqui denunciando ele por proteger um cassino em Guarapari, falamos o andar e o prédio onde localizava esse cassino e que tinha gente importante como empresários, juízes, promotores, nós colocamos no jornal que ele morava no andar de baixo para proteger.

Ele ainda me disse: - “mas eu queria fazer uma reportagem falando das coisas que eu fiz”. Eu perguntei: “O que você sabe”? Ele foi falando e eu fui perguntando para ver se havia consistência porque tem muitas pessoas que mentem, inventam muito. Ele foi falando e eu percebi que tinha consistência, ele não sabia “nomes”, mas “sabia dos fatos”. Falou data, eu vi que de fato tinha consistência na fala dele. Eu disse: - “Olha, você não vaí ser anistiado, não tem essa possibilidade, não vai melhorar sua vida em nada, mas você vaí prestar um relevante serviço, você vai esclarecer coisas que ninguém sabe”. E é verdade, as Comissões têm que ouvir todo mundo mesmo, minha visão é essa e ele assumiu, eu disse: - “Você pode ajudar, o que você fez não vai ser apagado, mas é bom que seus filhos saibam que você teve uma nova atitude”. Ele disse que havia se convertido, que agora era um pregador e eu disse: - “Esse é um elemento que soma mais, agora você é um pregador, mas você tem um dever com o país”, e ele topou. Ele queria falar realmente o que sabia e o Rogério foi uma pessoa que o ajudou muito e Marcelo Coelho, que é um jornalista, também o ajudou. O Rogério disse a ele que não queria que ele dissesse o que ele ouviu dizer e sim o que você fez. Ele revelou fatos que a própria família de um preso camponês: Aleixo, o ventania (Manoel Aleixo da Silva) no Pernambuco que foi morto. No livro dele ele fala que ele matou, no dia tal, na hora tal, deu um tiro e matou. A família negou, o PCR (Partido Comunista Revolucionário) que é uma organização de esquerda, negou. Eu fui até Pernambuco, ele foi ser ouvido em Pernambuco e eu fui junto. Quando cheguei lá procurei a Comissão da Verdade e eles haviam recebido naquele dia da Secretaria de Segurança um documento confirmando os fatos, no dia tal, na hora tal, deram um tiro, tudo, apenas mascaravam, diziam que era um sargento ligado ao SNI (Serviço Nacional de Inteligência) que foi preso e maís tarde solto, mas aí quem iria saber de que sargento se tratava? Ninguém prendeu nada. Então ele fez isso aí (Claudio Guerra), insisti com ele e acredito que foi importante. Vamos encontrar muita coisa aínda, acho que aqui e é bom que se esteja atento, eu tenho tentado na nacional, mas não consegui, mas temos que fazer isso um dia, as policias militares tem a P2, o SNI não tem capilaridade, tem contrato de pessoas, mas pode ter uma pessoa lá em Ponto Belo que é um policial. Pode ter um em qualquer município desses, podem ter, eles tiveram treinamento do Exército e aqui tem um exemplo, quero ver se trago esse jornal para cá, tem uma pessoa que era um policial militar da P2 que ficou 11 (onze) anos servindo o CIEFES no Rio de Janeiro. Ele trabalhou no Jornal Posição, portanto, com algum de vocês, depois do jornal ele foi a Rose de Freitas (deputada Federal), tinha uma aproximação com o MR 8 e ele acabou indo para o Rio de Janeiro para infiltrar no MR8. Lá no Rio eu sei que ele participou do movimento da anistia, ele teve no movimento da anistia, revela fatos onde dormia etc, teve uma aproximação de namoro. Ele também de lá entrou no PCdoB, ele e um outro, são 2 (dois) daqui do Espírito Santo, e depois ele voltou para o Espírito Santo, quando chequei aqui ele já estava aqui e veio atuar no PT, com a carteirinha do PT. Nesse depoimento dele são 2 (duas) páginas de jornal, acho que o Nilo de Mingo quem fez se não me engano. Ele fala: Perly Cipriano pediu que eu fosse lá a São Paulo buscar um documento, tudo verdade, ele era daquele Jornal Companheiro, tinham 2 (dois) que vendiam o jornal de esquerda dentro do PT, ele quem vendia, ele andava o estado inteiro. Um dia eu suspeitei

dele, eu fui a São Mateus a um encontro do MST, promovido pela igreja e vi uma pessoa lá no fundo lavando os pratos, estavam os trabalhadores rurais, oposição sindical e ele lá no fundo lavando os pratos, daí eu perguntei a ele: - *"O que você esta fazendo aqui"?* Ele me disse: - *"Estou aqui porque sou voluntário, vim ajudar aqui"*. Achei estranho porque um ser humano sair de Vitória pra lavar pratos em São Mateus para ajudar? Melhor dar um dinheiro, contrata 3 (três) pessoas para ajudar! Posteriormente fui localizando ele em lugares que ele nunca poderia estar. Fui acompanhando várias atividades dele em vários lugares. A última dele que consolidei mesmo, depois de suspeitar de várias vezes, foi quando ele lá no Calir numa atividade dos trabalhadores sindicais, ele estava lá sentado com todo o material da igreja católica vendendo aquelas revistinhas: *"como fazer associação de moradores"*; *"como organizar a oposição sindical"*; a igreja católica foi fantástica junto com a Fase nessa questão e ele estava lá vendendo, daí eu chamei a Alda Trindade e disse: - "Alda, você que é mais ligada a igreja, senta lá com ele, fala que você também é da igreja e pergunta o que ele está fazendo aqui". Ela foi e ele disse: - "Eu sou voluntário, eu trabalho para a igreja, eu trabalho na gráfica da Arquidiocese", porque quase todos os panfletos subversivos que saíam daqui eram da gráfica da arquidiocese, ele trabalhava como voluntário lá dentro da gráfica e produzia esse material e já havia trabalhado até na oposição. De fato tivemos a confirmação que era ele, daí foi expulso do movimento. Mas eu vi pessoas chorando quando ele foi expulso, foi em frente ao Palácio numa manifestação do MST(Movimento Sem Terra), daí eu fui junto com algumas pessoas, meio forte para me ajudar, porque eu não iria ter coragem de ir sozinho. Falamos para ele: você vaí ter que sair agora, se não o pessoal vaí te pegar! Ele fez uma cena, arrancou do bolso uma carteirinha do PT e disse: "Olha aqui, sou do PT, sou fundador, você sabe que eu te ajudar a fundar o PT e ele chorou". Imagina aquele homem chorando e dizendo: - *"Sou do PT, sou fundador, você sabe que eu sou, você me conhece de tudo quanto é lugar"*. Aí colocamos ele pra fora e ele sumiu. Um ano depois ele dá essa entrevista gigantesca onde passou 11 (onze) anos que ele passou dentro do CIEFES, nesses movimentos todos. Esse é um dado que está aí, ele vaí dentro das universidades, ele participa de todos esses movimentos: MST, sem terra, sem teto. Isso tudo é a P2. A P2 tem capilaridade; não tem um governador que não é plenamente vigiado pela P2; eles produzem materiais dobrados; ela produz se a pessoa tem 2 (duas) mulheres; se a mulher tem 2 (dois) maridos; se o cara roubou isso não é papel da P2, então ela não é regulamentada como precisa. Eu tenho cobrado da Comissão Nacional que um dia faça alguma coisa sobre isso, porque esse é um perigo aínda. Se existe tem que existir regramento para o funcionamento deles. Hoje eles ainda fazem isso, eu vi muita coisa falando da UFES, da Ana, do Tadeu César, falando daquelas entidades todas. Aqui eu fiz uma denúncia contra o crime organizado, na época havia o Geraldo Correa Lima, quando o Camata assumiu, surgiu uma denúncia, Dirceu Cardoso era um homem de direita, conservador, mas tudo leva a crer que era um homem honesto, chegou até Secretário de Segurança, daí ele pegou essa questão dos bicheiros e na lista principal estava GCL (Geraldo Correa Lima) e também na morte de Maria Nilce prenderam um policial no aeroporto que estava indo para o avião com passagem comprada por Geraldo Correa Lima. A arma que matou a Maria Nilce, se eu não me engano, ela estava sendo consertada em Cachoeiro, por GCL.

Agesandro da Costa Pereira: - O pagamento do bandido também era também no cartão dele.

Perly Cipriano: - Exato. Exatamente isso. Eu fui fazer uma denuncia na Comissão de Defesa da Pessoa Humana que é em Brasília, ironicamente depois eu acabei sendo Secretário dessa Comissão. Eu era vereador da Comissão de Direitos Humanos, fui à assembleia, fiz o depoimento, sigiloso, citei todas essas coisas e outras coisas maís, quando eu terminei esse aqui, pouco tempo depois, eu fui acusado, ele me acusa e me processa baseado no depoimento que eu fiz. Notas taquigráficas parece que têm 3 (três) versões, a primeira são uns garranchos; a segunda ele corrige e a terceira ele acerta. Eu sou processado com aquela primeira versão, não é a taquigrafada, portanto na Assembleia Legislativa, antes que a Comissão que veio de Brasília tivesse acesso ao documento, eu fui condenado a 1,6 (um ano e seis meses), por sorte foi prescrito por sorte minha. Então esse é um dado que a gente tem que estar atendo e por uma ironia também, Geraldo Correa Lima me processa e encaminha através do advogado Otoniel um dossiê da minha vida, tem 17 (dezessete) anos da minha vida. Eu não vi nenhum dossiê tão comprido contando toda minha história, conta tudo. E a última coisa que ele faz. O ano em que eu era vereador, quando eu fiz a denúncia, e nessa época o Vitor Buaíz me convidou para eu ser Secretário de Justiça. E as pessoas diziam como é que vão deixar você ser Secretario de justiça se você é dentista? Dr. Agesandro foi um dos homens que falou assim: - "o que precisa ter é integridade"; e o Dr. João Baptista que eu tenho certeza que é do campo jurídico, que me apoiaram, porque se houvesse algum empecilho o Vitor não me nomearia, eu tenho imensa gratidão a vocês. Esse dossiê, você percebe que tem 2 (duas) coisas que não foi acabado, ele registra o seguinte: - *"Perly Cipriano se absteve na votação do PT"*. Eu tradicionalmente não sou muito uma pessoa de me abster, por isso que eu apanho maís, aí eu fui ver o que era. Quando o Itamar Franco assume, a Erundina resolve ir para o governo do Itamar e foi, e o PT, eu acho que naquele momento um pouco exagerado, foi contra e teve a reunião do Diretório pela punição da Erundina e aquilo pegou fogo e eu fui contra a punição, votei contra. Passou a punição e depois tinha que votar se seria maís dura ou menos dura, ora nessas 2 (duas) eu me abstive. Na realidade eu fui contra a punição e isso estava nesse dossiê. E também estava nesse dossiê que *"Perly Cipriano, Lichemberg no Rio Grande do Sul, o de Brasília e de São Paulo poderiam ser nomeados secretários de justiça"*, quer dizer: nem havia sido nomeado ainda e já estava no dossiê. Percebe-se que o dossiê foi retirado informações naquele ano que eu estava assumindo a Secretaria de Justiça. Então continua funcionando esses organismos todos e é bom que se diga que o Claudio Guerra foi ameaçado quando ele falou a primeira vez, ele sofreu ameaças. Existe essa comunidade, ela não desapareceu, eles existem e eles estão presentes mais do que a gente possa imaginar, pode estar na polícia ou em outro lugar. Então eu acho que agora a tarefa maior de todos nós é garantir que a gente faça de fato, já não tem a ditadura, já não tem os generais, não tem os marechais, mas as instituições aínda estão autoritárias. Recentemente a Vale do Rio Doce estava grampeando, gravando, filmando funcionários que eram subversivos, isso é o que eles utilizaram, imaginam isso nesse tempo estão grampeando. Não precisamos ir muito longe, o Espírito Santo, para mim, foi a

maior violação dos direitos humanos, foi o “grampo geral”. O Espírito Santo inteiro foi praticamente grampeado. E agora recentemente a presidenta do Brasil Dilma, a presidenta Angela Merkel, o mundo todo, dá para imaginar o perigo que nós estamos vivendo hoje! Basicamente era isso, eu quero deixar esse livro “Fome de Verdade”, que escrevi com Gilney Viana, onde fazemos o relato da vida: dos presos, das greves, a última greve de fome durou 32 (trinta e dois) dias; greve nacional pela anistia; fizemos esse livro tem todos os documentos dos presos políticos. E nessa greve quando ela encerra em 22 (vinte e dois) de agosto eu fui chamado de dentro da cela no Rio de Janeiro para falar com Teotônio Vilela, me levaram para a secretaria da prisão e eu em nome dos presos políticos agradeci a Teotônio Vilela pelo que ele fez por nós. E eu não fui anistiado. Nenhum preso político saíu pela anistia, saiu por conclusões de pena ou por unificação de pena, nenhum, mas ela foi importante. Arraes, Prestes, Brizola, todo mundo veio no mundo, quem não estava preso também foi unificado, mas nós continuamos. Teve gente que até no ano de 1980 tinha ainda como preso político em Pernambuco. Eu saí em livramento condicional.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Você ficou quantos anos preso?

Perly Cipriano: - Fiquei 10 (dez) anos preso.

Agesandro da Costa Pereira: - Mas você saiu com a anistia?

Perly Cipriano: - Não, esse foi o problema, a anistia eles fizeram o ano seguinte. Se eu não tivesse ido preso e feito tudo o que fiz eu estaria anistiado, mas como eu estava preso, nenhum preso, era uma ironia, em nenhum momento ela não anistia os presos políticos. O Brizola podia voltar; o Arraes podia voltar; João Amazonas, o Prestes; enfim, todos, mas quem estava preso não, saiu por livramento condicional. Eles fizeram a Lei de Segurança Nacional onde fizeram a unificação das penas artigo 28, pena mínima 12 (doze) anos, máxima 30 (trinta) anos ou pena de morte se... Teve gente que era pena de morte. Então quando estava se aproximando, deram um jeito, fizeram uma revisão da Lei de Segurança Nacional, então esse artigo 28 que era de doze (12) a trinta (30) anos, passaria para pena mínima 4 (quatro) anos, máxima 12doze () anos, como eu tinha 10 (dez) anos, qualquer coisa somado era possível, eu saí por livramento condicional. Quando cheguei aqui no Espírito Santo eu tenho a caderneta de livramento condicional, eu não mostrei nem falei muito nela porque senão alguém podia querer me prender, então fiquei caladinho, mas eu tenho essa carteira a mais vista que tem no Brasil era de Pernambuco.

Agesandro da Costa Pereira: - Quem comandava a repressão aqui?

Perly Cipriano: - Aqui, como eu fiquei até 1967, lembro-me do Coronal Bandeira e o delegado aqui foi Dias Lopes, ele era delegado do Rio de Janeiro, lá ele participou daquela matança do Rio Guandu, matar os mendigos todos, aí ele veio para cá. Aqui ele participou do esquadrão da morte, foi o primeiro a ser acusado.

Agesandro da Costa Pereira: - Eduardo Durão Cunha acho que era presidente de uma CPI que fazia os interrogatórios, ele quase foi governador do estado, ele foi promotor de justiça.

Perly Cipriano: - Aqui tem um fato também que tem que ser registrado, me parece que é marido da Maria Nilce...

Jeanne Bilich: - Opa, você leu minha mente, eu não queria falar, estava-me auto policiando, como eu não tenho certeza e você fala "nomes" e você depondo e isso o tempo todo rodando na minha cabeça como informante que era o que nós sabíamos na imprensa.

Perly Cipriano: - Acho que foi além de informante, o jornal dele era quase um porta voz, aquele que anuncia as coisas terríveis, o comunismo está invadindo e precisa endurecer, ele utilizou o jornal para isso. Mas ele usou maís, a informação que chegou pra gente é um pouco pior, teve um período que a ditadura cobrava dos empresários dinheiro: 50.000,00 (cinquenta mil) de um; 100.000,00 (cem mil) do outro; 200.000,00 (duzentos mil); 300.000,00 (trezentos mil) e assim por diante. Uns davam por medo, outros porque estavam de acordo e alguns eram "arrecadadores". Ele foi uma das pessoas que foi arrecadar não como empresário, como ele achou o caminho fácil posteriormente começou a arrecadar para ele e foi preso também, e ele foi preso não porque tenha participado de alguma subversão, ele foi preso porque foi tomar dinheiro de empresário. Tem algo também mais delicado, é o Camilo Cola, o Aton Fon Filho que é advogado, o irmão dele que é jornalista, ele fez uma denúncia no período citando o Camilo Cola como um dos arrecadadores, posteriormente outras denúncias. São questões complexas que a gente não pode dizer que é verdade ou não, mas que é importante apurar, essa denúncia é antiga. Esse jornalista dá essa informação de que ele (Camilo Cola) pegava o dinheiro, no meio do caminho descobriu o caminho mais fácil, começou a pegar para ele, e aí eles o prenderam também.

Sebastião Pimentel Franco: - Você ficou até 67 aqui, qual era a participação efetiva da igreja, sabemos que havia uma ala contrária outra não e se isso se localizou só mesmo na capital ou isso também se irradiava para o interior, essa contestação, essa oposição contrária.

Perly Cipriano: - A igreja católica teve dois momentos: o primeiro movimento a cúpula da igreja católica apoiou, tanto é que as marchas da família tinham um peso enorme. E posteriormente a igreja católica reconheceu, mudou de lado e foi extremamente importante no combate à ditadura. Questão da Teologia da Libertação, mas também nas comunidades de base ali era aonde as oposições sindicais iam. Esse foi o primeiro momento: o de adesão, mesmo a ABI (Associação Brasileira de Imprensa,) inicialmente a nível nacional ela apoiou, depois tomou outros posicionamentos, então várias instituições, por isso não pode falar que foi um golpe militar e sim um golpe civil militar porque foi muito forte a presença dos civis nesse movimento porque foi muito forte no parlamento, no judiciário (Dr. João Baptista Herkenhoff: tá aqui um homem um exemplo

Brasil, ele vivia num mundo que era considerado uma pessoa perigosa e ele estava fazendo alguma coisa de dignidade, mas era um perigo, imagina um juiz emitir certas opiniões que ele emitiu, imagina um juiz se meter em defesa da anistia, ele era ligado a pastoral inclusive), vários segmentos da igreja, tiveram muitas pessoas, uma parte dos evangélicos ajudou muito no início, por isso eles atacaram o seminário de teologia. Nós inclusive fizemos uma base do partido comunista dentro do seminário teológico, João Pedro estava dentro dele e tinha um outro pastor que foi para o Paraná, nós tínhamos um grupo da esquerda lá. Nesse Congresso de Valinhos João Pedro estava junto. Mas também a maçonaria tinha um grupo que era a favor da reforma e outro grupo que foi perseguido.

Jeanne Bilich: - Quer dizer, as instituições rachavam né?

Perly Cipriano: Rachavam. Havia muita denúncia contra maçons. Em Minas Gerais, denunciaram muitos maçons e aqui também, e a maçonaria ajudou na reforma de base.

Agesandro da Costa Pereira: - Em Minas eles prenderam até padre, você tinha o General Sigaud (Dom Geraldo de Proença Sigaud) que era de Diamantina, esse era reacionário até onde não podia ser mais. Mas havia em Belo Horizonte grande número de padres que foram presos.

Perly Cipriano: - Aqui também houve muita perseguição, teve aqui no Espírito Santo a experiência dos padres operários, o tio de San Tiago, estava ele e outro padre em uma experiência francesa, onde eles trabalharam na Ferro e Aço". A Ferro e Aço" era a primeira experiência no Brasil de oposição sindical. Houve intervenção do sindicato ferroviário onde nomearam um coronel e depois nomearam uma oposição sindical que foi interessante: onde tinha uma chapa para o coronel, uma chapa para o partido comunista e nós fizemos uma chapa de dissidentes e ganhamos a primeira oposição sindical no Brasil. Várias pessoas foram presas no Porto também. No interior teve também em Cachoeiro, só lembrar que Muniz Freire prenderam muita gente que eram do grupo dos 11 (onze), havia um tio do Renato Soares que era cego, foi preso. Foi preso também pessoas por equívoco. Em Barra de São Francisco uma vez 2 (dois) grupos de direita, conservadores brigando entre si, resolveram denunciar, dizendo que eles eram um grupo de comunistas e estavam mandando dinheiro para o Perly lá em Pernambuco, e eles foram presos. Meu primo (Zezinho Cipriano) sim era da esquerda, mas esse grupo era de direita, então isso aconteceu muito. Havia muita delação, até que prove ao contrário, iam presos.

Sebastião Pimentel Franco: - Tem muita gente que diz ter participado de movimentos quando na verdade nem se vê essas figuras, se você pegar a documentação, onde foram parar essas figuras, não tem documentação sobre elas. Parece-me que num determinado momento da história isso passou até fazer parte positivamente do currículo do indivíduo, *"eu fui perseguido, eu participei ativamente"*, e algumas pessoas acabaram certamente entrando nessa sem ter tido grande participação. Você poderia nos elencar os nomes que você lembraria de pessoas que você considera

que efetivamente participaram quando você esteve aqui em 67, pessoas que foram militantes efetivos, outros não, dizem que foram, mas ninguém sabe se foram.

Perly Cipriano: - Vou citar um promotor, Dr. Ezequiel Ronchi de Barra de São Francisco, figura muito descente, ele fazia parte da frente de mobilização popular de Barra de São Francisco, um dia ele me mandou um bilhete: Perly você leva esse bilhete e entrega para Dr. José Paulo Calmon Augusto Nogueira da Gama, que leia esse bilhete e rasgue. Ele falando o seguinte: - *"estou vendendo aqui uns livros de esquerda e estava organizando grupos"*, eram os livros que ele vendia. Eu chego com o bilhete e digo: - olha Dr. o Dr. Ezequiel pediu, por favor, assim que o senhor ler rasque esse papel". O Dr. José Paulo não sei por que razão não rasgou. Foi apreendido e ele respondeu duramente. Aqui nós temos Ramon de Oliveira que foi cassado, Mario Gurgel foi cassado, mesmo Daílson Laranja foi cassado, José Inácio foi cassado, embora seja cassação por outros períodos. Em Colatina eles cassaram lá o Verdiano, essa pessoa era do partido comunista, ele era suplente de vereador, depois ele acabou virando vereador em Cariacica pela Arena, quase me matou do coração! Aldemar de Oliveira Neves da universidade foi botado pra fora num inquérito. Em Cachoeiro teve muita gente perseguida. Intervenções nos sindicatos eu sei dos metalúrgicos, portuários, na CESAN, eles fizeram intervenção, prenderam muitas pessoas, alguns foram até anistiados. E na área dos estudantes também tiveram muita gente, vários foram afastados pelo "477" que era o "AI- 5" das universidades. Nos movimentos populares não tinham essas características que nós temos hoje, hoje você tem tudo ao mesmo tempo, naquela época tinha maís sindicatos, tinha igrejas, partidos.

Eugênia Célia Raizer: - O embrião das comunidades eclesiásticas de bases vaí começar na década de 70 inicio de 80 onde até com os padres operários, com Dom Luís assumindo, Frei Beto, e onde os religiosos passam a morar nas comunidades, isso é mais no final da década de 70.

Jeanne Bilich: - Quando eu pesquisei esses sindicatos todos eclodiram com grande força mais na década de 80, que foram os sindicatos dos médicos, dos jornalistas, dos professores.

Perly Cipriano: - Tem uma parte que deve ser revelada daqui do Espírito Santo. O Jango tinha a Superintendência da Reforma Agrária, através da superintendência ele queria que Guilherme Ataualpa Breder (Guilherme Ataualpa de Montezuma Breder), ele era presbiteriano, eu andei no estado para criar sindicatos junto com ele. Então ele tinha essa tarefa de criar os sindicatos. A própria história do movimento sindical rural tem que ser alterada porque começam a falar de 67, em 63 e 64, Barra de São Francisco tinha criado um núcleo de sindicato, o de Ecoporanga tinha sido criado, o de Colatina que foi organizado por Enéias Pinheiro, que recebeu o presidente da União dos Lavradores e no dia do casamento da filha dele a polícia veio, já tinha o golpe, ele fugiu para o Paraná e morreu por lá. Eles fecharam todos esses sindicatos, então acabou a história de perseguir capixabas. Aí em 67 eles criaram os sindicatos mais para botar médicos, dentistas e controlar. Mas os trabalhadores não são bestas entraram nos sindicatos assim mesmo: vai lá cuida do dente e da

saúde e aí foram retomando e organizando o sindicato. Por isso que a história está errada, eles escrevem 1967 primeiro sindicato de Baixo Guandu, não é verdade, primeiro de todos é o sindicato de Ecoporanga aí eu ajudei a organizar, Colatina e Barra de São Francisco. Em Jerônimo Monteiro tinha um prefeito que era do partido PSB, fui à criação do sindicato e ele era e prefeito, ele com um chapéu de couro, ele era turrão e ele falou: hoje eu vou saber se eles querem bife bem ou mal passado, tinha um discurso radical prá caramba, eles cassaram ele. Tem um lenda não sei se é verdade, que em pleno golpe ele enviou um telegrama dizendo que não reconhecia aquele movimento que era a ditadura. Mas ele foi cassado. Já falei para o PSB que precisa resgatar a história desse homem, parece que tinha 3 (três) ou 4 (quatro) vereadores do PSB em Jerônimo Monteiro.

Agesandro da Costa Pereira: - Ecoporanga.

Perly Cipriano: - Ecoporanga foi o primeiro de todos.

Agesandro da Costa Pereira: - Inclusive eu fiz a defesa do prefeito dela na época que estava como subversivo e esse Durão Cunha falou comigo: eu vou instaura um processo contra o senhor.

João Baptista Herkenhoff: - Perly eu quero dizer que o seu depoimento foi uma coisa grandiosa, eu acho que a coleta do seu depoimento, olha bem o que eu vou falar hein, a coleta do seu depoimento este dia de hoje justifica a criação da Comissão da Verdade, não precisava maís nada, bastava ter colhido este depoimento para que se justifique a criação da Comissão da Verdade no Espírito Santo, foi um depoimento grandioso né, pela veracidade, pela dignidade, pela clareza, enfim, um depoimento pra a história, este depoimento é um depoimento pra história, eu me sinto honrado de ter sido participante deste momento, de ter estado aqui neste momento, acho que devemos estar todos felizes por ter ouvido um depoimento tão importante como o seu!

Agesandro da Costa Pereira: - Foi nos dito que você tinha vários documentos em posse, você poderia nos fornecer cópias deles?

Perly Cipriano: - Vou fazer isso, vou trazer um dossiê e estou deixando esse livro "Fome de Liberdade" aqui para a Comissão e tenho um dossiê de 17 (dezessete) anos, eu tenho um dossiê também do P2 aí funcionando, também tem um material do Habeas Data e o Arquivo Público Nacional mandou um material é muito grande. Por uma razão que eu não sei como funciona eu fui procurar dossiê, eu pensava que só havia no Espírito Santo, aí achei material no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, eu nunca fui a esses lugares.

Agesandro da Costa Pereira: - Ah, mas isso se fazia muito. Quando eu fiz concurso para a procuradoria eu tirei o 1º lugar, eu tinha conhecido o Eurico como advogado e ele era Governador do Estado, mandou me chamar e me deu uma pilha de documentos, e tinha esses dossiês de tudo quanto era lugar, daí ele me perguntou: "Isso aqui é verdade"? Eu disse, em parte, tem alguns que

não, mas a maioria é". "Eu disse: - quer dizer que eu não estou nomeado então"? Ele disse: pelo contrário, vou nomeá-lo porque quem manda aqui sou eu! Você teria outras pessoas que tem conhecimento dos fatos e que podia adiantar outras informações?

Perly Cipriano: - Dr. Ezequiel Ronchi que citei, seria ótimo. Ele viveu naquela região do interior, depois veio para cá também. Renato Soares também.

Agesandro da Costa Pereira: - Você pensando sobre os agentes da repressão poderia citar o nome deles todos?

Perly Cipriano: - Todos aqueles que me torturaram eu cito no meu livro e vou sublinhar cada um e enviar à Comissão. Odonito, Miranda, Silvestre, inclusive hoje, 10/09/2014, ele está hospitalizado, foi um dos que mais me torturou: José Silvestre. Eu vi todos eles eu só não sei sobre o estudante de medicina.

Jeanne Bilich: - Perly eu queria fazer uma pergunta que foge um pouco do contexto, mas eu gostaria de saber até para conhecer, acredito que todos aqui também tem curiosidade. "Quais são os sentimentos que você abriga quando você olha um torturador seu, o que você sente?

Perly Cipriano: - Olha, eu aprendi o seguinte: de maneira errada não faz nada certo, eu nem olho, eu quero apenas que se investigue é um crime contra a humanidade, dê direito dele se defender como eu não tive e que a justiça seja feita. Eu não quero que eles sejam torturados, nada disso. Porque pra mim foi muito difícil sair da prisão quando os torturadores me torturavam, eles me torturavam e eu ficava lá no DPPS, eles me levavam para a auditoria militar, e lá eu falava "Fui torturado", e o auditor falava: diz que sofreu maus-tratos. E depois eles mesmos me levavam de volta para a mesma tortura novamente, imagina o que era isso! Teve um caso no Brasil que essa pessoa negou a tortura, denunciou os torturadores, eles tiraram ele da auditoria, desceram alguns andares abaixo, torturaram de volta e o levaram novamente para cima. Os torturadores são terríveis. Teve uma aula de tortura em Pernambuco na Ilha de Itamaracá, um dia, uns grupos de cadetes foram lá em Itamaracá para terem aula de tortura. Três (3) cadetes pegaram uma pessoa, levaram para a Base Aérea, os cadetes, e deram aula: afogamento é assim, choque é assim, pau de arara é assim, deram uma aula torturando uma pessoa. Era uma escola. Os americanos mandavam agentes para ensinar.

Vítor de Ângelo: - Com relação à tortura você falou em determinado momento de voluntários da tortura, pessoas um padeiro, um amigo, um parente qualquer estavam presentes ali na sessão de tortura, o que dá a impressão que aquela sessão era aberta demais para algo ilegal, pois que deveria ser fechada, envolvendo um grupo maís coeso, eu queria que você se pudesse esclarecer um pouco mais isso e como é que vocês identificavam a presença dessas pessoas sabendo que elas eram estranhas a aquela estrutura.

Perly Cipriano: - A denúncia de São Paulo prova algo que as pessoas levam um susto, o presidente da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) ia participar de sessão de tortura, ele ia lá, esse coronel que era professor de universidade não precisa ir lá né, esse pastor que estava aposentado, ele era civil e ia lá me torturar.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Eles tinham prazer em torturar.

Perly Cipriano: - Eu ainda tenho minhas dúvidas, acho que eles estavam cumprindo seu papel. Hoje ainda nas delegacias existe tortura, existe tortura nos presídios, por isso que eu estou dizendo mudar essa cultura não é fácil, a pessoa acha que é normal. Imaginam em nosso país as pessoas ferram outras com ferro em brasa, cortava a orelha, cortava o braço, isso é ontem. Então, a tortura é um elemento que deve ser erradicado no Brasil, por isso nós criamos uma comissão contra a tortura, a Dilma fez uma Nacional e nós temos a Estadual, mas é difícil, porque as pessoas aceitam. Eu Pra mim o maís emblemático é quando eu vejo uma mãe chorando e ela dizendo assim: - "meu filho apanhou e ele era inocente". Ela sem querer está dizendo: - "se não fosse inocente poderia apanhar". É um trabalho muito forte, erradicar a tortura no Brasil vai ser muito difícil, a sociedade aceita e muito isso. Por isso eu sempre digo isso, "não é ditadura militar" é "ditadura civil militar com a presença e participação da mídia". A Folha de São Paulo usava o seu carro que leva jornais pra levar policiaís e prender pessoas.

Vítor Amorim Ângelo: - Mas esses grandes grupos são conhecidos, empresários, a grande mídia. Você citou pessoas comuns, e aí que me chamou a atenção.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Então essas sessões de tortura não eram tão privando assim, tinham...

Perly Cipriano: - Pois os empresários que financiavam o DOI CODI, OBAN, eles iam lá, tem vários depoimentos surgindo de empresários. Aqui no Espírito Santo, não era tortura política, aqui tinha o chamado "bate pau", era uma pessoa que ficava amiga da policia, aí usava arma, prendia gente, não ganhava nada para aquilo ali não, prenderam ele e quebra o pau lá, ele batia no cara. Ele não era um policial, não agente da policia, mas tinha direito em porte de arma, quantas pessoas entraram no esquadrão da morte aqui que não eram bandidos como as pessoas pensavam, era dono de uma farmácia que ficava amigo de alguém do esquadrão da morte, você tem o revólver, você tem o escudinho, você tem o crachá, quase ninguém vai assaltar ele. Eu conheci vários que não são em hipótese nenhuma uma pessoa que tenha essa ideologia, mas era conveniente! E nesse livro que eu escrevi na cadeia "Fome de Liberdade", eu conto sobre a conversão. Essa figura que eu conheci na cadeia estava preso e estava todo machucado e tinha um jovem que estudava direito e ele falava com a gente, quando não tinha ninguém perto ele dizia: - "eu sou contra isso, eu quero quando terminar meu curso sou um cara pobre, mas eu quero, eu tenho minha profissão, sair desse troço", e eu sei que é verdade. Depois de muitos anos eu estava em Itamaracá e me descreveram um policial que era muito violento, como eu fiquei preso há muitos anos, chegavam preso, saia preso eu

lá. Um dia me mostraram “é aquele lá”. “Aquele cara que estudava direito, que queria ser um profissional e viver dignamente fora daquele ambiente, havia se tornado um torturador”. Pode ser que algum dia ele tenha ido junto, pode ser que algum dia alguém deu um tiro no policial, se você chamar um policial para matar um monte de pessoas eles vão juntos. Você viu o comandante gritando “tem que matar! É sangue”! Essa figura é a figura de um filho nossa gente! É um vizinho nosso! Ele não nasceu para aquilo, é a cultura da violência. E tem muito isso ainda, nas torturas tem, nas ameaças tem, isso é muito sério para nós e as pessoas justificam, justificam muito. Nós temos que pensar muito que a tortura é um crime abominável não prescreve, mas como é que vamos erradicar isso, não é fácil. Não é só ter investigação dos que torturam não, é criar uma cultura. Nosso país teve que criar uma Leia Maria da Penha, pensa bem o que é isso! Criar uma lei para o homem não bater na mulher? Eu quero depois assumir um compromisso de trazer o livro “Esquerda Armada”, que é sobre justiça militar, meio de tortura e nome dos torturadores e o dossiê e tenho também um filme gravado na cadeia: Água, Sal e Açúcar. Posso mandar todo esse material. Ah, tem também um filme que foi produzido agora: A Mesa Vermelha.

Eugênia Célia Raizer: - Eu queria aínda perguntar, já pegando outro lado, no Movimento Fórum Reage Espírito Santo o que a gente via que na questão da impunidade na realidade do Espírito Santo, mas que tinha ramificações e suporte de retaguarda de outros estados. No caso, em algumas coisas que acontecerem aqui e aí particularmente já se falava, por exemplo, que o processo daqui do Espírito Santo que corria no Rio, mas que tinha suporte até no Supremo, que eram pessoas objetivamente prá gente só para especulação, não sei se é o caso da gente citar nomes, o ministro do Supremo que teria conhecidos aqui no Espírito Santo.

Perly Cipriano: - É o Geraldo Abreu, está vivo é um procurador federal. O SNI funcionava junto com ele, ele fazia passar as metralhadoras para matar a gente.

Agesandro da Costa Pereira: - Mas ele era do lado de lá, né?

Perly Cipriano: - Era da direita. Procurador Federal. Tá vivo ainda!

Agesandro da Costa Pereira: - Agora os militares vão recusar depor hein, se não se tomar uma providência, é um desrespeito à presidenta da República. O Exército tem que fazer uma mea culpa.

Perly Cipriano: - À Comissão Nacional da Verdade já cobrei deles! Acho que a Comissão peca nisso, enquanto o Brasil não conseguir que eles reconheçam como um golpe militar, como ditadura, vão fazer tudo de novo. O Brasil tem que pedir perdão como foi feito na Argentina, no Chile, no Peru. Alemanha só é Alemanha porque eles reconheceram que fizeram extermínio.

João Baptista Herkenhoff: - Seu depoimento foi algo grandioso, acho que a coleta do seu depoimento, esse dia de hoje, justifica a criação da Comissão da Verdade no Espírito Santo, não precisava mais nada, bastava ter colhido seu depoimento. Um depoimento grandioso pela veracidade

veracidade, dignidade, clareza, enfim um depoimento para a história. Eu me sinto honrado de ter sido participante desse momento, de ter estado aqui nesse momento. Acredito que nós todos estamos muito felizes de ter ouvido um depoimento tão importante como o seu. Muito Obrigado.

Agesandro da Costa Pereira: - Nós fazemos nossas as palavras do nosso amigo João Baptista Herkenhoff e eu dizia aqui antes, você é um homem de bem! Você é um homem que sofreu essas coisas todas, porém mantém o idealismo, mantém a confiança de que isso há de ser superado.

Sebastião Pimentel Franco: - Não perdeu a doçura, isso que é importante, embora tenha ficado as marcas.

Perly Cipriano: - Se a gente fizer o que o outro fez, não dá certo. Eu quero agradecer muito a vocês, muito mesmo!

Milson Henriques

Em Vitória desde 1964, nasceu em São João da Barra em 1938. Adotou a cidade como sua e viveu boa parte da história recente da capital do Espírito Santo. Por seu apego à cidade, recebeu os títulos de Cidadão Capixaba e Cidadão Espírito-santense.

Escritor, jornalista, ator, diretor, poeta, desenhista e chargista. Trabalhou na Rede Gazeta durante quinze anos. No jornal A Gazeta foi chargista e ilustrador, na TV Gazeta apresentou, durante cinco anos, um programa infantil (apresentaria por maís dois anos na TV Tribuna). Realizou em Vitória diversos festivaís de música, cinema e teatro. É criador de uma das mais conhecidas personagens das tirinhas capixabas, a simpaticíssima e solteirona Marli.

Recebeu vários prêmios de poesia, crônicas, contos e cartazes, entre eles a Medalha “Olavo Bilac”, oferecida pelo Exército Nacional “pelo trabalho em prol das crianças capixabas”. Pelo mesmo motivo foi indicado pelo MEC para o Prêmio Internacional Marconi. Dava aula de teatro na Fafi- Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música desde 1999, em especial para pessoas da terceira idade; dirigiu o Teatro Estúdio e o Teatro Municipal de Vila Velha. No Festival Nacional de Teatro de Guaçuí seu espetáculo "O boom da poluição", já premiado anteriormente, levou sete prêmios em 2003. Em 2004 seu Festival na insetolândia foi ganhador de 06 prêmios.

Não foram poucas vezes que teve problemas com a censura, fora as prisões e os constantes convites dos órgãos repressores para dar satisfações sobre suas atividades, além dos inúmeros espetáculos e textos teatrais proibidos. Milson Henriques faleceu aos 78 anos, no dia 25 de junho de 2016, em Vitória, Espírito Santo.

Depoimento prestado a Francisco Aurélio Ribeiro e Sebastião Pimentel Franco, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 20 de outubro de 2014, às 16h20, na sala 102 da Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande. O professor Vítor De Ângelo, membro colaborador da Comissão, também participou desse depoimento.

Sebastião Pimentel Franco - Ouviremos o depoimento do Milson Henriques a quem eu tenho a honra de convocar e lhe dar a palavra. Milson, você viveu esse momento de recessão que o Brasil vivenciou a partir dos anos de 64, gostaríamos que você nos falasse sobre a panorâmica de como era o clima que você vivenciou a partir de quando o golpe foi instalado. Como você percebia e como você sentia isso.

Milson Henriques: - Eu sempre fui tendência à minoria, à esquerda, sempre tendência a ser do contra, eu sou botafoguense. Lá em casa é assim, meu pai e meu irmão maís velho são flamenguistas e minha mãe fluminenses e eu sou temporão de casa, então o normal seria eu seguir algum time deles, mas eu disse: - não eu vou ser botafoguense. Sou canhoto, sou do contra, sempre tive essa

tendência contrária. Na época do golpe eu estava na Bahia, eu nunca fui metido em política por que eu não gosto, a boa política é algo muito difícil de ser feito. Porque você ter o poder, é uma tentação, são raras as pessoas que suportam o poder sem se entediar. Eu sempre fui de viver a vida, quero que cada um viva a sua, gosto de privacidade, não gosto que ninguém que se meta na minha vida. Eu quero viver bem, quero ser feliz, não importa como, fazendo o que eu gosto sem maltratar ninguém. Não sou bonzinho, não anjinho, não sou demagógico, só quero viver minha vida. Sempre fui apolítico, até que em 64, "obrigou-se" a tomarmos uma posição. Quando eu estive preso eu falei na cadeia: - Não que eu não goste de militar, "as abelhas têm o mundo maís perfeito do mundo, porque tem a rainha e tem as que mandam e as que obedecem", eu odeio obedecer coisas que eu não entendo. Até na religião, eu vou seguir algo, se eu souber e me deixarem discordar. Porque o meu diretor, meu chefão mandou eu vou ter que fazer? Não concordo por quê? Então eu sempre fui assim e inclusive na política. Mas na época, felizmente me obrigaram, qualquer pessoa maís inteligente, e eu sei que eu era, tinha que ir para a esquerda. Eu fugi de casa aos 14 anos, sempre revoltado, fui para o Rio de Janeiro, para São Paulo, Salvador, voltei para Campos, daí a família soube que eu estava vivo, mas não aguentei ficar em Campos e fui para Salvador em 63. Em 64 veio a Revolução, eu estava no meio dos estudantes tentando fazer teatro. Fiquei pouco tempo, fui trabalhar em uma agência de publicidade onde todo o pessoal era de esquerda. Me integrei ali, e me envolvi com estudantes. Mas eu não estava muito satisfeito em morar lá, porque eu me apaixonei pela Bahia em época dede carnaval, e viver em uma cidade em época de carnaval é uma coisa, agora viver no dia a dia é outra coisa. Eu já não estava satisfeito com Salvador, veio a revolução e começaram a me investigarem, começaram a ir ao meu trabalho para saber sobre mim. Eu pensei: - *"eu vou embora"*. Tinha um amigo que era comissário de bordo desde a época em que morei no Rio, e ele estava no Uruguai. Ele me escreveu dizendo para eu ir para lá. Nossa! Pensei! Eu ir para o Uruguai? Iria ser garçom durante a semana e cantor nos fins de semana em uma boate para pagar minhas despesas. Só que eu estava sem dinheiro, daí eu li num catálogo telefônico da época, que Vitória era a terceira capital mais antiga do Brasil, que Vitória era uma Ilha, que era o segundo Porto do Brasil, daí pensei: - "Puxa"! Vitória é uma mini Salvador! Vitória deve ter uma vida noturna enorme, porque onde tem marinheiro, tem zona, beleza vida noturna. Vitória deve ser uma cidade atualizada porque é a terceira capital mais antiga do Brasil, tem universidade, e é uma ilha! Puxa! Tem praia toda em volta! Pensei: desço até Vitória, trabalho um pouco, consigo um dinheiro e vou para o Uruguai. Cheguei em Vitória, a primeira decepção, "cadê a ilha"! Não tem praia, até tinha, mas era muito pequena, que era frequentado só pela elite, que é a Praia do Canto e São Pedro. - Cadê a vida noturna! Havia lido que tinha o túmulo de Anchieta no Palácio. Hospedei-me na Pensão São Jorge no centro, e a noite foi ver o navio lindo entrando no Porto que é o canal mais lindo do mundo, e eu estava embasbacado olhando aquela cena de madrugada e de repente chegou um policial e me perguntou: - o que o senhor está fazendo aqui? – Eu disse: Só estou olhando. – Ele disse: o senhor trabalha onde? – Eu disse: Não trabalho. Ele disse: - Vai andando não pode ficar aqui. – Daí eu disse: - Mas tem o tumulo de Anchieta aqui. – Ele me

disse: - Não tem nada de túmulo, vai andando. – Eu pensei: - Puxa! Isso que é Vitória, que droga? Daí eu, a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa, fui pintar placa de beira de estrada, era algo mais parecido com desenho que havia, pois, era a única coisa que eu sabia fazer. Fui pintar placa onde há dois edifícios verdes. O Cariê (Carlos Lindenberg Filho) estava fundando a primeira Agência de Publicidade de Vitória, e me viu fazendo o desenho pequenininho para o Délio que era meu chefe, esses desenhos seriam depois feitos em tamanho grande para ser colocado nos tapumes, frente dos edifícios. Cariê me viu e perguntou: - Você não quer vir trabalhar comigo? Estou fundando uma agência Eldorado Publicidades. Eu disse: - Claro! É isso que eu quero. Fui para o Eldorado, lá conheci Carmélia, Toninho Neves, Oswaldo Oleari, Marien Calixte, Xercex, Janc, toda alta cúpula da esquerda, pessoal maravilhoso! Daí comecei a trabalhar no Eldorado como historiador, Janc fazia "o jornal do Janc" que era uma página só de esporte, coisa que eu não entendo nada. Certo dia ele estava ocupadíssimo e dizia que precisava terminar o que estava fazendo e precisava ainda escrever uma matéria, e eu perguntei a ele se gostaria que eu ajudasse escrevendo alguma coisa, ele disse: - Você escreve? – Eu disse: Eu escrevo, daí fiz uma brincadeira. Eu não gosto de coluna social, mas na época a Gazeta tinha 7 (sete), 8 (oito) colunistas sociais. Eu criei um personagem "Dondoca já se foi", e tudo que sai na página policial, eu transformava como se fosse uma notícia "soçaite". Exemplo: - "Ontem no morro do macaco a polícia foi elegantemente prender... Coquetel de cachaça..." Na "Dondoca já se foi", eu coloquei um desenho de uma mulher toda esticada, como se fosse a colunista, daí foi sucesso! Todos ficavam curiosos para saber quem era essa "mulher dondoca". Nessa época eu já namorava a Carmélia de Souza (cronista), ela e Janc eram as únicas pessoas que sabia sobre a "Dondoca". A Carmélia de Souza foi para a Tribuna fazer o segundo caderno que era "Passarela", ela e Diram Juarez me chamaram para fazer uma página de humor na Tribuna Dominical. Daí eu fiz o "Jornaleco", que era um jornal independente e dependente do Jornal o senhor Gandem. No Jornaleco eu comecei a fazer só piada sobre política era em 64. Comecei a ser questionado, o que era quilo que eu escrevia daí comecei a ser convidado para dar explicações sobre o que eu escrevia. Ao mesmo tempo comecei a fazer filme e teatro com Toninho Neves, escrevemos uma peça juntos "José da Silva e a Inconfidência Agora", que era sobre Tiradentes (José da Silva Xavier), "Inconfidência Agora" era comparando tudo daquele tempo com o tempo atual (da época), e foi proibido, claro. Toninho escreveu outra, foi proibido também, ele sempre foi esquerda. Escrevemos "Arena contra Zumbi" estava sendo gravado no Rio e eles não podiam proibir, mas aqui em Vitória eles proibiram algumas cenas, porque Vitória não estava preparada para receber cenas que o Rio aceitava e o pior, é que tínhamos que concordar que era verdade. O primeiro palavrão proferido no teatro capixaba fui eu quem disse, ouvi aquele Ho! Ho! Da plateia, o Rio aceitava Vitória não. Começamos a fazer filmes de curta metragem, na época era dificílimo, ao contrario de hoje. Fizemos curta metragem, teatro, com universitários. Quando cheguei aqui em 29 de julho de 1964, em 66 fiz a peça "Arena contra Zumbi" onde fiz o papel de uma "bicha" que cantava, dançava e que universitário nenhum queria fazer, pois, "teatro era coisa de veado", ainda maís fazer um papel de bicha! Eu fiz. Em 67 fiz meu primeiro festival

de cinema, onde havia feito vários filmes com o Toninho e foram escolhidos 9 (nove) filmes de autores capixabas e fiz no Cine Jandaia na época dia 03 de dezembro as 10 horas, onde geralmente a praia está lotada, e o cinema lotou. Em 68 fizemos o primeiro festival de música onde o Marien Calixte me apoiou e comecei a fazer sucesso e junto fazia televisão com um programa para criança onde eu ensinava a desenhar. Marien Calixte me ofereceu um troféu de graça daqueles simples para presentear as pessoas que iriam cantar de graça. Nessa época só existia a TV Vitória, quando Marien Calixte percebeu que o festival estava fazendo sucesso, pois, o povo só falava naquilo, até porque Cariê, Carmélia foram uns dos concorrentes. Marien Calixte me convida para fazer uma parceria da Promoção Milson Henriques com a Realização Turismo. Daí contratou Mauricio de Oliveira, fez o canário de ouro, de prata, de bronze, convidou o pessoal do Rio para serem jurados, o maestro Gaía, daí foram feitos 5 (cinco) festivais. Por eu estar fazendo tudo isso, estava incomodando a polícia, porque eles queriam saber quem era "esse cara". Eu morava no fim de um corredor na Pensão São Jorge na Rua Duque de Caxias que era uma rua boêmia, uma rua linda, e moravam muitas pessoas nessa pensão. Eu sempre gostei de solidão, sempre gostei do prazer de estar só. Meu quarto era muito pequeno, mas tinha uma varandinha, e era tudo o que eu queria, e ali vivi 6 (seis) anos nessa pensão. E a polícia sempre querendo saber sobre quem eu era, quem é essa pessoa que faz teatro de protestos com os universitários, faz festival de música e honestamente nunca pensei em ganhar dinheiro, eu queria sim, era movimentar, fazer, agitar, viver, e ninguém acreditava nisso. Eles questionavam: - Esse cara é de algum lugar, tem alguém por trás disso que está mantendo esse cara, eles tentavam o tempo todo calar minha boca. A pior coisa que a ditadura fez comigo, foi quando Marien Calixte que estava no turismo saiu, ele me chamou para ser o diretor de turismo, e meu nome foi cortado. Não me deixaram ser por alegarem que eu era subversivo.

Sebatião Pimentel Franco: - Quem vetou?

Milson Henriques: - Não sei, a ordem veio lá de cima. Fiz show na boate Cave com Urano Souza, Xarcex, Alaíde, e Tião de Oliveira estreando no teatro na música, e nós cantávamos só música de esquerda. Depois, fiz shows com os universitários, Rubinho Gomes, a "Roda do Sol", fiz vários shows só com musica proibida. Lembro-me que eu "decantei" eu sempre fiz isso que é declamar com a música, você declamando, você diz muito maís o que a musicalidade te impede de falar. Eu decantei; - "Quando um muro separa, uma aponte une, se a vingança encara o remorso pune você vem me prende, alguém vem e me solta, se a força é sua, um dia é nossa, que medo você tem de nós em"? Eu cantava isso e a música de Paulo Sérgio Pinheiro marido de Clara Nunes, cantada é uma coisa, agora falada com tesão, com raiva, com força, e os estudantes sentado atrás de mim com uma luz vermelha em cima, a gente também provocava, e eles cantando: - "Todo morro entendeu quando o Zelão chorou, ninguém riu, ninguém brincou" ... Eu lá na frente declamando com raíva. Saí direto para a polícia, em Jucutuquara, isso foi no antigo CEFETES onde a polícia federal ficava, um soldado de cada lado. Ficava lá a noite toda, sem comer, para no dia seguinte prestar declarações. Eu dizia: - Não tenha

para prestar declaração. - Eles diziam: - Essa música é proibida. Eu dizia: - Como proibida? Essa música está gravada. Eles diziam: - Mas não pode falar. – Como não pode falar? E essas perseguições havia. Tive 5 (cinco) peças censuradas, além das que fiz com Toninho, qualquer coisa minha era censurando, censurava o jornal, prestava declarações sobre o que eu escrevia. Teve um acontecimento que foi antes da Gazeta, já contei várias vezes, mas acho interessante. O pai da Patrícia Pillar, o comandante Nuno Pillar Tavares, era do 3º BC em Vila Velha. Ao escrever no jornal, descobri que o Vice-Presidente da República, "Augusto Rademaker" tinha uma prima que morava no Espírito Santo, e que era empregada doméstica, quando a família Alemã veio para cá, uns se deram bem e outros viram empregada doméstica. Eu não falei nada, escrevi: - "O vice-presidente da República, daí fiquei na dúvida como escrevia "Rademaker", como sempre jogava deboche junto com as coisas, escrevi assim, "O vice-presidente da República, aquele com o nome complicado", tem uma prima no Espírito Santo que é empregada doméstica..." passaram uns 4 (quatro) dias, veio um comunicado que eu estava intimado a prestar declarações a polícia, eu disse: - Meu Deus! O que será isso? Então eles diziam, daqui a 2 (dois) meses o senhor está sendo intimado. Então durante 2 (dois) meses era para eu ficar de boca calada. Exatamente isso que eles queriam: calar minha boca. E eu ficava morrendo de medo, procurava em tudo o que eu havia feito e não achava nada. E questionava! Será que foi lá no Britz? Nessa época eu parecia um hippie, cabelo comprido, pessoas iam para lá vestido de hippie para ouvir algo, e eu me perguntando: - Será que eu falei alguma coisa? Mas eu não tinha segredo nenhum, nunca participei de nada estudantil, eu sempre fui simpatizante, mas nunca fui militante, eu tinha a consciência tranquila, o que eu falava, eu escrevia no jornal, eu não tinha nada para esconder, por isso que eles ficam bravos, porque não encontravam nada. A 2 (dois) meses depois, às 14h me chamaram, saí da Gazeta na Rua Coronel Ozório e fui para o inicio da Rua Jerônimo Monteiro para prestar declarações. Eu já estava levando uma resposta caso me perguntasse sobre "a empregada doméstica", eu iria dizer: - Será que vocês estão pensando que falar a palavra "empregada doméstica" seja pejorativo? As 14h entrei em uma sala e lá permaneci sentado, de vez em quando vinha uma pessoa, abria a porta, olhava e fechava. As 18h antes da pessoa que iria me interrogar ir embora mandou me chamar, ele era baixinho, cabelos brancos, sentado em uma mesa alta para poder ficar bem acima de mim, daí eu vi um jornal na frente dele e já pensei: - É aquilo mesmo! Estava grifado em vermelho a frese, e ele me perguntou: - Foi o senhor que escreveu isso aqui? - Eu disse foi, está assinado embaixo. – Ele disse: - O senhor não tem vergonha não? O senhor está pensando que o vice-presidente da Republica é um maconheiro, um comunista, um homossexual, igual ao senhor? Está pensando o que? Como o senhor vai tratar um vice-presidente de "aquele do nome complicado"? Levei uma bronca e fiquei com uma vontade de falar: - vai trabalhar, vai fazer alguma coisa, fica me enchendo por causa disso? Me deu uma tremenda raiva, daí te levava de fato para uma esquerda, se você não fosse da esquerda, com certeza você virava tranquilamente. E no final para completar, ele mandou uma piadinha, pois, ele também trabalhava no Jornal da Cidade – "Avisa a Maria Nilce que hoje não vou poder ir não sei aonde", e ainda servir de "moleque de recado". Essas coisinhas que nos

deixavam morrendo de raiva, daí eu comecei a ir a passeatas e eles sempre fotografando e pesquisando sobre mim. Foram até meu quarto para revistar se havia alguma coisa, eu me sentia vigiado o tempo todo. Quando fui trabalhar na Gazeta com Marien Calixte daí a situação piorou, pois, eu era taxado como chargista político. Lembro-me quando Gerson Camata foi eleito, eu havia feito programa com ele na TV Vitória, eu disse: - Gerson Camata, eu gosto de você, sou seu amigo, agora você é Governador, e você que vai me sustentar, porque eu estou aqui para mostrar que o "Rei está nu". Se o seu governo for uma beleza, para mim vai ser péssimo! Quanto mais você errar, mais eu vou criticar, porque eu ganho para fazer isso, você pode fazer mil coisas certas, e faz uma errada? Opa é aí que eu vou entrar. O Gerson Camata entendia, mas muitos não entenderam. Eu fazia uma charge e sempre me perguntava: - Será que vai passar? Tenho que entregar às 20h, caso não passe terá que fazer outra. Essa dúvida, que, se às vezes passar ou não passar! Se eu fizer muito fácil, eles vão entender, se eu fizer muito intelectualizado, muito sutil, o povo também não irá entender! Então era uma dúvida cruel, essa autocensura, era muito complicado lidar com ela. Eles nunca ousaram me bater. Porque na época a Tribuna era pequena, mas a Gazeta era grande, era "A Gazeta". Lá trabalhávamos eu e Janc, sempre um dia ele, outro dia eu, ele era casado, tinha filhos, não queria se meter em política ele era maís comportado do que eu. Eu sempre fui louco mesmo. O pessoal já sabia, quando aparecia no jornal a charge de Janc, Janc, Janc, era porque eu estava na delegacia esperando para prestar alguma declaração. Eles nunca ousaram me bater, essa quase certeza eu tinha, eles não iriam me bater, como eu também fazia televisão? Como iria aparecer com o olho machucado? Eu tinha tanta certeza, que de fato, nunca colocaram a mão em mim. A agressão que eu recebi foi com palavras como: - Você não tem vergonha de ser homossexual? - O senhor é um ídolo do meu filho, como faz isso? Eu disse: - Deus quis assim, fazer o que. Eles ficavam irados, porque quando falava que eu era viado, eu dizia: - Tá e daí? Havia um que era perigosíssimo Edson, ele foi motorista de Getúlio Vargas, para não ficar desempregado foi ser policial federal. Ele chegava perto da gente, chamava num cantinho, e dizia: - Olha gosto muito de você, acho você inteligentíssimo, concordo com suas ideias, só que o problema que suas ideias estão contra o governo atual, você não pode fazer isso. Eu disse: - Escuta, se o senhor é a favor das minhas ideias, e se vamos continuar, o mundo não irá mudar nuca! Porque nós viemos exatamente disso, Tiradentes foi morto por causa de suas ideias e hoje nós estamos querendo mudar as ideias que estão aí, se eu for querer seguir as ideias que eu creio que estão erradas, para mim não serve. Por isso que eu falo, que ele era o mais perigoso, no meio de olhares, e caras amarradas, de repente vem e te diz: - que é seu amigo, seu fã e que te admirava muito, gostava de tudo que eu escrevia. Fragilizado como nos encontrávamos eu iria me abrir, só que eu não tinha nada para abrir, nada para falar. Por isso que eu digo, o que eu sofri na ditadura, foi até um refinamento, porque nos obrigava a sermos sutis, o que está faltando hoje inclusive. Quando eu saí do Eldorado com o Toninho e fui para o Marrocos beber chopp, estava uma turma lá, Oswaldo Oleare, Claudio Lachini, Xerxes Gusmão Neto me aceitaram de cara, sem ninguém saber quem eu era daí passeia a frequentar tudo com eles, estavam todos abertos para mim, me identificaram como igual a eles. E olha! Que todos eram intelectuais.

Sebastião Pimentel Franco: – Você fala que não foi prejudicado ao prestar os depoimentos, mas você sofria uma pressão psicológica, mas, você de ter tido amigos que a situação foi diferente, ou não.

Milson Henriques: – Há! Sim, claro.

Sebastião Pimentel Franco: – Fala um pouco sobre esses amigos que viveram esse momento.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Você não sofreu tortura física, mas assédio moral, mas você conviveu com pessoas que sofreram.

Milson Henriques: – Zélia Stein, Miriam Leitão, Marcelo Netto (esposo da Miriam), César Ronald, essas pessoas desconfiavam um pouco de mim. Eu não gosto de pertencer a "gueto". - Primeiro eles pensavam: - Quem é esse cara? Eles também perguntavam. E também eu nunca fui assim, só porque a pessoa era do lado de cá ele é bom? Não, tinha muitos vigaristas também, na evolução isso ficou provado. E tinha muitas pessoas do lado de lá que fazia completamente diferente, mas a ideia era boa. Quando eu aceitei trabalhar com Marien Calixte, que era mestre em "quebrar os galhos" ele e General Darci. Quando houve a reinauguração do Teatro Carlos Gomes, Marien Calixte foi diretor, Vitória levou mais de 20 (vinte) anos sem ter teatro, eu já fazia TV para crianças, daí ele me perguntou: - Por que você não faz peça infantil, já que as crianças gostam de você, e você é contratado para isso. Agradeço a Christiano Dias Lopes que era Governador da ditadura, mas que aceitou meu nome, apesar de eu falar mal do irmão dele (José Dias Lopes) o tempo todo, mas não havia outra pessoa que fizesse teatro com os universitários, só tinha eu que fazia teatro com eles e contra o governo. Fiz as peças que foram proibidas: "Como conquistar um coronel sem fazer força", "Vitória de setembro a setembro" depois de sete apresentações, então havia aquele medo de colocar esse cara no teatro? De uma forma que não machucasse ninguém, me disseram: - Você vaí fazer teatro infantil. Foi criado um grupo no Carlos Gomes que iria apresentar peças infantis aos sábados e domingos. Como era peça infantil, sabiam que eu não iria escrever nada de protesto. Daí eu escrevi: - "Eleição da Floresta", "O muro da abolição", mas de uma forma muito sutil, sabendo que a criançada iria entender, daí a esquerda veio contra mim me questionando, "virou a casaca agora? Está com os homens"? Eu disse: - Espera aí, eu nunca gostei de gueto, do lado de cá tem muita gente que não presta, e tem muita gente boa do lado de lá, os caminhos são diferentes, mas a intenção é a mesma. Eles me chamaram para fazer algo que Vitória precisa, para mim pessoalmente será ótimo! Primeira vez que irei ter carteira assinada, sair de uma pensão e ir para um apartamento, vou ter dinheiro, porque eu nunca cobrei. Vai ser muito bom para mim e para a cidade também. Vitória terá teatro com um preço simbólico, e poderemos oferecer cultura para as crianças, porque elas estão perdidas na televisão, imagina tendo agora teatro! Daí passou a ter durante 2 (dois) anos e 6 (seis) meses todos os sábados e domingos peça de teatro infantil. Mas a esquerda veio em cima de mim com o argumento que eu havia virado a casaca, você está trabalhando para os homens... Eu falava: - Deixem de serem burros! Eles achavam que tinha um fundo cubano sobre isso, homossexual não pode ser político. Que homossexual se

interessa por Emilinha Borba, Marlene. Certa vez me perguntaram na polícia "quais são as ideologias políticas de Amylton de Almeida daí para salvá-lo eu disse: - Amylton? Coisas de homossexual, ele quer saber só de miss Brasil, cantoras, e a esquerda entrava muito nessa também. Então eu sempre estava lá e estava cá, não me aceitavam lá, do lado de cá me aceitavam com reservas.

Sebastião Pimentel Franco: – O preconceito era de ambas as partes?

Milson Henriques: – Sim, o preconceito sempre houve, sempre com reservas. Eu nunca fui de gueto, nem de esquerda, nem de direita, nunca fui radical.

Sebastião Pimentel Franco: – Qual a associação que eles faziam de você com esse grupo que era militante, qual era sua proximidade com eles?

Milson Henriques: – A grande interrogação deles era: Quem é esse cara? Não tem pai, não tem mãe, não tem irmão, não tem família, mora em uma pensão, e influência. Escreve, é líder, quem é esse cara? Eles me pesquisavam o tempo todo, foram na pensão, até debaixo do meu colchão eles olharam. Jogaram maconha no meu quarto para dizer que eu era maconheiro. Eu dizia: - E daí? Sou mesmo? Só que dessa vez vocês que colocaram a maconha em meu quarto, mas eu fumo sim. Eles faziam de tudo para me denigrir e tentar descobrir quem era esse cara? Certo dia eu estava passando próximo à Praça Oito perto dos Correios, e as pessoas que me viam somente pela televisão me reconheceu. Eu estava em plena campanha contra José Dias Lopes, Christiano Dias Lopes Filho, era o Governador, eu publicava diariamente alguma nota contra ele. Estava dentro do elevador, no 8º (oitavo) andar, era cabeludo, usava brinco, colar, entra um senhor de terno, austero, havia uma senhora, e aquele senhor era José Dias Lopes. Eu pensei: - Há! Meu Deus! E agora o que eu faço! Eu nunca vi como demorava aquele elevador para descer! De repente um "odor nauseabum" sem trocadilhos, invadiu o recinto, eu pensei: - Meu Deus! Eu não fui, mas com que cara eu vou ficar agora, muito constrangedor! E saindo do elevador, havia um corredor para sair até a rua, ao sair eu dei a preferência para a senhora sair primeiro, ela saiu, e virou e disse para mim: - "Olha, se você não sabe respeitar uma senhora, pelo menos deveria respeitar uma autoridade, precisava fazer isso? O senhor não tem vergonha não"? E ela saiu, eu pensei: - (Porra, não fui eu?) Daí fui saindo ele bateu no meu ombro e disse: - Tá vendo? Você é hippie, maconheiro, cabeludo, quem peidou fui eu! E foi embora. – Eu disse: - Porra! Curtiu com a minha cara! Eu passei a vê-lo como ser humano, não era mais o inimigo, ele também tinha humor! E ele tinha razão! Para aquela senhora era eu que havia feito, devido a minha aparência física. Exatamente... Cu frouxo era eu!!!

Sebastião Pimentel Franco: – Quando você fala que havia um grupo da esquerda que também tinham um certo receio por não saber esse histórico seu.

Milson Henriques: – Alguns sabiam sim quem eu era, tanto que uma vez, Zélia Stein me chamou para ir a uma reunião de estudantes. Eu disse a ela que não iria. Então eles sabiam que não era

comunista eu sou ateu, mas tenho minhas ideias, mas nada a ver com lutas. Xerxes, Owaldo Oleare, Lachini, sabia quem eu era. Única pessoa certa vez que me pediu, mas eu não sei quem foi, se foi Lamarca, não sei. Foi no Rio, essa pessoa saiu do Rio e foi para a Bahia, mas iria ficar escondido certo tempo aqui no Espírito Santo. E eu tinha ficha limpa, por maís que eles averiguassem, eu tinha ficha limpa. Nunca provaram nada contra mim, sabiam que eu era baderneiro, maconheiro, curtia a vida, mas que eu não participava de nada. Daí me perguntaram: - Milson, você tem a ficha limpa, nós precisamos hospedar, esconder ele algum tempo. Vamos alugar uma casinha, num lugar escondido, como se fosse você que está alugando, ele vai ficar aqui um tempo, depois vai embora para a Bahia e você devolve a casa. Era uma pessoa importante, deveria ser o Lamarca (Carlos Lamarca) mesmo. Aceitei, assinei o contrato, até hoje a polícia não sabe disso. E agora o mais interessante é, para vocês verem como Vitória cresceu, o lugar longínquo, uma casinha no meio do mato, onde hoje está a Petrobrás na Reta da Penha, nessa época era tudo mato, essa casa era em uma chácara.

Sebastião Pimentel Franco: – Você lembra quem te pediu para fazer isso?

Milson Henriques: – Professor Rubens Gomes, foi a única vez que eu participei sabendo que era perigoso e que eles poderiam me pegar. No maís eu tinha plena certeza de que eu não fazia nada, não participava de nenhum movimento. Havia os encontros, eu sabia, as vezes a Zélia Stein me avisava, mas não participava.

Sebastião Pimentel Franco: – Quem eram essas pessoas que tinha uma ação mais efetiva.

Milson Henriques: – César Ronald, Zélia Stein, Raimundo Barroso Cordeiro, Paulo Eduardo Torre. A Zélia era a mais atuante. A turma do Eldorado que era: Toninho Neves, Oswaldo Oleare, Marien Calixte, Xerxes, Claudio Lachini, só que não podiam se exibir muito porque todos trabalhavam na agência de Cariê (Carlos Lindenberg Filho), não que Cariê fosse alienado, mas ele era filho do Governador, não podiam se jogar abertamente. Eles falavam que eu era um pouco alienado, até certo ponto eu ia, mas eu queria era gozar a vida: queria brincar. - Agora, a direita tinha medo. Sempre ficava a pergunta no ar? – Quem é esse cara que influencia e como é que sobrevive? Na época eu só usava jeans, tênis, camiseta.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Na verdade Milson, você sobreviveu a tudo isso.

Milson Henriques: – Tem isso também. Quando eu fiz meu primeiro festival, nem pensava em nada, eu queria é fazer o festival. Maria Nilce quando trabalhava na tribuna ela me dava mesada, chegava sábado eu pedia dinheiro, ela me dava. Eu não tinha um ordenado, era somente uma mesada.

Sebastião Pimentel Franco: – Você sabia que a repressão atuava, como você tomava conhecimento dessa repressão?

Milson Henriques: – Eu ouvia as conversas, mas procurava não ouvir, exatamente para não me

comprometer. Quando eu ouvia que estavam combinando local, hora para irem, eu saía fora. Por isso falavam que eu era alienado. Eu não ia a fundo na situação, exatamente para manter a minha pureza, por isso eu me mantinha limpo. Eles não podiam me acusar de nada, porque eu não sabia de nada. Se eu ouvisse, ou soubesse de algo, ficaria perturbado e teria que confessar, nesse sentindo eu sempre fui sim alienado.

Sebastião Pimentel Franco: – Você tinha conhecimento de membros que atuavam na repressão, saberia citar nomes dessas pessoas?

Milson Henriques: – Tinha um negro que era irmão de uma cantora a Alaíde que fazia shows com a gente. Certa vez eu fiquei 2 (duas) noites nos porões da FAFI e ele tomava conta de lá, e ele fazia parte dos repressores e estava a serviço.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Você ficou detido?

Milson Henriques: – Detido não, fiquei preso para investigação. Mas não havia nada.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Você ficou sozinho ou com alguém?

Milson Henriques: – Sozinho. Por isso que eu não queria saber de nada, para não ser participante.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Você ficou detido com Berredo? (Berredo de Menezes)

Milson Henriques: – Não. Fiquei na polícia federal de Vitória. Muito engraçado, eu devo ao Berredo até hoje. - Ele dizia: "esses comunistas... Esses americanos..." Falava mal de americanos que era uma beleza! Mas só tomava uísque importado. - Uma vez estava detido para prestar declarações e dormi. Quando acordei, estava lá o Berredo com um irmão que era militar. Liberam ele para sair e ele disse: - Só saio se o Milson Henriques também sair, isso devo à ele. Como eles não tinham nada contra mim, só me prendiam para me apavorar, me liberaram. Mas se não fosse pelo Berredo, eu ficaria lá por 2 (dois) dias lá mofando para me encher.

Sebastião Pimentel Franco: – Você falou que ficou preso na FAFI, ou pelo menos ficou incomunicável, você conhecia outros locais aqui em Vitória que se utilizavam para esse tipo de trabalho?

Milson Henriques: – Acho que nos porões das Capitanias dos Portos, no 3º BC.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Quem utilizava a FAFI era a polícia federal?

Milson Henriques: – Não. Era do governo, pertencia a Prefeitura.

Sebastião Pimentel Franco: – E seus amigos, conhecidos, quais que você poderia citar que foram torturados ou perseguidos pela ditadura.

Milson Henriques: – Gildo Loyola, Carminha, Carmélia, Sherry (que era um hippie), Amylton, mas era veado alienado..., Zélia Stein, "Coraci" (artista plástico), ele foi muito perseguido, para os repressores ele era veado, maconheiro e como poderia ser professor na UFES? Não era fácil não. O próprio Paulo Torres, Ewerton Montenegro Guimarães e seu irmão, Bruno Barreto (jornalista da Gazeta), aparentemente ele era inimigo, mas ninguém sabia que ele estava do lado de cá.

Vítor De Ângelo: – O Ewerton Montenegro Guimarães que escreveu o livro: "A Chancela do Crime".

Sebastião Pimentel Franco: – Na empresa que você trabalhava, existia alguma tentativa de cerceamento de sua ação.

Milson Henriques: – Não, na Gazeta a censura não proibia, no Eldorado era a turma toda, Carmélia, Toninho Neves, Oswaldo Oleare, Marien Calixte, Xerxes e Janc.

Sebastião Pimentel Franco: – Oswaldo Oleare chegou a ser preso?

Milson Henriques: – Acho que não, ele era como eu, adorava música, viver bem, encher a cara, mulherengo, porém era vigiado por ser inteligente. É maís ou menos como falei no Camboja (Ásia) hoje em dia. Lá chega ao extremo da pessoa que usa óculos, sabe ler, significa que ela é intelectualizada, então é uma pessoa perigosa. Na época era assim, se você era inteligente: - Você protestava, e era perigoso, perigosíssimo. Daí era onde eu ria da cara deles, porque eu não sabia e não tinha nada e eles estavam com medo de mim.

Sebastião Pimentel Franco: – Vocês que eram os intelectuais, seja no teatro, na música, nas artes plásticas, vocês driblavam logicamente a ditadura, como era isso?

Milson Henriques: – Driblávamos e provocávamos. Carmem uma vez em uma peça, ela usou um vestido que era vermelho na frente e preto atrás, mandaram que colocassem a cor vermelha atrás e preto na frente, porque o vermelho na frente era comunismo. Era algo muito absurdo! Nas menores coisas eles proibiam. Eu fiz uma peça sobre Carmélia, eu falava que ela havia sido precursora dos palavrões. Mas mandaram eu tirar, daí eu disse: - Mas como vou tirar os palavrões? – Eles disseram: - Escolhe um palavrão menor. Eu, Mariângela, Maura Fraga, Amylton, Gilberto Garcia e Aprígio, estávamos escolhendo um palavrão menor, daí o "repressor" teve a coragem de falar: - Coloca aquela "pitomba" daquela matéria. Porra! Pitomba é uma fruta caralho! – Ele disse: - Mas pitomba em Minas é caralho! Tinha umas coisas engraçadas no meio, tínhamos que rir. Mas também provocamos muito, eu comecei a fazer um filme com Toninho Neves, mas cortaram, que era "Boa sorte palhaço", onde os nomes já era uma provocação. Eu fazia um pistoleiro que matava um padre, e fomos filmar em Santa Maria de Jetibá, onde tem uma escadaria enorme, Claudio Lachini fazia o padre, toda as vezes que ele caia, ou se machucava e levantava, ou a batina subia e aparecia a cueca. Filmamos umas 5 (cinco) vezes, e o Lachini já estava bravo porque caía e já estava todo ralado. Assim que terminamos, fomos para um barzinho beber, nossa! Saiu uma mulher de dentro ada igreja e gritava conosco dizendo:

- “Vocês estão pisando no corpo de Cristo! Vocês são comunistas! Eles estão bebendo num bar para zombar da gente! Nosso Senhor Cristinho”! Ela conclamou o povo de tal forma que saímos numa Kombi a baixo de pedra e o filme acabou. Hoje a gente ri, mas na época foi muito sofrimento.

Francisco Aurélio Ribeiro: – Sim, foi muito sofrido, o tempo todo se autocensurando, com medo.

Milson Henriques: – Sim, mas ao mesmo tempo te dava uma vitória muito importante. O dia mais feliz da minha vida, foi quando houve um concurso em 1972, na Bahia, “Primeiro Concurso Nacional de Poesia Falada”, e eu fui representar o Espírito Santo. Glecy Coutinho na época me chamou, ela também era uma pessoa visada, mas como era amiga do General Darcy, ele era um santo, ajudava muito a gente. A ideia era o seguinte a Glecy me perguntou: Milson, quer passar 3 (três) dias na Bahia, vai de avião e volta com tudo pago? Eu respondi: Claro que quero! Vê uma poesia sua, manda e vamos embora. Só que como é sua a poesia, terá que passar primeiro pela aprovação da polícia federal. Era uma poesia de 7 (sete) versos. Só que cortaram um verso, daí eu perguntei o porquê. O ar de autoridade era: - Você acha que eu sou imbecil Milson, acha que um lixo desse aqui vai passar? – Eu questionei: - Mas porquê? O que esse verso tem que não pode passar? – “A poesia dizia de ambição”, e um dos versos era: - “Eu quero fazer um barulhinho tão simples, como o rato roendo a roupa do rei de Roma, eu quero passar pela vida sem fazer muito barulho, sem fazer muito estardalhaço” ... Ele disse: - esse verso não pode. – Eu disse: sim, mas porquê? Ora! Milson, “os ratos”, são vocês os comunistas e o “Rei de Roma” é o nosso Presidente Médici. Hoje é engraçado, mas na época eu fiquei “puto da vida”! E mandei a poesia para a Bahia com o verso, não tirei mesmo! Fui para a Bahia e levei comigo a poesia, e lá os artistas Baianos escolheram as poesias que iriam declamar. Meu orgulho para completar, foi, que o meu colega de quarto era Geneton Moraes Neto que hoje é um grande repórter e editor-chefe do Fantástico, e na época era grande amigo de Caetano Veloso. Ele levou uma poesia muito bonita, e todo mundo querendo falar a poesia de Geneton, e eu pensava: - Poxa, eu estou no mesmo quarto do cara que vai ganhar! Que orgulho! Daí eles falaram as poesias, e senti que a minha foi aplaudida, fiquei feliz! – Pensei: - Acho que vou tirar o 5° (quinto) lugar. Daí chamaram, 5º (quinto) lugar, uma pessoa do Rio Grande do Sul, 4º (quarto) lugar Bahia, 3º (terceiro) lugar, Bahia, 2º (segundo) lugar, Geneton Moraes Neto, eu pensei: - Poxa! Isso é roubo! 1º (primeiro) lugar, daí tocaram uma música que eu maís amo na vida, “Adagio, do Albinoni”, e chamaram, representando o Espírito Santo Milson Henriques, nossa! Foi a maior alegria, pra mim foi o dia mais feliz na vida, porque eu não esperava mesmo! Essa foi a alegria que a ditadura me deu. Quando eu recebi o prêmio que era através do MEC, eu liguei para a Gazeta na época e disse: - Olha! Eu não vou voltar, ganhei o prêmio e vou fazer um turismo de 18 (dezoito) dias até Manaus, 3 (três) dias em cada capital, tudo pago pelo governo. Daí eles me deram um valor para eu comprar roupa e gastar nesses 18 (dezoito) dias até Manaus. Eu amo essa terra, adoro o Espirito Santo, eu sempre digo que me pariram em outro lugar, mas eu me pari aqui no Espírito Santo, considero minha terra natal, sou capixabíssimo, mas com direito de falar os defeitos de Vitória. Porque a cultura aqui é algo dificílimo! Só doido mesmo que vive dela. Ao retornar para Vitória, eu fiquei constrangido, mas tive

que exigir que minha poesia fosse publicada, pois eu estava representando um concurso a nível nacional o estado do Espirito Santo. Mas publicaram na Gazeta uma notinha pequenina a minha poesia, mas eu fiquei chateado, porque a Gazeta não dava valor a nada. Após 3 (três) anos, minha poesia iria ganhar de novo, mas como eu já havia ganho, daí escolheram outra. Mas Vitória não deu valor, se fosse outro estado, com certeza teria sido valorizada, mas infelizmente é assim até hoje, o Espirito Santo não dá ibope.

Sebastião Pimentel Franco: – Gostaríamos em nome da Comissão, agradecê-lo por ter aceito nosso convite para estar hoje aqui prestando esse depoimento que foi de grande valia para nossa Comissão.

Mirtes Bevilacqua Corradi

Nasceu em Vitória no dia 3 de fevereiro de 1939, filha de Luciano Bevilacqua e de Vitória Azevedo Bevilacqua. Chefe de gabinete da Secretaria de Educação do Espírito Santo a partir de 1959, no governo de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1959-1962), continuou no cargo até 1964, já na gestão de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966).

Em 1962 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da atual Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciou-se também em ciências físicas e naturais e em 1965 passou a lecionar essa disciplina. De 1973 a 1981 presidiu a União dos Professores do Espírito Santo (UPES), e de 1975 a 1983 foi vice-presidente da Confederação de Professores do Brasil (CPB). Em 1975 esteve em Costa Rica como delegada ao Seminário de Previdência Social, e em 1980 esteve na Argentina como delegada ao Seminário Incasur. Secretária-geral da Federação Latino-Americana dos Trabalhadores da Educação e da Cultura (FLATEC), em 1981 esteve no Equador como delegada ao seminário de professores dessa entidade. Vice-presidente da Confederação de Servidores Públicos do Brasil e membro do conselho diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1982 foi vice-presidente do congresso da Central Latino-Americana dos Trabalhadores (CLAT), realizado na Colômbia.

No pleito de novembro de 1982 foi eleita deputada federal pelo Espírito Santo na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Assumindo o mandato em fevereiro de 1983, tornou-se membro da Comissão de Serviço Público e suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados. Em 25 de abril de 1984 votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em novembro daquele ano. Ainda nessa legislatura, foi membro da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, que foi composta por 16 mulheres e presidida por Rute Escobar, atriz, empresária de teatro e deputada estadual.

Em 1987 assumiu a Secretaria de Ação Social do governo Max Mauro (1987-1991), cargo no qual permaneceu até 1989. No início de 1990 deixou o PMDB e filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1991 tornou-se assessora das Telecomunicações do Brasil S.A. (Telebrás), a convite do novo presidente da empresa, o ex-senador José Inácio Ferreira. Exerceu a função até 1992, quando passou a integrar o conselho de administração das Telecomunicações do Espírito Santo S.A. (Telest), cargo no qual permaneceria até 1995. No período de 2001-2009 foi secretária de Ação Social do município de Vila Velha (ES) durante a gestão do prefeito Max Filho.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 21 de outubro de 2014, às 10h15, na Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom dia professora Mirtes, a gente quer conversar um pouco sobre um momento da história do Brasil que a senhora viveu né, que foi o período da ditadura militar né. Então a gente queria assim que a senhora dissesse como a senhora viu e conviveu com esse momento da ditadura militar.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - A ditadura começou assim a gente fala em 64, mas houve os momentos antes. Naquele tempo eu era estudante da faculdade de direito e estava no Centro Acadêmico, eu era secretária do Centro Acadêmico e aí a gente decidiu erigir uma torre de petróleo na Praça Oito, na época da campanha Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott) Janio. Eu não sei por que motivo meu partido apoiava o Lott. Eu era muito novinha aínda né em política e tudo, e veio um companheiro do Rio Grande do Sul, por isso que eu estou citando, que era do partidão, Leopoldo Rassier (Leopoldo Souza Soares Rassier), posteriormente me ajudou muito. E aí a gente fez aquela torre, no outro dia amanheceu a torre e aí tinha passeata: o petróleo é nosso, porque tinha aquele negócio de levar para os Estados Unidos, e a gente não queria aquela história toda. Em 64 quando houve a ditadura, que houve o golpe militar, eu estava apaixonada (posso colocar isso, né!). Porque eu conheci meu marido e comecei a namorar e em 64 a gente tinha marcado o casamento para 09 de janeiro de 1965. Então no ano de 64 eu não vi a ditadura, eu só via fazer enxoval, bordar, tinha que fazer a mala de enxoval, aquilo tudo era normal. E aí depois eu continuei dando aula de manhã, de tarde, e aquele negócio, pouco salário, aquela dificuldade toda. Quando chegou mais ou menos em 73 (setenta e três), que eu me lembro, chegou uma senhora na minha casa e disse: - Mirtes, eu posso usar o seu telefone? Eu disse: - Uaí, na sua casa tem telefone por que você quer usar o meu? Ela disse: - O meu telefone está grampeado (ela diz que se arrepia ao falar), a minha filha "Badora" (Maria Auxiliadora Gama) está presa no Rio e seu marido é da Vale e você não tem nada a ver com partido nenhum, você pode? Aí eu Deixei ela usar. Aí eu senti um remorso e pensei: - Meu Deus, o que eu estou fazendo o Brasil em ditadura e eu aqui em casa só cuidando dos 03 (três) filhos! Ah, eu tenho que fazer alguma coisa! Aí foi quando dona Iracema me chamou pra ir pra União dos Professores que era uma Associação dos Professores. Eu estava fazendo um curso de matemática, eu sou professora de ciências e o Ministério da Educação mandou que os professores de ciências passassem a ser professores de matemática por conta do PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino). A gente estava muito revoltado porque primeiro que trouxeram uns prédios que não tinham nada a ver com o Brasil, prédios para onde tem neve; segundo lugar os livros didáticos eram todos muito mal traduzidos; terceiro lugar o que eu tinha a ver com matemática se eu era professora de ciências? Mas eu fui fazer o curso, eu chegava de vez em quando atrasada. A Iracema me chamou e disse: - Você quer fazer parte do Conselho da UPES? Eu disse Vou. E aí teve a eleição e lá ninguém queria ser presidente. Eu disse: - Vou ser presidente. Parei 3 minutos e 50. Peguei o estatuto, levei para casa e li e vi que o estatuto ia entrar em execução, não estava ainda e vi que não era simplesmente uma "Associação de Professores", aquilo podia ser muito mais, podia ser um sindicato, apesar da lei proibir que os servidores públicos se sindicalizassem. Eu vi ali que ali era

um meio onde eu fazia um trabalho. E aí eu fui, mudei os móveis de lugar, porque aí se reuniam cinco horas pra tomar um cafezinho com bolo e tal, eu resolvi mudar aquilo tudo - Eu disse, eu tenho que ser conhecida pelos professores, e aí eu passei a noite toda pensando como eu ia ser conhecida pelos professores. Tinha o professor Pimenta que era de educação física usava um boné, aí eu tapei a cabeça porque eu também tinha vergonha da ditadura né, então vou arranjar lenço vou botar e tapar a cabeça e saí por aí. E aí consegui carona com a Companhia de Alimentos e Serviços Gerais, Sr. Leovegildo que ainda vivo, belo, dava carona para mim e Dona Áurea e pagava almoço da gente. E nós fomos ao interior todinho do Espírito Santo reunindo os professores, tirando 1 (um) professor por cada município, eu num tava chamando a atenção aí dos órgãos e represando aquele momento ainda não. Aí eu disse assim: bom, agora já elegi uma companheira em cada município, o que fazer com essas delegadas? E a gente chamava de delegadas do município, o que fazer com elas? Eu tinha que trazer para Vitória, mas colocar aonde? Aí eu me lembrei do comandante "Caracas" da escola de marinha e lembrei daquela história do, agora minha cabeça deu meio ruim, lembro daquele livro..., qual país que eles puseram os militares dentro de um? Aí meu Deus, eu fiz, eu to, desliga esse negócio aí, Atenas ou não sei, que colocaram dentro de um cavalo, "Cavalo de Tróia", na Grécia. E eu acho que os atenienses contra Esparta. E aí eu disse assim, sabe de uma coisa, nós vamos invadir é a Marinha lá, contra Esparta isso aí, aí disse assim: vamos pra lá, aí eu fui muito jovem ainda né, tinha trinta e poucos anos, conversei com o Caracas, disse assim: Caracas nós precisamos de um lugar para colocar os professores, porque os professores querem saber, conhecer a marinha, saber como é que a Marinha funciona, a escola da marinha porque elas trabalham no interior, querem conhecer e nos queremos fazer o curso aqui, e você abrir o curso e explicar e ele concordou. Meu telefone não era grampeado, aí eu liguei pro meu amigo lá do Rio Grande do Sul Leopoldo Rassier que era do partido Comunista né: Leopoldo vou precisar de uma professora que venha nos ajudar a nos organizarmos. Aí ele mandou a Geraldina, ela era do partidão. Daí, começou a explicar sobre a organização, aí foi e começou a se organizar ali. E daí, o movimento dos professores foi crescendo, porque já tinha todos os municípios, já tínhamos como nos comunicar, aí arranjei um advogado, um estudante de direito na época, Joaquim Silva, que era, depois virou advogado trabalhista, não entendia nada do direito administrativo. Sentei com ele, vi os direitos dos professores, a minha sorte é que eu era advogada podia brigar pelos direitos reais da Lei 5692 que os professores tinham interesse no Estatuto do Magistério, Plano de Cargos e Salários, e consegui trazer os professores do interior, cada uma pagava sua passagem. E aí a gente começou aquele movimento, aí começou a coisa ficar feia, eu comecei a ter companheiros que estavam saindo da prisão, Nilo de Mingo era um jornalista, tinha um outro que a minha memória tá terrível porque eu esqueci o nome dele outros que era do PC do B, de Colatina, o Nilo de Mingo, já é falecido, e esse menino do PCdoB eu consegui juntar PCB, PCdoB tudo dentro do quarto de empregada do SINDIUPES da UPES na época né, e ali a gente ia organizar o que a gente ia fazer, eu me lembro da primeira assembleia geral que nos fizemos permanente, não tinha ninguém lógico, os professores não iam, Ditadura. Aí a gente colocava os funcionários, tinha poucos funcionários de costas, pegamos travesseiro, colchão, TV e

dizer que dormi lá na UPES, entendeu. Aí aquela imprensa ajudava, porque a imprensa tava, os jornalistas né, o Nilo ajudava, o outro também era jornalista, colocava, Joaquim Silva também era jornalista, colocava as manchetes, colocava uma linguagem que eles dizem né, eles dizem uma coisa mais tão dizendo outra, que a pessoa lê e entende o que na verdade a gente quer dizer. E aí a gente, eu me sentia muito sozinha, só tinha a UPES né, na época, aí nós resolvemos trazer os outros sindicatos, criar e reorganizar novos sindicatos. E com o mimeógrafo eletrônico que eu comprei da UPES, nós conseguimos organizar o sindicato dos médicos, sindicato dos jornalistas, sindicato de farmácia, ajudamos o sindicato da orla portuária, vários sindicatos já a gente fazendo documento pra eles, papel e aquilo tudo que eles precisavam com dinheiro da própria UPES, do SINDIUPES né, eu podia até responder por eles. Aí comecei a sair nas manchetes de jornais, aí tinha um deputado que queria me enquadrar na Lei da Segurança Nacional, Edson Machado, saíam grandes manchetes no Diário, tinha o jornal Diário, os jornais existentes - "Mirtes será enquadrada na Lei de Segurança Nacional". As Assembleias eram enormes, todo o magistério vinha mesmo, o povo ajudava, aí tinha gás lacrimogêneo, polícia federal dentro disfarçada, no homem meio dos professores a gente sabe né, a gente via que era pessoa diferente no meio, sabia que era policial. Teve uma época que a gente tava no Colégio do Carmo, aí eu e João Herkenhoff, Fernando Pignaton vários companheiros pegaram e fizeram a trás de mim, eu na frente, assim de gente, gás lacrimogêneo lá fora e os professores aqui, só uma portinha, pedindo pelo amor de Deus pra ninguém sair, ave Maria cheia de graça, paí nosso que estás no céu rezando com os professores, cantando o hino nacional, depois cantando aquela música do Geraldo Vandré e eu falando ninguém saía, ninguém saía porque se saísse iam esmagar e machucar muita gente. E lá fora o pau quebrando, eu soube que uma aluna ficou até cega de um olho, uma menina do Ibes, por conta do gás lacrimogêneo todo mundo falando que ela se machucou e a gente conseguiu segurar, atrás os meninos brigando com a policia federal que tava lá, foi uma confusão danada. Daí o DOPES me levou, eu fui pro DOPS eu até tinha interesse de ver o que eles tanto escreviam de mim né, eu até pedi ainda, Perly Cipriano falou que eu pedi. E lá no DOPS eu me lembro que era Napoleão o delegado do DOPS, então ele disse assim, e quando eu passei vi Stan Staín, vi o irmão da Elisa Lucinda, o irmão dela era José de Arimathéia, Arimathéia estava branco, que também me ajudava, botando, eles tava fotografando com as datas, ele tava branco e Stan também tava sendo fotografado, e eu fui, a minha sorte e que eu era advogada, aí a OAB foi, Max de Freitas Mauro, Camata, todo mundo que era político da época apareceu, de repente apareceu todo mundo, e Antônio Joaquim Silva chamou todo mundo, o Quincas né. Eu me lembro que Napoleão perguntava: - Dra. Mirtes, como é que a senhora faz uma assembleia, essa foi a da escadaria Maria Ortiz né, ou faz passeata seja lá o que for que eu fizesse sem autorização do DOPS? - Se eu pedisse autorização eles iriam dar? Não iam dar mesmo né. Ele disse, Há! O senhor me convidou aqui, minhas pernas tremeram, o senhor me convidou aqui porque não como advogada o senhor me convidou aqui como professora, então pega aí pra anotar, Professora Mirtes, e assim era, eu era entrevistada, o pessoal ali, me lembro que uma vez...

Sebastião Pimentel Franco: - E isso foi a onde?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Lá no DOPS

Sebastião Pimentel Franco: Não, mas era a onde? O local?

Mirtes Bevilacqua Corradi: O DOPS era ali na, na, Reta da Penha, lá perto da EMESCAM, ali que era o DOPS.

Sebastião Pimentel Franco: - Sim, eu tô perguntando isso, porque é o seguinte, nós estamos tentando mapear os locais onde as pessoas prestavam depoimentos, a senhora ia lá.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Eu tenho que falar também sobre o Arcebispo de Vitória Dom João Baptista da Mota e Albuquerque, me chamava, conversava comigo, ele ajudou muito a gente, o Don Joao Baptista, eu tenho muita saudades dele na época. E aí os companheiros que iam saindo as prisões, já começava tentar ajudar, porque apesar de eu ser visada, não podia acontecer nada comigo, porque eu tava na imprensa, a própria população dava guarida vamos dizer assim, mas teve, é por exemplo eu consegui pra Perly Cipriano, abriu um consultório dentário, consegui cinco consultórios pra eles trabalhar, a Badora botei na minha escolinha que eu tinha, fui ajudando né a empregar aquelas pessoas que tavam saindo da prisão na época, e "cê" lembra que aquela época foi uma época muito dura né.

Sebastião Pimentel Franco: - A senhora chegou a ficar detida? Ou era só pra depoimento?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Só por horas, só para depoimento, não tinha jeito. Porque eu estava muito visada pela população, a população estava amando a nossa briga, tanto que a gente passava em passeata nas ruas, jogavam papel picado dos edifícios, quer dizer, todo mundo estava a favor, porque, e eu tinha o cuidado, de que eles não me pegam mesmo porque eu ia dentro da Lei existente que era a nº 5692 pedindo aquilo que os professores queriam dentro da lei, e também a questão de uma gratificação "pó de giz" porque o professor ia usar o giz tinha um desgaste muito grande pulmonar etc. e tal, chegamos a ganhar essa gratificação. Eu sei que teve uma hora, que a gente convocou, eu era muito petulante pra falar a verdade, convocamos o secretário de educação, para com, por edital, publicado no jornal para que ele fosse à assembleia dos professores e foi.

Sebastião Pimentel Franco: Quem era o secretário?

Mirtes Bevilacqua Corradi: O Stélio, o Stélio foi, aquele outro também acho que foi também. Eles chamavam, eles iam, viu, agora o Stélio tem uma cabeça boa você sabe disso, você sabe disso! Então, quer dizer foi um período desse jeito, pra mim na verdade eu não posso dizer que, a não ser que telefonemas pra minha casa, pegar meu filho de 12(doze) anos e prender dizendo que ele tava entrando na casa de, eu tive que mudar de casa, saí do bairro de Lourdes fui mudar pro edifício na Praia da Costa, por conta de ameaça por telefone eu tinha medo dos meus filhos, meu marido deixou

de gostar de mim, minha família tinha vergonha de mim, de inicio né porque eu era subversiva ia ser enquadrada na lei de segurança nacional, então todo mundo se afastou, isso aí é um.

Sebastião Pimentel Franco: Era uma pressão psicológica, né.

Mirtes Bevilacqua Corradi: uma pressão psicológica, eu tive essa pressão psicológica, e sofro até hoje porque minha filhinha pequena na época tinha três anos, quatro, cinco, seis anos, eu a levava comigo nas assembleias às vezes, mas ela, eu não tinha tempo de dar aquele carinho que eu tinha que dar, porquede repente quando a coisa apertava vinha um sindicato internacional e me levava, eu saía do Brasil, depois fui parar na Argentina, fui chamada pra ir pra Argentina, fiquei três meses numa casa dos arredores da Argentina, não me lembro qual era o bairro, e eu me lembro que um dia, Ramon que era da confederação latino americana de trabalhadores da CLAT disse: Mirtes vamos até o aeroporto pegar um companheiro de Santa Catarina, ali tinha as principais lideranças de cada país, aí eu fui pegar o companheiro junto com ele porque eu conhecia que ele também era da confederação dos professores e quando a gente chegou, parou o carro ele me agarrou e danou a me beijar, e eu fiquei, eu era casada como é que pode um negocio desse, aí eu fui entender quando o Gerdane lá os policiais, rodearam a caminhonete, aí viram ele me beijando e disse não, são namorados e se foram, porque se fosse pedir documento dele e fosse pedir documento meu, tava perdido. Então, tinha todos, a gente tinha vários apoios internacionais, de vários sindicatos internacionais que ajudavam a gente quando sentia, eu me lembro que uma vez fui com meu ex-marido e com uma colega do partidão lá na, ninguém sabia quem era ela né, Conceição, numa churrascaria que tinha ali em Itaparica, até mataram o cara da churrascaria, e lá se dançava, de repente veio um camaradinha e me tirou pra dançar, ah meu marido ficou fera e começou a querer ir embora no que ele me disse, Mirtes vai lá sua passagem tá em tal lugar, tem dinheiro em tal lugar e se manda, eu só sabia disso, e eu me mandava, falava o marido, ó fui fazer um seminário, tinha essas coisas entendeu? É desse jeito que a vida, que as coisas funcionavam, você hora estava, hora você não estava mais na sua casa, você tinha que sair, porque a coisa apertava né.

Sebastião Pimentel Franco: - A senhora conviveu sim, com muitas pessoas que eram também vigiadas e até perseguidas pelo regime, a senhora lembra dessas pessoas, que tipo de, de ação que o estado autoritário fazia com essas pessoas?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Aqui em Vitória, mas era psicológico tá, era mais na área psicológica, tanto é que Perly saiu da prisão e foi trabalhar como dentista junto com a gente, e o De Mingo era jornalista, saiu da prisão e foi com a gente, Badora também. Então havia maís essas ações daqui que eu me recordo era maís psicológico, como prender um filho seu de 12 anos e você ser chamado – sem saber porque que ta prendendo seu filho, o menino não fez nada, menino inocente, estudante né, tinha, a tava assaltando, onde que meu filho ia assaltar com 12 anos? Ele hoje é engenheiro em telecomunicações, nunca fez nada de errado, nunca fumou, nunca mexeu com droga, mas tinha dessas coisas entendeu, de por exemplo, ele ir no estádio, a gente tinha certa marcação de

acompanhamento que a gente as vezes nem percebia mas tava sendo acompanhado.

Sebastião Pimentel Franco: - Vocês tinham conhecimento, quem eram por exemplo os agentes, quem eram as pessoas, a senhora falou Napoleão foi o que a senhora prestou depoimento a ele né? A senhora, vocês sabiam de outras pessoas, fulano...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - A gente não podia afirmar, por exemplo eu tenho um companheiro, mais ou menos amigo que era da policia federal e que a gente tem certeza que eles tavam no movimento dos professores mas era um cara legal e tudo "Clementino", aí eu não posso dizer, eu suspeitava.

Sebastião Pimentel Franco: Você suspeitava de algumas pessoas?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Eu suspeitava por que eu via dentro do movimento , mas aí eu não tinha certeza, entendeu? A gente não era prepara pra isso.

Sebastião Pimentel Franco: - Sim, mas quando vocês tinham suspeitas qual era a ação de vocês?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Por exemplo, quando a gente viu o cara da polícia, aí teve uma confusão dentro lá, que começaram a bater, os colegas brigando, Herkenhoff, Pignaton pegando o cara e dando um jeito na... a gente não sabe.

Sebastião Pimentel Franco: Na assembleia, o que vocês sabiam, tem gente infiltrada aqui, isso fazia com que vocês tivessem uma outra postura nas assembleias ou maneiravam ou vocês tocavam o barco assim mesmo?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Tocava o barco mesmo e depois ia pra rua fazer caminhada, terminava a assembleia nós íamos pra a rua, entendeu? Pra rua e depois nos fizemos um grande movimento da Aracruz contra a Aracruz, a vinda da Aracruz e fazia os movimentos de rua, todos os movimentos nós fizemos, o magistério fazia.

Sebastião Pimentel Franco: Vocês faziam juntamente com outros sindicatos do movimento?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Quando a gente, quando eu comecei não tinha sindicato, a gente começou a criar sindicato.

Sebastião Pimentel Franco: A senhora ta me dizendo que vocês é que capitaneavam?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Nós capitaneávamos.

Sebastião Pimentel Franco: Outras pessoas a se incorporarem a vocês.

Mirtes Bevilacqua Corradi: Incorporados é, com a ajuda desses companheiros que eu citei já, tem um de Colatina que eu esqueci o nome dele, também era jornalista mas na, gente que tinha saído da

prisão tava nos ajudando.

Sebastião Pimentel Franco: - E como a senhora se sentia assim, a população de uma forma geral, a senhora falo que tinha uma impressão de que havia, a população apoiava vocês.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Havia sim, na época de 80, 89, havia um cansaço da população com relação a ditadura, já havia um cansaço. Se lá em 64 eles apoiavam a ditadura, depois já havia um desgaste natural que foi arrebentar nas diretas já.

Sebastião Pimentel Franco: - No que a senhora falou que na verdade de 64 à 73 a senhora não teve uma participação efetiva, que a senhora ficava maís cuidando dos filhos, da casa em fim, e a partir de 73 que a senhora entrou mesmo de cabeça nos movimentos.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Na cabeça organizando os movimentos, com apoio desses companheiros, companheiros de fora, companheiros de sindicatos internacionais que vinham aqui.

Sebastião Pimentel Franco: - Quem eram as pessoas, que participavam mais ativamente desses movimentos, que a senhora ta falando que são companheiros, quem eram essas pessoas que, deveriam ter uma rede na verdade, ou seja, vocês e mais uma pessoas que tavam tentando eliminar o regime né, quem eram essas pessoas, a senhora lembra?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - A gente, por exemplo, era nível de Brasil...

Sebastião Pimentel Franco: - Do Espirito Santo?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Do Espirito Santo são esses que eu já citei que estavam com a gente junto no sindicato todo dia, que era o Nilo de Mingo, esse companheiro de Colatina que eu esqueci o nome mas Perly sabe quem é, Perly Cipriano sabe, é, Dalvinha, Dalva Ramalho ajudou, quem maís, aquela menina que é presidente do sindicato dos jornalistas hoje, eu esqueço o nome dela...

Sebastião Pimentel Franco: Helena?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Não, é outro nome, vocês me desculpem, mas a gente esquece mesmo.

Sebastião Pimentel Franco: Eu sei quem é, tô vendo a fisionomia dela, mas não tô lembrando o nome.

Mirtes Bevilacqua Corradi: Tem a carinha redondinha.

Sebastião Pimentel Franco: É isso.

Mirtes Bevilacqua Corradi: É ela, ela.

Sebastião Pimentel Franco: Suzana

Mirtes Bevilacqua Corradi: Suzana Tatagiba, quer dizer via de regra na verdade era mais o pessoal ligado a universidade como Pignaton, Fernando Herkenhoff, Arimathéia, Stan Stein, esses são os nomes que eu lembro mais, que estavam sempre presentes. Tem um outro que eu esqueci o nome é médico também, não tá nem no Espirito Santo mais, mais colega do Pignaton, os colegas assim, vários da mesma área né, tava sempre junto com a gente, o Geraldo Pignaton.

Sebastião Pimentel Franco: - E essas pessoas que a senhora falou, eu nunca fui, só fui lá prestava depoimento e daqui a pouco tava liberada, mas algum desses colegas da senhora sofreram uma ação mais...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Eu não fui nem fotografada, mas o Stein foi e o Arimathéia foi fotografado, eu não, porque na verdade eu acho que tinha até um certo receio dos órgãos aí de repressão de me reprimir, me prender ou fazer alguma coisa porque a população realmente estava nos apoiando, e foi devagarzinho isso né, que a gente foi conquistando o apoio popular.

Sebastião Pimentel Franco: - É como a senhora falou, em 73 já estava mesmo iniciando um desgaste.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Eu comecei em 73 a organizar o magistério pelo interior a fora né, senhor Lovegildo nos levando e pagando almoço pra gente com dona Aurea Lopes já falecida, aí a gente foi organizando, trouxemos pra vitoria e daí ninguém mais segurou a gente.

Sebastião Pimentel Franco: - E essas assembleias tinham quantas pessoas?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Menino você imagina o colégio Do Carmo lotado embaixo e em cima quase que podia cair ali gente não podendo entrar, o magistério em peso vinha.

Sebastião Pimentel Franco: - Agora o magistério na sua maioria já estava bem feminilizado não?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Já era sim, quer ver? Mirtes eu posso participar da assembleia, vai me acontecer alguma coisa? Não, se tiver que acontecer alguma coisa é comigo, era assim que eu falava com elas.

Sebastião Pimentel Franco: Mas eu digo assim, nessa época o magistério já tinha, já estava feminizado, tinha mais mulheres do que homens lá?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Sempre tinha maís mulheres. O maior movimento de mulheres que aconteceu no Espírito Santo foi a dos professores.

Sebastião Pimentel Franco: - Então, nessa época já era maioria de mulheres nas assembleias?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Sempre foram as assembleias de mulheres. Por isso que eu digo, que quando tinha um homem a gente sabia que era, que era, não era, desconhecido, a gente sabia que não tinha nada haver com o magistério.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas, a senhora acha que essas pessoas que lá estavam, elas na verdade estavam também para protestar contra o regime ou era apenas para reivindicar os seus direitos?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Os professores na verdade, desculpe, mas de certa maneira foi usados, os professores vinham em busca dos seus direitos, porque eu estava brigando pelos direitos deles, mas na verdade nós queríamos muito mais do que isso, quer dizer essa, esse povo que estava junto comigo né, na verdade é porque eu era do partidão, então a gente queria, elas não, os professores, a maioria dos professores não sabiam nem, é, o perigo que tava correndo, não sabia.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas a senhora acha que no fundo, assim, isso também não deve ter ajudado a, que essas pessoas que vieram buscar os seus direitos começassem também a enxergar que o regime precisava...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Claro que cresceram, claro que cresceram, que havia, que tinha necessidade de mudança.

Sebastião Pimentel Franco: De qualquer maneira conscientizar.

Mirtes Bevilacqua Corradi: Conscientizar é, lógico, através dos direitos que a gente consegue né, a briga pelo, a mudança né.

Sebastião Pimentel Franco: E aí, e a senhora, valeu a pena essa luta, quê que a senhora acha que isso ficou?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Eu acho que a luta valeu agora, ainda não temos uma democracia, por isso que eu ainda uso esse lenço aqui, nós temos meia democracia, sabe por quê? Nós somos autoritários, nos não mudamos ainda, tem haver a necessidade dos professores, de toda a sociedade haver uma mudança no interior das pessoas, além do maís a constituição de 88 que disse aquela maravilha que Ulisses falou, não é, não foi uma maravilha, eu morro de pena de ver meus colegas, professores mendigando salário nas portas das prefeituras na, no governo do estado, fazendo as brigas como de antigamente no regime "democrático" porque tem que haver uma mudança do pacto federativo, tem que haver, porque só fica doze por cento dos recursos do município no estado, doze por cento não da pra fazer segurança, educação, saúde, é impossível. Então eu acho que tinha que haver, se eu tivesse maís nova, chamava o movimento pra mudar o pacto federativo para que o povo more no município, e eu vi nesse movimento todo só um deputado falava na televisão sobre isso, não era nem do meu partido, que era o Vidigal, a necessidade de mudar o pacto federativo, eu acho que ele sentiu na carne quando ele não podia atender os professores, porque eu sei que nesse momento tem muitos prefeitos que são democráticos que uma mudança, mas não tem condições de fazer porque ainda quem domina é o poder em Brasília, e além do maís não existe, só existirá democracia quando os poderes forem independentes, os poderes não são independentes.

Sebastião Pimentel Franco: - Fala que é, mas...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Não são independentes, ficam todos na dependência, os deputados dependem das emendas parlamentares, a troca de favores, quer dizer, não existe, a mudança ta muito longe ainda de acontecer.

Sebastião Pimentel Franco: Senhora Mirtes, a senhora falou que de alguns políticos locais né, é, tomando pé do movimento que a senhora liderava, começaram a se posicionar contrario, aí a senhora lembra que políticos eram esses?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Era o Max Mauro, Camata.

Sebastião Pimentel Franco: - Esses eram contra a senhora?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Não, eles eram a favor da gente, contra a gente era, por exemplo, contra a mim na assembleia tinha o Edson Machado, têm jornais, eu tenho recorte de jornal sobre isso, que queria me enquadrar na lei de segurança nacional, vários deputados ligados ao governo na época.

Sebastião Pimentel Franco: A senhora lembra deles todos assim?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Não, eu teria que, a idade sabe como é que é, né? O Edson Machado porque saiu o nome dele no jornal, mas a maioria na assembleia muito poucos de oposição.

Sebastião Pimentel Franco: E no que conseguem a governo de estado, qual governador que tinha uma linha mais dura e se coadunava maís com o movimento do regime imposto e qual aquele que vocês achavam que tinha maís abertura pra vocês conversarem? A senhora citou aí o caso do Stélio que era secretario de educação, mas que era, é claro que estava com o Eurico Resende que era adepto do regime, era a favor, mas Stélio era uma pessoa que tinha, era possível dialogar, era uma pessoa que se dialogava com facilidade.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - O próprio Eurico Resende era maís pra democracia, ele era, tinha o João Calmon que ajudava muito a gente, que era senador da educação dizia ele né, que deu até uma rádio pra poder falar na radio, quer dizer tinha alguns políticos.

Sebastião Pimentel Franco: - Mesmo que eram pessoas simpatizantes do movimento, não criavam obstáculos.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Não criavam tanto obstáculo, não criavam, não se se é porque estado era pequeno, não sei, eu só sei que nos momentos mais duros, eu sempre tinha alguém que me levava pra fora desse país.

Sebastião Pimentel Franco: - Até a coisa amainar e poder voltar né.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Tinha isso né.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, o que eu queria perguntar era basicamente isso.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Eu não tenho muita coisa a dizer, a não ser...

Sebastião Pimentel Franco: Não, tem sim, a senhora falou muita coisa importante, mas se a senhora quiser ainda finalizar, fique a vontade aí, use o tempo que quiser.

Mirtes Bevilacqua Corradi: Eu acho que todos nós temos muito trabalho ainda pela frente, se a gente pensa que mudou, mudou muito pouco né, a gente diz – Ah porque tem eleições, não quer dizer nada, a gente tem que mudar a legislação que ta aí vigente que, a gente já dizia antes em setenta e, oitenta, eu tenho até um livro, na época nós escrevíamos da necessidade do povo que é, as creches para as mulheres poderem trabalhar fora deixar seus filhos, que ate mesmo saem pros seus locais de trabalho e creches nos locais de moradia, porque a gente sabe que a criança se forma de 0 a 7, mas infelizmente até agora nenhum governo ainda entendeu que o ser humano se forma de 0 a 7, aí você ta vendo aí o que tá acontecendo, tanta morte, tanto assassinato, tudo isso porque a escola está falindo e além do mais o magistério não é mais o mesmo, precisava a universidade trabalhar mais, viu.

Sebastião Pimentel Franco: - Na verdade nós avançamos pouco né.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Avançamos muito pouco, eu acho! Eu vejo assim, eu tenho muita preocupação com esse Brasil pra frente, pros meus netos, tenho muita preocupação.

Sebastião Pimentel Franco: - Eu acho que também hoje, há uma acomodação muito grande também. As pessoas tem uma critica, mas elas, é...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Eu fiquei muito animada ano passado quando as pessoas foram a rua.

Sebastião Pimentel Franco: - É, não deu em nada, morreram na praia.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Nada aconteceu, usaram pessoas infiltradas pra poder não ter que o movimento fosse à frente, mas que os país e as mães estavam indo pra rua querendo mudança, mas paro, por causa daqueles como é que chama aqueles camaradas?

Sebastião Pimentel Franco: Bloc, Black Bloc, Black bloc.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - São culpados da coisa não avançar, eles são culpados, e quem são eles? Cara tampada me parecia muita coisa parecida antigamente, entendeu? Infiltração. Porque a gente tinha infiltração em tudo quanto é canto, eu tinha infiltração no movimento dos professores, a gente nem sabia quem era, a gente trabalhava porque nós queríamos mudança, mas a gente sabia que tinha, a gente sabia os riscos que tava correndo né, tanto é que meu casamento acabou, meu

marido sabia, ele era da Vale do Rio Doce, era de direita, tadinho. Casou comigo, ele perdeu tempo comigo, tenho pena dele, gente boa.

Sebastião Pimentel Franco: - Nós, é, nós tamos fazendo um levantamento de toda documentação que existe do DOPS a cerca de pessoas que foram vigiadas, perseguidas pelo regime, a gente ta fazendo esse levantamento, e depois que a gente levantar tudo o que a gente encontrar a gente tira uma cópia pra senhora.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - A eu gostaria de ter copias dos meus dados, do que eles escreviam sobre mim na minha ficha, eu devo ter ate ficha fora, eu não sei.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - A gente fazia um movimento grande pelo Brasil a fora do Acre ao Rio Grande do Sul e a bandeira nossa era aposentadoria aos 25 (vinte cinco) anos, tudo aquilo que os professores queriam, mas na verdade nós estávamos ainda organizando o magistério, e eu fui falar num ginasiozinho, ginásio, aquele ginásio lá Beira Rio, no Rio Grande do Sul, de repente um companheiro me pega me puxa pela mão, me leva, me bota numa garupa, eu morrendo de medo numa motocicleta, eu desapareci, com certeza eles sabiam que ia acontecer alguma coisa comigo, depois eu fui chamada a ir a Mato Grosso, Cuiabá, eu fui toda animada, eu tinha uma amiga lá, Ivone minha amiga, quando eu chego, Ivone tava morrendo de medo, disse Mirtes tá um perigo pra você, todo mundo comentando que ta vindo uma subversiva por aí, quer dizer o Brasil todo sabia, eu era subversiva, e eu mesmo não tinha essa noção do que era a subversão, eu sei o seguinte que de lá eu saí também corrida, então teve vários estados federais que aconteciam isso, eu ia e tinha que sair, o mais interessante foi esse da moto que eu nunca tinha andado de moto.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas quando você fazia isso, você, assim, os professores, a maioria vinham com um propósito que era os seus direitos, claro que depois isso tomara outra direção. Mas vocês, enquanto estavam organizando, o objetivo de vocês era também buscar o direito ou vocês já tinham essa intenção?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Já era com a intenção de acabar com a ditadura.

Sebastião Pimentel Franco: - E quem é que, vamos dizer assim, que é que era mentora de vocês? Porque vocês tinham que ter alguém que...

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Era o partidão né?

Sebastião Pimentel Franco: - Era o partidão.

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Era o partidão, tinha os companheiros do PCdoB né, que era as pessoas que, Clementino me ajudava no partidão e já morreu também, Giocondo, tinha as pessoas que a gente entrava em contato.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas o partidão que era o que...?

Mirtes Bevilacqua Corradi: - Por fora né, sem aparecer.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas tinha célula dele nisso aí?

Mirtes Bevilacqua Corradi: Tinha célula do, tinha, tinha o Giocondo Dias, a esposa dele é capixaba, a gente se encontrava né, tinha o Amazona, João Amazonas, são pessoas que tavam sempre, tinha um certo contato, às vezes não pessoalmente, mas tinha maneira de chegar até a gente, tinha.

Sebastião Pimentel Franco: Eu tô satisfeito!

Mirtes Bevilacqua Corradi: tá?

Sebastião Pimentel Franco: muito!

Elio Ramires Garcia

Nascido em 09 de maio de 1943, na cidade de Ituêta, Minas Gerais, sendo o mais velho, dos 9 irmãos. Sua família chegou ao Espírito Santo em 1948, indo residir em Vila Velha. Cursou o primário no Grupo Escolar "Vasco Coutinho", em Vila Velha, o ginasial e o colegial, no Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória. Ingressou em 1965 na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Curso de Ciências Econômicas.

Atuou no movimento estudantil secundarista e no movimento sindical. Integrou a diretoria da União Espíritosantense de Estudantes (UESE) como secretário e como vice-presidente, no período de 1961 a 1964. Em setembro de 1963, foi eleito para a diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio do Espírito Santo. De 1957 a 1963, período em que cursava o ginasial, trabalhou como comerciário e em função de ter sido eleito para a diretoria do sindicato dos comerciários, foi imediatamente demitido. Posteriormente foi aprovado em concurso público e tornou-se bancário e empregado do Banestes S/A, quando do golpe militar, em 1º de abril de 1964, perdeu ambos os mandatos.

Em 1965, em função do risco de ser preso, abandonou o emprego e passa a viver na semi clandestinidade e, em 1966, procurado pelos órgãos da repressão, abandona o curso na UFES e passa à clandestinidade. Clandestino, trocou a identidade algumas vezes e a reassumiu, após a Lei da Anistia de 1979, no ano de 1983. Militante do PCdoB, durante o período do regime militar só não foi exilado ou condenado em qualquer processo, tendo enfrentando todas as demais vicissitudes vivenciadas pelos que resistiram à ditadura.

Reside na cidade de Colatina, Espírito Santo, desde 1975, onde atuou nos partidos políticos MDB e PMDB, do qual foi secretário da comissão executiva municipal em 1982, com o nome de Eliodir Garcia Ortega. Posteriormente, em 1983, fez nova filiação ao PMDB, do qual foi novamente secretário municipal com o nome legal de Elio Ramires Garcia. Aposentado em 2008, aos 65 anos, como comerciante, retorna aos bancos escolares em 2006, quando de sua graduação em História e conclusão dos cursos de Especialização em História do Brasil e Mestrado em História Social das Relações Políticas, na Ufes.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 23 de outubro de 2014, às 13h30, na sala da Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco: - Elio, a gente queria conhecer um pouco desse momento que nós vivemos na nossa historia brasileira que foi a partir do golpe de 64. O que a gente queria é que você fizesse uma contextualização da época não só da que antecedeu, mas também da época e o cenário que você vivenciou quando do momento em que o golpe foi instalado aqui no Espírito Santo.

Elio Ramires Garcia: - Em primeiro lugar quero agradecer ao convite da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, saudando a Comissão através do professor Sebastião. A minha fala tem um recorte temporal, faço uma rápida passagem a partir da crise civil militar de agosto e setembro de 1961 e o meu limite no Espirito Santo, eu só estive aqui até 1966, então esse é o meu limite de tempo das coisas que eu vivi que presenciei e ou que eu ouvi dizer, ou que tomei conhecimento ou participei.

Sebastião Pimentel Franco: - Elio, então você viveu o momento em que o golpe aconteceu e que a repressão estava a todo vapor embora ela continuasse posteriormente, mas já em 1966 já tinham posições contrárias ao golpe, até porque o golpe aconteceu numa perspectiva de que muita gente apoiou acreditando que ele acabaria logo, mas que demorou mais do que se imaginava inicialmente.

Elio Ramires Garcia: - Estabelecido esse recorte temporal a respeito das coisas e do período que eu vivenciei, e coisas que eu ouvi dizer e coisas que eu e li, e confirmado através de relatos de algumas pessoas, inclusive por meio de relatos do Claudio Antônio Lachini, que me deu uma entrevista. A conjuntura política antes do golpe: o presidente era o Jânio Quadros que determinou ao vice-presidente que fizesse uma viagem a China para entabular negociações de natureza comercial. O vice-presidente João Goulart (Jango) estava na China quando o Jânio renuncia, denuncia umas tais indefinidas forças ocultas, que com isso tal razão ele renunciava, que até hoje não esta explicado, a meu ver esse episódio não foi explicado até hoje. Constitucionalmente deveria tomar posse o vice-presidente da República, mas os 3 (três) ministros militares: da guerra, da marinha e da aeronáutica-, vetaram a posse de Jango, porque ele era sindicalista ligado ao partido comunista - as razões foram várias, isso motivou uma mobilização popular capitaneada pelo Leonel Brizola através de uma cadeia de rádio, o pais inteiro se manifestou contra uma tentativa de golpe e contra o impedimento da posse do vice-presidente constitucionalmente eleito, e eleito realmente, naquela época o vice-presidente não tinha os votos do presidente não, eram candidatos em separado, uma coisa foi eleger o Jânio Quadros e outra coisa foi eleger o Jango. Eram chapas distintas. Em decorrência do triunfo do momento em que barrou um golpe, criou-se um ambiente de muita euforia, houve uma vitória, barrou-se um golpe militar que não era hábito no Brasil, até aí os militares se manifestavam e liquidavam, mesmo manifestando a favor da constituição. Mas foi uma tentativa de golpe barrada por mobilização popular capitaneada por Leonel Brizola e que gerou um ambiente de euforia, e é nesse ambiente de euforia que o movimento popular começa a cobrar ânimo. Aqui no ES depois da renúncia e do triunfo da resistência, essa euforia é demonstrada pelo início de atividades de uma série de organizações de natureza popular, por exemplo: o Conselho Sindical começa a atuar; a UEE comanda a greve de 1/3 (um terço) de representação na Universidade. Nesse período, logo em 62, é fundada a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo-FETAES. Então é a partir do plebiscito que os movimentos populares ganham uma ousadia que nunca tinham tido, um protagonismo político que era incomum aqui em decorrência do triunfo de se ter conseguido barrar

o golpe de 61 e da vitória no plebiscito da restauração do presidencialismo, dia 06 de janeiro de 1963. A atuação do Conselho Sindical representando por minicentral sindical, representando os sindicatos dos comerciários, dos bancários, da Estiva, de Arrumadores, da orla marítima, eram filiados ao Conselho Sindical que coordenava. E geralmente era o partido Comunista quem dirigia, alguém do Partido comunista, me lembro do último presidente que era o Manoel Santana, que era do PCB. Nesta época era só o PCB. Então tinha ação do Conselho Sindical, atuação do sindicato dos trabalhadores, principalmente os da orla marítima eram muito ativos. Eu me lembro até de um sindicato e uma categoria profissional pouco ativa e que foi para a rua ameaçando fazer greve, passeata que era o sindicato dos comerciários, eu era comerciário nessa época. Ação dos conselhos, dos sindicatos, das entidades estudantis: a UEE a parir de 1960 ela teve uma série de dirigentes e diretorias identificadas com as questões dos estudantes: a reivindicação da reforma do ensino, a questão da representação do um terço nos colegiados universitários, e a UEE teve em 1960 como presidente um oficial PM, acadêmico de odontologia Wlamir Coelho, no ano seguinte, acho que de direito, Nice Fornazier, em 1961, em seguida Dilton Lyrio, em 62 e Jaime Lana Marinho em 63 e José Monteiro Neto eleito em 64 depois do golpe, mas eleito, em eleição direta. Eram diretorias ativas e que tomavam posicionamentos políticos junto às outras entidades do momento popular, juntos se representavam e se faziam presentes nas atividades do Conselho Sindical desenvolvendo atividades como, por exemplo, o curso de programa brasileiro, que era operacionalizado pela UEE, apesar de ser uma iniciativa do Departamento de Educação e Cultura da UFES, cujo diretor era o Padre Franz Rudio, o Stélio Dias era o diretor Coordenador e Claudio Lachine era o secretário, eles organizavam os cursos de programas brasileiros, o que era isso? A cada mês mais ou menos, a UFES convocava uma personalidade pra vir a Vitória discutir uma das questões candentes da problemática nacional naquela época, por exemplo, me lembro de ter visto uma conferência do Deputado Demistocles Baptista, deputado federal pelo Rio, presidente do sindicato dos trabalhadores ferroviários da Leopoldina, que veio a Vitória discutir reforma agrária, Hélio Jaguaribe veio discutir as propostas do ISEB para o nacional desenvolvimentismo, me lembro de Lacerda, não fui ver a conferencia, mas o Lacerda também foi convidado para fazer. As conferencias eram realizadas no auditório do Colégio do Carmo, além disso a UEE, já depois do plebiscito, um pouco mais a frente, ela organizou um curso de formação de monitores com base no método de Paulo Freire para desenvolver trabalho de atividade na área da alfabetização. É claro que isso o Renato Soares disse que isso não foi a frente em função do golpe, mas o Renato está enganado, porque o Perly deu aula, formado monitor pelo método Paulo Freire, e eu também. Patrocinado com a UEE em convenio com o MEC. Então essas atividades além de ter a greve por 1/3 (um terço), foi por essa época, tinha um protagonismo político muito grande a UEE, a UESE teve em 1961 o primeiro presidente independente eleito na era após José Carlos Nassif, foi Américo Secomandi Zamprogne, foi eleito em 1961, presidente da UESE e se enquadrou junto com a UBES, naqueles movimentos de estudantes, passe livre, representação estudantil, contra aumento de anuidade que era a grande bandeira da UBES, se fazia aqui a UESE, inclusive distribuindo o jornal da UESE. Lembro-me disso, pois eu integrei a diretoria de 1961, era

secretário de alguma coisa lá, nem me lembro o que era. Essa diretoria foi confirmada e ampliada com participação da esquerda em 1963, Perly, por exemplo, era representante da UESE junto à frente de mobilização; Iraque Alves Tristão era representante da UESE junto ao Conselho Sindical; Luis Antônio Lourenço Rodrigues era diretor do CPC da UESE e Élio Garcia Ramirez era vice-presidente, alguém botou meu nome lá. Em 1962 foi fundada a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no 2º Congresso Estadual dos Lavradores, foi realizado no auditório do Sindicato dos Arrumadores, tinha presente lá 30 (trinta) delegações de camponeses que foram organizadas pelo partido Comunista Brasileiro, foram organizando e tirando delegados e acabou juntando 300 (trezentos) delegados, em julho de 1962, aí surge a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que substitui a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do ES, que tinha sido fundada em 1957.

Sebastião Pimentel Franco: - Na verdade, quando há uma tentativa de um golpe em 61, que ele acaba fracassando, ele vaí fortalecer, vamos dizer assim, os movimentos que se contrapunham ao regime instituído e ao regime que se pretendia instituir. Parece que no ES isso é muito significativo, pelo que você coloca, ou seja, aqui está se constituindo um grupo com identidade popular, com atividades efetivas, que por sua vez também vão ensejar a possibilidade de realmente se começar ter uma preocupação grande em cima dessa atuação desses movimentos, ou seja, que poderia ser assim a grosso modo uma boa justificativa para o golpe acontecer Como era essa organização? Era uma organização que era fragmentada, ou seja, cada qual fazia a sua parte ou havia mesmo uma integração desses vários grupos? Era algo orquestrado mesmo ou era cada um mesmo atuando na sua linha e preocupado com seu problema em resolver a sua solução?

Elio Ramires Garcia: - Até o final do primeiro semestre de 63, eram atuações dispersas, a UESE tocava os seus projetos, a UEE, o Conselho Sindical, a FLATAES, mas, em 63, no final do primeiro semestre, foi criada uma organização chamada Frente de Mobilização Popular, todos essas entidades tinham representação no conselho da frente, a UESE, a UEE, o Conselho Sindical, a FLATAES, comando dos trabalhadores intelectuaís, que foi fundado nessa época, presidido por Ethereldes Queiroz do Vale, lembro disso, que comandava a intelectualidade aqui, em função não do governo Janio, mas da reforma de base, todas as atividades dessas entidades eram voltadas no sentido de fazer o país avançar e para isso o caminho indicado era uma reforma de base, que pelo menos se considerava.

Sebastião Pimentel Franco: - Tenho curiosidade de saber, pois, tivemos uma entrevistada aqui com a Professora Mirtes ela falou sobre a atuação do movimento sindical de professores que se organizou em grande parte através das ações dela, mas ela disse que isso era capitaneado pelo partidão, nesse caso aqui existia também um partido político que ajudou na aglutinação dessas entidades, uma decisão de uma corrente política, ou não, é uma coisa que surgiu voluntariamente, sem decisão de uma corrente política?

Elio Ramires Garcia: - Uma decisão de uma corrente política, por exemplo: o representante do CTI na gente de mobilização era do PCB, Antonio Azevedo. O Conselho Sindical era dirigido pelo partido comunista, não que todos os dirigentes sindicais fossem do partido comunista, por exemplo, o meu sindicato não era do PCB, mas atuávamos juntos com o PCB, mas de gráficos, alfaiates. Mas o PCB não tinha uma representação forte na UEE, nessa época antes do golpe era a JUC, e representante da JUC e tinha proeminência era Stélio e Rita Resende.

Sebastião Pimentel Franco: - A JUC nem deveria ser comunista, pois era cristã. Não vai pelo comunismo.

Elio Ramires Garcia: - O partido comunista praticamente não tinha representação, não tinha influência no movimento estudantil, o movimento estudantil era dirigido pela JUC. Mas que também a partir do final 1963, guina a esquerda a partir de posicionamento da própria igreja católica, uma parte da igreja católica, me lembro de uma organização SABU- Sociedade Amigos do Brasil Urgente-, que era um jornal de Valadares, dirigido por Frei Carlos Josafá. Com relação a FLATAES, com relação ao Conselho Sindical e ao Comando dos Trabalhadores Intelectuaís, havia a presença e a interveniência forte do PCB, mas no movimento estudantil nessa época não. O movimento estudantil no final de 1963 ele tinha Américo Zamprongne que era independente, na diretoria só tinham 2 (dois) do PCB, e 2 (dois) do PCdoB. Os secundaristas tinham pouco peso, somavam, davam conselhos da frente, etc. Em 30 de outubro de 63 a frente de mobilização organizou um comício na Praça Oito. Era o comício das reformas, veio o Jango, ele veio fazer uma inauguração na Ferro e Aço e a Frente organizou um comício e encheu a praça oito, estudantes serviam para vaiar o prefeito que tinha uns 2 ou 3 meses antes, derrubado barracos, os estudantes serviam para fazer bagunça, agitação, vaiando o prefeito: - Quero o meu barraco. O Antônio Carlos Pimentel Mello me lembrou de uma palavra de ordem que se gritava lá: _ Cuidado presidente, tem gorila no palanque, na hora do Solon Borges Marques falar. Mas na verdade, eu tenho a opinião que o movimento estudantil era mais de cúpula, enquanto que o movimento sindical não, esse tinha base, todos os sindicatos representavam um punhado de sindicalizados. A atividade da UEE era muito maís avançada que as atividades dos secundaristas, que se fazia presente, chegavam junto, na campanha de fundação de sindicatos rurais os diretores da UESI estavam presentes: eu, o Perly, viajando o estado todo, criando sindicatos rurais já em 1963, depois do estatuto do trabalhador rural com Almino Afonso, que é abril de 63. Exatamente essa agitação aqui e no pais, e aqui era significativa, é o que propicia o golpe de 64, a motivação do golpe, a direita não admitia de forma alguma que camponês quisesse reforma agrária, que estudante quisesse reforma universitária, que as massas urbanas quisessem reforma urbana, e que no bojo disso aí havia uma pregação anti-imperialista forte, conteúdo nacionalista era muito forte, me parece que essa, entre outras, não menos importantes, e taí o professor Carlos Fico que fez uma revisão disso aí das razões do golpe aqui. Nesse mesmo período a direita também se organizava, por exemplo, Elson Pinheiro Cordeiro capitaneava a banda de música na assembleia, ele era o antijanguista aqui, que inclusive ia para a tribuna criticar o comunista Dom João Baptista da

Mota e Albuquerque, se organizava grupos de estudantes em cidade secreta, clandestina, uma delas é o Movimento Anticomunista (MAC), outro Comando de Caça aos Comunistas, que eram muito violentos na retórica, não chegaram a praticar nenhuma violência antes do golpe. Mas era muito retórica: - Mate um comunista por dia! Eram grupos de estudantes organizados no MAC, me lembro de 02 (dois) deles, eram meus colegas de classe.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, mas instituído o golpe e aí?

Elio Ramires Garcia: - Aí, houve a ruptura do processo democrático e elementos mais que existiam na circunstancia antes do golpe, passam e transitam no momento pós-golpe, mas na oposição. Primeira prisão, que eu me lembro, Iraque Alves Tristão, quem me relatou foi ele mesmo, depois de uma passeata de estudantes, que saiu da UEE, no dia 1º de abril.

Sebastião Pimentel Franco: - Quem era o Iraque? Elio Ramires Garcia: - Iraque Alves Tristão era um secundarista, comerciário e representante da UESI junto ao Conselho Sindical, esse era o Iraque, e estava na passeata, numa passeata onde Renato Viana Soares e Perly Cipriano carregavam um quadro: abaixo o golpe, alguma coisa assim. Iraque saí dali com Max Mauro, que diz assim: chama o moço ali para participar da passeata. Tinha saído da sede do CEU-Clube dos Estudantes Universitários, na Ladeira do Vintém, onde era a sede do CEU, desceu pela Treze de Maio, passou pela Praça Oito, não me lembro onde subiu, e foi ela e pediu para falar com o governador Chiquinho que veio à sacada e fez um discurso: um discurso milico "estou com a legalidade e a ordem". Mas acabou recebendo uma comissão de 5 (cinco) estudantes: 3 (três) universitários e 2 (dois) secundaristas, eu lembro do nome de 3 (três): Roberto Pinheiro Gomes, Presidente do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica; Iraque que era representante da UESI no Conselho Sindical; o outro era o tal vice-presidente da UESI, Elio Ramires.

Sebastião Pimentel Franco: - Esses três estão vivos ainda?

Elio Ramires Garcia: - Menos o Roberto. Vivos estão o Iraque (que está com Alzheimer) e eu. Tem que perguntar ao Stélio quais os outros nomes da comissão, não me lembro. O governador nos disse exatamente o que disse da sacada: eu estou com a legalidade e com a ordem. Na verdade ele já estava mancomunado, tem uma entrevista dele para a Revista Capixaba, onde ele relata que 02 (dois) dias antes ele esteve com dois oficiais da PM mineira, ou seja, o resultado é que depois da passeata, já dispersados da passeata, Iraque vaí convidar um cidadão que era da PF, o sujeito deu voz de prisão a ele. O Iraque foi o primeiro preso do ES, foi preso no quartel do 3º PC. Posteriormente eu sei de Max preso, Dias preso, um punhado de gente esteve preso por lá, mas, o primeiro preso foi Iraque Alves Tristão, de família comunista.

Elio Ramires Garcia: - Uma semana depois do golpe, um primo meu foi preso e Lachine relata naquele livro que uma semana depois um colega de faculdade convidou ele para vir falar com o delegado de Ordem Política e Social, na chefatura, que era na Treze de Maio. E Lachine relatou pra

mim, disse quem mais estava preso, ele viu preso o Jaime Lana, ele não se lembrava de mim de jeito nenhum, ele é mais velho que eu. Lachine, eu te conheço rapaz! Teve um dia que você ensinou aos seus mosqueteiros lá da faculdade de direito, tinha um português, o Xerxes Gusmão Neto, e tinha um Baiano, Exuperio Tavares, você ensinou a eles uma música, eu cantarolei a música e ele cantou o resto. Eu me lembrava até da música que ele ensinou.

Sebastião Pimentel Franco: - Quando o regime entrou em vigor uma onda de perseguição se estabeleceu de pronto?

Elio Ramires Garcia: - Isso que eu ia dizer para o senhor. Uma semana depois, acabam sendo presa cerca de 40 (quarenta) pessoas, presos na chefatura de polícia, a maior parte deles foram transferidos para o Quartel do Corpo de Bombeiros na Praça Misael Pena, de imediato os sindicatos (a maior parte) sofreram intervenção; as entidades estudantis foram lacradas por policiais e eu estava na UEE quando aconteceu, o nome do policial era Jairo Marçal no dia 1º de abril a tarde, era agente do DOPS, ele era de Vila Velha, ele pedia para os estudantes que ainda estavam na UEE para desocuparem o prédio, e passou aquela fita amarela, os sindicatos sofreram intervenção, uma semana depois começaram as prisões, primeiro eram presos na Chefatura de Policia, na Rua Treze de Maio e depois eram transferidos de ônibus, segundo Lachini no livro dele, para o Quartel da PM, que eu tenho conhecimento foi preso no 3º BC só o Iraque no primeiro dia, o 3º BC já fazia parte dos possíveis estabelecimentos prisionais, que veio se acentuar com posteriormente com o decorrer dos anos, com o aumento da resistência, maior atividade da resistência, o pessoal todo do PCdoB foi preso lá na ala vermelha.

Sebastião Pimentel Franco: - Com o golpe você fala de intervenções, de prisões, isso então você esta dizendo que houve uma desagregação completa desse grande contingente de pessoas que se aglutinavam antes? E o que aconteceu com esse movimento que eram organizados antes?

Elio Ramires Garcia: - Perplexidade! Os segmentos populares têm seus posicionamentos invertidos: passam de situação, no período anterior, para oposição, consumado o golpe. As sedes das organizações populares são fechadas, lacradas, dispersados os seus dirigentes sob ameaça da repressão e por receio de prisão, muito natural. A Praça Oito era o centro nervoso das discussões políticas em Vitória, tinha uma banca de jornal e 02 (dois) cafés. Depois do golpe esse pessoal todo reflui e passa a se reunir à noite nos bancos da concha acústica, no Parque Moscoso, uma ou duas dezenas de pessoas à espera de um contra golpe, de uma reação, à espera de notícias, mais os estudantes, os trabalhadores não, o movimento camponês começa a enfrentar grandes dificuldades, os dirigentes de Cotaxé são convocados para virem à policia federal, e são condenados pela justiça comum inclusive, há uma debandada do movimento camponês e do movimento sindical, o golpe desmantela o movimento, o Lachine coloca isso no livre dele. Menos o movimento estudantil, com a facção da igreja eu não tenho conhecimento. A igreja atuava me lembro de uma moça da cáritas, que

coordenava a atuação da igreja com o movimento estudantil, não me lembro do nome dela, igreja ainda era JUC, havia um golpe de esquerda independente que era Laquine e Xerxes, e havia o bloco do PCB que era José Cipriano da Fonseca, primo do Perly e Nelson Ortega, meu primo, universitários do PCB.

Sebastião Pimentel Franco: - E você? Quando o regime foi imposto o que aconteceu com você?

Elio Ramires Garcia: - Eu passei de liso, não fui preso em 64, afinal de contas eu era insignificante. O Américo Zamprogne me falou uma vez: - você que era do PC não respondeu processo e eu fui condenado a seis meses, eu disse - eu não assinava nada, quem fazia isso era você. Quem fazia discursos em nome da UESI era Luis Antônio, eu não! Eu contribuía, mas não era nem uma personalidade, então não me aconteceu nada. Em 64 concluí o curso médio no Colégio Estadual; em 65 algumas pessoas eram presas e diziam: - perguntaram por você. Eu pensei a coisa vaí engrossar para o meu lado, eu vou acabar sendo convocado pelo pessoal, isso não é muito bom. Acabei e aproveitei e saí do estado, saí do país, inclusive, fui para Europa e por lá andei um pouco maís. Não fui o exilado clássico que saí para viver fora do país por opção, saí prevendo o que podia acontecer, mas com a ideia de voltar, e realmente voltei. Voltei em 66, eu tinha informações sobre o que acontecia aqui, me lembro que tínhamos um grupo de 10(dez) pessoas, nos encontrávamos na Suíça, e no exílio a parentela, família é uma coisa muito importante, que importância tem família! Os familiares encaminhavam noticias, sobre as coisa que aconteciam aqui, porque ainda não havia uma organização da repressão, suficientemente hábil no sentido de impedir correspondências. Por correspondências que se passavam nomes de presos, quantidades de presos, circunstancias de prisões, para os grupos de anistia que atuavam na França, principalmente. Sabendo disso eu acabei voltando em 66 em condições de semi clandestinidade, não morava mais em casa, voltei para Vitória, isso acabou me rendendo a possibilidade de fugir. Em setembro de 66 um grupo do exército foi à casa do meu pai, em Vila Velha, eu morava em Vitória, escondido, não dizia para ninguém onde morava, agora acabou o Espírito Santo, vou embora. Desapareci. Fiquei no país ainda em 66, troquei de nome, essa parte das vicissitudes pessoais, eu queria deixar bem para o final. Já nos reunimos na concha acústica, já vimos prisões uma semana após o golpe. O Renato Soares dá uma boa relação de gente que foi presa, ele não cita o Helcio Alves da Mota, presidente do sindicato dos comerciários, preso, mas cita Ademar de Oliveira Neves; Mauricio de Oliveira; Hermógenes Lima Fonseca; Rubens Gomes; Bianor Ribeiro, que é Delegado do Trabalho; Augusto Carlos Calmom Nogueira da Gama, que é Presidente da Comissão da Frente Mobilização Popular, um sujeito empolgado, um orador empolgado, fez um discurso maravilhoso no comício do Jango; Benjamim Campos, que tinha sido Deputado Estadual eleito pelo PCB, em 1945; e Mário Maínardi, que era um intelectual comunista conhecido. O Renato cita o pessoal basicamente ligado ao Partido Comunista, menos Rubens Gomes, que se dizia que era do Partido Comunista, mas não tinha filiação explicita, tinha proximidade, mas não era filiado. Em Cotaxé já tinha intervenção no sindicato, a ação da repressão contra os camponeses: a liderança era convocada pela Polícia Federal. Intervenção dos sindicatos e aí uma

cassação de mandato, aí até um fato curioso, o prefeito de Jerônimo Monteiro Sr. Nicolau, mandou um telegrama para o presidente de república, para Castelo, que não reconhecia o governo dele, ele e 4 (quatro) vereadores, me lembro que estivemos lá na inauguração da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ainda em 63. Como ação organizada na cidade, na madrugada do dia 22 para o dia 23 de junho de 64, os estudantes picharam a cidade, picharam em Paul, picharam o prédio da FAFI, a entrada da Escola Técnica, as pichações diziam: Abaixo a ditadura! Fora o imperialismo: palavras de ordem normais. 52 (cinquenta e dois) dias depois do golpe, isso saiu na matéria de primeira página da Gazeta: Vândalos picham a cidade! Pichada a cidade: Condenação aos militares! Por participação pessoal, sei de relato de quem teve na escola técnica, por exemplo, o que aconteceu, o que picharam, eles estavam apavorados, pois na FAFI - Faculdade de Filosofia, picharam "a bicho a ditadura"! Foi a primeira ação publica, ainda que clandestina, contra a ditadura. Inicio de resistência e de demonstração de alguma mobilização, era coisa de estudante, coisa de Pedrinho, Zezinho, de Antônio Caldas Brito, José Cezar Leite. Eu queria registrar isso aqui, o pessoal está esquecendo: 9 de abril de 1965 houve uma manifestação pública aberta, uma conferencia do badalado jornalista Marcio Moreira Alves, no auditório do Centro de Saúde, a UEE fez o convite a Márcio e Oswaldo Oleare já anunciava em novembro que a UEE tinha feito esse convite, e acabou realizando porque a Âncora convidou o Márcio para fazer o lançamento de um dos livros dele: "A Velha Classe", que eram os militares tomando o poder. Ele era um famoso jornalista, combatente da ditadura, já naquela época no Correio da Manhã, ele veio a Vitória e fez uma conferência no Centro de Saúde, a convite da UEE, o presidente em exercício já era o José Cipriano da Fonseca (acadêmico de medicina), que havia substituído José Monteiro Neto, que renunciou, não sei quais as razões dele, e José Cipriano assinou oficio solicitando a Carlito Von Schilgen a cessão do espaço, ele mesmo não foi porque estava quase sendo preso. O mestre de cerimônia foi o jornalista de A Gazeta, Paulo Roberto da Costa (Paulo mentirinha), pai da Cintia da Gazeta. Paulo me relatou: "Em 66 acabei revirando o arquivo de a Gazeta e achei que a conferencia dia 9 de abril de 1965 foi a primeira manifestação publica contra a ditadura, uma atividade aberta, a primeira foi em junho do ano de 64, mas foi clandestina, essa não, foi aberta, foi pública. O Paulo foi lá e apresentou o Márcio, fez como mestre de cerimônia agradeceu a presença de todos e disse assim: e aqueles senhores lá da última fila, eu também quero agradecer a presença deles, podem se virar e olhar para eles, são agentes do DOPS, pessoal do serviço secreto do exercito, ele me relatou isso numa entrevista: na hora que eu acabei de fazer aquela papagaiada lá, fui passar o microfone para o Márcio e ele disse: você é doido? Mas foi mesmo muito louco.

Sebastião Pimentel Franco: - E o Paulo já morreu?

Elio Ramires Garcia: - Ele está vivo, falei com ele há 2 (dois) meses, e do ponto de vista pessoal o que eu fiz? Quem realizou essa atividade com o Marcio foi: Zezinho, Perly, Antônio Caldas Brito, Paulo Pedreira da Silva (estudante de engenharia da politécnica), que foi ao Rio e se encontrou com Augusto Calmon, que era Presidente da Frente de Mobilização, e aí Augusto coloca Paulo Pedreira em

contato com Márcio e acertam a vinda dele aqui, e Marcio vem e se hospeda num Hotel aqui na Praça Costa Pereira, do lado do Carlos Gomes, estive lá com o Márcio para acertar o horário de pegar e tal, e ele já ameaçado de prisão. O fato é que o movimento estudantil saiu na frente em pequenas atividades que acabou redundando na greve do RU em 67, e nas grandes movimentações estudantis de 68, depois do congresso da UNE, o congresso de Ibiúna, com a prisão da delegação capixaba, 13 ou 14 estudantes, o movimento estudantil veio para a rua, houve uma pichação exatamente na noite da morte do "Che Guevara"- 9 de outubro de 67, eu não estava mais aqui, mas o Renato me relatou e o Zezinho confirmou. Era um somatório, mobilizava pessoas, ampliava o numero de pessoas que participavam de determinadas ações, em 65 os trotes na UFES foram trotes políticos, me lembro de um trote da odontologia que a grande palavra de ordem que saiu lá era: "abaixo a dentadura", o pessoal de Filosofia: "Castelo é sinônimo da idade média"; fizeram passeatas, o trote da economia era: "Abaixo o ministro do planejaumento", era o Roberto Campos. Os trotes da UFES em 65, antes eram trotes de natureza política com palavras de ordem de gente que estava mobilizada na luta pelas reformas. Na educação, pela alfabetização rural, politização de adultos, esse pessoal é que se mobilizou logo depois do golpe, já estavam fazendo pichações, manifestações e trotes, mobilizando e realizando conferencias contra a ditadura, foi lá que começou a juntar no que acabou em 66 com o AI-5. Pessoalmente eu saio daqui, em 60 me filiei ao Partido Comunista, 61 eu estava na Diretoria da UESE, em 63 fiquei como vice na diretoria da UESE e no mesmo ano fui eleito para diretor do sindicato dos comerciários, a Gazeta deu uma nota sobre isso aí. Em 66 desapareci do ES; fui morar no Rio e já no PCdoB, me designaram para algumas atividades; trabalhei com uma organização de marítimos da orla; em seguida teve a incorporação de uma boa parte do PCB no PCdoB no Ceará, e eram estudantes; lá fui eu para o Ceará em 67; em 68 voltei para o Rio, pois tinham manifestações estudantis no Rio com uma efervescência enorme; voltei para atuar junto ao PCdoB em 68 e fiquei até 70. Tinha uma moça, ela e o marido, iriam sair para não sei onde para fazer não sei o que, o fato é que eles iriam sair de Minas-Belo Horizonte, e aí me mandaram substituí-los, aí fui eu substituir a Valquíria e o Afonso Costa em MG, que acabam morrendo no rio do Araguaía. Em 71 estou em Minas, mas aí já com documentação alternativa, eu já era José de Almeida Lima, e o Zé foi preso, escrevi um artigo e contei essa história um dia desse num artigo. Lá no Ceará, conheci um sujeito que era o presidente do DCE, antes do José Genuíno Neto, era João de Paula Monteiro Ferreira, ele estava num congresso em Curitiba, e acaba preso de novo, já tinha nome alternativo, e foi condenado e cumpriu pena de um ano, com nome alternativo, e um dia falando com um conhecido meu, amigo também do Perly, o Ozéias, lembra-se do João de Paulo? Como não vou me lembrar de João de Paulo, acabei montando um artigo dizendo o que era: repressão, clandestinidade e clandestino, e o estudo do caso de João de Paulo, com uma entrevista dele, perguntei e ele respondeu, e o José Alberto, nenhum dos dois foram descobertos, não descobriram quais os nomes deles.

Sebastião Pimentel Franco: - E você também não foi descoberto?

Elio Ramires Garcia: - Eu era o Zé, entrei Zé e saí Zé, e ainda maís fui absolvido no julgamento da

instituição militar, contra o Zé não tinha nada, o Zé não era estudante, não era trabalhador, não era coisa nenhuma, era um Zé Mané, não sei por que o promotor denunciou o Zé.

Sebastião Pimentel Franco: - Consta que o judiciário, as promotoria muitas delas, estavam a serviço do regime, ou seja, compactuava com o regime?

Elio Ramires Garcia: - Mais que isso, esses casos eram levados nas auditorias militares. Meu julgamento, por exemplo, foi na 4º auditoria em Juiz de Fora.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas o promotor é que insistia no caso de sua condenação? Ele estava a serviço do regime, ele não estava a serviço do cidadão, não estava a sérico da justiça, talvez isso aí era um promotor de injustiça e não da justiça.

Elio Ramires Garcia: - Estavam a serviço da repressão. A justiça militar foi montada nesses termos, de condenar todo mundo, se der colocar atrás das grades, em alguns casos ate reduziu pena, o João de Paula teve uma pena de dois anos e cumpriu um ano, o Renato Viana Soares aqui foi condenado há um ano e em 66, no quartel do Corpo de Bombeiros ele cumpriu pena de 6 meses, 6 meses depois foi liberado. E saí o Zé, troca de nome outra vez, aí virou Jesus Pedro da Silva, volta para o Ceará, estava havendo uma movimentação na AP, lá fui eu de novo para o Ceará, pois, já conhecia o Ceará, tinha ficado por lá quase dois anos, curiosidade: meu filho maís velho nasceu em Fortaleza, Cearense.

Sebastião Pimentel Franco: - E a família? Você ficou nessas idas e vindas de um lugar para outro, estava casado? Casou-se onde?

Elio Ramires Garcia: - Casado. Casado em São Paulo, com uma moça de Vila Velha, que era muito doida, depois do casamento, entramos num ônibus e perguntei a ela: Você sabe para onde você está indo? Ela disse: Eu Não! Estamos casados até hoje. Ela não é militante. Era minha noiva, resolveu casar comigo e pronto! E comeu o pão que o diabo amassou: dois países aí , depois de vir para São Paulo, houve prisão, voltamos para o Rio, depois a São Paulo, gostaria de registrar uma coisa: o Zé vai para Fortaleza quase é preso outra vez, aí o nome não serve mais porque a cara dele foi descoberta, Zé não, o Jesus, em Fortaleza foi descoberto, não fui pego por pouco, aí o nome já não servia mais, porque tinha contrato de locação, aí tinha que trocar de nome, aí eu escolhi o meu nome, escolhi um nome parecido com meu nome, se alguém perguntasse seria parente, fui lá para Aimorés, com a família, falei com o irmão da minha mãe, preciso de uma certidão de nascimento, alistamento militar, e fazer uma carteira profissional, aí fui para São Paulo com outro nome, um tal de Eliodir Garcia Ortega, era o Hélio, o nome foi escolhido, fui para São Paulo e depois fui para Colatina, passei 8 (oito) anos lecionando em Colatina, fiz minha identidade em 1983, dia 13 de junho, é o que está hoje nesse identidade que uso, mostrei lá embaixo para poder subir. As prisões em 1971, sem muitos detalhes, mais DOI CODI, 71, vocês imaginam o que aconteceu? Foi o que todo mundo contou no país inteiro, quem foi preso no Amazonas, no livro do Perly, o Sargento dizia que era do Arroio ao Chuí, do

Oiapoque ao Chuí, todo mundo contou a mesma história, tortura do mesmo jeito, instrumentos era do mesmo jeito, capacete do dragão, maquineta de pimentinha, choque elétrico, afogamento, pau de arara, foi um dia de tortura, mas um dia.... dói, dói, dói. Mas o Zé continuou o Zé e tem o orgulho pessoal de dizer: aqui parou a prisão, aqui ninguém maís foi preso, depois de mim, parou. Um sujeito que tinha que fugir, o prendeu lá, era funcionário do Banco Central. Ele procurado foi no Banco Central. Fiquei preso por 90 (noventa) dias, 30 dias a autoridade tem para comunicar ao juiz a prisão, e pedir ou não a preventiva, com 60 dias pede a prorrogação da preventiva, com 90 dias prestei o meu ultimo depoimento lá para o homem, oficial do exercito brasileiro, chegou a conclusão de que eu era inocente, você é um bobo. Ele disse assim: você morava numa casa geminada? E ele foi me explicar o que era geminada. Eu disse: Ah, sim senhor! Agora eu sei o que é geminada. Passei no vestibular em 65, Ari da Silva integrava uma comissão de alto nível que assessorava o Padre Victor Franz Rúdio no DEC, comissão especial: Arthur Carlos Gerardt Santos, professor na Politécnica, Máximo Borgo Filho, reitor da UFES; José Leão Nunes, professor da UFES; Aly da Silva, professor de geografia econômica; Maria Cylene de Menezes, professora da FAFI e esposa de Berredo de Menezes, a única que não abonou as faltas de Renato Viana Soares. Além desses professores tinha: Roberto Cortes, Stélio Dias, Rita Rezende e Cláudio Lachini, que era diretor de divulgação e propaganda e Stélio Dias, era diretor operacional do CPB, que realizava as conferencias no Colégio do Carmo. Eu acho que é pouco maís que eu teria a dizer, uma coisa que eu queria dizer: Aqui tinha um movimento popular, aqui houve uma ruptura, uma mudança brusca e inesperada no nosso ponto de vista, na maioria das pessoas que militavam na esquerda, que não haveria golpe, não havia maís possibilidade de golpe, no dia 25, Prestes foi a um encontro do partido comunista e disse: Se os militares ousaram a levantar a cabeça, terão o pescoço cortado, uma bravata! Ele não tinha condições de resistir a coisa nenhuma, o Brizola disse depois que foi assim: eles foram chegando, foram abrindo as portas, dando umas chapeladas, não tinha ninguém para resistir. Mas depois começa os movimentos dos estudantes ativistas, começam a se mobilizar já em junho, em fevereiro com os trotes, em abril com a conferência do Márcio, e mais uma série de atividades.

Sebastião Pimentel Franco: - Elio, a gente agradece aí a sua disponibilidade de prestar tantas informações e indicações preciosas.

Elizabeth Santos Madeira

Nasceu em Alegre, sul do Espírito Santo, em 20 de janeiro de 1952, onde cursou o primário e secundário, mudando-se para Vitória em 1970, para cursar Universidade. Em Vitória, concluiu o terceiro ano secundário e entrou em 1971 no curso de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especializou-se em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), em Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), e mestrado em Saúde Coletiva da Ufes. Integrou a primeira e a segunda diretoria eleita do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo.

Atuou na área de Saúde Pública como funcionária pública estadual até 2006, quando se aposentou, tendo prestado serviço nas unidades de saúde de Porto de Santana, Vitória e Maruípe. Também atuou no órgão central da Secretaria de Saúde e, entre outros setores, participou da implantação no Estado de projetos de regionalização e municipalização da saúde, da Terapia de Reidratação Oral, da Polioquimioterapia em Hanseníase e na capacitação das equipes de saúde da família, como monitora do Curso Básico em Saúde da Família e docente do Curso de Especialização em Saúde da Família. Em 2006, ingressou na equipe de implantação do curso de medicina da Faculdade Multivix, além de ter atuado como coordenadora do internato médico até 2015 e como docente até 2016. Atualmente é estudante do Curso de Formação em Psicanálise.

Companheira de Rogério, mãe de Pedro Apoena, Manaíra e João Mauira, e avó de Lucca e Maya, é também irmã, tia e amiga de várias outras pessoas queridas.

Depoimento prestado a Agesandro da Costa Pereira e Sebastião Pimentel Franco, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 28 de outubro de 2014, às 13h35, na Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco: - Qual foi sua participação efetiva a partir do regime de exceção que se estabeleceu no Brasil? De que maneira você participou e se sabia o que realmente estava acontecendo?

Elizabeth Santos Madeira: - Sou de Alegre e cursei meu secundário lá. Em Alegre eu via alguma coisa do movimento secundarista. Teve uma manifestação estudantil na Praça e se não me engano foi contra o AI-5 (Ato Institucional), como eu era muito jovem, não tenho tanta certeza. Aquele movimento me despertou para o que acontecia no país. Havia também certo zum, zum, zum no meio estudantil sobre a questão dos movimentos na área rural de Alegre. Aquela coisa de Francisco Julião: - *"Você pega o caixotinho vai para o meio do campo, sobe em cima do caixote e fala"*, na verdade contra a ditadura. *"O País quer liberdade; é contra a ditadura; quer melhoria social; melhoria de condições de vida para as pessoas"*. Esse assunto me instigava, mas eu não participei em Alegre. Vim para Vitória para fazer o curso de Medicina que estava em plena efervescência dos estudantes, liderado pelo Diretório

Acadêmico, isso em fevereiro de 1971. Lutava por melhoria de condições de ensino. Os professores considerados ruins, os alunos se manifestavam contra, pedindo melhores professores Eu não me recordo muito, porque dei um apagão geral na minha cabeça. Desculpe-me se eu não lembrar muitas coisas! Havia também um movimento contra o acordo (MEC/USAID), sabe, Reforma Universitária, com os Estados Unidos mandando, era tudo muito efervescente. Ao mesmo tempo havia todo um movimento cultural na medicina. Hoje é até engraçado, quase impossível, pensar nisso, mas nessa época, era tudo na medicina da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) que liderava esse processo todo. Tanto se lutava dentro da faculdade pela melhoria do ensino como também se organizava muitos eventos culturais. Lotávamos o Teatro Carlos Gomes, o Teatro da AEI (Associação Espírito-santense de Imprensa), trouxemos o conjunto Nosso Samba, Egberto Gismonti, Clementina de Jesus e outros. Se você me perguntar como foi possível, não saberia responder, mas parecia muito natural na época. Evidentemente também tinha a luta contra a ditadura, por cerceamento das liberdades. Era esse o movimento da época em que eu entrei na faculdade. Devo dizer que graças a Deus, porque foi muito rico para mim. Nesse processo nos confrontávamos o tempo todo com as limitações trazidas pela ditadura, por exemplo, ensaiávamos e montávamos peça teatral. Naquela época, tudo tinha que passar pela censura. Daí, ensaiávamos, ensaiávamos e nunca conseguíamos apresentar porque sempre a censura proibia. Vivíamos dentro da própria faculdade a questão da limitação, da perda da liberdade.

Sebastião Pimentel Franco: - Havia uma efervescência, mas não era unicamente capitaneada pelos alunos?

Elizabeth Santos Madeira: - Não, mas o que relatei foi o meu primeiro momento onde eu só sabia da ação dos estudantes e do sentimento e da ação contrária à ditadura. Foi no meu primeiro ano. No segundo ano foi evoluindo meu entendimento, fui compreendendo mais. Entrei na nova diretoria do Diretório Acadêmico, conheci melhor as lideranças estudantis, como o Iran Caetano, que era do PCdoB. Também outra liderança, o Marcelo Amorim Neto e vários outros estudantes que também eram do PC do B e, assim, eu também passei a ter contato com o PCdoB que era para nós, estudantes, a única organização que permeava, que possibilitava falar, ter uma forma de luta contra a ditadura. Para os estudantes da medicina era natural se envolver com o PCdoB. Bastava ser contra o regime e querer lutar contra a ditadura.

Sebastião Pimentel Franco: - Vocês tinham uma efervescência, em contra partida, certamente o regime tinha uma ação em cima, o que era esse embate, de que forma a repressão agia?

Elizabeth Santos Madeira: - Sim, com certeza, mas claramente havia um professor, que era o Dr. Arildo Abreu, que quando havia manifestações ele ia até o Diretório, chamava todos, ameaçava, dizia o que poderia fazer ou deixar de fazer. Então o Dr. Arildo Abreu era a pessoa maís visível dessa coação ao movimento. Na verdade, o movimento acabou ficando mais quando houve o anúncio do

fechamento do Pronto Socorro do Hospital das Clínicas, o que acabou mobilizando todos, porque, evidentemente, você ser estudante de medicina e ser informado que não haverá maís pronto socorro! Mobiliza qualquer um que seja a favor ou contra o governo, isso não importa, porque todos queriam ter um espaço para a aprendizagem. Então, ao ser anunciado que a Prefeitura não iria mais dar o recurso para o funcionamento do Pronto Socorro, acabou unindo a faculdade. O movimento ficou muito mais fortalecido, mais organizado, com o PC do B se aproveitando deste fato para se envolver mais com os estudantes.

Sebastião Pimentel Franco: - A ação, vocês percebiam que era somente coerção?

Elizabeth Santos Madeira: - Nesse momento, sim.

Sebastião Pimentel Franco: - Não era uma ação mais efetiva?

Elizabeth Santos Madeira: - Nesse momento, não. Era uma coerção para intimidar, coibir os estudantes, mas com a ameaça de fechamento do Pronto-Socorro, fomos para a rua, fizemos passeata ; ocupamos a Câmara de Vereadores; entramos em contato com toda e qualquer pessoa que importante para a nossa luta. Houve uma grande adesão da classe estudantil e se falava: Ah, tudo isso tem a ver com a ditadura, com os Estados Unidos.

Sebastião Pimentel Franco: - Vocês percebiam professores simpatizantes com a causa?

Elizabeth Santos Madeira: - Sim. Victor Buaiz era um simpatizante e você poderia contar com ele sempre. Havia professores tanto contra, como a favor. Apesar de eu ser do Diretório, eu não era liderança, não era da cúpula, esses contatos de apoio eram maís da cúpula. Citei o nome do Vitor porque era visível para todos, mas tinha outros também. Tanto é que quando eu fugi, um professor me ajudou que foi o Dr. Victor Santos Neves e quando eu estava na faculdade, nem poderia imaginar que ele poderia ajudar, mas quando precisei, ele estava à disposição.

Sebastião Pimentel Franco: - Quando você fala, eu não fazia parte da cúpula, essa cúpula era mais constituída pelo gênero masculino ou feminino?

Elizabeth Santos Madeira: Com certeza pelo masculino, sem dúvida, imagina! Na década de 70 a mulher tinha que batalhar muito para conseguir alguma coisa.

Sebastião Pimentel Franco: Você acredita que a questão do gênero influenciava?

Elizabeth Santos Madeira: Ah sim, com certeza! Eu lembro que estava na biblioteca do Diretório porque na época quando se passava no vestibular o trote era: Cada aluno dava um livro de literatura para a biblioteca. No Diretório havia uma lista com os nomes dos livros a serem doados e você escolhia o que queria doar. Essa biblioteca era fantástica, com um grande acervo. Havia incentivo para os alunos lerem outros tipos de leitura que não fossem apenas as científicas. A polícia acabou

com essa biblioteca. Bom, um dia, nesta biblioteca, o Dr. Arildo Abreu fez algumas ameaças, dizendo que era para acabar imediatamente com aquele movimento a favor do Pronto Socorro. Eu pedi para falar e contestei o Dr Arildo. Ele olhou para mim de cima a baixo e disse: - Menina, seu pai sabe que você está aqui? Quer dizer, literalmente quis me jogar no lixo! "Que é isso! - Uma mulher! - O que está fazendo aqui"? Ele aceitava a contestação dos meninos, agora, nós mulheres, não podíamos nos posicionar. Nesse momento, já acontecia algumas atividades maís especificas contra a ditadura, por exemplo: o jornalzinho da medicina que era vendido, panfletos com noticia da época (eu distribuía). Então esse movimento que para mim começou educacional, cultural, acabou tendo uma evolução política, surgindo também "informativos", que denunciavam a repressão. Muitos estudantes passaram a sair à noite pichando muros com a frase: - "abaixo a ditadura". Eu fui em uma dessas ações. Enfim, meus crimes foram esses: - "Eu pichei muros; eu vendi jornal; distribuí panfletos. Foram meus grandes crimes"!

Sebastião Pimentel Franco: - Vocês faziam panfletos, saíam pichando e distribuindo jornal, quem fazia e quem financiava isso, era o partidão?

Elizabeth Santos Madeira: - Tínhamos o jornal que era da própria escola, do Diretório Acadêmico, e esse jornal era vendido para os estudantes. A venda era assim: uma edição vendida pagava a seguinte. O jornal saía da gráfica, era empilhado em uma mesa na entrada do restaurante no campus da medicina, com uma caixinha ao lado. As pessoas pegavam o jornal e colocavam o dinheiro dentro da caixinha. Até hoje acho isso impressionante! Todos pagavam. Eu imagino que aquele dinheiro talvez não cobrisse as despesas, para mim naquela época, cobria, para mim era a única fonte de recursos. Talvez houvesse recurso do PC do B, não posso afirmar. Acho que o restante do material era fornecido pelo PC do B, mas também não posso afirmar.

Sebastião Pimentel Franco: - Quem escrevia nesses jornais? Você disse: saía uma notícia, nós íamos panfletar.

Elizabeth Santos Madeira: - Os membros do Diretório ou qualquer outro estudante ou professor. Provavelmente havia uma ou outra matéria escrita por outras pessoas de fora da escola, talvez do PC do B, mas eu nunca soube. É uma hipótese.

Sebastião Pimentel Franco: - Você disse que acabou tendo que fugir, por que e como se deu isso?

Elizabeth Santos Madeira: - Entrei na faculdade em 71. Nesse ano é o que comentei sobre o Diretório, cultura, a favor de melhoria do ensino. Em 72, o movimento recrudesceu um pouco porque veio o problema do Pronto Socorro, amadurecendo mais com questões de política interna e externa. Meu período de militância envolvida com o PC do B, ao qual estou comentando, foi só no segundo semestre de 72, quando pichei e panfletei. O jornal era venda regular desde que entrei na faculdade. Foram, portanto, alguns meses de 72. Quando chegou novembro de 72 a polícia reprimiu fortemente

e uma pessoa do PC do B de “codinome Zé”, tinha um nome árabe (Foedes dos Santos), que não me recordo agora. Ele foi preso em um encontro qualquer do PC do B no nordeste e entregou todos, inclusive o Iran Caetano, e com isso a Medicina foi junto. A polícia prendeu todos do diretório da faculdade, porque a maioria das pessoas envolvidas no movimento estudantil da UFES estava na medicina, mas havia alguns agregados da Geografia, da História, do Direito e da Engenharia. Poucos, mas tinha.

Sebastião Pimentel Franco: - E o regime nessa época estava mais duro, daí você teve que fugir?

Elizabeth Santos Madeira: - A polícia foi à casa de algumas pessoas. Invadiram algumas repúblicas perto da faculdade, onde moravam alguns estudantes. Era uma manhã de domingo e na Rua 7 (sete) de Setembro, prenderam a Miriam Leitão e seu marido Marcelo Amorim Netto. Nisso, um colega de turma da faculdade soube e foi a minha casa, pois eu também morava no Centro, na Rua Dom Fernando e me disse que os 02(dois) haviam sido presos e disse também que em Maruípe, a polícia havia invadido a república dos estudantes que tinham militância no diretório e os levado presos. Até hoje não sei como ele soube dessa informação tão cedo, pois não havia celular na época. Eu saí rapidamente de casa e achei que iria avisar a uma colega: a Magdalena Frechiani (Magdalena Frechiani Lara Leite), em Jucutuquara. Contei para ela e voltamos para minha casa. Nisso, encontramos uma pessoa que nos informou que o Guilherme Lara Leite, ele era do diretório, estava no Parque Moscoso. Fomos para lá e ele nos contou que a polícia entrou na república em Maruípe com uma lista contendo os nomes de todos nós e o dele estava embaixo. Prenderam os primeiros da lista e saíram. Ele, então, fugiu. Quando a polícia voltou para prendê-lo, não o encontrou mais. Ele contou que quase todos do diretório da medicina já haviam sido presos. A partir daí nós 03 (três) resolvemos não voltar mais para casa e sim fugir. Fugimos!

Sebastião Pimentel Franco: - E fugiu para onde?

Elizabeth Santos Madeira: - Nossa, foi uma peripécia! Estávamos só com a roupa do corpo, sem dinheiro, sem nada. Nossa, achei que já estivesse em condições de falar sobre isso! Ainda mexe comigo! Fomos para Cariacica, porque não sei, acho que era por ser um município mais isolado. Chegando lá não tínhamos nada para fazer. Voltamos de Cariacica, fomos para a Praça de Vila Velha e também não tínhamos nada para fazer. Voltamos para Vitória, passamos novamente no Parque Moscoso para pensar o que iríamos fazer da vida. Precisávamos tomar alguma atitude! As notícias eram péssimas! Encontramos uma pessoa em Vila Velha que nos disse que todas as saídas de Vitória estavam cercadas, que estavam parando todos para revista. Estava uma tragédia total para nós! No Parque Moscoso havia uma colega da faculdade que morava em um edifício dali. Eu falei: - Não vai ter jeito, vamos pedir ajuda a alguém, não temos saída! Por mais que não quiséssemos constranger ou envolver pessoas naquela situação, não tínhamos saída, só nos restava pedir ajuda. Nisso, os policiais já estavam em nossas casas, minha e de Madalena. Como essa pessoa era mais minha amiga

era a Graça Ruy (Maria das Graças Ruy), hoje ela é uma psiquiatra, fui até a casa dela e coloquei-a a par de toda a situação e pedi se ela poderia me emprestar algum dinheiro que depois a pagaria. Na época, ela namorava com o jornalista Jairo de Brito. Entrou em contato com ele que disse que que a situação era grave e que nós não conseguiríamos sair de Vitória e prometeram nos esconder. Fomos para a Barra do Jucu onde a Graça tinha uma casa e onde ficamos escondidos por aproximadamente 15 (quinze) dias. Eles iam de vez em quando nos visitar à noite e pediram ajuda ao Dr. Victor dos Santos Neves, que era nosso professor, e os 03 (três) levavam comida, livros, revistas e notícias que sempre eram as piores possíveis: que o pessoal estava preso e que veio um grupo do Rio para investigação. Como o pessoal de Vitória não tinha muita experiência em repressão recebeu suporte desse grupo que veio para a fase das investigações. Falaram que a polícia estava direto na faculdade pressionando os colegas para contar onde estavam os alunos foragidos. Continuamos assim na casa de Graça. Um belo dia, começamos a gerar desconfiança na vizinhança, pois não saíamos de dentro da casa. Foi um período horrível, de muita insegurança. Começamos a ficar com receio de tudo, pois tudo era risco. Medo de carro que passava na rua à noite, pânico por qualquer barulho estranho. Um horror, acho que pior que a prisão, pois não tinha folga ansiedade. Decidimos tentar levar uma vida normal! Foram 02 (dois) dias de vida normal, fomos à padaria, eu fui dar uma caminhada na praia. Nisso, alguns meninos da faculdade inventam de cabular aula e dão de cara comigo. Ficou um clima constrangedor e daí um desce do carro e diz: - Nossa! Vocês estão aqui? A polícia está atrás de vocês! Conta aquela tragédia toda da perseguição policial. Eu disse para ele - Pois é, você sabe que se vocês contarem que nos viram aqui, o que poderá acontecer conosco. Ele disse: - Não, pode deixar. Nós sabemos o que poderá acontecer e não falaremos nada e foram embora. Só que nós ficamos inseguros, porque o carro estava lotado e pensamos: - Como vamos confiar em tanta gente? Resolvemos então ir embora, só que as estradas estavam todas fechadas. Descobrimos uma estrada vicinal, sem passar pela BR, como se fosse beirando a praía. Falamos com a Graça, Jairo e Vitor e eles arrumaram um dinheiro e saímos andando pela estrada de chão. Pegamos várias caronas e dessa forma conseguimos chegar a Cachoeiro do Itapemirim. Guilherme disse: - Eu tenho um grande amigo que mora aqui. Era um rapaz que havia formado em medicina há 01 (um) ano, que era o Mauro Madureira. Ele estava atendendo na Unidade de Saúde. Guilherme conversou com ele. Quando acabou o atendimento, ele nos levou de carro a Campos/RJ, nos deixando na rodoviária. Pegamos um ônibus e fomos para o Rio de Janeiro porque havia uma história que o Zé (Foedes) contava dizendo que se caíssemos e fossemos presos não teríamos saída, mas se fugíssemos poderíamos conseguir por meio do PC do B, saír do País". E nós com 19 (dezenove) e 20 (vinte) anos de idade acreditávamos nisso, como não acreditar? Ao chegar à rodoviária do Rio de Janeiro estávamos com trajes maltrapilhos, famintos, no centro da cidade, achando que iríamos achar uma pensãozinha baratinha para que pudéssemos ficar até o dia seguinte. Por uma razão qualquer do destino, havia um policial na praça que nos abordou e pediu que o acompanhasse. Não tínhamos como dizer não, pois seria muito pior e obedecemos. Havia próximo um quartel da polícia militar para onde nos levou. Ficamos

em uma sala, ele pegou nossos nomes e sumiu. Conversamos entre nós que se o nosso nome já estivesse no Rio, estaríamos perdidos, mas poderia ser que não estivesse e resolvemos não mentir sobre quem éramos. Ele voltou e nos liberou. Pensamos: - Bom, aqui aínda não chegou nada, estamos ainda livres! Mas aquilo tudo mostrou-nos o risco que estávamos correndo. Para onde iríamos? Pior era sermos presos sem que ninguém soubesse onde, até porque ninguém sabia que nós havíamos ido para o Rio de Janeiro. Vimos que a situação estava piorando. O Guilherme disse que tinha um tio ótimo, que era da esquerda, que morava no Rio de Janeiro e que iria procurar por ele. Eu disse: - Então ok! Procura porque não temos maís saída, ou nos entregamos sozinhos ou com alguém ou, então, achar o "tal do contato" para podermos saír do país! Mas para isso teríamos que ficar em algum lugar. Fomos para a casa desse tio que acabou nos acolhendo. Ficou uma situação muito desagradável, ficar em uma casa por não ter outra saída, envolvendo pessoas naquela situação política do país. No dia seguinte, comecei a procurar alguns contatos. Procurei um conhecido de nome Glauco que trabalhava no jornal O Pasquim. Perguntei se havia alguma forma dele obter algum contato com o PC do B e ele disse que sim. Depois nos deu o seguinte retorno: - "Olha, ninguém reconhece vocês e esse esquema é somente para dirigente, para vocês não". Eu me emociono, porque na época foi uma resposta seca e crua. Poderia ter sido diferente a resposta: "Olha, no momento a situação está difícil, não dá". Poderia ser qualquer coisa mais leve. Na verdade, nós estávamos com muita esperança nessa resposta, se conseguíssemos isso, seria como se fossemos salvos. Mas não foi isso que aconteceu! A resposta foi assim: - "Vire-se"! Daí pensamos: vamos ter que nos entregar mesmo, não vamos ficar fugindo o resto da vida, vamos fazer o que? Não havia nenhuma chance de saírmos do país sozinhos, iríamos procurar ajuda de quem? Nesse desespero todo o tio do Guilherme, que nos acolheu em sua casa, disse: - Vou conversar com meu irmão, só tem uma chance para vocês, dele pegar a causa. Se ele aceitar é uma saída!

Sebastião Pimentel Franco: - Ele era advogado?

Elizabeth Santos Madeira: Não, ele era um "empresário ricaço". Ele não era advogado, Esse irmão morava no Leme em um apartamento de frente para a praia. Quando fomos conversar com ele, eu vindo do interior de Alegre, nunca havia visto um apartamento tão grande e nem uma cidade tão grande! Detalhe: foi assim que eu conheci o Rio de Janeiro. Ele nos ouviu depois das broncas, lógico! Na época havia a questão de gênero, o que me favoreceu. O tio que por questões familiares ajudaria o sobrinho, concluiu que éramos 02 (duas) meninas: uma com 19 (dezenove) e outra com 20 (vinte) anos; uma era namorada do sobrinho; eu na época era menor de idade; como a época mulher não pensava; então só havia uma pessoa responsável que era o Guilherme. Ele havia nos levado nessa aventura. O tio, então, se sentiu na responsabilidade de nos ajudar e foi negociar "nossa rendição". Não sei como, não sei os contatos, mas ele negociou a nossa rendição no CENIMAR - Centro de Informações da Marinha. Só que quando ele falou isso nós não aceitamos, pois o CENIMAR era muito famoso por "torturar". Imagina, nós irmos com as próprias pernas para o CENIMAR! Tínhamos horror

só de pensar, mas ele disse que não tínhamos outra saída e que ele garantia a nossa segurança, que tinha sido negociada no acordo de rendição. Fomos para o CENIMAR. Ao chegar lá, imediatamente, separaram nós 03 (três). Não sei o que aconteceu com os outros 02 (dois). Interessante é que nunca até hoje conversamos sobre isso. Eles me interrogaram querendo relacionar meu nome com o de uma pessoa que até hoje eu não conheço, mas que não esqueço seu nome, devido à pressão que me fizeram que é a Eliane Madeira.

Sebastião Pimentel Franco: - Essa pessoa era do Rio?

Elizabeth Santos Madeira: - Não, falaram que era de Vitória, mas limitava no Rio. Como eu me chamo Elizabeth Madeira provavelmente eles acharam que tínhamos alguma ligação. A única informação que tenho dessa pessoa é que me disseram que é filha do Américo Madeira, mas eu não tenho certeza. Não me recordo bem, mas acho que foi dito que ela era da AP (Ação Popular), mas não posso garantir. Lembro-me que a pessoa que me interrogou era um homem bem alto, com muitas cicatrizes no rosto. Uma pessoa meio soturna em um ambiente escuro. Ele me interrogou horas. Havia muita pressão por conta dessa Eliane Madeira. Ali a pressão foi psicológica por conta das ameaças. Não me tocaram fisicamente, foi só mesmo ameaça. Estranhamente não sei explicar o porquê nos liberaram, falando que deveríamos nos apresentar no 38º BI. Nunca entendi o porquê de nos procurarem tanto e depois nos liberarem. Perturbarem tanto minha família; invadiram minha casa; reviraram meu quarto que evidentemente não havia nada a não ser livros. E o livro mais criminoso era o de "Jorge Amado", inclusive um deles era o "Mar Morto". Levaram todos os livros! Atazanaram a vida dos meus país! Havia um capitão que fazia plantão em minha casa: chegava, entrava e ficava plantado lá o dia todo pressionando psicologicamente meus pais, coitados! Meus pais eram de Alegre e vieram para Vitória por causa do meu sumiço, pois eu morava com minha irmã. Esse capitão pressionava meus pais para contar onde eu estava , dizia que eu estava em más companhias. Falava para minhas irmãs que eu tinha que aparecer, pois assim ele poderia me ajudar e que era para minhas irmãs dizerem onde eu estava. Acusou meus país, dizendo que eles largaram uma pobre menina em Vitória, longe dos país e que a culpa era deles. Certo dia a lavadeira saindo da minha casa com a trouxa de roupas na cabeça, o policiais desceram de um carro, jogaram a trouxa no chão e espalharam toda a roupa pela rua para ver se achavam alguma coisa sobre meu paradeiro. Minha irmã quando saía de casa, éramos seguidas o tempo todo. Meus país se sentiram culpados, a ponto de mudar de vida por causa dessa situação. Então estranhamente, nesse clima todo quando me acham, me soltam e me mandam vir para o 38º BI! Isso era quase Natal e mandaram eu me apresentar no 38º BI no dia 26 de dezembro. Libertaram-me para o Natal, mais ou menos isso. Achamos muito estranha aquela atitude, mas não se tinha resposta para nada, nada se explicava! O Guilherme Lara Leite e Magdalena Frechiani foram para o interior onde morava a família dele e o Glauco, do Pasquim arrumou um lugar para eu ficar, que era um apartamento vazio de alguém, mas não sei quem era a pessoa e fiquei lá naquele apartamento só por esse período. Passei o Natal

sozinha. Depois viemos com o irmão de Madalena e nos entregamos no 38º BI.

Sebastião Pimentel Franco: - Isso já em Vitória?

Elizabeth Santos Madeira: - Sim, estávamos cumprindo o compromisso que o tio do Guilherme havia feito no Rio. A negociação da nossa rendição. Quando chegamos, o pessoal já estava há quase 30 (trinta) dias, preso, e o grupo do Rio já havia ido embora. Avisei a minha família que estava indo para o 38º BI, entretanto quando minha família ia tentar me visitar, eles falavam que eu não estava lá, que não sabiam de mim. Encontramos o restante das pessoas: A Miriam Leitão, Ângela Milanez, Maria Auxiliadora Gama. São esses os nomes que me recordo. Nós ficamos inicialmente numa sala sem banheiro e quando precisávamos dele, tinha que ir em outro lugar, acompanhada por um militar. As meninas já haviam passado por situações maís constrangedoras como tirar a roupa e ficarem nuas, mas foi com o grupo do Rio. Eu não passei por esse constrangimento e a cobra já havia ido embora, graças a Deus! Comigo foi mais uma situação de interrogatório; safanão; soco na mesa; ameaças; ser jogada brutalmente em um sofá; presa na sala do interrogatório por horas a fio. Tinha um tipo de tortura que nunca entendi bem, que era: *"você ficava horas em uma sala e de tempo em tempo um homem abria a porta e fazia bruumm, bruumm, bruumm e fechava a porta"*. Não entendia qual o resultado pretendido com aquilo, mas acho que era a sequência das coisas. Talvez fosse mesmo para me deixar confusa, perdida. Na verdade eu não recordo muito dos acontecimentos e por muito tempo apaguei da minha memória. Há pouco tempo, há uns 03 (três) anos, uma doutoranda de psicologia da UFES fez um trabalho sobre "Mulheres que no Espírito Santo lutaram contra a ditadura". Foi interessante porque eu me recusava a lembrar e falar sobre isto, mas ela conseguiu que eu desse um depoimento, mas vejo que hoje, lembro-me de mais detalhes do que quando falei com ela há 3 (três) anos. Não lembrei quando falei com ela, mas me recordo agora de fragmentos de uma cena de um policial apontando um rifle para mim, mas não consigo lembrar o porquê daquele rifle apontado para mim e de uma frase raivosa: "afasta, afasta", mas não me lembro do por quê daquilo. Tenho outra cena de um "cachorro", de boca grande babando olhando para mim, mas também não me recordo do significado desse cachorro. Tenho alguns flashes de momentos, mas não sei explicá-los bem. Lembro-me de um dos interrogatórios onde o policial ficou muito bravo comigo e me sacudiu porque me perguntou o que era AP (Ação Popular). Ele havia dito que AP era Afrânio Peixoto, então eu respondi: - AP é Afrânio Peixoto. Eu não tinha nada a ver com a AP. Ele ficou possesso: agarrou-me; sacudiu-me e me jogou longe. Lembro-me também do Capitão Guilherme, que era um homem que realmente pressionava muito, ameaçava muito.

Sebastião Pimentel Franco: - Era jovem ou mais maduro?

Elizabeth Santos Madeira: - Era jovem, não passava de 40 (quarenta) anos. Esse capitão Guilherme odiava a gente e a mim parecia que principalmente às mulheres. Lembro que em uma determinada situação, ele gritava repetidas vezes: - *"Mulher presa pra mim é macho"!* O que tinha a ver aquilo? Não

havia nenhum cabimento um capitão do exército virar para a gente e gritar desse jeito. Era algo meio maluco. Eu não conseguia captar bem o que tudo aquilo significava. Eu com 19 (dezenove) anos, confesso que não entendia muito bem o que os gritos daquele homem representava. Como não entedia porque tanto interrogatório, tortura, pressão com pessoas que nem eram de direção, já que o Zé já tinha confessado tudo, se meus colegas já estavam presos, portanto, a polícia já sabia de tudo. Parecia que tinham prazer em aterrorizar. Assim, como não entendi porque neste contexto, aquele militar do exército ainda ia para minha casa, mesmo depois de eu estar presa, para torturar psicologicamente meus pais. Havia também um major, mas não me recordo o nome dele (Major José Maria Alves Pereira) que me parecia o superior no 38º BI, mas era reservado para ele o papel de ser bonzinho. Simpático, levava revista da mulher para a gente ler. Tentava conversar, como se vivesse em um mundo a parte do que estava acontecendo, mas ele era de patente maior que a do capitão Guilherme e era, portanto, conivente, provavelmente, o mandante. Havia ainda um dos policiais do interrogatório lembro-me de que tinha uma faixa branca no cabelo, ele não se vestia como militar, parece que era do SNI (Serviço Nacional de Informação). Hoje não me recordo do nome dele. Não sou uma boa depoente, eu eliminei muitas informações da minha memória.

Sebastião Pimentel Franco: - Esse suplício durou até mais ou menos quando?

Elizabeth Santos Madeira: - Uns 02 (dois) meses.

Sebastião Pimentel Franco: - E a partir daí?

Elizabeth Santos Madeira: - Nesse tempo era isso. Interrogatório prolongado, muita pressão, ameaças psicológicas, cachorro, safanões. Não havia banho de sol, a comida era péssima, nós todas num quarto pequeno que seria adequado para uma pessoa, quentíssimo, suávamos mais que tudo.

Sebastião Pimentel Franco: - Estavam vocês todas?

Elizabeth Santos Madeira: - Sim. Os meninos na cadeia. Lá havia uma cadeia, mas não havia muito lugar para colocar tanta gente. Então, as meninas foram colocadas em um quartinho, sem janela e com uma porta que abria a parte superior para servir de janela. Depois de libertada, fui responder ao "477" (Decreto –Lei nº 477 – de 26 de fevereiro de 1969) e um Inquérito policial militar. O Inquérito Policial Militar respondi no Rio de Janeiro, na 2ª Auditoria da Aeronáutica. Por 03 (três) anos tive que ir ao Rio periodicamente. Lembrei-me disso porque peguei em um papel que tenho guardado em casa. E o 477 respondi na UFES, na FAFI. Naquela época a FAFI era um centro de repressão. A pessoa que me interrogou lá era uma pessoa sinistra, muito conhecida, mas não consigo me lembrar do nome desse sujeito. Como apagou da minha memória!

Sebastião Pimentel Franco: - Não era Alberto Monteiro?

Elizabeth Santos Madeira: Era esse mesmo! Alberto Monteiro era um homem muito sinistro na

época. Foi ele quem me interrogou. Nossa! Aquele homem era terrível! É esse mesmo! A partir do momento em que nós saímos, nossas famílias se sentiram na obrigação de nos ajustar, pois eram cobrados da sociedade que nós havíamos nos envolvido com más companhias. Meu pai contratou um advogado e a defesa que ele fez foi baseada em que "eu era inocente útil, criança e que fui usada por más companhias". Eu evidentemente fui totalmente contra e não permiti. Mas, no dia do julgamento: "já viu alguém passar por um julgamento e morrer de vergonha"! Sabe o que é uma pessoa estar sendo defendida por um advogado e escorregar na cadeira de tanta vergonha? Fui eu! Assim que me senti naquele dia. Porque toda a defesa dele foi usando a questão do gênero. Foi horrível! Foi algo que para minha geração, que estávamos ali lutando contra a ditadura, inclusive contra o papel de submissão da mulher, nossa, foi uma situação constrangedora!

Sebastião Pimentel Franco: - Mas para você foi sua salvação?

Elizabeth Santos Madeira: - Mas para mim naquela idade, 19 anos, sentia que era melhor eu continuar presa, pois senti uma vergonha imensa! Depois de sair da cadeia, evidentemente você fica tachada como uma pessoa subversiva, proibida na sociedade. Foi outro lado que tive que enfrentar. De ser excluída, considerada bandida, perigosa. Assim foi meus 20 anos.

Sebastião Pimentel Franco: - Daí você ingressou na UFES?

Elizabeth Santos Madeira: - Voltei pra a UFES, mas sentindo-me bastante insegura, pois estava respondendo a dois processos. Demorou muito tempo até a conclusão dos mesmos. Sem a finalização do julgamento, eu continuava podendo cursar a faculdade. O resultado do processo 477 é que diria se poderia continuar ou não. Na UFES, a situação também era bastante desagradável e eu tive de buscar muito meus recursos internos para suportar, pois era difícil ver que as pessoas que os colegas tinham muito medo de mim, da gente. Tinham medo de se aproximar e se envolver. Essa foi, então, outra situação constrangedora. Alguns professores apoiavam, outros olhavam reprovadores. Então, eu pelo menos, senti-me um tanto quanto isolada na faculdade. Eu não sabia em que terreno estava pisando. Eu não sabia quem queria estar comigo e quem não queria estar comigo. Como eu não queria constranger ninguém até porque o problema era meu, eu que me envolvi. Por não querer também prejudicar as pessoas, pois elas não tinham nada a ver com a história, então me auto isolei. Eu compreendia o medo deles, pois era uma época que só por conhecer alguém dito subversivo, você corria o risco de ser considerado subversivo também e ser preso. Compreendia, mas não eliminava o sentimento de exclusão. Assim, não foi um retorno fácil. À medida que o tempo foi passando as relações com os colegas também foram melhorando. Depois fui considerada inocente no IPM e não fui expulsa pelo 477. Alguns colegas foram: Marcelo Amorim Neto, Gustavo do Vale, Iran Caetano, Ângela Milanez, são os que me recordo agora. Acabei me formando. Logo que entrei no mercado de trabalho as coisas, aparentemente, estavam tranquilas, pois havia falta de médicos e comecei a trabalhar.

Sebastião Pimentel Franco: - Isso já era 1976?

Elizabeth Santos Madeira: - Sim, já em 76. Ingressei no Estado como médica. Quando chegou no governo do Eurico Rezende, em 1979, teoricamente, o regime já estava no período de distensão e eu já não pensava maís que eu iria sofrer por conta de uma militância ocorrida no período mais duro da ditadura. Mas, na época do governo do Eurico Rezende, com o Secretário de Saúde do Estado, Gélio Martins Farias, ele começou a me perseguir. Não foi fácil! Ali eu paguei. Ele perseguiu-me com força! Primeiro ele me demitiu. Só que eu tinha estabilidade no emprego e eu recorri pois ele não poderia me demitir. Ele teve que sustar a demissão, mas me tirou do setor para médicos e me jogou no setor de engenharia que analisava plantas de Projeto Sanitário e deu ordem expressa para a chefia de que eu não podia fazer nada. Eu fiquei o tempo todo me segurando para não pedir demissão, graças a colegas que me diziam que era para aguentar, pois era hora de resistência. Eles diziam: - Você não vai pedir demissão de jeito nenhum, você tem que ficar aqui. Eu dizia que queria sair. Eles diziam: Não, você não vai sair e me convenciam de que deveria ficar. Além disso, este secretário Estadual de Saúde (Gélio) se colocou como "o baluarte na luta contra o comunismo". Eu era o exemplo de que ele era essa pessoa. Pegou o inquérito e um dossiê contra a minha pessoa e deixou na gaveta da mesa dele no gabinete e mostrava para as visitas e colegas. Certa vez veio uma pessoa do Ministério da Saúde que havia estudado comigo na USP, no curso de Pós Graduação, e ele veio aqui e encontrou comigo no corredor e paramos para conversar. Eu fui para a minha sala que ficava no 3º andar. O Gélio chamou esse meu colega na sala dele, pegou meu dossiê e mostrou dizendo que era para ele ter cuidado comigo e com o que eu falava. Então, as pessoas que falavam comigo ele chamava e mostrava meu dossiê e dizia que eu era comunista. Enfim, esse homem me atazanou a vida enquanto esteve na Secretaria de Estado da Saúde, tudo na luta anticomunista. Se fosse hoje, seria assédio. Evidentemente as pessoas nessa época já estavam com a cabeça mais aberta, mas mesmo assim tinham medo de me contar, às claras, o que ele fazia, mas contavam escondidas: - Olha, ele está com um dossiê na gaveta contra você e mostra para as pessoas. Eu dizia: - Ele não pode me demitir, pois a lei está do meu lado. Prender não vai mais, demitir também não. Única situação ruim era que eu não estava no meu ambiente de trabalho, pois ele não queria minha força de trabalho. Para suportar tudo aquilo arrumei um curso para fazer. Daí estudava. Nunca fiz um curso tão bom na vida, só tirava 10 (dez). Minha carga de estudo era altíssima, mas foi à forma que encontrei para enfrentar toda aquela situação. Em síntese: as coisas que me recordo, são essas!

Sebastião Pimentel Franco: - A gestão dele durou 04 (quatro) anos?

Elizabeth Santos Madeira: - Acho que sim. Era ele e um assessor que diziam que era meio irmão dele. Anos depois, eu encontrei esse assessor no elevador de um prédio e ele me pediu desculpas. Olha que interessante! Ele disse: - "Quero te pedir desculpas, às vezes, a gente pensa que as coisas são de um jeito e na verdade são de outro"! Eu nada disse, ele também nada maís disse e ficamos assim.

Sebastião Pimentel Franco: - Menos mal, pelo menos pediu desculpas, reconheceu seu erro. Seu depoimento foi muito interessante, muito sofrido, dava para ser "audiência".

Elizabeth Santos Madeira: - Não teria condições de falar em público. Para mim foi muito sofrido. O sofrimento maior não foi nem por mim, foi pela minha família. - O sofrimento não foi por mim porque não fui enganada, por isso aquela defesa no meu inquérito me envergonhou tanto. Não fui enganada, apesar de ter 19 (dezenove) anos de idade, no ponto de vista de riscos que estava correndo. Até acho que fui sim, no ponto de vista de um possível suporte, porque naquela época se você entrasse em um movimento contrário ao regime, sem nenhuma perspectiva de segurança, talvez fosse até um suicídio. Eu não acreditava em suicídio, acreditava mais que poderia haver uma possibilidade de ter um suporte e escapar com vida. Para mim doeu muito pensar que eu simplesmente confiei que participava de um grupo que tinha sonhos de um mundo melhor, portanto, solidários e humanos. Então ouvir que não se é nada quando a vida está em risco foi muito difícil. Não que mudaria alguma coisa, pois como eu pensava na época, não me afastaria da luta contra a ditadura. Acreditava que eu não estava trabalhando com a possibilidade zero. Se eu fosse presa, ok, não teria saída, mas se eu conseguisse fugir, talvez eu tivesse uma saída. Foi muito difícil para mim, enquanto fugia receber como resposta que não era reconhecida para ser salva. Sofri com esta resposta, pois senti que talvez eu tivesse sido enganada, mas hoje penso que talvez não. Vá saber...

Sebastião Pimentel Franco: - Beth, quando você fala assim: - *"Eu sabia do risco", em termos, primeiro: quando se tem 19 (dezenove) anos somos muito imaturos e há uma expectativa de que "eu não serei pego"*, *"eu vou ser pego, mas terei suporte"* e isso já é um alento: *"o problema é meu, não vai atingir a outras pessoas"*, essa foi a imaturidade?

Elizabeth Santos Madeira: - Nossa, com certeza! Somos imaturos com 19 (dezenove) anos. Mas a possibilidade da morte e da tortura era algo presente. Sim, haveria a possibilidade de não ser pego, mas sabia que poderia ser. O "ter suporte" foi minha total falta de visão.

Sebastião Pimentel Franco: - Era o desconhecimento que vocês tinham e era difícil de saber como a ação do regime iria se dar efetivamente. Vocês tinham uma ideia: vaí ser repressivo, mas repressivo até que ponto?

Elizabeth Santos Madeira: - Na época uma pessoa me perguntou: - Você não sente medo? Eu disse: - Sinto, mas acredito que temos que conviver tentando superar o medo. O medo está aqui, mas eu não posso agir conforme ele, não posso deixar que ele me ocupe completamente. Tenho medo sim porque sei que posso morrer e o que posso passar. Aí entra a questão de ter 19 (dezenove) anos e com um sentimento muito forte de que alguém teria que fazer alguma coisa. Era quase minha obrigação. Isso era tão forte na época que quando entrei na faculdade eu queria fazer certa especialidade. Eu era louca pela área de saúde mental. Entrei em medicina só para fazer saúde

mental. Eu queria ser uma “psiquiatra, psicanalista”: esse era meu desejo ao entrar para o curso de medicina. Quando eu entrei na militância me senti tão na obrigação de ter que fazer alguma coisa contra a ditadura que passei a achar que eu não poderia fazer a psiquiatria, passei a achar que seria melhor eu fazer a parte da saúde pública. Eu tinha que trabalhar com políticas públicas. Trabalhar com políticas de saúde. Tinha que fazer algo que trouxesse uma conotação de mudança, de acesso para as pessoas ao sistema de saúde e acabei indo por esse caminho praticamente por uma obrigação. Não estou falando como arrependimento, pois fui muito feliz em tudo que fiz. Também estive envolvida com a Pastoral da Saúde, no Movimento Eclesial de Base. Participei da 1ª e 2ª diretoria do Sindicato dos Médicos do ES. Continuei, então, participando de movimentos por melhores condições de vida e trabalho. No fim o que eu fiz na medicina foi levado pelo sentimento: - Do jeito que as coisas estão, não dá! Que futuro queremos para esse país? Temos que mudar isso! Temos que batalhar por isso! Esse sentimento era muito forte na época entre os estudantes. Isso norteou muito o movimento estudantil de norte a sul do país.

Sebastião Pimentel Franco: - Quando você fala que muitos estudantes não aderiram, mas eles passaram a ser solidários com vocês?

Elizabeth Santos Madeira: -Sim, por exemplo, no movimento contra o Pronto Socorro uniu a faculdade inteira e todos foram solidários.

Sebastião Pimentel Franco: - Mesmo que eles não aceitassem a lutar contra o regime, mas passaram a ser simpatizantes?

Elizabeth Santos Madeira: - Tinha pessoas totalmente alienadas. Recentemente uma colega me falou o seguinte: - Beth, eu hoje fico pensando o que é que vocês pensavam de mim! Eu disse: - Por quê? – Eu era filha de militar, todos os dias pela manhã, o carro oficial do meu paí me levava para a faculdade, me deixava na porta e nunca, sequer imaginei que aquilo poderia ser algo inadequado, que alguém poderia ser contra. Hoje, olho para o passado é penso: - “Gente, como é que eu não percebia nada do que estava acontecendo! Como eu chegava naquele carro, naquela situação sem perceber nada, sem ver nada e fiquei pensando: o que é que os meus colegas pensavam de mim”! Como era possível a pessoa não ver nada também! De fato, ela não percebeu nada!

Sebastião Pimentel Franco: - Diferentemente de hoje que isso é considerado não correto, não ético, mas para a época era normal, não era passado como algo reprovado. Mas acredito que hoje ainda existam pessoas que passariam despercebidas também, alguns até falam: - Éramos felizes e não sabíamos!

Elizabeth Santos Madeira: - A consequência para a minha família foi muito penosa para mim! Como aquele militar falou muito para meus pais que a culpa era deles por tudo que estava acontecendo comigo, meus pais acabaram se sentindo os culpados e se sentiram na obrigação de sair de Alegre;

onde tinham toda uma relação social; e vir morar em Vitória. Uma cidade estranha; sem amigos; sem ter o que fazer; já estavam aposentados. Esse foi um grande mal que a ditadura me fez, pois eu, na verdade, passei a me sentir muito, mas muito culpada e responsável por tudo o que aconteceu com eles. Minha mãe entrou em depressão, doença que carregou pelo resto da vida e para o meu pai, o grande momento de felicidade era pegar o ônibus e ir para Alegre passar uns dias e rever os amigos e a cidade. O tempo todo eles preocupados comigo, querendo me proteger e nisso mudaram radicalmente a vida deles. Isso sim pode ser contabilizado que eu não tinha nenhuma ideia, nem passava pela minha cabeça que eu poderia atingir meus pais dessa forma tão intensa.

Agesandro da Costa Pereira: - O que a senhora está falando aqui de fato representa muito para que isso não volte a acontecer.

Elizabeth Santos Madeira: - Acredito que não volta mais. Tenho fé que a sociedade brasileira nunca mais aceitará uma ditadura.

Agesandro da Costa Pereira: - A senhora lembra as pessoas que fizeram essas violências todas?

Elizabeth Santos Madeira: - Só me lembro do Capitão Guilherme que era do 38º B I, antigo 3º BC. Quando saímos ele achou que nós poderíamos matá-lo e pediu transferência para Brasília alegando que se sentia ameaçado por nós, os militantes. Essa foi a última noticia que tivemos dele. Tinha também o Major José Maria Alves Pereira, que era o militar de maior patente que eu conheci no 38º BI. Não agia diretamente, mas todos estavam sob o comando dele.

Agesandro da Costa Pereira: - Quem era o governador do Estado?

Sebastião Pimentel Franco: - Em 1972 era o Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Agesandro Costa Pereira: - Eu perguntei justamente por isso!

Elizabeth Santos Madeira: - Na verdade o Elcio Álvares perseguiu a Mirinha (Miriam Leitão).

Agesandro da Costa Pereira: - O Elcio Álvares era ligado às forças de reação porque ele era advogado de João Santos e o João Santos com o General Correia de Farias o fizeram governador.

Elizabeth Santos Madeira: - Acho que o Élcio veio em 78. Na época das enchentes era Elcio. Eu sei por que estava recém-formada e nós atuamos muito com o pessoal desabrigado pela enchente. O QG (Quartel General) ficou na Arquidiocese de Vitória e foi onde atuamos. Lembro-me muito o quanto o Élcio ficou omisso com toda aquela situação.

Agesandro da Costa Pereira: - Nessa época um promotor de justiça chamado Eduardo Durão Cunha comandava algumas comissões dessas daí e os militares queriam fazê-lo governador.

Elizabeth Santos Madeira: - Lembro-me que nesse período quando estávamos presas, as famílias se

mobilizaram porque a polícia dizia para eles que nós não estávamos o 38º BI, sendo que o irmão da Magdalena havia nos entregue lá, e onde estaríamos então? E o Vitor Buaiz, como professor, foi preso por participar do movimento estudantil e estava também no 38º B I. Lembro que recebemos um grupo de médicos representado as entidades médicas. Eles tinham ido ao governador solicitar a visita para saber de nossas condições de saúde. Nesse dia tivemos o nosso primeiro banho de sol, depois de semanas.

Agesandro da Costa Pereira: - Eu também respondi a inquérito aqui e em Minas Gerais, mas não sofri tortura física, só psicológica.

Sebastião Pimentel Franco: - Gostaríamos, em nome da Comissão, de agradecê-la por ter aceitado nosso convite para estar hoje aqui conosco prestando esse depoimento que foi de grande valia para nossa Comissão.

Antônio Caldas Brito

Nasceu no município de Barras, Piauí, em 15 de maio de 1941, filho de Bernardo Brito Filho e Nize de Caldas Brito. Graduado como Economista pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Pós-graduado - Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e no Curso de Orçamento e Programa Ministério do Planejamento - IPEA.

Exerceu atividades políticas na Diretoria da UPES - União Piauiense de Estudantes Secundaristas, na Diretoria de UBES-União Brasileira de Estudantes Secundaristas, no Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da UFES, na Diretoria da U.E.E (União Estadual dos Estudantes) e na da Diretoria do D.C.E / UFES (Diretório Central dos Estudantes), membro do PCdoB, Vice Presidente da Diretoria Regional do P.M.D.B /ES, Secretário do Diretório Regional do PMDB/ES, Tesoureiro do Diretório Regional do PMDB/ES E Presidente do Diretório Municipal do PMDB Municipal de Vila Velha.

No campo profissional exerceu atividades de Professor Universitário nas disciplinas Economia Brasileira e Introdução à Economia, Diretor Presidente do BANDES- Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo, Diretor Presidente do Banestes Financeira S/A, Diretor Presidente do CEAG/SEBRAE, Diretor Presidente do PROCON/ES, Diretor Presidente do CORECON ES (Conselho Regional de Economia), Sub Secretário de Administração SEGER/ ES, Secretário de Finanças do Município de Serra, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Vila Velha e Diretor Financeiro do IPAJM – Instituto de Aposentadoria e Pensão "Jeronimo Monteiro".

Atualmente é Diretor da SCAE – Sistema de Consultoria e Apoio Empresarial e Vogal da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCEES.

Depoimento prestado a Agesandro Costa Pereira e Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 17 de novembro de 2014, às 16h, na Secretaria Executiva da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco – Antônio, a gente quer conversar um pouco com você sobre esse momento da história brasileira e da história do Espírito Santo que foi o período de pós-golpe 64 e a gente sabe que você vivenciou esse momento e certamente pode nos trazer muita elucidação de fatos, de personagens que vivenciaram também esse momento. A gente esta tentando colher esse momento com intuito de trazer mesmo luz né, para um momento de tanta penumbra ou escuridão que foi o pós-64, de escuridão podemos dizer assim. Gostaríamos que você falasse sobre esse momento, ou seja, como você vivenciou esses primeiros tempos da implantação do regime autoritário no Brasil?

Antônio Caldas Brito – Eu começo a colocar que a minha militância começou muito cedo, ainda no

movimento secundarista né, no Piauí. Depois em 62, 63 né, já participei da União Piauiense de Estudantes Secundarista e lá participaram comigo Jesualdo Cavalcante, José Luiz Maia, que depois virou né, Deputado Federal. Depois eu vim para o Rio de janeiro para a diretoria da UBES (União Brasileira dos Estudantes), fiquei um período por lá e vim para Vitória pra fazer cursinho e vestibular isso em meados de 63, mais ou menos, né. E a partir do cursinho comecei a ter participação na militância aqui no Espírito Santo.

Sebastião Pimentel Franco – Você falou que veio do Piauí para o Rio, depois pra cá, mas você veio por iniciativa própria ou estava inserido em algum partido político?

Antônio Caldas Brito – Não, quando eu vim para o Rio tinha uma ligação com a JEC (Juventude Estudantil Católica) né, depois é JUC. Eu vim para o Espírito Santo maís porque meu irmão José Caldas Brito que né, que foi procurador do Estado. Tenho 02 (dois) irmãos formados em Belo Horizonte. José Caldas Brito se formou em direito em Belo Horizonte, foi companheiro do Petrônio Portela, moravam juntos, e o Francelino Pereira. O Francelino ficou em Minas e virou governador. O Petrônio voltou para o Piauí, virou governador e Zé veio para o Espírito Santo não é, e quando a gente estava querendo também vir também para Belo Horizonte ele me convidou para vir ao Espírito Santo. Achou que o Espírito Santo era muito melhor que Minas. Um episódio interessante: não vai para Belo Horizonte é uma cidade muito fechada de morro e qualquer comemoração em Minas o pessoal começa a soltar foguetes. Daí eu vim para o Espírito Santo. A minha intenção era fazer economia, como fiz na realidade. Aqui conheci o Zé Guilherme que já estava terminando economia. O Antônio Carlos Pimentel já era líder estudantil secundarista não é, o José Guilherme Pinheiro é irmão do Dr. Nilo e o Roberto que era juiz aqui, são as primeiras pessoas que estiveram comigo no movimento político estudantil. A partir daí a gente começou a participar de todas as movimentações: eu como estudante de cursinho. A luta pela reforma de base teve um movimento aqui muito grande pela nacionalização da Central Elétrica. O João Goulart se prontificou a vir aqui fazer a 64 já. No dia do golpe em 64 nós estávamos na UEE (União Estadual dos Estudantes), fazendo vigília, acompanhando de perto o dia 31 de março. Entrando na universidade, final de 64, fiz vestibular, entrei na UFES, não é. Na economia pertenci ao Diretório de economia, pertencia a UEE e ao DCE e fui até representante do restaurante universitário junto a UFES, a reitoria, esse momento né, antes de 64, era muito rico quer dizer, em termos de discussão cultural, inclusive a luta, inclusive pela melhoria de ensino. E a partir de 64, quer dizer, eu como líder estudantil, que participava de reuniões em faculdades né, com um temor muito grande. Porque a partir daí a gente sabia que tinha agentes da ditadura sempre no nosso encalço não é? acompanhando as nossas reuniões quer dizer, a gente tinha que fazer as vezes reuniões escondidas, fechada porque, e o temor maior ainda era que a gente não sabia quem era quem dentro da universidade não é? quem estava digamos, dentro da nossa luta. Nossa luta era luta mais para a melhoria de ensino, luta estudantil mesmo, pela volta da democracia, quer dizer, era os grandes temas, e contra a ditadura. E saía gente e ia pra rua, quer dizer, fazer passeatas, comícios

relâmpagos num é?. Me lembro que num desses comícios que eu participei na Costa Pereira né, os estudantes universitários fizeram uma volta em torno de mim e nisso quer dizer, a polícia chegou, era assim quer dizer, a policia chegava na hora para prender todo mundo. O pessoal se dispersou todo e para não identificar quem que estava fazendo o comício eu subi e fui me esconder na Casa Paroquial. Outro comício desse relâmpago foi em frente ao Palácio quer dizer, que eu participei, e foi quando foi preso o Efron Guimarães, né, preso simplesmente porque tava ali fazendo um discurso, o Efron foi tirado de cima do, quando ele tava falando, saiu preso, espancado ali e depois pegou 06 (seis) meses de prisão, né. Nesse momento, quer dizer, nesse período de, até minha formatura que foi em 68 não é, realmente a gente viveu um momento de terror, a gente como, como líder estudantil, eu, por exemplo né, fui várias vezes chamado na Polícia Federal para dar informação sobre porque que tava havendo greve. E nesse período tinha várias greves de alunos, quer dizer ultimamente se tem greve de professores, nessa época tinha muito greve de aluno. Também nesse período também teve um episódio muito interessante: foi a minha participação no congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), foi no interior de São Paulo não é, foi aquele de Ibiúna foi outro, foi num convento que logo depois no dia seguinte no término do congresso o convento foi invadido, não sei se isto está na história, foi preso e torturado vários religiosos, eu não sei nem se o Frei Beto foi um dos que foi torturados naquela época, mas foi dados em todos os noticiários nacional essa invasão desse mosteiro lá onde foi feito a ... Pois bem, pra vocês terem uma ideia no dia da minha formatura, que foi dezembro de 68, o nosso patrono foi Dom Helder Câmara, não é, e nosso orador foi Rubens Gomes, o pai do Rubinho, não é? Pra ter uma ideia do clima, no ato religioso antes da missa todos os folhetos do evento a policia recolheu achando que aquilo era folheto de subversivo, era aquele roteiro de cerimônia religiosa de formatura e na missa que ia ser na Catedral, foi proibido Dom Helder celebrar a nossa missa dentro da Catedral. Dom Helder naquela época era um jovem muito participante e celebrou a nossa missa fora da igreja né, ele escolheu fora da igreja. Nossa formatura foi exatamente no é, no dia do ato do AÍ5, não é. Aí o Rubens, Rubens Gomes fez o discurso e quando desceu foi preso. Dom Helder saíu daqui e foi preso em Belo Horizonte nessa época, não é.

Sebastião Franco Pimentel – Deixa eu te perguntar, te interromper um pouquinho, você falou: eu vim de Piauí para o Rio, no Rio o meu irmão me chamou e eu vim pra cá, então, então a princípio você não estava ligado a nenhuma facção política? Ou tava?

Antônio Caldas Brito – Não.

Sebastião Franco Pimentel – Mas quando você aqui começa a participar?

Antônio Caldas Brito – Mais próximo na época da juventude.

Sebastião Franco Pimentel – Juventude, católica. Mas quando você disse que foi fazer o cursinho, mas logo começou a participar de movimento, nesse movimento que você começa participar, vocês

faziam os benditos comícios relâmpagos, pichações, já havia um atrelamento ou uma proximidade com algum partido político ou não? Ou era mesmo uma coisa voluntariosa dos alunos?

Antônio Caldas Brito – Aqui no Espírito Santo eu não pertencia a nenhuma organização na época né, mas quer dizer, o que dominava o movimento estudantil naquela época, é, não, quando eu entrei na universidade, até eu vir pra cá não tinha ligação nenhuma a não ser com a Juventude Católica né. Quando eu vim pra cá na universidade, né, eu me aproximei do PCdoB, isso a partir do primeiro ano.

Sebastião Pimentel Franco – Do B ou do PCB?

Antônio Caldas Brito – PCdoB

Sebastião Pimentel Franco – Do B, tá.

Antônio Caldas Brito – Eu já entrei no PCdoB, e a minha aproximação aqui que era o pessoal do PCB, que era Zezinho Cipriano, Perly, Renato Soares né, que era o pessoal do PCB e era muito forte no movimento estudantil nessa época né, a, o PCB né, e a AP (Ação Popular). Ali mais forte que eu acho que o movimento estudantil aqui nessa época era o PCB e a AP.

Sebastião Pimentel Franco – E como é que vocês se organizavam para fazer esses comícios, essas pichações? De onde vinha esse dinheiro? Como é que vocês se organizavam nesse sentido?

Antônio Caldas Brito - Essa era a organização entre os estudantes mesmo, não tinha grandes custos, hoje, não tinha, como hoje, era o que: um mimeógrafo para rodar panfletos que você às vezes usava do Diretório, né, mimeografo do diretório não é. Coisa para pichação, às vezes fazia uma vaquinha para comprar. E mas pro diretório por exemplo, a UEE, a UEE que foi tirado também da, da, um episódio muito interessante que a UEE logo depois do golpe ela saíu e foi pra clandestinidade né, quer dizer, eles fecharam a UNE e foi para a clandestinidade e aqui no Espírito Santo nós conseguimos com Dr. Rui Coste que ele atestasse que a UEE tava funcionando no ES e nós reabrimos esse, é, era a sede da UEE aqui é, nessa área aqui, você sabe onde é que é, tem uma área aqui que é da universidade né, acho que até hoje, sabe onde é que fica né?

Sebastião Pimentel Franco – Mas qual era o objetivo disso? Era por que vocês seriam financiados?

Antônio Caldas Brito - Porque o que a gente queria tinha uma, uma, recurso pras UEEs, recursos financeiros pra UEE, nós não legalizamos aqui porque nós fundamos o CEU (Centro Estudantil) né.

Sebastião Pimentel Franco – Tipo uma casa de estudantes?

Antônio Caldas Brito – É, não, aqui era um clube.

Sebastião Pimentel Franco – Deixa eu te perguntar, é, aí você falou o seguinte: A gente fazia os comícios relâmpagos né, mas aí logo a policia chegava né, como era essa ação, essa repressão dessa, da policia aí no que concerne a essa movimentação de vocês estudantes?

Antônio Caldas Brito - A repressão, quer dizer, até acho que até 68 do movimento estudantil né, era uma repressão regida muito maís dentro da própria universidade, está entendendo. O maior temor nosso eram as denúncias dentro da própria universidade e tinha, por exemplo, quando eu fui fazer o curso da CEPAL né, que passei em primeiro lugar, o reitor foi o diretor da época disse que eu não poderia fazer curso porque eu era comunista e o coordenador da Cepal disse o seguinte: ou eu ia fazer o curso ou não ia ter o curso, tá entendendo. Então era algo muito, é, e por exemplo no dia do golpe por exemplo né, aqui nos estávamos na UEE, na sede da UEE aqui, a polícia bateu né e prendeu algumas pessoas né, nesse comício relâmpago que a gente fazia que dispersavam, desse primeiro, vários estudantes foram presos, vários universitários foram presos, era muito comum né essa coisa de você ter prisão de estudantes, prisão nesse primeiro por exemplo que eu me referi aqui, acho que inclusive um estudante de medicina foi condenado, isso porque ele tava participando do comício.

Sebastião Pimentel Franco – Certo, mas quando você fala assim: que na universidade então, vocês passam a ter um temor de que pudessem ser denunciados por alguém. E aí qual era a ação de vocês para evitar que isso acontecesse? Vocês certamente se reuniam, mas deveriam ter uma certa cautela né, ou seja, qual era a tática que vocês utilizavam ou se é que usavam?

Antônio Caldas Brito – Claro, você tinha toda uma cautela, pra você ter uma ideia, nesse congresso que estive em São Paulo não é, aí sim nós tivemos toda uma estratégia de como chegar no congresso né, por orientação pelos organizadores do congresso, eu saí daqui é, fui a São Paulo, tinha uma pessoa com que eu encontraria lá em São Paulo, de São Paulo fui para outra cidade no interior de São Paulo, lá encontrei outra pessoa e de lá fui orientado para ir pro congresso, então, que tinha toda uma estratégia de defesa ta entendendo? Entre os, e aí também das organizações, da, da, das principais organizações que tavam no movimento estudantil naquela época.

Sebastião Pimentel Franco – Você lembra quais eram os principais líderes estudantis da época que você ingressou na universidade, que você ficou na universidade, quem eram os cabeças?

Antônio Caldas Brito – Quando participei da UEE e do DCE (Diretório Central dos Estudantes), eu participei da UEE o presidente era Zezinho Cipriano, quando eu passei pro DCE, o presidente foi Carlos Magno é, Carlos Magno o quê? Carvalho? Carlos Magno, Carlos Magno, Advogado o Carlos Magno.

Sebastião Pimentel Franco – Você lembra? Dr. Carlos Magno advogado, qual o sobrenome dele?

Antônio Caldas Brito – Cardoso, Cardoso, Carlos Magno Cardoso né, Carlos Magno Cardoso e segundo é, que eu participei do DCE o presidente foi César Ronald, foi o Cesar Ronald, o galã de 64, eu estava na diretoria dele do Cesar.

Sebastião Pimentel Franco – E qual era a participação das mulheres nesse movimento? Existiam mulheres participando?

Antônio Caldas Brito – Muita, muita participação, e um negócio mais interessante né, a maior participação das mulheres era da AP, o pessoal da AP que, onde a pena era mais forte era na faculdade de filosofia e era mais forte era na faculdade de filosofia né, ação popular.

Sebastião Pimentel Franco – E as mulheres tinham maior participação?

Antônio Caldas Brito – As mulheres tinham maior participação popular maís do que nos partidos comunistas, tá entendendo? Aí a Jussara era da AP, eu acho que o, eu tava vendo o jornal as últimas declarações do pessoal que foi preso, quer dizer, por causa do PCdoB, mas ali muita gente era da AP quer dizer, o governador, Buaiz né, a esposa dele, esse pessoal era todo do estudantil, é, realmente, depois houve uma confusão, briga lá depois da ação popular o pessoa foi para o PCdoB na época.

Agesandro Costa Pereira - Agora o senhor é da Ação Católica né?

Antônio Caldas Brito – Eu iniciei na juventude católica, depois fui para o PCdoB e depois para Ala Vermelha.

Agesandro Costa Pereira - Agora nesse período o senhor tinha ligações com o Arcebispo?

Antônio Caldas Brito – Como?

Sebastião Pimentel Franco – Você tinha ligações com o Arcebispo?

Antônio Caldas Brito – Tive muita ligação com o Arcebispo do Piauí. Lá no Piauí que eu era muito ligado à Juventude Católica. Aqui no Espírito Santo não tive ligação com a classe católica, era maís do pessoal do PCdoB, primeiro o PCB depois o PCdoB.

Agesandro Costa Pereira – Da Ação Católica quem participava do movimento?

Antônio Caldas Brito – Aqui, não, só no Piauí. Aqui eu era maís ligado ao pessoal do PCB, primeiro no PCdoB e depois no PCB.

Sebastião Pimentel Franco – Alguns seus colegas devem ter sido não só vigiados como perseguidos e presos etc, você se lembra de algum fato? Ou de alguns?

Agesandro Costa Pereira - O senhor foi preso? Quem mandou te prender?

Antônio Caldas Brito – Sim, mas depois de formado. Tenho 03(três) prisões, todas no Espírito Santo. A primeira prisão que eu tive foi em 70. Fui preso pela Polícia Federal, à noite. Logo depois fui levado para 38º BI no dia seguinte. Essa prisão a única motivação era saber onde estava o Carlito Osório que tinha ido para a clandestinidade. Eu fiquei lá de 7h da manhã até meia noite, nesse dia. Levei paulada nas pernas, ameaça de morte. Eu tinha que saber onde estava o Carlito não é, e os interrogatórios eram de hora em hora e a partir de meia noite eu disse: por que tenho que saber onde está Carlito?

Ele não é da minha geração, não foi meu colega, por que tenho que saber onde está o Carlito? Disseram: Nós prendemos um comunista em Cachoeiro do Itapemirim e ele informou que um dia almoçou com você e o Carlito e o Carlito te deu alguns jornais comunistas, eu disse: primeiro capitão, o senhor me desculpe, não deve ter sido em restaurante, estudante nessa época não usava restaurante, segundo: eu era do Diretório Acadêmico recebia jornal de todas as facções toda hora e vocês dizem que isso aconteceu há 05 (cinco) anos atrás, como vou me lembrar onde está Carlito? Para vocês terem uma ideia da motivação da prisão, Carlito Osório era uma liderança, era funcionário público, participava do movimento e lançou um livro bem mais velho. Essa prisão de 70 foi maís ameaças, torturas de agressão física com madeira. Fui preso em Vitória no apartamento em que eu morava no Parque Moscoso, foram lá eu chegando em casa, a Polícia Federal me levou até a policia e de lá me levaram para o 38º BI.

Agesandro Costa Pereira - O senhor se lembra quem eram os torturadores? Era gente daqui? Quem era o governador do estado?

Antônio Caldas Brito - Não me lembro. Era do Exército. 70 quem era governador? Não me lembro. A minha primeira prisão foi em 69, a segunda foi em 70, véspera de uma eleição. Nesse período foram presas umas 300 (trezentas) pessoas entre estudantes, jornalistas, líderes, operários e tal né. Fui preso também no 38º BI, nessa prisão em 70, não sei se haveria um golpe, foi preso comigo: Gilson Carone, Pechincha, Zezinho Cipriano, né. Não ficamos presos mais ou menos uma semana, alguns foram interrogados outros não, após eleição, soltou todo mundo.

Sebastião Pimentel Franco – Vocês chegaram a entender quais as razões da prisão, a segunda? Foi preso em casa?

Antônio Caldas Brito – Não sei qual foi a razão, levaram-me do meu trabalho.

Agesandro Costa Pereira - E a terceira?

Antônio Caldas Brito – A terceira fui preso, tenho documentos interessantes para deixar com vocês. Eu fui preso no meu escritório por agentes do exército com acusação que eu pertencia a Ala Vermelha. Não só eu, mas vários companheiros foram presos, quer dizer, pela mesma acusação, entre eles Fernando Stefano, que é engenheiro hoje da Secretaria de Transportes; João Amorim Coutinho, a mulher dele, a Laurinha, Jair Storck. O Jair por causa dessa prisão teve uma sequela que nunca mais voltou ao normal e faleceu coitado! Aristides da Silva era um operário, entre outros. Essa prisão foi muito maís séria. Nessa prisão nós fomos torturados durante maís ou menos uma semana com choques elétricos nos pés, nas mãos, nas orelhas, agressões físicas, ameaças de morte que iria inclusive nos jogar do avião. Ficamos ali uma semana ou mais de uma semana, dali fomos levados direto para a OBAN (Operação Bandeirante), em São Paulo. A Operação Bandeirante era uma organização clandestina só de tortura não é, e morte. Ali que houve a morte do Wladimir Herzog na

OBAN. Da OBAN nós fomos transferidos para o DOI CODI quando foi iniciado o processo. Na Operação Bandeirante você não tinha registro nenhum de prisão. O período que fiquei na Operação Bandeirante não existe nenhum registro, o pessoal que procurava por eu, o Amorim, todos que estavam lá ninguém sabia onde nós estávamos. A partir daí eu respondi a processos, esse aqui eu fui preso aqui em abril de 71 e ficamos até junho entre a OBAN e DOI CODI, e aí fiquei respondendo processo durante esse período, eu tinha que ir todo mês a São Paulo não é, não podia sair do país, não podia prestar concurso, ou seja, desde o AI-5, por isso que eu fico realmente muito triste quando vejo alguém pedir a volta dos militares, a volta da ditadura, é algo que realmente só quem não conhece, quem não viveu que pede por isso, por exemplo, eu tive a minha juventude toda ceifada, porque não é não podia prestar concurso publico, tinha que ter atestado de idoneidade política, você sabe disso e quem iria me dar um atestado desse? Eu vou passar uma documentação para vocês que é muito interessante, eu pedi a ABIN (Agencia Brasileira de Inteligência) a Lei de Segurança Nacional para eles darem um relato sobre o que aconteceu comigo. E eles acompanharam a minha vida em todos os empregos que tive, toda a movimentação política até maio de 88, ou seja, o regime já tinha ido embora, mas continuei sendo vigiado. Aqui está o documento, por exemplo, do arquivo da prisão, aí prova que fui preso pelo Exército, que fui torturado no Exército.

Agesandro Costa Pereira - Eu penso que o mais importante para nós é identificar os torturadores, os pequenos e os grandes, quais os generais, aqueles que mandavam e hoje continuam mandando, o senhor teria condições de nos dar informações sobre os torturadores, os comandantes da unidade? Eu li uma noticia no jornal há pouco que uma dessas torturadas se referiu a um governador aqui do estado, ele mandou muito tempo aí, né, era da corriola mesmo né, mas o senhor tem condições disso? O problema é o seguinte a gente está trabalhando para que essa anistia não cubra esse tipo de crime, então a perspectiva de reversão daquele pronunciamento do Supremo, hoje, já vários ministros que entendem diferente, então eu acho importante ter os nomes, se o senhor puder.

Antônio Caldas Brito – Quando nós fomos levados para a última prisão minha na OBAN veio um avião das Forças Armadas exclusivamente para nos buscar e estava presente nesse avião o próprio comandante da OBAN que era conhecido como Tibiriçá, mas que na realidade é o Cel. Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra). É muito difícil pra nós identificarmos, todos eles tinham codinomes como a gente, né.

Agesandro Costa Pereira – A vinculação dessa gente com a Polícia Estadual então a gente hoje sabe que o Claudio Guerra era o "espoleta" que matou gente como o diabo, a ação ele é contemporâneo com esses fatos que o senhor está narrando?

Antônio Caldas Brito – A polícia estadual estava totalmente integrada até porque essa época o comandante da polícia era geralmente alguém do exercito, estava todo mundo envolvido.

Sebastião Pimentel Franco – Não era só a polícia, parte do Ministério Público, parte do Judiciário.

Agesandro Costa Pereira - Havia um general que mandava por aqui, o senhor não se lembra do nome dele, não? Claudio Guerra, por exemplo, participou dessas coisas todas?

Antônio Caldas Brito – Não me lembro. Eu era muito jovem, 20 (vinte) e poucos anos. Naquele momento muitas emoções, não tinha como registrar tudo isso. Não me lembro de Claudio Guerra, não me lembro do nome, mas no dia da invasão da UEE foi a polícia estadual. Nessas prisões, por exemplo, do Ewerton, era no governo do Cristiano Dias Lopes, quem comandava todo esse aparato era o irmão do Cristiano, que era o secretario de segurança, o irmão do Cristiano (José Dias Lopes) veio do Rio de Janeiro, era secretário e quem comandava toda essa repressão nesse período.

Agesandro Costa Pereira - Me parece que uma dessas pessoas citou o governador Élcio Álvares. Havia também um general chamado general Cordeiro de Faria que fazia a proteção dos Santos daquela gente e que baixava o pau lá em Cachoeiro? É do seu tempo?

Antônio Caldas Brito – Tinha nessa época várias organizações das Forças Armadas. Tinha o CPMAC da Marinha, tinha o pessoal da Aeronáutica, tinha o pessoal do Exército, não são todas as Forças Armadas que estavam realmente integradas para essa repressão.

Agesandro Costa Pereira – O senhor respondeu ao processo, foi condenado?

Antônio Caldas Brito – Não, fui absolvido. Não fui anistiado, fui absolvido, está aqui no documento. Tenho a decisão aqui do Superior Tribunal Militar. Naquela época o Superior Tribunal Militar era a mais democrática.

Sebastião Pimentel Franco – Seus colegas muitos responderam esses processos?

Antônio Caldas Brito – Desse processo aqui no Espírito Santo foram condenados o Jair Storck e o Aristides. A razão da condenação acho que foi que eles assumiram a situação. O Jair foi porque o próprio rapaz que indicou nosso nome, o Edgar, que foi torturado e tal, chegou aqui e parecia um cadáver e falou nossos nomes. Ele falou que aqui a primeira pessoa que ele conheceu foi o Jair, por isso ele foi condenado e o Aristides assumiu que era o tesoureiro ou secretário da Ala Vermelha do Espírito Santo e foram condenados os outros: Amorim, Laura e Stefano não. Eu tenho a minha decisão de absolvição. Dom Avelar Brandão Vilela, eu tinha ligação com ele.

Agesandro Costa Pereira – O senhor sabe que nessa época eles andaram prendendo o Arcebispo Dom Mota.

Sebastião Pimentel Franco – Acho que não foi preso. Ele foi para prestar depoimento, mas não ficou preso.

Agesandro Costa Pereira – O senhor conhece Ângela Milanez? Madalena? José Luis Souza? Iran Caetano? Guilherme Lara Leite? Depuseram aqui pra nós a Bete Madeira, foi sua companheira de ação? E a jornalista Miriam Leitão, o senhor participou com ela?

Antônio Caldas Brito – Conheci só o Iran Caetano e a Miriam Leitão, os outros eram de outra linha do PCdoB. Se os senhores quiserem nomes vou mandar vocês ouvirem Antônio Carlos Pimentel.

Agesandro Costa Pereira – Antônio Carlos Pimentel hoje é muito conservador.

Antônio Caldas Brito – Pois é, superconservador. E era do movimento. Nelson Aguiar também era do movimento.

Agesandro Costa Pereira – Sugeriram o nome de Nelson Aguiar. Eu disse Nelson Aguiar é gente do Gratz.

Sebastião Pimentel Franco – Mas as pessoas mudam.

Agesandro Costa Pereira – Se a pessoa mudou, qual é nosso interesse no depoimento dela? E se mudou por interesse é muito pior. Eu penso que quem mudou de lado não nos traz nenhum interesse, só do sujeito defender essa situação, então esses Árabes que estão fazendo essas atrocidades, essas pessoas fizeram muito maís que eles e ninguém jogou bombas neles.

Sebastião Pimentel Franco – Eu acho o seguinte: nós estamos relatando um momento da história, não estamos fazendo um julgamento das pessoas, até porque não é nossa função, não somos juízes, estamos tentando reconstruir um fato que aconteceu naquele momento e naquele momento ele participou, e se hoje é de extrema direita ou não, não importa também. Acho que isso é de suma importância, no meu entendimento, não estou fazendo nenhum julgamento sobre a pessoa até porque também uma pessoa que tenha participado do movimento contrário ao golpe que também poderia ser uma pessoa que pudesse ter muitas falhas, porque não podemos achar que todas as pessoas que ali estavam estão acima do bem e do mal porque eles eram adeptos contrários ao regime. Eu acho que a sociedade irá fazer o julgamento dessas pessoas. Agora eu te pergunto: valeu a pena?

Antônio Caldas Brito – O seguinte: não me arrependo de nada. Eu acho que naquele momento né, em que o país clamava por democracia eu não fiz mais nada do que minha obrigação apesar de todo o perigo que corri né, não sei se naquele período eu tinha noção do perigo que corria, eu acho que não tinha noção disso, mas nunca, em momento nenhum durante as minhas prisões, inclusive no Exército, eu procurei sempre meus companheiros para dar orientação em pleno OBAN quando todos estavam sendo interrogados ao mesmo tempo desceram todos os torturadores para torturar alguém que estava chegando, esse rapaz apanhou até morrer. Nós vimos ele desmaiado e depois ficamos sabendo que ele tinha morrido. Neste momento eu saí de sala em sala orientando o depoimento dos

meus companheiros né, que estavam naquele momento. Não tive medo hora nenhuma, pelo contrário, e hoje eu tenho consciência de que faria tudo de novo. Eu fico muito triste né quando vejo as notícias nos jornais, espero que isso não prolifere, faço aqui até um apelo a juventude brasileira, aos jovens: resistam!

Sebastião Pimentel Franco – É preciso! Agora algumas pessoas nos narraram que primeiro que não tinham consciência mesmo do grau né e é natural por serem jovens né, acham que o perigo ronda, mas não que não vai chegar, tinha uma compreensão de que se fossem pegos teriam uma retaguarda, ou seja alguém os protegeria, ou seja, sobre tudo porque o partido poderia dar uma base de proteção né, e depois descobriram que a coisa não era bem assim né, ficava meio que entregue a própria sorte e algumas pessoas nos relataram também de que isso repercutiu muito na vida delas, não só na vida privada como também na vida de familiares, embora você só tivesse um irmão aqui né. Como você falaria sobre esses 4 (quatro) aspectos: Se tinha noção do perigo que corria, se você tinha uma rede de proteção, de que forma isso impactou, de certa forma você falou que acabou não podendo fazer concursos públicos e se isso impactou junto a sua família, né.

Antônio Caldas Brito - Junto família não impactou, não sei, porque quando fui preso meu irmão era Procurador-Geral do Estado, meu irmão maís velho uns 20(vinte) anos de diferença de idade e eu sou o novo da família não teve acesso em momento nenhum das minhas prisões. A gente tinha uma certa ideia de que a organização pudesse nos defender. As organizações eram maiores do que elas realmente eram. Um fato também das organizações estarem na clandestinidade você não tinha muita ideia do tamanho das organizações. Eram todas escondidas, não tinham liberdade de se reunir e de se organizar. A mim repercutiu a nível pessoal porque até hoje tenho pesadelos, essa é uma das repercussões que teve na minha vida, mas nunca deixei de ter minha participação política, se você verem por aqui a própria Agência Brasileira de Inteligência, eu continuei e continuo participando politicamente.

Agesandro da Costa Pereira – O senhor foi aluno da UFES em que período?

Antônio Caldas Brito – de 65 a 68.

Agesandro Costa Pereira – Fui professor na UFES durante muito tempo e ouvi dizer que tinha um cidadão por lá que não era professor e se dizia professor, o senhor deve lembrar o nome dele?

Antônio Caldas Brito – Ficou famoso na UFES, seu nome era Alberto Monteiro.

Agesandro Costa Pereira – Me diziam que o sujeito que caísse na desgraça dele, mesmo que a desgraça pessoal era um homem perigoso.

Antônio Caldas Brito – É, a situação que nós vivemos no Espírito Santo foi muito difícil.

Sebastião Pimentel Franco – Encerramento feito pelo Sebastião Pimentel Franco que agradece ao Antônio Caldas Brito que disponibiliza alguns documentos à Comissão.

Oswaldo Oleari

Radialista, jornalista, publicitário; Ex-Editor de Internacional e de Política de A Gazeta,Vitória/ES; Fundador do Jornal da Cidade, ex-Debate, Jornal do MDB (1968/1970); Fundador da Eldorado Publicidade, primeira agência do ES; No rádio: "Clube da Boa Música" na Rádio Capixaba; Redator da Rede Tupi de Rádio e Televisão em São Paulo; "Jornal Agropecuário" e "Café da Manhã", RESanto; "Jornal do Povo" no canal 6, TV Vitória, (março/85 a março/88); Ex-colunista diário do site seculodiario, de 2000 a 2005; Fundador da Associação e do Sindicato dos Radialistas do ES; Fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo. Diretor de Produção da Rádio Espírito Santo; Diretor de Jornalismo da Rádio Espírito Santo; Diretor Geral da Rádio Espírito Santo (RTV Espírito Santo); Criador do Don Oleari Bar Doce Bar; Atualmente, o Clube da Boa Música está na Rádio Universitária, 104.7, às terças-feiras, de 8h às 22h.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, no dia 17 de novembro de 2014, às 15h, na Secretaria Executiva da Comissão, Palácio da Fonte Grande.

Sebastião Pimentel Franco: - Vamos conversar com Oswaldo Oleare, vamos conversar Oswaldo hoje, para que você possa rememorar, é, as suas memórias acerca desse momento da história brasileira, da história do Espírito Santo que foi o período, é, após a ditadura de 64. A gente começaria conversando com você, é, pelo... quando se consolidou o golpe, como você, é viu né, esses primeiros momentos do golpe, o que aconteceu de fato, o que que a sua memória pode nos trazer de elucidação dos fatos?

Oswaldo Oleari: - Podemos começar então?

Sebastião Pimentel Franco: - Hum, hum!

Oswaldo Oleari: - Bom, é, a gente, eu estava na faculdade de filosofia, cursando pedagogia e foi um período assim, muito, muito quente né, ah, o que antecedeu, o período que antecedeu ao fascismo, que é o 31 de março. Porque a gente tinha uma vivência, eu e outra, outro querido amigo e grande parceiro que é o professor Renato Vianna Soares, né, que acabou sendo preso lá na frente por que tinha pertencido ao grupo dos 11(Onze) de Muniz Freire, né. E nós fazíamos é, tínhamos lá um trabalho né, o Renato Vianna Soares era, era do PCB, do partido comunista. Eu era um mero colunista do jornal A Gazeta, eu escrevia uma coluna diária no jornal A Gazeta chamada “Diagonal”, que acabou é ficando é, sendo registrada como, até tem um registro que me gratifica muito do jornalista e médico Paulo Bonates, que já escreveu dizendo que a coluna “Diagonal” que eu escrevia diariamente na A Gazeta era então o espaço, o único espaço liberal que existia na imprensa do Espírito Santo. E de fato era, porque na coluna eu às vezes eu ousava, abusava né, eu acho que,

irresponsavelmente, às vezes ultrapassava certos limites, né, então, né. E, é... a consequência imediata do golpe foi que eu e vários companheiros perdemos o nosso empreguinho de colaborador do jornal A Gazeta, né, e aí eu posso citar algumas pessoas que são muito conhecidas na, na no Espírito Santo: é, Claudio Lachini, é Xerxes Gusmão Neto, Nabor Vidigal, que era um excelente jornalista e grande narrador esportivo, o diretor de A Gazeta Eloy Nogueira da Silva foi defenestrado também, imediatamente, o próprio filho do governador dono do jornal, o Lindenberg, Cariê. O Carlos Lindenberg Filho foi defenestrado também e penou em várias sessões de entrevista no, no trigésimo, então terceiro batalhão de caçadores, exatamente. Bom, essa foi a primeira consequência, foi a consequência imediata e eu me lembro que exatamente no dia 1º de abril, estávamos no CEU (Centro dos Estudantes Universitários), que era o..., né o famoso centro de estudantes no alto da rua do vintém. Estava lá, todo mundo né, sem saber o que ia acontecer né, por que muita gente, na verdade, que fazia revolução, supostamente apoiando o governo Jango né, de repente desapareceu todo mundo né, e quem não tinha ligações com nenhuma organização é, política e tal, como eu nunca tive e outros, né, ficaram pra ver o quê que ia acontecer. Na noite do dia 1º de abril me lembro que eu e um colega radialista chamado Jair Baptista que tá na vida aí ainda, tava lá no CEU né, todo mundo ali, aquela coisa, não sabe o que vai acontecer e tal, bebericando umas naturalmente e tal, aí eu e Jair, resolvermos: vamos, vamos dar uma volta pra vê, onde é que tá a revolução, coisa desse tipo, né. Tá, vamos procurar a revolução, saímos eu e o Jair Baptista do CEU, descemos e fomos ali pra onde é o Garapa da Cidade, viramos para a Jerônimo Monteiro e fomos caminhando, fomos até a Vila Rubim, até na altura do bar santos né, não encontramos viva alma na cidade. Daí falei: Jair, que revolução? Nós não encontramos a revolução né e tal... voltamos, pegamos o caminho de volta, voltamos para o CEU! – E aí, ó ou a revolução não chegou aqui ainda ou nós não conseguimos passar na mesma rua onde estava a Revolução. É, essa foi, uma, assim, um, como posso dizer, um efeito de humor naquela noite né, em que todo mundo esperava ali o que ia acontecer naquele dia dois de abril. Bom, mas é, paralelamente ao, é, as demissões de A Gazeta né, houve outras pessoas que eu não vou, ah sim, uma pessoa que, de grata lembrança que é o jornalista e poeta Darly Santos né, que era uma figura fantástica né, nós éramos muito amigos, a gente se convivíamos muito e tal. É, também teve que sumir né, quando ali, especificamente, quem sumiu com o Darly Santos foi um cara chamado Hélio Dória, quando a coisa pegou, o Hélio Dória pegou o Darly Santos e escondeu ele, escondeu ele lá em Domingos Martins. O Hélio tinha muita ligação né, ele era, sempre fui uma pessoa muito, muito ligada as pessoas que trabalhavam no jornal né, ajudou varias pessoas e tudo mais. Então foi um dos que ajudou a esconder, o Darly Santos, foi um deles. E assumiu a direção do jornal A Gazeta o General Darcy Pacheco de Queiroz, que era da família né, família Queiroz Lindenbeg e tal. E o general, e me lembro desse episódio muito claramente que o general chamou as pessoas que estavam sendo defenestradas, aí a mim particularmente ele me chamou e falou – Ó meu amigo, vamos fazer o seguinte, eu vou assumir aqui vou ver se ajeito ações, "que ele assumiu pra salvar o jornal, que senão eles iriam acabar fechando A Gazeta né" – E, e deixa acalmar a situação que lá na

frente vão vê como é, como é que a gente, se a gente consegue retornar e tal! Pensei, naquela hora falei - isso é papo de General né, tá querendo ser agradável comigo, ele não vai fazer isso nunca na vida, me enganei erroneamente, por que entre 3 (três) a 4 (quatro) meses depois o General Darcy Pacheco Queiroz mandou me chamar, e eu falei – Aí General, como é que tão as coisas? E ele falou – Eu tô te chamando pelo seguinte, vamos começar aquela coluna outra vez e tal! A coluna tinha uma audiência muito boa né, felizmente, uma audiência boa. E até no período pré, pré 31, porque era uma coluna que realmente dava vazão a uma série de coisas que não saíam em outros lugares né, e por causa disso, coluna na verdade era muito visada, é, por causa dessa coluna, por exemplo...

Sebastião Pimentel Franco: - O que se tratava essa coluna assim? Você lembra?

Oswaldo Oleari: - Ela, o começo dela foi na verdade para ser uma coluna sobre música popular porque eu trabalhava paralelamente na rádio capixaba. O Cariê mandou me convidar, queria fazer uma coluna de musica popular, mas aí eu comecei, além de música popular, tratar de outros temas e tudo mais. Tava na universidade né, tava na faculdade de filosofia né, onde tinha muito assunto, muita noticia boa, muito papo bom né, muito baile da odontologia né, (risos) e aí criamos o baile da FAFI também e tal. Então eu comecei a escoar muitos temas também ligados a vida estudantil né, universitário e tal, centros acadêmicos, essa coisa toda, movimento estudantil... que acabou predominando né na coluna, e como eu pesava às vezes muito à mão na coluna, às vezes pegava pesado e tal, é, constantemente, tinha um comandante do terceiro batalhão de caçadores que se chamava, era conhecido como Coronel Bandeira, ele ficou muito conhecido na crônica nesse período e tudo mais. Ele vivia pedindo para o General me tirar do jornal e o General dizia para ele: Ó, aqui no meu jornal mando eu, no dia que eu achar que devo tirar alguém, eu tiro, eu tiro! E quem, outra pessoa com quem muitos anos maís tarde acabei também me relacionando muito bem, que foi o Senador João Calmon, nessa época como ele tinha entrado na, na rede Democracia de Vitória, ele vivia pedindo ao general para me tirar do jornal, - Você tá trazendo os comunistas outra vez e tal! E eu nunca tive ligação nenhuma com o partido comunista, nunca tive também nenhuma, nenhum preconceito, sempre convivi bem com todas as correntes né, e tal. Então, é, o General me chamou entre 3 (três) a 4 (quatro) meses depois eu voltei a fazer a coluna e a coluna é, voltou a ser a coluna que eu fazia antes do dia 31 de março é e com a repercussão fantástica né, em todos os meios.

Sebastião Pimentel Franco: - Você me falou assim, que o João Calmon então, se posicionava contrário a sua coluna?

Oswaldo Oleari: - É, exatamente.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, é, você, durante o tempo que você ficou afastado durante 4 (quatro) meses e continuou na universidade. Você chegou a receber alguma sanção da universidade em função do seu envolvimento?

Oswaldo Oleari: - Não, não, lá na verdade, não, lá não! O que aconteceu na universidade, por exemplo, no trote de 64, eu me lembro muito bem disso porque foi um episódio ocorrido na praça oito, encontrei com o professor Ademar Martins e o professor Ademar Martins me disse assim... eu falei – E aí professor, tudo bem e tal. E ele falou – Ó, você toma cuidado! Eu falei – Por que, professor? - Eles vão te prender! – Prender por que professor? Eu não tenho nada a ver com nada e tal! – Não, mas o trote, aquele trote da FAFI, da faculdade de filosofia! Mas aí eu falei – Mas eu não tive nada a ver, não passei nem pela comissão, não tive nenhuma ligação com o trote nem nada! – Mas eles acham que você quem foi que escreveu varias frases daquelas que, eles, eles desfilaram no trote né. E uma delas era assim "Enfim, a revolução é coerente né, Castelo é um símbolo da era medieval" né, essa foi uma das frases! Uma das que o professor Ademar falou: Eles acham que foi você que escreveu aquela frase lá. Não tive nenhuma ligação com aquela história, mas por causa da marca da coluna eles achavam que eu tava envolvido naquele processo. Na faculdade quem me, é um colega seu, o Hegner Araujo, ele sempre dizia por causa da coluna: Oleare toma cuidado, eles vão te pegar, eles vão te prender e eu perguntava por que Hegner? Sua coluna, você está visado pela sua coluna. Hegner já tinha uma visão global. Na verdade eu fazia esse trabalho por entusiasmo, eu achava muito bom eu ter a oportunidade de dizer às coisas que quase ninguém dizia, e até então não estava acontecendo nada. No período que eu fiquei fora da Gazeta, eu trabalhava também na Radio Capixaba e uma das consequências maís imediatas foi: - os diários associados entraram na rede da democracia né, que apoiava a revolução. E o Governador Leonel Brizola do Sul criou a Lei da Legalidade, e nós que estávamos na área capixaba, e fomos insistentemente convidados ou quase intimados a colocar a Rádio Capixaba na rede da democracia. A Rádio Capixaba já era da igreja católica, Dom João Batsita da Mota e Albuquerque, que era o bispo.

Sebastião Pimentel Franco: - Seu programa na Rádio Capixaba era sobre o quê?

Oswaldo Oleari: - Era musical. Era o Clube da boa música, tem 53 (cinquenta e três) anos de existência.

Sebastião Pimentel Franco: - Só tocava Caetano, Chico...

Oswaldo Oleari: - Só tocava coisa boa, músicas de boa qualidade. Ao sermos insistentemente convidados ou quase intimados a colocar a Rádio Capixaba na rede da democracia, nós na rádio não aceitamos essa posição. O diretor da rádio nessa época era o Pe. Valdir de Almeida que penou um bocado na época, depois se tornou médico, mas ele sofreu muito, pois ele é o diretor. Nós então nos reunimos: Eu, Eleison de Almeida, Alencar Garcia de Freitas, que era o diretor comercial da rádio, que é outra figura que tem muita história para contar, pois, era radialista e bancário (era líder sindical bancário), o Alencar enfrentou pelotão do exército com metralhadora com líder sindical bancário. E nós 3 (três): eu, o Eleison e o Alencar conversando dissemos: Olha, nós não vamos entrar na legalidade, nós não vamos aceitar isso, nenhum de nós concordava, porque nós tínhamos um colega

que direcionou a linha Janguista (Jango Goulart) né, porque tinha pretensões de ser diretor de uns dos Institutos de Previdência que eram divididos na época né, mas aí nós resolvemos fazer o seguinte(eu, o Eleison e o Alencar) vamos falar com o Pe. Valdir e ele nos disse: - Olha acho que vocês deveriam ir conversar com Dom João Baptista da Mota e Albuquerque e explicar o que está acontecendo. Fomos falar com ele, e dissemos que nós funcionários não concordávamos com a entrada na rede da democracia. E falamos: Dom João, nós funcionários não concordávamos com a entrada na rede da democracia.

Sebastião Pimentel Franco: - Qual era a alegação de vocês para não entrar?

Oswaldo Oleari: - A alegação era que a gente não aceitava o golpe, e curiosamente, a gente não era Janguista. Eu por exemplo, historicamente tenho restrições pelo governo João Goulart que foi um período nefasto da nossa história política com aquele peleguismo desenfreado, desbragado, né. Então a gente é não concordava com o golpe, porque nós 3 (três) tínhamos uma posição que poderia dizer legalista, que seria o que? A sucessão normal através de eleições, essa coisa toda né, a gente presumia que em 65 houvesse uma eleição, que ia haver né, e que possivelmente o Carlos Lacerda seria um candidato a presidência ou Juscelino Kubitschek que eram candidatos fadados a voltar a presidência. Então a gente não aceitava o golpe propriamente. Fomos até o Dom João Baptista e mostramos pra ele a nossa posição o Dom João Baptista nos ouviu e de certa forma ele lavou as mãos. Ele disse: - Eu deixo a decisão para vocês, façam o que a consciência de vocês disser. Nós dissemos: - Dom João, a nossa posição é essa, não vamos entrar na rede da legalidade. Tem até uma coisa curiosa, a reunião que durou bastante tempo, ele até então ofereceu uma cachacinha e tal e acabamos tomando uma biritinha com D. João Baptista (risos). Voltamos para a rádio e o Alencar Garcia de Freitas sugeriu: - Oleare, você podia escrever um texto para colocarmos no ar firmando essa nossa posição, o porquê que não estamos na rede da democracia. Eu fui e escrevi o texto, um texto até ponderado. O texto foi lido e aprovado, elegemos o Eleison de Almeida, que era um locutor com uma voz bonita e que falava muito bem, para ler o texto no ar. Quando foi ao ar, começou a ler o texto, ao chegar maís ou menos na 4ª linha, a rádio saiu do ar. Pensamos: - Caramba! Justo numa hora dessas! Aí, bom, vamos ver o que aconteceu, pouco tempo depois a radio voltou ao ar, tentamos ler o texto pela segunda vez, ao ler o texto, uns 10 (dez) segundos, saiu do ar novamente, foi estranho, pensávamos que “eles” estavam checando, segurando a rádio. E a gente esperou, passou algum tempo e a radio voltou, na terceira vez ao voltar com o texto na radio capixaba, e não deu outra, não conseguimos chegar na quinta ou sexta linha e a radio saiu do ar novamente. Aí pensamos, não vai dar certo e o texto acabou não sendo lido.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas vocês já sabiam que era a censura?

Oswaldo Oleari: - Professor, aí é que tem um detalhe, não teve nada a ver com a censura nem com o golpe. Acabamos descobrindo, que o diretor técnico, muito inteligente, ele foi quem acionou para a

rádio para sair do ar, ele quem tirou por 3 (três) vezes a rádio do ar. Na época ele não se manifestou, não teve coragem de dizer pra nós o que havia acontecido, se ele era favorável ou não concordasse com a nossa posição. Na verdade, fomos censurados internamente, mas não sabemos se foi por ordem do Pe. Valdir de Almeida ou do Dom João Baptista, eles tinham posições muito boas e abertas. Bom, não conseguimos colocar nosso texto no ar e ocorria o seguinte: o nosso querido Gérson Camata, em quem eu votei a vida inteira, ele ia sempre à rádio que era na Praça Oito, e a rádio Capixaba estava ali na escadaria São Bento ao lado do Edifício Instituto Brasil Estados Unidos, o Gerson Camata ia várias vezes lá e tal, então a gente deduziu o seguinte o que o João Calmon estava pensando: A rádio capixaba, a Igreja vai perder o canal, canal de rádio até eu que sou maís bobo gostaria de ter um, e eles assumiriam o canal possivelmente. Essa foi a nossa dedução. Essa foi uma das consequências dos primeiros dias do golpe. Não conseguiriam ler o texto, a rádio abandonou toda aquela linha janguista, por influência dos subdiretores da rádio né que era José Roberto e não conseguimos, e padre Valdir foi afastado. Assumiu a Rádio Capixaba o monsenhor Rômulo Balestrero, que o senhor deve ter conhecido, que começou tentar enquadrar todo mundo.

Sebastião Pimentel Franco: - Era linha dura!

Oswaldo Oleari: - Linha dura, exatamente. Comigo, particularmente, ao me chamar para conversar, ele em um determinado momento, me perguntou: - Por que você não lê o "Jornal O Globo"? Porque a gente lia os jornais: "Correio da Manhã e Última Hora, não é?". Eu disse: Monsenhor, eu não gosto do "O Globo," eu gosto do "Última Hora", até porque era um jornal moderno, dinâmico, não pela linha política do jornal, mas sim pela linha editorial do jornal, a linha gráfica do jornal que era muito instigante né, e nós tínhamos colunistas fantásticos como: o saudoso Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), Paulo Francis né, João Pinheiro Neto e vários outros. Eu pensei: nossa, ele vai acabar me demitindo! Mas na verdade ele não me demitiu, ele segurou, porque a rádio continuou com a igreja né.

Sebastião Pimentel Franco: - O Padre saiu e certamente botaram uma pessoa muito mais próxima ao regime e a rádio mudou, panorama da rádio mudou?

Oswaldo Oleari: - Politicamente mudou, a rádio estava seguindo uma linha editorial totalmente pró Jango por influência de um subdiretor que tinha pretensão de ser um dos diretores dos Institutos de Previdência, mas a rádio mudou totalmente. Politicamente ele foi de 100 (cem) pra 0 (zero). Continuei com meu programa de rádio, porém muito vigiado, tínhamos que ter certos cuidados. A rádio na verdade se tornou apenas uma rádio musical e comercial.

Sebastião Pimentel Franco: - Na Gazeta você então só foi colaborador ou chegou a trabalhar de outra forma?

Oswaldo Oleari: - Não, nesse período era somente como colaborador com essa coluna.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, golpe instituído, quer dizer, o regime tende a endurecer, a vigiar, perseguir, como é vocês sentiam isso, vocês sentiam que eram vigiados. Você disse que não tinha envolvimento político com nenhum movimento: PC do B, PCB, mas muitos de seus colegas tinham, como é que o regime atuou em relação a essa situação?

Oswaldo Oleari: - Na verdade é o seguinte: o jornal que até então tava na linha pró Jango, com a ascensão do General do Exército Darcy Ribeiro o jornal também teve que se conter. O General Darcy teve uma conduta exemplar em termos de relacionamento com o pessoal do jornal né, em termos de tratamento. Ele era uma pessoa mansa, passiva, nunca cometeu nenhuma arbitrariedade com o pessoal do jornal. Quando a coluna voltou depois de 4 (quatro) meses fora do ar o General Darcy mandou me chamar e me disse: Meu filho, eu vou viajar e você alivia a mão aí enquanto eu estiver fora. Como já citei, tinha uma censura interna, pessoas do próprio jornal, remanescentes, que eram sensores. Minha coluna foi tremendamente censurada.

Sebastião Pimentel Franco: - Por mais que o General fosse uma pessoa flexível, mas ele estava ali certamente com uma finalidade, ele tinha seus limites dele também.

Oswaldo Oleari: - Exatamente, o objetivo dele foi salvar o jornal porque na linha que estava indo, e como aconteceram as coisas, o jornal seria praticamente fechado. Ele veio para salvar a empresa né. Quando o Coronel Bandeira ou Calmon queriam interferir na Rádio ele sempre se posicionou dizendo que a hora em que ele achasse que deveria mandar alguém embora, ele iria decidir, quando e quem ia sair. Ele sempre teve uma conduta ética. Certa época o Paulo Francis em sua coluna no Jornal A Última Hora quando houve a Marcha da Família pela Liberdade, em sua coluna, classificou as senhoras desocupadas de Copacabana que participaram da marcha da família e tal. Eu gostei muito daquela expressão e quando houve a marcha da família aqui, eu apenas transpus: “as senhoras desocupadas da Praia do Canto”, isso me valeu muito sofrimento porque foi uma das razões da coluna ter sido fenestrada.

Sebastião Pimentel Franco: - Você lembra dessa marcha? Como foi, o quanto mobilizou?

Oswaldo Oleari: - Mobilizou muita gente das classes dominantes, né, das classes altas, os colunáveis.

Sebastião Pimentel Franco: Qual foi o caminho que essa marcha fez, você se lembra?

Oswaldo Oleari: - Esse trajeto eu não me lembro, não, mas normalmente os movimentos eram todos feitos no centro. Como me lembro da marcha pela manutenção do Jango, saiu da Praça dos Trabalhadores e passou pela cidade inteira até a Praça Oito.

Sebastião Pimentel Franco: - Você lembra de algum colega seu que tenha sofrido perseguições por participar de partidos políticos?

Oswaldo Oleari: - Um deles especificamente que eu me lembro bem até pela relação que tivemos

desde o cursinho, foi o Renato Vieira Soares. Ele era ligado ao partido comunista PCB participou do grupo dos 11 (onze), que resultou mais tarde em sua prisão e ele ficou preso no quartel dos bombeiros no Parque Moscoso, né. Nós tínhamos acabado de fundar Eldorado Publicidade, curiosamente com o Carlos Lindenberg (Cariê) e mais outras pessoas, e quando o Renato foi preso todos os dias eu mandava um Correio da Manhã lá para ele na prisão, e de vez em quando eu ia visitá-lo. Uma das vezes que fui, estava me apresentando para entrar quando ele me viu disse: Não se preocupe, ele te conhece muito bem, te acompanharam muito tempo aí na época em que você frequentava o bar Marrocos, na Duque de Caxias, era reunião para fazer revolução e sim para beber Chopp e falava-se em política.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas vocês falavam de política.

Oswaldo Oleari: - Sim, falávamos, havia até uma pessoa que era famoso personagem do partido comunista que era Severino Bezerra, ele evaporou, nunca mais soubemos nada sobre ele. Manoel Santana que era da Folha Capixaba também sumiu.

Sebastião Pimentel Franco: - Você acredita que essas pessoas sumiram voluntariamente sumiu ou porque elas desapareceram?

Oswaldo Oleari: - Não, sumiram voluntariamente, sabiam das consequências.

Sebastião Pimentel Franco: - Se a polícia era bem informada e buscava confecções, vocês também tinham confecções e sabiam também, como voes ficavam sabendo se alguém estava sendo vigiado? Como era essa troca de informações de vocês?

Oswaldo Oleari: - Eu só fiquei sabendo que havia sido seguido por 2 (dois) agentes, no dia em que o Renato Soares me falou no quartel. Mas eu tenho um episódio logo nos primeiros dias da revolução que me marcou muito. Eu morava em Jardim América, um certo dia me aparece lá um colega que fazia direito. Nessa época havia várias linhas do comunismo: leninistas, estalinistas, e da linha chinesa, que eram os mais comedores de criancinhas, nós nos divertíamos com essas divisões. E aparece um colega, Antônio Carlos Pimentel, era advogado, para me convidar a dinamitar a Torre da Rádio Vitória que estava na rede da democracia. Eu disse: - Como é que é? Dinamitar a Torre da Rádio Vitória? – É, estamos fazendo um projeto e gostaríamos que você participasse. – Eu disse: - Pimentel, eu não acredito que dinamitar a Torre da Rádio Vitória vá resolver qualquer coisa, eu não admito esse tipo de comportamento de violência, acredito que não seja por esse caminho que vamos chegar lá.

Sebastião Pimentel Franco: - Não era essa democracia que você queria.

Oswaldo Oleari: - Não era essa democracia que queríamos, disse: - Não concordo, não participo e creio que vocês devam tirar isso da cabeça, isso é uma aberração. Bom na verdade, isso era apenas

uma encenação. Lá adiante, fui saber disso. Fazia parte desse processo que me seguiam, e que queriam me pegar, porque fiquei marcado devido à minha coluna [Diagonal].

Sebastião Pimentel Franco: - Mas o Pimentel seria, é...

Oswaldo Oleari: - Infiltrado. Algum tempo depois encontrei o Antônio Carlos Pimentel um tempo depois, onde? No gabinete do Governador Eurico Vieira de Rezende, quando me viu, senti que ficou sem jeito, um tempo antes me fez aquele convite, e hoje ele está nos braços da ARENA, dentro do gabinete do Governador, indicado pela ARENA. Esse episódio do Pimentel me ficou claro, que seria a resposta para eles me pegarem.

Sebastião Pimentel Franco: - Eram socializadas essas informações entre vocês? Pois, vocês acreditavam que essa pessoa fosse um informante.

Oswaldo Oleari: - Mas nós só descobrimos que ele era muito maís adiante. Para nós, ele era um radical da esquerda.

Sebastião Pimentel Franco: - Acho que ele foi Procurador do Estado.

Oswaldo Oleari: - Professor, essa colocação do senhor sobre socializar informações, era feita nos bares Marrocos e Britz. O Britz era o mais famoso, todas as tribos circulavam ali, de A a Z.

Sebastião Pimentel Franco: - Vocês tinham as informações, vocês tinham certos cuidados sobre as pessoas infiltradas, de serem pegos, ou não acreditavam nisso?

Oswaldo Oleari: - Não, nós não tínhamos muito essa visão. Maís tarde avaliando, nós até um determinado momento um tanto ingênuo. Lembro-me que o Dr. Augusto Nogueira da Gama Calmon, que fazia um brilhante discurso, ele fez vários discursos na antiga Central Brasileira, que havia muitas concentrações ali, eu acompanhei muito. No dia seguinte ao golpe, eu lembro que fui encontrar com ele no Edifício Alvares Cabral, eu falei professor: - Houve muita ingenuidade nessa situação toda, muito entusiasmo juvenil, muita desinformação e ele falou: - É você tem razão, porque caía tudo de repente, ouvíamos que o General estava com todo esquema pronto, todo articulado para defender o governo, na verdade, não existia esquema nenhum, o General Assis Brasil praticamente tinha meia dúzia de gatos pingados.

Sebastião Pimentel Franco: - Acredito que isso seja maís da característica do jovem, ele é destemido. Também não se acreditava que a coisa iria descambar, não acreditavam que iriam ser pegos, muito dizem que: - nós achávamos que se fôssemos pegos havia toda uma estrutura por trás que nos protegeria. Era muita ingenuidade, que é uma característica do jovem, ninguém tinha na verdade, uma dimensão de quanto isso seria feroz. A situação tomou certa proporção que fugia totalmente o controle.

Oswaldo Oleari: - O jovem, a esquerda não tinha quase nada de informação, falava-se, mas informação certa era muito pouca. Havia uma esquerda festiva né, era uma esquerda de boteco, e havia muito bicão. Sentávamos em 5 (cinco) dali a pouco tinha uns 10 (dez).

Sebastião Pimentel Franco: - Acreditava-se muito que tudo seria passageiro, a eleição vaí acontecer, e tudo vai passar.

Oswaldo Oleari: - Inclusive temos um registro que o nosso querido Perly Cipriano, por exemplo era um sonhador, ele preso, dizia: - Daqui a uma semana nós vamos derrubar tudo, está tudo no esquema, no máximo em 2 (dois) meses vamos derrubar tudo isso. Ele cansou de repetir isso. Ou ele era extremamente sonhador ou estava completamente fora do circuito, porque não tinha como. Eu acabei descobrindo que a situação não era brincadeira como imaginávamos foi no AI-5 em 68 que foi o golpe dentro do golpe, comandando pelo Marechal Castelo Branco, que esperava entregar o poder novamente a sociedade civil, eu fui ouvir o ato AÍ 5 na sala de comando do 3º Batalhão de Caçadores, no dia 13 de dezembro de 1968. Eu era diretor do "Jornal O Debate", que era o jornal da oposição consentida, jornal do MDB, fui intimado por uma grande figura o Carlito Lindenberg Von Shilgen, excelente pessoa, apesar da linhagem dele ser nobre, ele tinha como meta, chegar ao poder para trabalhar pelos pobres. Quando ele foi prefeito foi o que construiu mais escadarias nas partes altas da cidade. Nesse período havia nas forças dominantes o seguinte pensamento: - Se precisar prender os jornalistas comunistas, não precisa ter muito trabalho é só ir ao debate, porque lá estavam: - Xerxes Gusmão Neto, Ariel de Almeida, MIlson Henriques, Paulo Eduardo Torre, Rubinho Gomes, José Antônio Mansur, Alexandre Bear (tinha um texto belíssimo o que eu chamo de escracho humor). Trabalhei um longo tempo comandando o debate, que era ali na Avenida Maruípe, na casa do João Baptista Mota, ex-senador, com o Major Romão e o Capitão Magero dentro da redação. Eles davam expediente integral todas as tardes na redação. Major Romão posteriormente foi ser chefe da superintendência da Policia Federal que era de uma linha radical. O Capitão Maziero que era mais jovem do que ele era um intelectual, na verdade era de uma outra linhagem, muito educado. Eles nunca cometeram nenhum tipo de arbítrio de violência física nem verbal contra qualquer que seja. Nosso embate era discutir os materiais.

Sebastião Pimentel Franco: - Mas eles vetaram certamente algumas coisas.

Oswaldo Oleari: - Com certeza. Tiveram 2 (dois) episódios que marcaram esse período: - Eu criei um suplemento do debate chamado "O Jornal da Semana", que era um suplemento cultural onde todos participam na semana. Teve uma matéria escrita, que a certa altura do texto, continha a palavra "merda", eles me chamaram e disseram: - Isso não pode, sei que levamos horas discutindo a palavra "merda". Eu defendendo dizendo que era um suplemento cultural, literário, não tem nada a ver com a oposição, enfim, ganhamos. Outro episódio foi com a vinda de Dom Hélder Câmara, o Paulo Eduardo Torre chegou a mim e disse: - Oleari, eu gostaria de fazer a cobertura do Dom Helder,

gostaria de fazer uma entrevista com ele. Eu disse: - Beleza. E o Paulo Torre foi, cumpriu o protocolo e fez a entrevista. Dom Hélder havia sido anunciado que iria falar em Praça Pública, tiraram Dom Hélder da Praça, não aceitaram. Passaram-no para falar na Praça da Catedral, logo depois, foi anunciado que ele não falaria mais ali, não aceitaram. Por fim, Dom Hélder acabou falando dentro da Catedral. Na entrevista que o Paulo Torre fez com Dom Hélder a matéria não saiu.

Sebastião Pimentel Franco: - Dom Hélder era muito visado.

Oswaldo Oleari: - Muito visado.

Sebastião Pimentel Franco: - Na rádio como vocês sentiam a presença do regime? Colegas tiveram que sair ou tiveram que mudar radicalmente a programação?

Oswaldo Oleari: - A programação mudou, toda a programação política foi eliminada. Os únicos que tiveram que sair da rádio foi o Diretor que era o Padre Valdir de Almeida e José Roberto, os únicos 2(dois) os outros continuaram, mas em uma linha comercial, musical e informação local, até porque monsenhor Rômulo Balestrero estava lá e era linha dura, caso isso não tivesse acontecido a igreja teria perdido o canal para os Diários Associados.

Sebastião Pimentel Franco: - Como você não participou de uma organização política em termos de agremiação partidária, como é que se dava isso, era só nos bares que discutiam política ou montavam estratégias, porque você tinha amigos que participaram fortemente de organizações políticas.

Oswaldo Oleari: - Na verdade era nos bares, Marrocos, Britz e Mar e Terra e nos diretórios das faculdades, no ping pong da FAFI, tirando esses não havia nenhum outro encontro específico. Eu mais tarde fiquei pensando: - Como consegui passar por todo esse processo e nunca participei de uma reunião oficial do partido comunista, que era o partidão, o poderoso e influente.

Sebastião Pimentel Franco: - Qual era a repercussão quando ficavam sabendo que colegas, conhecidos, foram presos, ou foram torturados. Como se dava essa notícia?

Oswaldo Oleari: - Na verdade a coisa fluía boca a boca, não chegava a circular.

Sebastião Pimentel Franco: - Você visitou o Renato Vieira Soares, certamente outros foram presos, como se dava isso?

Oswaldo Oleari: - O Renato Soares era uma pessoa, embora fosse do partidão, mas ele tinha outra cabeça, era uma pessoa mansa, doce, muito culto. Quando conheci o Renato, na FAFI no curso de Pedagogia, eu dizia a ele: - Renato, eu não entendo o porquê que o discurso de vocês é internacional, vocês estão defendendo a crise não sei de onde. Eu vivo na minha rua, no meu bairro, eu tenho que resolver os problemas de lá, do meu município, porque aí sim vou tentar resolver os problemas da

minha comunidade. Você vai abranger quem de fato precisa de solução. Agora, vocês ficam discutindo problemas da Albânia, Europa, Ásia, Coréia do Norte? O que eu tenho a ver com a Coréia do Norte? Um dia, ele me disse: - Sabe que eu levei aquela nossa conversa para a reunião do nosso partido, e disse que você defendia essas ideias e sabe que teve gente lá que concordou? Fiquei feliz e disse: - Isso mesmo, vamos discutir problemas nossos. Passados alguns anos encontrei com o Renato e ele me disse: - Você foi um dos melhores amigos que eu tive. Apesar de ele estar umbilicalmente ligado ao partido e eu não estar ligado a nenhum partido nós estabelecemos um relacionamento de irmão mesmo.

Sebastião Pimentel Franco: - Estamos tentando marcar um depoimento com o Renato Soares.

Oswaldo Oleari: - Podem ter certeza que vaí ser um depoimento riquíssimo!

Sebastião Pimentel Franco: - Após o regime começar a abrandar, de estarmos caminhando para o final, algum resquício do regime a você especificamente, embora não fosse filiado a nenhum partido, mas você incomodava de alguma forma, acha que isso repercutiu na sua vida?

Oswaldo Oleari: - Repercutiu sim, muito. Relembrando o episódio da Marcha da Família pela Liberdade, eu fiquei marcadíssimo. Uma das famílias maís poderosas na época aqui, quando o General Nassib retornou ao jornal, um membro dessa família Guimarães, que era Dr. Itamar Pereira Guimarães era um opositor ferrenho ao meu retorno no jornal e questionava que eu era comunista perigoso comedor de criancinhas pedindo ao General Nassib, que me demitisse. Ocorreu que, com a fundação da Agência de Publicidade Eldorado pelo Cariê, o Gilberto Pacheco da Costa (sócio do Cariê na Eldorado Melhoramentos Imobiliários), o Dr. Armando Rabelo (foi Secretário da Fazenda), o Janc (havia acabado de vir do Rio de Janeiro da Rio Gráfica), e eu que fui convidado para ser o redator da Agência indicado pelo Janc, pois ele (Janc) e o Gilberto, já eram leitores da minha coluna no Jornal. Éramos nós 5 (cinco) os sócios. Devido ao trabalho que estruturamos para outras empresas, acabamos sendo chamados para fazermos um estudo para a firma "Orlando Guimarães". Eu pensei: - Agora o bicho vai pegar, porque o Dr. Itamar Pereira Guimarães era da família. A reunião foi feita com o Dr. Antônio Oliveira Santos, que hoje é presidente da Confederação Nacional do Comércio, eu e Dr. José Roberto. Fomos para a agência junto com Janc e ele disse para eu escrever um texto bem substanciado, Janc aprovou e levamos para empresa "Orlando Guimarães", que era uma das maiores acionistas da telefônica Telest. Dr. Antônio Oliveira Santos leu, e disse para nós: - "É um tratado". Ou seja, aprovou o texto, e já contratou a nossa agência para trabalhar para eles. Foi a partir desse trabalho que o Dr. Itamar Pereira Guimarães percebeu que eu não era aquela pessoa "perigosa" que pensava que eu fosse.

Sebastião Pimentel Franco: - Teve mais algum resquício que marcou a sua vida?

Oswaldo Oleari: - Houve sim oportunidades que eu tinha..., outro episódio foi o "Grupo João Santos",

ele nos chamou (a agência) para ver a possibilidade de trabalhamos para o grupo. Fomos: - Eu, Cariê e Gilberto Pacheco da Costa - para Cachoeiro de Itapemirim para nos reunirmos na casa dele (João Santos Filho), a conversa desenvolveu, mas chegou um ponto que não deslanchou mais, e não sei o que aconteceu, mas não fechamos nada com o grupo. Após algum tempo depois, eu estava narrando esse episódio ao famoso advogado, Geraldo Correia Lima, eu disse: - Tive uma impressão muito boa do João Santos Filho, pessoa muito inteligente. Ele disse: - Você sabe que o João, sempre pensou em levar você para A Tribuna, mas venderam para ele, você como "comunista". E quem te vendeu, foram os "comunistas" que estavam na Tribuna. E no fim, perdi uma oportunidade de ser contratado e de poder ganhar um belo de um salário.

Sebastião Pimentel Franco: - Você quer falar maís alguma coisa? As perguntas que eu tinha eram essas, já me dou por satisfeito.

Oswaldo Oleari: - Há coisas, professor, que acho interessante narrar, como por exemplo: Ainda no decorrer da abertura promovida pelo Ernesto Geisel, o senhor deve se lembrar disso, que houve uma tentativa de golpe pelo General Ernesto Geisel comandado pelo General Sylvio Frota (Sylvio Couto Coelho Frota), o então Ministro da Guerra. Estava tudo marcado, dia e hora em que o General Sylvio iria para Brasília, prenderia o presidente e tomariam o poder, ou seja, seria uma atitude mais radical do que o AI-5 de 1968. Só que o General Geisel tinha um sistema de Inteligência muito bem estruturado, porque no dia e hora marcado, quando o General Sylvio Frota desce do avião no aeroporto em Brasília, prendeu o Sylvio Frota e companhia, todos foram presos. Imediatamente após a prisão do General Sylvio Frota, isso em meados de 1977/1978, estou no estúdio, tinha um programa musical na rádio, onde eu fazia algumas entrevistas e fazia o teatro manchetado. Entra no estúdio de repente o Eduardo Nascimento que era diretor de rádio e TV da Fundação Cultural do Espírito Santo, e me diz: - Oleare, veja esse TELEX anunciando a prisão do General Sylvio Frota que era o Ministro da Guerra de um governo. Eu olhei e disse: - Caramba, quê que é isso! Se não tiver nenhum problema vou dar essa notícia. Li todo o telex, e acredito que fui o primeiro radialista a dar aquela notícia. Li todo o texto sobre a prisão e menos de 20 (vinte) minutos depois a polícia federal bateu na Rádio Espírito Santo. Mas não aconteceu nada conosco, eles só disseram que a partir daquele momento estava proibido dar qualquer notícia referente à prisão do General Frota. Infelizmente a Rádio Espírito Santo como um bom órgão público não guardou nada, não tem nada documentado.

Sebastião Pimentel Franco: - Não tem nada!

Oswaldo Oleari: - Nada, não tem um minuto de memória. O Danilo Souza e Ivana Soneghet, que é um querido companheiro nosso, conseguiu realizar aquele livro sobre: - "Nas Ondas do Rádio, o Espirito Santo em Sintonia: Rádio Espírito Santo 70 anos no ar", suou para conseguir o que conseguiu. Muita pouca coisa, a memória foi embora. Então vejo que esses momentos são importantes para

resgatar a história.

Sebastião Pimentel Franco: - Não adianta, primeiro que somos passageiros mesmo, não vamos ser eternos, felizmente ou infelizmente é assim que funciona. É como você falou, o problema de preservar a documentação no Brasil é sério.

Renato Viana Soares

Nasceu em Muniz Freire, Espírito Santo, em 14 de agosto de 1944. Filho de Jair Ribeiro Soares e Maria de Lourdes Viana Soares. Professor universitário, jornalista, pesquisador e escritor, Mestre em administração de Sistemas Educacionais e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

Foi professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo e do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Presidiu ainda, a Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. Ex-repórter da revista Veja e dos jornais Folha da Tarde, O Globo, A Gazeta, publicou também reportagens e entrevistas em outros órgãos importantes da imprensa brasileira (Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Opinião, Movimento).

Preso várias vezes e condenado pelos tribunais militares durante o período ditatorial, exilou-se durante oito anos na Europa, quando trabalhou em organismo internacional, na imprensa portuguesa e foi correspondente da revista Tempo, de Moçambique.

Publicou livros em Portugal e na Itália e realizou coberturas jornalísticas importantes em dezenas de países (da Guerra do Vietnam a Cuba, passando pelos conflitos de segurança europeia, ainda no tempo da Guerra Fria). Após o retorno ao Brasil, participou da reestruturação do Partido Socialista Brasileiro-PSB e, depois, tornou-se Secretário Geral de sua Comissão Executiva Nacional. Ocupou também a Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Vitória e as Secretarias de Estado do Trabalho e Assistência Social e da Justiça e Cidadania do Espírito Santo. Foi presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Justiça e Cidadania e, atualmente, preside o Instituto Théo Brandão.

Depoimento prestado a Agesandro da Costa Pereira e Sebastião Pimentel Franco, membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, Pedro Ernesto Fagundes e Paulo Souza, membros da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 24 de novembro de 2014, às 16h25, no Estúdio do Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo. O professor Vítor De Ângelo, membro colaborador da Comissão e os convidados Elio Ramires Garcia e Jair Viana Soares, também participaram desse depoimento.

Pedro Ernesto Fagundes: - Vitória, 24 de novembro de 2014, audiência conjunta da Comissão Estadual da Verdade com a Comissão da Verdade da UFES, entrevistando Renato Soares. Boa Tarde, Renato. Eu queria que você me falasse onde você tava, qual a sua atuação no dia 1º de abril de 1964? O que você fez, o que você participou, como você reagiu às notícias do golpe, enfim, tudo o que aconteceu a partir desse momento aqui no Espírito Santo, especialmente o que você participou.

Renato Viana Soares: - Boa tarde, a todos os membros da Comissão. Precisamente no dia 1° de abril nós estávamos inseridos nas manifestações. Passamos a noite no prédio da antiga UEE e dali houve algumas manifestações, uma delas foi até a frente do Palácio do Governo. Na frente dessa manifestação, não sei onde descobrimos um velho quadro negro e nós escrevemos com giz deitado: "abaixo a ditadura", eu e Perly Cipriano estávamos carregando esse quadro até a frente do palácio onde fomos contidos pela polícia militar. O objetivo dessa manifestação era que queríamos uma decisão, ou melhor, imaginávamos que teríamos uma decisão de apoio a nós da democracia, ao Jango, do governador Chiquinho (Francisco Lacerda de Aguiar), mas isso não ocorreu. Ele fez uma nota dúbia e logo em seguida ele aderiu ao golpe militar. Ele não tinha apoio político para ter motivo de resistência aqui. Então nós estávamos naquele momento já nas manifestações estudantis. Eu vinha recentemente para Vitória porque havia passado 01 (um) ano no interior do estado e retornando encontramos algumas pessoas conhecidas do movimento secundarista e nos integramos nas manifestações. Agora durante esse período da ditadura militar eu experimentei as várias repressões que ela executou. Fui preso várias vezes.

Pedro Ernesto Fagundes: - Onde?

Renato Viana Soares: – Estive aqui no Espírito Santo, em São Paulo.

Pedro Ernesto Fagundes: – Aqui no Espírito Santo em que local esteve preso?

Renato Viana Soares: – Antiga chefatura de polícia que ficava na Rua setembro e depois fui transferido para o Corpo de Bombeiros. Em São Paulo estive preso na Operação Bandeirante (OBAN), que depois transformou em DOI-COD, e depois no DOPS, em São Paulo. Aqui em Vitória fomos chamados, mas não como prisão, mas como detenção temporária, só algumas horas na Polícia federal. Também fui denunciado, julgado e condenado a cumprir pena e depois fui para o exílio. Passei 8 (oito) anos no exílio e retornei em 1980.

Sebastião Pimentel Franco: – Renato, você participou ativamente de todas essas ações que nos narra ligado ao movimento estudantil. Mas sabemos que o partido comunista capitaneava ou direcionava muitas dessas manifestações. Gostaria que falasse um pouco se você tinha essa ligação com o partido comunista e como se dava essa ação do partido junto a vocês estudantes ou outro grupo que participava, contrário ao regime...

Renato Viana Soares: – No inicio eu não participava de nenhum partido político. Entre as várias organizações de esquerda, havia uma que era um pouco sui generis, que se chamava "a esquerda independente", e aqueles que não eram do PC do B, da AP, da POLOP (Política Operária) e do PCB. O PCB se dizia esquerda independente. Eu só entrei no partido comunista em 1965 a convite aqui no ES na época do jornalista conhecido Xerxes Gusmão Neto, que era membro do PCB, hoje falecido. Nós vínhamos da área cultural que além das participações nas manifestações se organizava grupos

de jovens que eram mais grupos de estudantes. Havia todo um ritual para se ingressar no PCB na época, onde você passava um tempo como simpatizante, estudando as teses, debatendo o estatuto, e depois um dia você era aceito, porque também se pensava na confiança em que esse membro podia representar para todo o coletivo, porque era uma época de repressão e de espionagem principalmente em torno dos comunistas. Ingressei em 1965 e participei de várias ações do partido comunista tanto na militância direta como também internamente. Na estrutura interna cheguei a participar das conferencias estaduais aqui para se definir a linha política do partido e quando então nós tomamos conhecimento das várias correntes políticas com posições diferentes e só se unia na luta contra a ditadura, o ponto de unidade era a luta contra a ditadura e nessa época já se falava em constituinte em 1965, o partido comunista já tinha feito esse apelo a uma constituinte. Essas mobilizações aqui têm várias formas: nós fazíamos pichações, manifestações de rua, participação nas disputas dos centros acadêmicos, eu particularmente atuei muito na parte da imprensa estudantil e também a gente preparava, isso foi em 66 e 67, por orientação nacional interna dos comunistas, da gente usar as formaturas para fazer atos de protestos, então ou nós convidávamos personalidades, que eram personalidades de oposição, para paraninfar as turmas ou também escolhendo oradores que pudessem naquele momento significar um protesto, ter um ato e não apenas um ato formal de colação de grau. Eu mesmo tive uma experiência na minha formatura porque eu havia estado preso, cumprindo uma pena de 6 (seis) meses aqui, e quando retornei a faculdade de filosofia eu estava marcado, eu era um ex-preso político na faculdade já, e no momento da nossa formatura nós resolvemos não fazer as formaturas tradicionais da faculdade de filosofia que era por curso: de história, de ciências biológicas, de pedagogia e cada um fazia a sua formatura e em 1967 nós resolvemos fazer uma formatura só pra todos os cursos e escolhemos como paraninfo o professor Décio Neves Cunha que era diretor da faculdade e depois fomos escolher o orador que foi um concurso, orador com assembleia geral dos cursos, cada um expressava o que seria a síntese do discurso que ele ia fazer em nome de todos, e eu fui escolhido entre os 4 (quatro) concorrentes e aí o professor Décio renunciou, porque ele disse que ele não podia estar paraninfando uma turma na qual um subversivo seria o orador e isso gerou uma crise na faculdade de filosofia e então pra contornar o problema nós contatamos o professor Renato Pacheco que aceitou ser paraninfo, e daí veio o segundo problema, o reitor disse que não permitia que eu falasse a não ser que previamente ele lesse o meu discurso para saber se aceitava ou não. E ao emissário do reitor eu disse: não vejo problema nenhum, eu entrego o discurso, agora, se ele cortar qualquer frase do discurso eu vou subir, vou amarrar um lenço na boca (uma mordaça) e vou ficar lá até que vocês me tirem, ele escolhe. E aí o professor Renato Pacheco ponderou e no final depois vai lá com a polícia Federal também, o professor Renato disse: olha, você vai poder falar, você pode falar o que quiser, enquanto nós estivermos lá eu sou o paraninfo a seu lado, agora depois de terminada a colação de grau nós não podemos fazer maís nada, nisso eu falei e foi uma repercussão muito grande no momento o discurso, no colégio do Carmo que era um dos maiores

auditórios da época e estava plenamente lotado. Para evitar que me tomassem o meu discurso, na faculdade de odontologia, que era presidido o diretório pelo Perly Cipriano, nós usamos o mimeógrafo que era um dos únicos que nós dispúnhamos, para reproduzir cópias do discurso, fizemos centenas de cópias e no momento que eu falava eram distribuídas cópias entre os presentes pra que dali saísse pelo menos uma cópia e não tinha só a minha, porque eles não iam tomar cópia de todo mundo e a polícia federal estava lá embaixo no Colégio do Carmo. E eu falei e também a repercussão na imprensa, inclusive a nacional, mas a polícia com os colegas todos do lado ela não interviu. Na semana seguinte eu fui chamado por um Secretário de Segurança Antônio Dias de Souza, não sei se o amigo Agesandro lembra dele, o Agesandro era irmão de uma amiga minha que foi madrinha de meu casamento chamada Carmélia de Souza. Carmélia era boemia, poeta e escritora e através da Carmélia eu conhecia o irmão dela que era secretário de segurança e ele queria fazer uma reconciliação minha com o governador da época Cristiano Dias Lopes, eu já tinha tido atritos anteriores, fora do movimento estudantil e aí eu fui conversar com o Cristiano e ele tirou da gaveta uma cópia do meu discurso mimeografada toda marcada em vermelho. Em síntese ele queria que eu desse uma entrevista dizendo que aquelas não eram as minhas posições que eu tinha me equivocado, que eu não tinha feito àquelas críticas ao modelo educacional que ele estava implantado aqui no Estado e eu respondi pra ele: olha isso aqui eu falei em nome de todos os alunos e houve uma decisão de assembleia e mais ainda, eu falei e eu concordo com isso eu não posso retirar o que eu disse e ele respondeu pra mim: olha nós precisamos de pessoas como você e você será nomeado no cargo como professor se você fizer a entrevista, o jornalista já tá aí pra entrevistar você. Falei não, isso aqui eu não retiro absolutamente nada e se fosse eu só que fosse dizer eu ia dizer maís o que eu disse é porque que eu estava representando os estudantes. Aí ele disse: então a conversa esta terminada, levantou, eu saí e ele disse: olha no meu governo enquanto eu for governador você não trabalha no ES. Isso foi reproduzido por um jornal da época isso o que eu estou dizendo aqui e a ameaça dele nem se concretizou, e aí eu tive que deixar o ES e ir para São Paulo. Em São Paulo eu comecei a minha vida como jornalista. Fui um dos primeiros jornalistas da primeira turma de jornalistas da revista Veja, um dos fundadores da revista Veja, naquela época tinha uma posição muito diferente do que tem hoje a revista Veja. E aí comecei a minha vida em São Paulo já profissionalmente. Mas aqui com o Cristiano eu acho que foi o governador que tinha uma posição mais declaradamente dura, anticomunista, antiprogressista e ele expressava isso na oposição, ele era o líder da oposição ao Chiquinho e ele fazia uma política pelo interior do Estado criando o legis da antiga Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Essa campanha usava os prédios públicos, grupos escolares, e etc, implantavam os ginásios, que eram pagos, eles não eram gratuitos e depois durante a ditadura eles mudaram o nome pra Escola de Comunidade, porque o gratuito significava uma oposição a política do governo federal, da ditadura, eles defendiam a privatização do ensino. E no meu município, Muniz Freire, eu sou filho de uma família muito pobre, depois que eu terminei o ensino médio, a gente tava numa situação muito precária financeira, eu fiz

um projeto bastante ingênuo, mas como eu ia lecionar nesse ginásio lá em Muniz Freire, eu disse: vou economizar um dinheiro porque no final do ano eu vou a Vitória fazer o vestibular pra começar a faculdade e o colégio passou 10(dez) meses sem pagar o salário, então eu estava numa situação muito difícil no final desse meu projeto. Daí na máxima ingenuidade eu dei uma aula nesse colégio sobre a evolução humana usando aquele cartaz clássico onde parece o homem se transforma até ficar ereto. Usei isso, eu tava dando aula de ciências naturais, no dia seguinte o diretor me chamou e ele tava estressado, espumando, era um promotor público chamado Deo Schneider, um alemão alto, forte e ele disse: estou sabendo que o senhor deu uma aula de comunismo ontem, eu disse: - como, eu dou aula de ciências, o senhor disse que o homem veio do macaco quando todo mundo sabe que no paraíso Adão e Eva foram criados por Deus e eu não admito aula de comunismo aqui, e ele tava transformado, batia na mesa, levantou, ele era muito maís forte, muito maior do que eu, e disse: o senhor está demitido. Me demitiu. Houve greve dos alunos e tal, mas manteve-se a decisão. Eu era professor dos Educandários da CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) cujo presidente era o Cristiano Dias Lopes, no Estado. E daí um padre italiano chamado Constâncio Brunetti, era o coordenador pedagógico da campanha, esteve em Muniz Freire pra contornar a crise, não conseguiu contornar a crise, mas teve uma atuação como se fosse um magistrado. Eu fui demitido e não me pagaram, aí foi toda uma negociação, mas mesmo assim eu consegui um dinheiro emprestado, vendi essa dívida que o colégio tinha comigo com a pessoa que comprou a minha dívida e com esse dinheiro eu vim fazer vestibular aqui pra pedagogia na faculdade de filosofia. Passei no vestibular e vim pra cá no finalzinho de março, uns 03 (três) dias antes do golpe. Voltei pra cá em 1964. Por que eu tava no dia 01(primeiro) lá na UEE? Porque na faculdade de filosofia já quando eu entrei em contato, cheguei na faculdade, no primeiro dia de aula recebi 02 (dois) convites pra dar aula de alfabetização: um era um acordo da Usaid Norte Americana com a Aliança para o Progresso aqui e o Instituto Brasil Estados Unidos e o outro era do método Paulo Freire, um pagava o outro não pagava e eu precisava muito de dinheiro naquele momento, mas eu fui para o método Paulo Freire, fui para uma aula na UEE, só tivemos uma aula, porque no dia seguinte já pensava-se implantar o golpe, e eu estava na UEE nessa condição. Passa o tempo e o Cristiano como líder da oposição querendo mudar um pouco a imagem dele, como havia uma resistência grande dentro da faculdade de filosofia a CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos), porque ela contratava professores não formados fundamentalmente e daí o Constancio Brunetti pede demissão do seu cargo de coordenador pedagógico e ele foi à faculdade e disse: Olha eu quero alguém da faculdade de filosofia pra coordenação pedagógica, pode ser formado ou pode ser estudante, todos podem concorrer, porque lá não é um cargo de magistério mas de coordenação e fez uma prova entre os estudantes e eu passei em primeiro lugar, aí de demitido eu passei a ser o coordenador pedagógico da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, isso levou 03 (três) meses e eu no cargo ou coisa que o valha, saí a minha condenação da 3ª (terceira) Auditoria Militar no Rio de Janeiro, que no processo nós fomos revéis, nós não comparecemos.

Fomos julgados e condenados, quando soubemos da condenação, orientados por um dirigente comunista que era amigo nosso Aldemar de Oliveira Neves, médico comunista, foi candidato aqui a deputado, foi prefeito de São Mateus também no século passado, ele disse: por que você não conversa com o Cristiano, ele é um líder revolucionário aqui no Estado, quem sabe ele pode arranjar pelo menos um advogado pra vocês recorrerem da sentença no Rio de Janeiro? E ele emprestou o motorista dele, que tinha um Renault Gordini, pra ir até Guarapari na casa do Cristiano conversar com ele. Eu fui. O Cristiano recebeu bem na varanda da casa dele, bem à vontade, quando eu contei pra ele a história que eu tinha sido condenado como membro do grupo dos 11 (onze) e que tinha mais outros condenados do município lá de Muniz Freire, e ele disse assim: - olha, eu não sabia disso Renato, não sabia nada disso, eu sou um líder da revolução aqui no Estado e eu não posso me misturar com isso, então a partir de agora você está demitido e me despediu, entrou e me deixou na varanda da casa dele em Guarapari. E eu retornei derrotado, demitido da Campanha, condenado e sem saber o que fazer e quem ajudou também nesse processo, aí entrou a ajuda direta do Mário Gurgel, deputado estadual, a liderança popular eu acho que das mais importantes que esse Estado já produziu e Mario Gurgel aceitou acompanhar o caso. No entanto, como ele corria na justiça militar, ela tinha normas um pouco diferentes, nós fomos denunciados pela antiga lei de segurança nacional e como éramos civis deveríamos ser julgados pela justiça civil, mas o Ato Institucional nº2 nos alcançou quando ele passou todos os casos de segurança nacional pra serem julgados na esfera da justiça militar. E aí nós fomos julgados na esfera militar. Condenados, a gente pra recorrer tinha que estar preso, não podia recorrer em liberdade. E eu ainda estive no Rio de Janeiro clandestinamente; fui à auditoria militar, onde eles não me conheciam, olhei o processo pra pegar cópia dele e trazer aqui em Vitória, mas não teve solução. Aí eu tinha 02(duas) opções: ou eu entrava direto pra clandestinidade e saía do país- tinha um convite pra isso: pra estudar na União Soviética- ou cumpria a pena de 06 (seis) meses. Nós fizemos uma reunião do partido aqui e chegou-se a conclusão que era melhor cumprir a pena de 06 (seis) meses. E daí Mário Gurgel fez contatos com um coronel da polícia militar, amigo dele, para que eu realmente ficasse preso como preso político em prisão especial. E o coronel Lízio era um negro, partidário de Goulart, ofereceu o Corpo de Bombeiros e fez o contato com o chefe de polícia, ainda bem que essa era uma situação tão excepcional ainda que a gente tava sendo preso. E eu fui preso e fui levado diretamente para o Corpo de Bombeiros, não fiquei na antiga chefatura de polícia. Lá no Corpo de Bombeiros eu chegava, eu tinha 19 (dezenove) anos, um pouquinho menos, tava com o cabelo cortado rente e o coronel Lízio me colocou no alojamento dos aspirantes, aspirante é aquele militar que chega da academia e vaí se tronar tenente e começar a carreira dele. Eu com as minhas roupas e tudo, cheguei lá pra esse alojamento e quando eu saí no pátio os soldados, cabos e sargentos passavam por mim e batiam continência e eles não sabiam que eu era preso, só no dia seguinte. Então eu fiquei famoso no quartel e os militares fizeram uma gozação com os colegas que tavam batendo continência pra preso. Mas aí tem o desenvolvimento dessa história a experiência de você estar

preso num quartel vida, você tem experiências de vida pra mim, por exemplo, foi muito interessante esse período que eu passei no quartel. E a gente continuava os contatos com os colegas que iam nos visitar. Os professores da faculdade de filosofia do curso de pedagogia, a exceção de uma apenas, todos eles consideravam que eu estava presente em sala de aula.

Pedro Ernesto Fagundes: - Qual a professora que considerava que o senhor não estava presente?

Renato Viana Soares: - Eu vou chegar lá. Os professores consideravam que eu estava presente e eles aceitavam os trabalhos que eu enviava da prisão. Aí 02 (duas) freiras, principalmente, a irmã Élina e a irmã Antonietinha, elas levavam pra mim os trabalhos e eu tive tempo né, porque o Aldemar arranjou uma máquina de escrever numa mesinha que eu coloquei, aí já não lá no alojamento dos aspirantes, porque eu pedi pra que me tirassem daquele alojamento lá dos aspirantes e dos oficias, pois havia uma rixa muito grande entre oficial, sargento, cabo e soldado. Era uma disputa terrível interna no quartel, eu aprendi isso rapidamente e aí eu pedi pra me transferir e aí me transferiram para o alojamento dos sargentos. Bem, e lá eu que tinha tempo para estudar, escrever, datilografar na época os meus trabalhos e enviar pra faculdade. Eu passei de ano esse período, apenas fui reprovado em psicologia. Minha professora de psicologia era a esposa de um dos principais líderes de oposição daqui do Estado no MDB, o advogado Berredo de Menezes. A esposa dele me disse que me reprovou porque era muito arriscado me aprovar, que podia prejudicar o Berredo, que o Berredo era muito visado, então ela me reprovou. É, ela não podia realmente, ela não aprovou, o Sebastião a conhece. Até hoje quando ela me encontra ou até me encontrava, ela me pede desculpas, ela se arrependeu amargamente de ter feito isso né, mas foi uma coincidência, eu digo assim apenas politizando, porque era a esposa de um dos líderes da oposição aqui no Estado.

Pedro Ernesto Fagundes: - Renato, qual foi efetivamente a sua participação no grupo dos 11 (onze) lá em Muniz Freire?

Renato Viana Soares: - Total. Era um pouco familiar ainda esse grupo dos 11 (onze), dele participavam o meu pai, que também foi preso, demitido.

Pedro Ernesto Fagundes: - Qual é era o nome do seu pai?

Renato Viana Soares: - Jair Ribeiro Soares. Ele era motorista do caminhão do lixo da prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim. Ele foi demitido e nunca recebeu nenhum tipo de indenização nem retornou ao seu cargo depois de cumprir a pena. Foi o líder do grupo que se apresentava como líder do grupo que era o presidente formalmente, era um tio, chama Jonas Ribeiro Soares, é vivo ainda. E nós fomos condenados como formação de um grupo para militar pra derrubada do governo, aí que nós fomos enquadrados e o Jonas é cego: então era muito estranho né, mas é um personagem interessante ele porque sempre foi Brizolista, o que eu não era, eu era já nessa altura, já me

considerava socialista, mas naquele momento, naquelas circunstâncias, você falar já de Leonel Brizola em Muniz Freire já era um avanço. Lá em Muniz Freire nós fizemos e participamos de debates porque o acirramento da disputa ideológica era grande aqui no Estado também. E tinha um deputado aqui chamado Elcio Pinheiro Cordeiro que também realizava debates pelo interior sempre condenando o comunismo alertando a população pra o perigo que se passava. E lá em Muniz Freire, um dos amigos dele, era o Deo Schneider, esse promotor. Depois que houve o golpe esse promotor Deo Schneider preparou uma denúncia que foi assinada pelo presidente da câmara contra nós. E aí nós já tínhamos organizado 03 (três) grupos de 11 (onze), mas quando a denúncia saiu, nós nos reunimos antes e apenas assumimos 01 (um) grupo, os outros não, os outros 02 (dois) ficaram na clandestinidade dos nomes, porque esse grupo que nós assumimos tinha sido enviado como era a formalização. Se enviava uma carta para a rádio Mayrink Veiga que pertencia ao Brizola ou então diretamente ao Brizola e na rádio Mayrink Veiga eles leram a carta da formação com a cópia da ata da formação do grupo dos 11 (onze) de Muniz Freire. Como é uma cidade pequena e se acompanhava muito rádio, a rádio Mayrink Veiga tinha uma audiência boa, nós ficamos conhecidos antes do golpe como o grupo dos 11(onze), nós atuávamos como o grupo dos 11 (onze), distribuindo materiais a população, o semanário que era feito pelo Leonel Brizola, etc. E daí nós assumimos esse, mas, o outro a gente manteve. Nós fomos condenados, o Jonatas que é cego, ele passou 01 (um) ano preso, os outros passaram presos 06(seis) meses no Fórum lá em Muniz Freire e eu, tava aqui em Vitória, eles me colocaram aqui nas piores condições, que fiquei preso no quartel.

Pedro Ernesto Fagundes: - Foi torturado nessa época?

Renato Viana Soares: - Não, não houve tortura nessa época não. Houve um inquérito, né. Um militar do exército que foi a Muniz Freire pra ouvir, mas depois por falta de condições econômicas e também por resistência política, nós resolvemos não comparecer a auditoria militar que era no Rio de Janeiro. Ninguém compareceu, o processo foi à revelia e nós fomos condenados. Lá não houve tortura. Aqui no Corpo de Bombeiros também não houve tortura. Houve apenas um ensaio de uma restrição feita por um aspirante, que entre os aspirantes jovens, ele era o maís conservador. Ele já defendia que o Brasil era aliado dos Estados Unidos e ele tinha sido doutrinado na escola militar já com aquela visão geopolítica de que era o ocidente (Cristão) contra os comunistas. E um dia que ele estava de oficial de dia, eu tinha lá uma ordem do comandante que eu podia receber visitas a qualquer hora que chegasse, precisava que somente levasse para o local de visitas e ele pediu que um cabo, Alcino, me comunicasse que naquele dia eu não poderia receber visitas, que dali por diante eu só podia receber visitas 02(duas) vezes por semana: uma no domingo e outra na quinta-feira. O cabo me comunicou, eu falei: tudo bem cabo! Como não tinha visita naquele dia ainda, quando chegou o comandante, eu fui falar com o comandante, totalmente inocente de tudo. Cheguei pra o comandante, narrei o fato e ele disse: mas Renato, eu não dei essa ordem! Queria que o senhor me permitisse que eu vou ligar pra meu advogado porque é um direito que eu tenho de

receber visita, se o senhor esta restringindo, não tem problema nenhum, eu vou apenas conversar com ele. Passou um soldado e ele disse: chame o cabo Alcino. O cabo Alcino chegou na posição de sentido e ele não mandou ele descansar. Ele só disse e o cabo Alcino confirmou que a ordem era aquela que eu não podia receber visita. Dispensou o cabo Alcino e chamou o aspirante Freire. O aspirante Freire chegou, era um pouco gago viu, não era caricatura não, ele era um pouco gago, e ele disse: - porque eu acho que tá uma anarquia no quartel porque vinha até namorada dele aqui. Aí o comandante coronel Lizio, mas passou nele uma reprimenda na minha frente e disse:- o Renato tá aqui, enquanto eu for comandante ele pode receber visita a qualquer hora, porque ele tá aqui injustamente. Naquele tempo tinha isso, né. Eu saí lá do alojamento dos aspirantes porque todo dia quando eu chegava para o almoço era um debate entre os coronéis, entre os capitães etc, uma parte achando que era uma injustiça ter ali um jovem como eu preso, e outros dizendo que não, que esses estudantes estavam agitando muito e tal, e que tinha que dar exemplo e eu me sentia muito desconfortável entre os 02 (dois) grupos, quando eu pedi pra sair. Bom, aí foi desfeita a ordem e eu voltei Quando chegou a noite, eu tô lá junto com os cabos do dia conversando com eles, chegou um e disse: - rapaz, eu não pensava que você fosse tão corajoso, o que você fez hoje o quartel tá todo comentando, ninguém tinha coragem de fazer! Mas, o quê que eu fiz? Rapaz, você foi lá e entregou o cabo Alcino! Eu falei assim: eu entreguei o cabo Alcino, mas o que foi que ele disse? Você não conhece o cabo Alcino? Não, não conheço não! Cabo Alcino tá aqui rapaz na cozinha encostado porque ninguém tem coragem de mandá-lo embora, expulsá-lo da tropa, ele tem maís de 20 (vinte) crimes nas costas de mando. Aí, eu não sabia, não é. Ele mandou o cabo Alcino falar comigo, depois o cabo Alcino veio conversar comigo e disse assim: - Gostei da sua atitude porque foi de homem, você falou na frente, você não fez nenhuma fofoca por trás com o comandante. E daquele dia em diante se tinha uma coisa melhorzinha na cozinha o cabo Alcino mandava um pratinho pra mim e a gente conseguia qualquer coisa também que vinha de fora a gente distribuía entre eles. Porque havia uma parte desses militares aqui que eles eram janguistas ou eram brizolistas, aí tava mais entre sargentos, cabos, etc. De forma que eu tive lá vendo a violência assim que existia dentro dos quartéis, naquele momento, contra homossexuais, contra prostitutas, que às vezes eles saíam na madrugada prendiam prostitutas e levavam pra a cozinha e obrigavam essas mulheres a lavar as panelas da cozinha e depois soltavam. Agora esse tipo de violência de levar a gente ao quartel e na madrugada mesmo soltar eu vi praticada dentro dos quartéis, mas pessoalmente apenas essa restrição. Agora, posteriormente quando o regime vai apertando maís, a repressão vai aumentando, então já foram episódios diferentes que eu experimentei, mas isso já em São Paulo, porque eu saí daqui em 1968, foi quando eu deixei o ES. Mas, saindo da prisão eu retornei imediatamente pra as atividades estudantis. No dia seguinte eu já estava na faculdade e aí tem um elemento que dá pra a gente ter a dimensão das dificuldades às vezes do estudante, né. Quando eu fui pra prisão eu só tinha um par de sapatos. Era um sapato assim claro né , sapato esporte e pra não gastar aquele par de sapatos só, na prisão não precisa de sapato, eu ficava de sandália e deixei o sapato na nossa

república popular, onde morava o Perly, morava o Zé Cipriano e outros. E tinha um lá que não tinha sapato também e tinha o mesmo tamanho do meu pé. Aí quando eu retornei 06 (seis meses) depois ele usando o meu sapato, eu fui pegar o sapato pra ir pra faculdade, quando olhei tinha buraco debaixo do sapato e o sapato, o pé um pouquinho maior, não servia pra mim e naquela época pra ir pra faculdade de sandália era complicado e agora como eu vou pra faculdade? Aí a minha namorada quem comprou o sapato pra que eu fosse à faculdade no dia seguinte. Aí eu fui à faculdade e já na primeira semana que estava na faculdade houve uma assembleia, e eu como sempre falava nas assembleias, era um dos mais falantes, eu falei nessa assembleia em defesa do movimento que estava se propondo naquele momento e quando eu tinha acabado de falar na assembleia, veio um funcionário e falou:- Olha, o professor Décio tá chamando você lá na sala dele. Eu fui à sala do professor Décio e tinha sentado ao lado da mesa dele um fulano que eu conhecia, não sabia direito quem era. Aí ele falou assim:- Renato, tá aqui o Jair que ele é agente do DOPS e ele queria falar com você e aí eu chamei você aqui no meu gabinete. Eu disse: - Jair quê que cê quer? E ele disse: - Olha já nos conhecemos; eu já fui seu aluno no curso noturno e eu vim aqui apenas dizer pra você que você foi solto mas, que você não deve participar de nenhum movimento, nós estamos seguindo você e se você participar de qualquer movimento ou outras coisas, você pode ser preso novamente e você já tá falando aqui na assembleia e já ligaram e aí eu vim pra cá e você já voltou com a mesma atividade subversiva. Eu virei:- Não vou responder nada pra você e falei: - Professor Décio, como é que o senhor recebe em seu gabinete e chama aqui pra me pressionar, um agente do DOPS? Nós estamos aqui na faculdade, estamos debatendo mil ideias e eu admiro o senhor recebê-los! Por isso é que o professor Décio depois não quis falar comigo e quando eu fui eleito orador ele renunciou a ser paraninfo. O professor Décio era professor de francês. Ele era diretor da faculdade e foi meu professor no ginásio, no colégio americano. Mas teve esses 02 (dois) episódios com ele e é interessante que o professor Décio foi um dos fundadores do partido socialista brasileiro aqui no Espírito Santo no início da década de 50 junto com outros professores também, que depois se tornaram conservadores, mas na época quando que ele era jovem, né. Bom, eu só to ressaltando isso porque, já naquele tempo, não no caso do professor Décio, a gente já sabia da espionagem contra estudantes dentro da universidade. Porque foram formadas as comissões de inquérito em cada uma das faculdades pra verificar situação de professores, de alunos, isso foi publicado né, nos boletins oficiaís da reitoria e a gente tinha alguns funcionários que a gente já evitava. O Alberto Monteiro já era conhecido como um dos principais informantes dos órgãos de segurança e que ele foi até o final. Foi Alberto Monteiro quem montou, junto com o ex-reitor Manoel Ceciliano Abel de Almeida Filho, o Manoelito, todo o processo farsa pra desapropriar o patrimônio estudantil aqui no estado. Eu fiz, na década de 80, 02(duas) reportagens de página inteira do jornal A Gazeta mostrando todo e documentadamente todo esse processo. Os estudantes aqui tinham a UEE, que era sede própria na Rua Washington Luiz e ali em Bento Ferreira aquele ginásio que se chamava ginásio do DED que foi uma doação para os estudantes ao movimento estudantil na época do governo do Jones dos Santos Neves ali e ali se construiu aquele ginásio e o terreno ao lado era pra

ser construída a casa dos estudantes. E no governo do Cristiano Dias Lopes quando nós vencemos as eleições para a UEE e depois ainda os estudantes de direita, eles mantinham ainda sob controle a casa dos estudantes. E nós ganhamos a eleição da casa dos estudantes. Quando ganhamos a casa dos estudantes, isso foi me contado pelo ex-presidente dela, José Carlos Nascif, que era um dos líderes da direita estudantil aqui, ele foi ao palácio e o Cristiano disse: - Então Nascif como está a casa dos estudantes? Nascif: - Perdemos! Cristiano:- Então posso intervir? Nascif: - Pode! Aí, ele (Cristiano) ligou para o irmão dele e no dia seguinte a polícia foi lá e ocupou o espaço na casa dos estudantes, também ocupou o espaço na UEE e lá na UEE aínda como provocação eles instalaram uma dependência da polícia que funcionou tempos lá no prédio da UEE. E esse terreno e o ginásio do DED eles ocuparam e depois através do chamado Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), que era uma organização de acordo com a legislação autoritária que eles criaram. O presidente do DEE Tarcísio Soneghet junto com o Alberto Monteiro, ele assinou a troca dos bens do movimento estudantil com o antigo sanatório Getúlio Vargas que usaram pra construir o hospital das clínicas, porque a própria legislação da ditadura dizia que no caso de dissolução de entidades estudantis o patrimônio ficaria sob a guarda da universidade pra ser entregue a entidade estudantil assim que ela se reorganizasse. Daí, ele assinou como presidente do DEE doando o patrimônio né, para a universidade. Foram várias violações aí legais porque quem ficava vigiando o patrimônio responsável era o DCE, não era o DEE e o Tarcísio assinou e quem assinou junto com ele que o levou a fazer tudo foi o Alberto Monteiro. Então o Alberto Monteiro tem uma longa tradição não é, teve aqui dentro da universidade, ele e outros também, mas no caso específico de espionagem do movimento estudantil, que ultrapassou a década de 80 (oitenta) até posteriormente a década de 80 (oitenta) eles continuavam com a ASI (Assessoria de Segurança e Informações). Eles continuavam a atuar aqui dentro da universidade. Foi uma comissão de professores que foi formada aqui para fazer um esclarecimento de uma rebelião lá as rebeldias estudantis aqui dentro da universidade e eu participava dessa comissão. Nós levantamos então todos os assuntos, isso foi na década de 80 (oitenta), posso verificar depois os dados. Mas, eram os estudantes anarquistas do curso de comunicação e de brincalhões né, que pichavam os muros, e pegaram eles pichando aí e fumando um cigarrinho de maconha, e eles queriam expulsar esses estudantes, foi na gestão do Abi Zaid. Daí ele formou uma comissão administrativa porque ele queria expulsar esses estudantes e pediu que a ADUFES em Assembleia dos Professores, indicasse 01(um) professor. E os professores não queriam formar aquilo, e diziam:- como é que vamos atuar numa atitude repressiva? Aí eu disse: - eu topo! Aí eu fui para essa comissão e por sorte dentro dessa comissão tinha um professor que havia se filiado ao partido socialista, do qual eu era o presidente, eu nem sabia que tinha se filiado ao partido socialista, e aí na comissão que eram 03 (três), nós passamos a ter maioria, eram 02 (dois) a 01 (um) a comissão indicada pela reitoria. Bem, e nós começamos a investigar: chamamos os estudantes e nós chamamos também o Alberto Monteiro para depor - foi uma dificuldade enorme levar o Alberto Monteiro para depor, ele negava todas as coisas, etc né, e até que ele falou mal dos estudantes que

tinham danificado o patrimônio público e eu ainda fui muito irônico com ele: - como danificou? Alberto Monteiro: - eles picharam! Renato Soares:- Falei, como tinta sobre tinta tá protegendo mais o patrimônio, se eu botar camada de tinta protege, se eu boto outra protege muito mais! Alberto Monteiro: - mas e o que eles escreveram? Renato Soares: - ah, mas então não é tinta, o problema é o que eles escreveram, aí não, aí já é censura, aí já é atitude política, e nós não vamos condenar os estudantes aqui porque fizeram um ato político, você disse que era destruição do patrimônio e o patrimônio não foi danificado. E daí nós fomos ver os documentos que ele tinha da ASI e descobrimos inclusive casos de corrupção. Fizemos um relatório, o reitor fez uma pressão enorme para que o relatório não fosse aprovado. O relatório foi aprovado e nós exigimos no relatório depois da assembleia da universidade dos professores, exigimos que fosse retirasse daqui a ASI. E daí a ASI foi retirada daqui, que já tava morta quase, mas eles continuavam a usando ainda o seu aparelho de vigilância pública dentro da universidade.

Pedro Ernesto Fagundes: - Lembra do ano, data?

Renato Viana Soares: - Posso verificar anos, datas, não me lembro, já tem muito tempo, foi na gestão do Abi Zaid. Eu não sei, depois posso verificar não é pra vocês e informar em relação a isso. Mas a repressão aqui ela foi política, ela atingiu também o patrimônio do movimento estudantil, então é muito importante saber que o primeiro ato ditatorial em nível nacional simbólico foi atear fogo no prédio da UNE e aqui, posteriormente, foi ocupar o prédio e instalar uma dependência da polícia dentro do prédio pra funcionar e o outro foi ocupado e nunca maís os estudantes tiveram esse patrimônio de volta, mesmo sendo inserido na constituição estadual que esse patrimônio deveria ser devolvido aos estudantes.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, você falou que em 67 e 68 estava concluindo a sua graduação e daí pra lá, como foi sua participação?

Renato Viana Soares: - Eu fui pra São Paulo por meio de um processo de seleção que houve nacional, feito pela Editora Abril, que queria jovens que gostassem de escrever, que tivessem experiência e tal, mas não queriam muita experiência jornalística, queriam que soubessem escrever e tivessem nível bom de cultura geral. Participaram 2.000 (dois mil) jovens em nível nacional. Foram selecionados 100 (cem) e eu tava entre esses 100 (cem) selecionados. Eu fui para São Paulo e quase que a gente não chega, porque na viagem o ônibus da Itapemirim tombou, caiu lá dentro de um buraco, tivemos vários tombos, negócio inusitado você estar dentro de um ônibus e tá rolando. Mas chegamos a São Paulo e aí fizemos um curso, desses 100 (cem) foram aprovados 50 (cinquenta), pra formar a primeira redação da revista Veja e eu pedi pra ir pra Brasília pra trabalhar no Congresso Nacional. E fui né, naquele momento a gente tava pensando em reformular o conceito de jornalismo no Brasil. O Brasil fazia um jornalismo declaratório, ou seja, era pra se ter uma ideia pra se falar em reforma agrária um jornalista que trabalhava na Câmara chamava um deputado x e falava: senta

aqui, ele sentava, vamos falar sobre reforma agrária? Vamos! Aí ele pegava usava só: falou, disse, acrescentou, sublinhou, tal e pronto, montava uma declaração daquele deputado com a manchete e aquilo virava uma notícia. Nós não, nós queríamos interpretar a comunicação com um conjunto de fatos para o leitor. Então os fatos da semana nós íamos interpretar, nós não íamos fazer declaração. Nós ouvíamos várias fontes e depois aquelas várias fontes nós íamos reescrever e fazer um certo prognóstico antes de divulgar. As matérias teriam que ser muito bem apuradas etc, assim no estilo do jornalismo que já se fazia nos Estados Unidos, na França, na Alemanha etc. E foi um curso que a gente fez, um curso de alto nível. Nós só podíamos entrevistar durante o curso secretário de estado, governador e ministro, não se aceitava entrevistas de outras pessoas pra testar os estudantes. Bem, eu fui pra Brasília e aí em Brasília eu retomei contato com as correntes políticas né, que atuavam dentro do Congresso Nacional, e no dia do AI-5 eu tava lá quando o Marcio Moreira Alves fez o famoso discurso dele. Nós estávamos lá. Já tinha conhecido o Marcio anteriormente porque ele esteve aqui no Espírito Santo, nós o trouxemos aqui, fizemos aqui reuniões com ele e ele fez debate conosco e ajudei a escondê-lo depois que ele fez o debate antes dele ir para a clandestinidade. Depois veio o Ato 5, como todos vocês já conhecem suficientemente o efeito que ele teve na política brasileira, isso depois do AÍ 5 o noticiário político de Brasília reduziu muito a importância dele; houve uma reformulação de redações; eu voltei para São Paulo e fui trabalhar depois na Folha de São Paulo. Foi na Folha de São Paulo que eles me prenderam a primeira vez, em São Paulo, que já era a terceira, depois me prenderam a quarta, quinta, sexta né, por motivos diferentes, mas com acusações as maís distintas. Duas vezes eles me tiraram de dentro da redação da Veja sob a mira de metralhadora. Na segunda vez os policiais do DOPS chegaram lá e estavam no corredor. A redação da Veja era um pequeno corredor: uma parte saía para o sanitário e outra ia pra a redação, de forma que quando você passasse quando ia para o sanitário você via quem estava na redação, na sala de espera. E quando eu saí do elevador pra ir pra a redação eu vi que tinham 02 (duas) pessoas sentadas e, policial, depois de uma experiência jornalística você conhece, sem uniforme, de qualquer maneira você conhece o policial. Eu fui e avisei ao chefe de redação: olha, tem polícia na recepção, está esperando quem? Ele disse: não sei. Aí eu fui lá, passei pelo sanitário pra ver se eu confirmava: eram os caras, aí a recepcionista ligou e falou: olha, estão querendo falar com o Renato. Aí o chefe de redação falou: aí pode ser qualquer outra coisa. Eu fui lá e disse sou o Renato e eles disseram: você já está preso, agora! Me deu voz de prisão imediatamente e aí eu perguntei: mas por quê? Você está preso e só vai tomar conhecimento disso quando nós chegarmos à delegacia. Vou pegar minhas coisas então que estão em cima da minha mesa. Ele disse: não daqui você está incomunicável, você não saí maís. Falei: Ah, agora nós vamos embolar aqui, vai ser interessante, mas eu vou. Aí ele mandou outro policial junto comigo e não me contestou. Fui e cheguei na frente de toda redação e falei: olha, fomos presos dentro da redação da revista Veja. E veio gente de um lado e de outro e foi aquela tensão, vieram mais outros 02 (dois) policiais, leva e leva mesmo né, não tem outro jeito. E eu fui, né. Desta vez, aí quando chegou embaixo tinha mais 03 (três) carros da polícia.

Eu fui num carro, outro carro da polícia na frente e outro atrás. Saímos. E aí o policial que estava sentado no banco da frente, me algemaram né, pegou uma foto que tava na pasta dele, foto minha ampliada, eu usava barba, era um óculos com armação mais pesada, e o cara olhou assim e falou: olha aqui nós viemos aqui com 03 (três) carros pensando que era um homem alto e forte e, é um merdinha desse! Era mais ou menos o que valia não é, a vida. Dali eles me levaram pra fazer um reconhecimento que eu tava sendo acusado de participar de um ataque aos carros da folha de São Paulo. É que na primeira vez que eles tinham me prendido, era segunda, eu era acusado de pertencer ao PCBR, como eles desmobilizaram o PCBR em São Paulo, prenderam o Jacob Gorender e outras lideranças do PCBR, eles me prenderam também. Foram a minha casa de madrugada e me prenderam em casa. E eu era jornalista da Folha. Na Folha eu tive como desaparecido quase 02 (dois) meses, ninguém sabia onde que me encontrava nem o sindicato, nem jornalistas, ninguém. Quando eu retornei então, me soltaram, eu retornei a Folha. A Folha me demitiu por abandono de serviço. Ela tinha publicado a minha prisão né. Eu não tive o que fazer, só tive que fazer um processo contra a Folha, era também difícil de eu provar que tinha sido preso porque quando eu fui solicitar não é, ao meu advogado, uma declaração do período de prisão, requerer o período de prisão, o delegado riu na minha cara: cê tá pensando que eu sou besta, vou dizer que você teve preso por quase 02 (dois) meses, pra você me processar depois porque eu não posso manter você incomunicável nesse período, que nem a legislação da ditadura pretendia! Quem me livrou foi uma pessoa que eu não sabia quem era, foi por um acaso, porque quando eles me prenderam em casa eu tinha feito naquela tarde uma cirurgia no nariz, na parte interna do nariz chamada de turbinectomia, eu tinha uma alergia por causa do clima de São Paulo então eu fiz essa cirurgia e ficava um negócio esquisito né, porque botavam umas mechas no nariz, tapava aquilo com esparadrapo. E quando a polícia chegou lá em minha casa de madrugada eu tava com aquilo tapado e depois me levaram dali para o DOPS, direto pra sala de tortura. Quando eu cheguei na sala de tortura tava lá o delegado Sérgio Fleury, se vocês não conhecem, vão conhecer de nome. E isso já era quase 06(seis) horas da manhã, nós já tínhamos amanhecido, ele tava sentado na mesa com a equipe dele, aí quando ele me viu daquela forma e a equipe dele olhando também, ele disse: o que que é isso do seu nariz? Aí eu falei: eu fiz uma turbinectomia. Quando? Ontem à tarde. Aí ele olhou pros outros, o pessoal olhava pra ele e ele disse que merda que é isso? Aí eu expliquei o que era uma turbinectomia. E ele: bota esse filho de uma puta lá embaixo porque que agora já estou cansado de bater, depois a gente pega ele. Aí foi só que eles fizeram a ficha pra me levar pra carceragem é que eu soube a acusação que era membro do PCBR. Como o jornalista que tinha levado a polícia em minha casa era um amigo, era um jovem jornalista que tinham prendido né, e ele tava chorando no carro, levou até no meu apartamento, aí a gente já pode pensar na forma de se livrar dali. Como eu era jornalista da Folha, tinha sido preso e a folha me demitiu por abandono de serviço, a lógica: ele preparou não é, um ataque à folha para se vingar da folha, tocou fogo nos carros de distribuição da folha de São Paulo. Aí esse pessoal que me levou né, que disse que eu era

um merdinha né, era também da mesma equipe de Fleury, tava me prendendo novamente e aí me levaram direto para o DOPS pra fazer reconhecimento. Me botaram sozinho numa sala onde tinha que reconhecer que não era esse negócio de filme americano né, com vidro espelhado não, era um buraco só na porta que você só via o olho que passava ali prá ver se era você ou não. Então o primeiro motorista da Folha não me identificou. Os caras vieram e disseram: ele não identificou você, aí vamos levar você e botar você na prisão, era o outro prédio, já era noite, e uns dos caras falou: vamos comer alguma coisinha na lanchonete- o outro falou: é ruim, e com esse cara aqui, o que vamos fazer com ele? Não, a gente leva ele, porque ele disse que não é ele, ele disse que não é, vamos ver se não é! Aí me levaram, eu ali à mesa sentado algemado com os 03 (três) policiais. Aí me perguntaram: vai comer alguma coisa? Você pode até escolher o que você quer! Aí eu escolhi um sanduíche, trouxeram o sanduíche, comi o sanduíche, e o policial dizia: ou esse cara não tem nada ou ele é frio demais, ele é muito envolvido, porque o cara ficar do jeito que ele tá aqui, não tem jeito! Eu dizia: eu não tenho nada contra a Folha. No dia seguinte foram buscar o outro motorista da Folha pra fazer a identificação. Pedi pra colocar outras pessoas junto comigo pra ser feita a identificação, pra fazer a identificação vocês precisam botar mais alguém do meu lado, vocês fizeram isso ontem a noite de colocar eu sozinho, botam maís 03 (três) ou 04 (quatro) pra ver quem ele identifica, e aí eles botaram. Botaram mais 03 (três), que era o mesmo que policia. Veio o olho, passa, é um negócio interessante você ver aquele olho passando, né. Depois vieram, o cara que me prendeu veio falar: olha vou olhar o seu processo. Eu disse, mas cadê e a identificação? Ele disse rapaz esse motorista tá se borrando de medo cara, ele identificou o colega nosso que foi ele quem botou fogo e não foi você que estava na sala. Me deixaram mais uns 03 (três) dias presos lá e depois me soltaram dessa vez. O que eu quero dizer com isso é que a estrutura da Editora Abril participava também da segurança né, e da espionagem e facilitava, a instituição. O que estou dizendo aqui tem uma certa gravidade nacional mas 02 (duas) vezes me retiraram da redação da revista Veja, né, uma vez foi da operação Bandeirantes que me levaram para um quartel militar e era uma denúncia muito esquisita porque eu tinha um processo já correndo na Auditoria Militar e saiu uma ordem de prisão. E nisso que eles passaram né, naquele tempo se usava telex, e no telex que eles passaram para as unidades militares e outras constava o meu nome como foragido. E quando eu cheguei lá e o coronel foi me interrogar eu disse não, não estou foragido não. Ele disse tá, não tá. Eu disse meu nome saí toda semana nas páginas internas da revista Veja, na composição da redação, todo mundo sabe quem eu sou, então como eu estou foragido? Como, vocês não me acharam na redação da revista? Então eles ligaram para a Auditoria Militar e até que a Auditoria foi lá verificou, aí era um engano. Eles tinham colocado meu nome pra prender por engano. Ele veio e disse não, foi um engano e agora a gente vai liberar, só pegar um papel aqui pra você assinar. Esse engano depois de todo o período de demora, aquelas coisas todas, de me interrogar apesar do engano, quando ele foi me liberar era por volta das 10 (dez) horas da noite. Ele disse: agora você já pode ir Renato, eu às vezes era meio atrevido, aí eu falei: não, vou não! Por quê? Eu vou sair daqui às 10 (dez) horas da noite do quartel, eu sozinho

eu sozinho caminhando aqui do quartel? Vocês foram me prender dentro da redação da Veja, vocês vão ter que me levar! Daí o coronel ficou bravo e tal, chamou o cara e mandou me levar até em casa. Quando eu cheguei em casa já tinha um monte de jornalistas na minha casa não é, em solidariedade já com minha mulher porque o Renato foi preso na redação e sumiram com ele de novo, era noite e eu não apareci. Então garantia você não tinha nenhuma durante a ditadura. Hoje eu vejo algumas teorias que saem aí, primeiro da folha de São Paulo a dita branda, depois outras teorias de que realmente nós não podemos dizer que aquilo lá foi uma ditadura, mas foi um regime de exceção ou coisa que o valha. Houve realmente muitos períodos diferentes, tantos em relação o motivo da mobilização e da oposição desde o movimento estudantil até a política geral né, mas também houve mudanças nas organizações políticas nacionais e na própria legislação. Fazendo uma comparação da legislação internacional que o regime que nós vivíamos aqui sob o Ato institucional nº 5 não é uma coisa que só se encontra similar na legislação nazista, faça a comparação, pegue uma legislação compare com a outra. Direito a cidadania era nada, absolutamente nada, vou dar um exemplo pra vocês como eles gostavam da vida aí: depois dessas prisões eles me proibiram de sair da cidade de São Paulo, podia sair só com autorização e toda segunda-feira você tinha que passar na sede do DOPS pra assinar o livro de presença. E segunda-feira eu ia fazer uma entrevista porque eu tava fazendo free lancer para sobreviver e avisei a minha companheira: olha, vou passar, vou fazer uma entrevista com o presidente do sindicato das indústrias têxteis e depois eu retorno, e levei meu gravadorzinho, era tipo tijolo que o jornalista botava aqui do lado com umas folhinhas de papel, o nome do cara, o telefone e lá fui eu pra fila do DOPS, primeiro antes de fazer a entrevista. Entrei na fila do DOPS e tinha uma revista sobre indústria têxtil no Brasil, tava na minha mão com o papel ali dentro, e aí quando eu vou entrando um policial disse assim: olha não pode entrar com o gravador aqui, deixa o gravador. Deixei o gravador com a revista. Assinei, retornei, tava o outro cara de terno olhando a revista eu pedi a ele olha essa revista é minha e eu vou ter que sair e tal, ele entregou. Peguei o gravador e quando eu fui descendo a escada e 02(dois) caras do DOPS seguraram o meu braço e disseram assim: você está preso e me retornaram e aí me levam a sala daquele delegado, daquele fulano de terno que eu não conhecia, era um delegado, tinha havido umas mudanças no DOPS, era um delegado novo que estava no DOPS e ele olha pra mim e diz assim: você tem um ponto hoje, à noite - ponto era um lugar de encontro clandestino- eu disse: me diz uma coisa delegado qual o meu nome? Aí ele vacilou e eu disse: o senhor não sabe nem o meu nome, o senhor estava olhando a revista que eu tava ali, como o senhor sabe que eu vou ter um ponto? Ele chamou um outro delegado e falou: leva ele, que ele vai entregar o ponto hoje a noite. Aí me levou para outra sala, eu fiquei na outra sala, o delegado foi lá olhou a revista, viu o número do telefone, o nome que estava ali e falou: liga para esse número e ele ficou na extensão. Eu peguei, liguei atendeu a secretária: oi Renato ele está aqui te esperando aqui tal, tá confirmada a entrevista e eu falei: olha se daqui a meia hora eu não chegar é porque eu não vou, aí eu ligo novamente para marcar, tá bem, tá! O delegado olha pra mim triunfante e diz assim: agora você se entregou, agora

você se complicou! Por que eu me compliquei? Porque você já avisou que não vai, que sair daqui, em meia hora você não saí, então você já avisou para o ponto pra desmarcar o ponto. Aí eu xinguei um montão de coisas e tal! Traga o processo dele e lá vinha 1 (um), 2 (dois), 3 (três), tinham várias páginas formuladas. Aí ele olhou, olhou, pegou o telefone e ligou para o delegado superior dele e falou: olha, não tem nada contra o Renato não, ele saiu daqui tem poucos dias, tava preso, tem que voltar aqui para assinar o ponto, mas ele ia fazer entrevista era com o presidente do sindicato patronal, e tá se virando, não tem nada contra ele não. Aí desligou o telefone e falou: olha, ele mandou te deixar preso porque de noite você vai entregar o ponto. Você pode xingar e... Agora você fica aí, porque nós já conhecemos você, você é jornalista, já aprontou muita confusão não é, nas matérias que você faz, e eu tô numas investigações sigilosas, tem gente presa lá embaixo que se você for pra lá e ficar lá uma semana, duas, que eu não sei quanto tempo você vai ficar aqui, mas vão te soltar porque não tem nada agora contra você, você vai levar informação daqui pra fora e vai estragar minha investigação, aí eu vou ter que te prender mesmo, então você espera aí. Aí, esperei, tal, e lá pelas tantas ele voltou e disse: olha, só tem um local pra deixar você, pra você não se meter nas minhas coisas eu vou te colocar na solitária. E aí lá fui eu conhecer a solitária que não conhecia e aí eu não tive o prazer de conhecer a solitária no DOPS, que eu já tinha sido preso lá nos subterrâneos dele. Aí fui pra a solitária. Era um cubiculozinho não é, de 1,5 m (um metro e meio) por 1m (um metro), uma porta compacta na frente, uma luz no teto de piso lá com um pé direito bem alto no DOPS, e nada mais, e chão de cimento. E aí você entra ali e depois de um tempo você não sabe se é dia se é noite, aquela luz fica acesa o tempo todo. Mas tempos depois, quer dizer uma meia hora depois, a janelinha da porta que só abre pelo lado de fora né, a basculazinha, abriu e jogaram um pedaço de papel, um rolo de higiênico lá dentro. Falei uai, começou a solidariedade, não é! Daí, passado maís um tempo a portinha abriu de novo e aí caiu 01 (um) livro, que era 01(um) livro de Eça de Queiroz, A Cidade e as Serras, que tava faltando o primeiro capítulo. Bem, eu li aquele livro várias vezes né, o papel higiênico eu tive que economizar porque a gente já sabia né bem como que era aquilo. E lá 01 (um) dia um cara chegou dizendo: Renato muda a roupa, você vai subir e eu já tinha passado aí uns 10 (dez) dias. E eu subi, aí antes de entrar na sala do chefe ele disse: passa lá pela salinha da confissão. Aí cheguei lá, que era o local de tortura deles; eles mandaram tirar a roupa; tirei a roupa e eles pegaram e rasgaram as bainhas da calça pra ver se eu tava levando alguma informação pra fora. Aí me deram a roupa novamente e me levaram à sala do delegado. Quando cheguei à sala do delegado tava a minha companheira, minha esposa na sala, ele olhou e falou assim: é esse aí? Ela falou: é sim senhor, é esse aí! Então pode levar, porque eu botei ele lá e eu nem sei por que, eu já tinha esquecido dele e se você não viesse ele ia ficar mais tempo. Era isso que a vida da gente valia. Ela já tava me procurando o tempo todo e ninguém sabia onde é que eu tava, até que ela falou, chegou e aí ela fez isso, quando vai uma mulher como ela passa por todos os constrangimentos não é, da polícia, cantadas e aquelas coisas todas. Mas aí ela disse: ele veio aqui, tá aqui e eu vou ficar e eu vou sair só junto com ele. Aí que o delegado passou na hora e disse: como

é seu marido? É um baixinho? Ela disse: é! Ah, já tou me lembrando dele! Foi lá, mandou sair e mandou me soltar.

Sebastião Pimentel Franco: - Renato, eu queria retroceder um pouco, eu queria que você falasse um pouco das relações de gênero, quando vocês estavam participando do movimento contrário ao regime, existia a participação dos estudantes tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, com era a participação das mulheres nesse movimento?

Renato Viana Soares: - Olha é, a participação se você falar em termos da política geral não é, partidária aqui no Espírito Santo era pequena, que eu me lembre só tinha uma deputada na Assembleia Legislativa, que por sinal muito conservadora, que era Judith Castelo, não é. As lideranças femininas algumas nasceram durante o período ditatorial ainda, cresceram como foi o caso da Mirtes Bevilacqua, à frente do sindicato da UPES, Rose de Freitas que começou a surgir num outro período. Nos movimentos de jovens a participação das mulheres era bem maior, dependia também do curso né, porque o curso já selecionava por gênero naquela época, se você chegasse naquela época num curso de engenharia era raro você encontrar uma mulher; no curso de serviço social eram todas mulheres quase, isso já vinha da sociedade, ela já fazia as opções; chegava no curso de pedagogia, quando eu fiz vestibular, nós éramos, a gente brincava né, que éramos 4 (quatro)pessoas: tinha 02 (dois) homens e 02 (dois) pastores, depois tinham as religiosas, mas numa turma de 40 (quarenta) só 4 (quatro)eram homens. Mas nem por isso dentro da faculdade de filosofia você tinha lideranças femininas. Jerusa Vieira Gomes foi uma liderança não é, ligada a AP que desempenhou um papel importante naquele momento né, na faculdade de filosofia, inclusive ela me derrotou nas eleições para o diretório acadêmico. A faculdade de serviço social tinha umas lideranças também que elas participavam, assistentes sociais do movimento, tinham várias que eram ligadas a JUC - Juventude Universitária Católica ou a AP, onde predominavam a visão mais católica dentro da faculdade de serviço social e a sua evolução mesmo já vem, é a igreja católica que propõe o serviço social, né. Mas a participação feminina já era interessante né e a gente estimulava também né, a gente gostava que tivesse maís mulheres participando junto conosco. Teve mulheres que foram torturadas, não foi só 01 (uma) nem 02 (duas), né. No momento da repressão não havia diferença homem ou mulher, agora você tinha pouca participação ainda naquele tempo né de homossexuais, por exemplo, eles eram sempre mais, politicamente eles estavam um pouco mais afastados, participavam junto conosco mas só nas manifestações artísticas porque a resistência que a gente tinha aqui com os jovens ela se manifestava também de outras formas, então o pessoal que tava querendo fazer cinema aqui, pessoal que fazia teatro como o Toninho Neves, que fez cinema, teatro e gostava de escrever também, então a gente se misturava, era tudo que fazia parte dessa resistência. Se nós fazíamos um sarau, este era um nome muito antigo né, de declamação de poesia, por exemplo, essas poesias eram todas elas engajadas socialmente, que nós escrevíamos aqui. Teve um poema meu que foi proibido que, eu só publiquei fora do país, no exílio o livro de poemas, e aí as

mulheres estavam presentes maís nesses movimentos artísticos. Teve uma aqui que ficou muito mais conhecida que foi a Zélia Stein, é uma liderança do movimento e tinha outras pessoas que estavam junto conosco na crítica às relações conservadoras da sociedade, mas que não vinham muito pro terreno político, no caso da Carmélia, por exemplo, que incentivava bastante a gente né, ela se solidarizava com a gente, escrevia se solidarizando com a gente, mas não participava porque ela era fundamentalmente uma escritora não era uma escritora falando sobre política, mas era muito importante o que ela dizia e repercutia prá nós na imprensa. Outras pessoas como Oswaldo Oleare que tinha uma coluna que foi muito importante na época a Diagonal, era uma janelinha aberta ali pra nós né, e funcionou durante muito tempo. Eu escrevi também na Gazeta, mas logo o general me demitiu porque houve um protesto contra um artigo que eu fiz e aí ele disse: olha, comunista aqui não pode não.

Sebastião Pimentel Franco: - Teve uma pessoa que deu um depoimento pra gente e ela narrou um fato que queria ver se você conseguiu visualizar isso tal qual essa pessoa visualizou: ela disse que em relação aos homossexuais havia um certo preconceito de algumas lideranças, inclusive ligadas ao partido comunista como não havia uma certa confiança nessas pessoas?

Renato Viana Soares: - Olha, de minha parte nunca houve né e dessas pessoas que estavam maís diretamente ligadas a mim também não havia nenhum tipo de discriminação. A discriminação existia de uma forma geral, talvez nos segmentos maís antigos né do partido isso existisse, inclusive tinha gente que era muito ligada a nós aqui que eram homossexuais assumidos que participavam junto conosco no movimento artístico e não tinha nenhum tipo de discriminação. Teve um desses que era homossexual, que era artista também, já faleceu, e que houve um fato interessante quando eu fui pro exílio à versão que circulava aqui é que eu tava na França, isso era pra que eu pudesse me comunicar aqui dentro do país. Então tinha uma senhora na França em Paris que recebia minha correspondência na casa dela né, que colocava em outro envelope e envia pra mim onde é que eu tava. E aí esse artista aqui do Espírito Santo, amigo nosso, jovem, ele arranjou uma viagem a Paris e foi a minha casa pra buscar o meu endereço porque ele queria encontrar com a gente e aí deram o endereço a ele. E chegou em Paris e foi lá na casa e acabou com a minha clandestinidade né, tive que trocar o endereço que já funcionava tão bem já há algum tempo. Ele era homossexual e eu tinha total confiança nele, nós também tínhamos total confiança. Eu acho que não existia um preconceito muito acima do preconceito da sociedade, vamos dizer assim é o preconceito da direita, inclusive por motivos religiosos ou outros que tinham esse preconceito, mas entre nós já era bastante avançada à falta de preconceitos, às vezes ficava maís no bullying do que na condenação direta. O dia em que eu participei de uma reunião em Paris no exílio e tinha lá um ex-diplomata, ele tinha sido demitido do Itamaraty e tava participando conosco da reunião, ele era homossexual e fizeram uma brincadeira com ele e durante o debate e ele respondeu: li Marx, Engels e Lenin, nenhum condena, continuo sendo! Né, se você pegar os clássicos do marxismo não tem nenhum que condene, ao contrário,

todo mundo se admira muito da amizade de Marx por Engels né, uma amizade realmente fraternal aquela né entre os 02 (dois), mas infelizmente existem posições diferentes com relação a isso. Quanto a mim eu sempre defendi essa liberdade que é constitucional né, agora digo pra vocês uma coisa: se alguém tivesse de cueca vermelha quando tirasse a roupa na sala de tortura, apanhava ainda mais, porque aí eles diziam, é veado, porque cor significava não só que era comunista não, era que era veado. Se eles suspeitassem aí você podia apanhar ainda mais na sala de tortura por causa da cor da roupa, aí o preconceito era livre.

Pedro Ernesto Fagundes: - Renato, quando você volta aqui pro Brasil, pro Espírito Santo o seu processo de contratação pra você trabalhar aqui na Universidade, houve algum problema com relação aos seus processos pelo fato de você ter sido preso, de você ter sido exilado, alguém levantou algum tipo de problema em relação a isso?

Renato Viana Soares: - Foi a comissão né, do Departamento de Comunicação, eu nunca imaginava que ia ser professor né, eu retornei, na época eu retornei de navio por 02 (dois) motivos: primeiro que navio você podia levar maís coisas que navio não tem peso né, na sua bagagem, é metro cúbico e eu não sabia disso né, e segundo tem um navio que vinha de Portugal pra cá pra fazer o verão aqui em Funchal a passagem dele de vinda era uma muito barata; terceiro motivo meu pai tinha tido um infarto, e aí eu ia voltar, daí eu tava preocupado em chegar de repente em casa não é, e meu pai ter algum problema. E aí você vindo de navio você ia não é, pouco a pouco, você ia avisando pra ele que tava chegando, tava chegando, aí ele se preparava melhor, né. Aí quando eu retornei aqui a Vitória eu tinha um convite do Mino Carta para trabalhar com ele no Jornal chamado A República que ele tinha criado em São Paulo, na editoria de política. Eu não pude vir na época que ele fez o convite porque eu não podia voltar ainda, mas ficou adiado para assim que eu voltasse 02 (dois) ou 03 (três) meses depois. E daqui eu fui pra São Paulo e quando eu cheguei na redação o Mino falou: hoje é a maior tristeza da minha vida, é a última edição do República, amanhã fecha. Tinha uma greve de jornalistas em São Paulo, demissões não é, um mercado nervoso dizer assim, eu retornei aqui para Vitória, Espírito Santo, na época eu não tinha casa, mas eu tinha 02 (duas) filhas, uma nasceu em Portugal e a outra eu levei daqui pro exílio. Não tinha essa coisa elementar: garfo, faca, prato, isso faz uma falta danada. E fui morar em 02(dois) comodozinhos nos fundos que tinha da casa do meu sogro, um quartozinho e um banheirinho, fui morar ali até a gente refazer a vida, e aí quando foi essa Comissão dizendo que eles estavam precisando de professores no curso de comunicação, foi quando eu iniciei o processo pra essa hipótese aqui da universidade. Houve um zum, zum, zum, houve bastidor somente, mas não houve nada que tenha se concretizado pra impedir. Eles trouxeram pra eu assinar, quando eu cheguei, do Departamento de Pessoal um documento que eu chamava aquilo de confissão ideológica, pra assinar dizendo o que você era e que não era, e aí repudiando as formas dos estudantes comunistas, aquelas coisas. Me apresentaram aquilo, eu falei: não assino não. Mas por que você não assina? Mas todo mundo assina? Se você me mostrar a

norma que esteja, porque você me mostrou uma relação de documentos não tem aqui este documento, se você me mostrar onde está aqui a exigência deste documento ou se você me fizer por escrito e me der cópia dele aí eu assino. Não, esse é extra oficial, quando as pessoas entram aqui assinam. Não assino não, deixo de entrar, mas não assino, não. E aí eu entrei, foi quando esse documento deixou de ser exigido aqui na universidade, em 1980. Eu voltei em dezembro de 79, a anistia foi agosto, eu não retornei imediatamente porque tinha algumas coisas pessoais pra resolver, além disso, minhas filhas ainda estavam na escola, em 02 (dois) meses né que eu estava retornando de Portugal, onde estava nesse momento era Portugal, estive em outros países antes, mas finalmente eu estava morando em Portugal, porque eu readquiri a minha nacionalidade quando eu fui pra Portugal, antes eu viajava pela Europa, pelo mundo afora aí, mas com outras identidades, fui cidadão de outros países viajando porque isso era próprio né, da clandestinidade. Eu viajei por muitos países como jornalista ou também fazendo trabalhos políticos no exílio e sempre tomando todos aqueles cuidados né, para não sair em fotografias, pra não deixar de se revelar, etc, um trabalho às vezes próximo da espionagem, né. Aí, passa o tempo e eu necessitei de umas documentações aqui no Brasil, inclusive dessa parte não é, do quê que os órgãos de segurança tinham sobre a minha pessoa, com a constituição de 1988, você podia solicitar isso aí, ela abriu esse espaço pra você, o habeas datas, e aqui em Vitória eles se recusavam a dar qualquer informação. Aí, eu enviei, aí já bem maís tarde, agora né, recente, para o governo de Fernando Henrique Cardoso (no início do governo) e eles mandaram de volta pra mim. Aí, fizeram uma biografia, um perfil de várias páginas da minha atividade política que estava lá no Serviço Nacional de Informações. E aí, eu lá todo clandestino, fora, eles diziam assim: embarcou no aeroporto de Orly na França prá tal lugar; embarcou em tal aeroporto; falou no congresso tal; tava no congresso da Paz em Moscou, então resultado, eles sabiam muita coisa e eu tava me protegendo, mas eles sabiam, não é. Em Paris teve lá uma vez que o Serviço de Nacional aqui de Informações instalou um telefone num determinado local, onde eles sabiam que os exilados frequentavam, e um deles lá deu a notícia: olha, telefone tá funcionando, ele liga para o país como se fosse ligação local, sem nenhum defeito, e muita gente passou a ligar e o defeito era realmente a gravação de informações. Você estava fora do país, mas eles estavam seguindo você e eu não era, como dizer assim uma pessoa de primeiro escalão ainda que como jornalista eu estive presente nos principais eventos políticos daquele momento, trabalhava numa agência de notícias e pude estar presente nestes locais. E também como clandestino eu passei desde a guerra do Vietnam até os movimentos de Cuba. Então estes locais eu frequentei. Passei quase 03 (três) anos fazendo uma publicação de solidariedade ao Vietnam durante a guerra, que era editada em 05 (cinco) línguas e enviada pra todas as entidades de solidariedade ao Vietnam, e interessante quando eu estive no Vietnam eles me deram uma aula sobre isso, que nós no Brasil não explorávamos muito, que é o peso da força da solidariedade internacional e você aprender a despertar né essa solidariedade, despertar todo esse movimento, isso salvou vidas aqui no Brasil quando você pode denunciar lá fora algumas pessoas que estavam presas.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você tava lá na Europa fazendo serviço ligado a qual organização, que entidade?

Renato Viana Soares: - Primeiramente eu saí do Brasil e um jornalista muito conhecido na época, chamava Otavio Ribeiro, ele tinha um apelido de pena branca e ele era um especialista em matérias policiais, matérias de violência etc, e eu era jornalista investigativo da revista Veja e teve uma época em que nós fizemos algumas reportagens juntos, se tornou muito meu amigo e ele tinha várias fontes e uma dessas últimas vezes que eu fui preso ele disse que meu nome tinha sido incluído numa lista pra matar, eles sabiam que eu tinha coisa mas não podiam provar contra mim ainda porque eles não tinham documento, então outra vez era pra matar e ele me informou, me deu os dados e tudo. E eu não conseguia tirar passaporte por causa das prisões, daí abriu um centro de identificação num bairro de São Paulo e não existia ainda essa informatização, era tudo feito por fichas né e através do contato com o Ribeiro fui lá a esse bairro, declarei que a minha identidade tinha sido perdida, fiz uma outra identidade paulista e em seguida pedi a informação sobre a minha ficha baseado nesse novo número de identidade, hoje isso seria impossível fazer né pra identificação, mas naquele momento funcionou, aí me deram uma certificação de que eu não tinha absolutamente nada, eu consegui tirar o passaporte. Nós fomos inicialmente pra Paris dando os azares de praxe né. Nós embarcamos do Rio de Janeiro pra Paris e houve uma pane no avião, nós aterrissamos né em São Paulo, aliás não, nós ficamos mais 24 (vinte quatro) horas no Rio e não sabemos o que acontecia nessas 24(vinte quatro) horas. E dali fomos pra Paris; chegamos em Paris à noite; chovendo muito; eu tinha 500 (quinhentos) dólares no bolso, era todo o dinheiro que arranjaram pra mim; uma mulher junto e uma filha de 08 (oito) ou 09(nove) meses no colo. E o meu contato em Paris não foi ao aeroporto, então era noite, chovia e isto ficou marcado bem porque no trajeto do aeroporto até uma daquelas gates perdeu-se a mala da minha filha que tinha toda a roupa dela né, então foi uma sorte encontrar um local pra ficar em Paris e depois eu saí à procura do nosso contato, porque eu tinha o endereço, era nos arredores de Paris, você ia até a última porta, até a última estação de metrô, pegava um ônibus ainda e o cara do hotel me disse: é longe, é complicado. Aí eu fui, junto com a minha mulher e levando a Gabriela, minha filha. Cheguei no apartamento, bati, eram uns franceses que moravam, não era o endereço dele, tava errado. Desci, era o segundo andar, fiquei na pracinha ali tomando um ar né, o quê que eu vou fazer agora, né? Tô aqui em Paris, só tenho esse dinheiro, o contato o endereço está errado, ele não foi. E nisso, chegou uns meninozinhos franceses, que a Gabriela sempre tava mexendo com os outros, era muito sorridente, muito simpática, os meninos chegam e me veem falando aquele idioma estranho com a minha filha que eles não sabiam o que era. E eu olho os meninos, eles ficaram ali, me deu um negócio maluco na cabeça: eu vou perguntar se eles conhecem o Messias Pereira, e aí perguntei pra menina e ela disse que não, e aí um outro menino disse que conhecia. Aí ele me levou. Ele morava no apartamento de cima, só tava errado o andar e depois eu brinquei com ele, porque ele era um brigadeiro da Aeronáutica, foi ainda dos Prestes de 35, tava lá em Paris: rapaz, você é um clandestino que até o

menino sabe onde é que você mora rapaz, não é possível isso aí, mas ele me livrou e daí eu fui representar o Brasil na Federação Mundial da Juventude Democrática, é uma organização que tinha ligação com a ONU (Organização das Nações Unidas) e eu fui trabalhar nessa organização como jornalista e representando também a parte política do Brasil nela né, que chamava *un bureau* (escritório), que tinha uma direção e essa organização fazia uma publicação de uma revista internacional pra a juventude, ela chegava a todas as juventudes políticas né, socialistas e comunistas, e eu fiquei trabalhando aí durante 03(três) anos na Federação Mundial da Juventude Democrática. E aí tem todas as suas organizações que são coisas muito interessantes que eles fazem, fazem um encontro mundial da juventude e pra este encontro mundial nós pudemos levar gente daqui Brasil que saiu clandestinamente. Nós levamos quase uma escola de samba junto né pra desfilar em Berlin né, que era um motivo difícil e eu coordenava isso e não era muito fácil chegar você chegar a Berlin porque os alemães são muito metódicos né, nas suas programações e os comunistas também eram idênticos né. E eles tiveram que fazer um acordo comigo que em qualquer fronteira que chegassem em qualquer posto, eles não negariam o acesso a esses jovens que nós estávamos levando, mas me comunicariam pra eles terem o acesso mesmo sem o visto, foi uma coisa muito, mas aí nós conseguimos entrar. E ainda tomamos uma câmera do pessoal da Embaixada Brasileira né, que era chamado Berlim Ocidental que estava lá em Berlin que estava filmando o evento, era um evento mundial. E pra esse evento foram junto comigo o Gregório Bezerra e o Miguel Arraes pra debater com a juventude sobre a situação aqui no Brasil, na época deu uma repercussão muito grande. Quando você fala através de intérprete a emoção é sempre prejudicada né, mas o Gregório Bezerra mesmo falando com intérprete, ele só sabia falar português né, ele botou uma plateia pra chorar. Ele era um bom orador, um bom contador de histórias. E o Arraes apesar de não você não entender bem as coisas que ele falava né, por causa da dicção, mas era uma expressão política muito importante né, que nós tivemos como aliado. Nós trabalhamos com ele, eu trabalhei com ele um bocado lá fora e fizemos alguns trabalhos juntos no exílio e depois nós nos reencontramos aqui no Brasil quando ele se tornou presidente do PSB eu era secretário geral da executiva nacional do PSB, então nós continuamos a trabalhar. Quando Secretário de Estado da Justiça aqui ele vinha de avião de Pernambuco, parava em Vitória e me levava pra gente ir junto a Brasília. Mas no exílio a gente também o ajudou muito. E também recebi o Brizola em Lisboa, eu trabalhando numa agência, eu era subchefe de uma redação e pude organizar a primeira entrevista coletiva do Brizola em Lisboa. Nós ficamos perplexos um pouco quando o Leonel Brizola, que estava exilado no Uruguai, e se dizia que ele iria para Europa, tava tomando contato pra ele ter que se filiar a internacional socialista e o Leonel Brizola vai para os Estados Unidos, era uma coisa que não se entendia muito, principalmente em Portugal, que tinha saído de uma ditadura longuíssima e para os jornalistas a questão ideológica era muito presente na informação em Portugal. Organizamos e Brizola depois foi pra Portugal porque ele ia fazer visitas na Europa. E aí na entrevista coletiva tava o Arraes, o Brizola e o Marcio Moreira Alves na mesa e os jornalistas portugueses muito afinados com

as questões ideológicas e fizeram uma pergunta ao Brizola: como era o futuro dele, o que ele pretendia fazer e ele disse: eu vim aqui porque eu quero conhecer os países socialistas, porque o que me dizem dos países socialistas é uma coisa fabulosa e eu quero ver o que podemos tirar de lição pro Brasil pra organizar e atualizar o PTB. Isso todos ficaram perplexos e quando perguntaram quais os países que ele ia visitar e ele disse que ia visitar a Alemanha, a Suécia, que pra ele esses eram os países socialistas e isso chocou um bocado os jornalistas e depois ele fez um elogio de um presidente de Portugal que foi ao Brasil pra trazer os restos de D. Pedro. E esse era um presidente fascista de Portugal e quando ele fez o elogio isso criou um mal estar tremendo e a gente teve que interromper um pouco com desculpas e passar a palavra para o Arraes, pra o Arraes discorrer. Porque o Brizola era uma pessoa que tinha uma cultura política um pouco limitada né, ele era uma pessoa muito que achava que você improvisando é que você faz bem as coisas, já o Arraes era diferente, o Arraes era um intelectual, era estudioso, era um homem que falava mais de uma língua e que estudava os fenômenos da comunicação e da política, etc. E essa entrevista então foi difícil pra você contornar a situação do Brizola. Depois o Brizola foi fazer as visitas dele e conseguiu se filiar a internacional socialista. Fez um encontro em Portugal, Lisboa, dos (petebistas) trabalhistas do exílio e os trabalhistas do país. Foi uma delegação daqui do país pra Portugal pra se reunir com ele. E nesse tempo chegou lá em Lisboa, na minha casa, o Hércules Correa, que foi deputado estadual no Rio de Janeiro, era membro da direção Nacional né do Partido Comunista, da Executiva do Comitê Central, mas ele militava através do PTB. O Hércules Correa também foi um dos membros da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que foi dissolvida no golpe militar. Era uma organização que se tentava fazer uma central sindical que a legislação brasileira não permitia, ela era inspirada no fascismo e ela era feita apenas verticalmente por profissões e não permitia o contato horizontal pra mobilização de todos como trabalhadores, a gente só foi conseguiu isso depois e o Hércules foi pra participar porque ele era deputado do PTB, eu fui fazer a cobertura né jornalística e levei o Hércules comigo. Chegou lá o Brizola não deixou ele entrar. E aí fomos pra sala conversar: o Brizola, eu e o Hércules, e o Brizola disse: olha, Hércules você vai entender, você é comunista, você não é petebista e agora nós queremos organizar o PTB. Eu digo isso porque uma coisa interessante que naquele momento surgiram no exílio e aqui também as teses: você organizar partidos agora imediatamente é fazer o jogo do Golbery porque ele está querendo desmembrar o PMDB, naquele momento era a grande frente, e aí a discussão: forma um novo partido ou entra todos no PMDB? O Arraes preferiu entrar no PMDB, mas o Brizola não, o projeto dele era esse, como também o projeto do PT foi construir um novo partido. O projeto do PCB no início era também não construir um novo partido, você chegar e contribuir pra frente, mas o PCB, que nós vamos regressar e vamos tornar um partido influente, era a decisão que tinha fora: vamos fazer um jornal em São Paulo pra que a gente tenha um partido, não que vai ser um partido decisivo no momento, um partido de massas, não porque não tem condições concretas pra isso, mas um partido influente do ponto de vista da concepção da política, da leitura da realidade brasileira, de fazer um projeto Brasil moderno e diferente. E nada disso deu certo! Retornamos. Eu ia dirigir esse jornal em São Paulo, mas ele demorou tanto e surgiu então uma cisão

no Comitê Central e acabou que essa parte que era a parte renovadora do PCB foi excluída e o Prestes continuou na direção naquele momento, ele só deixa o partido depois né, o Prestes continua no partido e em seguida veio o Giocondo que era o secretario dele há muitos anos e o partido não entrou nesse processo de renovação que se imaginava e o jornal chegou a ser criado em São Paulo, mas nessa altura ele levou quase 06 (seis) meses, eu tinha minhas questões imediatas e eu me tornei professor da universidade né, e fui trabalhar também na Imprensa Nacional, mas lá fora, no exterior, eu trabalhei como representante né, do PCB na Federação Mundial da Juventude Democrática, depois fui representante do PCB também quando eu me transferi para Portugal. Em seguida eu passei essa representação pra um outro militante que foi pra Portugal, porque eu deveria retornar ao Brasil, é, e pra fazer um trabalho aqui no Brasil, mas 01(uma) semana e pouco, 10 (dez), 15 (quinze) dias antes de eu retornar, o que era, quem eu ia substituir aqui no Brasil, foi preso e foi morto, até hoje não se descobriu onde é que esta o corpo dele, um rapaz chamado Jose Montenegro de Lima, um grande amigo, passou muito tempo né, com a gente lá fora, e a gente queria tirá-lo do Brasil porque sabia que se o prendessem iriam mata-lo, e ele foi morto e ninguém sabe onde é que, se descobriu o corpo dele e eu não retornei, fiquei em Portugal até a anistia e aí fazendo um outro trabalho que era determinadas pessoas que estavam clandestinas, elas chegavam a Lisboa, eu conseguia entrevistas pra ela na imprensa, mostra essa pessoa, o nome né, o nome dele próprio e em seguida pra ele retornar porque aí já se garantia o retorno dele legalmente já pra forçar a anistia né, pra forçar esse processo. Então alguns desses dirigentes comunistas, Malina, outros dirigentes comunistas passaram por lá por esse processo né, e passaram normalmente pelo trabalho que se fazia lá, antes do Malina, mas que não era pra retornar a gente preparou uma visita do Luis Carlos Prestes a Portugal, foi um acontecimento muito grande, os comunistas portugueses admiram, admiravam muito o Prestes, influenciado pelas obras de Jorge Amado né, acho que não tinha nenhum comunista português naquela época que não tivesse lido o “Cavaleiro da Esperança”, que é um livro com biografia, ele é muito criticável, mas os portugueses gostavam muito e nós fizemos um comício com prestes na Praça de Touros de Lisboa e foi um comício pra quase maís de 30 (trinta) mil pessoas, foi um acontecimento total. E também foi acontecimento que gerou até uma certa discussão entre as representações diplomáticas de Brasil e Portugal Gregório Bezerra, que também foi pra Portugal e a gente o levou assembleia da Republica e ele foi recebido como deputado na assembleia da república, não reconhecimento da cassação dele né, e isso gerou uma certa indisposição com o Brasil na época que era ditatorial ainda. Gregório era uma personalidade muito interessante, humilde e foram contatos isso fazia parte da, vamos dizer assim, da luta que se fazia lá fora pra pressionar aqui dentro e normalmente essas coisas sempre que era possível esse contato passava também por uma discussão interna aqui, e outros exilados as posições eram das maís diferentes alguns queriam voltar imediatamente quando começou a se falar em anistia, queriam voltar sozinhos, foi muito difícil convencer o Brizola voltar sozinho, ele queria voltar, ele dizia ora: eu chego no aeroporto, eles me prendem mas depois vão ter que se entender com todo mundo, porque

hoje nós somos da internacional socialista, aí ele, tava do lado do Hercules, disse assim: Brizola, você ta querendo riscar o fósforo pra ver se tem gasolina no tanque? Você quer voltar sozinho? Você volta e volta você, e ele disse pra gente e nos? Aí teve depois uma corrente lá que chegou a fazer todos os levantamentos de preços pra fretar um navio pra chegar todo mundo aqui no porto, o pessoal sonhava né, eram sonhos assim, diziam: vão? Vamos, só um míssil resolve esse problema em alto mar que aí acaba todo mundo, mas, quer dizer, retornamos realmente depois da anistia né, agora esse trabalho internacional eu acho que, vocês que estão estudando historia seria interessante né, já faz um levantamento da, onde é que fica, o que esse legislados faziam né, durante o processo, esse processo todo aí, então eu, a gente, quer dizer o exílio é uma coisa muito interessante porque dizem que os Gregos quando inventaram o exílio sabiam o estrago que estavam fazendo nas pessoas. A tua cabeça, o teu cérebro, tua memória, ela não atualiza às vezes, ela mantém o seu, se eu tô encontrando com você aqui, se eu encontrar daqui a 10 (dez) anos eu vou reconhecer você, mas vai ser um choque pra mim, porque o rosto que eu tô guardando é o seu rosto e assim a realidade que tá na nossa cabeça ela continuar existir, mas ela já se modificou e o exílio cria isso, eu senti muito essa coisa, tinha um fotógrafo em Brasília quando eu fazia, que trabalhava comigo, fotógrafo excelente, muito alto, mais de um metro e noventa de altura, fazia uma dupla que todo mundo reconhecia né, quando chegávamos e eu às vezes levava os filhos dele pro colégio, um chamava Fernando e o outro chamava Alberto, Roberto aliás, era o Nando e Beto, e eu continuei a corresponder com ele durante um tempo no exílio, a gente mandava cartão de natal, aquelas coisas e tal. Lá era um natal, e disse assim: olha Renato, os meninos dele tinham 07 (sete), 08 (oito), 09 (nove) anos, alguma coisa assim. Ele me disse: olha, o Beto tá com 1,87m (um metro e oitenta e sete) e o Nando já tá com 1,80 m (um metro e oitenta) e como é que ficava aquilo na minha cabeça, era um gigante de 1,87 m (um metro e oitenta e sete) com uma cara de criança, porque que cara que ele tinha, até hoje eu não sei a cara que ele tem, que eu não encontrei ele maís. É, então, o exílio cria essa, desfoca um pouco essa realidade e essa visão política, e você pode sonhar à vontade, mas o exílio ele corta suas raízes, corta os teus laços, ele corta é, a tua carreira política que você está fazendo tua carreira profissional e quando você retorna e você vai ver que todos os lugares estão ocupados. É muito bonito, agradeço totalmente aos congressos quando chegavam lá e faziam solidariedade, incluíam meu nome, que era um jornalista que estava exilado que precisava voltar e por aí a fora. Agora quando você volta, aí você passa a ser um competidor novamente, aí você compete na área política, você compete na área profissional, em todas as áreas, como qualquer um. E os casos aqui do Brasil, em alguns segmentos, isso era uma competição muito desleal, por exemplo: os militares, um dos maiores expurgos que houve aqui no Brasil na área do serviço público foram os de militares, e os militares que voltaram 10 (dez anos depois, já tinham 40 (quarenta) anos quando foram excluídos, como é que eles vão se integrar? Não se reintegraram mais, eles já tinham suas promoções garantidas, nenhum foi promovido mais. Então enquanto os repressores foram premiados, enquanto os repressores foram promovidos, os que saíram, não, alguns deles eram

dados como mortos, aqueles que foram expulsos oficialmente do país né, pela legislação da ditadura eles eram considerados mortos por aqueles que praticaram sequestros e tudo, que foram expulsos do país. Eu tinha um amigo em Portugal, nasceu a filha dele e ele foi a embaixada pra registrar, quando chegou na embaíxada eles: nós não podemos registrar, por quê? Porque você é morto! Morto não tem filho e perante a legislação brasileira é considerado morto e foram banidos né, os banidos eram considerados mortos né, perante a nossa legislação. Então eram dramas que você encontrava lá. Então quando retornamos, aí como vocês que estão fazendo a análise da lei de anistia, eu acho que é muito importante que a comissão, pra discutir, pensar sobre isso, não somente sobre a repressão, sobre as mortes, isso tudo tem que ser julgado, mas pensar como nós vemos nos debates e que hoje alguns dizem assim: olha, tem gente que tá recebendo a bolsa ditadura. Eu acho que o mínimo que você recebe é uma reparação né, em valores, essa pessoa recebeu indenização tá, mas, eu digo meu pai que foi demitido e morreu, e não foi indenizado pra nada e nunca foi readmitido. Eu conheço muitos que foram torturados, foram mortos, a família recebe o quê dessas pessoas? Os que estão desaparecidos eles não puderam receber nem os restos pra dar um enterro e saber onde é que foi. E mesmo às vezes pra regularização legal porque ele tá desaparecido, mas ele não é considerado morto e pra efeitos legaís você tem todo um caminho a percorrer ainda, né. Isso eu acho, o trabalho que está sendo feito pela Comissão da Verdade, com grande atraso né, já tem quase 50 (cinquenta) anos que a gente teve um golpe militar aqui no Brasil, mas seja 50 (cinquenta), seja 100 (cem), eu acho que tem que tentar fazer essa ultrapassagem, isso não é vingança, se eu fosse político de vingança eu não estaria concordando com ela, eu acho que é política que não resolve, mas é de você estabelecer um novo marco no processo democrático brasileiro e de rejeitar: tortura não é crime que vai prescrever, é crime contra a humanidade, isso ta na legislação internacional e nós precisamos trazer aqui pra prática brasileira, ela já está nos acordos internacionais, só que não é praticada ainda no Brasil.

Elio Ramires: - Boa noite! Renato, eu queria, eu teria 02 (duas) questões a levantar e pedir a sua opinião: uma é retomando a pergunta do professor Pedro Ernesto, o seu Retrato Escrito (livro de autoria de Renato Soares), você relaciona uma série de nomes de pessoas que foram presas logo depois, 01 (uma) semana depois, 10 (dez) dias depois do golpe, o professor perguntou a respeito de tortura e a sua resposta foi pessoal, foi individual, a respeito desse pessoal que foi preso na primeira hora, 1 (uma) semana depois, que você refizesse a sua resposta nessa questão. E a outra, é uma questão que você mencionou "*en passant*", que quando você estava em Brasília, você viu o Marcio num discurso do pinga fogo e tal né, e mencionou de passagem que você já conhecia o Marcio daqui, você poderia detalhar o episódio, contar de novo, que pra mim você contou, mas contar pra Comissão da Verdade né, entre outras tantas, muitas, 02 (duas), só.

Renato Viana Soares: É, se eu fosse contar "causos" aqui né, desse momento, eu tenho muitos "causos" assim da luta contra a ditadura. É, eu só quero dizer o seguinte que aqui no Espírito Santo

ela foi uma resistência constante, se você olhar em termos históricos não é, procurar em termos factuais, então ela tem uma constância e ela vai se opondo né, aos vários segmentos, alguns que vocês não levantaram documentos ainda né, e talvez quando levantar vai chegar lá. Primeiro, Marcio Moreira Alves, ele teve aqui, data vocês me dão um desconto aí, mas ele teve aqui em 1965 né, final de abril, que ele esteve aqui. A gente fez esse contato, eram 02 (dois) jornalistas que se destacavam nesse momento em nível nacional, Marcio Moreira Alves e o Hermano Alves, ambos do Correio da Manhã, que tinha sido um jornal né, que tinha apoiado o golpe, mas depois abriu um espaço das pessoas que começara, que, alguns jornalistas que tinham uma posição maís avançada. O Marcio era um político, já era um jornalista político libertário há muitos anos né, antes disso ele tinha recebido um prêmio nacional de uma cobertura que ele fez na Assembleia Legislativa de Alagoas quando houve um tiroteio, ele chegou a tomar 01 (um) tiro na perna, mataram alguns deputados lá, no tiroteio que houve lá na assembleia de Alagoas, ele se tornou mais conhecido através disso aí, e depois a posição que ele adotou contra a ditadura, e nós trouxemos ele aqui pra um debate né, que foi realizado no auditório, se eu não me engano no Centro de Saúde né, foi muito interessante, jovens, e depois do debate o Marcio foi lá pra republica popular 804, pra conversar conosco, com os representantes das organizações clandestinas, e lá estavam todos né, lá estava o PCB, o PCdoB, a POLOP, AP, os independentes e o Marcio perguntou pra gente como é que? Aí, nós relatamos né, as dificuldade e aquelas coisas todas, e ele: sim, como é que vocês vão fazer? Como é que vocês fizeram pra promover esse evento? Aí nós fizemos, nós fizemos aqui uma vaquinha né, que, pois é uma vaquinha né, cada um deu um pouco de dinheiro pra poder fazer. E o Zezinho Cipriano dizia a vaquinha ta magrinha, aqui numa dificuldade, ele disse: já entendi, pode deixar que eu pago a minha passagem e pago a minha despesa não é. E nós tivemos esse contato com o Marcio, ele desenvolvia nessa época umas teorias interessantes, diz que é a teoria do salame né, que eles fatiaram a gente, separaram e agora se trata da gente se recompor e estava pregando também naquele momento a desobediência civil, não é? E ele não conhecia muito a policia né, porque vamos dizer: ele também, acho, que tinha lido só os esforços do Gandhi na Índia, mas ele não tinha visto também que o Gandhi apanhou, às vezes também, e aqui a policia vaí dar um chute na cara do sujeito né, não é porque ele está sentado. Nós chegamos a fazer manifestações desse tipo no Rio de Janeiro que pegaram de surpresa a policia quando eles sentaram lá no chão e alguns protestos né, e deu certo. Então é isso, o Marcio teve essa, esse encontro aqui, depois eu encontrei com ele em Brasília, eu como jornalista e ele como deputado federal. E nos tínhamos nessa época em Brasília um grupo de jornalistas que atuávamos mais ou menos coordenadamente, nos tínhamos um bocado grande de informação e tinha aqueles deputados de oposição, que nem sempre estavam informados de todos os assuntos. E quando chegava um daquela liderança da ditadura que vinha fazer um discurso, ele sabia né, e a gente tava preparado pra ir lá e rascunhar rapidamente algumas coisas pra combater, e nós fazíamos essa assessoria que era gratuita, custava nada, era apenas militância nossa, e desconhecida inclusive ate dos nossos patrões não é. Mas fazíamos isso e nós conseguimos assim ajudar a levantar aquele clima, porque esses deputados quase todos, eles tinham contatos conosco né, Mario Covas,

que era deputado jovem nessa época né, antes de ser caçado, foi caçado, mas também depois né, em 1968, aí Marcio Moreira Alves, é, tinha maís uns, alguns da juventude, mais jovens do PMDB que faziam, mas todos foram caçados, mas sempre eram substituídos novamente por outros porque eles sabem os políticos que, ali tem um nicho de votos, tem que representar, e ali, eles adotam aquele discurso porque eles estavam disputando com voto, tava disputando eleitoralmente. E as tendências políticas que existiam aqui de oposição nessa época, eles conheciam também, claro, todos eles, só que eles eram parlamentares. Me lembro de uma discussão que nós tivemos com Mario Covas muito interessante, ele jovem ainda, e depois de nós imprensarmos bastante o Mario Covas ele virou e falou assim: olha, espera aí, vocês estão querendo que eu vire militante da esquerda? Vocês tão querendo que eu adote a luta armada? Num vou adotar, eu sou parlamentar, sou um parlamentar que luto pela democracia e vou estar junto com vocês, agora não esperem que eu vá pra luta armada que eu não concordo com isso. Mas ele continuava solidário aqueles quando eram presos ele achava que deviam né, ser respeitados e ele continuava a defender, isso em relação ao Marcio, depois que o Marcio, nós né, ele já saiu daquela, do dia do Ato Institucional nº 5 ele já saíu escondido, ele já saíu clandestino, o Marcio, porque eles queriam pegar o Marcio, era o objetivo central deles era pegar naquele momento o Marcio, por causa do discurso que não era nada de fato fundamental, ele pedia pras meninas não namorarem maís os pracinhas e que aquele 07 (sete) de setembro, num é, ele fez um discurso provocador, carioca né. Mas como já tava com o copo cheio, derramou né, sairia com o discurso dele ou saíria sem o discurso dele o ato Institucional- AI-5, porque havia um ascenso do movimento de massa no Brasil muito grande né. Algumas coisas também que eu às vezes vejo discutindo aí que seria interessante deixar registrado rapidamente, é que a esquerda se comportava também tendo em vista muito as relações internacionais e as concepções internacionaís aqui do Brasil, esse primeiro momento da oposição e do fracionamento da esquerda não podem ser entendido sem a gente ler alguns livrinhos, um deles é Revolução na Revolução do Regis Debray que fala sobre a teoria do foco de Cuba, pegar pelo menos o manual do guerrilheiro pra você ler, do Che, do Carlos Marighela, é, a Revolução Brasileira do Caío Prado Junior, porque quando se começa a discutir a revolução do Brasil com valores, com categorias mais Brasileiras ou simplesmente você repetir as categorias Marxistas aqui na realidade. Às vezes a gente esquece isso e esses livros eram lidos, debatidos não é, nas reuniões que nós fazíamos, e as criticas que se faziam não é, as linhas do partido político também iam nessa direção, portanto, aí tá, eu acho que tá o embrião da luta armada que houve aqui no Brasil, no inicio da luta armada, inclusive de concepções diferentes, porque mesmo as concepções de Mao elas eram muito respeitadas pelos PCdoB: vamos levantar o campo, vamos cercar as cidades, eu ouvi isso né, várias vezes, que aqui ia se, mais ou menos, repetir o que se passou na China. Essas concepções né, esses exemplos internacionais, são muito importantes, como foi importante também pra entender porque o desencadeamento de 64, com as questões nacionais, o impacto de Cuba. Cuba faz uma opção pelo socialismo em 1961, aqui em Brasil é 64. Portanto, na minha visão existe uma conexão de política

internacional e ela tá hoje nos documentos cada vez que você, você se aprofunda ela aparece nos documentos norte-americanos, dos vários golpes de estados que houve, foi na América Latina toda, não foi só no Brasil, Uruguai, no Paraguai já existia já estava lá o Stroessner, depois foi golpe da Argentina, foi golpe do Chile, foi golpe na Colômbia, foi golpe no Peru, será que isso tudo aconteceu tudo por mágica né? Com pouca, né, teve uma conexão, aí houve uma conexão de política internacional. Posteriormente, com o fim da Guerra Fria, isto aí vai se dissolver e eu acho que o fim da Guerra Fria também teve um impacto razoável grande aqui na concepção da ditadura no Brasil, ela se apoiava durante o momento, num período ideologicamente naquilo que o Golbery reduziu né, condensou no livro dele da Escola Superior de Guerra, que era, você ser, a luta entre o nosso ocidente e o comunismo e que nós teríamos que ser os aliados dos Estados Unidos, os Estados Unidos eram a nossa liderança, isso tá bem claro né, no livro dele. Ele preparava pra guerra, mas pra guerra comum e aí vem a concepção, a mudança de comportamento que eles conseguem nas forças armadas. As forças armadas não eram mais a instituição pra defender o país, era pra defender uma concepção de mundo, não era pra defender maís as fronteiras, era pra combater o inimigo interno, que esse inimigo interno ele tava relacionado com o externo, não mais se separava porque era, estava na área ideológica, antes, até antes disso a formação ainda das nossas forças armadas elas eram ainda no estilo clássico, nós estamos aqui pra defender as fronteiras nacionais, defender contra inimigo que vem de fora. Aí, há uma modificação e as forças armadas passam a participar do seu serviço de vigilância, do seu serviço de espionar contra espionagem, passa participar internamente aqui no Brasil e ela participa durante todo o período né. Outro que também participou na repressão, mas que sempre, eu não sei onde estão os arquivos deles, se passaram aqui ou não, são as P2, o serviço secreto das policias militares, as policias militares também participavam na repressão, além do DOPS também a P2 participava, eu não sei se os arquivos dela também foram repassados prá, né, prá o Arquivo Público, se estão a disposição também, mas são arquivos que devem ter algumas informações lá também interessantes, pra policia militar sempre participar. Eu respondi a você, respondi você, falei até demaís. Veja: esse povo aqui como eu disse, eu tava no interior do estado, retornei, eu estava, tinha 02 (dois) anos que eu tava no interior do estado, vinha aqui, é, esporadicamente vinha aqui a Vitoria, e algumas dessas pessoas, desses personagens que foram presos em 64, aqui eu não conhecia pessoalmente né, mas a informação que nós tivemos de alguns casos, que houve alguns casos de tortura, é, predominou a tortura psicológica né, a pressão psicológica sobre eles e isso fez com que a maioria dos estudantes das lideranças estudantis daquele período que estavam fora, a primeira linha de liderança aqui de 64, no movimento estudantil, eles não retornassem maís, os lideres que eram da UEE, os líderes dos Centros Acadêmicos, nenhum deles continuou na luta depois, quase todos abandonaram a luta posteriormente né, quer dizer não abandonaram a luta, vamos dizer assim, eu me expresso mal, eles continuaram com a simpatia mas não voltaram mais pra organização não é, então nos tínhamos estudante de engenharia, como o Roberto né, Roberto Cortes, ele não retornou, o Jaime Lana, que foi o maís ameaçado nesse período

todo né, ficou mais chocado, ele era da odontologia também ele não retornou, o Américo Zamprogno, que era o presidente da UESA, também que era do movimento secundarista, ele também não voltou. Então essas lideranças foram atingidas, como também em nível nacional, a liderança da UNE. Nós fizemos um congresso, eu participei desse congresso em 1965, em São Paulo, na Faculdade de Engenharia Industrial, a FEI em São Paulo, nós participamos do congresso legal da União Nacional dos Estduantes-UNE pra reorganizar a entidade, e eram todas lideranças novas, recém, é porque as demais não tinham mais condição de atuar no movimento secundarista, a não ser por uma assessoria né, de bastidor, mas não tinham maís condição de atuar a frente, foi forçado aí um todo, uma grande renovação do movimento, e o movimento estudantil que no primeiro momento é retirada a representatividade dele, mas ele podia continuar existir como uma entidade civil, no segundo momento né, ele é atirado na clandestinidade, ele é dissolvido e posteriormente vem a legislação da repressão com o Decreto Lei 477, mas ela foi uma escala, primeiro a UNE perdeu o caráter e as UEESES, elas podiam continuar existindo mas não tinha a representavam mais, posteriormente não, elas foram ilegalizadas, aí foi a criminalização isso e esse momento, o movimento de UNE até 65 ele foi eleito aí numa entidade legal, em 1966, quando tava realizando o congresso da UNE eu tava preso, eu não podia participar do congresso da UNE, mas já foi realizado na clandestinidade, em Belo Horizonte, não foi isso? Em 1967 já foi em Ibiúna, acho que foi em 68 que foi em Ibiúna, aí eu já era jornalista, estava como jornalista em São Paulo, é, não tava mais aqui, essas pessoas aí já eram, eu tive um contato de informação, me disseram, e as coisas aqui são maís aquelas coisas que eu participei, ou que eu tenho informação de primeira né, de primeira fonte pra vocês.

Pedro Ernesto Fagundes: Alguém mais? Então, agradecer a sua participação, e, agradecer mesmo pela colaboração, pelas informações, que eu acho que foram extremamente importantes para as 02 (duas) Comissões. Muito obrigado. Você quer falar mais alguma coisa?

Renato Viana Soares: Tudo bem, só pra dizer aqui, deixar meu cumprimento especial pro Agesandro, a OAB sempre nos acolheu não é, sempre foi a protetora, e além disso naquele tempo também eu ouvi isso de um amigo, o advogado às vezes não podia ser mais do que representar um certo conforto pro preso político, já que ele era cerceado também frequentemente nas suas atividades, a legislação não permitia que ele fosse adiante, mas o Agesandro sempre teve aqui ao lado né, desse trabalho democrático né, que realizou aqui e a Ordem também em nível nacional, depois da primeira fase né, também entrou nesse debate para a democracia, e eu fico feliz de ver outras pessoas né, jovens fazendo pesquisa, trazendo o debate, uma visão diferente, porque essa visão eu acho que tem que ser pluralista mesmo, não tem uma visão única desse processo, ele foi um processo que eu espero que ele tenha sido um exemplo do ultimo golpe de estado no Brasil. Porque num trabalho que eu fiz ainda, fiz um levantamento, aí pela década de 90 do século passado, o Brasil, eu até brincava, ironizava, que a gente não podia dizer que era um regime de exceção,

exceção no Brasil era democracia, porque nós vivemos de golpe militar desde a Proclamação da Republica até 1964, e teve uma geração militar golpista tanto de esquerda como de direita, que ela vem desde a década de 20 até 64, e, interessante com vários deles o mesmo personagem, se disputavam, eu conheci alguns deles, convivi muito com Luís Carlos Prestes, desde a cozinha dele lá em Moscou, o apartamento dele até as mobilizações em Portugal, e outras e tudo e, ouvi muitos contar as historias né da coluna Prestes, os objetivos que ele tinha, mas aí o componente da organização militar sempre ele teve isso em troca. Portanto, eu acho que a gente tem que superar isso e a democracia incomoda, mas ela é ainda o terreno melhor pra gente atuar, não é a esquerda que pede golpe de estado hoje, é a direita. Portanto, a gente tem que ter consciência disso e ganhar o debate ideológico, o que vocês estão fazendo é muito importante pra gente ganhar um debate histórico que a gente sempre perdeu aqui no Brasil. E quando você perde o debate ideológico, o debate cultural, você vai perder também a ação política, não há nenhuma ação política que se faça presente contra a vontade da população, ela pode se fazer até pelas armas, né, aquela historia de se dizer o povo unido jamais será vencido, pode ser, no Chile foi assim e esse lema foi construído no Chile: *"o povo unido jamais será vencido"*. Você tem que estar preparado pras diversas formas de luta que podem impor a você, mas eu acho que a principal, e eu aprendi isso aí, né, e reafirmou isso muito pra mim quando eu estava entrevistando lá em Hanói o Pam Van Dong, que era o secretário geral, era o que presidia o Vietnã durante a guerra e também ouvi o general Nguyên Giáp, que era o herói de Dien Bien Phu, que derrotou os Franceses e depois da derrota os norte-americanos, e todos 02 (dois) diziam: sem a opinião publica mundial ao nosso lado a gente não podia fazer nada, então era um país pequeno lutando contra os Estado Unidos, contra todo poderio, maior poderio crescia, e eles conseguiram vencer, nas condições do Vietnã. Eu acho que aqui, esse trabalho que vocês estão é muito importante, botar pra fora, mostrar que essa elite aqui do Espirito Santo que ela, aínda tem gente daquela época que escrevia nos jornais como a Gazeta e pedia pra bater nos estudantes, estão escrevendo até hoje. Então esse segmento ele continua ali, e se for pra mandar bater, eles vão mandar bater novamente, vão mandar prender e vão aplaudir quando tiver sendo preso, agora se no momento em que nós colocarmos isso, mostrar o que eles fizeram, que eles hoje gostariam de esconder tudo isso, aí você colocando isso, mostrando a documentação, mostrando os depoimentos, isso é muito importante, eu acho que é muito importante, as manobras que fora feitas dentro da universidade e participou de tudo isso né, como reitor assinando documentos falsos né, pra tomar o patrimônio dos estudantes, contratando o técnico da USAÍD como o Rudolphe Ache que era rejeitado né, nacionalmente que tinha o projeto de neutralizar a universidade, que a universidade não tivesse mais influencia política na sociedade, o ensino tecnocrata dentro da concepção que também da ditadura, que os estudantes deveriam estudar e não fazer política, e que vieram aqui e transformaram a UFES na experiência de implantação da Reforma Universitária no Brasil e conseguiram fazer isso né, porque não se tinha muita forma de você combater isso naquela época, e agora vocês tem, não é? Vocês têm a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) aí do lado de vocês, sentado aqui, OAB não é? Numa concepção diferente, democrática, e eu só posso agora ficar dando

depoimento, não posso fazer muita coisa, continuo na batalha política né, junto com vocês, mas não na Universidade, fora da Universidade, eu nunca fiquei restrito né a esse circulo na universidade, mas eu acho que ele é fundamental para preparar e eu vou ficar feliz o dia que vocês fizerem um livro de historia do Espírito Santo pro ensino médio com as novas concepções e não com aquelas que se ensinam sobre historia do Espírito Santo que é um negócio dolorido né, é a historia do que se faz do que se fez em grande parte dela no Espírito Santo, agora vocês me entregaram um livro (O estado do Espírito Santo e a ditadura 1964-1985) eu já li, é outra visão que eu acho que pode e deve se integrar a historia política, social e econômica do Espírito Santo, que não é aquilo que a elite sempre fez aqui, e aí vocês têm uma contribuição muito grande, mostrar que esse Estado é muito mais complexo que aqueles patronos que a gente ver todo aqui nos nossos livros de história. Quando a gente ensinar isso pro ensino médio aí nós vamos formar uma geração muito melhor depois, mas temos que chegar lá, e vocês vão chegar, tenho certeza, tá? Obrigado.

Agesandro da Costa Pereira: - Eu vi a maís perfeita crítica à história. Então o seu depoimento não só, não é só o registro de alguns acontecimentos da sua vida, sua vida que é uma vida que representa muito para todos nós como exemplo, você é um exemplo de dignidade na vida publica desse país, eu sempre pensei assim, modesto, modesto, mas grande; grande na sua ação política; grande nas suas convicções e grande nos seus ideais, mas você viveu no meio de um grande povo. Eu sou um homem de fé e por maís que a experiência me desengane eu acredito que um dia, talvez não seja para mim aos 85 (oitenta e cinco) anos, um dia nós vamos ter o país que nós desejamos. Eu participei de um grande movimento, de um movimento que unia católicos; evangélicos; que unia pretos e brancos; que unia gente de todo o tipo, mas um movimento do povo, quando nós saíamos para protestar nós tínhamos povo e nessa dimensão o Espírito Santo deu uma lição ao país, pena que nós mesmos não compreendemos a grandeza dessa lição, mas uma lição que há de produzir frutos e esses frutos que você anuncia para nós, que coincidem as nossas esperanças e coincidem os nossos anseios. Muito obrigado por tê-lo ouvido, que não me surpreende porque eu já o conheço de muito, mas muito obrigado pela sua manifestação, e eu penso, eu começo a minha resistência ainda na faculdade de Minas, quando caía a ditadura Vargas e nós colocáramos lá: - Lembrai-vos de 37 e nós não lembramos 37, veio 64 e se nós não lembrarmos através desses movimentos, através dessa postura, através da exigência da nossa gente, nós vamos ter que chamar no futuro para se lembrar de uma outra data. Muito obrigado por sua palestra, muito obrigado porque você é. Muito obrigado ao Senhor que nos deu uma pessoa com suas qualificações. Muito obrigado.

Renato Viana Soares: - Muito bem né, vamos em frente! Então eu queria deixar só pra encerrar, um exemplo que nós tivemos aqui no Espírito Santo, acho que é um exemplo internacional pra gente continuar na luta do Mandela. Ele veio ao Brasil e pra surpresa da Rede Globo e pra surpresa da revista Veja e da Editora Abril ele passou mais tempo no Espírito Santo do que passou na Bahia, do que passou no Rio, do que passou em São Paulo e do que passou em Brasília. Nós organizamos a

a vinda do Mandela aqui e ele não tava na programação de vir ao Espírito Santo e até hoje ainda não pode gravar certos detalhes do por que o Mandela veio ao Espírito Santo, mas o Mandela veio ao Espírito Santo e o exemplo dele na África do Sul de um homem que passou tantos anos na prisão e que depois se libertou. Eu cheguei a organizar eventos internacionais fora do Brasil pro Mandela e depois nos pudemos receber aqui o Mandela quando eu era secretario da justiça e cidadania aqui no Espírito Santo. Apanhei muito da Rede Globo, apanhei muito da Veja por ter trazer o Mandela aqui no Espírito Santo, nós. Agora acho que esse exemplo tinha que está marcado pra nós aqui né, que nós pudemos resistir e podemos vencer, porque se Mandela venceu na África do Sul naquelas circunstâncias dela, nós temos condições muito melhores aqui. Como é dia 20 né, esta tão próxima aqui, o dia da Consciência Negra, e o Brasil é um país que foi formado muito grande né pela nossa imigração africana, eu acho que ela nos dá também uma força maior entender esses exemplos e a gente continuar na luta. Nós, Agesandro você de 67, eu de 64, aínda bem que eles não tiveram essa experiência, por isso que eu digo sempre, hoje é melhor do que ontem, eu não digo que no meu tempo era melhor, meu tempo foi muito mais difícil, hoje é melhor, mas não deixa escapar não, repressão não é boa, exílio não é bom, o bom é o convívio democrático.

João Amorim Coutinho

Nasceu em 11 de março de 1948, em Santa Cruz, município de Aracruz, Espírito Santo. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalhou como jornalista nos jornais O Diário, A Gazeta e A Tribuna. Tem três filhos. Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo em 1985. É autor dos livros: "Uma Novela Obscena e de Mau Gosto" e "Os Ditadores Morrem de Medo da Primavera". Em 2012 foi reeditado o livro: "Os Ditadores Morrem de Medo da Primavera com Novos Poemas Nada Senis".

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, Pedro Ernesto Fagundes e Paulo Souza, membros da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 01 de dezembro de 2014, às 14h, no Estúdio do Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo.

Pedro Ernesto Fagundes: - Vitória, 01 de dezembro de 2014, entrevista conjunta da Comissão Estadual da Verdade com a Comissão da Verdade da UFES, com João Amorim Coutinho: Amorim, fale, seria interessante você começar falando sobre o inicio da sua militância politica aqui na universidade, na UFES no movimento estudantil, como que você começou a sua militância, se você militou no movimento estudantil, participou de eleições do DCE, centros acadêmicos, e, enfim, como que foi o inicio dessa sua militância e atuação politica aqui no Espirito Santo?

João Amorim Coutinho: - Boa tarde! É, eu atravessava a minha adolescência, final da adolescência quando aconteceu o golpe de 1964. Estudava num colégio estadual e há alguns registros inclusive sobre como aquele processo de 1963, com grande mobilização não popular, mas uma mobilização de uma perspectiva, uma possibilidade de mudanças no país, da modernização do país, e foi abruptamente cortado com o golpe de 64, então eu convivi isso no Colégio Estadual e professores ate que foram presos na época lá, padre Laudir, que é professor de história, deve ter sido até ouvido por vocês ou não. Aí depois, antes de ingressar na faculdade, fui para o Rio de Janeiro em 1966 e na verdade eu iniciei a minha militância politica no Rio nos grandes anos 66, 67 e 68. Terminei o segundo grau lá, depois fiz vestibular de psicologia na Gama Filho, ganhei bolsa de estudos e na Pontifícia Universidade Católica de Jornalismo e Comunicação, na Marquês Abrantes, em Botafogo. Fui jubilado, saí fora dos 02 (dois), exatamente em função da perda da bolsa, não tinha como arcar com o curso e justamente pensando no meu envolvimento no movimento estudantil no período. E dezembro de 1968, poucos dias da edição do AI-5, eu vim para o Espírito Santo e meu pai faleceu e eu em função disso, eu era o filho mais velho dos homens, acabei ficando por aqui e de certa maneira, eu sempre me lembro disso, é possível que essa morte de meu pai tenha garantido até minha sobrevivência, pois se tivesse no Janeiro, provavelmente a minha participação teria sido muito mais intensa assim como outros companheiros dos jovens que acabaram, por falta de opção, entrando no movimento de resistência armada e aí eu nem poderia estar aqui de repente prestando

este depoimento. E acabei ficando por aqui e retomando na verdade as atividades do movimento estudantil. Eu estudava geografia na FAFI, no Centro. Concorri para o Diretório Acadêmico, até perdemos, na época já havia uma pressão muito grande dos setores mais conservadores ao perigo de se ter à frente do Diretório, pessoas mais comprometidas, maís visadas pela repressão e perdemos a eleição. Aí em 1971 quando o meu curso veio aqui para a Universidade, pro Campus, até então só tinha vindo Letras e alguma outra coisa, e no primeiro dia de aula, no dia 22 de março de 1971, após o primeiro dia de aula, voltei pra casa e almoçamos eu e a minha mulher na época, Laura, que fazia odontologia, almoçamos e fomos dar uma descansadinha antes de saír pra dar aula em Itanguá e depois no Ibes, estudava e dava aula pra sobreviver, e aí foi quando os órgãos da repressão chegou, no Comando vinculado ao DOI COD de São Paulo, famigerada Operação Bandeirantes, me chamou, com a casa cercada, com metralhadoras...

Pedro Ernesto Fagundes: - Foi em 71?

João Amorim Coutinho: - 22 de março de 1971.

João Amorim Coutinho: - E daí fomos levados, eu e a minha mulher, pra as dependências do 38º BI, na época o 3º Batalhão de Caçadores, 3ºBC, né. E chegando no quartel, antes mesmo que fosse feita qualquer pergunta, por que que eu estaria lá, foi iniciado um processo de choque elétrico, me colocaram sentado numa cadeira, amarraram os meus 02 (dois) pulsos, e foram colocados fios em torno dos punhos, dos dedos, da língua e nos ouvidos inicialmente e depois...

Pedro Ernesto Fagundes: - Isso foi no 38º BI aqui em Vila Velha?

João Amorim Coutinho: - Isso é , em Vila Velha.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem que fez essa tortura? Foram pessoas daqui do Espírito Santo ou os militares de São Paulo?

João Amorim Coutinho: - Não, com assistência e participação do Capitão Danilo que era o cara vinculado aos organismos de repressão que existiam dentro do exército, mas basicamente foi a equipe que veio de São Paulo, porque na verdade, havia uma investida global no Brasil todo contra a ala vermelha de uma dissidência do Partido Comunista do Brasil, da qual eu participava, e já havia um processo de quedas no Brasil todo, no Rio de Janeiro, a partir de Recife - local que pertencia a ala -, principalmente em São Paulo, uma população relativamente pequena onde se concentrava, até chegar no Espírito Santo e aí quando chegaram no Espírito Santo esse processo de queda e de prisão dos membros da Ala Vermelha já estava quase sendo concluída na verdade, ate porque nós somos um dos poucos, dos últimos, até porque não tinha muita de expressão. E aí foi iniciado este processo de tortura principalmente 1 (uma) semana que a gente ficou nas dependências 38º BI, após uma semana eu, a Laura e mais 07 (sete) companheiros também presos e fomos levados para o DOI CODI, em São Paulo.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você se lembra dos nomes dessas outras pessoas?

João Amorim Coutinho: - Sim, lembro. A minha mulher Laura Maria da Silva Coutinho; é Antônio Caldas Brito, que era comunista; é José Fernando Destefani, que era um engenheiro e hoje é servidor do Tribunal de Contas do Estado, ou cosia parecida; Paulo Norberto, aliás, 02 (dois) outros que eram daqui, mas que foram presos em São Paulo, era o Paulo Cesar Magalhães; o Norberto, como era o Netinho; e Edson, esse que era colega de geografia que tinha se mudado para São Paulo; então 03 (três) foram presos em São Paulo, que eram daqui foram pra lá fazer trabalho político em São Paulo: Aristides Silva Souza, já falecido; Jair Storck, eu tenho dúvidas se tá vivo aínda, faleceu também né, tem muito tempo que não o vejo. Acho que foram essas pessoas. Aí em São Paulo chegando fomos colocados juntos com os outros que já estavam presos lá e aí foi retomado esse processo de tortura aí já com espancamento, com pau de arara e com tudo isso que vocês devem estar já cansados de ouvir.

Professor Pimentel Franco: - Bom é, o que eu queria saber é que você fala que em 71 estava na universidade esse e grande parte de sua ação contrária ao golpe se deu mesmo pelo movimento estudantil, uma boa parte foi pelo movimento estudantil, esse movimento estudantil por sua vez ele recebia orientação diretamente de algum partido político? Como era essa ação do partido político junto ao movimento?

João Amorim Coutinho: - Historicamente os partidos políticos sempre estiveram juntos, isso é natural né, o movimento estudantil assim como o movimento sindical são segmentos pelas suas características né que historicamente sempre tem estado à frente desses momentos decisivos e é claro que os estudantes de melhor consciência política e tal, melhor informados, naturalmente se aproximavam dos partidos políticos, pois eram os canaís, eram os caminhos naturais que eles tinham que atuar, que tinham disposição pra àquele enfrentamento ao regime, considerando que nesse período de 70 e 71 praticamente toda a posição legal do congresso já tinha perdido toda expressão, quer dizer, a maneira, daí a razão que eu sempre avaliei de tantos jovens terem optado por organizações de cunho supostamente armada é que não havia outra alternativa, até em 68 até a edição do AI-5 ainda aconteciam grandes manifestações populares passeatas de 67 e 68, a partir da morte do Edson Luiz no Rio de Janeiro só que com a edição das AI-5 todos esses caminhos, essas possibilidades né, fecharam por completo, posição total e violenta da censura, então na verdade nós muito maís do que sonhar da possibilidade real concreta pro enfrentamento do regime militar, única possibilidade de atuação era nisso aí. E aí era evidentemente na universidade que as organizações que tinham perspectiva e tinham um projeto, aspas aí, “projeto de construção, processo revolucionário” e tal, buscarem seus quadros evidentemente na universidade.

Sebastião Pimentel Franco: - Como que se dava, como que esses partidos atuavam, inclusive com esse movimento estudantil, que suporte era dado né, que maneira essa parceria existiu?

João Amorim Coutinho: - Na verdade as organizações eram bastante frágeis não tinham esse grande suporte, na verdade o DCE estava fechado desde 68 né, estava fechado, os diretórios acadêmicos tinham limitação, atuação limitadíssima, não tinham, e era na verdade um momento de resistência e aí os dirigentes dessas organizações ao identificar naturalmente pessoas, estudantes, escolas com melhor perspectiva, melhor informação, propôs um processo de discussão, leitura de documentos né e foi o que se deu, não havia uma, ao contrário do que a repressão sempre tentou mostrar que havia uns partidos políticos com recursos vultosos até de fora, financiando esse movimento, absolutamente não é verdade isso, era uma orientação mais ideológica mesmo, mais política ideológica.

Sebastião Pimentel Franco: - Agora vocês tinham consciência de que vocês obviamente corriam risco, isso era claro, mas vocês esperavam? Entrevistamos pessoas que disseram o seguinte: bom, é, a gente achava que se a gente fosse pego a gente teria uma retaguarda, alguém iria de alguma forma atuar no sentido de que a gente fosse resgatado o que nada nos acontecesse. Vocês tinham essa perspectiva ou isso no seu caso você não pensava?

João Amorim Coutinho: - É, eu acho que quem teve isso daí teve uma impressão ilusória, gente que eu conhecia os partidos não, as organizações não tinham essa estrutura, esse poder de, desse resgate, é claro que acontecia algumas situações como sequestro de policia desde o sequestro do embaixador americano e a partir daí dessa experiência bem sucedida, bem sucedida em termos porque um pouco depois toda organização foi eliminada e quase todos mortos né, a ação conjunta da LN com PPR e tal, nós éramos o resgate de quadros de extrema importância e que viveram da prisão situações deprimentes que se não fossem resgatados seriam mortos com toda certeza. Pra militantes mais de base como era nosso caso a gente não tinha essa ilusão, mas sabíamos sim que era bastante possível que a gente viesse ali, aliás pouco antes da nossa queda aqui, já conseguiu chegar através de documentos com relatos de pessoas que estavam sendo torturadas, companheiros nossos de outras cidades, a gente sabia até que, que seria horas contadas né, que realmente isso pudesse acontecer, a gente sentia até isso se aproximar só por, na verdade a gente não tinha muita alternativa do que fazer ou caía na clandestinidade mesmo, se precavendo, ou então levasse a vida né, a gente aínda, quer dizer, existia uma parte da militância política que já vivia na clandestinidade e no nosso caso a gente tinha uma vida normal, estudava, trabalhava, dava aula e tal, e essa ligação na verdade que acabou levando a facilidade com que os homens da repressão era mais fácil monitorar pessoas como nós que tinha uma vida normal e a partir daí inclusive conseguir chegar a quem tinha vivido na clandestinidade que eram as direções das organizações, eu acho que se, até porque essa tática, essa primeira que houve sequestro com resgate depois foi dotado umas quatro ou cinco vezes, isso faz que surgiu uma tentativa, vamos supor assim, uma maneira que se encontrou de resgatar, mas também justamente o primeiro que teve um papel muito importante que foi na divulgação quer dizer com o sequestro além da liberdade pra quinze quadros importantes da esquerda brasileira, com aquele sequestro na verdade os jornais, a imprensa do Brasil todo foi

obrigado a publicar uma das exigências das organizações daquela época foram obrigados a publicar o manifesto que denunciava todo processo de tortura de perseguição da violência que estava cometendo que uma parte da população não sabia, então, teoricamente teve esse ganho talvez o mais expressivo esse ganho político dessa divulgação.

Pedro Ernesto Fagundes: - Amorim, quando você passou no vestibular da UFES e começou estudar fazendo curso de geografia, houve algum problema em relação a sua matricula, em relação a sua frequência na faculdade, houve algum tipo de problema por conta da sua atuação política anterior no movimento estudantil? Alguém por acaso te constrangeu de alguma maneira, algum funcionário da UFES ou algum professor da UFES em algum momento colocou em cheque a sua posição política, sua atuação política, você foi impedido de fazer alguma coisa por conta dessa sua atuação política anterior antes da sua prisão?

João Amorim Coutinho: - Não, é claro que havia ali limitação de espaço para população, eu lembro que tem um negocio bem interessante, lá no, acho que esse resgate havia, havia, acho que havia mais um monitoramento praticamente que outra coisa. Uma das poucas ações de panfletagens e tal que eu lembro como um restaurante universitário que funcionava no Centro da cidade, e aí eu com, pouca experiência da gente, eu e minha companheira, a gente fez uma colagem de panfletos abaíxo a ditadura no banheiro do Restaurante Universitário - RU. Tão inexperiente que a gente era que a gente fez isso já no final, já não tinha praticamente ninguém no restaurante, então fomos facilmente identificados, aí o senhor Filemon, que era o administrador, pessoa de bem, aí me chamou lá no gabinete dele pra quase me aconselhar: *"Mas rapaz não aconteceu nada não, mas, mas não faz isso mais não, porque senão acabo me comprometendo também, vamos atrair a repressão pra cima da gente."* Eu falei: *"não, tudo bem!"* Por parte dele uma postura até interessante e tal. E isso aconteceu também depois da prisão quando eu parei o terceiro ano de geografia, daí fiquei 02 (dois), 03 (três) meses fora, pela lógica perderia até o ano, mas não pude porque houve, eu tive por parte dos professores, por parte de chefe departamento todo apoio no sentido de que recuperasse aquele tempo, tempo de aula que perdi e tal, e eu não tive dificuldade nenhuma, eu era bom aluno, apenas tive que fazer com o segundo, no final do ano não tinha tempo necessário e tive que fazer uma segunda prova, mas eu consegui concluir o curso, nesse aspecto eu não tenho informação, pode ser que certamente, a partir dessa, eu passei a ser muito mais monitorado, seguranças, todo mundo conhecia o Alberto Monteiro que era referência na universidade, mas pessoalmente, diretamente não tive nada que eu possa fazer um registro honesto, não teria mesmo.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quando você foi preso, você se lembra a onde você ficou no 38 BI, em que lugar você ficou? Você conseguiu identificar isso? Em que local do 38 BI você foi torturado? Você seria capaz de reconhecer esse espaço hoje?

João Amorim Coutinho: - Eram 02 (dois) ou 03 (três) prédios, 02 (dois) pavimentos grandes de 02

(dois) ou 03 (três) prédios, 02 (dois) pavimentos grandes de 02 (dois) andares, um ao lado do outro, um daqueles ali. Não sei exatamente porque eu cheguei lá, chegamos zonzos em função da forte emoção e depois da tortura eu fui levado. Como a minha mulher começou a passar mal, a gente foi levado eu e ele, ficamos separados dos outros presos porque como ela tinha um problema, leve disritmia, tinha pego isso lá, então ficamos na enfermaria só nós 2 (dois) presos lá enquanto todos os outros, foi muito ruim né, porque a gente, eu não sabia o que tava acontecendo com o resto do pessoal, e eu fiquei com ela e monitorando a noite, passando mal, então alguns lances interessantes que acho que captam bem a situação da época que, passando mal e ela pra tentar dormir a gente foi apagar a luz do, era uma cela de enfermaria, aí eu, um dos guardiões recrutas estavam de plantão na porta com o cano da baioneta na porta assim, falo: ascende essa luz ,se não eu atiro. Calma, ela tá passando mal, e eu ficava ouvindo a noite toda eles conversando - que tinham repassado pra eles que nós éramos perigosíssimos né, num vacila um minuto não se não esses caras saem daí matam vocês - então aquelas paranoias que tinham os pobres dos recrutas né, e aí realmente eu senti que se eu não acendesse a luz eles iam atirar mesmo porque, maís por medo do que por culpa, nesse caso, diferente dos torturadores, esses não, torturadores eram profissionaís. Então ficamos, transitava entre durante o dia, a noite ficava, e durante o dia, a noite nos ficávamos na enfermaria a refeição a gente fazia lá inclusive, na enfermaria, e durante o dia ia para as sessões de tortura, interrogatório.

Sebastião Pimentel Franco: - João me fala um pouco assim, qual era a preocupação que vocês tinham ao viver no momento que vocês sabiam que eram vigiados, havia um perigo no ar, né? Como é que vocês se precaviam? Como é que vocês reagiam ao que poderia ser suspeito? Como era essa relação de vocês com eles, ou seja, medo de que alguém esta monitorando, alguém tá vendo.

João Amorim Coutinho: - É, a gente, uns maís, outros menos, paranóicos alguns, eu nunca tive muitas grandes preocupações, talvez até por inocência, achava que, até porque avaliava nossa importância no grau da hierarquia do movimento não era assim tão grande então achava que eu não seria alvo imediato, mas havia certos cuidados sim, por exemplo, a gente até brincava na época que não podia, raramente um grupo mais de 03 (três) pessoas, 04 (quatro), 05 (cinco) podiam conversar em local público porque já atraía até em bar em qualquer lugar , a gente achava que já atraía a atenção, alvo de segurança ou de pessoas, isso que é um negócio muito ruim tá entendendo? De pessoas comuns né, desinformadas que identificavam aquilo como subversivo e ficavam com medo, um negócio muito ruim. Uma parte da população tinha uma parte que era solidária, tinha uma outra que se afastava, isso eu senti na pele quando a gente retornou da prisão, então eu tive esse cuidado. Quando faziam as reuniões do grupo da cela, da nossa cela de atuação, a gente fazia geralmente em locais ermos, lembro que Itapoã, praia de Itaparica ali era tudo deserto, a gente ia pra lá, estupidez né, até mais fácil de ser localizado, mas a gente achava e em alguns casos eram levados de olhos fechados pra não identificar o local onde estava, aí vinha militante de outro estado, de Minas, tem de

São Paulo, a gente evitava isso daí pra uma possível queda e não tivesse como identificar outras pessoas e como se chegou, então esses cuidados mas num, eu acho que no fundo no fundo a gente acreditava com profundidade que realmente pudesse combater a ditadura, que aquilo podia acontecer mas não acreditava ou não queria acreditar.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quando você ficou o período preso aqui no 38º BI antes de ir pra São Paulo, alguém procurou informações sobre você, houve alguma tentativa de comunicação com alguém da sua família, alguém aqui da UFES, houve, alguém ficou sabendo ou procurou saber aonde vocês estavam o que que havia acontecido com vocês?

João Amorim Coutinho: - É, minha família só foi ficar sabendo uma semana depois e tal, quase um 01 (mês) depois eu recebi a visita de minha irmã lá em São Paulo, mas houve um fato que isso foi fundamental que ajudou a que as pessoas tomassem conhecimento do que tinha acontecido, como nós fomos transferidos, quando veio o aviãozinho bimotor do FAB ou do Exército, sei lá, que veio de São Paulo que veio nos buscar, a gente foi de caminhonete e fomos levados pro terceiro quartel até ao aeroporto de Vitória. E quando esperávamos chegar nós ficamos dentro do carro com a Laura algemados e os outros no outro carro, no outro veículo, esperando que o avião pousasse e nisso passou um funcionário, não sei se era Infraero na época, do aeroporto com o qual eu tinha trabalhado no jornal Diário, que eu tinha sido repórter do jornal Diário, extinto o jornal Diário, e nós tínhamos estudado juntos, era fotografo lá e ele foi e me reconheceu dentro da viatura. Ele achou estranho, eu levantei o pulso pra que ele percebesse e aí ele fez contato, ligou pra redações de jornais, era de manhã, então esse horário, difícil, de manhã nas redações não tem quase ninguém, mas ele conseguiu contatar acho que 02 (duas) ou 03 (três) pessoas: Laura Fraga, que era minha colega, Marcelo Rossoni que era namorado dela e um fotógrafo, Paulo, Paulo, acho que esse Paulo já faleceu, Paulo, um fotógrafo que trabalhou na Tribuna, no Diário também, trabalhei com ele na Tribuna pra olha, tem o Amorim o pessoal tá aqui preso, eu acho que tão sendo preso pela, aí a Laura e o Marcelo conseguiram. Pegou a máquina emprestada com o Paulo, nissei ele era por sinal, e aí conseguiram chegar até o aeroporto na hora em que o avião tava levantando voo né, aí o Marcelo conseguiu fotografar o prefixo do avião e daí o problema, em plena e total censura, como publicar isso, e aí nem a Tribuna nem a Gazeta evidentemente não publicaram, Diário que tinha Claudio Bueno Rocha um jornalista, editor, uma pessoa que veio do Rio, ele falou não nós vamos bancar isso aí, uma pessoa respeitada ele deu uma notinha na primeira página não sei se tem aqui em algum lugar esse jornal, não consegui localizar, com só a foto e a legenda: esse avião tal, prefixo tal, tal, tal, leva presos políticos para o Rio ele achava que o plano de voo era pro Rio, mas na verdade era pra São Paulo, aí citando o meu nome, da Laura, do Brito, acho que eram as pessoas mais conhecidas do grupo, isso aí rendeu pro Claudio, foi chamado pro 38BI, ele passou um aperto danado, foi ameaçado em função disso daí. Isso aí na verdade, essa notinha garantiu que eles não podiam desaparecer com a gente porque já era de conhecimento da mídia.

Sebastião Pimentel Franco: - Na sua fala você faz menção de que você, a Laura e outras pessoas, pelo que eu entendi, não sei se compreendi corretamente, como vocês não eram cabeça do movimento, não chamado popularmente desde pequeno não eram isso daí. Então você poderia nos dizer quem eram essas pessoas que seriam as maiores nas lideranças, os cabeças, no movimento contrário ao golpe de 64?

João Amorim Coutinho: - Aqui no Espirito Santo, como dizem, a ala vermelha da organização que eu participava, era uma dissidência do PCdoB, nascido há 4 (quatro), 5 (cinco) anos e pouco e tava quase em formação, então parte dos membros da ala eram membros que tinham sido do PCdoB e saíram em função de uma dissidência nacional. Então praticamente anunciaram a informação: um grupo, um pouco mais de 10 (dez) pessoas estavam na verdade estruturando o povo, era um grupo de estudo pra discutir a situação nacional, saber o que estava acontecendo no resto do país na tentativa de construir um movimento maís solto, então não havia lideranças de vulto, não, os mais antigos eram justamente o Jaír Storck, como ele já tinha sido preso um pouco antes ele tava afastado, então na verdade era o Aristides, o Brito que já eram membros do PCdoB e eram os maís experientes do grupo, mas não havia assim uma hierarquia, eu tava quase que concentrando as atividades mais de imprensa da organização, tanto é meu, no dossiê sobre mim lá, a imprensa a Laura falava: você que é o cara da imprensa ou seja, a imprensa do partido e tal, até porque foi encontrando uma quantidade muito grande de material, material impresso e tal na minha casa né, foi encontrado lá, então, mas assim não há a nível regional, alguém que possa colocar como na ala vermelha pessoa como de grau importância na direção nacional que veio de São Paulo aí que quase inclusive maluco né, aí um dos dirigentes nacionais, quer dizer do núcleo político e do comitê central, que era o que fazia esse contato entre a direção nacional e o Espírito Santo, que vinha aqui diversas vezes era o Edgar de Almeida Martins, se eu não me engano, que na verdade ele veio, ele já tinha sido preso há algum tempo pela direção nacional, ele tinha sido preso, violentado e torturado toda semana e depois pegaram a família dele e ameaçaram torturar a própria família, a mulher, os filhos pequenos e ele acabou, ele entregando a gente, trouxe, e foi na casa de 01 (um) ou 02 (dois) que ele sabia com essa segurança que eles pudessem e não funcionaram, e a partir daí todo mundo foi, até conseguir pegar todo mundo e esse, depois acabou sendo a principal testemunha de acusação contra nós, ele que tinha afirmado que nós éramos 04 (quatro) militantes e a gente negava sempre o tempo inteiro e tal. No final foi bom porque quando já na fase final do processo, no julgamento mesmo junto a Auditoria Militar, Justiça Militar, os advogados de defesa, alguns brilhantes por sinal, aí alegaram o fato de a policia, a base da acusação contra a gente era que tava em cima de uma pessoa que na verdade era o próprio partido, o próprio, as dependências dos órgãos de segurança, então ele era, foi colocado como colaborador e sem condições, o testemunho dele era um testemunho sem solidez, isso até ajudou prá que a gente pudesse ser absolvido depois. Um pouco mais de 01 (um) ano depois houve a queda no caso no Espírito Santo que foram as duas quedas maís, nesse período entre 70, 74, a queda do pessoal do PCdoB, mas aí eu acho que é preferível que vocês ouçam os

próprios membros né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você tem alguma copia desse processo, algum documento que possa remeter o numero do processo?

João Amorim Coutinho: - Eu tenho um material que depois eu consegui na Auditoria de São Paulo numa fase posterior, já, como já tava trabalhando em outros concursos no estado e tal, aí fui até São Paulo pra buscar documentos que comprovavam junto a instituição que eu trabalhava e que eu havia sido realmente absolvido e tal, aí eu consegui a cópia que é o depoimento e tal, a cópia da auditoria militar, eu tenho e posso passar pra vocês depois.

Pedro Ernesto Fagundes: - O quê que os militares perguntaram pra você aqui no 38BI? O que, que eles perguntaram aqui que foi diferente do que foi perguntado em São Paulo, ou foi uma continuidade?

João Amorim Coutinho: - Olha, na verdade, na cadeia de queda, nós fomos um dos últimos, então na verdade a direção nacional tava toda presa em São Paulo, e aí não tinham muita mais pra saber da gente, era conseguir pegar os últimos militantes que tinham aqui ligados a ala vermelha e entregar o nome de diversas outras pessoas que eram conhecidas da comunidade querendo comprometê-la né, dizendo se tinha alguma ligação com a gente e tal e aí citaram diversos nomes, negamos todos eles e realmente não tinham nenhum vínculo maior, tinha uma aproximação, uma afinidade, mas sem vínculo com a organização. Então eu acho assim, a violência contra nós foi um negócio absolutamente desnecessário, porque na verdade não poderíamos mais dar informação que interessasse a eles, acho que é maís pra formalizar um processo do DOI-CODI e chega à fase de instauração do inquérito propriamente dito. Então eles queriam na verdade o nome de outras pessoas que eles pudessem prender, a grande voracidade era nesse sentido, não havia nenhuma pergunta de identificar até porque a organização já tava toda praticamente caída e nem o ponto de vista de questionar ideologicamente o que a gente combatia, nada. E a nossa defesa era de que nós éramos pessoas que estudavam e queriam mostrar, achar uma maneira, queríamos liberdade, sem fazer defesa ideológica de que nós acreditávamos no socialismo, nunca chegamos a ter esse tipo de discussão até porque não havia nem publico pra isso né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Como que era a sua rotina lá no DOI CODI em São Paulo, como foi sua chegada? Descreva aí essa sessão de tortura e depois a fase do inquérito no DEOPS.

João Amorim Coutinho: - Como eu disse antes além de todos outros motivos uma das coisas que mais nos revoltava era o fato de a nossa tortura aqui e depois também lá, foi uma coisa absolutamente, sem sentido. Acho que torturava por prazer mesmo, pela prática e pela por essa inércia de caíu aqui tem que tá eu aqui e, isso pessoas absolutamente inocentes que não tiveram nenhuma participação em nada, que eram parentes de pessoas, de gente que tava preso comigo lá

em São Paulo que foram presos e ameaçados e não sei se chegou a ser torturado de fato com choque elétrico e tudo, pessoas que tinham ido daqui buscar emprego em São Paulo levado por uns companheiros nossos, a família inteira, aliás no dia em que chegamos em São Paulo chegamos lá tava chovendo muito, por sinal eu não conhecia São Paulo ainda, eu ia daqui pra lá quase que torcendo que o avião caísse porque se chegasse em São Paulo, se caísse tinha uma chance de sobrevivência, porque se chegasse lá a possibilidade de não sobreviver era grande. E chegamos muito, aquela tempestade em São Paulo aquele clima horroroso, uma caravan aquelas caminhonetes que eles usavam muito o DOI-CODI desse tipo levou a gente pro DOI-CODI bairro conhecido de classe media em São Paulo, entramos e ficamos lá na recepção, acho que esperando o local pra que cela a gente fosse, já a noite a gente conseguiu ir prá cela, a cela que eu fui 2 (dois) ou, não sei se é 2 (dois) ou 3 (três), aí eu cheguei na cela, tava escuro aínda, aí tinha uma cela com uns 9, 10 metros quadrados e já tinha lá umas 5 (cinco) ou 6 (seis) pessoas, aí quando eu entrei identifiquei que era justamente essas pessoas que eram de Santo Antônio, pessoas absolutamente simples que muito pobre, que estavam lá pra buscar trabalho, e eram cunhado, irmão não, cunhado de um companheiro nosso que era o Paulo Roberto que tinha sido preso lá, que ele passou por aqui, casou com uma menina daqui de Vitória e foi prá São Paulo com ela e levou essa turma pra tentar arranjar emprego prá eles e nisso levaram todo mundo, eles não sabiam nem porque eles estavam ali. Aí quando eu cheguei vi aquele pessoal, conhecia eles tudo, aí falei: o que está havendo? Eu tive uma reação nervosa de rir, aí eu comecei a ri daquela situação, eu não acreditava no que eu tava vendo, aquele monte de gente que não tinha nada a ver com a história, tudo preso aí, aí depois que, eles não sabiam o que estava acontecendo, falei: "ih, rapaz é complicado", aí consegui ir aos poucos acalmando até, mas acho que vocês, eles vão liberar logo, tem nada, vocês não tem nada, eles vão liberar logo. E realmente aconteceu isso, eles ficaram lá a noite, acho que no dia seguinte liberaram todos eles, mas até isso teve casos lá por exemplo tinha até 1 (um) israelense que localizaram por entrega de documentos e tal, um documento de movimento de independência ou morte, mas só que eles pegaram um senhor, acho que é um israelense, ele e a mulher dele, mas não conseguiram identificar ninguém porque na verdade não existia organização, acho um negócio um documento que ele tem, elaborou, tentou usar reflexões, torturaram ele durante vários dias, e como eles não tinham informação alguma, a única maneira de ter alguma informação, de saber o que é isso é sobre tortura. Mas o cara já aviso que não tem nada a ver mas, não, não tem outro jeito, teve que fazer isso pra, única maneira de saber se isso é verdade era o método né, coisa absurda. Mas a rotina a gente ficava ali na, passava maíor parte do dia na cela, geralmente os interrogatórios eram feitos a noite e a vizinhança do entorno ali reclamava muito de barulhos, gritos e tal, acho que faziam isso a noite até pra amedrontar a vizinhança mesmo, e a noite a gente ficava, era o momento que a gente ficava conversando, avaliando a situação, porque que tava tendo aquela situação ali. Tinha horário de alimentação, alimentação normal e tal, um cuidando do outro, alguns maís machucados do que os outros, torturaram e trocaram apoio. Tinha um companheiro lá que tinha ficado tanto tempo, tantas

horas que, numa situação muito pior que a gente, que perdeu o movimento das pernas, então tinha que fazer uma massagem nele pra tentar melhorar, enfim situações terríveis que a gente assistiu lá. Tinha gente lá com a situação muito pior do que a minha né e a gente ficava naquele trabalho solidário ali na cela e a noite tinha as sessões de tortura, mas como eu disse não tinha muita informação pra tirar da gente, então a sessões de interrogatório foram se passando, foram diminuindo e tal, até que eles chegaram a conclusão que tava terminado e nós fomos encaminhados pro DEOPS, aí lá, por exemplo, esses interrogatórios no DOI CODI, eles falavam mas ninguém registrava nada não, eles só falavam mesmo pra tentar obter informação e depois mandavam que a gente escrevesse manuscritamente, fizesse um relatório sobre como é que se deu essa nossa militância e tal, foi e publicou, como era um órgão, Operação Bandeirantes era um órgão paramilitar ilegal sobre todos os aspectos, então o documento dele não tinha menor relevância pra instaurar nenhum tipo de inquérito. No DEOPS, que era a delegacia formal, de ordem política e social aí sim que já com o presente delegado, aí sim que o povo foi tomado a termo a nossa declaração e que a gente confirmou aquilo ali que nada e na terceira fase que foi então já respondendo na Auditoria Militar com interrogatórios, mas aí já com presença de advogado uma situação mais estável. Mas a rotina era de durante o dia na cela, à noite interrogatório e tortura, no dia seguinte para recuperar e por aí vai.

Sebastião Pimentel Franco: - Bom, vocês percebiam nesses interrogatórios, nessas sessões de tortura havia referência o fato do individuo ser mulher ou ser do sexo masculino se o individuo fosse homossexual, vocês tinham alguma percepção se por esse fatos às vezes a tortura era mais dolorosa?

João Amorim Coutinho: - Penso que se aínda hoje essas discriminações já são fortíssimas, imagina na época, também seria muito forte. Eu pessoalmente não cheguei a observar isso não, mas tinha um negócio inclusive que é um preconceito da esquerda que tinha, uma versão distorcida na época que havia uma orientação distante depois de alguém tempo parece até meio, meio inusitado, é de que se fossem homossexuais ou coisa essa coisa toda, deviam ser limitados nas organizações para ser recrutados porque supostamente seriam maís frágeis no sentido de se obter tortura e tal pra obter confissões, essa estupidez, mas o próprio esquema tinha essa concepção. É até claro que no ponto de vista da repressão seria muito mais violento.

Sebastião Pimentel Franco: - Era a pergunta que eu ia fazer, porque em um dos depoimentos alguém nos colocou esta questão, ou seja, segundo esse depoimento da esquerda né, colocaram como meio de lado.

João Amorim Coutinho: - Lamentavelmente isso é real embora o propósito seria aparentemente positivo, a gente era orientado: não podia, não podia né, não devia quem queria se dar a revolução, não devia casar, ter filhos, nada que representasse um comprometimento pra depois em situação

sobre tortura mais pessoas virem a ser prejudicadas, então assim teoricamente seria uma forma de preservar, não mais do outra coisa, mas que tá embutido uma dose forte de...

Paulo Souza - Essas pessoas que foram presas contigo foram transportadas todas contigo pra São Paulo? E lá vocês conheceram outros presos políticos que você possa se recordar de nomes, fatos e tal, que possa nos ajudar?

João Amorim Coutinho: - Sim, do Espírito Santo ou de nacional? É tem 1 (um) caso inclusive que até um material que eu tô preparando até pra publicar, isso, é um caso emblemático, é o Joaquim Seixas, que era um quadro dirigente do MRT, uma organização, uma das centenas de organizações esquerda, movimento relacionado ao movimento Tiradentes que era um grupo também pequeno, acho que era de São Paulo e Rio e que participaram de alguns dos sequestros e tal e que foram justamente quando eu estava lá e esse grupo caiu todo. O grupo deles que participou do "justiçamento" do Empresário Alemão que dava sustentação pra Operação Bandeirantes, então esse grupo caiu e a repressão queria "comer o fígado deles mesmo cima deles" mesmo. Então quando eu estava lá eu fiquei preso na cela junto com um deles inclusive, mas o principal dirigente deles, que era esse Joaquim Seixas ele foi preso e a família dele toda e quando ele chegou na minha cela de onde que eu tava, eles deixaram um momento, tinha as celas todas e tinha uma portinha que dava pro pátio. Na hora que ele chegou, chegou sendo trucidado de porrada, caíndo no chão, os caras quebrando com ele, gritando e aí o pessoal, se conseguisse circular vaí, o Rock chegou aí e tal, caíu tá preso, e foi durante o dia inteiro, aliás tava na semana santa, eu lembro que foi semana santa, sábado de aleluia ou coisa parecida, falei então vão fazer o coitado de Judas, então passou a noite, o dia todo sobre tortura, me lembro que ele gritou a noite toda, até que de madrugada ele foi morto. Então algum tempo depois eu tava solto, saiu na imprensa inclusive na época que ele tinha sido morto na rua num confronto com a policia, ele foi torturado, durante a noite toda até que pela manhã acho que já tava morrendo mesmo deram um tiro nele e mataram. A esposa dele, os filhos, os filhos menores, inclusive, estavam presos lá, um dos casos mais emblemáticos que eu me lembro é esse daí.

Pedro Ernesto Fagundes: - Aqui em Vitória no 38BI só os militares que participaram da sua tortura ou pessoas do DOPS do Espírito Santo, da Policia Federal ou de alguém outro órgão esteve lá fazendo perguntas pra você ou participando dessa sessão de tortura? Todo mundo que foi preso aqui no Espirito Santo foi torturado no 38º BI, da ala vermelha?

João Amorim Coutinho: - Me parece que sim, não posso afirmar com segurança não, mas uma parte, com certeza, eu fui; Laura foi em São Paulo, o Brito (Antônio Caldas Brito), Jair Storck, Aristides; esses com certeza foram, praticamente todos. É, ao que me parece à alteração foi, eram, embora eles tivessem coordenações, mas a nível hierárquico por cima dos órgãos de segurança, mas havia também como sempre um certo ciúme dele que não se queria mostrar mais serviço que outro, então

tudo indica que foi exclusivamente, aliás nem os militares aqui do Espírito Santo participaram, basicamente a equipe que veio de São Paulo, acho que todos militares, é, isso de certa maneira é comprovado que aí um tempo depois, depois de maío, aí quando a gente foi solto e tal, e aí a gente era de vez em quando chamado lá pelo Danilo e ficava perguntando coisa pra gente, na verdade eles queriam obter informação que o pessoal de São Paulo não passou nem prá eles, então eu via eles perguntando as coisas mas na verdade eles não tiveram acesso sequer ao nosso depoimento lá de São Paulo. Isso também na Policia Federal, a mesma coisa. Eu fiquei sabendo, isso já em 1974, 78, já tinha passado no concurso do BANDES, em 74 entrei, era na diretoria, aí quando trocou a diretoria veio pra assumir a diretoria administrativa no BANDES, Alcio Portella, um cara que era filho do general Jaíme Portella que era da ultra direita. E o Alcio quando chegou, não sei se alguém lá no BANDES passou pra ele que entre os funcionários tinha alguém que já tinha sido preso, processado e tal, aí ele me chamou pra uma conversa aparentemente paternal, mas na verdade ele queria saber o que eu tinha pra falar, porque o pessoal da Policia Federal tinha pedido informação a ele pra que mandasse todo o pessoal que tivesse alguém tipo de envolvimento com a esquerda, então por isso como ele disse, por isso aí, diz ele que foi consultar arquivo de recursos humanos, como se fosse pra me preservar, eu não sabia que era nada disso então eu queria passar um bom relato pro pessoal da Policia Federal queria informação sobre a gente que não tinham, ele tava querendo tirar, eu falei que não realmente e tal, fomos processado fui absolvido, aí ele pediu, tive que ir a São Paulo prá buscar as tais certidões né, desses documentos que eu tinha sido absolvido, aí passei pra ele, que ele passou pra Policia Federal. Na verdade então eles não tinham outra coisa com segurança. Não tinham essas informações.

Pedro Ernesto Fagundes: - Aqui quando você tava no 38ºBI, você tinha direito de trocar de roupa, se alimentava normalmente, tomava banho ou existia restrições em relação a isso? Na semana que você ficou preso aqui no DOI-CODI?

João Amorim Coutinho: - É, quando a gente foi não levou nenhuma roupa, na verdade no mesmo dia ou no dia seguinte eles voltaram à minha casa, então quando a gente foi tipo assim, a minha mulher conseguiu juntar tudo num lençol, juntar todos aqueles documentos impressos tudo mimeografado e colocar pela porta dos fundos e esconder lá prá na hora que eles fossem visitar, vasculhar a casa e parece que pediu a vizinha da frente pra guardar por assim enquanto, porque em princípio eles nem iriam levá-la, porque constava o meu nome e não o dela, mas acabou que ela indo também e tal, e aí quando eles voltaram lá foi pra buscar alguma roupa prá gente, prá gente que ia ficar alguns dias, aí quando eles chegaram lá a vizinha entregou: oh, eles pediram pra entregar isso daqui, aí entregou a gente, falou: oh, você é o cara da imprensa porque o material tá todo aí, o que no episódio falta de solidariedade, ao contrário, mas por medo sei lá, e embora, e aí levou roupa e tal, e alimentação era comida muito ruim, comida de recruta mesmo, comida de quartel, tinha lá pra gente comer, não queriam matar a gente de fome não, queriam matar de outra coisa, banho não,

banho não tinha não, ficamos 4 (quatro), 5 (cinco) dias sem tomar banho, por aí.

Paulo Souza - Você foi absolvido no processo individual ou aquele grupo foi todo absolvido nesse mesmo processo?

João Amorim Coutinho: - Não, o processo da ala vermelha noventa e poucas pessoas, mas eram do Brasil todo: 7 (sete) ou 9 (nove) do Espírito Santo, o resto no Brasil todo. É, as defesas eram individuais, era um processo só global, mas tinha, tanto é que desse grupo alguns dirigentes nacionais foram condenados a 10 (dez) anos, 12 (doze) anos e tal, e aí a gente com um movimento menor acabou sendo absolvido.

Paulo Souza: - Sim, mas foi uma sentença pra cada um ou?

João Amorim Coutinho: - Foram várias sentenças.

Paulo Souza: - Foi uma sentença prá cada um? E quem eles defendiam lá no DOPS e depois lá na Auditoria Militar?

João Amorim Coutinho: - Aí lá em São Paulo, aí havia uma rede de solidariedade e tal, alguns órgãos como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), como a Associação Brasileira de imprensa, órgãos procuraram conseguir bons advogados, até meu advogado foi Iberê Bandeira de Melo que atuava bem nessa área de direitos humanos um cara preparado e que a gente arrecadou...

Paulo Souza: - Mas não foi você que contratou?

João Amorim Coutinho: - Não

Paulo Souza: - Como é que se deu assim a designação, como você sabe que o Iberê foi trabalhar pra você?

João Amorim Coutinho: - Pra mim e prá algumas pessoas, não todas, porque a gente cotizou um bom dinheiro também, mas eram familiares das pessoas do partido da organização de São Paulo que conheciam melhor essa ponte aí.

Paulo Souza: - Pode contar, se não lhe for penoso, mas que já está sendo, a questão do aborto?

João Amorim Coutinho: - Olha, isso aí eu não até procuro não mencionar muito isso porque é uma questão muito particular da Laura, que ela me revelou isso depois, não tinha conhecimento da gravidez dela até então, ela também me relatou, ela foi descobrir que tava grávida quando passou mediante a tortura daí ficou até o feto caír no vaso sanitário e tal. Então foi ela passou um período lá, chegou a ir pro hospital e tudo, chegou a ir, mas quase não ficávamos juntos, tinha uma cela só de mulheres, ficava, aí a gente ficava separado, se via rapidamente pela, isso no DOI-CODI, no DOI-CODI não, já no DEOPS aí sim tinha uma janelinha que a gente conseguia dar um alô e tal, mas aí notava

que ela já tava mais recuperada no DEOPS, eu acho que o relato dela por sinal é urgente e tal, acho que deve atender melhor vocês do que eu, eu fiquei chocado que, em tese, seria meu primeiro filho.

Paulo Souza: - No caso da família do Joaquim, vocês ouviram ele sendo torturado, mas o senhor chegou a visualizar o filho menor dele e ele sendo torturados?

João Amorim Coutinho: - Visualizar não. O Joaquim sim na hora que chegaram que na fresta da porta deu pra ver eles numa caminhonete e ele tava lutando com os caras, ele sabia que tava ferrado mesmo, tentando se defender, aquele monte de militares em volta dele dando porrada, ele tentando se defender, ele caiu e se jogou de baixo da caminhonete pra se proteger aí eles fecharam a porta pra isso aí. O filho dele era menor na época, há pouco tempo eu vi um depoimento do filho dele, acho que ele agora é cineasta, se eu não me engano, o filho maís novo, e tem um documentário no canal Brasil falando sobre esse processo aí, agora ele tá, eu tô com 66 (sessenta e seis), o menino deve tá com uns cinquenta e pouco cinquenta anos.

Pedro Ernesto Fagundes: - Agora então o senhor fala que na universidade alguns professores colaboraram não te reprovaram por falta, mas nos anos seguintes você conseguiu se formar normalmente? Você citou o problema, você sabia quem era Alberto Monteiro? Você teve algum problema com a AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) daqui da UFES? Você foi chamada pra falar alguma coisa? Teve algum problema pra pegar seu diploma, algo assim?

João Amorim Coutinho: - Não, não, nunca fui não, bem provável que essa pressão fosse feita sobre o Departamento sobre os professores, mas não chegou a mim esse conhecimento, com certeza ele deve ter sido pressionado. Mas aí acho que foi, não era de esquerda nem nada os professores, mas tiveram essa posição democrática de defesa e eu pessoalmente só vi o Alberto Monteiro de longe, assim nunca tive nenhum contato felizmente, nenhum contato maís frequente com ele, não.

Pedro Ernesto Fagundes: - E quando você fez esse concurso pro BANDES, pro BANDES né, quem era o governador do Espírito Santo? Era o Arthur Gerhardt ou era Élcio Alvares?

João Amorim Coutinho: - Arthur Gerhardt?

Pedro Ernesto Fagundes: - E você conseguiu tomar posse sem nenhum problema? Só quando chegou esses...

João Amorim Coutinho: - 1 (um) ano depois, eu suponho que deve ter havido um, deve ter havido alguma pressão, ou foi um problema apenas operacional bom ou não. O BANDES tinha contratado uma consultoria pra se montar um, montar uma coisa que era, como na ditadura era muito comum os órgãos públicos, principalmente no caso do Bandes, voltado pra investimento de longo prazo, então era uma caixa preta, então e aí só que já metade da década de 70 já havia alguma expressão que se tinha maior transparência na coisa pública e tal, e aí resolveram contratar um americano pra

montar um projeto pra criar uma área de comunicação no BANDES e aí foi quando eles iniciaram o concurso, isso foi em 73. No ano de 73 eu fiz o concurso, passei e fiz as entrevistas direitinho e tal, e só um ano depois eu fui chamado, não sei se esse tempo todo foi pra tentar ver se houve alguma..., sei que nesse período até tive algum contato pra buscar algumas informações no BANDES com Caldas Brito que já era economista, tinha sua empresa de consultoria, fazia projetos para o BANDES inclusive, já em 73, 74, eu trabalhava no jornal, trabalhava como repórter, era publicitário. Então fazia um pouco, uma espécie de propaganda pra ele e ele como tinha conhecido de colega de faculdade da Joanita Lima, uma grande amiga hoje, acho que era chefe dos recursos humanos do banco ou coisa parecida, ela dizia que tava esperando estruturar direito lá o departamento pra poder me contratar, que tava tudo ok, não tinha problema nenhum, ela sabia de algum movimento, mas eu acho que isso não foi, não foi porque, embora o concurso tecnocrático na verdade viviam pessoas sensíveis, que tinham uma postura bem interessante, alguns deles vieram a ter algum tipo de militância na política posteriormente e de certa maneira me garantiram que até onde tenha chegado a mim que tenha havido uma interferência maior, mas bem provável que sim, pra retardar isso aí.

Pedro Ernesto Fagundes: - Fora esse caso, em algum outro momento da sua carreira no banco, qualquer outra atuação que você tenha, qual outra iniciativa que você tenha tomado aqui no Espírito Santo você teve algum problema por conta da sua prisão, do seu processo e etc.?

João Amorim Coutinho: - Bem, isso é, alguns episódios sempre aconteceram, sempre o mesmo, eu dava aula em 02 (duas) escolas, aí eu não consegui voltar mais pra uma, né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Escola estadual?

João Amorim Coutinho: - Não, uma escola privada. Outra escola que eu dava aula, era a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos e essa minha sogra era professora também de história e geografia, e ela conseguiu pegar as aulas que eu dava pra dar no meu lugar pra evitar que colocasse outro no meu lugar prá não perder a cadeira, e eu retornei e retomei, a mãe da Laura, dona Laura, também. Eu retomei, mas eu fiquei sim sob uma vigilância, vendo meio de banda com dificuldade, tanto é que eu fiquei 1 (um) ano, nem maís 1 (um ano) lá nesse escola, tive que sair também. Então esse tipo de dificuldade e se há de convir que na verdade a gente mesmo que não houvesse complicações expressas, não poder e tal, ninguém queria assumir isso aí, mas com dificuldades já era sempre colocava. Eram sempre colocadas às pessoas olhando meio de banda na hipótese de uma determinada tarefa sempre pregada por outra pessoa. Isso, essa discriminação vamos dizer assim, acho que muita maís discriminação do que propriamente ostensiva aconteceu durante boa parte do tempo, até maís tarde quando eu fui do BANDES. Acabei virando bancário né. Entrei no BANDES como jornalista, mas por atividade era bancário. Acabei depois concorrendo ao sindicato dos bancários. Virei presidente do sindicato dos bancários e até na campanha inclusive até a chapa adversária usava: vai entregar o sindicato prá um comunista. Isso segue pro resto da vida, isso não

tem jeito, até por desinformação como o Partido dos Trabalhadores-PT, fato que surgiu, que aglutinou boa parte desse setor de esquerda, muita gente que dizia assim: Amorim é PT, até porque é identificado antes né, o PT como uma coisa mais a frente, mas a esquerda então todo mundo que de alguma maneira mostrasse conformidade e tal era, tinha essa identificação embora nem fosse né. Depois da ala vermelha saí do PCdoB, depois, atualmente até filiado ao PSB né, embora um bom tempo sem qualquer tipo de participação.

Pedro Ernesto Fagundes: - Então você não teve problemas aqui dentro da UFES e nem com relação a emprego depois que você foi liberado? E aqui no Espírito Santo algum advogado te ajudou, te defendeu te representou nessas auditorias que você participou?

João Amorim Coutinho: - Não, não, todo processo da gente ocorreu em São Paulo, nada aqui, nada aqui.

Pedro Ernesto Fagundes: - Mais alguma questão que você gostaria de destacar, de ressaltar, de sublinhar?

João Amorim Coutinho: - Acho que tem a gente tem que destacar da importância desse trabalho das Comissões da Verdade, a gente tá tendo exemplo agora né dos processos políticos dinâmicos permanentes diante de satisfações naturais que ocorrem e situações como essas campanhas que começam por impeachment da Dilma e tem gente pedindo até a volta dos militares, então é fundamental esse tipo de trabalho das Comissões prá que essa coisa não seja esquecida nunca, não por revanchismo coisa nenhuma não, é absurdo isso, mas essa memória é fundamental para que as novas gerações saibam que não viveram o que era a época da Ditadura, acho que não, é melhor quando os militares... Então acho que esse é um trabalho permanente, esse é um trabalho das organizações da sociedade civil, das instituições como a Comissão da Verdade, é um papel então, eu acho que é uma contribuição que nós que passamos pela experiência temos que, a conclusão que temos que dar é essa, tá permanentemente contando essa experiência para as novas gerações.

Pedro Ernesto Fagundes: - Só pra finalizar, quando o senhor foi candidato a presidente do sindicato dos bancários se lembra em que ano foi isso?

João Amorim Coutinho: - Foi em 1982 e 1985, a comissão a gente se dividiu e tal, tinha uma chapa com mais informação do PT, outra com PCdoB, PMDB, aquilo e tal, mas num momento que estávamos todos juntos, discutindo junto, no momento a gente achou que dava pra ganhar só e acabou perdendo pra situação. No ano de 85 a gente perdeu a eleição e trabalhamos juntos e ganhamos a eleição.

Pedro Ernesto Fagundes: - Nessa eleição do sindicato durante a sua atuação no sindicato dos bancários, você teve algum momento que foi monitorado, foi vigiado, teve que apresentar algum atestado prá poder concorrer à eleição, algo nesse sentido?

João Amorim Coutinho: - Não, não, nada disso, nada disso, é bem provável sim, e aliás um trabalho que eu vou fazer em pouco tempo é buscar informação nos órgãos, no arquivo, enfim, onde eu puder pra, porque eu tô montando um livro sobre essa memória né, já tem até título: "Antes que se apague a memória", é, e eu vou verificar se isso aconteceu realmente, mas bem provável que sim, temos, temos, até esse livro de vocês que faz algumas menções de registros incorretos, imperfeitos, lógicos, mas faz registro sobre isso aí, mas uma intervenção direta, assim, de pressão não, porque na verdade em 85 a gente já tava no período de intervenção, já no final do governo Figueiredo embora os órgãos permaneceram ainda com maís, timidamente, né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Mais alguma coisa que você gostaria de destacar?

João Amorim Coutinho: - Não.

Pedro Ernesto Fagundes: - Muito obrigado. Você autoriza a agente disponibilizar essa sua entrevista no site das Comissões, transcrever, publicar?

João Amorim Coutinho: - Sem problema.

Adriano Sisternas

Nasceu em 14 de dezembro de 1949, em Perpignan, França, filho de Adriano Gallego Sisternas e Florência Delgado. Aos 5 anos, juntamente com os pais e 4 irmãos (duas irmãs espanholas, um irmão espanhol e um irmão francês), chegou ao Rio de Janeiro-Brasil, em 03 de junho de 1954, depois de uma viagem de 11 dias de navio, que partiu da França. Os pais moravam na Espanha com os três filhos quando o ditador Franco assumiu o poder, e sendo seu pai contrário ao novo regime, conseguiu se refugiar na França, ficando a mãe com os três filhos na Espanha. Depois de mais de 10 anos na França, seu pai conseguiu que sua mãe fosse para a França, onde se reencontraram e, ele e seu irmão, nasceram.

Quando seu irmão espanhol estava completando 18 anos, seu pai preocupado com a possibilidade de ser convocado para servir o exército na Espanha, e vendo anúncio nos jornais que o Brasil estava aceitando imigrantes para a agricultura, decidiu vender o pouco que tinha e viajou para o Brasil.

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 1978; Pós-graduado em Engenharia de Segurança pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 1980; Pós-graduado em Engenharia Econômica pela Sociedade Madeira de Lei, em 1983; Pós-graduado em MBA Executivo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989; Professor do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Espírito Santo, no período de 1979 a 1993; Palestrante na área de Concreto Armado e Protendido e Empregado da INCOSPAL, no Espírito Santo, desde 1971, exercendo o cargo de Diretor Industrial desde 1985.

Depoimento prestado a Pedro Ernesto Fagundes e Paulo Souza, membros da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 02 de dezembro de 2014, às 10h, no Estúdio do Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo. A servidora Eliane da Cunha Lima Acosta, da Secretaria Executiva da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, também participou do depoimento.

Pedro Ernesto Fagundes: - Vitória, 02 de dezembro de 2014, depoimento conjunto da Comissão da Verdade da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e da Comissão Estadual da Verdade do Espírito Santo com Adriano Sisternas. Eu queria que o senhor falasse como foi sua chegada a UFES, é, você fez vestibular quando? Se havia vestibular na época? Qual o curso que você fez e como foi o início da sua militância no movimento estudantil ou um movimento ou ligação com alguma organização política que existia na época aqui no Espirito Santo.

Adriano Sisternas: - Eu fiz vestibular para engenharia, eu já tinha estudado aqui o terceiro cientifico no Americano, depois resolvemos estudar um ano no interior, eu e outro colega estudamos debaixo das mangueiras, é, com as apostilas do ITA-Instituto Tecnológico da Aeronáutica, nós tentamos fazer o ITA, eu e ele, é, uma semana antes do vestibular eu recebi um telegrama que eu não podia fazer

prova no ITA, por ser estrangeiro, só brasileiro nato ou naturalizado, e a gente já tinha feito matrícula aqui em vitória também, então eu fiz pra cá e ele fez pra lá. E eu aqui então na engenharia, eu passei na engenharia, e...

Pedro Ernesto Fagundes: - Que ano?

Adriano Sisternas: - Isso foi em 70, início de 70, é, então, e, é, nesse período eu já tinha alguns contatos, é, é, político né, mas aí já foi na, é, no PCdoB, então nesse período aí eu na escola, mas, era, os contatos eram fora da escola, na escola mesmo não tinha ninguém participando, o único que começou a ter informações sobre material e tudo isso, foi o presidente do diretório, é, e que inclusive na época foi preso...

Pedro Ernesto Fagundes: - Qual é o nome dele?

Adriano Sisternas: - Perim, eu não lembro agora exatamente o nome, mas o sobrenome é Perim, e ele foi preso antes de mim, e quando eu estive lá os interrogatórios ele saiu logo no outro dia, então, mas a gente tinha, é, PCdoB, é na escola mesmo não tinha ligação com o pessoal da medicina nem nada. Sabia que tinha as pessoas da medicina que participavam e tudo isso, mas eu num tinha contato com eles.

Pedro Ernesto Fagundes: - Aonde era, onde funcionava a escola de engenharia aqui na UFES ,já aqui em Goiabeiras?

Adriano Sisternas: - Não.

Pedro Ernesto Fagundes: - Ou em outro espaço?

Adriano Sisternas: - Era justamente em Maruípe onde hoje é o, é, a casa do cidadão.

Pedro Ernesto Fagundes: - E quando que veio pra cá o curso? Você lembra, você tava aqui?

Adriano Sisternas: - Foi, eu num, eu num estava estudando na época, foi entre 73 e 77, em 77 foi quando eu voltei, e já voltei na, no campos da UFES.

Pedro Ernesto Fagundes: - Na época que você era estudante que você entrou aqui na UFES, você ouvia falar nas, se existe algum órgão de informação que funcionava aqui dentro da UFES que vigiava, monitorava os estudantes?

Adriano Sisternas: - É, tinha o, o, tinha, sabia que tinha um órgão que era o que tinha mais informações dos, procurando, subversivo tudo isso, existia, é, eu não lembro agora exatamente o nome dele.

Pedro Ernesto Fagundes: - Alberto Monteiro?

Adriano Sisternas: - Exatamente Alberto Monteiro, na época eu inclusive era o representante do, do, é, representante desses que faziam os, é, que saíam pra projeto Rondon, projeto Rondon, na época eu tinha relação direta com ele, que ele era o, que tinha todas essas informações, e eu na escola me candidatei a representante do projeto Rondon, então isso com a finalidade de ter mais informações, então com isso eu tinha algumas informações que, eu tinha contato com ele, sem ele saber, que eu pertencia ao PCdoB e com isso a gente tinha informações que a gente às vezes usava no partido tudo isso né, então depois quando soube e tal, ficou mais revoltado ainda, porque eu tinha contato com ele, e ele nunca tinha percebido nada disso, na época que eu voltei pra me matricular e disseram que eu não podia, eles falaram assim, não, mas, como, então, é porque, eu num fui aplicado ainda por causa de 477, bom então tem que conversar com Alberto Monteiro. Eu fui conversar com ele e lá realmente ele foi muito duro né, é porque as coisas que eu tinha que participar de, de movimento subversivo e ele num sabia né, e depois aí tanto é que ele queria saber se eu não tinha ainda sido aplicado o 477, eu teria direito de entrar na universidade, se já tivesse sido aplicado já estaria contando há algum tempo, ele não conseguiu me responder nenhuma dessas perguntas, aí eu insisti e no final, eu disso bom, então, tá bom eu só posso voltar em 77, é isso? É, é isso mesmo. Bom, era só isso mesmo que eu queria saber, e saí, ele não ficou satisfeito, com certeza não ficou satisfeito.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você recebeu algum documento? Você tem algum documento falando que o senhor foi enquadrado no Decreto 477 ou isso só foi falado pelo Alberto Monteiro ou por algum outro funcionário na UFES? Oficialmente você foi comunicado disso?

Adriano Sisternas: - É...

Pedro Ernesto Fagundes: - Alguma portaria, um decreto, algo assim?

Adriano Sisternas: - Tem, tem, o Médici, no, na hora de saír do governo a última, uma das últimas coisas que ele fez, foi assinar, foi Médici? Acho que foi uma das ultimas coisas que ele fez foi o meu 477, isso foi oficialmente assinado, eu num tenho o documento aqui agora, mais.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você não tem esse documento aqui?

Adriano Sisternas: - Não, eu não tenho, não tenho mas eu sei que isso foi, isso foi publicado e tudo isso.

Pedro Ernesto Fagundes: - Você tem o número da portaria, do decreto, a data?

Adriano Sisternas: - Não, não tenho, não tenho, eu tenho, é eu já entrei com um advogado, no, é, como é?

Pedro Ernesto Fagundes: - Comissão Nacional da Anistia?

Adriano Sisternas: - Como é?

Pedro Ernesto Fagundes: Comissão Nacional na Anistia, pedindo reparação?

Adriano Sisternas: - É, pedindo reparação, e nisso daí a gente colocou tudo que a gente, inclusive eu quando, lá, quando eu fui preso foi em dezembro, dia 4 de dezembro e nesse dia.

Pedro Ernesto Fagundes: - 72?

Adriano Sisternas: - 4 de dezembro de 72, quando é, eu fui preso, só tinha uma cadeira, uma matéria pra fazer a final, eu tinha passado com média em todas, minha sorte.

Pedro Ernesto Fagundes: - Tava em que ano do curso?

Adriano Sisternas: - Segundo ano.

Pedro Ernesto Fagundes: - Segundo ano?

Adriano Sisternas: - É, no final do segundo ano, 70, 77, terceiro ano, final do terceiro ano, é então, é, só tinha uma matéria pra fazer, eu pedi pra fazer a prova lá na, preso né, e autorizaram, eu não tinha nada pra fazer, estudei bastante e tal, soube que eu fiz a prova toda, e quando eu voltei tinha sido anulada, então por sorte eu só tinha uma, essa foi, quando eu voltei não, essa aí foi anulada.

Pedro Ernesto Fagundes: - Mas isso daí é interessante, quando o senhor veio fazer a prova na UFES, ou levaram o senhor?

Adriano Sisternas: - Não, me levaram lá.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem levou a prova pro senhor?

Adriano Sisternas: - Quem levou a prova foi o professor, um professor, todo cabelo branco, é Papai Noel o apelido dele, na época todo mundo sabia, é, o nome, quem era eu não lembro o nome agora, mas ele foi lá e...

Pedro Ernesto Fagundes: - Qual a disciplina?

Adriano Sisternas: - Disciplina? É, eu não tô lembrando exatamente qual foi, não lembro agora, a gente pode ver nos documentos têm, porque essa foi uma das cadeiras que depois eu fiz, né, as outras eu não sei fazer, sei que eu tinha média, mas essa cadeira eu precisei refazer depois quando eu voltei.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quais eram as atividades que o senhor fazia enquanto era do PCdoB?

Adriano Sisternas: - Primeiro só, a gente participava de reuniões, lia documentos fazia panfletagens, panfletagem é colar nos postes, algumas informações impressas, normalmente era feito em mimeógrafo né, tinha uma pessoa que era, só vivia no partido, né, é, também o nome dele eu sei que

que o apelido dele é o codinome é José, é só isso que a gente sabia, era o único que não era estudante.

Pedro Ernesto Fagundes: - É o Fued?

Adriano Sisternas: - Fued, Fued, Fued, Fued...é, então ele era o único que não era estudante, todos os outros eram estudantes, medicina, acho que administração..., engenharia, engenharia só tinha eu, é, participava do movimento.

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor fez treinamento guerrilheiro, com armas?

Adriano Sisternas: - Não, não, nada, nunca.

Pedro Ernesto Fagundes: - Nunca participou de nenhuma ação armada?

Adriano Sisternas: - Não, mesmo porque aqui em Vitória nunca teve né, até mesmo quando todo mundo foi preso aqui, parece que não localizaram nenhuma arma aqui, na, nos 31 (trinta e um) indiciados né, não foram todos presos teve algum que fugiu, mas, é, a informação que eu tenho que não foi encontrado arma com ninguém.

Pedro Ernesto Fagundes: - Com relação às outras pessoas que foram presas junto com o senhor, o senhor teve contato antes de ser preso com alguma delas, participou de reunião, sabia quem eram?

Adriano Sisternas: - Sim, sim, alguma sim.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quais? O senhor lembra?

Adriano Sisternas: - Eram, além do Fued, é, eu acredito que o, não tenho certeza, talvez o Zé Luiz, o Zé Luiz.

Pedro Ernesto Fagundes: - José Luiz de Souza.

Adriano Sisternas: - José Luiz de Souza, acredito, é, eu sei que tinha, tinha umas 3 (três) ou 4 (quatro) pessoas que a gente se reunia, ta, isso, tinham essas pessoas, acho que tinha alguém da medicina, não tenho certeza quem são.

Pedro Ernesto Fagundes: - Na medicina, o professor Vitor Buaiz era do PCdoB?

Adriano Sisternas: - Ele foi preso com a gente do PCdoB, eu não tinha contato com ele antes, eu não tive contato com ele antes, eu tive depois né, lá e depois.

Pedro Ernesto Fagundes: - Conta do dia da prisão do senhor, como que foi, quando que foi e como que se deu essa sua prisão?

Adriano Sisternas: - Foi no dia 4 de dezembro de 72, foi pela manhã, eu cheguei na escola, é, eu

estava exatamente no diretório, nesse, nesse...

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor foi preso dentro no campus?

Adriano Sisternas: - Sim, não, dentro da, não era campus ainda, era na, onde hoje é o, Casa do Cidadão era uma escola e engenharia, escola e engenharia.

Pedro Ernesto Fagundes: - Mas era uma instalação da UFES?

Adriano Sisternas: - Escola e engenharia, ele era Centro Tecnológico da UFES, era o Centro Tecnológico da UFES, e ali mesmo, ali dentro era o, na sala do diretório, então nessa hora, nessa hora que ele chegou, chegaram 2(duas) pessoas perguntaram quem era Adriano, aí pessoal falou Adriano e tal, ah, quero fazer umas perguntas, aí me levaram para o quartel da polícia militar em Maruípe, aí chegando lá me deixaram numa sala lá com oficial, aí foram...

Pedro Ernesto Fagundes: - Oficial da PM?

Adriano Sisternas: - É, exatamente.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem prendeu o senhor? Foi PM, Poíicia Federal, PF?

Adriano Sisternas: - Eu acredito que foi da PM mesmo, acho que alguém dali do, tanto é que levaram dali pro, pra PM né, então eu acredito que deve ter sido alguém deles.

Pedro Ernesto Fagundes: - E as pessoas tavam com uniformes, tavam descaracterizadas?

Adriano Sisternas: - Eu acredito que estavam descaracterizadas, eu acredito que num tavam com uniforme não. É, quando eu cheguei lá, é, logicamente a gente já desconfiava já sabia que a qualquer hora, eu não tinha tido informação ainda que os outros tinham sido presos, eu não tinha tido essa informação, então é, é, mas a gente sabia que a qualquer hora podia acontecer né, a gente tava sempre precavido quanto a isso, então quando chegou ali aí eles foram pegaram meu endereço, foram, foram em casa pra ver o que é que tinha né. Então eu já senti, já passou um tempo e eu pedi ao oficial licença só pra avisar na empresa onde eu trabalhava que eu tinha um combinado, um horário pra estar lá e como não podia tá lá só pra da um alô e ele me permitiu, e também não sabia do que se tratava, se soubesse não deixaria né, mas deixou e aí eu liguei, e falei ó avisa fulano que eu to aqui no quartel da PM, que daqui a pouco eu devo tá chegando aí, posso atrasar um pouco mas a finalidade era deixar o caminho, porque lá tinha um, um diretor lá que era professor de judô, Edson Maestri e ele, ele, ele dava é, treinamento com o pessoal, maís alguma coisa, da PM. Então logicamente ali já avisar que eu não voltando, já avisar que a ultima contato tinha sido ali. Então ele realmente ele com isso ele conseguiu me localizar onde que eu tava no 38 BI, e que lá tava no, depois daí me levaram lá pra 38ºBI.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quanto tempo depois?

Adriano Sisternas: - Ah foi menos de um dia, foi algumas horas, até eles pegarem o material, é eles pegaram o material em casa procuraram tudo reviraram tudo, aterrorizaram lá os outros que tavam lá na republica, é , lá na republica, é, do lado da Rua 7, é, não, é Rua 7 e a Luciano das Neves né não, não sei, ali tem uma rua por aí. Ali, eu morava ali nessa republica ali e já aterrorizavam bastante, o pessoal. E até perguntaram pra um, mas esse livro aqui alguém já leu e tal, aí um lá falo eu li e tal, não e tal isso aqui é, faz um terror né, mas tudo bem. E aí então depois a gente foi lá pra 38º BI, foi quando eles começaram o interrogatório né, o interrogatório foi mais numa prancheta tudo escrito, eu podendo ver o que tava escrito, então a pessoa a rigor já tinha tudo na mão, tava todo mundo preso, todos já estavam lá, presos, eu via às vezes passando de um lado pro outro, então como foi... chegou um momento em que perguntaram, Perim? Não sei de nada, aí tal, porque quem passava material pra ele era eu. Como eu passava material a gente comentava nas reuniões e tal. Então alguém que foi e entregou, entregou tudo que sabia né, então eu já sabia que ele tava recebendo material, mas quando tem duas pessoas que, que sabem de alguma coisa e confirmam, um outro terceiro se falar que não, vaí ficar mal, então como eu fui confirmando tudo que eles já sabiam quando chegou nesse ponto, aí eu cortei, ficou cortado, no outro dia ele foi solto e avisaram pra ele que nos estaríamos naquele dia indo pro Rio, nós não fomos, mas a informação que ele, que ele trouxe foi justamente essa pra, pra não ter informação da onde a gente tava.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem interrogou o senhor? Foram pessoas do exército, da polícia federal?

Adriano Sisternas: - É, veja só, é, essa pessoa que fez era um oficial, não parecia tão graduado, com certeza seria pessoa gabaritada, mas fez o relatório normal sem maiores coisas, só teve um, uma outra pessoa lá que com certeza era dos que, eu sei que 2 (dois) amigos da gente, colegas da gente foram fraturados, fraturaram o externo deles né, dois magrinhos. É, quem foi o Zé Luis que, não me lembro como é o nome que se tinha falado aí?

Pedro Ernesto Fagundes: Marcelo Neves.

Adriano Sisternas: - Não, Marcelo não, o Marcelo é maís fortinho um pouco. Mas o outro magrinho, um, é, eu sei que dois deles, fraturaram o externo com socos né, então esses com certeza foram no início e queriam informações então foram maltratando. Eu quando cheguei, já tinham tudo na mão, então comigo foi maís simples e, só teve um desses que na certa, mais alto tal que eu acho que era um dos torturadores, é, que uma hora chegou: É, te mandar lá pra França vê que Pompidou vai fazer com você, é uma coisa assim, uma frase só que ele disse e chutou minha perna assim, tava sentado aí.., só e maís nada, então, não tinha maís o que pedir né. É, então, a gente teve sempre o cuidado lá e até alguns outras situações que, tal, maís, às vezes teve o caso de acareação, um outro tinha dito que ele tinha passado, me apresentado a uma pessoa, ele se apertou lá e precisou fazer, ligou pra mim, que eu já tava preso, e pra ir na certa eu, de mim tinha que passar pra outra pessoa, então se

eu dissesse que sim pra onde que for representado pra quem mais aí seguia um caminho né, aí nessa hora eu não to lembrando, não, um dia sim um dia nublado, se assim e tal, pois é num to lembrando. Mas ou outro falou: você, você é tão inteligente que tal, tal, como é que você não lembra isso aí? Falei é, isso é uma das coisas que eu estou estranhando, isso eu não lembro e tal. Então tem algumas coisas que tem que me cortar, se tiver 2 (dois) que dizem pra você, se não tem como se defender, mais se você tá sempre ou é um ou é nenhum, aí se pode cortar, então nessa hora que eu tive a sorte de ter tido situações que me permitiam usar esse recurso, acredito que é, aí é o caso vai ter situações que você não tinha essa possibilidade, então se você é primeiro a ser preso ele vai negar, mas eles vão apertar né, quando eu cheguei, já tinham a lista toda e a pessoa não foi, não quis pegadinha, não quis fazer pegadinha, e disse, tá tudo ali, então, aí fica maís fácil né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Em que local o senhor ficou preso lá no 38º BI? Em que local o senhor foi interrogado? O senhor se voltasse lá hoje reconheceria esse local?

Adriano Sisternas: - Olha, o interrogatório não foi em local de interrogatório, foi num lugar normal que se tava por la, a gente sentou e tal, e ali a pessoa chegou sentou e conversou, não tem nada de, de coisa de terror nem nada né, é, a gente ficou preso na cela, uma cela grande que o Brito Buaiz ficava num, num, numa sala do comandante, acho que é na sala do comandante, uma sala lá que era, era por ele ser o, ter universidade, já ter o curso universitário completo, então ele tinha uma situação diferenciada, mas no caso nós estávamos todos numa cela só, chegamos a ter lá, quantos: uns 16, 17, 18 numa cela só, muito grande com os colchões no chão, não sei se tinha camas para todos, não sei, não me lembro agora, banheiros, tudo, tudo junto, tudo numa cela só.

Pedro Ernesto Fagundes: - Vocês se alimentavam normalmente, podiam tomar banho todo dia?

Adriano Sisternas: - Sim, isso aí tranquilo, isso aí não teve maíores dificuldade, inclusive aqui no BI, 38º BI, é, o pessoal até fazia o seguinte: levava a gente pra banho de sol, lá, levavam pra fazer banho de sol, exercício, tudo isso, lógico que com cachorro em volta, policiamento e tudo, mas até banho de mar a gente, a gente tinha, eles deixavam a gente tomar, logicamente que com os cachorros perto e tudo isso, mas quer dizer, tinha, nesse ponto aí que nos fomos muito bem tratados, muito bem tratados, muito melhor do que no Rio. No Rio, é, a gente tinha direito a banho de sol, meia hora nas segundas-feiras, se fizesse sol de manhã, se fizesse sol de manhã na segunda-feira tinha direito a meia hora, é só isso, fora isso só na cela.

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor ficou preso aqui no 38º BI quanto tempo?

Adriano Sisternas: - Acredito que quatro meses e pouco, por aí.

Pedro Ernesto Fagundes: - Já em 73?

Adriano Sisternas: - Final de 72, início de 73, foi 04 de dezembro que a gente foi preso.

Pedro Ernesto Fagundes: - Por que o senhor foi transferido para o Rio de Janeiro e outras pessoas não foram, foram soltas, o senhor foi enquadrado, o senhor foi processado? Qual o crime de que o senhor foi acusado?

Adriano Sisternas: - É, veja só, nessa época, a gente é, no período do interrogatório, tava todo mundo e depois umas partes, umas pessoas receberam prisão preventiva e as outras foram libertadas sem julgamento, nenhuma foi, ninguém foi julgado nessa época, nós fomos julgados em setembro do outro ano, mas nessa época até um período, é, teve essas perguntas e depois nós tivemos algumas, algumas conversas com o comandante, com o comandante do, no quartel, que ele que comandava, ele tava comandando a, as interrogações, interrogatórios, as informações, tava fechando tudo isso, até mesmo pra definir quem ia ser, quem ia receber o, a, como é, a prisão preventiva, é, prisão preventiva. Estava tudo certo que, é, iam ser 3 (três) só que iam ficar presos, que iam receber prisão preventiva.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem eram esses 3 (três)? O senhor lembra?

Adriano Sisternas: - É, eu não tava no meio, era o Fued com maís dois, dois mais, mais envolvidos no processo, realmente eu não lembro os nomes agora. Acontece que isso, esse comandante ia lá na nossa cela, levava livros de ficção cientifica e tudo isso, e de vez em quando ia lá, conversava com as...

Pedro Ernesto Fagundes: - Você lembra do nome dele?

Adriano Sisternas: - Não

Pedro Ernesto Fagundes: - Sobrenome?

Adriano Sisternas: - Não, sei que era comandante da época, comandante do quartel da época. E teve um determinado dia que ele chegou lá com um tabuleirinho de xadrez, aí ele falou assim: quem joga xadrez aí? Todo mundo: Adriano, não tinha nada pra fazer lá, eu, é, jogava xadrez e alguns outros jogavam alguma coisa de xadrez também. E aí a gente começou a treinar, eu comecei a treinar jogar xadrez de costas pro do tabuleiro na época, então eu jogava e eles já faziam os lances, todos os lances numerados e eles, eu de costas e eles de frente, eu fazia isso então, não tinha nada pra fazer tinha 22 (vinte dois) anos né, então tava mente fresca, e o plano da gente foi pra lá, realmente eu cometi um erro estratégico, cometi um erro estratégico, nessa, nesse dia aí, quer dizer, eu já tinha estudado bastante xadrez, tudo isso, e jogando, eles jogavam bem, se não ele não teria ido lá pra perder pra um menino né, então, ele jogava bem, como existe algum momento que eu consegui ganhar um peão dele, um peão, mas era difícil a parte difícil, eu pensei assim, bom uma, é, existe estudos, partidas já apresentadas que se a pessoa com um peão de vantagem conseguir trocar todas as peças de maior valor, trocar, troca, troca, troca, no final a pessoa tem um final de peões ou um peão de vantagem que pode, pode vim a lhe dar vantagem no ganho, pode, então. Aí eu falei, vou

experimentar pra vê se da ganhar tava difícil ali, eles jogam muito bem, embora eu tava por isso na época, mas aí eu comecei a trocar, trocar, trocar, trocar, quê que aconteceu, no final acabei ganhando a partida dele. Olha, por causa disso ele não voltou maís lá, ele não voltou maís na cela, e depois quando veio prisão preventiva, 5 (cinco), pois tinha um outro que tinha um pouco mais de desenvolvimento do que eu, então pra me pegar tem que pegar mais um e já tava certo que iam ser 3 (três), foram 5 (cinco), então eu pensei, é continua a estratégia, 22 (vinte dois) anos a gente não tem tanta maturidade, ele indo lá não era pra ter ganho dele, mas foi bom, mas foi bom, é, satisfação também, além do que...

Pedro Ernesto Fagundes: - Vocês comemoraram quando ele foi embora, óbvio?

Adriano Sisternas: - Eu não lembro agora, mas com certeza né, com certeza, ganhar de um comandante que ta lá prendendo a gente, a gente ganhar um partida dele, ele não foi lá pra perder pra um menino né, ele num foi lá pra perder pra um menino né, e aí depois analisando, perdi um ano, no ano em que fiquei preso, por outro lado quando voltei pra escola é, terminei o curso aí estavam precisando de professor aí eu passei a dar aula, se eu tivesse formado antes eu não teria dado aula né, então a gente, foi pior foi melhor, mas que foi bom, foi.

Pedro Ernesto Fagundes: - Voltando um pouco aqui então, em 73 o senhor foi indiciado?

Adriano Sisternas: - Não, em 73 eu recebi a ordem de prisão preventiva.

Pedro Ernesto Fagundes: - Preventiva e como foi essa transferência do 38º BI pro Rio de Janeiro?

Adriano Sisternas: - Aí nós viajamos em caminhonetes, amarrados os pés e as mãos, igual a caranguejo.

Pedro Ernesto Fagundes: - Caminhonete do exército?

Adriano Sisternas: - Acredito que sim. É então era dois a 2 (dois), ou 3 (três), sei que era, tinha uma, é, como é? Que prende, como é? Algemado. Algema no pé no outro companheiro e mão com mão, fomos daqui pro Rio assim.

Pedro Ernesto Fagundes: - Em que local o senhor ficou preso lá no Rio de Janeiro?

Adriano Sisternas: - Lá foi em Realengo, eu não lembro.

Pedro Ernesto Fagundes: - Vila militar?

Adriano Sisternas: - É Realengo no quartel do, da cavalaria, né.

Pedro Ernesto Fagundes: - Cavalaria?

Adriano Sisternas: - É, são os dois quartéis, eu estive em um depois um tempo no outro, eles não deixavam muito tempo no mesmo lugar.

Pedro Ernesto Fagundes: - Lá o senhor foi torturado sofreu algum constrangimento?

Adriano Sisternas: - Não, não, nada, nada, nada, nada, a única coisa que não tinha sol, não tinha nada né, quando fechava eles gostariam que nem exercício se fizesse, gostaria que ninguém fizesse nem exercício, mas a gente fazia.

Pedro Ernesto Fagundes: - As pessoas aqui que foram presas junto com o senhor da UFES, essas pessoas foram também junto, tavam todos juntos ou foram separados?

Adriano Sisternas: - Não, lá, lá num teve ninguém daqui comigo, eram outras pessoas, a gente foi sempre pra juntar com outras pessoas.

Pedro Ernesto Fagundes: - Todos presos políticos?

Adriano Sisternas: - Todos presos políticos.

Pedro Ernesto Fagundes: - Senhor se lembra de alguém, que o senhor fez contato, amizade?

Adriano Sisternas: - Não, não lembro os nomes, não me lembro maís, só sei que no início nós estávamos, eu e maís dois num quartel e depois no outro quartel, eu e outro, e no final o outro já começou a fica, começar a ficar meio leve da cabeça e aí queria alvará de soltura e queria alvará de soltura, ele dormia de dia e ficava acordado de noite, a gente começou a jogar xadrez maís depois nem isso mais ele não conseguia, no final ele foi solto antes de mim e eu fiquei sozinho. Aí sozinho que é maís complicado, pois quando se tem alguém pra conversa tudo isso era, maís aí sozinho, aí isso já foi em dezembro e aí já sabia que até março as, é...

Pedro Ernesto Fagundes: - Auditorias militares?

Adriano Sisternas: - É, tudo que, ia ter recesso né, então com certeza até março eu imaginei que eu não ia poder, não tinha previsão de saída. Então eu tentei implantar uns horários pra tudo pra ocupar meu tempo, eu, uma caixinha de, uma caixinha de bombom, uma vez meu paí levou, já recortei pra fazer quebra cabeça, é pra ter como fazer como recorta algum papel alguma coisa um papelão, a gente tinha um apontador e no apontador eu conseguia na unha destarrachar e saía a laminazinha pra poder recortar e fazer as coisas, não a vista, mas a gente podia fazer. É, eu montei, é, eu fiz até, até, é, baralho, montei um baralho cortando, recortando e tal, é, um papelão que eu pedi pra fazer um jogo ou alguma coisa assim, recortei umas partes lá e essas partes a gente, não tinha tempo a gente tinha que ocupar o tempo, e então quando eu tava sozinho aí eu montei quebra cabeça, montei um livro lá de Francês, o dicionário ali havia uma parte, o livro de romance também lia só uma parte que podia, uma parte do tempo fazia exercício, e então ia procurando ocupar o tempo, aí então eu me organizei pra resistir sozinho porque sozinho é muito difícil.

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor lembra do advogado que representou o senhor ou algum advogado que representou o senhor?

Adriano Sisternas: - Não, quem, quem, é, é, foi mais o, o, é, foi, como eu sou estrangeiro, então foi o, é, um é, foi o advogado da, do consulado, foi advogado do consulado que acompanhou essa parte, e eu fui, depois fui solto dia 21 de dezembro, por isso deu um ano e dezessete dias do dia 4 (quatro) ao 21 (vinte um) de dezembro de 73.

Pedro Ernesto Fagundes: - Aí pôde voltar pra Vitória?

Adriano Sisternas: - É, aí eu voltei pra Vitória, aí a gente sabia que com certeza estavam de olho na gente né, mas a gente, tanto é que aí depois disso eu não me envolvi nem nada por que eu acho que a gente já tinha feito uma parte, cada um faz sua parte e como era ditadura e tudo isso a gente num tinha muito o que fazer enquanto a gente não era conhecido a gente tinha liberdade e depois já não mais, é, quê que eu ia falar? É, foi nessa, nessa época que a gente voltou, assim, voltei e aí voltei pra própria empresa, aí o pessoal me aceitou, no mesmo, no mesmo lugar que eu já trabalhava né, aí eu continuei.

Pedro Ernesto Fagundes: - Como que foi seu retorno pra UFES?

Adriano Sisternas: - Pra UFES foi o seguinte: eu tentei voltar em 74 e disseram que eu não podia porque 477, eu tive que conversar com Alberto Monteiro, eu conversei com ele tudo isso, ele disse que ele não podia por causa do 477. Eu procurei saber dele quando que tinha sido aplicado o 477 que ainda não havia sido, e eu falei se já foi de que data você já está contando pra eu saber quando terminam os três anos, e se num foi ainda tenho direito de me matricular, e mais, então no final só em 77 que eu poderia voltar, então eu voltei em 77 e em 78 terminei o curso, terminei o curso em 78 e quanto tava terminando o professor Reni na época disse, olha vai ter uma vaga de professor colaborador, dar aula dois anos e renovar por maís dois. Aí eu analisei e tal, e falei, se eu não servia como aluno eles vão me aceitar como professor? Bom o máximo que pode acontecer é, eu entro pra dar aula e depois o Alberto Monteiro vai dizer que não pode pagar, não vaí deixar pagar, ele tinha muita força né e se não deixar não pagar eu deixo de dar aula, aí eu paro, mas analisei que pra currículo tudo isso aí seria interessante, então eu fiz isso, eu, eu, eu comecei a dar aula, não tive problema, recebi, aí eu continuei terminou os 2(dois) anos foi renovado mais 2 (dois), nesse período desses outros dois anos não houve mudança na lei e quem era professor colaborador passou a professor assistente nível II, então eu só fiquei efetivo, depois passei pra nível I, depois passei pra professor adjunto de 20 horas que eu continuava trabalhando na INCOSPAL, e eu dei aula até 93, quando 93 a empresa tava montando uma fábrica em Tocantins, fábrica de pontes e tal, e eu ia ter que faltar muito, aí eu achei que não valia a pena, é, começar faltando, porque eu tava bem na escola, eu tinha sido professor paraninfo, patrono, professor homenageado muitas vezes, então, começar a faltar eu vou sujar o que eu fiz, aí eu pedi licença, nessa época eu tava fazendo também, 89, eu fiz licença de um ano para fazer o MBA do Rio, então esse ano eu já não dei aula, depois voltei outra vez, e quando surgiu essa, essa fábrica em Tocantins, tirei licença mais um ano era o primitivo e depois pedi pra dar baixa e saí em 93, 93 deixei de dar aula na universidade.

Pedro Ernesto Fagundes: - Então em nenhum momento quando o senhor entrou aqui pra dar aula, ninguém cobrou nenhum atestado de bons antecedentes, ou que o senhor apresentasse algum documento falando que o senhor foi absolvido, ou que foi enquadrado no 477, ninguém citou, ninguém perguntou, nem mesmo o Alberto Monteiro interrogou ou interpelou o senhor com relação a isso?

Adriano Sisternas: - Não, é, aconteceu o seguinte, em...nós fomos libertados em dezembro de 73, em setembro de 74 nós fomos ao julgamento, foi no Rio, lá no, lá no, no, foi numa estrutura lá do exército, e aí eu fui condenado a um ano, eu fui condenado a um ano, e já tinha pago um ano e dezessete dias então zero a zero, é, depois quando eu pedi atestado de antecedentes, aí vinha em vez de nada consta vinha sim consta, sim consta que foi julgado, foi condenado, pagou e tal, tal, e ficou, sempre saía isso, então, é, constava mas tava pago, então eu fora isso não...

Pedro Ernesto Fagundes: - Mas pra tomar posse aqui na UFES, pra começar a dar aula, o senhor teve que trazer documentos, entre esses documentos foi solicitado alguém desses de caráter ideológico ou político?

Adriano Sisternas: - Não, que eu lembre não, que eu lembre nada disso foi solicitado e nem Alberto Monteiro entrou no circuito nada, nada, nada.

Pedro Ernesto Fagundes: - Nunca mais conversou com o senhor em relação a essa questão?

Adriano Sisternas: - Não, nada.

Pedro Ernesto Fagundes: - Não houve problema nenhum em relação a sua posse na UFES?

Adriano Sisternas: - Não, nada, nada.

Pedro Ernesto Fagundes: - E dando aula como professor aqui da UFES, alguma vez o senhor recebeu alguma orientação ou sugestão ou conselho de algum diretor de algum chefe de departamento com relação a determinados assuntos, determinados livros, determinadas questões que não deveriam ser tratadas na sala de aula?

Adriano Sisternas: - Olha, nunca me tocaram nesse assunto, não, mesmo talvez porque a minha aula era muito técnica né, aula de engenharia, área de estruturas tudo isso, então não tinha nem livros em volta que pudessem trazer qualquer dúvida, mas em momento nenhum a gente foi nem questionado nem sugerido, nada a respeito, isso aí, nada, nada.

Pedro Ernesto Fagundes: - Não houve nenhuma consequência mais do que perder os 3 (três) anos do 477 e do que ficar preso em relação a essa sua atuação política?

Adriano Sisternas: - No meu caso não, no meu caso nada maís, mesmo porque depois num sei se esqueci deles ou eles esqueceram de mim ou a gente num teve, a gente não cruzou os caminhos, eu

não tive interferência nenhuma, de nada. A única coisa que o Alberto Monteiro na época, depois de eu ter estado com ele, ele conversou com o dono da, da INCOSPAL na época, hoje já é falecido Paulo Vivacqua, olha muito cuidado com o Adriano que ele entende muito de leis, foi o que ele falou pro dono da empresa, porque eu tava questionando eles se eu podia ou não, voltar à escola antes do 477 ser decretado né, então, é, essa era a hipótese que ele deu, mas era pra pressionar o dono da empresa pra evitar de me dar facilidades, mas somente isso, fora isso...

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor gostaria de falar maís alguma coisa, deixar alguma mensagem em relação a esse momento que o senhor viveu na ditadura militar, dentro da prisão, tudo isso que o senhor passou?

Adriano Sisternas: - É, veja só eu acredito que, é, cada um deve fazer aquilo que acha que pode, deve fazer, na época eu já, logicamente como meu paí já foi, é, já veio pro Brasil, na Espanha já teve dificuldade lá com os Francos e tudo isso, então ele já tinha, eu já tinha informações sobre, sobre os regimes tudo isso, e logicamente a gente acabou se envolvendo nisso aí, é, procurando dar uma participação, eu acredito que cada um deve fazer aquilo que pode em seu tempo, eu acredito que na época em que a gente era desconhecido, então a gente podia atuar, depois acredito que não adiantaria muito eu fazer alguma coisa por ter sido solto porque logicamente eles estariam, eles teriam mais condições de vigiar a gente do que a gente vigia-los. Então eles querer fazer alguma coisa depois é mais complicado, então o ideal é que as pessoas que não são conhecidas que tem consciência política façam as coisas principalmente na época de repressão na época da ditadura. Nessa época, quem não é conhecido, como eu não era conhecido, então, é, a gente pode fazer, pode trabalhar, e a partir do momento que já fica mais difícil, recolhe, acredito que eu fiz na época, a parte que eu pude fazer né, então, depois acredito que hoje, hoje não tem mais esse problema, então em épocas de regime ditatorial e tudo isso, se cada um puder fazer alguma coisa acho que é, talvez que tenha consciência, quem não tem consciência política num vai nunca entender isso, e num vai saber fazer, nem por que fazer né, agora quando alguém às vezes fala: a por que alguém foi preso, sem, num tinha envolvimento? Num existe, eles sabem muito bem quem eles queriam né, eles queriam quem interessava pra eles né, quem não, tanto é que um que tava lá preso antes de mim, quando eu falei que num tinha nada, eles já sabiam que era através de mim, se eu corto então não era nada, não era nada, não era ninguém que ia representar nada, nada né, então eles, é, nessa hora tem que ter consciência do que que é possível fazer ou não, e aí acredito que, é, a gente fez o que seria o correto na época.

Pedro Ernesto Fagundes: - Seu pai, como que ele reagiu quando soube que o senhor atuava no PCdoB e tava preso, tava sendo condenado? Ele como um Espanhol que fugiu da, da ditadura do Franco, Francisco Franco, como ele reagiu?

Adriano Sisternas: - Não, é, ele achou natural, ele simplesmente, é, do mesmo jeito que ele tinha

agido lá na Espanha, eu tava agindo aqui, então ele achou, total naturalidade, achou que era a coisa a se fazer, e logicamente depois que eu fui lá, ele que ele fez, viu que não tinha maís jeito, da Espanha ele saiu e foi pra França, achou que tava muito perto da Espanha ainda, ele aproveitou que eu tava fazendo 18 (dezoito) anos, aí ele resolveu vir pro Brasil, então se afasta do problema quando não tem jeito né, quando da pra trabalhar, mas na Espanha ele era militante né, ele era militante, não lembro agora do partido lá dos trabalhadores alguma coisa assim, então, então ele, ele sempre me deu apoio.

Pedro Ernesto Fagundes: - O fato de o senhor ser estrangeiro, isso agravou a situação ou não?

Adriano Sisternas: - Olha só, não alterou em nada, porque, veja só, o próprio, a pessoa que chegou lá tal, lá pra França, pra Pompidou, mas na realidade eu sendo estrangeiro na escola eu entrei na universidade sendo estrangeiro, depois dei aula sendo estrangeiro, a gente foi preso lá junto com os outros sendo estrangeiro, acredito que não alterou em nada, a única coisa que talvez o, o, é, no caso, sendo estrangeiro, a embaixada pode ter feito alguma coisa com advogado, a única coisa, fora isso não teve nem pra pior nem pra melhor.

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor gostaria de dizer mais alguma coisa?

Adriano Sisternas: - Não, acredito que está tudo ok.

Pedro Ernesto Fagundes: - O senhor autoriza que a gente divulgue esse depoimento, através da internet ou transcrevendo ele e publicando no sentido de divulgar o que aconteceu aqui na universidade durante o período da ditadura militar?

Adriano Sisternas: - Sem problema.

Pedro Ernesto Fagundes: - Muito obrigado!

Jorge Luiz de Souza

Nasceu em 01 de maio de 1951, no distrito de Burarama, município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Concluiu o curso primário no Grupo Escolar Bernardino Monteiro, em Cachoeiro, em 1961; o curso ginasial no Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro, em 1965; iniciou o segundo grau no curso de Contabilidade no Colégio Comercial Aristeu Portugal Neves, em Cachoeiro; e concluiu o curso no Colégio Comercial Pedro Palácios, em Cariacica, em 1968; iniciou o curso de Ciências Econômicas na Ufes, em Vitória, em 1969 e concluiu em 1972.

Iniciou militância estudantil secundarista em Cachoeiro. Foi diretor da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim em 1966/1968 e presidente do Grêmio do Colégio Aristeu Portugal Neves, em 1967. Foi preso e fichado pela Polícia Federal em Cachoeiro em 1967. Ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1968. Foi o único representante do Espírito Santo no Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) em Guaratinguetá/SP em 1968. Foi o único representante do Espírito Santo na reunião do Conselho da UNE em Salvador/BA em 1970.

Membro do Comitê Regional do PCdoB no Espírito Santo em 1971/1972. Foi preso e torturado pelo Exército Brasileiro em Vitória em 1972, sendo levado em 1973 para a Vila Militar no Rio, onde foi processado e condenado em 1974 a 1 ano de prisão com base na Lei de Segurança Nacional, e anistiado pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1979. Foi novamente membro do Comitê Regional do PCdoB no Distrito Federal nos anos 1980, tendo se desligado do partido em 1986.

Jornalista e economista, niciou a carreira profissional de jornalista no jornal Correio do Sul, em Cachoeiro de Itapemirim, em 1966. Trabalhou em Vitória nos jornais A Tribuna, O Diário e A Gazeta, e na Rádio Espírito Santo. Também trabalhou na Secretaria da Indústria e do Comércio, no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e na agência Meta Propaganda. Seguiu a carreira jornalística fora do Estado, a partir de 1975, e foi diretor da Sucursal do jornal O Estado de S. Paulo em Brasília, diretor da Sucursal do jornal Gazeta Mercantil em Salvador, chefe da Sucursal da revista Istoé em Brasília e diretor adjunto do jornal Valor Econômico, em São Paulo. Foi também editor sênior e correspondente internacional do jornal Gazeta Mercantil, editor da revista Exame, editor da revista Desafios do Desenvolvimento, editor da revista Negócios da Comunicação e editor do jornal DCI. Foi editor-assistente da revista Veja, repórter especial da revista Época e repórter especial da Rede Globo de Televisão.

Foi assessor de imprensa do Banco do Brasil, assessor de imprensa do Banco Central e subsecretário de Comunicação da Presidência da República. Ganhou dois prêmios Esso de Informação Econômica (1978 e 1979) e um prêmio Aberje Regional de Assessoria de Imprensa (2000). Desde 2008, trabalha como freelancer em sua própria empresa, a Burarama Conteúdos. Atualmente, é também o editor do portal “avosidade”.

Depoimento prestado a Sebastião Pimentel Franco, membro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, Pedro Ernesto Fagundes e Paulo Souza, membros da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 20 de março de 2015, às 14h, no Estúdio do Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo.

Pedro Ernesto Fagundes - Vitória, 20 de março de 2015, audiência conjunta da comissão da verdade da UFES e da Comissão Estadual da Verdade com Jorge Luiz de Souza. Boa tarde!

Jorge Luiz de Souza - Boa tarde!

Pedro Ernesto Fagundes - Seu Jorge Luiz, por favor, a gente gostaria de começar sabendo quando você iniciou a sua militância politica no movimento estudantil, onde você estudou antes de vir pra UFES?

Jorge Luiz de Souza - A militância começou no tempo de ginásio, curso ginasial que se chamava na época, em Cachoeiro de Itapemirim. Tinha acabado de ter o golpe de 64 quando eu tava na terceira série do ginásio, por aí de segunda série, automaticamente qualquer manifestação que a gente fazia, eu diria assim que o outro lado é que nos provocava, éramos um grupo de crianças quase, meninos com 12 (doze), 13 (anos) anos, e começamos a fazer jornalzinho e a imprensa estudantil maís independente, e isso incomodava porque já naquela época os grêmios, eles colocavam pessoas da direita nos grêmios, e esses camaradas começavam a nos, nos pressionar, e foram eles que fizeram a gente ter contanto com os, a gente que eu digo, porque éramos um grupo de meninos em geral católicos né, não tínhamos nenhuma ligação, nenhum comunista na família, e acabamos nos aproximando dos comunistas por causa da pressão que a direita fazia já naquele comecinho da ditadura. E com isso começamos a tentar participar do estudantil e grêmios, depois em Cachoeiro tem uma entidade que tem até hoje, a Casa do Estudante e foi com um primeiro trabalho na casa do estudante que a gente enfrentou o primeiro ato, quer dizer, eu tinha 15 (quinze) anos, os outros tinham nessa faixa de idade também e nós íamos fazer uma coisa que é muito típica de Cachoeiro, a cidade tem todo ano uma homenagem a umas pessoas que eles chamam de cachoeirense ausente numero um, e a nós inventamos uma homenagem pra o estudante ausente numero um, e no primeiro ano, o escolhido foi uma pessoa que não tinha nada de esquerda que era um estudante que fazia engenharia no Rio, e aí foi tudo bem não aconteceu nada de repressão, no segundo ano a gente escolheu um jornalista que se chama Bruno Torres Paraíso, não sei se vocês conhecem que ele já era tido como de esquerda. E aí proibiram de fazer nossa semana estudantil que ia homenageá-lo. Não chegou a ser uma prisão, mas foram aqui de Vitória pra Cachoeiro os agentes da policia federal. Fomos chamados a ir a prefeitura, não bateram na gente, ameaçaram só, houve ameaças mas não chegaram a tocar na gente e nem ficamos mais do que um dia presos, ficamos algumas horas lá, e não foi na cadeia foi na sede da prefeitura, mas foi o suficiente pra nossas famílias ficarem né, preocupadas e vamos dizer, e pra cidade perceber que esses meninos aqui são meninos de

esquerda, então a gente foi rotulado assim no começo e aí claro a gente tava procurando entender o mundo. Éramos muito jovens procurando entender as coisas e com os comunistas a gente começou a encontrar respostas, eram as pessoas que davam respostas, inclusive no plano filosófico né, o plano dos entendimentos do mundo que a gente buscava.

Pedro Ernesto Fagundes: - Quem eram esses comunistas de Cachoeiro que o senhor se referiu?

Jorge Luiz de Souza: – Em Cachoeiro havia um comunista histórico que era o senhor Guilherme, mas não foi diretamente com ele, aí a gente tinha conhecimento assim: eram estudantes, em geral estudantes como o Bruno Torres que eu citei, o Mario Fagundes, que eram estudantes de Cachoeiro que estudavam no Rio e que no Rio tinham contato com os comunistas e que nas férias em Cachoeiro, algumas coisas começaram a dar suporte pra gente, e na cidade de Cachoeiro também havia alguns, algumas pessoas um pouco mais velhas do que nós, mas ainda estudantes, nós tínhamos 13 (treze), 14 (quatorze) anos, eles tinham 18 (dezoito), 20 (vinte) anos no máximo, e que com quem a gente começou a conversar, é, posso citar, por exemplo, hoje em dia a gente pode citar não tem problema até porque vou citar uma pessoa que faleceu: Paulo Domingues. Era um estudante que também era radialista, e ele foi um dos que nos procurou quando a gente começou a ter essa fustigação da direita em cima da gente, chamava-nos pra conversar e aí a gente foi se aproximando e fomos tendo esse contato, e por esse, por essa, por esse meio é que eu vim a ter então contato com o PCdoB, e nessa época já estávamos em 67, aí nós fizemos um jornal, aí já é um pouco mais, um pouco maís, é, já tava maís com maís consciência, então nosso jornal já era um pouco mais ousado, e aí dessa vez nós fomos presos mesmo, sempre assim, a policia federal não tinha em Cachoeiro, foram daqui pra lá, mas aí nos levaram, ficamos na delegacia, passamos a noite presos.

Pedro Ernesto Fagundes – Quem além do senhor, qual o nome de outras pessoas que o senhor pode citar: Michel Misse, Roberto Valadão, eles atuavam com o senhor?

Jorge Luiz de Souza – O Michel nessa, é, é, atuavam, nesses casos, nesses 2 (dois) casos nenhum dos 2 (dois), na primeira vez o Michel Misse sim, estavam, depois no ano seguinte o Michel já tinha ido pro Rio, e essa é a vez que nós fomos pra delegacia e o Valadão aínda não tinha assumido a Casa dos Estudantes, foi um ano antes. O Valadão chegou pra Casa dos Estudantes em 68, então em 67 éramos, alguns até nem prosseguiram, mas era o Nilson Robert, era o Elias Murad, era um, era o nosso grupinho lá que nós fazíamos o jornal. Valério Fabris, Glauco Oliveira, eram alguns, se engajaram na esquerda outros não, ainda não era uma coisa organizada, nós estávamos nos aproximando assim.

Pedro Ernesto Fagundes – Aqui da UFES nessa época que o senhor estava em Cachoeiro, alguém do DCE da UFES, o Cesar Ronald, o Perly Cipriano, ou alguém aqui da universidade chegou a fazer contato com vocês em Cachoeiro principalmente em 68 no período das grandes passeatas?

Jorge Luiz de Souza – Olha, eu fiquei em Cachoeiro até o final de 67, 68, foi quando eu já vim pra Vitória, até final de 67 não, nosso contato era com os cachoeirenses que estavam no Rio, nosso contato fora o pessoal de Vitoria não tinha nenhum contato, e em 67 ainda a gente fazendo né já o movimento estudantil em Cachoeiro, eu conheci o Perly aqui na odontologia, nos víamos às vezes a vitória pra tentar nos aproximar do pessoal a nível de movimento estudantil, não estávamos organizados em partido ainda, então foi quando eu conheci, eu cheguei a, me lembro que eu conheci o Perly, ele presidiu, sindicou o diretório da odontologia e nessa época, o Cezar Ronald eu só fui conhecer já em 68. Em 68 eu ainda era secundarista, mas eu vim fazer o último ano secundarista em Vitoria pra me preparar pro vestibular e aí me envolvi na atividade, aí sim me envolvi muito na politica estudantil secundarista, mas a gente tinha um contato muito grande com a UFES, mas isso foi já a partir de março de 68.

Pedro Ernesto Fagundes – Nesse período você já fazia parte de alguma organização ligada à politica, ao PCdoB?

Jorge Luiz de Souza – Foi mais ou menos simultâneo, eu não cheguei a militar no PCdoB em Cachoeiro, mas nessa mudança no começo de 68 pra Vitoria, foi quando eu me engajei no PCdoB, então foi praticamente simultâneo a minha mudança, então já me organizei aqui ao chegar em Vitoria. E aí comecei a participar do movimento estudantil já como membro do PCdoB, que era pequeno, ele era minoritário aqui na política estudantil, aqui o pessoal da corrente, do PCBR, que era o Cesar Ronald, esse pessoal, ele tinha muito mais, tinha uma presença muito maior. O PCdoB não tinha lideranças fortes na universidade aqui no estado, ele tinha uma projeção nacional lá na UNE, mas aqui no Espírito Santo ele era, e a projeção da UNE veio um pouco depois com a união com a AP (Ação Popular), era AP que tinha maís antes, então nesse começo, é claro que 68 foi um ano muito rico, e eu embora secundarista, tinha um grande contato já com, vivia dentro do DCE (Diretório Central dos Estudantes), ou nos diretórios, no diretório da medicina principalmente, também no da odontologia, a gente vivia muito ligado porque todo movimento era conjunto e os secundaristas eram os que traziam maís massa né, então eu era o cara que percorria lá, o bairro de Vila Velha, Cariacica, etc. visitando escolas, aí em 68 eu, embora muito jovem, eu tinha ainda 16 (dezesseis), 17 anos, mas eu já tava quase um profissional, larguei os estudos, larguei tudo e fiquei só fazendo politica estudantil com os secundaristas, era o que trazia massa pra cá, e aí isso foi até na época que houve o congresso da UNE de Ibiúna em outubro, só rememorar, um pouquinho antes, uns 15 (quinze) dias antes houve um conselho da UBES que foi em Guaratinguetá, e dos secundaristas eu era uma liderança bem assim, então eu que fui, fui o único delegado aqui do Espirito Santo nesse conselho da UBES foi eu pra Guaratinguetá. E já nessa, na reunião, a gente já, era numa fazenda, Guaratinguetá é uma cidade muito fácil de saber, do lado de Aparecida do Norte onde tem aquela basílica, e eu sei que a nossa reunião lá a gente não conseguiu terminar, já veio, a mesma coisa de Ibiúna, o cara foi lá comprar 200 (duzentos) pães na padaria de Guaratinguetá, descobriram que tinha alguma coisa acontecendo por ali, e aí começou a ter movimento da policia e a gente teve que sair de madrugada

da fazenda e interrompendo a coisa, e em Ibiúna foi parecido, 15(quinze) dias depois. Nesse episódio da reunião da UBES teve um fato politico muito importante que é muito conhecido, na época a universidade da USP ela não tava toda no centro universitário, ela tava espalhada e a filosofia ficava no bairro de Higienópolis, numa rua chamada Maria Antônia, muito famosa porque de um lado da rua era filosofia da USP, que a gente chamava de "filô" e do outro lado era a Mackenzi, e a gente ficou fazendo pedágio na rua Maria Antônia pra arrecadar dinheiro pra gente voltar, eu mesmo não tinha dinheiro pra eu voltar pra o final da nossa reunião da UBES lá. E no dia seguinte, eu embarquei meia-noite pra cá, e no dia seguinte foi morto um dos nossos colegas, um que tinha passado aquela semana com a gente, era um rapaz se eu não me engano de Santa Catarina que foi morto pelo pessoal da Mackenzi, que eles tinham lá já uma brigada muito violenta, como também como, eu não cheguei apanhar do pessoal do grêmio do Dirceu em Cachoeiro, mas o Michel apanhou, a reação deles contra o nosso jornal era pegar a gente de porrada, o jogo, o jogo da direita já naquela época e ainda nos adolescentes era assim né, fazendo desse jeito, e por incrível que pareça foi aí que a gente se aproximou dos comunistas, a gente precisava de se situar e aí nos aproximamos dos comunistas em Cachoeiro. Mas voltando aqui em 68, aqui em Vitoria, então já tinha, eu já tinha, os secundaristas tinham muito contato com os lideres universitários, na época da, que houve o congresso da UNE que o pessoal caiu lá na, em Ibiúna, a medicina, quem presidiu o diretório da medicina eu acho que era o próprio Cesar Ronald, ele presidiu o DCE e era da medicina. E a medicina foi ocupada, tinha aqueles movimentos, 68 tinha, ocupava-se a medicina, então a medicina tava ocupada e a gente então, secundaristas fazia as reuniões todas lá, a gente era, vamos dizer, bem ligado na, na, no movimento da UFES, o DCE funcionava lá no centro dum prédio da Praça 8(oito), chamado edifico Sarkis, era um, uma sala, um conjunto de salas no prédio, um prédio com elevador, e tinha diretórios nas faculdades, mas maís atuantes acho que era odontologia e medicina, então a gente convivia muito de perto nessa época já.

Sebastião Pimentel Franco – Boa tarde!

Houve aqui problema no áudio e depois o Jorge continuou respondendo.

Jorge Luiz de Souza – Boa tarde, como vai? Edifico Sarkis. Não sei, que eu saiba só o DCE mesmo, porque o DCE tinha sua própria verba e ele alugava uma, uma, ainda fixo tô falando antes do AI-5, aí depois acabou isso, não teve mais.

Pedro Ernesto Fagundes – continua falando.

Jorge Luiz de Souza – Tá bom, ah tá, bacana, aí retomando, pois é, então até então era secundarista, e em dezembro de 68 foi o AI-5, o AI-5 me pegou fora daqui porque eu tive exatamente na passeata em cima da prisão do pessoal de Ibiúna, primeira passeata do Brasil foi a daqui de Vitória, foi a passeata, nós paramos a cidade, paramos todo aquele centro lá, foi muita gente que a gente conseguiu colocar na rua. E eu saí da passeata pro hospital, tava com apendicite, é, é, nós tínhamos

virado a madrugada sem dormir na medicina que ela tava ocupada, e eu já comecei a passar mal lá e os procedimentos da medicina me medicaram errado e foi um desastre, falaram que eu tava com problema de outra coisa e eu tava com apêndice, então eu fui direto pro hospital numa situação já bem grave, quase morri, e aí na, quando deu o AI-5 eu tava nessa convalescência, e em janeiro era o vestibular, mas eu convalesci a tempo de voltar e fazer o vestibular. Então, fiz o vestibular da UFES em janeiro de 69, 3 (três) semanas depois do AI-5, quando pau tava quebrando, todo mundo tava sendo preso, e eu de certa maneira escapei por varias razoes, uma delas é porque eu tava convalescendo, tava em Cachoeiro tava fora aqui do circuito, outra porque é, eu era o único cara do PCdoB ali naquele grupo, e o PCdoB tinha uma, uma posição politica, uma proposta politica em 68 que chamava-se: União dos Patriotas pra salvar o Brasil e como eu era o único, eu era, o bullying contra mim era me chamar de patriota, então eu não tinha nome eu era patriota, e o patriota foi denunciado, mas eu não fui e eu acabei escapando das prisões em cima do AI-5 porque eu era o patriota, então, talvez nas pesquisas lá vocês vão achar o patriota denunciado, porque vários caras falavam: ué não te denunciam, falava que era o patriota e aí escapei. Então quando chegou em janeiro eu passei no vestibular mas o movimento estudantil aqui tinha acabado, foi um arraso, as pessoas tinha sido presas em Ibiúna, varias pessoas, é, tinha algum, por exemplo, o, alguns tava se formando, bom, o Cesar Ronald foi preso e não voltou maís. O irmão do Perly que era o Zezinho já tinha se formado, já tinha ido, se eu não me engano, médico que ele se formou, ou dentista, e foi ser dentista em Barra de São Francisco, me lembro até que fui lá visitá-lo né, mas eles eram do PCBR e eu era do PCdoB quer dizer, a gente tentava fazer frente na ala estudantil mas claro, tínhamos diferenças politicas, então 69 foi um ano que não tinha nada, ficou, vamos dizer que uma tristeza só, o movimento estudantil aqui acabou, primeiro ano de universidade não tinha movimento estudantil, na faculdade de economia não tinha nada, absolutamente nada, tinha eleição do diretório, tinha mas uma coisa muito, todo, absolutamente, todo mundo com medo né, o medo dominava. Pois não!

Sebastião Pimentel Franco – É, você falou da grande participação dos estudantes secundaristas né, então queria que você pudesse tratar um perfil, quem eram esses secundaristas a que extratos pertenciam esses alunos, eram alunos maís elitizados também de classe social menos privilegiada, enfim, você poderia registrar uma radiografia pra mim?

Jorge Luiz de Souza – Pois é, sem dúvida, na época ser universitário era uma coisa de elite mesmo, eram muito poucos, quer dizer o fato de eu mesmo entrei na universidade fui o primeiro dos meus primos e tio e irmãos, porque poucas pessoas da minha condição social entravam na universidade, era uma coisa da elite, em geral todos os colegas que a gente tinha na universidade eram da elite, diferentemente dos secundaristas, que especialmente a grande massa que tinha pras passeatas eram os colégios secundários do Ibes, esqueci o nome agora dos bairros, aqueles bairros todos não eram daqui de Vitória, não eram aluno do Marista, nem do, do, não eram esses, Salesiano não, não era, eram dos colégios estaduais, nem do próprio estadual de Vitoria que é ali no Jucutuquara,

também eram uma certa elite que estudava no estadual, a, essa, essa, esse secundaristas de origem mais humilde sim, eles eram muito, eles vamos dizer, muito participativos, eles, pra agitação eram os melhores, porque eles vinham mesmo com volume e a policia não tinha como encarar, a gente botava uma massa imensa na rua, a gente enchia ali aquela avenida Jerônimo Monteiro inteira mesmo, em 68 né, depois acabou tudo, depois veio o medo, mas em 68 várias vezes a gente conseguiu ali encher, o grande volume eram os secundaristas, os universitários iam mais, a grande maioria não ia nem sequer pras passeatas, as pessoas eram, 1968 tinha muito medo.

Sebastião Pimentel Franco – Qual era a estrutura, o aparato que vocês tinham pra arregimentar pessoas, portanto então vocês tinham que percorrer...

Jorge Luiz de Souza – Era muito simples, única coisa que eu, que a gente tinha, tinha um sistema de arrecadação, tínhamos alguns contribuintes, tinha algumas pessoas assim, alguns médicos, alguns professores davam dinheiro pra pagar nossas passagens, era só isso pra ir, pra gente ir, eu e outros né, que iam, mas todos os dias a gente visitava colégio, a gente entrava, parava, 68 era outro mundo né, a gente entrava nas salas de aula, de sala em sala, os professores deixavam a gente parar aula, fazia um discurso relâmpago de 5 (cinco) minutos, então claro, isso que fazia a massa se movimentar e, então todas as passeatas que a gente programava, os secundaristas vinham em peso.

Sebastião Pimentel Franco – Essa estratégia era uma coisa assim voluntariosa de vocês ou era a questão do partido e de uma orientação?

Jorge Luiz de Souza – Era suprapartidária, era uma coisa de, era uma frente estudantil que a gente fazia na UNE e na UBES, com a, vinham, a gente recebia visita aqui em Vitoria dos, das pessoas da UNE, os que eram os que estavam na clandestinidade e das UBES também, eles vinham nos orientar né, em 68 também, por exemplo, me lembro que veio uma pessoa da UBES que é, era um dos diretores nacionais da UBES, e veio, o projeto dele era a gente fazer um levante no colégio estadual ali de Jucutuquara, eu não estudava no colégio estadual, mas a gente tava na republica, tinha gente que era do colégio estadual, e outros, então, assim era nossa escola, a gente aprendia com eles como é que fazia agitação, como é que fazia mobilização, e nesse, nessa época as correntes politicas fora o partidão, o partidão não participava, a gente não conhecia, mas o pessoal que era da corrente do PCBR, da ala vermelha, do PCdoB, da AP, tavamos todos juntos, a gente se conhecia, sabia de cada um o que que era, fulano é da AP, fulano é do PCBR, mas a gente tava junto, ali nós não, nós, vamos dizer, nós não superávamos nossa divergências né, o PCdoB era muito pequeno, nós éramos na verdade umas 3 (três) ou 4 (quatro) pessoas aqui né, e, mas agíamos como um conjunto ali e a coisa funcionava.

Pedro Ernesto Fagundes – Jorge Luiz, você lembra ou você acompanhou o fechamento do DCE da UFES em janeiro de 69 e a prisão do representante estudantil junto ao conselho universitário chamado José Carlos Rizk? Você se lembra desse fato?

Jorge Luiz de Souza – Me lembro desse fato sim, foi maís ou menos no período que eu tava fazendo vestibular, não sei se uns dias antes ou uns dias depois, foi naquele período que eu vim de Cachoeiro pra fazer o vestibular, aí sim, esse fato eu me lembro mas foi um período que todo mundo foi preso, quase todo mundo foi preso né, e eu inclusive fiquei escondido em Cachoeiro, fiquei quieto não fazia contato, muito cuidadosamente vinha fazer contato aqui, e vim pra Vitoria porque aí tinha que fazer o vestibular né, não podia faltar ao vestibular.

Pedro Ernesto Fagundes – E como que foi essa militância sua, esse início da militância agora como estudante universitário aqui do curso de economia, como que vocês rearticularam o movimento estudantil ou não rearticularam, como que era essa realidade aí em 70, 71, 72?

Jorge Luiz de Souza – É, essa realidade foi maís difícil, a gente fazia muito pouca coisa, por exemplo, nós criamos aqui na economia um jornalzinho de massa, que não era, não era exatamente do diretório mas tinha um certo patrocínio do diretório, coisas muito simples que a gente tinha um mimeógrafo eram coisas de, de, porque antes até, por exemplo, o DCE tinha uma maquina de mimeógrafos eletrônicos muito bons, a policia tirou não tinha acesso a isso, a gente tinha dificuldade pra imprimir coisas, tudo ficou muito difícil, e nós começamos a fazer, articulado por, era eu do PCdoB, era o Iran que na época tava na corrente na medicina, era assim meia dúzia que a gente se juntava e via o que dava pra fazer, foi nessa época que eu me lembro que eu fui a Barra de São Francisco tentar visitar o irmão do Perly que era o Zezinho Cipriano, tentar ver o que que a gente podia fazer junto, ao mesmo tempo o PCdoB nessa época começou a fazer, em 69 não é não, mas talvez já começo de 70 começou a fazer já o preparo de guerrilha, a gente tava radicalizando do nosso lado, o resto do pessoal de afastava muito da gente.

Pedro Ernesto Fagundes – Você chegou a fazer treinamento de guerrilha ou algo assim?

Jorge Luiz de Souza – Não, eu só, eu me candidatei, me candidatei à guerrilha em segundo semestre de 1970, e fui a uma, foi a primeira vez que eu fui a um encontro no Rio com o Lincoln Oest e depois foi morto, e calhou que a minha namorada tava grávida e quando eu contei isso para Lincoln Oest, eu fui reprovado, a minha reprovação pra guerrilha foi por causa disso.

Pedro Ernesto Fagundes – Falando em guerrilha do Araguaia você chegou a ter contato, conheceu o Arildo Valadão?

Jorge Luiz de Souza – Sim, dos mortos na guerrilha, 4 (quatro) ou 5 (cinco) eu conhecia muito, dos 60 (sessenta) que morreram, eu conhecia muito bem, assim de convívio pessoal grande, mas com o Arildo era um convívio que não era politico assim, era curioso, quando nós começamos a fazer a nossa política estudantil em Cachoeiro, o meu grupo era um pouco mais independente e coincidentemente o Arildo fazia a politica dentro da igreja católica, eu tinha sido muito católico, tinha sido coroinha e tinha rompido com a igreja, tava né saindo dessa coisa toda e o Arildo ainda era

muito ligado, o Arildo presidia uma coisa que chamava "Clube da Amizade Católica" que era o CAC, e o nosso clubinho chamava CICE, que era o Michel Misse que presidia, também, teve outro presidente também mas o Michel que era o principal líder dele. Então a gente fazia coisas conjuntas, mas nós éramos maís da esquerda do que o Arildo, naquele momento, e pra minha surpresa, depois fiquei muitos anos sem ver o Arildo, pra minha surpresa depois quando eu fui saber dele, o Arildo foi pro Rio estudar e o irmão dele, os outros dois irmãos, mais principalmente o Roberto né, que foi o que me sucedeu na presidência da casa do estudante, e eu era secundarista na casa do estudante naquela época ficava com o secundarista e o Roberto Valadão foi o primeiro universitário a assumir a presidência na casa do estudante, que ele já fazia direito em Cachoeiro, nessa altura criaram faculdade de direito em Cachoeiro e o, acho que foi da primeira turma talvez que o Roberto Valadão era e ele pegou a presidência. Mas então o Arildo, eu não o conheci nem dentro, não sabia que ele era do PCdoB, na verdade só fui saber que ele era do PCdoB quando ele morreu.

Pedro Ernesto Fagundes – E mesmo assim nesse período da articulação da guerrilha a nível nacional, além de se candidatar a fazer parte do grupo que foi pro Araguaia, quais as outras ações que vocês desenvolveram aqui pra ajudar a organização da guerrilha?

Jorge Luiz de Souza – É, é a, tem uma das coisas que eu fiquei, fiquei pra minha função no partido depois dessa, não só eu, eu e alguns outros que vocês conhecem aqui que foram presos comigo também, a peneira da guerrilha era muito, era muito fina, e nós, nós todos aqui o único que foi aceito foi o João Roberto que era de Nova Venécia, que na verdade não militava no movimento estudantil aqui, ele, ele não sei como é que foi a aproximação dele com o partido, eu assim que entrei pro partido em 68, ainda secundarista, ele veio e ficou até na minha casa aqui, o partido trouxe ele, minha casa, minha republica, morava numa republica aqui em Vitoria, o partido trouxe ele pra se aproximar da gente, e quando começou esse preparo de guerrilha, então eu fui lá em Nova Venécia procurá-lo, ele acabou que, foram 2 (duas) pessoas de Nova Venécia pra guerrilha, o outro foi ele que levou, e eu fiz esse contato com ele, trouxe ele pra cá, levamos ele pro Rio, e aí, daí pra frente eu não o vi mais e só fui saber da noticia da morte dele depois.

Sebastião Pimentel Franco – Queria agora mudar um pouco do foco pra relações de gênero, o papel de mulher e homem, sexo masculino e feminino dentro desse movimento, qual era a participação das mulheres especificamente dentro desse movimento?

Jorge Luiz de Souza – Olha, já, já em 67, 68 nesse meio estudantil, felizmente não havia discriminação de gênero, havia lideranças masculinas e femininas, talvez um pouco maís masculina, eu não lembro de nenhum presidente de diretório feminino naquela época, mas a, mas a militância era igual, era, quer dizer, você tinha né, falou Cezar Ronald, Zélia Stein, Zélia Stein todo mundo considerava Zélia a grande mentora da, da, vamos dizer, a pessoa como um preparo ideológico e teórico maior e como o Cesar Ronald era um cara, líder de massa, era um cara que falava muito, mas

por trás dele era a Zélia que era a mentora e que depois casou com ele, e outras pessoas também, várias outras.

Pedro Ernesto Fagundes – Quem é o outro, você disse 4 (quatro) pessoas, o Arildo Valadão...

Jorge Luiz de Souza – Aqui da guerrilha? Os demais eram pessoas da, eram da UNE que vinham aqui dar assistência pra gente, a Elenice que depois era da diretoria da UNE que foi também pra guerrilha, quem mais que foi? Não tô lembrando.

Pedro Ernesto Fagundes – Eram capixabas?

Jorge Luiz de Souza – Não, não, não era capixaba, o Gildo, mas não, o Gildo não foi na guerrilha que ele morreu, o Gildo foi morto na prisão lá no Nordeste. É, as pessoas, o Ronald que vinha pra cá, eram pessoas da UNE que vinham fazer, fazer, Euler, curiosamente até na época da UNE as pessoas falavam seus próprios nomes, não usavam nome de guerra né, a gente sabia os nomes deles, a Elenice não, a Elenice nunca usou o nome dela, usava outro nome.

Pedro Ernesto Fagundes – E quando você de fato, pode dizer, começou a entrar na clandestinidade, usou um nome de guerra, e conta um pouco dessa rotina sua antes de você ser preso, você foi preso quando?

Jorge Luiz de Souza – É, eu fui preso nessa, que fora essas prisões em Cachoeiro e aqui em Vitória, não chama prisão, eu era jornalista e havia um assédio muito grande em cima dos jornalistas, então a polícia federal vivia chamando a gente, mas não...

Pedro Ernesto Fagundes – Trabalhava onde nessa época?

Jorge Luiz de Souza – Ah, eu trabalhei em vários lugares, trabalhei na Tribuna, trabalhei no Diário, trabalhei na Rádio Espírito Santo, é, esses 3 (três), e na Gazeta também. No jornal A Gazeta trabalhei nesses 4 (quatro). E a, o, mas esse assédio não se misturava, nem havia ligação da militância com os jornalistas, eu nunca fui da clandestinidade, eu nunca deixei a minha vida legal, quer dizer, continuei estudante, até fui preso às vésperas de me formar, é possível que se eu não for, se não tivéssemos caído, minha vida mudasse a partir daí, porque eu tava me formando, já tinha tomado a decisão de não ser economista e de continuar militando no partido, essa decisão eu tinha tomado semanas antes de ser preso, que aí eu tinha que tomar minha decisão, me formar, ia exercer a profissão de economista ou não, então não, isso eu já tinha tomado a minha decisão, mas acabou não acontecendo por causa da prisão, mas até então eu não, eu tava na, eu tava na produção eu tinha um salário, eu tinha família, sustentava a família e não, a única pessoa do PCdoB que era profissional era o nosso secretário que foi quem nos entregou.

Pedro Ernesto Fagundes – Foedes.

Jorge Luiz de Souza – Foedes, exatamente, mas é, voltando um pouquinho antes, então essa construção da, que, que a, como é que aconteceu? Provavelmente alguns meses depois do AÍ5, apareceu aqui o Foedes, porque o camarada que era o nosso líder aqui do PCdoB, nosso secretário né, que era o Carlito.

Pedro Ernesto Fagundes – Carlito Osório.

Jorge Luiz de Souza – O Carlito deu no pé no AI-5, sumiu e nunca mais, nunca mais tive notícia dele. É, e realmente desarticulou tudo, ficamos desarticulados, e aí apareceu o Fued tá, eu só não vou contar aqui como é que o Foedes apareceu por mim porque a pessoa que fez essa ponte depois se afastou, não militou e não sei se ele gostaria aí que a gente revelasse aí a historia dele, mas era uma pessoa que de alguma forma o partido conhecia e que fez o Fued chegar até a mim e aí começamos a reconstruir o partido nós 2 (dois) no começo, no final de 69 era nós 2 (dois) só, e aí que foi propriamente, conhecia o Iran, o Iran que era do PCBR também tinha ficado meio perdido, acabou se incorporando ao PCdoB, Marcelo veio, vieram, foram vindo outras pessoas, o Iran tinha um trabalho na medicina, bastante gente que veio pro partido, é, e outras áreas assim fomos construindo o partido em 69, 70 desse jeito né, e como eu disse, já em 70 começou esse preparo da guerrilha, então tanto o Iran quanto o Marcelo, quanto eu, fomos ao Rio como voluntários pra guerrilha, a gente não sabia ainda que ia ser no Araguaiía, a gente não sabia onde era, já tinha na verdade no Araguaía, mas a gente não sabia, mas nenhum de nós foi, como eu te disse só foi o João Roberto "Jonga" né, que era o apelido dele, e depois um outro camarada que eu cheguei, não cheguei a conhecer, ele que levou e eu não cheguei a conhecer, só outra pessoa lá de Nova Venécia.

Sebastião Pimentel Franco – Como vocês tiveram no movimento, você, seus colegas que participaram, vocês tinham noção exata do que era o perigo que isso acarretava, como é que vocês encaravam essa questão?

Jorge Luiz de Souza – Olha, nós éramos muito jovens, mas a gente sabia o que tava fazendo, em momento algum vou dizer que a tava enganado, eu tava, eu não, vou dizer eu nunca dei um tiro na minha vida, mas eu apoiava em teoria né que poderia se tornar pratica a participação armada, tem embasamento pra isso, a saída armada é uma coisa que a humanidade reconhece porque tá no primeiro parágrafo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 48, que o ultimo recurso é esse, então não é que, não era uma coisa fora do normal, eu obviamente nunca apoiei essa famosa guerrilha urbana, sempre fui contra, o PCdoB todo era contra, a gente era contra a fazer assalto a banco, fazer assalto a delegacia pra arrumar arma. Única ação desse tipo que nós fizemos aqui em Vitória foi roubar um mimeógrafo, nós roubamos um mimeógrafo aqui, nós em termos, até porque da primeira vez eu fiz a campanha contra e ganhei, eu propus que fizéssemos uma campanha de finanças pra comprar um mimeógrafo, e aí a minha posição foi vitoriosa e nós fizemos a campanha de finanças, mas não compramos o mimeógrafo porque o dinheiro acabou sendo usado pra outras

coisas, e na segunda vez eu de novo tive a mesma posição, mas eu perdi, aí o pessoal talvez por delicadeza me deixou fora, eu quando soube já tinham roubado, eu, quem tinha um mimeógrafo em casa era eu, eu trabalhava com mimeógrafo, mas roubado, mas eu não participei do roubo.

Pedro Ernesto Fagundes – Roubado onde?

Jorge Luiz de Souza – Roubado de uma escola, num bairro que eu não sei agora qual era, acho que de Cariacica.

Sebastião Pimentel Franco – Veja só, é, na verdade o meu questionamento foi o seguinte, de algumas pessoas que a gente entrevistou nos falam assim, não, a gente era a favor, mas não sabia exatamente os riscos que poderia correr, um entrevistado nos falou de como a família foi perseguida né, então não tinha essa compreensão que isso pudesse chegar a esse patamar, nesse sentido que eu fazia a minha pergunta e aí eu vou um pouco maís além, vocês tinham uma compreensão em caso de ser pego, porque poderia ser pego, vocês teriam uma estrutura, um aparato de proteção, vocês tinham essa ideia, contavam com isso?

Jorge Luiz de Souza – A gente contava só com a proteção que, era vamos dizer, um suporte ideológico que o partido dava suporte material não, nenhum, a gente sabia que se caísse provavelmente seria morto né, a minha expectativa no dia em que eu fui preso era que eles não soubessem quem eu era, e a partir do momento que eu soube que eles sabiam quem eu era a minha expectativa é que eu seria morto, o resto era tudo lucro, a gente era preparado pra isso.

Pedro Ernesto Fagundes – E como que foi a sua entrada, voltando aqui a UFES, você, como que foi e onde você estudou já era no campus de Goiabeiras, como era essa sua rotina e como você procurava atrair novas pessoas pra dentro do PCdoB?

Jorge Luiz de Souza – É o seguinte, a universidade ainda tava mudando pra aqui, o meu vestibular ainda foi no campus, no campus não, no prédio ali de, na Praia do Suá, mas o meu primeiro dia de aula já foi aqui no campus em março de 69, lá pra maio, abril, abril, maio já começaram a vir outras faculdades, eu lembro que veio Direito logo depois, depois veio Belas Artes começaram o Campus a se formar aqui. No comecinho economia era isolada nos primeiros meses, mas o, não tinha esse convívio assim de faculdade, as faculdades, na Direito a gente conhecia as pessoas que, que, que militavam a nível da UNE em 68 que a gente tentou aproximação, mas tava todo mundo muito, muito na defensiva em 69, então foi uma construção muito, claro a gente tinha contato com gente de todas as, todas as faculdades, todas, na época chamávamos de faculdade, depois era outro departamento. É, algumas ficavam na cidade: engenharia, medicina, odontologia era na cidade, direito, belas artes, filosofia vieram pra cá pro campus, mas então, era tudo muito, muito devagar naquela época né, a construção era muito devagar, e como eu disse, nós partimos pra um radicalismo do outro lado, o partido também não fazia muita questão que a gente crescesse muito aqui no meio estudantil não, a

gente tava tendo que da suporte pra guerrilha, fazer alguns trabalhos de denúncia pra, pública, 1970, em 72 a gente fez uma campanha acirrada contra as eleições né, nós fazíamos na época a campanha do voto nulo, então que, o projeto do partido não era pra gente crescer nessa época, ele era, então a gente foi crescendo devagarzinho, então a gente partiu de 70 pra 72, também não foi pouco, a gente chegou a ter umas 50 (cinquenta) pessoas, mas não passamos disso.

Pedro Ernesto Fagundes – E como foi a sua prisão, como que foi, nos conte esse fato, você falou que o secretário geral era do PCB aqui, o Foedes foi preso e teria supostamente entregado todo mundo. Como que se deu esse processo, quem foi preso, quais foram as pessoas que foram presas primeiro, você foi levado diretamente pro 38º BI, você já foi inicialmente sendo torturado, conta um pouco dessa situação?

Jorge Luiz de Souza – Sim, conto, é o seguinte, claro, nos pegou de surpresa, nós não imaginávamos, a gente não, de forma alguma podíamos imaginar que o Foedes, que chamávamos de "Zé", fosse nos entregar. E então, quando eles entraram na minha casa, era um domingo de manhã, dia 3 de dezembro de 72, eles entraram na minha casa pra me prender, eu não fazia ideia do quê que era, torcia pra que fosse alguma coisa da UNE né, a gente fica na defensiva, eu tinha uma filha na época que tinha 1 (um) ano de idade e era casado, mas a minha mulher não sabia de quase nada de mim, na época a gente, a orientação do partido era essa, a gente sequer dividia com o cônjuge o que a gente fazia, ela sabia que eu fazia porque ela via eu fazendo, pra lá e pra cá, ela via o Foedes Zé, lá em casa, ela nunca conversou com o Foedes, nunca tinha conversado com o Fued. E foi uma coincidência, eu tenho uma irmã, naquela época tinha 15 (quinze) anos de idade, morava em Cachoeiro, e por coincidência e pra surpresa dos caras que tavam aí, já tavam 3 (três) dias me vigiando, me seguindo, preparando a prisão, o Fued já tava preso alguns dias antes, e embora eu não soubesse de nada, e a minha irmã, sei lá alguma coisa assim, acordou muito cedo no domingo, pegou um ônibus 6h30 (seis e meia), 7(sete) horas da manhã em Cachoeiro e veio me visitar, então ela tinha acabado de chegar lá em casa quando eles chegaram, então eles ficaram um pouco desnorteados por eles não, tavam com a orientação de levar a mim, minha mulher e minha filha, e ficaram surpresos da minha irmã tá lá, não sabiam, ficaram meio, deu pra perceber o estado e teve um agravante: minha filha tava com febre, uma criança de 1(um) ano com febre, aí eu comecei a negociar com eles, e aí ficamos negociando, e até então eu não sabia o que é que eles, porque eu ia acabar sendo preso, e eu torcia pra que fosse uma coisa da UNE né, o fato é que acabaram deixando minha filha com a minha irmã e levaram a minha mulher comigo, nos botaram num fusca e levaram pro, pro 3º BC.

Pedro Ernesto Fagundes – Eles se identificaram as pessoas que te prenderam? Nem falaram a onde tavam te levando?

Jorge Luiz de Souza – Não, não, nada, mas eu não fui de capuz não, e vi que tava indo pro 3º BC, reconheci rapidamente, mas eram pessoas à paisana e...

Pedro Ernesto Fagundes – Armadas?

Jorge Luiz de Souza – Ah, sim, sim, nossa. Entraram na minha casa com metralhadora, várias pessoas, e eu tava, eu tinha acabado de acordar, tava com uma, tipo uma bermudinha que eu usava pra dormir, eles não queriam deixar eu vestir uma roupa, me amarraram, foi a primeira vez que eu vi, sabe essa cordinha que você amarra fio? Aquela que você passa assim passa e ela não volta, nunca tinha visto isso na vida, isso era 72, foi com isso que eles me prenderam as mãos. Mas depois até cortaram com a tesoura, daí eu vi que aquilo se cortava com uma tesoura, pra eu botar uma roupa, deixaram eu colocar uma roupa, eu tava com uma camiseta sem manga e uma bermuda sem cueca por baixo, uma roupa de dormir, e, maís muito armados, muito armados, fortemente armados, e me levaram, e eu ainda tentando saber qual era técnica que isso, não tinha muito treinamento pra isso sabe, não é que o partido treinasse a gente, mas tinha um pouco de conversa e a gente sabia como fazer, e tinha as conversas dos outros que foram presos, e então o que que você faz, se tenta primeiro saber o que é que eles sabem de você né, pra você ter um pouco de domínio da situação, então eu tentava, eu tentava no caminho alguma coisa, ninguém falava nada, aí quando cheguei lá, aí o cara que nos recebeu era o, muito tempo depois eu vim saber que era o Malhães, e o Malhães recebeu e eu disse...

Pedro Ernesto Fagundes – Paulo Malhães.

Jorge Luiz de Souza – Paulo Malhães, eu falei, vocês estão enganados, porque que tão me prendendo, aí ele me deu uma porrada, eu tava amarrado, me deu uma porrada, ele era muito grande e forte, fui lançado sei lá, 5 (cinco) metros de distância, ele falou: pra você ver que aqui não tamo pra brincadeira. Então a tortura começou assim, primeira, primeiro eu amarrado, caminhando entrando na, naquele pavilhão do 3º BC, já foi uma porrada, e aí começaram a sessão, começaram primeiro com porrada, ficavam os caras em volta, eu amarrado e eles me dando porrada, e eles eram que tavam enganados, que eles tavam pegando o cara errado, eu insistindo nisso, a minha mulher eu não sabia onde tava, chegando lá me separaram dela. A Mirian e o Marcelo também tinham sido presos, tinham acabado de chegar, tinham sido presos 2 (duas) horas antes, mas tinham outros que já tinham, tinham pessoas inclusive que, eu não sei direito o quê que aconteceu, se o Foedes tentou dissuadir, ele denunciou pessoas que não eram, que eram amigos da gente, mas que não eram, que por alguma razão ele conheceu, mas que não eram do partido que acabaram sendo presos e soltos depois, teve gente que chegou até ser processada, outros não, mas, bom, mas voltando lá, e aí eu dizendo que não, que não era eu, aí eles trouxeram o Foedes pra me reconhecer, eu acho que foi pra me reconhecer, pra mostrar que, será que, teria ficado na dúvida, aí o Foedes chegou e disse: É ele mesmo! Falou assim, primeira frase dele foi essa: é ele mesmo.

Pedro Ernesto Fagundes – Ele tava machucado, ele aparentava ter sido torturado?

Jorge Luiz de Souza – Não, não, ele tava, desculpa a palavra, com uma cara de bunda danada, mas

nenhum ferimento, nada, moralmente abatidíssimo. Aí ele me disse, você vê que a coisa é muito curiosa porque eu tinha acabado de chegar, tinha tomado uma sessão de porrada ali sem saber direito o que que eles queriam, eu torcendo pra que fosse uma coisa da UNE né, que não fosse, eu não imaginei de forma alguma, naquele momento não imaginava de forma alguma que era alguma coisa do partido, que eles sabiam da minha, quer dizer, a gente tinha o partido uma coisa muito fechada, pra você ter uma ideia eu não falava com a minha mulher sobre o partido, os documentos em casa ela sabia onde tava, mas ela sabia que ela não podia mexer, a gente preservava como era uma politica do partido pra preservar as pessoas, não sabendo ela não ia, né, ficava mais preservada. E aí o Foedes já me disse, olha a gente já sabe de tudo, falou assim, já sabe de todo mundo, e já sabem o maís grave, que aí sabe de todo mundo tudo bem íamos cair todos, estávamos caindo todos, mas aí ele disse que sabe do meu contato com o comitê central domingo que vem, era um domingo 3 (três), portanto era no domingo 10, domingo que vem, no copa, foi a frase que ele usou, era uma gíria nossa porque eu já tinha ido algumas vezes no período anterior, quem fazia os contatos com o comitê central era o Fued, mas tinha uma época que ele dizia que tava sendo perseguido, tava com medo de ir, então eu fui, ele me levou uma vez pra que eu conhecesse e depois, teve esse negocio da guerrilha também que eu fui, e depois outras vezes eu ia sozinho, a gente uma vez por mês ia uma pessoa de Vitoria ao Rio, a gente levava um exemplar do jornalzinho que a gente fazia aqui pra eles, pra os arquivos lá do partido, e pegava os documentos pra trazer pra aqui pra gente reproduzir, a gente datilografava tudo de novo e reimprimia aqui né. E aí ele disse, no copa que era uma gíria nossa, que era uma esquina, não lembro agora o nome das ruas, mas era uma palavra que começava com e outra começava com era no Meier, então era nessa esquina, ele falou, vai ser no copa domingo que vem, não sei a hora, geralmente era a noite, até o inicio da noite. Então eu fiquei sabendo que daí uma semana e algumas horas maís, porque era domingo de manhã, ia cair o Lincoln Oest, ou quem fosse do comitê central que tava lá. Aí, não adiantava maís eu dizer que não era eu, porque eu já tava, e o próprio Fued falou: se você não quer falar, você não fala, mas né, eles já sabem que você é, aí eu tomei a seguinte atitude: Eu falei tá bom, eu sou mesmo o dirigente do partido aí que foi denunciado e por essa razão que eu não vou falar maís nada. Aí que os caras partiram pro pau mesmo em cima, e ao mesmo tempo também não era heroísmo meu, veja bem a minha situação era, não tinha o que falar, não adiantava, eles já sabiam de tudo, eu não tinha o que aportar, então eu não tive aquela, aquele medo da tortura, ah quê que vão fazer comigo pra eu falar? Não tive, não tinha essa reação, eles partiram muito violentos pra cima e eu apanhei, só isso, apanhava. Aí eles trouxeram a minha mulher, não, aí me disseram que ela tava sendo torturada e eu continuava irredutível, e aí eles trouxeram ela, foi um grande alivio pra mim porque eu vi que ela não tava, não tava ferida né, aí eu só disse: olha, se não sabe, vai continuar sem saber porque eu não vou falar nada aqui com você agora não, desculpa, você vai apanhar sem saber porque tá apanhando, foi a frase que eu falei pra ela, aí eles não bateram nela, só deixaram ela presa lá, fizeram muita tortura psicológica mas não bateram nela. E eu, me levaram pra, pra área da parte dos choques né, aí no choque você desmaia, dói muito, realmente é uma dor!

Pedro Ernesto Fagundes – No BI?

Jorge Luiz de Souza – No BI. Vocês conhecem o BI? O BI tem uns prédios históricos antigos, tem um forte que é antiquíssimo, e tem perto do forte, perto da enfermaria tem um quadrado assim bem moderno, na época tinha meses que estava pronto, é tem um anfiteatro, assim um anfiteatro retangular com o piso de escada e algumas salas, todo o cenário foi naquilo ali, todas as torturas foram ali. E o anfiteatro tava vazio, era grande, com as paredes todas cobertas, muitas né, aquelas, aqueles cobertores de soldado, toda coberta e sem nada assim, tiraram todas as cadeiras, tava vazio, e me levaram lá pro meio, tiraram a minha roupa, começaram primeiro amarrando, amarrava um fio nesse dedo e outro nesse, e o cara girava a manivela da...

Pedro Ernesto Fagundes – Da pimentinha?

Jorge Luiz de Souza – Eles chamavam de Maricota, eu confesso pra você, que naquele dia, aliás eu, eu soube que era Maricota dias depois, aquele dia eu não sabia o nome, mas eu percebia que, já tinha visto em cinema aqueles telefones de campanha, era um telefone aquilo né, aquele telefone de campanha.

Pedro Ernesto Fagundes – Quem eram essas pessoas?

Jorge Luiz de Souza – É, pois é, isso que é uma coisa que a gente ainda precisa, porque um hoje eu sei quem é, muitos anos, eu não saí atrás porque na época até não tinha condição de ir atrás, e depois, muitos anos depois eu soube que era o Malhães.

Pedro Ernesto Fagundes – Como você soube?

Jorge Luiz de Souza – Eu juntei alguma coisa, é o seguinte: ainda quando nós estávamos presos, comigo ele não falou nada, com outro, mas com o Tião, Tião é o marido da Badora que deve, vocês devem conhecer, era namorado da Badora na época. O Tião um dia, o Tião era muito esculhambado e o cara lá nos interrogatórios com ele falo assim: pô, mas você fica me falando aí e eu não sei nem o seu nome, e aí o cara respondeu assim: me chama de doutor Pablo, pode me chamar de doutor Pablo, foi o que ele falou. Então depois o Tião contou pra gente que o cara disse doutor Pablo. Aí anos depois veio, vieram notícias daquele negócio da casa de Petrópolis e diziam que era doutor Pablo, a foto não dava pra reconhecer muito bem, porque já tinha passado vinte e tantos trinta anos sei lá, mas juntando o doutor Pablo com algumas coisas, é, deu pra ver, e finalmente depois veio essa história de que ele tinha a cobra, eu sabia a história da cobra foi muito recente ligando a ele, e ficou sem a menor dúvida que era ele. Agora os demais torturadores ninguém sabe, eu não sei ainda o nome, quer dizer, ele era o, ele era o chefão, ele era o que comandava todo o espetáculo né, mas tinham outros, claro, outros participavam, e esses caras eu não sei quem são, tinha um bem magro, bem mais jovem que ele parecia.

Sebastião Pimentel Franco – Tempo de duração?

Jorge Luiz de Souza – Durou aquele dia, não sei até que horas foi, se foi, se foi até a manhã seguinte, talvez não durou 24 horas, foi menos de 24 horas, certamente, porque aí, eu apaguei 2 (duas) vezes né, primeiro com os choques aqui, passava uma corrente aqui, aí o peito da gente fica, aí eu tenho impressão que aí que o coração para, realmente aqui queima, parece que vaí explodir, e tem, eu acho até, a impressão que eu tenho ainda hoje, não tem uma coisa muito clara, de que eles faziam isso pra amedrontar o Fued, eu suponho, porque a gente urra, a gente urra e ele tava ali perto, tava, devia tá ouvindo, e a gente se mija todo também, é uma coisa, eu tava nu, mas é uma coisa, a gente fica com vergonha né, é claro, humilhante, e caí né, eu tava em pé, caí, você não consegue ficar em pé. E aí teve uma hora que eu falei pro, pro, pro chefe da tortura né, o Malhães, falei: Pô, dá um tempo cara, era choque, choque, choque atrás do outro, e aí ele falou o seguinte: Olha, se eu te der um tempo você inventa uma história e enrola a gente, eu não tinha pensado, até então eu não tinha pensado em enrolar ninguém né, mas aí falei, bom, pera aí, de repente eu vou tentar um diálogo, numa dessas desmaiado, eu tava desmaiado no chão assim, vinha um cara cuidando, a sim, eu vi também que ele ficou um pouco, uma das vezes que eu desmaiei ele ficou um pouco apavorado, ele usava uma expressão que eu não sei o quê que é, ele gritava: o reloginho, o reloginho, o próprio Malhães, então eu falei: bom, esses caras tão com medo de eu morrer, primeiro eu tava achando que eles iam me matar, depois comecei achar que eu também não ia, não era tão fácil assim, eles tavam preocupados se eu morresse, aí eu falei pra um, pra um outro cara, falei o seguinte: mas não adianta eu falar, porque, porque, vocês não vão acreditar em mim, falei assim, uma bobagem né, eu inventei, porque, quê que eu vou inventar, resolvi falar assim, aí o cara falou o seguinte, é, porque a minha preocupação era que eu sabia que o Fued não sabia que parte, assim, já tinha uma orientação do partido que tinha vindo recente a gente começar a não contar tudo pra ele, e a única coisa que tinha que a gente não tinha contado pra ele era uma base nova que tinha em Cachoeiro, que tinha sido meses, sei lá, um mês antes, pouco assim antes, então a minha preocupação era saber quem que tinha, se eles já sabiam de todo mundo ou não, de, de, a única coisa salvável era Cachoeiro né, a única coisa que o Fued podia não contar porque ele não sabia, eu achava que ele não sabia, eu não tinha contado pra ele, supunha-se que ele não soubesse.

Sebastião Pimentel Franco – Ele sabia?

Jorge Luiz de Souza – Acho que não, esses caras nunca caíram, teve gente que era muito conhecido aqui que era desse grupo lá, nunca caíram.

Sebastião Pimentel Franco – Eles queriam saber o que, afinal de contas?

Jorge Luiz de Souza – Pois é, eles não tinham mais o que me perguntar, porque já sabiam de tudo.

Sebastião Pimentel Franco – Mas eles te demandavam?

Jorge Luiz de Souza – É, eles queriam que eu confessasse tudo que eu sabia, fala de tudo que você

sabia, aí eu falei, aí ele fala, aí o cara veio, foi então que eles me deram uma carteira escolar, me deram um papel, e falou: fica aqui e você escreve, aí eu fiquei umas 24 (vinte e quatro) horas sentada naquela cadeira lá tentando organizar alguma ideia, tentando dizer, aí eu começo a dizer, como é que, aí eu comecei a dizer o que eu contei pra vocês no começo aqui, como é que foi o meu começo, aí escrevi uma história assim, como é que eu comecei, que era a ditadura que tava me fazendo ser de esquerda num sei o que e tal, e aí acabou, foi ali, eu acho que eu também não tinha maís condição física de, de né, eu tava realmente um bagaço, e aí, a gente, eu não tenho noção clara do tempo mas eu suponho que na segunda a noite ou na terça de manhã esse Malhães foi lá nesse pavilhão, eu tava lá ainda, não comia, não fazia nada, ficava lá, ele chegou e disse: tô indo pro Rio, foi aí que eu soube que ele era do Rio, tô indo pro Rio, você não vaí me ver maís, falou assim, e saiu e foi embora, é, e logo depois, ou sei lá, no dia seguinte, aqueles primeiros dias ali, dias que eu fiquei no pavilhão, eles levaram a minha mulher lá, pra, e eu, a essa altura eu comecei a tomar consciência de que no domingo seguinte, eu não sabia que dia era, se era segunda ou terça-feira, mas era por ali, que no domingo seguinte ia ter, os caras ali iam cair né. E aí eu, levaram a minha mulher dizendo que iam soltá-la, pra ela se despedir de mim, na verdade era uma isca pra tentar, pra ver se eu falava alguma coisa, na hora eu não percebi, na hora eu caí, caí como um patinho, eles estavam gravando, câmera escondida assim, gravando com microfones, tudo que eu falasse, mas o fato é que eu não tava falando coisa com coisa, eu tentei, na minha cabeça eu tava tentando dizer pra ela, pra ela procurar uma pessoa, que era uma pessoa que tava fora do partido, mas que eu tenho muita confiança nela, e eu achava que essa pessoa ia fazer alguma coisa pra salvar lá, ele conhecia, embora tivesse um pouco longe do partido, ia fazer alguma coisa pra salvar, e eu não consegui falar nada, minha mulher não entendeu nada, e por sorte, porque se não acho que os cara iam atrás do sujeito, mas eu não conseguia dizer o nome do sujeito, eu tava muito vamos dizer, segundo ela eu falava com a língua enrolada, não falava as coisas claramente. E o fato é que não, eu não consegui mandar pra fora do quartel nenhuma noticia antes do domingo seguinte, é, o que eu soube depois é que o Lincoln Oest morreu no começo de janeiro, o que não bate direito, porque seria 10 de dezembro, geralmente se houvesse alguma falha no contato, a gente repetia uma semana depois no mesmo horário, então seria no dia 17 de dezembro né, eu fui preso no dia 3 de dezembro, domingo seguinte 10, no outro domingo 17, e ele ser morto em janeiro era um pedaço do quebra cabeça que eu não sei, porque era ele que tava denunciado, entendeu? E eles nessa época, o Fued sumiu dali, eu acho que levaram ele pro Rio pra ser isca.

Pedro Ernesto Fagundes – E como que foi o contato com outros, outros colegas aqui na UFES que foram chegando ao longo do mês de dezembro, janeiro lá no 38º BI? Teve contato com os alguns presos políticos?

Jorge Luiz de Souza – A gente teve o seguinte, na primeira semana não, eu não tinha notícia, não teve contato, eles me botavam numa sala lá, primeiro o aparato era muito grande, eu fazia xixi, eu tinha que fazer xixi com o sujeito apontando uma arma na minha orelha aqui, um oficial com uma

arma de mão, e três ou quatro soldados com fuzis, bom, eu não fazia, acho que fiquei uns três ou quatro dias sem fazer xixi, porque não consegue, você não consegue relaxar, era em pé, cocô nem pensava, eu não comia né. Fiquei uns dias assim lá, eu sei que um dia eles me levaram pra um sala, aí sim, eles me levaram pra uma sala, depois eu vim a conhecer melhor, fiquei uns 3 (três) ou 4 (quatro) meses no quartel lá, eu conhecia a geografia, num daqueles pavilhões antigos numa sala, e tinha um quadro negro que tinha um organograma do partido desenhado no quadro negro, e até hoje eu não sei pra que que eles fizeram, mas ali naquele dia eu tinha certeza absoluta do que eles sabiam e do que eles não sabiam, que eu vi lá em Cachoeiro onde parava, aí eu falei: Opa, exatamente ali eu tive, eu não sei pra que que eles me botaram lá naquela sala, mas me botaram nessa sala, botaram eu sentado, botaram um sujeito apontando arma pra mim, que é um perigo, porque é um menino de 18 (dezoito) anos como uma arma, que, aquele Fal, né, que atravessa 10 (dez) pessoas uma bala, quer dizer, a minha preocupação ali era o cara dá um soluço e eu morrer né, então você não pensa em nada, a gente ficava assim, uma coisa muito fora do comum, porque, a minha preocupação realmente era essa, o cara, menino, apontando a arma pra sua cabeça, assim, uma distancia que nós estamos aqui agora, e eu sentado, só podia ficar sentado lá, eles me deixaram 12 horas sentado num lugar assim com um quadro negro lá explicando o que que era o partido né, parece que é feito pra fazer você perder a logica mesmo, o tempo todo eu tava preocupado porque a essa altura to saindo vivo né, essa altura não me mataram, vou pegar 30 anos de cadeia mas não vou morrer, e esse cara pode me matar, porque passa uma mosca voando perto dele e ele puxa o gatilho, eram situações assim. Mas depois disso a gente teve contato, é muito curioso, eu fui preso dia 3, no Natal nós tivemos uma visita das famílias, todo mundo junto, o oposto de tudo, e o comandante do quartel que era quem assinava, depois assinou nossas prisões, eu tenho a impressão que era um daqueles militares que eram contra, era o, como é que era o nome do comandante gente? Ah, não interessa, não vi o documento, não sei o nome dele, e eu tenho a impressão que ele era contra, ele, ele resolveu nos presentear de natal com Coca-Cola, só que, muita Coca-Cola, só que a gente não podia pegar, então ele botou umas bacias de plástico cheias de Coca-Cola, bacias, essas bacias de dar banho em neném, cheia de Coca-Cola, deu cigarro pra gente e nos levou pra uma, lá no forte, aquele forte redondo, foi, foi pela primeira vez que eu vi o Vitor Buaiz na minha vida, porque eu não tinha contato com o Vitor no partido, e foi a primeira vez que eu vi e fui apresentado ao Vitor Buaiz lá, com as nossas famílias, deixaram as famílias entrarem e todo mundo junto ali.

Pedro Ernesto Fagundes – Sua esposa já tinha sido solta?

Jorge Luiz de Souza – Ela já tinha sido solta e ela voltou lá, assim, antes disso, aí eles levaram a minha filha, eles começaram, me usaram pra pressionar, essa história da cobra, a primeira vez que eu ouvi falar foi essa, diziam que a minha filha estava presa numa sala escura com uma cobra, queriam que eu assinasse lá o, a essa altura já era pra assinar um depoimento, e não me perguntaram mais nada, queriam que eu assinasse o depoimento só, porque eles queriam regularizar a nossa situação né,

faziam a gente virar preso e etc, abrir IPM, aquelas coisas, deixar de ser um sequestrado, e aí o, eles levaram a minha filha lá no quartel, nesse período que eu tava ainda nessa sala que eu falei que tinha um quadro lá com as coisas, aí eles abriram a porta, e a porta dá pro pátio, assim, falou: Jorge vem cá, aí eu já tava sem algema, sem nada, levantei e fui, quando eu vi, era minha filha lá, aí ela veio correndo, foi aí que eu percebi que eu tava com o peito quebrado, porque ela veio correndo, ela já andava tinha um ano e meio, veio correndo e pulou no meu colo, na hora que eu peguei ela no colo, foi como se alguém te arrancasse assim pelo meio, doeu tudo, e aí eu segurei, aí eu vi que a minha filha tava lá, não tava na sala com a cobra, quem tava na sala com a cobra era a Mirinha né, depois ela contou isso, sala escura com a cobra, mas eles falavam pra mim que a minha filha que tava, aí eu assinei, assinei lá o documento, curiosamente o seguinte: aí na hora de assinar, o, era o major e ele chamou 2 (dois) sargentos assim, gritou assim: chama os 2 (dois) sargentos aí, foi o termo que ele usou. Aí chegaram os 2 (dois) sargentos: vocês vão assinar como testemunhas, aí, vocês vão testemunhar de que ele tá assinando de livre e espontânea vontade, aí eu disse: livre espontânea vontade porra nenhuma, eu tô assinando aqui porque a minha filha tá aí na mão de vocês, e vou assinar, não quero nem ler o que tá escrito aqui, eu vou assinar porque a minha filha tá ali, e eu soube depois que esse sargento, confirmaram isso por uma coisa lá, ainda da ditadura, essa notícia me chegou, que esses 2 (dois) sargentos disseram que assinaram lá como testemunha, mas que na hora eu disse que não era de livre espontânea vontade coisa nenhuma.

Pedro Ernesto Fagundes – Você ficava sabendo além dessa história da cobra que colocaram a Mirian Leitão, você ficava sabendo o que as outras pessoas sofriam?

Jorge Luiz de Souza – Não, aí como eu ia dizendo, começou a ter, por exemplo: teve um dia que a gente ficou numa sala com alguns, eu fiquei com o Marcelo, com o Adriano, com o Gustavo, acho que o Tião, ficamos numa sala juntos, a gente conversava, aí você vai vendo quem tá preso né. O Tião eu quase não conhecia, mas os outros eu conhecia bem, e aí a gente, você vai ficando assim, claro a gente troca informação, quem eu já sabia, aí contei tudo que eu sabia quem era o Foedes que tinha, que até então eu não sabia que chamava Foedes, o Zé que tinha nos denunciado e tal, e depois teve uma vez que eles botaram a gente num, como eu disse, no natal a gente tava todo mundo junto, é, na cela que eu tava eram uns vinte maís ou menos né.

Pedro Ernesto Fagundes – Quantos da UFES que você conhecia, você lembra?

Jorge Luiz de Souza – Ah, quase todo mundo era da UFES, a grande maioria era da UFES.

Jorge Luiz de Souza – De que curso?

Jorge Luiz de Souza – O Adriano era da engenharia, o Guilherme, o Guilherme que eu não conhecia, conheci na prisão, o Guilherme, o Tião, a Madalena e a Beth Madeira eram da medicina né, a Badora acho que era direito.

Pedro Ernesto Fagundes – Você conhecia o Willian Sarandi?

Jorge Luiz de Souza – Conheci na prisão, antes eu não conhecia. Conheci na prisão lá, ficou preso com a gente nessa cela grande, nesse período, naquele período de final de dezembro, até eles serem soltos a gente ficou junto, muito, juntos. A gente até desconfiava do Willian, porque ele apareceu assim, a gente não sabia quem era: quem é esse cara que botaram aqui na cadeia pra nos espionar? Depois a gente viu que não era não, que era um cara que tinha, era bem chegado, ele pegou o 477 também depois né, pois é.

Pedro Ernesto Fagundes – E como que foi esse período em que as pessoas começaram a ir embora e você ficou, você ficou quanto tempo preso?

Jorge Luiz de Souza – É o seguinte, é, eu fiquei preso 1,6 (um ano e seis) meses, pouquinho menos.

Pedro Ernesto Fagundes – Aqui no 38º BI?

Jorge Luiz de Souza – Não, no 38º BI eu fiquei desse dia de dezembro até segunda quinzena de abril, não sei que dia de abril, por volta de vinte e cinco de abril talvez, eu fui levado pro Rio, que aí foi...

Pedro Ernesto Fagundes – Pra onde no Rio, você lembra?

Jorge Luiz de Souza – Lembro, lembro sim, eu, fui, passei 3 (três) ou 4 (quatro) dias na PE da Vila Militar e depois fui pro, pro, pro REI- Regimento Escola de Infantaria que é o, 57º BI.

Pedro Ernesto Fagundes – E lá você foi torturado também? Foi interrogado?

Jorge Luiz de Souza – Não, lá, tortura física minha foi só choque, acabou no choque, vinte e quatro horas depois de preso porrada não tive maís, aí era tortura psicológica, muita tortura psicológica, como eu disse, levaram minha filha, meu avô foi me visitar, sacanearam meu avô, aí eu encontrei meu avô chorando, um negocio assim, eram coisas desse tipo mas, vamos dizer e fresco né, porrada e nem choque não teve maís. E, aí uma vez assinado o documento a gente ficou lá meio encostado, e aí como eu te disse, o comandante do quartel começou a aparecer, ele começou a aliviar a nossa vida, ele deixava a gente sair pra, eu no começo não conseguia mas depois eu consegui fazer ginástica né, teve essa visita do natal todo mundo junto, teve até um fato curioso nessa visita do Natal: tinha um tenente, que se você pegar esses filmes assim de nazista, cinza, aquele cara que faz tiro ao alvo nos judeus, ele era aquele cara, ele tinha aquela cara inclusive, era o cara que tomava conta dos cachorros, e os cachorros eram aqueles cães de policiais, cães é, pastor alemão, e eram treinados com a palavra terrorista, que eu acho um absurdo, eu nunca fui terrorista, sempre fui contra, mas eles eram treinados pra me chamar de terrorista e ele ir na garganta, chamava de terrorista e ele pulava na garganta.

Pedro Ernesto Fagundes – No 38º BI?

Jorge Luiz de Souza - No 38º BI e eles fizeram demonstração pra gente, claro com o soldado com coisa de couro, pra demonstrar como é que era, o cara dizia: terrorista, ele vai e morde aqui na garganta. Mostraram pra gente, nessa hora de aliviar, deixaram a gente fazer ginástica, era com esses cachorros em volta, não adiantava você pular no mar ali, porque o cachorro ia te pegar. Mas aí na volta do, da visita do, lá do forte, aquele fortezinho redondo do dia de natal, esse, esqueci o nome desse tenente, mas esse tenente falou assim: Não tem nenhum comunista aí entre vocês, tô decepcionado com vocês, achei que vocês eram comunistas, vocês, nenhum de vocês é comunista, aí a gente falou, porque que você tá falando isso, e ele levando a gente de volta pra, pra cela: Vocês são uns sentimentais, a visão dele era que, pô, nós tínhamos família, a gente abraçou a família, beijou, que não podia ser, comunista não podia ser aquilo. Então ele veio falando isso da gente. E aí, isso estabeleceu uma conversa né, e o negocio deles era, era, os cachorros e aí eu sei que acabou, que a gente, inaugurou-se um dialogo e a cela que a gente ficava era um quadrado que tinha uma porta de lado, quer dizer a gente tava de frente pra aquele mar maravilhoso, mas não podia ver né, porque era uma parede, tinha uma porta que era de grade com uma ante salazinha com uma porta pra fora, aí eu falei com ele: Pô cara, você tá vendo que a gente é sentimental, você devia deixar a gente olhar o mar pelo menos né. Nessa hora você inventa né, imagina você tá preso, você faz qualquer merda assim, aí ele falou o seguinte: Eu vou fazer uma coisa, eu vou botar o meu cachorro aqui a onde tem essa porta, quem tiver coragem de passar por cima do cachorro vai olhar o mar, e aí ele deixou uma, era outra porta fechada com aquela corrente que fechava, ninguém ia conseguir abrir de qualquer forma, mas ele deixou uma porta aberta, e eu obviamente sempre me dei muito bem com cachorro, fiquei amigo ali do cachorro e passei por cima, e teve mais gente não foi só eu não, a maior parte teve medo, mas sei lá, 2 (dois) ou 3 (três) olhamos a coisa, e esse cara foi punido, e aí alguém denunciou ele, que ele tava amolecendo os presos, o nazistão lá foi punido. Mas é o seguinte, aí, é, vamos voltar, aí ficamos um período de calmaria, variava muito, era o seguinte, tinha um, a gente quer assim, vamos, queremos aí teve cigarro, eu já tinha parado de fumar a um ano e meio, voltei a fumar nessa época porque era a única coisa que tinha ali era cigarro, e tinha assim, queremos jornal – Ah, pode entrar só o caderno B, não pode entrar o caderno de noticia, 15 (quinze) dias depois invertia a ordem, pode entrar tudo, menos o caderno B, era umas coisas assim absolutamente sem nexo, não tinha sentido nenhum. A gente quer comida da família, aí a mãe do Marcelo fazia umas comidas, aí ela levava, deixavam entrar, outra vez, levava qualquer coisa pra você e não podia entrar, não tinha muita lógica, mas era, mas ficou um período assim, até que um dia alguém pediu lá uma: Ah podiam deixar a gente ter uma televisão, os caras falaram: tem, pode sim. E aí, era até a minha televisão que foi, que eu tinha uma pequenininha, bem, bem, sei lá, 12 (doze) polegadas, bem pequena, preto e branco na época a televisão era, eu sei que chegou lá na cela, nós ficamos alguns dias com essa, foi aí que a gente foi levado pro Rio, aí foi assim de repente, a gente não tinha, não tinha, nenhuma previsão chegou assim, sei lá, o dia amanhecendo, não tinha nem amanhecido, antes das cinco da manhã, todo mundo pega, veste sua roupa, a gente só tinha roupa também, não tinha mais, uma

calça jeans, uma camisa, ficávamos de cueca lá, tinha 02 (duas) cuecas, lavava uma e secava a outra, pega tudo que vocês tem aí, menos a TV, a TV eu sei que a gente não podia pegar né, a TV, o que tinha de jornal, tinha algum jornal lá, isso não, e saem, aí a gente saiu, botamos a roupa e saímos antes do dia amanhecer. Aí na porta da cela tinha uns carros que eu acho que era tipo veraneio, aquelas Chevrolet Veraneio, que eram muito parecidos com os que tinham na universidade, era da mesma cor, escrito UFES em volta, mas eu acho que era fake (falso), não era da universidade, eram disfarçados, foram nesses carros que nós fomos levados pro Rio, aí...

Pedro Ernesto Fagundes – Quantas pessoas foram levadas?

Jorge Luiz de Souza – Fomos 4 (quatro), eu não sei o Foedes como é que foi nesse, nessa vez, porque tava, nessa altura estávamos presos só 5 (cinco): o Foedes, o Marcelo, o Gustavo, o Adriano e eu, só tínhamos nós presos aí, o resto já tinha saído. Aí fomos num carro, o Marcelo comigo, no outro o carro o Adriano e o Gustavo. O Gustavo eu soube que ele foi procurado por esse jornalista e não quis falar, é médico aqui no interior, ele é de Minas, vocês falaram com ele? Pois é, ele é de Minas, eu nunca mais tive com o Gustavo, o Gustavo eu nunca mais tive.

Pedro Ernesto Fagundes – Tá em Venda Nova.

Jorge Luiz de Souza - Tá em Venda Nova, olha só! Onde eu tenho meus parentes lá! Bom, mas aí, é o seguinte, bom, foi desse jeito, a minha perna esquerda na perna direita do Marcelo, minha mão esquerda na mão direita do Marcelo, amarrados, sentados no banco de trás do carro, fomos, fomos embora, e com 2 (dois) caras na frente, um dirigindo e outro com a metralhadora, foi só isso. Agora é claro que era um comboio com vários carros porque teve uma hora que alguém pediu no outro carro pra mijar, assim, parou na altura de Campos, deixaram fazer xixi na estrada e eu vi que eram vários carros, quer dizer, tinha um carro da gente, tinha um do Adriano e o Gustavo, e tinha outros carros.

Pedro Ernesto Fagundes – Todos com a identificação da UFES?

Jorge Luiz de Souza - O que eu tava tinha, os outros eu não tenho absoluta certeza, mas parecidos, eram azuis, assim, com aquela coisa escrito UFES, como se tivessem levando estudante, sei lá o quê que era que eles...

Pedro Ernesto Fagundes – Nesse período que você ficou preso aqui no 38º BI, algum professor ou reitor, alguém da universidade foi atrás de vocês, procurou vocês, quis saber onde vocês estavam?

Jorge Luiz de Souza - Não, não, se a gente soubesse, as histórias que eu soube, que o reitor queria que a gente morresse né, houve ele, ele...

Pedro Ernesto Fagundes – Qual o nome do reitor nessa época?

Jorge Luiz de Souza - Borgo, Maximo Borgo. As histórias que eu soube, soube provavelmente em

fevereiro pelo professor Ivan Borgo, que foi lá um dia de repente, eu tô na cela, o cara falou: bota uma calça, uma camisa e vem pro pavilhão, me levaram pro pavilhão, cheguei lá era o professor Borgo.

Pedro Ernesto Fagundes – Qual Borgo? O professor?

Jorge Luiz de Souza - Era o meu professor de História do pensamento econômico, uma matéria do quarto ano que eu não tinha concluído, era a única matéria que eu não tinha concluído. Eu fui preso no domingo, na quarta-feira ia ser minha colação de grau, eu ia colar grau, porque tinha direito a colar grau, dependendo de uma matéria que eu podia ainda fazer segunda chamada e fazer segunda época, então eu tinha direito a colar grau na cerimônia, mas não colei porque tava preso, mas eu iria, e, mas eu faltava essa nota. E aí o professor me disse o seguinte: escreve alguma coisa aqui. Eu comecei a escrever sobre um assunto de um tema lá, me deu 3 (três) temas, 3 (três) três coisas, aí eu comecei a escrever, quando eu falei: isso aqui eu já terminei. Ele falou assim: eu vou te dar 3 (três) temas, desculpa, aí me deu o primeiro, aí quando eu falei: já terminei me dá os outros, ele disse: não, não precisa. Aí ele me contou essa história, que ele me convocou, que me levasse, que me pegassem no quartel e levassem pra fazer a segunda chamada, que o reitor, nem o diretor da escola, nem o reitor autorizaram, que depois ele tentou fazer segunda época, também não autorizaram, aí pediu o livro que o diretor não autorizou.

Pedro Ernesto Fagundes – Que livro?

Jorge Luiz de Souza - Era um livro de frequência, na época, você quando fazia prova ou a prova final, não sei, você tinha que assinar o livro, ele levou o livro pra eu assinar, livrão grandão, capa dura. Aí ele, ele me disse que ele tinha roubado o livro, que ele encarou o reitor e o diretor, e eu não sei como que ele conseguiu, como ele era ligado aí os caras deviam ser amigos do comandante do quartel, sei lá, eu sei que ele conseguiu chegar lá e me deu essa nota e aí registrou essa nota, e logo depois veio a extinção da faculdade, e aí, as pessoas, teve um funcionário da universidade, sei quem é, mas não vou mentir aqui, mas ele chamou um colega meu e disse: vão, vão, vão recolher tudo aqui da universidade.

Pedro Ernesto Fagundes – Quem vai recolher?

Jorge Luiz de Souza - Porque ia fechar a faculdade, a reitoria ia recolher tudo né e eu precisava de uma prova, e disseram: O Jorge não tem nenhuma prova de que ele concluiu o curso. Aí um colega conseguiu requerer em meu nome, foi o Valério que fez isso, Valério Fabris, requerer em meu nome um curriculum escolar e com esse curriculum escolar, tinha uma prova de que eu tinha me formado. Quando eu saí da prisão já com o 477, eu vim aqui pedir uma audiência ao reitor, ele não me recebeu, eu reivindiquei que eu colasse grau, ele não queria colar grau, mas aí eu exibi isso, do funcionário: Olha aqui, eu tenho uma, histórico escolar, o reitor não pode me negar a colação de

grau. Aí, legalmente o reitor tem que colar grau pessoalmente, mas eu colei grau sem o reitor pessoalmente, ele botou lá o livro pra eu assinar e eu colei grau assim.

Pedro Ernesto Fagundes – Mais alguém que tava preso teve também esse tipo de colaboração de professores ou funcionários da universidade, você sabe disso, sabe de alguma história?

Jorge Luiz de Souza - Olha, apoio desse tipo tinha, tinha muito, apoio pra família, de onde você menos espera numa situação como aquela você tem coisas extremas, pessoas que são super amigos seus, que você confia e que eles atravessam a rua pra não ver seus familiares, mas porque morrem de medo e ao contrario outras pessoas que a gente não esperava nada, por exemplo, eu tinha colegas de classe que não eram de esquerda, mas eles eram pessoas, vamos dizer assim que tinham uma dignidade pessoal que falava: agora a tua briga é minha, a tua mulher não vai passar necessidade, num sei o que, eles mandavam recados assim pra gente, que iam fazer o que fosse pra garantir o apoio. Como na hora da colação de grau, quem levantou, porque na hora que chamaram, erraram, não souberam fazer ali, chamaram meu nome na colação de grau e aí ninguém sabia que eu tava preso, mas tinha um cara que sabia que era um cara de direita, eu não vou falar o nome dele porque ele vai ficar chateado com isso, porque ele é de direita até hoje, um politico de direita aqui de Vitoria, ele levantou e denunciou que eu tava preso.

Pedro Ernesto Fagundes – Esse tipo de coisa é interessante ficar registrado, quem é essa pessoa?

Jorge Luiz de Souza - Chama-se Álvaro, esqueci o sobrenome do Álvaro, um cara da direita, um politico, vamos dizer que não tem nada a ver com a esquerda, mas na hora ele levantou, ele sabia que eu tava preso, não sei como, e denunciou pra todo o auditório que eu não estava presente porque eu tava preso.

Pedro Ernesto Fagundes – Houve alguma retaliação contra ele, você sabe?

Jorge Luiz de Souza – Que eu saiba não, que eu saiba não, foi um ato de coragem pessoal dele, como, como do professor Borgo, foi um ato de coragem pessoal dele.

Paulo Souza – Essas histórias de Sarandi, que era chefe do departamento de direito, segundo consta, fazer esse tipo de coisa a Ademar Martins, que era pai da Jussara.

Jorge Luiz de Souza – É, pois é, o Ademar Martins era pai da Jussara, quer dizer ele era um cara do estabelecimento mas ele tinha uma filha que era da, da, dos, que foi presa, que teve tudo.

Paulo Souza – De fato, tentava facilitar essa relação assim?

Jorge Luiz de Souza – Olha, tinha muita gente, tinha muita, por exemplo, eu tava lembrando aqui, naquela época em 68 quando a gente recolhia dinheiro pra fazer passeatas, essas coisas, tinha um sujeito que não era politico, que era um medico simplesmente, mas era o cara que dava as melhores

contribuições que eu pessoalmente ia buscar, que era o Max Mauro, que depois virou Governador, e ele, alguém me deu essa dica: Olha, eu tenho um médico lá que, disse que é pra aparecer lá que ele vai ajudar. Aí eu fui lá e ele deu uma grana, aí ele disse: Toda semana, sei lá, todo mês você vem aqui que eu vou, que eu vou contribuir pra, pra atividade de vocês, isso em 68. Quer dizer: pessoas assim, tem de tudo nesse mundo!

Pedro Ernesto Fagundes – E quem foi o advogado que defendeu vocês nesse processo todo, você lembra quem foi?

Jorge Luiz de Souza – Depois que a gente foi, aí que a prisão foi regularizada, aí nós fomos levados ao Rio e fomos levados pra auditoria, aí teve um processo e no nosso caso era na auditoria da Aeronáutica. Aí as famílias constituíram advogados, cobravam caro até, porque era um processo caro, mas eram pessoas que tavam corajosos, o meu advogado foi um chamado Lima Machado, claro, muito tempo depois eu vim saber que era o advogado do Rubens Paiva, era o Lima. O nosso processo, por exemplo, teve o Sobral Pinto, ele defendeu a Beth Madeira, era o Sobral Pinto, tinha mais alguém que era o Sobral Pinto que defendia, Sobral Pinto não cobrava nada. É, deixa eu ver, quem mais...

Paulo Souza – O pessoal era católico né? Jorge Luiz de Souza – É, ele tinha, tinha um arco, é o seguinte, essa coisa, por exemplo, toda essa história da prisão, depois a gente vai falar do 477 que era um teatro e que aconteceu durante a prisão, mas eu vou pular um pouco, vou um pouco mais pra frente, aí, finalmente em dezembro de 73 nós fomos soltos, nós tínhamos completado um ano e fomos soltos, o termo legal foi relaxamento da prisão preventiva, a prisão foi relaxada e a gente saiu da prisão, voltamos pra cá. Aí eu voltei pra trabalhar e íamos ser julgados, obviamente eu não tinha, não tava disposto pra voltar pra cadeia de jeito nenhum, nunca tinha considerado a hipótese de sair do país, mas entre voltar pra cadeia ou sair do país, seria sair do país. E aí no dia do nosso julgamento, nosso julgamento era de tarde, uma hora da tarde assim, é, houve uma articulação com o consulado da França no Rio, e eu fui com a minha família pro Rio, com a minha mulher, com a minha filha, todo mundo foi, as famílias foram, pra ir pro julgamento, mas o Marcelo, o Adriano, o Gustavo e eu, fomos de manhã pro consulado da França com uma bolsinha tira colo que seria o que a gente iria ter pra sair do país, a gente tava naquela, se na prisão, se a nossa condenação tinha passado do período que a gente tinha ficado que era um ano, não chegava a um ano e um mês, um ano e vinte e poucos dias, a gente não saía do consulado, íamos ficar lá. E chegou lá pro Consul a notícia de que nós íamos pegar um ato, então ele já sabia antes do julgamento quanto era nossa pena. E aí nós então fomos pro julgamento, cheguei no julgamento tava lá, as famílias, tava todo mundo lá, em quanto espera julgar, tava no corredor, a minha filha, a essa altura já tava com 2 (dois) anos, saiu correndo e entrou na sala do promotor, o promotor era Gastão, era um cara Português, eu não sei porque que era português, que era o nosso promotor, aí eu entro, minha filha vai criar um problema aqui, entrar na sala do promotor, e entro pra pega-la, quando eu pego ela assim, levanto,

tava o Gastão em pé, aí ele falo assim: Você é o Jorge né? Falei: sou. – Você vai pegar um ano! Me disse ele pessoalmente, pra mim, antes de começar o julgamento. Começou o julgamento, ele me pediu trinta anos, o pedido dele me enquadrou nos dois artigos lá, no inciso um e dois não sei o que, 30 (trinta) anos é o que ele pediu. Quer dizer, era um teatro, ele pediu 30 (trinta) anos, mas ele mesmo me disse que eu ia pegar um, que era o que eu já sabia que o Consul tinha dito, não só o Consul disse, o promotor disse pra mim antes do julgamento começar, quer dizer, era um teatro aquilo.

Pedro Ernesto Fagundes – E depois que você retorna ao Espírito Santo, me fala um pouco dessa saga aí do 477, o que aconteceu com você?

Jorge Luiz de Souza – O 477 foi antes, é o seguinte, enquanto nós estávamos presos, abriram o processo do 477, e aí quem tava aqui foi chamado aqui, que tinham pessoas que estavam frequentando as escolas e etc. E os quatro estudantes que estávamos presos, que era o Marcelo, o Adriano e o Gustavo, fomos levados pra auditoria da aeronáutica pra depor, mas o processo, era um funcionário eu não sei o nome, tava nos autos lá, mas eu não sei nome, um funcionário da universidade com a mesa lá da auditoria militar, que eram militares. E aí, o cara, é o seguinte, a minha faculdade já tinha sido extinta, eu não era maís aluno porque tinha me formado, portanto não podia ser suspenso, aí eu disse pros caras: Eu não to entendendo porque a minha faculdade não existe, eu não posso ser maís suspenso, a única pena que o 477 dá é a suspensão. O cara disse: não, não, vale a suspensão sim, vale suspensão. E aí, e aí começa o depoimento, e é muito curioso porque o cara diz assim: E aí, quê que você tem a dizer? Aí eu disse: ué, pergunta pra mim primeiro, não sei o quê que é. Ele disse: não, você que tem que falar primeiro. Mas eu disse: eu não sei de que tão me acusando. Ele disse: ah, você deve saber. E foi assim, aí o texto eu me lembro que eu assinei, depoimento e mais, fala que eu sou ex-aluno da extinta faculdade e nada tem a declarar, só tem isso no meu depoimento, e aí pronto isso foi durante o ano de 73, a sentença saiu já quando eu tava solto, saiu em março de 74. Na verdade vale porque, aí você começa a ficar suspenso daí. Em 76 eu tava em São Paulo e eu fomos tentar me matricular na pós-graduação da USP, eu já era formado, tinha diploma, podia fazer um pós, e não consegui, realmente valia a suspensão, se tá suspenso.

Pedro Ernesto Fagundes – Qual era a alegação, era essa que eles usaram?

Jorge Luiz de Souza – É, eu tava suspenso, que eu não podia me matricular em faculdade nenhuma, nem em pós-graduação.

Pedro Ernesto Fagundes – Houve algum outro problema na sua carreira profissional por conta desse envolvimento?

Jorge Luiz de Souza – Olha, a gente, não vou me fazer de vítima, a gente se vira né, eu fiquei, eu, é, eu não estudei jornalismo, eu estudei economia na época nem tinha faculdade de jornalismo aqui em

Vitória. E em setenta, em sessenta e nove, desculpa, eu trabalhava como jornalista, eu já trabalhava a alguns anos, mas como eu era menor de idade não tinha carteira assinada, mas a essa altura eu já tinha feito 18(dezoito) anos e já tinha carteira assinada, portanto eu tinha todo, preenchia legalmente todas as condições de quem era jornalista, quando criaram a exigência do diploma e do registro de profissional de jornalista, aquele decreto lei da junta militar, então eu tinha direito, só que não me deram. Existia na época uma coisa muito curiosa, isso falta pesquisar, existia um negocio chamado atestado de ideologia, vocês já ouviram falar nisso? E eu não conseguia atestado de ideologia em 69, antes da minha prisão, porque eu já tinha tido prisão, essa pequenas, eu já era fichado, eu já era um cara fichado, eu já tinha meus dedos lá colocado desde quando eu tinha 16 (dezesseis) anos, então eu não tinha o direito do atestado de ideologia. Então eu não consegui se quer dar entrada no meu pedido, na época a gente não, não tinha essa noção né, de cidadania, não, então eu quero um documento dizendo que não tá dando entrada, um carimbo, não, não tinha nada, eu nunca consegui da entrada no ministério do trabalho com meu pedido de registro profissional. E aí eu fiquei trabalhando sem o registro profissional onde eu tive o corporativismo, um grande do PT me perseguiu em São Paulo vergonhosamente porque eu exercia a profissão ilegalmente, ele é nome de instituto, ele morreu e é nome de instituto do PT, mas esse camarada era do sindicato dos jornalistas. A gente fez um movimento no sindicato dos jornalistas em São Paulo, estimava-se que devia ter uma 500 (quinhentas) pessoas no Brasil na situação que eu tava, não tinham o registro profissional por razoes políticas. Nós conseguimos reunir 50 (cinquenta) na, no sindicato lá, e esse camarada, posso falar o nome? Perseu Abramo nos denunciou pra nos tirar dos nossos empregos, porque estávamos exercendo a profissão ilegalmente. E numa época, eu tava mudando de emprego da Gazeta Mercantil pra Editora Abril.

Paulo Souza – Isso foi quando?

Jorge Luiz de Souza – 76, eu tava mudando de emprego, você vê como são as coisas né, eu tava mudando de emprego pra Editora Abril quando veio a denúncia, que talvez ele não conseguisse me tirar do emprego que eu tava, eu tava lá sem registro profissional e trabalhava como jornalista, ilegal, como sei lá, o cara exerce a medicina ilegalmente, se alguém for lá fiscalizar, o sindicato. Aí eu fui pra Editora Abril e eles não deixaram me contratar na Editora Abril como jornalista, era o seu Vitor Civita que era o dono. A impressão que eu tenho é que isso foi uma decisão, foi dele, eu sei que quem patrocinou a decisão, por incrível que parece foi o Paulo Henrique Amorim um cara muito conhecido. Paulo Henrique fez a seguinte, ele era diretor da revista Exame na época, ele fez assim, um cara que nunca foi de esquerda, ele posa de esquerda agora mas nunca foi, falo isso porque eu sou amigo dele, falo isso pra ele né, não era de esquerda, era um cara direita, mas ele, ele resolveu nos bancar, era curiosamente os caras que foram, que foram impedidos de entrar fomos eu e o Claudio Serra que hoje é lá da presidência da república, da comunicação lá da presidência. E aí nos fomos registrados como analista de investimento, minha carteira profissional consta, analista de investimento, no expediente da revista saía analista de investimento, mas cada matéria que a gente

fazia, o Paulo Henrique escrevia na carta ao leitor: Do repórter Jorge, do repórter Claudio que era o outro, e peitava o sindicato realmente, peitava e o sindicato levou, e eles deram azar, que aí naquele ano eu e o Claudinho ganhamos o premio S de economia, aí eles falaram: nós vamos botar o cargo de editor assistente no expediente e quero ver o sindicato multar, o sindicato assinou. Mas era assim, o sindicato lá seguindo a gente, então teve, depois eu fique, aí em seguida fui pra Brasília, fui convidado pela revista pra ir pra Brasília e fui pra Brasília, mas não sabia o que me esperava. É, eu não podia me sindicalizar, porque não era, não tinha o registro profissional, e sem eu me sindicalizar não podia ter, ter credencial na presidência da república, aí eu não podia entrar no palácio do planalto, jornalista em Brasília não pode entrar no lugar aqui. Tem também, têm histórias, todas essas coisas tem muita história interessante, tinha lá uns picaretas no senado que eu nunca vi na política, não sei quem eram, mas um dia me, chegaram pra mim e me deram, me chamaram lá pros jornalista de comitê de imprensa, falaram: A presidência da casa mandou te dar isso daqui. Uma carteira de credenciado do Senado, pra peitar o Governo né, era o Nazareno o cara, imagina quem era o presidente do Senado, era o Nazareno. Mas os caras me deram, eu tenho essa carteirinha até hoje guardada. E tinha um ministro no governo na época do governo Geisel que era o Reis Veloso; O Reis Veloso era o ministro do planejamento, ele tinha o gabinete dele no ministério do planejamento e tinha um gabinete na presidência da república, no palácio ao lado do Geisel tinha o gabinete dele, toda vez que eu pedia entrevista ele marcava lá no palácio, e aí depois me contaram que ele fazia isso de picardia, porque aí eu não ia ser proibido de entrar, eu ia lá falar com o ministro, chegava na porta, vim falar com o ministro Velloso – Sobe! Ele fazia pra sacanear o Geisel porque ele se opunha, embora fosse ministro daquele governo, se opunha a esse tipo de tratamento que prejudicava, claro, a gente perde, não é que eu deixei de exercer a minha profissão, fiz minha carreira e tudo mais, fiquei dez anos trabalhando sem registro, meu registro profissional só saiu depois que saiu a lei da anistia, e que, e que a, os STM registrou lá que eu era anistiado, teve que publicar que eu estava anistiado, aí dois dias depois a minha carteira foi assinada. Na época o ministro do trabalho era o Murilo Macedo, e aí ele quis fazer um oba oba comigo, a minha carteira foi assinada aqui no Espírito Santo mas eu recebi em Brasília, eu não vim aqui, ele queria fazer oba oba, eu não aceitei. E aí tinha um cara que era secretário de relações do trabalho que falou: bom, já que você não aceitou, você vaí aceitar uma coisa, você vai almoçar comigo na minha casa. Eu fui almoçar na casa dele, coisa do governo assim, essa cara era vice-ministro lá do trabalho, e eu não aceitei a palhaçada lá que iam fazer comigo, imagina, iam fazer propaganda comigo, anistia agora o jornalista da..., eu não aceitei. Ele falou assim: agora você vai receber a sua carteira na minha casa, no apartamento dele, com a família dele, a mulher e os filhos, eu, aí ele entregou a minha carteira lá, almoçando com eles, essas coisas assim.

Paulo Souza: – Durante esse período que você ficou preso, a sua família teve ajuda?

Jorge Luiz de Souza: – Teve, eu tinha, eu tinha. Não, teve, teve de todo tipo, teve muito, muito, o arco de proteção é muito grande, felizmente muito grande, e até a, eu era, trabalhava, tinha carteira assinada até, até um auxílio reclusão a minha mulher recebeu, os amigos foram lá na auditoria militar

e conseguiram um documento provando que eu tava preso, tudo era amigos que fizeram isso, aí entraram no INPS, o INPS pagou.

Paulo Souza: – Depois que você veio, ficou preso lá no Rio, você ficou preso só ali no Rio?

Jorge Luiz de Souza – Só no Rio, a gente foi o seguinte, na chegado ao Rio nós ficamos poucos dias, treze dias maís ou menos na, não, não, na aeronáutica era só auditoria, não ficamos lá, ficamos sempre no exercito. Na PE da, não na PE da Barão de Mesquita, na PE da Vila Militar, a gente quer dizer, na hora a gente não sabe onde é que tá, mas depois conversando com outros presos, a gente acabou chegando a conclusão que era isso, porque aí nós fomos levados, fomos eu e Marcelo pra um quartel, cada um pra outro, e ficamos eu e Marcelo mas em solitária, ficamos alguns meses assim, o Gustavo e o Adriano em outro, mas aí quando a gente ia na auditoria, gente se encontrava, e aí a gente trocou ideias, aí o Gustavo tava acho que no Regimento Sampaio e o Adriano não sei onde e eu e o Marcelo no regimento de escola infantaria.

Jorge Luiz de Souza – Não, não, aí foi tudo só ficamos na, quer dizer, tinha, tinha muita sacanagem tá? Assim, a família da gente ia daqui ao Rio visitar e não deixavam entrar, sabe aquelas coisas, e depois mostravam pra gente, eles faziam questão de a gente saber que eles tinham ido só pra gente ficar pau da vida né.

Paulo Souza: – Aí você não teve maís contato com o Sarandi também?

Jorge Luiz de Souza – Sarandi nunca mais.

Paulo Souza: – Dentro do quartel?

Jorge Luiz de Souza – Não, não, quando ele já foi solto, nós ficamos na mesma cela aqui no BC, depois que ele foi solto eu não tive mais contato, mas, pois não?

Pedro Ernesto Fagundes – Jorge, e com relação à assessoria de segurança e informação aqui da UFES a AESI, você sabia antes de ser preso que existia, você sabia quem era Alberto Monteiro, Alberto Monteiro teve alguma influência na sua prisão, ele esteve no 38º BI quando você estava preso, quando você retornou, você sabe se ele tentou causar algum tipo de problema em relação a sua colação de grau, recebimento dos seus documentos etc. Você sabe alguma coisa da atuação especifica do Alberto Monteiro nesse período aqui na universidade?

Jorge Luiz de Souza – Infelizmente não, específico dele a gente não, a gente sabia da existência dele, mas era uma coisa assim, que nós não tínhamos comprovação, mas todo mundo falava, olha todo mundo sabem era ele, ele era o esquema de espionagem na universidade, mas ação direta dele não vi em momento algum. Quer dizer, houve como eu disse essa tentativa de me impedir de fazer a prova, depois não queria me colar grau, foi uma coisa, eu via, ele tava na outra sala lá, falo: eu não recebo esse cara. Eu vi isso. Aí eu assinei lá o papel sem que ele, mas aí um destrato pessoal, uma

coisa assim, mas era do reitor, dele eu nunca vi, e que eu saiba ele nunca apareceu no quartel lá.

Pedro Ernesto Fagundes – Outra pessoa da UFES que você chegou a ter conhecimento que também atuava nesse serviço de espionagem, de vigilância, você lembra de algum nome, de algum professor que espionava?

Jorge Luiz de Souza – É o seguinte, de professor não, curiosamente não, eu lembro assim, a gente desconfiava de muita gente, mas a gente nunca sabia com certeza né, era, era, e foi uma coisa que ficou assim, depois que eu me formei, morreu, a gente nunca procurou maís saber, a gente desconfiava de varias pessoas na escola, mas nunca, nunca, isso nunca era concreto, nem na economia nem nas outras, era sempre uma coisa, a mas o fulano tem, o pai é militar, ou é num sei oque, ou a família é da direita, e tinha gente que tinha posição de direita mesmo e esses a gente achava até que não, era uma coisa de posição mesmo da pessoa, então eu acho que não, nunca vi assim, e professor é o contrário, a gente tinha muito apoio de professor sabia, tinha zelado né, as pessoas sabiam que eu era o cara né, tinham professores que vinham conversar com a gente mesmo, muito, muito, procuravam conversa, como se fosse assim, quero manifestar um apoio.

Paulo Souza: – Algum professor de esquerda existia na economia?

Jorge Luiz de Souza: – Tinha, tinha, que vinham expressamente manifestar assim, como quem diz assim: oh, eu sou um cara que to aqui, não posso fazer nada, mas se eu puder fazer alguma coisa, conte comigo eu apoio, uma coisa assim.

Paulo Souza: – Pode falar nome?

Jorge Luiz de Souza – Ah, posso falar, professor, aí meu Deus é ruim porque, eu não vou citar não porque eu vou esquecer talvez dos principais, tá me falhando um pouco o nome. Mas é, tinham, não tem problema não, tinha professores que eram manifestamente a favor da gente.

Paulo Souza: – O senhor comentou também que chegou a ser entrevistado a respeito de guerrilha do Araguaia. Em algum momento em quanto teve preso isso foi ventilado como um motivo pra sua prisão, como influência no seu tratamento?

Jorge Luiz de Souza – Houve, houve, no meu caso assim, me inquerir, me inquerir não, ninguém me inqueriu como eu falei, que denunciassem se eu falasse, nem nunca me perguntaram do João Roberto, que eu achava que o Fued tinha denunciado tá, mas nunca, nem ninguém me perguntou dele. O que houve foi, varias vezes que a gente até desconfiava assim, que eram pessoas do SNI não do aparato do exercito, que vinham querer conversar politica com a gente, aparecia um cara que chamava você pra conversar politica, aí ele queria discutir os fundamentos da gente defender a guerrilha coisa assim, quer dizer, a gente sentia que era o cara jogando verde, pra colher maduro.

Paulo Souza: – Lá dentro no quartel?

Jorge Luiz de Souza – No quartel, sim, a gente recebeu visitas sim, vinha um sujeito e convidava a gente pra discutir, tinham alguns que até pareciam pessoas com um embasamento teórico sim, filosófico, queria discutir filosofia Marxista, discutir economia Marxista. Não queriam fazer pergunta nada, queriam discutir, ouvir o que a gente pensava, quer dizer, a gente sempre achava que...

Paulo Souza: – Alguém querendo saber alguma coisa?

Jorge Luiz de Souza: – É, a gente achava, e sempre achava que era alguém jogando verde né, pra colher sabe o que. Mas, curiosamente do ponto de vista de, eu jamais me perguntaram nada de guerrilha, nunca, e nem do, das pessoas que por exemplo, que tinham estado na minha casa e que depois foram pra guerrilha, e que quando vinham pra Vitoria, o pessoal da UNE né que foi pra guerrilha, geralmente a minha casa era o lugar onde eles ficavam né, e eles diziam pra mim que tinham, eles sabiam de pessoas que, mas era confuso, por exemplo, eles tentaram usar uma vez que o Ronald tinha ficado na casa do meu pai, não ficou na casa do meu pai, ele ficou na minha casa aqui, eles confundiam a coisa né, então ele sabia que alguém tinha contado alguma coisa mas ouviram o galo cantar mas não sabia onde.

Paulo Souza: – Nesse período que você ficou preso no Rio, você teve contato com o Ronald, Cesar Ronald?

Jorge Luiz de Souza – Não, Cesar, esse Ronald que eu to falando é o Ronald da UNE, o Cesar Ronald eu nunca maís tive contato com ele desde final, desde começo de 69, ali naquele período que eu descobrir que. Eu nunca mais tive contato com ele, com a Zélia sim, a Zélia eu tive, não faz muitos anos eu tive com a Zélia, mas com ele nunca mais.

Convidada: - Você sabe me informar se tinha algum professor de direito que era muito amigo do reitor, que vocês não podiam comentar nada perto dele?

Jorge Luiz de Souza: – Ah bom, era a grande maioria, a grande maioria a gente desconfiava, a gente não sabia direito, mas logo depois do AI-5, se instalou um regime de muito terror mesmo né, era todo, e eu entrei na universidade semanas depois do AI-5, então primeiro semestre nosso era um horror, porque, e, as pessoas tinham medo de, por exemplo, você estudando economia tem que ler certos livros, os professores tinham medo da gente, o livro tava na biblioteca e ele tinha medo de deixar a gente ler, as pessoas tinham, imagina você pegar um livro de maís valia lá na biblioteca, as pessoas morriam de medo, era o, aqueles primeiros anos de à 72, quer dizer até o processo que deu a escolha do Geisel pra coisa, esse período então que vai do AI-5 até o momento que eu tava preso né, até a metade da minha prisão, era um período de terror na universidade, era um regime de terror mesmo.

Pedro Ernesto Fagundes: – Houve algum episódio que você se lembra com relação a livros, ou panfletos, jornais que circulavam aqui, causaram alguém problema pra alguém, pra algum professor,

pra aluno, livro alguma coisa assim?

Jorge Luiz de Souza: – Olha, não sei, mas é, é, a gente fazia jornalzinho e é claro que isso, vinha muita ameaça né, mas nunca, quer dizer, no período que eu tava, que eu tava aqui na escola, e antes no momento que eu fui preso, foi depois eu já tava saindo, não tinha essa ligação partido e movimento, então todo mundo sabia que eu era de esquerda, que eu fazia jornalzinho, que eu fazia, tentava fazer algum agito aqui, mas como eu dizia, como a prioridade do partido também não era essa ação estudantil, a gente não fazia tanto, a gente fazia mais coisa clandestina fora, que, ou seja, a campanha do voto nulo ninguém sabia que eu fazia, porque não, eu não fazia explicitamente né, esse trabalho era um trabalho que a gente fazia na calada, a gente fazia na madrugada, a gente pichava a cidade, fazia aquelas coisas, aquelas coisas tudo, panfletagem, tudo oculto, e, então não tinha, quer dizer, a ação aqui na faculdade era muito suave né, como eu dizia também, esse negócio aí da, da, da vigilância da universidade, a gente tratava como refresco, isso pra gente era bobagem porque era uma coisa que não doía né, a repressão forte era pra organização de esquerda que era uma coisa clandestina, e à parte.

Paulo Souza: – Você lembra quem ganhou pra governador em 69?

Jorge Luiz de Souza: – Não, veja bem, nessa época as eleições não eram diretas, elas foram indiretas. Em 66 foi escolhido Cristiano Dias Lopes que governou de 67 em diante, depois foi o Arthur Carlos Gerard, depois Élcio Alvares, todos, todos, não, Élcio foi o ultimo indireto não? Ah, Eurico, tá, Eurico. E, só em 82 que foi a primeira eleição direta, tá. Então, no período do Cristiano, é o seguinte, o irmão dele que era o secretário da segurança, esse cara tentou me dar um soco numa passeata, ele ia pro meio da passeata, mas a gente já tinha segurança na época, os meus seguranças impediram que ele me desse um soco uma vez numa passeata, ele ia pro meio lá, e ele percebeu que eu que tava organizando a massa lá, aí ele foi pra cima pra me dar uma porrada, mas aí tinham 2 (dois) grandalhões me protegendo, que me protegeram, aí sumiram comigo, foi ali na Praça Costa Pereira ali na, aí me levaram lá pro Britz (bar) pra ele não pegar, e ele ia pra rua, ele era meio assim folgadão, ele ia pra rua pra dar porrada, ele pessoalmente, claro, cheio de capanga em volta né.

Pedro Ernesto Fagundes: – Você chegou a ter problemas com o DOPS aqui no Espírito Santo?

Jorge Luiz de Souza: – Não, com o DOPS eu só tive como jornalista, mas eu nunca fui aqui chamado pro DOPS, nenhuma vez, tive aquelas vezes com a Polícia Federal.

Pedro Ernesto Fagundes: – Qual problema com o DOPS como jornalista?

Jorge Luiz de Souza: – Por exemplo, na eleição de 70, a cobertura da eleição de 70, foi um inferno, eu ia todo dia, todo dia, eu tava na rádio Espirito Santo que era uma radio do governo, e todos os dias eles me chamavam pra: Você deu tal noticia que não pode, você deu num sei o que, uma encheção de saco. A apuração tinha muito voto nulo né, tava dando, mas não podia dar, eram essas

bobagens, me chamavam, na verdade não tinha nada, chamava na federal, você ficava sentado horas ali e depois mandava você ir embora, só pra perder o dia de trabalho, perder o dia de estudo, mas não batiam nem nada não, não tinha nada, tinha ameaça sim, esses caras da policia federal eram uns caras assim mal encarados né, eles chegavam: Você menino e num sei o quê. Isso eu já vi botar o dedo na minha cara não sei quantas vezes, mas a gente levava a situação na brincadeira, não doía.

Pedro Ernesto Fagundes: – Pra finalizar você gostaria de dizer maís alguma coisa, deixar um registro só pra gente encerrar?

Jorge Luiz de Souza: – Deixa eu ver se eu esqueci de alguma coisa importante...bom, a gente não falou do depois né, aí o seguinte: saímos da cadeia em 74 e o partido tava desorganizado e a guerrilha perdendo feio lá no Pará né, mas ainda tinha o partido aqui, a gente tentou se reorganizar, mas as condições eram muito, muito contrárias. E, eu acho que valia, eu não combinei com os outros, valia a pena a gente conversar primeiro porque nós nos falávamos muito, algumas pessoas resolveram abandonar, outros resolveram insistir, outros mudaram de ideia, acho que todos nós, eu não penso exatamente igual eu pensava antes, a gente evolui né, e algumas evoluções foram inclusive, eu voltei pro PCdoB, acho que do nosso grupo todo acho que fui o único, eu fiquei vários anos procurando o PCdoB de volta e consegui voltar em 79, e posteriormente rompi, hoje de fato não comungo com o que, desde que o PCdoB resolveu ser, andar a reboque do PT na eleição, eu fiquei contra em 86 e nunca maís eu fiquei no partido. Então, mas eu acho que vale a pena a gente também pensar um pouco, porque nessa parte ninguém, ninguém, ninguém ainda levantou né, claro, a vida, a ditadura continuou, no dia que a gente saiu da prisão já tava o Geisel escolhido pra ser presidente, não era presidente não, mas já tava escolhido, foi isso que proporcionou nossa soltura, mas obviamente a gente sabe o preço que isso custou, muita gente morreu, inclusive do PCdoB lá na, numa chacina que teve em São Paulo, era o preço, era o preço da nossa liberdade era alguns serem mortos né, foi isso. E das especulações aí, inclui Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart que ninguém sabe também se realmente foram mortos, mas que houve um processo que alguns iam ficar soltos, nós os bagrinhos né, nós podíamos ficar soltos, mas pra nós ficarmos soltos os tubarões tinham que morrer, e muita gente foi morta, muita gente. Essa parte da história acho que a gente tem que levantar ainda um dia, mas eu confesso a você que eu preciso, a gente desorganizou também, porque durante muito tempo era difícil a gente conversar sobre isso, era difícil na época.

Paulo Souza: – Eu acho que a repressão foi maís pra algumas pessoas porque aí acho que a...

Jorge Luiz de Souza: – Na hora que o PCdoB caiu o resto já tinha caído, o resto já tinha acabado antes, eles já tavam ganhando essa batalha antes, quer dizer a nossa batalha da, nós estávamos perdendo.

Paulo Souza: – Em relação a extinção assim das lideranças.

Jorge Luiz de Souza – É, é, pois é, agora que teve muita liderança que desapareceu especialmente, quer dizer, o Marighella foi antes, mas de outras organizações eles foram executando as pessoas, eles foram executando mesmo, eu não tenho dúvidas de que eles executavam, e eu escapei porque eu era um estudante aqui, não era maís do que isso né, agora os que tinham realmente condição de criar um problema mais sério, eles, esses caras desapareceram, você fala assim: Ah, no Brasil só morreram, sei lá 600 (seiscentas) pessoas, é muito pouco pra um país desse tamanho, mas pô é porque eles foram na cabeça. Na Argentina eu teria morrido, na Argentina eu teria morrido, no Uruguai eu teria morrido, os caras do meu nível também foram mortos né, no Brasil não, os caras do meu nível tão vivos.

Paulo Souza: – No Chile?

Jorge Luiz de Souza – No Chile talvez teria morrido, exatamente, são processos históricos diferentes, mas aqui, aqui toda a nata foi embora mesmo, cortaram a cabeça, isso ninguém conta direito ainda, isso não é, e era uma politica de estado na minha opinião, quer dizer, uma politica de estado de assassinato.

Pedro Ernesto Fagundes: – Pra encerrar, qual o recado que você deixa pros atuais estudantes da UFES e futuros estudantes da UFES sobre a ditadura militar?

Jorge Luiz de Souza: – Bom, eu espero que nunca mais ninguém venha defender, como de vez em quando aparece um maluco aí defendendo a ditadura, não sabe o que tão falando né. Eu acho que nos estudantes não têm isso não, muito pouco, é claro que é preciso que tenha a direito, não vou dizer assim: Ah, tem que extinguir, vamos matar a direita, se bem que tem, tem politica estudantil que tem porque a sociedade tem essas coisas né, é claro que não pode deixar eles chegarem ao poder né, não pode deixar eles fazerem isso, mas tem, isso é uma coisa do convívio. Eu acho que o fundamental da politica estudantil é ser o que a gente era naquele retrato da época que hoje é outra, mas é sempre o estudante tem que tá na vanguarda, empurrando os que estavam antes de nós quando o Brasil foi, não era ditadura, também eram os que empurravam pra frente, empurravam a cultura, quer dizer, você imagina o seguinte, você vê, o que que era o UNE no começo dos anos 60, era uma vanguarda né, você tem que sempre ter. Eu, isso é que me decepciona um pouco, eu acho que o pessoal tá afrouxando, tá deixando de perceber que tem um papel né, o estudante, o professor, tem um papel que são eles que puxam a sociedade se não a gente não avança né, se não fica aí, os caras tomam o poder e fazem a mesma politica dos velhos, que é o que nós estamos sofrendo no Brasil hoje no meu entendimento. A gente..., já podíamos ter dado essa virada há muito tempo, mas não conseguimos porque os estudantes, aí sim, os estudantes têm um dever nisso daí que não tão cumprindo.

Paulo Souza: – Eu acho que seu depoimento serve pra construir uma memória né, eu acho que a questão da memória é fundamental. O que é o torturado? É o sujeito sem memória, não ter o direito a ser né, a ser nada né, e um país sem memória não tem possibilidade de ter referência, de saber o certo ou errado porque não tem memória, você não tem memória, não sei o que sou, não sei o que serei e seu depoimento serve pra isso, pra gente reconstruir esse processo de memória.

Jorge Luiz de Souza: – Exatamente. E teve muita gente que a gente falou, nós falamos. Eu acho que vale também a minha posição com relação à tortura, ela não pode ser também tomada como a de todo mundo, porque no nosso caso, a gente teve uma vantagem, o nosso comandante se borrou e entregou tudo, então ele nos poupou de ter que denunciar, não deviam denunciar ninguém, não fui torturado pra denunciar ninguém, então a gente fica com a consciência, todo, eu e todos nós, não tem um do nosso time aí que tivesse a consciência pesada porque a gente não teve que fazer nada, agora as pessoas que na tortura fracassaram, aí eu imagino, depois se suicidavam né, é um negócio, a tortura ela em si, eu não sou o exemplo da coisa, o exemplo são os caras que de fato foram massacrados pela tortura e aí não queriam nem continuar vivos maís né, preferem morrer na verdade.

Paulo Souza: – Foi ruim porque foi uma traição, mas foi bom pra você.

Jorge Luiz de Souza – Sim, nos poupou exatamente o que eu digo, o cara batia, não doía, porque não tinha o que fazer, sabe aquela coisa, eu já sabia que tava entregue o comitê central ué, então não tinha mais nada pra salvar, eu tentei ainda vê se salvava, mas não consegui, paciência.

Pedro Ernesto Fagundes – Mais alguma coisa pra encerrar?

Jorge Luiz de Souza – Não, só isso, muito obrigado! Agradeço a todos vocês, muito obrigado pela oportunidade.

VI. Transcrição das Palestras

José Caldas da Costa

Jornalista, nascido em 17 de janeiro de 1960, em Alegre, Sul do Espírito Santo, no sopé da Serra de Caparaó. Escreveu para as principais revistas do Espírito Santo, atuou como repórter; redator e chefe de sucursal de A Gazeta (ES) e redator de O Globo, freelance do Guia Rural Brasil (SP) e do Diário Lance (RJ), locutor esportivo da TVE-ES, Diretor Administrativo Financeiro da Rádio e Televisão do Espírito Santo e voltou ao jornal A Tribuna, como editor, respondendo por cinco anos (1996-2001) pela coluna política Plenário. Ao longo da carreira jornalística recebeu inúmeras premiações. José Caldas da Costa é autor do livro "A Verdadeira História da Guerrilha do Caparaó", o qual brindou a Comissão com um evento de lançamento de seu livro ao final da palestra.

A palestra proferida para os membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim: Agesandro da Costa Pereira, Eugêniia Célia Raízer, Francisco Aurélio Ribeiro, Jeanne Bilich, João Baptista Herkenhoff e Sebastião Pimentel Franco, no dia 11 de setembro de 2013, às 16h55, no Auditório do Palácio da Fonte Grande. Participaram também Perly Cipriano, Subsecretário de Estado de Assistência e Direitos Humanos; Francisco Celso Calmon e Orlando Bonfim Netto, representantes do Fórum Memória Verdade e Justiça do Espírito Santo; Rubens Manoel Câmara Gomes e Edivaldo Euzébio dos Anjos, da Comissão da Verdade dos Jornalistas; Rafael Nunes Correa, da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e Jorge Luiz Coutinho, cinegrafista da TV Educativa do Espírito Santo.

O jornalista fez um relato sobre o seu livro A Guerrilha do Caparaó, ocasião em que fez o lançamento e após abriu para perguntas, transcritas na integra, conforme reprodução abaixo:

Agesandro da Costa Pereira: - Ouviremos o depoimento do eminente jornalista e escritor José Caldas, a quem eu tenho a honra de convocar a tribuna e lhe dar a palavra.

José Caldas da Costa: - Ao ouvir o Dr. Agesandro dizer que é uma honra me chamar. Eu que me sinto honrado em ser chamado pelo senhor. Ter sido mencionado pelo eminente representante da família Herkenhoff, na coluna do Jornal A Gazeta, muito obrigado! É muito bom para a gente, aquele menino da roça lá do Alegre, assustado com as coisas que aconteciam de repente estar participando de um evento tão importante quanto esse que é a Comissão da Verdade. Eu, sinceramente, não esperava ter essa oportunidade, porque não me considero com tanta importância. Os senhores têm muito mais histórias para contar do que eu, mas acho que cada um de nós tem um pouquinho para contar. Não sei qual procedimento, qual forma que os senhores conduzem esses depoimentos, como a gente procede?

Agesandro da Costa Pereira: - Com inteira liberdade.

José Caldas da Costa: - Então deixa eu falar um pouquinho o porquê estou aqui. Em 1967 a gente morava na roça, morávamos no interior em Alegre e o meu padrasto tinha uma pequena propriedade rural, e naquela época ocorreu um fenômeno que os senhores conhecem muito bem, que foi o problema da erradicação dos cafezais. Aquele processo de erradicação dos cafezais levou muita pobreza à roça. Naquela época então, meu padrasto decidiu que nós deveríamos vender a pequena propriedade. Não tínhamos muitos recursos, na verdade a propriedade não conseguia manter a família. Ele vendeu a propriedade e a gente mudou para a rua, como mãe falava, comprou uma chacarazinha, coisa de 1000 m², uma casinha. Naquele cantinho de terra ele plantava uma mandioquinha, e foi trabalhar na construção civil, foi muito comum naquela época. O agricultor sair, ser praticamente expulso de uma maneira indireta do campo, e ir para a cidade, chegando lá sem qualificação nenhuma. O que ele poderia fazer? Meu padrasto não tinha nenhuma educação formal para trabalhar de ajudante pedreiro, me lembro que nessa época, no período que estávamos nos preparando para mudar para a rua, eu tinha 7 (sete) anos e estava com a minha mãe, em Alegre, quem conhece Alegre, ali onde eu moro tem um ponto de táxi, tem aquela pracinha e tal, e de repente a cidade parou e passava aqueles caminhões, a tropa do exército em direção ao maciço do Caparaó, região do Caparaó, na época eu não sabia exatamente o que significava nem o Caparaó nem aquelas tropas e acho que a maioria do pessoal da cidade também não sabia. Aquela imagem ficou na minha cabeça, eu me lembro como se fosse hoje, é muito vivo, eu segurando na mão da minha mãe e a cidade parada e as tropas passando. Outro dia, conversando com o Professor Francisco Aurélio, ele comentava comigo. O Professor Francisco Aurélio é apenas 5 (cinco) anos mais velho do que eu e morava em Ibitirama nessa época e comentava comigo: Caldas eu via uns homens barbudos, uns negócios assim. Eu disse: é pode ser que o senhor tenha visto a mesma coisa que eu, de certo modo. E eu fiquei com aquela imagem na cabeça. Outro dia estava conversando com Trevisan, no período que eu produzi o livro, o Trevisan me contou que ele também viu, é interessante porque às vezes você está fazendo parte da história sem perceber, hoje a gente está aqui fazendo parte de uma história e nem sabe direito o que está acontecendo, a gente simplesmente cumprindo o nosso papel. Saí dali e sempre perguntava o que era aquilo? Ficou aquela imagem, em 1978. Alegre é uma cidade politicamente muito reacionária, eu cresci num ambiente assim, minha mãe pouco estudo, mineira de boa cepa, minha mãe gostava muito de política, guardava revistas, falava em Getúlio, Juscelino e aquilo me chamava a atenção. Em 1972 ela carregava a gente para fazer política. Eu vivia cercado daquele ambiente e eu me lembro que Alegre era predominantemente uma cidade muito reacionária. Eu me lembro que mesmo criança, a gente tinha 4 policiais, um cabo e 3 soldados, o cabo talvez alguns dos senhores já deva ter ouvido falar, talvez o nome dele tenha sido falado aqui, é o Cabo Lastênio Nascimento Costa, o outro Ciganinho, o outro Ferrinho, essas coisas de lembranças de criança a gente nunca esquece e tinha o Paulo Soldado. Eu me lembro uma vez que o Ferrinho foi lá em casa, houve um problema lá de vizinhos, tinha um medo danado de tudo, nem andava armado, quando falava em comunista com ele, essa

era uma palavra terrível na nossa cabeça: comunista. Falava-se muito em comunistas, os comunistas roubam a mulher da gente, comem criancinhas, essa parte me afetava, come criancinhas, antropofagicamente. A gente tinha pesadelos com essas coisas, o que é esse monstro chamado comunismo? E quando surgiu esse episódio da guerrilha, eu me lembro que a polícia de Alegre não foi chamada, muito tempo depois eu descobri que Alegre era um Centro de Espionagem do Sistema Nacional de Informação-SNI. Alegre é um centro de espionagem do SNI, um dia eu tive uma informação de um Coronel da Polícia, que não era o filho do Lacerda, era o um outro que falou assim: - Caldas, o cabo Lastênio foi muito importante na época para o SNI, ele era o único funcionário público na época, que tinha autorização para ter uma empresa, trabalhava com distribuição de fertilizantes, adubos, ele percorria a região do Caparaó, distribuindo adubos, mas na verdade para monitorar. Um dia conversando com o meu sobrinho, ele disse: é meu tio eu passei a minha vida inteira vendo a agenda do SNI lá em casa. Então são coisas que vai acontecendo, que depois a gente descobre que a gente não imaginava que acontecia na sua frente. Corriam umas histórias pela cidade, tem uma que me marcou demais além do medo dos comunistas, começou com uma menina chamada Rita de Cássia Caça, da família Caça. Essa menina um dia, acho que ela estudava na Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, fazia Odontologia, um dia ela foi à casa da irmã que fica na rua do Norte, e saiu da casa da irmã para a casa da mãe na rua Sete, um trajeto que não dá 1Km. Nesse trajeto ela desapareceu. Lembro-me ate hoje que as senhoras da cidade, minha mãe também fez parte dessa comitiva, iam lá na casa de Dona Rita (mãe da menina) consolar a mãe. Dona Rita sofreu demais, me lembro de Dona Rita magrinha, sofrendo pela perda da Ritinha. Ninguém viu. Lembro-me que depois conversando, procurando saber de uma outra história, lá existia um senhor chamado Latulfe, que mexia com transformação de folha de zinco em baldes, essas coisas assim. E ele tinha uma filha que morava em São Paulo, era militante política do movimento estudantil, numa dessas viagens para São Paulo, desapareceu também, e ninguém sabe, ninguém viu. Então são essas historinhas que vão fazendo sua formação, mas, eu não tinha consciência de nada disso, eu ouvia essas histórias e a gente vivenciava, na verdade eles criavam um ambiente de muito medo pra gente, a história do opala preto, sempre envolvendo crianças, para associar o desparecimento de crianças com o comunismo. Em 1978 foi prestar o serviço militar, naquela época, um dia eu escrevi assim: “eu que amava tanto a ditadura”, porque a gente era tão cabeça feita na escola que quando eu sai de Alegre e vim para Vitória, cheguei na redação do jornal em 1979, eu levei um choque, porque pra mim aquele governo tinha sido a melhor das maravilhas, eu como criança naquele ambiente, o homem é fruto disso, eu levei um choque, quando cheguei na redação do jornal e encontrei os colegas, os companheiros e era 1979, logo veio a campanha da anistia, eu não entendia nada do que estava acontecendo. Eu pensava eu preciso me informar sobre isso, em 78. Quando fui prestar o serviço militar numa instrução com um sargento, o que aconteceu com o Caparaó que deu tanta policia tanto exército lá. Daí o sargento só usou uma expressão “ali era um bando de subversivos que estavam lá”. Eu pensei comigo, essa resposta é muito vazia para

mim, mas eu não podia questionar, guardei. E sempre, vim para Vitória, a redação da Tribuna, era um ambiente muito agitado politicamente, então tinha uns colegas que eram ligados ao movimento da esquerda, e eu perdido naquele ambiente, naquele meio, eu tentava levantar informações, gente o que vocês sabem sobre o Caparaó, e ninguém sabia nada sobre o que aconteceu no Caparaó. Tempo passa, e vêm 79 a anistia, o pessoal retorna e começa a escrever livros, eu comecei a ler muito sobre esse período em busca de informação, na verdade, toda aquela leitura era para eu compreender o que ninguém tinha visto nada e eu descobri que havia o outro lado da coisa, mas sempre buscando uma referencia do Caparaó e nada. Gente, que loucura é essa? Aí em 1997, um amigo me desafiou para subir o Pico da Bandeira, e eu fui subir o Pico da Bandeira e daí deu um estalo, eu não sei quantos dos senhores já subiu aquilo ali na lua cheia de agosto que é a melhor delas, um frio, e eu subindo ali paramentado, eu pensava meu Deus que lugar inóspito é esse! O que aconteceu nesse lugar! Eu conversava com as pessoas quando me preparava para subir e perguntava para o pessoal da região, tinha umas obras e alguns operários e eles comentavam umas coisas, falavam, mas as informações eram muito truncadas. Eu percebia que eles tinham vivenciado algo, as pessoas da região tinham vivenciado algo, mas eles não conseguiam saber o que era e nem sabiam o que era guerrilheiro nem força de repressão. Eu desci de lá e falei: eu vou levantar essa história, essa história é real. Um ano de procura e nada, nada, ninguém sabia nada. Um dia conversei com a Laurinha Coutinho, que morava no mesmo prédio que eu: o que você sabe disso? Caldas, eu não sei muita coisa, mas eu conheci um sargento não sei o que, não sei de onde. Daí fui verificar e não tinha nada a ver com história, que angústia isso dá. Um dia fui passear em Curitiba, na casa de um amigo, estava de férias sem fazer nada, pedi a ele para me levar à biblioteca. Chegando lá perguntei: onde é a sessão de história? Lembro-me como fosse hoje, biblioteca do estado do Paraná, olhei e vi um livro verdinho “A repressão do Paraná”, peguei o livro, olhei o índice, lá no meio havia tantas referências, tinha duas me chamou a atenção. Uma, o irmão do reverendo Jaíme Sued que é de lá e aí apareceu, Amadeu Felipe o homem do Caparaó, meu coração disparou , olhei havia 10 (dez) páginas de referência do Sr. Amadeu Felipe. Aquele livro fazia uma pequena biografia de pessoas que se destacaram na luta contra a ditadura, e estava lá Amadeu Felipe, olhei, estava: “hoje Amadeu Felipe é administrador regional do Governador Richa em Londrina”, quando eu olho o livro, 10 anos antes. Nossa! Se esse cara estiver vivo eu acho. Comecei a busca, e percebi que o medo ali imperava. Há pouco tempo, essa semana passada, descobri o porquê o medo imperava, porque a professora Dinorah Rubim está fazendo esse trabalho, mandou para mim esse documento que agora eu começo a abrir e pesquisando nos arquivos públicos estaduais descobriu um documento do DOPS daqui de 1981, onde eles fazem um informe sobre o Amadeu Felipe que era o comandante militar da guerrilha, falando o que ele estava fazendo em 1981. Daí eu percebi o porquê eu tive tanta dificuldade em achar o Amadeu, porque mesmo em 1998, ainda havia certa insegurança sobre o camarada estar te procurando, veio do Espírito Santo sabe lá de onde, que história é essa. Eu tive muita dificuldade para encontrar o Amadeu. É interessante, porque quem me

colocou em contato com ele foi uma vereadora do PCdoB daí vem o faro de jornalista, pensei, bom, de esquerda com esquerda topa, vamos achar alguém de esquerda e achar esse camarada. Fui falar com uma vereadora Elza em Londrina do PCdoB, coincidentemente nesse relatório do DOPS ela está mencionada, quer dizer, as ligações eram antigas, e eu fui para Londrina, encontrei com ela e daí foi extraordinário. O Amadeu tem a memória muito boa e começou a me mostrar alguns caminhos, só que eles nunca mais haviam se encontrado, e ele me deu um depoimento de 5 (cinco) horas, eu gravei, a partir dali, eu comecei a descobrir um por um. Naquele momento eu senti que havia algo muito importante na minha mão. Só que eu não tinha um projeto, eu não tinha, eu simplesmente só queria responder ao menino de 7 (sete) anos o que ele havia visto. E depois que o livro saiu, eu comecei a perceber que na verdade, eu respondi não só aquele menino, eu respondi a uma geração. E a gente não consegue compreender naquilo que a gente está fazendo o quanto à gente está fazendo, só depois que as coisas passam. E foi muito legal, eu comecei a encontrar com todo mundo e tem algumas coisas que são muito reveladoras. Eu acho que o trabalho da professora Dinorah vai ser muito importante porque ela está fazendo uma parte que eu não tive tempo de fazer. Fiz alguns contatos na região, mas eu não tive muito tempo, eu tive que escolher na verdade ilustrar o fato, eu não pude fazer uma pesquisa muito grande sobre como a população lidou com isso, alguma coisa sim eu fiz, mas nada da magnitude do que ela está fazendo. Ela está ouvindo muita gente e ela descobriu na nossa conversa que quando ela chegou com a pesquisa do Caparaó eu estava me vendo nela e que a cabeça dela era exatamente a minha cabeça antes sem entender o que estava acontecendo. Eu me lembro de quando lancei o livro lá em Alegre, eu levei o Araken, ele era o subcomandante da guerrilha, ele é casou com uma moça do Espírito Santo depois que a anistia passou. Eu e o Araken fomos fazer o lançamento do livro em uma faculdade de filosofia e uma professora de história na frente do Araken, refere-se ao movimento de 64 como a Revolução. Eu olhei para a cara do Araken, ele estava vermelho, mas ele muito educado, disse: “professora, a senhora como professora de história, jamais se refira ao golpe militar de 1964 como uma Revolução”. Mas porque ela falou assim, daí eu vi como a Dinorah está com uma carga muito grande dessa informação também, sobre o que fizeram com a nossa cabeça, eu fico me perguntando: “O que é uma ditadura, o que eles fazem e o dano que causa a uma geração inteira, gente, às vezes não é a tortura física, é o dano que você causa a formação de uma pessoa, a compreensão a mentalidade”. Dinorah chegou pra mim com o primeiro esboço do trabalho, daí eu fiz algumas observações. Ela é uma professora nova, 35(trinta e cinco) anos, está fazendo mestrado na UFES em Alegre, tem muita boa vontade, está apaixonada pelo tema, ao entrar em contato comigo eu comecei a dar algumas dicas para ela. Um dia, ela chegou com uma informação que alguém na faculdade, não sei quem foi, disse que os movimentos de resistências esses movimentos de luta armada só serviram para fazer o regime endurecer maís. Eu disse: olha Dinorah, essa é uma visão, acho que as pessoas tem o direito de falar, mas temos que entender, que muita gente pagou com o sangue, pagou com a própria vida para que hoje nós tivéssemos a liberdade de falar isso. As

coisas vão bem, além disso, você pode mergulhar, sendo acadêmica fazendo mestrado, pode ir bem fundo. Ela está fazendo um trabalho muito bonito, chegou à conclusão que a guerrilha do Caparaó foi muito além do que a gente pensa. A guerrilha do Caparaó ficou muito escondida, eu tenho uma tese sobre isso. Nós vamos dia 10 de outubro lançar na bienal junto com Vitor Ângelo, o que significa Caparaó nessa história. Gente a luta armada no Brasil começa no Caparaó, eu não tenho a menor dúvida disso mais. Por quê? Quando os golpes dos militares tomam o regime de 64, bom à caçada às bruxas que todos conhecem muito bem, alguns aqui até sofreram na família isso, mas nas forças armadas, é interessante quando alguém fala assim: pessoal da esquerda das forças armadas. Existia esquerda nas forças armadas? Mas é óbvio que existia, o golpe das forças armadas, é um golpe político de um comando qualquer, e pensa politicamente, existia, claro que existia. Tanto que existia que Juscelino foi garantido pelo golpe que era da esquerda. Naquela época, todo mundo que se identificava de alguma forma com movimentos sociais, com organizações sociais dentro das forças armadas eram considerados inimigo do regime. Todos que se envolviam com quaisquer causas populares no Brasil. E essa gente toda foi expulsa em 64. Esse pessoal que se articulou com João Goulart e com Brizola, aí vem uma cabeça espetacular na história que é o Amadeu Felipe, era sargento, era de um grupo de sargentos e ele era o grande articulador disso. E esses sargentos: "gente acho que hoje existe algo muito grave que acontece no Brasil e ninguém presta muita atenção nisso, e nós precisamos prestar atenção", que são os "sargentos temporários das forças armadas". Não sei se os senhores sabem, mas é possível entrar por concurso nas forças armadas até a pouco tempo eram 9 (nove) anos, antes faziam 10 anos adquiriam estabilidade e eram demitidos. Pensam num menino com 19 (dezenove) anos de idade admitidos nas forças armadas como sargento temporário, ele fica ali 7 (sete) a 8 (oito) anos, aprende de tudo ali quando ele saí de lá entre os 20 (vinte) e 30 (trinta) anos, a única coisa que ele aprendeu foi aquilo. O que esse camarada vai fazer? Talvez a mesma coisa que alguns ligados a esquerda chamados de revolucionários fizeram, como aconteceu no Caparaó, como muitos dos participantes do Caparaó, como poderia ter acontecido com outros por uma questão ética de valor humano não cedeu, então, o Amadeu Felipe é um homem desses. Essa turma toda tinha entrado nas forças armadas em 1954, 1955, viveu aquele período exacerbado nacionalismo da defesa do petróleo é nosso, na Fundação da Petrobrás, essa gente participou disso, esse é o golpe político das forças armadas. Daí chega, de repente pega esse homem que foi treinado para lutar e joga-o pra fora, ele não sabe outra coisa. Por ética eles foram tentar se virar trabalhando em alguma coisa, sabe o que acontecia? No lugar onde eles colocavam o pé para tentar se colocar profissionalmente, no outro dia tinha um agente da repressão que dizia: Chegava para o patrão e dizia, se você empregar, nós vamos te perseguir. No outro dia o cara estava na rua. Como diz o Araken, você tem homem para lutar depois o encosta contra a parede, ele vai fazer o quê? Até um rato reage, quanto maís um homem. E Amadeu Felipe muito inteligentemente e até por omissão política, isso não é novidade. Amadeu era o homem do partidão, com a missão de fazer articulação normal, natural. Amadeu começa se articular e diz a

eles: eles chamam o pessoal diz: eles não vão nos deixar em paz, temos que encarar. Vão até o Brizola. E nessa época depois de muita relutância, Brizola resolve apoiar a luta armada, mas depois de fazer 2 (duas) tentativas de levantes no Rio Grande do Sul. No próximo dia 19 desse mês, Araken Vaz Galvão é convidado do governo gaúcho para dar depoimento na Comissão da Verdade lá. Por que Araken foi chamado ao governo do Rio Grande do Sul? Porque num dessas levantes, na tentativa de levante porque o Brizola acreditava que poderia reproduzir em 1965 a experiência de 61, na cadeia da legalidade- mas só depois dessa turma de sargentos foram tentar fazer o levante- eles descobriram que não havia nada sobre controle algum. Numa dessa aí o Araken contrariando todas as regras de segurança levou a mulher dele para o Rio Grande do Sul, e numa crise de ciúmes, a mulher deu 2 (dois) tiros nele. Eles estavam preparando o levante, de repente ele leva 2 (dois) e baixa ao hospital. No hospital as forças de segurança descobrem que havia algo então diferente. O Araken ficou internado e quase morreu lá no Rio Grande do Sul. Ele inaugurou um presídio bem no meio da ilha, naquele complexo do Rio Guaíba: "Presídio das Pedras Brancas". Onde em 1966 já durante a preparação já pra vir para a luta armada, morreu Manoel Raimundo Soares, que era um sargento, e morreu sob tortura. No mês de agosto, já quando estavam aqui no Caparaó, ele não pode vir porque marcou um encontro, na verdade um encontro com agentes da repressão e foi preso e foi torturado barbaramente. O livro que eu escrevi tem um capítulo que mostra o Rio Guaíba onde eu narro a morte dele na verdade com as próprias palavras dele, ele escrevia cartas para a mulher e através dessas cartas, eu vou recompondo a agonia, além da agonia dele até o momento da morte. Então o Araken vai depor, possivelmente por conta disso, porque ele foi o primeiro prisioneiro desse presídio onde depois morreu o Manoel Raímundo Soares, morreu sob tortura, era um sargento. E quando os levantes não dão certo no Rio Grande do Sul eles começam a partir para a luta armada. Naquele momento eles definem uma estratégia onde começa a luta das forças armadas começa no Caparaó e termina no Araguaia. Eles definem a seguinte estratégia: o que habitava no imaginário da juventude daquela época, dos jovens efetivamente a garotada de 18 (dezoito), 19 (dezenove), 20 (vinte) anos, estudantes e tal. Era a tomada de Cuba da Sierra Maestra. O Caparaó era o emblema, o Carlos Drummond de Andrade, chama a guerrilha do Caparaó da Sierra Maestra Brasileira, na época ele escreve uma crônica chamando o Caparaó de Sierra Maestra do Brasil. Então eles planejam 3 (três) focos guerrilheiros: um no Mato Grosso, que seria entregue ao comando dos marinheiros eram ligados à associação dos marinheiros e tinham todos aqueles fatos relacionados anteriores a 64 aquele período do pré-golpe, os marinheiros iam para lá estavam enterrados em Cuba para isso. Um outro foco, no Norte de Goiás, no Bico do Papagaio, na região do rio Xambioá no Araguaia, e um o outro foco seria no centro do Brasil, no primeiro momento eles acertaram Criciúma por causa da ligação de Maria Filipo, mas nunca, morreu não acertou, quando em Criciúma são descobertos vão para o Caparaó. Então são esses três focos. Qual era a intenção deles? Era dá um grito né, mostrar para a sociedade brasileira que existiam pessoas disposta a reagir. Com essa estratégia, eles pretendiam seguir uma tática que era divulgada muito nessa época

o problema real relacionado a guerra do Vietnã, eram os pequenos Vietnãs, em todos os países, são coisas que a gente conhece da época. A guerrilha do Mato Grosso deveria fazer ligação com a guerrilha do Che na Bolívia, com a guerrilha brasileira ela não se instala porque os 2 (dois) marinheiros responsáveis para estarem lá um fica doente, e o outro precisa vir para São Paulo e é preso, daí não consegue estar lá, nisso os marinheiros que estavam em Cuba treinando quando voltam pro o Uruguai onde estava o Brizola para ir para o Mato Grosso, o "Brizola fala, a missão de vocês mudou de local", ele nem sabia para onde iria. E no Caparaó, a guerrilha foi entregue ao PSB não era nem para o primeiro sargento, o PSB o professor Bayard Demaria Boiteux, presidente do PSB que na época era proscrito, e tinha um elemento de ligação entre o PSB e o Brizola, esse elemento de ligação chamava-se Amadeu Rocha, era estudante de direito, foi preso logo após que a turma do Caparaó caiu. Tem uma escola no Rio com o nome dele, ele era muito ligado ao Brizola. Amadeu era a ponte entre o professor Demaria, que já tinha certa idade, e o Brizola, e o professor no Rio de Janeiro fazendo toda exploração para dar para o pessoal da guerrilha no Caparaó. Quero falar também sobre algumas coisas que acho que são importantes. Primeiro, são as consequências na vida de algumas pessoas da guerrilha do Caparaó. Tem pessoas que perguntam: qual foi à importância do Caparaó?. Eu não consigo dimensionar, seria muita pretensão minha querer dar uma definição da importância da guerrilha do Caparaó. Caparaó foi a primeiro movimento armado. A história anda, a meninada da classe média do Rio se articula, o PCdoB assume a missão de fazer a missão lá no Araguaia vai para o Araguaia e faz. A ideia estava plantada desde o Uruguai onde era o centro de toda a articulação de existência, não era a toa que os militares temiam a turma que estavam em exílio no Uruguai. Então esse pessoal vem para o Caparaó, e muita gente naquela região ali não fomos só nós as crianças que tivemos sonos perturbados por essas notícias, essas coisas que se falavam na época até como fim de doutrinar mesmo, um ano de comunismo, pessoas da região sofreram também. Eu trouxe aqui 2 (duas) versões do livro, uma publicada e uma não publicada, quem escreve sabe que a tortura maior é você escrever 430 (quatrocentas e trinta) páginas e corta 100 (cem), a editora disse que comercialmente não era viável, mas eu mandei a original. Aqui eu conto (original), eu selecionei isso porque acho que é importante mostrar que tem um capítulo onde falo sobre os "carvoeiros" que foi um período da instalação. Esse povo que ficava lá na serra como é que eles faziam, qual era o trabalho que eles faziam. A ideia era percorrer a serra instalando depósitos de armas e alimentos para que quando houvesse o momento efetivamente de deflagrar as ações propriamente ditas como eles planejavam, quando você voltasse para a serra ter onde recorrer. Então havia na época, os "carvoeiros" que eram elementos de ligação entre o fornecimento de alimento para a guerrilha, e esse fornecimento era feito em Guaçuí no armazém na Rua do Norte, pelo pai do Daltro e Dirceu Dornelas "irmãos Dornelas". Ele foi um antigo combatente no Rio Grande do Sul, ele combateu ao lado do Getúlio em 35 e todo aquele período e ele nunca foi descoberto, como o Daltro que era um sargentão. Eles instalaram um armazém em Guaçuí, mas você tinha que ter na serra um ponto de contato, então existia os carvoeiros, que eram camponeses

vindo de Magé, já sobre encomenda, por que não eram 20 homens, o núcleo central foram 20, no final sobraram 10 e por fim 8. Na verdade havia no mínimo 120 pessoas envolvidas com a guerrilha do Caparaó. Porque tinha base no Rio de Janeiro, e os carvoeiros faziam esse papel. O pai dos Dornelas tinha uma base em Guaçuí, era um armazém, os carvoeiros iam lá fazer compras iam para a serra onde havia um ponto de encontro onde eles deixavam os alimentos lá e o pessoal da guerrilha descia e pegava. Sem contar que havia outros meios que era ali no comércio mesmo que iam fazer compras, inclusive foi um dos problemas da presença de pessoas estranhas na região. E nessa história de carvoeiros, eu narro como eles foram descobertos. Tem um moço chamado Luis Oliveira. Tem um personagem muito importante que é Francisco Protázio de Oliveira que viu o Jipe, foi à comprovação de que havia algo diferente na serra, porque esse Jipe caiu de madrugada, dentro dele estava o capitão Juarez que é da ativa, estava levando alimento lá pra cima, chovia, o Jipe escorregou e tombou. Ao amanhecer o dia Francisco Protázio chamou os homens e foram lá tirar o Jipe e na hora ele vê uma ponta de túnica de farda e uma bala, mexeu na placa que estava suja de barro propositalmente para que ninguém visse, e viu que a placa era de Nova Iguaçu, foi lá atendeu, os caras subiram ele desceu e denunciou, ali começa a guerra do Caparaó. Nessa época, Francisco Protázio me conta uma história. A repressão sobre suspeita. A repressão suspeitava de que a população de toda a região contribuía com a guerrilha. “Um Jipe com placa de Nilópolis também andou frequentando a região, indo até onde era possível trafegar de carro tracionado, geralmente por Pedra Menina, então distrito de Guaçuí e hoje pertencente a Dores do Rio Preto, no melhor acesso capixaba a serra”. O Jipe subia por uma estrada íngreme e estreita até a casa queimada. Uma serra que abastecia a guerrilha, o abastecimento somente se regularizou quando o velho Afonso Celso Vechi Dornelas, pai dos irmãos Dornelas, Daltro e Dirceu, instalou na Rua Norte em Guaçuí, um armazém que era abastecido regularmente, ora por Edson José de Souza, com sua Kombi da Kellogg’s, ora com o famoso Jipe com placa de Nilópolis. Caminhar da serra do Caparaó até o armazém de Guaçuí era uma das tarefas das mais difíceis. Voltar com os sacos de mantimentos nas costas era aínda pior, uma distância enorme, cerca de 40 km. A repressão tinha suas suspeitas. Quando invadiu a serra quis descobrir que os camponeses da região andavam colaborando com os “bandidos”. E ouve quem tenha pagado caro por isso. Francisco Protázio de Oliveira 58 anos em 1999, quando foi entrevistado por mim, mora até hoje no mesmo sítio, na beira da estrada, que leva a vida de Pedra Menina aos arredores da casa queimada, por onde chega ao Pico da Bandeira passando ao lado o Pico do Cristal. Estou lendo isso por essa parte do original não está no livro. Frequentava com assiduidade o pastinho que havia no meio da serra e ainda conhece todo mundo ali. Uns quatro dias depois que ele e o amigo Naldo avisaram a polícia das estranhas movimentações na serra, nem estavam esperando mais nenhuma providência quando chegaram 5 (cinco) picapes Rural Willis cheias de policiais militares de Manhuaçu em terras capixabas. Havia uns 15 (quinze) homens, recorda-se Francisco. Subiram a serra com outro agricultor da região, conhecido como Betio. No caminho encontra-se com Francisco Protázio, que conduzia um carro de

bois. Mais de 30 anos depois, Francisco recorda-se de detalhes": "Nem pediram licença. Foram logo falando: - Você vai com a gente também. Sabe onde estão os homens? E eu disse: "Sabia até ontem, hoje não sei mais". Larguei o carro e voltei com eles. Aí, vi um negócio que não gostei. Tinha um cara que morava lá bem perto, o Luiz de Oliveira, gente muito pobre, ele tinha descido para trocar um milho por fubá no moinho do sogro dele. A égua dele estava muito apressada, porque tinha largado a "polda" em casa. Polda é expressão somente utilizada no Espírito Santo para se referir às crias de equino. Foi chegando com aquele jeito roceiro: Bom dia, para todo mundo... A égua querendo chegar, ele foi passando, e um dos policiais, um coronel, sei lá, falou assim: Esse cara sabe desses homens. E eu falei (Francisco falando): "Eu acho que não sabe não". Esse homem mora aqui? E eu: "Mora, bem perto de lá de onde os homens estavam ontem, mas ele não sabe de nada, não". Aí ele gritou: Para aí, para aí! Aí seguraram o Luiz e eu não gostei daquilo. Começaram a fazer perguntas, apertaram. Ele dizia que não sabia de nada, eles perguntaram porque ele estava coma aquela pressa toda...hora, ele estava com pressa porque tinha o que fazer e a égua dele tinha deixado a cria para trás, e animal é assim mesmo uai. Aí deixaram de falar comigo e começaram a falar só com ele. Foram levando ele ali para cima. Chegaram a casa dele, vasculharam tudo. Eu fiquei até com dó. Casa de gente muito humilde, e eles reviraram cama, colchão, com a maior ignorância. Deixaram tudo revirado. E disseram: - Você vai com a gente mostrar onde estão esses homens. Ele dizia: - Eu não sei... E eles insistiam: Sabe sim! Mandaram o Luiz passar na frente, e quanto mais ele dizia que não sabia, mais eles o chutavam. Aí, eu comecei a ficar apertado. Vai sobrar pra mim esse negócio. Quando chegou lá no local, os homens não estavam maís, só sobraram cinzas, latas de coisas meio enterradas, pilhas de rádio. A polícia cavou e achou muitos vestígios enterrados. Eles pensaram um pouco e perguntaram: - Para onde vocês acham que esses homens foram? Eu disse: "Não sei, não sinhô". E o Luiz já tinha apanhado bem, mas na verdade não sabia de nada, apesar de morar mais perto de onde tinham sido vistos. Descemos um pouco e achamos o lugar que eles seguiram. Vazamos no pasto, perto de uns abacateiros, e eles desistiram porque achavam que não tinham recursos para ir atrás dos homens. Pegaram o carro e foram embora. Soltaram o Luiz, mas executaram ele (executar aqui se refere a bater, maltratar) de tudo enquanto era jeito, sem que ele tivesse qualquer culpa. Ele ficou tão desgostoso que largou tudo por aí e mudou-se para o Rio de Janeiro. Lá, uns assaltantes mataram um filho dele, coitado, e hoje ele voltou para cá. Luiz Oliveira, o homem que Francisco Protázio viu ser torturado no meio da serra pelos policiais sob suspeita de saber maís e até mesmo ter ligações com a guerrilha, tinha 62 anos em 1999, quando o encontrei de novo. Foi nascido e criado ali na serra, numa região que os moradores conhecem como Forquilha do Rio, na fazenda de Antônio Justino. Depois do desgosto com aquele episódio, passou maís de 20 anos no Rio de Janeiro. Hoje, negro Luiz Oliveira tem uma dessas vendinhas do interior, de secos e molhados, em Pedra Menina. Foi lá que eu e Leílson, pastor baptista, meu primeiro guia na região, matamos a fome às quatro horas da tarde, comendo pão com salame e bebendo Fanta laranja. Um banquete, num lugar que não tinha nem uma pensãozinha para nos servir um prato de arroz e

feijão. E não adiantava pedir em alguma casa. As pessoa almoçavam às nove horas da manhã, porque já estão na roça quando amanhece o dia. Luiz Oliveira ainda demonstra mágoa de tudo aquilo que passou. Diz que nunca viu guerrilheiro algum, mas ouvia que passava gente estranha de noite. Tinha alguma pessoas que perceberam alguns vestígios. Mas eu não sabia informar, porque eu não vi. Eu morava perto da estrada, mas se a pessoa passasse de noite a gente ia olhar quem era. Se o senhor estiver na roça batendo pasto, trabalhando, não vê nada, porque não está procurando. Se está viajando, vendendo um milho, ou um feijão, não vai ficar se preocupando com os outros". Luiz Oliveira acha que alguém mentiu para a polícia para incriminá-lo, e que quiseram tirar vantagens. "A autoridade está certa em fazer que a lei seja respeitada, mas como não tinham maís nada para apontar, e para não apontar gente da família deles, apontaram quem não sabia de nada. Com a autoridade eu não podia falar uma mentira que se transformasse numa verdade. Um homem não pode, para agradar a autoridade, falar o que não viu ou deixar de falar o que viu". Com a linguagem típica da região, Luiz lembra: *"Ficaram me executando como se eu fosse um bandido. E eu falei: "Eu não tenho história para contar."* A polícia queria me obrigar a falar onde tinha esconderijo de pessoas estranhas, e eu não podia falar o que não vi. As pessoas que falaram que viram é que tinham que mostrar para eles. Como pode 30 (trinta) a 40 (quarenta) homens entrevistar uma pessoa sozinha, eu sem testemunha, ou por uma calúnia de alguém?". Luiz Oliveira lembra também que estava apressado com água: "Quem não deve, não teme. Eu não ia andar nem depressa, e nem devagar na hora de passar por eles. Eu já cismei de um delegado que tinha aqui antigamente e que queria que meu pai desse uma propriedade para um cara mandado por ele. Esse delegado na época ajudou a me prejudicar. Ele queria ficar com nossa fazenda, que era de mata sortida, de usucapião, que depois ganhamos o título definitivo em Belo Horizonte. Era terra devoluta, pagamos os impostos e ficamos com o título da terra. O camponês Luiz Oliveira recorda as cenas que fazem o homem do interior morrer de vergonha. A raça (Polícia) é covarde. Não bateram, mas fizeram covardia. Chegaram com cigarro aceso, mandava deitar, jogava terra, dava chute, pisava no pé. Teve um vizinho que assistiu a tudo, mas eu não podia falar do que não sabia. Reviraram a minha casa e não acharam nada". A mudança imediatamente depois da queda da guerrilha deixou as autoridades policiais ainda mais desconfiadas de Luiza Oliveira. "A autoridade chegou e perguntou: Por que você está mudando? E eu respondi: "Eu estou mudando porque sou brasileiro, tenho direito de mudar, sou livre." Aí, eles prenderam minha mudança no Caparaó, antes de eu botar no trem da Leopoldina. Quando eu fui com minha família, eles prenderam a mudança na estação". Luiz Oliveira não foi deixado em paz. Havia vendido boi, cavalo, cabrito, milho, cebola, tudo que tinha em casa e estava de mudança, primeiro, para o norte do Espírito Santo, para o Rio Doce, como se falava naquela época de migração. "Eles prenderam minha mudança e passaram a mão no meu dinheiro. E eles falaram: - Ele não estava com dinheiro quando nós estivemos lá! Aí o Vanir, um fazendeiro que mora aqui, falou com eles: Uai, ele não estava com dinheiro porque não estava viajando. Vocês não viajam sem dinheiro! Ele tem dinheiro, porque trabalha, eles são proprietários. Se vocês não têm

dinheiro é porque não trabalham". Luiz ainda mostra muita revolta quando se lembra disso: "Eu já tinha ido no Rio Doce antes disso acontecer e tinha voltado para buscar a família. Mas eles não sabiam que eu ia mudar. Como eles não sabiam dos meus planos nem dos planos de ninguém, eles tinham que cuidar do que a ordem mandou eles cuidar, e não se preocupar com o que a gente estava fazendo comigo podiam fazer com os outros. Seguraram nossa mudança só um dia. Na região do Rio Doce a família ficou somente seis meses. Depois, foi para o Rio de Janeiro, onde passou 20 anos e retornou para Pedra Menina, depois do desgosto da perda de um filho, vitimado pela violência urbana. Luiz Oliveira fala com ar de filósofo caboclo sobre as marcas que ficaram na alma. "Aquilo ficou muito marcado, mas muitos deles não estão nem vivos mais para falar disso. E eu estou aqui. Há coisas e coisas, erradas. A repressão tinha e não tinha razão em apertar Luiz Oliveira. Não tinha razão porque Luiz até ter visto as movimentações estranhas na serra – que ainda hoje o ex-campeiro nega, mas não subia lá diariamente para ter contato com ninguém. Levava animais para pastar e morava dentro da região que é Parque Nacional, portanto, área de preservação ambiental. E tinha suas razões, não na tortura, mas na lógica da investigação para aquela época, porque sabia que alguém levava alimento para a guerrilha utilizando animais de carga ou de montanha. Por que eu li isso, porque esse é um caso. Mas em Manhumirim/MG, eu ainda não tive oportunidade de mergulhar nesse tema, eu tive conhecimento e menciono, que família inteira foram torturadas, sob suspeita de ligação com a guerrilha dessa coisa toda. No dia 20 eu vou com a professora Dinorah porque eu vou me avistar com um dos irmãos do Ivanir Leite que é sargento onde na época o sítio que serviu de base para eles em São João do Príncipe que era da família. A Dinorah ficou sabendo que na época teve um irmão que foi muito torturado. Então houve muita violência sim nesse período na região, mas tudo isso ficou apagado. A gente espera sinceramente, não tenho ilusões, mas que a Comissão da Verdade tem uma importância muito grande pelo menos para deixar registrado para a história pelo menos um pouco de isso tudo que aconteceu, um pouco dessa verdade, a busca dessa verdade, talvez não alcance totalmente, mas é a busca da verdade. E a verdade liberta sempre. Acho que nós não temos que ter medo da verdade, a verdade liberta sempre, não se trata de revanchismo, não creio dessa maneira. Eu sou de uma outra geração, tem gente aqui que sofreu na pele, deve ter marcas que até hoje ainda dói. Cada um de nós foi afetado de alguma maneira, mas acho que não tem que esconder. Acho um pouco improvável que toda a verdade venha à tona, porque muita gente não quer falar de nada. A família da Rita de Cássia não quer falar, a dor é tão grande que eles preferem se calar, pois não vai trazê-la de volta. Eu acho que isso é uma defesa, é natural, mas só Comissões como essa têm a obrigação de trazer isso à tona e deixar registrado para que fato como esses não se repitam jamais na história de nosso país, porque nada é maís valioso do que a liberdade.

José Caldas da Costa: - Estou aberto para perguntas (palmas). Mas essa é a minha versão, se alguém tiver outra, eu considero (risos).

Perly Cipriano: – Tem uma série de informações preciosas que permitem avançar. Hermes Machado Neto, ele veio do Rio Grande do Sul na brigada e ele faz o inicio do seu trabalho pelo rio de Minas ele estava comprando lá um armazém, também o que traria valeria a pena vir pelo rio devido ao percurso que faria. E a outra menção também sobre os militares é que nesse período havia um movimento dos sargentos que era muito numeroso, várias organizações tinha um número grande de militares a VPR, PCBE, RNN tudo lá, acho um fato importante a relatar. Outra que acho interessante é que fizesse um levantamento sobre a cobrança de sítios, cobrando armazéns para fazer esse trabalho. E a ligação deles no Rio esse Amadeu, ele fazia a rede onde teve contato com o pessoal do Jefferson Cardim que o Rio Grande do Sul faz esse levante com todos eles com alguma inspiração ou estimulado pelo Brizola. Acredito que esse Hermes pode ajudar em alguma coisa pra ver o que veio de Minas. E aqui no estado também, nós tínhamos uma república para acolher todos que passavam por aqui e também o primo de Renato Soares, o "Paulo", por várias vezes passou por lá, a população já havia percebido a movimentação por lá.

José Caldas da Costa: – Na verdade, nessa época, quando eles foram para tentar fazer compra diária, a guerrilha havia caído e eles não sabiam, é no capitulo que eu narro aqui "O último combate", onde eles percebem que há algo de errado e vão para a serra de uma forma muito atabalhoada ficam lá a dias são vistos por um delegado aposentado cavalheiro, daí eles se entregam. Há um confronto armado no Caparaó, e na época o Juarez foi ferido a bala pelo cabo Rocha e que a Dinorah encontrou agora. Olha que ironia, o cabo Rocha o filho dele Fabiano, era um dos líderes do movimento dos cabos em Minas Gerais onde ocorreu aquele movimento que balançou a polícia de Minas e a polícia do Brasil inteiro. A história anda em círculo. Então o Hermes caiu ali junto com o grupo, inclusive havia gente da ativa nessa época. O Hermes era o homem de ligação, quando ele foi a serra, mandado pelo Amadeu Rocha para ver como estava a situação, era uma espécie de "espião" naquele momento. Ele ia, via como estava à situação e trazia um relato. Ele trouxe um relato pesado, porque o Hermes era civil, ele era funcionário da caixa econômica daí ele resolve abandonar a caixa e juntar-se ao Brizola. Jefferson Cardim sai do Uruguai, houve um desentendimento entre o Jefferson e o Brizola, o Brizola não confiava mais no Jefferson. Jefferson resolve juntar um grupo de homens e saí assaltando cidades no oeste do Paraná e são pegos. Na época o Fidel que estava apoiando o movimento questiona, "é esse tipo de revolução que vocês querem fazer"? Então tem muita coisa interessante.

João Baptista Herkenhoff: – Eu já tinha visto seu livro e foi com emoção que o li. Esse livro é um trabalho importantíssimo, você está de parabéns por ter realizado uma pesquisa tão cuidadosa e tão séria. Você prestou um serviço não ao Espírito Santo, você prestou um serviço à memória da liberdade, porque o povo não tem futuro se não conhecer passado. Povo que não conhece o passado é povo que não tem futuro. Então digo a você que foi bonito seu trabalho, e vou propor que a comissão da verdade se dirija ao governador do estado e peça a ele que adquira exemplares desse

livro para distribuir na biblioteca. Na biblioteca dos colégios, bibliotecas públicas tenham esse livro, para que o povo tenha acesso a uma obra tão importante. Um livro como esse não deve ser comprado, um livro como esse deve ser escancarado ao povo como um convite para que o povo mergulhe nessas páginas. Casualmente no dia de ontem, eu assisti pela televisão a um filme sobre Zuzu Angel, um documentário sobre a Zuzu Angel, que mulher grandiosa, que heroína, como sustentou com garra a luta e não tenham dúvida: foi assassinada. Aquele acidente foi proposital, aliás, como a ditadura fez muitas vezes. Mortes que pareciam naturais, mas que na verdade eram assassinatos. Zuzu Angel foi assassinada pela ditadura. Então eu acho que tudo isso é muito importante, esse resgate da história é extremamente importante. Ao ver o Perly falar, eu me lembrei de que pronunciei o nome do Perly pela primeira vez na vida num evento promovido pela Arquidiocese de Vitória, no tempo do Dom João, o grande Dom João, e pela primeira vez eu pronunciei o nome do Perly dizendo às circunstâncias, não pensem os senhores que essa luta da anistia é uma luta distante do nosso estado, não, nós temos capixabas, que terão que ser beneficiados pela anistia", e aí citei o nome de Perly Cipriano. Sem conhecer Perly, eu citei pela primeira vez em um evento que aconteceu no colégio do Carmo. Era um evento da luta pela anistia e eu tenho que tomar meu remedinho, pois preciso viver um pouco maís para chegar nessa idade do Agesandro com essa saúde, com essa cabeça boa e com esse idealismo. Muito obrigado (palmas).

Sebastião Pimentel Franco: - Quero parabenizar sua palestra. Sou da Serra, imagina nos anos 65 foi introduzido o leite na merenda que era oferecido, você acha uma beleza, o Governo dando comida para gente, um Governo bom, né, no Regime a gente podia tomar até mais de 1(uma) caneca. Você fala que a região é onde predomina um certo conservadorismo o que certamente os componentes da guerrilha conseguissem adeptos ou pessoas que contribuíssem, etc, mas certamente alguns devem ter contribuído. Gostaria de saber se na sua pesquisa você conseguiu localizar por parte da população local alguns elementos que tenham participado de alguma forma dessa guerrilha, a não ser o caso que você citou aí do comerciante que funcionava como polo de apoio. Mas se outros elementos né, porque claro, o rapaz lá disse que não tinha nada e me parece que não havia nada mesmo, mas certamente alguns poderiam participar ou por acreditar, enfim, se você no seu trabalho conseguiu detectar isso. José Caldas da Costa: – A guerrilha do Araguaia deu muito mais trabalho à ditadura porque eles já haviam feito todo um trabalho de cooptação com a população local para a causa. Um trabalho que depois do regime faz o Caparaó. Como, que região pobre, até hoje, e dizem que Caparaó não tinha importância, sendo que eles pegaram e colocam 4.000 (quatro) mil homens para descer a serra e achando que havia trezentos guerrilheiros lá dentro. Se Caparaó não tivesse importância eles não teriam depois colocado tanta gente como, médicos, dentistas, e feito todo aquele trabalho de assistente social para ganhar a população local. Se Caparaó não tivesse sido tão importante o comandante da 4ª região não vivia nos sítios dos fazendeiros de alto Caparaó comendo cabrito para ficar de olho, e não ter pego um funcionário

público na época e dado para ele uma chancela para ele vender fertilizantes para poder observar a região. Se Caparaó não tivesse sido importante, as salas de aulas da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES) não teriam implantado agentes do SNI que a gente sabe que lá tinha. Então ali era uma região que havia temor. Só que o que acontece naquela época é que o regime tinha também problemas internos, eles não perceberam o que realmente estava acontecendo, eles tinham problemas de informação; quando explodiu, eles tentaram vender a ideia de que era um grupo de bandoleiros. Só que ali entra um personagem que acabei não citando aqui, mas há de fazer justiça, o coronel comandante do batalhão da PM de Manhuaçu cumpriu a função dele como homem da segurança, todos os guerreiros falavam que homem digno. Porque ele salva a vida dos guerrilheiros. Quando o exército começa a dizer que não podemos levar em consideração que era movimento político, mas grupos de bandoleiros e ladrões de cavalos, sabe o que o coronel fez? Vai lá e fotografa as identidades militares deles e manda: são bandoleiros? Daí os caras assustaram! Os prisioneiros eram eles, o que eles queriam? Faz o seguinte, leva-os de volta para a serra para gente pegar. Matava todos. Ele dizia, (o coronel), não senhor, são meus prisioneiros e vou entregá-los inteiros, se vocês quiserem fazer algo façam, e fizeram. Porque, menos de 30 (trinta) dias depois, o Milton Soares de Castro, morreu na penitenciária de Linhares em Juiz de Fora sobre tortura nas mesmas circunstâncias de Wladimir Herzog em 1975. Todos eles. Eu procurei manter o máximo de neutralidade, de honestidade, ao colocar as coisas para não fazer julgamento, porque eu não sou juiz, não sou delegado e não sou Deus. Coloquei nesse capítulo sobre a morte do Milton, mesmo que ele não tenha sido morto sobre tortura física direta, os próprios regimentos militares falam isso, e eu, recorri a eles para dizer, o que acontece sobre o seu comando é de sua responsabilidade. A tortura psicológica também é uma tortura, se ele não morreu sobre tortura física, se ele efetivamente se suicidou como eles tentaram fazer, um homem com 1,80 m se suicidar num caninho de 1 (um) metro de altura, que loucura é essa! Se ele efetivamente se suicidou? Que circunstância ele se suicidou. Então o Milton foi morto sobre tortura. Por quê? O Milton não era militar ele não aguentava as coisas. Eles escolheram o homem certo: esse menino não vai aguentar, ele é operado, ele era o único civil no grupo, e todos eles contam histórias. Eu encontrei com um deles: Josué Cerejo, que me conta coisas que os outros não viram. Ele viu o Milton sair ensanguentado da cela. Tem coisas que precisam ser esclarecidas. Ele foi um mártir, morreu sobre tortura. Então professor Sebastião, não houve tempo de contato com a população era tudo muito encima, o golpe foi em 64, após 65 prorroga o mandato do Castello, daí pensam, os caras vão ficar. Em 67 Costa e Silva, aquela morte estranhíssima do Castello, daí vem o Costa e Silva, depois ele morre, naquelas circunstâncias sabe Deus como! E quem conhece dessas coisas e viveu isso de perto, sabe que um infarto é fácil provocar. Quando acontece o AI-5 eles estavam todos presos, concluíram que todos iriam morrer que ninguém iria escapar. Na região não houve muito tempo. Agora tem um detalhe para se observar: o movimento era ligado ao Brizola, em que pese o núcleo combatente fosse ligado ao movimento dos sargentos que era um movimento muito forte na época, e o Brizola tinha o “famoso grupo dos 11 (onze)”. Iúna, Muniz Freitas e Guaçuí tinha um grupo dos 11

(onze) muito forte, nessa época eles saíram fazendo caças às bruxas na região, eles pensavam: se os caras são ligados à "MORENA", que era como Brizola queria que o "Movimento Nacionalista Revolucionário" se chamasse MNR. Eles pensaram se é ligado ao Brizola, quem é ligado ao Brizola: o grupo dos 11 (onze). Teve gente em Manhumirim que foi preso só por ter o sobrenome Goulart. Tem uma narrativa da professora Esther Kuperman do Rio de Janeiro, é uma professora de história que escreveu sobre esse período, o pai dela é de uma família de judeus os "Kupermans", na época em que o Brizola estava no exílio, ele fez alguns projetos lá na fazenda do Brizola e era o homem de confiança do Brizola. O Moisés estava em Belo Horizonte e andou pela serra na época, então não dá para acreditar, que pudesse ter alguma articulação política. É uma linha muito interessante de pesquisa que poderia ter sido feita sobre essas ligações, você vai descobrindo as coias e vai vendo como é interessante. É uma linha interessante de pesquisa, quanta coisa a mais ainda existe atrás desses fatos.

Sebastião Pimentel Franco: – Dentre os guerrilheiros quantos eram capixabas?

José Caldas da Costa: – Não havia nenhum, todos eram de fora. E esse é outro problema, por quê? O Joyce era um açoriano enorme, de olhos claros, chega à região onde só tem os caboclinhos que nós conhecemos tudo mestiço a índio Purí com português, aquela miscigenação com negros, daí aparece um alemão daquele, os caras desconfiaram na hora. O Avelino tem uma história impressionante, quando eles saíram da prisão, o Avelino entrou no mar ele ficou quatro anos combatendo, ele fez muita ação bonita. A questão do conservadorismo vendeu a ideia, de quem resistiu à região era bandido. Daí você vai conversar com Avelino Capitã foi quem mais radicalizou o grupo, ele tinha tanto prestígio com o Fidel que ele foi resgatado num porto chileno, por um navio comercial cubano vindo da China, esse navio foi desviado para resgatá-lo no Chile foi quando ele conseguiu finalmente sair do país para escapar. Um tempo depois, quando acaba tudo, volta para a terra dele e tenta reconstruir a vida, daí vem àquela mistura dos presos comuns com presos político na mesma prisão. O Avelino me conta, e eu não pude entrar muito em detalhes, porque os personagens estão vivos e ele pediu para que não colocasse em meu livro porque era perigoso. Avelino me conta que certa vez em que estava no Rio Grande do Sul, recebe um telefonema de uma pessoa marcando encontro com ele no amarelinho ali na Cinelândia. Ele vem para Porto Alegre, encontra com essas pessoas achando que era algo sobre a luta pela anistia. Daí uma pessoa fala que gostaria de contratá-lo. Ele pergunta: Contratar? Como assim? Para quê? Ninguém vai saber da sua existência, você vai ter carro, apartamento, tudo, você vai frequentar as colunas sociais, festas, nós, só queremos "tática". Nós queremos orientação. Você planeja nossas ações. Eram traficantes, querendo que ele prestasse serviço. Ele olhou para os dois homens, e disse: - Eu acho que vocês escolheram o homem errado. Porque a minha luta tinha uma causa, e eu não sou bandido. Não foi para isso que eu lutei, não é isso que eu quero. "Os marinheiros tiveram muito problemas para conseguir a anistia, conseguir reparações, que foram concedidos a outros grupos, jornalistas, intelectuais, mas para os marinheiros tiveram muitas dificuldades, pois historicamente a marinha é

muito retrógrada”. Adelino vira para eles e diz: - então essa nossa conversa nunca existiu, eu nunca encontrei vocês. Ele levanta e sai. Os dois homens também saem. Um dos personagens do Caparaó não com tanta importância como o Avelino foi comentado, é o Josué Cerejo, que lamentavelmente do grupo foi o único que desvirtuou e tomou 2 (duas) condenações por tráfico de drogas algumas muito pesadas. É o que esta vivendo a pior situação. Encontrei o Josué em num barraquinho numa situação de miséria. Eu filmei, narrei, escrevi e mandei para o Araken, quando ele viu tudo, ele chorou de ver a situação de miséria que o Josué se encontrava. Ele ficou preso mais de 15 anos. Ele me contou detalhes de tudo que fez. É muito interessante essa ética, as pessoas que lutaram, tem ainda uma formação muito conservadora, e quem não conseguiu superar, pensa igualzinho até hoje. Ainda encontro às vezes com algumas pessoas e penso: “Meu Deus, a ignorância não é uma benção”. É uma causa, é um momento de enfrentamento, vaí fazer o que? Você perde a liberdade. Nós que já somos de uma geração posterior, não temos nenhum pingo de noção do que essa gente passou. Eu vou condenar? Jamais!

Jeanne Bilich: – Eu quero parabenizá-lo pelo trabalho magnífico. Vou adquirir seu livro, não tive a oportunidade de lê-lo ainda, José Caldas. Acho que você enobrece e resgata um tipo de jornalismo que é o jornalismo investigativo, que vem se não, moribundo, mas próximo a isso na imprensa nacional. Lembrar também que durante seu relato, a Folha de São Paulo em um editorial chamou a ditadura de “Dita branda”, e depois, por pressão dos seus leitores, e do público, houve até o que não é usual da imprensa, mas que voltou atrás, você deve ter acompanhado, inclusive com o artigo da Kuschnir que pede desculpa aos leitores. E dizer a você que, como eu sou bem maís velha que você, a sua imaginação certamente vivia na hipnose da ideologia, gestada e publicitada pela ditadura. Então não é surpresa para mim esse seu procedimento, surpresa sim, é a sua curiosidade jornalística, o resgate que você faz dos alimentos que você menciona na infância, e produzir um livro dessa estatura, que enriquece não só a bibliografia do estado do espírito santo, maís a bibliografia nacional. Tão somente parabenizá-lo exclusivamente pelo seu livro, pela sua palestra, foi magnífica, e você também além de jornalista é excelente orador, sabe prender a atenção da plateia. É isso meu companheiro! Parabéns.

Agesandro da Costa Pereira: – Meu querido amigo, a repressão no Espírito Santo foi brutal, hoje você nos traz na sua exposição, e vou ler isso no seu livro, vou ler com a maior atenção e entusiasmo um aspecto que está perdido na história. Você faz as referências ao Caparaó, elas são muito aquém da importância que o movimento assume, ao abrir a luta quanto à ditadura. Você foi muito feliz na escolha e na colocação dos temas, e nos proporcionou essa tarde magnífica de ouvi-lo com aquela precisão, conhecimento técnico, exposição magnífica. Então eu como coordenador geral dessa comissão, estar com meus colegas que já tinham conhecimento do seu trabalho jornalístico, ao ouvi-lo hoje eu estou engrandecido eu confesso que foi uma tarde magnífica no plano de ampliação dos conhecimentos de nós todos sobre esse aspecto um pouco obscuro da prática da ditadura nesse país. E por tudo isso reafirmando os meus cumprimentos, os meus elogios, eu quero

em nome dos meus companheiros da comissão trazer nossos agradecimentos e esperar que essa conversa de hoje não encerre aqui, como você acentuou, as pesquisas aí estão abertas, há muito que ouvir, e há muito que registrar. Faço votos que você prossiga com esse trabalho tão importante que realizou e que vai prosseguir com essa missão tão importante para o nosso Estado e para o nosso país.

Leonencio Nossa

Nasceu em Vitória, em 1974. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo. Com passagens por veículos como A Gazeta, Jornal do Brasil e Época, trabalha no Grupo Estado desde 2001 e, atualmente, na sucursal da Agência Estado e de O Estado de S. Paulo em Brasília. É autor de Viagens com o presidente (em parceria com Eduardo Scolese), Homens invisíveis e O rio, e dos cadernos especiaís "Guerras desconhecidas do Brasil" e "Os meninos do Contestado", publicados em O Estado de S. Paulo.

É vencedor dos prêmios Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, menção honrosa (2009), Embratel de Jornalismo (2011) e Estadão de Reportagem Especial (2011), entre outros.

A palestra foi proferida para os membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim Agesandro da Costa Pereira, Francisco Aurélio Ribeiro, Jeanne Bilich e Sebastião Pimentel Franco, no dia 26 de junho de 2014, às 14h40, no Palácio da Fonte Grande, Vitória, Espírito Santo.

Estiveram presentes Uéber José de Oliveira e Vítor De Ângelo, membros colaboradores da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim e Leonor de Araújo, Subsecretária de Estado dos Movimentos Sociais. A palestra foi pautada no relato do seu livro "Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia", que após a exposição abre para perguntas, transcritas na integra, conforme reprodução abaixo:

Agesandro da Costa Pereira: Coordenador Geral da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim-CEMVOB, faz a abertura da reunião e imediatamente passa a palavra para o jornalista Leonencio Nossa, que é apresentado pelo professor Francisco Aurélio, membro da Comissão.

Francisco Aurélio: - Gostaria de fazer uma breve apresentação do nosso convidado de hoje, Leonencio, ele é natural do Espírito Santo, é jornalista, formado pela UFES, em 1998. Logo assim que ele saiu de Vitória, teve participações em alguns jornaís fora do estado, e desde 2000, ele trabalha no Estadão (Jornal Estado de São Paulo), é o correspondente de Brasília, durante 10 anos ele cobria o Palácio da Alvorada, e isso resultou no primeiro livro que ele escreveu, chamado "Viagens com o Presidente". Acompanhando as viagens do presidente Lula pelo mundo, um livro com autoria dele e de um jornalista seu colega. Depois, publicou outro livro chamado "Homens Invisíveis", em 2007, que fala de uma experiência que teve de índios isolados da Amazônia, junto com sertanistas, que têm contato com esses índios. Esse livro é o único da sua biografia, que eu ainda não li. Depois, ele publicou um livro chamado "O Rio", que acompanha as pessoas às margens do rio Amazonas, desde a origem do rio até o seu desaguar na foz, na Ilha de Marajó. Um livro que eu considero maravilhoso, pois faz um trabalho de investigação e de antropologia sobre a vida daquelas pessoas,

inclusive a denúncia daquele prefeito, que comia as menininhas lá, que voltou novamente a ser investigado. Tá lá no livro, um livro muito bom para quem gosta de jornalismo, de literatura para quem gosta de ler história de gente. Agora, o motivo que o Leonencio foi convidado para vir aqui hoje, sob a minha indicação, foi a publicação desse livro "Mata", que narra a guerrilha do Araguaia, um trabalho de investigação da guerrilha do Araguaia a partir dos depoimentos do Major Curió. Esse livro é considerado a melhor pesquisa sobre a guerrilha do Araguaía já feita no Brasil. Quase todos os livros de Leonencio foram premiados e ele acabou de me dizer que até a presidente Dilma elogiou o livro. Pela visão que ela teve de dentro da guerrilha, se ela disse que é bom, é porque é mesmo! Então ele vaí fazer uma pequena exposição sobre essa investigação que ele fez, e depois ficará à disposição para as perguntas da Comissão. E Já gostaria de agradecer sobre a sua disponibilidade, Leonencio. É muito importante para nós termos pessoas para nos ajudar a desenvolver esse trabalho que nos foi designado pelo Governo do Estado.

Leonencio Nossa: - Boa tarde a todos! É um prazer enorme estar aqui com vocês, pessoas que conheço há tanto tempo, dos jornais, da TV, eu que agradeço a oportunidade de estar aqui. É a primeira vez que eu venho ao Espírito Santo para falar desse tema, que é um tema que me acompanha praticamente desde que saí da universidade. Rodei o país inteiro para divulgar esse livro e estar aqui ao Espírito Santo falar dele é um motivo de orgulho e emoção. Primeiro porque sou daqui, e segundo porque foi ainda no Campus da UFES, que uma nota na Gazeta sobre a Áurea, que é a mulher do Arildo Valadão, de Cachoeiro, e aquela notinha ficou na cabeça quando eu era estudante- deixei na carteira-, e eu sempre tive muita vontade de saber um pouco maís sobre a Áurea, e eu saí daqui e fui para Brasília, trabalhar no jornalismo em Brasília e esse tema nunca me saiu da cabeça. E em Brasília faço o jornalismo político, mas o Araguaia passou a ser uma oportunidade alternativa para eu não ficar bitolado naquele mundo de Brasília. Eu tinha que sair daquele mundo político e ir para o Araguaia, era uma forma de me oxigenar, era um contato que eu tinha nas ruas, com o país. E foi o que eu fiz durante muitos nos. Trabalhava no Palácio do Planalto, acompanhando a política de Brasília, mas indo sempre para o Araguaia. Isso foi determinante na minha carreira e foi importante, pois eu acabei fazendo um livro, em 2012, que aí sim, o eixo central é o arquivo do Major Curió. E Eu também fui entrevistando muitas pessoas.

Francisco Aurélio: - E ele está vivo? (Major Curió)

Leonencio Nossa: - Sim, está vivo.

Leonencio Nossa: - Eu vou fazer aqui uma exposição, por estar aqui, falar um pouco dos capixabas, que nunca é demais. Depois apresentar alguns problemas, alguns desafios, quem entra nessa questão de investigar o regime militar está enfrentando hoje. Vocês podem interromper qualquer hora, vamos em frente. *O jornalista faz toda a apresentação em Power Point.*

Leonencio Nossa: - Isso aí é um mapa do Araguaia, feito pelos militares, esse mapa tem 3 metros. É

um mapa imenso, feito à mão, eles vão colocando nesse mapa ponto por ponto, é uma série de mapas, que eu consegui e esses mapas mostram até onde os guerrilheiros estiveram, os rios por onde eles passaram, as casas, essas coisas assim. Aqui são os capixabas. Esse material aqui eu fiz meio que final de semana, essa foto maior é do Arildo com seu irmão Aírton, em Marataízes, foi em 68 essa foto, foi o ano em que ele passou no vestibular para Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele é o da direita, o de cima; esse retrato 3x4 é o José Maurilho Patrício, ele nasceu em Santa Teresa e foi estudar Agronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro; o da ponta é o Lincoln Bicalho Roque, ele era da comissão militar do PC do B, ele ficou no Rio, não foi para o Araguaia, foi morto nessa caçada às lideranças da guerrilha no Rio; embaixo, é o Zebão, que é João Gualberto Calatrone de Nova Venécia; esse branco aí é porque tem outro capixaba aí, que é o Marcos Adelino, que até hoje não consegui uma foto dele, sou louco para achar uma foto do Marcos Adelino, que é também de Nova Venécia e foi para o Araguaia. Eu queria falar um pouquinho do Arildo. Começar com o Arildo. Arildo saiu de Cachoeiro e foi estudar no Rio de Janeiro; fazia Física no Rio; ali ele conheceu Áurea, uma moça de Minas Geraís, que também estudava Física. Eles eram alunos do José Lopes Leite, que é um Físico muito famoso no Brasil, nos anos 60. José Lopes Leite tinha voltado da Europa, com muitas ideias, estava implantando um acelerador de partículas, em Fundão, e de repente, veio toda aquela agitação dos anos 60, aquele movimento todo. O José Lopes Leite foi cassado pelo AI-5 e os dois monitores dele: o Arildo e a Áurea, passaram a se desinteressar pela física e ele começou a se envolver com o movimento estudantil; eles se casaram e logo depois decidiram ir para o Araguaia. Ela foi pela paixão por ele, ele foi porque não dava maís para viver no Rio. O apartamento deles no Catete já tinha sido invadido pela polícia e ele já tinha sido denunciado. Ele escreveu para a mãe dizendo que a vida no Rio não dava mais, então resolveu ir para o Araguaia, porque as pessoas falam, ah o Araguaia foi um foco do PC do B na selva para formar uma nova ditadura, tomada de poder. No caso do Arildo, quando a gente entra nas questões pessoais, a gente vê que era uma saída, um esconderijo na verdade, nada maís que um esconderijo para ele ficar ali um tempo. O Arildo era um jovem muito agitado; tinha 24 anos e era muito nervoso; e o fim dele foi muito trágico, porque uma equipe de mateiros encontrou com o grupo dele na mata- andava ele e mais três-, esse grupo de mateiros fez uma emboscada onde matou o Arildo e os outros dois conseguiram fugir. E a barbárie é que o Arildo teve a cabeça cortada pelos mateiros, foi o primeiro decapitado na guerrilha do Araguaía, uma prática que não existia no país desde o cangaço de Lampião e Corisco. Esse é o fim do Arildo. A mulher (Áurea) dele vai resistir até o final, quando é presa e executada. O José Maurílio Patrício, esse de cima, de cabelo ondulado, estudava no Rio. Dos capixabas que foram para o Araguaía era o maís ligado ao partido. Ele era muito discreto no Araguaia e lá se destacou em ensinar técnicas agrícolas para os moradores da região. Ele vai resistir até outubro de 1974. Então quer dizer, os militares chegam em abril de 1972 e ele vai resistir muito tempo no Araguaia. Temos poucas informações sobre o fim dele, os registros indicam que ele foi preso em outubro de 1974, já no fim da guerrilha e de todos os guerrilheiros homens é o último a resistir, talvez até entre as mulheres uma ou duas resistiram maís, mas acho que ele foi o que mais

resistiu no Araguaia. É uma história que merece muito ser investigada, porque ele foi um jovem que tinha toda capacidade, inteligência e conhecimento da selva e também uma prática de guerrilha, algo que não era comum. O Zebão, esse debaixo, foi junto com o Marcos de Lima para o Araguaia. A entrada deles na guerrilha é coisa muito interessante, porque sempre se falou que eles estudavam no colégio estadual do Espírito Santo e participado do governo sindical de Vitória, mas não, eles nunca saíram de Nova Venécia antes de ir para o Araguaia. Eram de famílias pobres, enfrentavam problemas familiares muito difíceis. O paí do Zebão era alcoólatra e ele sempre sofreu muito com essa questão do pai. A mãe do Marcos José de Lima abandonou a família muito cedo, daí veio para Vitória, e o pai foi assassinado quando ele ainda era jovem. E o Marcos José de Lima, esse que não tem a foto, trabalhava em Nova Venécia, forjando enxadas, foices, era um ferreiro. E no Araguaia vai ser o armeiro da guerrilha. Então isso mostra que guerrilha era essa? Uma guerrilha altamente frágil do ponto de vista de armamento. Ele era o responsável em produzir as armas que tanto preocupavam o Exército.

Francisco Aurélio: - Os três eram de Nova Venécia?

Leonencio Nossa: - Não, o Zebão, debaixo, e o Marcos José de Lima, que não esta aí na foto. Esses dois eram muito amigos: o Marcos José de Lima e o Zebão. Quando o Zebão morreu eles estavam limpando um porco no meio do mato, ele e mais três, e o exército percebeu que eles estavam ali, cercaram eles e o Zebão preferiu a cair e morrer. Quando o Marcos, o ferreiro, soube que o Zebão tinha morrido, ele entrou em desespero, não quis maís fabricar armas para a guerrilha. A partir daí ele foi considerado um indisciplinado dentro do grupo e a vida dele ficou muito difícil. O Zebão morreu em 13 de outubro de 1973, e o Zebão desaparece em dezembro de 1973. O único registro que eu tenho que é da ABIN, inclusive um registro novo, é que a morte teria ocorrido em 25 de dezembro de 1973. Então, esse é o fim do Zebão. Lincoln Bicalho Roque é outra figura fantástica, ele era do Comitê Central do PC do B, e ele comandou um grupo muito grande de estudantes no Rio, o JC.

Leonor de Araújo: - O JS.

Leonêncio Nossa: - O JS, desculpe-me! Eu acho que agora eles estão fazendo uns trabalhos sobre Lincoln no Rio, é uma figura muito incrível. A morte dele inventou-se e na época, que ele foi abordado por policiais e reagiu. Ele foi executado no Rio de Janeiro.

Francisco Aurélio: - O Lincoln era da onde?

Leonencio Nossa: - De São José do Calçado.

Leonêncio Nossa: - O Lincoln foi morto, naquela caçada, quando eles descobriram que existia o Araguaia, eles procuraram todos os líderes do PC do B que estavam no Rio e São Paulo, foram atrás, e quando o CNE liquida essas cabeças, o Araguaía fica sem rumo, sem ligação com o mundo exterior

e ficou mais difícil a guerrilha. Aqui é um relato que eu tirei do diário dos manos Grabois, suposto diário, mas que é um documento acho muito importante que fala para um pouco de como foi relatado pra ele à morte do Zebão. E na verdade foi quando morreu junto o filho dele na guerrilha (André Grabois). Ele fala: "Novo acesso de malária e más notícias do destacamento A.". Para mim, particularmente, notícias terríveis, deixaram-me num estado de não poder escrever coisa alguma- ele estava se referindo à morte do filho, André. "Hoje o nível do ataque de impaludismo em parte refeito do choque emocional dispõe-me a relatar o sucedido com o grupo de combatentes." No dia 13 de outubro, um grupo chefiado por Zé Carlos, (Zé Carlos é o filho dele) composto por: Nunes, João, Zebão e Alfredo, dirigiram-se a um depósito para apanhar farinha. No dia anterior, Alfredo e outros combatentes, insistiram junto ao comandante para se matar 3 (três) porcos, que estavam em uma capoeira abandonada. Zé Carlos repeliu com energia a proposta, dizendo que ela afetava a segurança, por isso só iriam buscar farinha. No entanto, no meio do caminho, sobre pressão de alguns combatentes, deixou-se convencer de apanhar os porcos. E o grupo enveredou-se capoeira adentro. Então foi cometida uma série de facilidades, quer dizer: de imprudências. Os porcos foram mortos a tiros, acendeu-se fogo, não se deu importância ao helicóptero que sobrevoava o local. Quer dizer, nessa fase da guerrilha, tudo isso era proibido, não podia acender fogo, não podia fazer absolutamente nada, mas esse grupo acabou cometendo essas imperícias. Os guerrilheiros estavam em casa com a tarefa de tratar os porcos estavam em um sítio abandonado, quando foram surpreendidos pelo inimigo. João Araguaia procurou fugir e ouviu descargas de metralhadora, mas obteve êxito, foi ele quem relatou o ocorrido. Zebão, jovem espirituoso, incorporou-se a guerrilha aos 19 anos, e agora tinha 23 anos, era um guerrilheiro exemplar. Quer dizer, o Zebão se incorporou aos 19 anos, ele não passou por uma faculdade, ele saiu de casa porque não aguentava mesmo o clima de casa. Engraçado que os capixabas tem uma questão do pai aí. O Arildo perdeu o pai muito cedo, Zebão não teve seu pai e o Marcos José de Lima também perdeu o paí muito cedo. Esse depoimento aí foi muito trágico, porque é o seguinte: o Sinésio é o mateiro no Araguaia que eu entrevistei e infelizmente morreu e não vaí poder dar maís depoimento, mas ele relatou o seguinte: Que eles tinham sido enviados pelo exército não conseguiu ocupar a área como eles gostariam não conseguiu ter acesso aos guerrilheiros, então o que o exército fez, ele começou a terceirizar a guerra, começou a contratar um grupo de mateiros sobre pressão por dinheiro para esses grupos de mateiros caçarem os guerrilheiros, e ao mesmo tempo montou grupos especiais de combate, homem preparado em selva para ir atrás, então ele tirou toda aquela tropa fardada que foi um fracasso no começo. No começo eles colocaram homens fardados para ir lá, só que os homens fardados não conseguiam andar pela selva, a selva é outra história, então eles optaram por guerra de guerrilhas. E foi só aí quando eles contratam mateiros e quando eles mesmos foram à paisana na mata que eles venceram os guerrilheiros. Mas nas duas primeiras campanhas eles perderam. Saíram de lá derrotados no meio de 60 ou 70 guerrilheiros. O depoimento do Sinésio é o seguinte: "Escutamos um chiado o "bim", o "bim" é uma folhagem é um mato que dá na selva em área de brejo. Olha como a gente era inocente, a gente pensava que era um veado ou uma anta, a gente

estava numa cabeceira e o Eliomar que era outro do grupo dele ficou nesse pau aqui e o baixinho ali com espingarda, eu disse para o Eliomar, se for veado não pode dar nenhum tiro, só se for gente. E eles abrindo o "bim" para passar. Enxergamos o boné à cara quando deu no peito passou do lado do Eliomar, Eliomar atirou bem no coração e eu atirei no outro o tiro acertou pratos novos na mochila e o outro correu, esse que acertou o peito era o que vinha na frente era o Arildo Valadão. O Oswaldão que era o comandante da guerrilha mandou um grupo que era chefiado pelo Arildo buscar mantimento em uma determinada área, aí foi o Arildo, Raul, o Jonas que era um morador da região. E quando o Arildo foi passando eles estavam na emboscada, na espera, atiraram e acertaram o peito do Arildo. A gente andava com um saco de plástico grosso, se acontecesse o que aconteceu cortaram a cabeça do cara e botaram no saco para levarem e provar. Não era cabeça na guerra era bico de papagaio. Ligeiro chegamos ali tiramos a cartucheira (se referindo a cartucheira) o revólver, o rifle, a cabeça, eu disse o baixinho leva, eu não levo, você leva, levo porque sou mandado pelo senhor, saímos correndo". Então a partir daí veio toda a barbárie no Araguaia, cinco outros guerrilheiros também vão ser decapitados no Araguaia por esses mateiros. Ele pra mim negou que o Arildo tivesse ainda com vida, mas pelo relato dos outros o Arildo ainda mexia o corpo, e foi assim que cortaram a cabeça do Arildo. A morte do Arildo desestabilizou demais a guerrilha, porque morrer naquelas condições então aquilo chocou demais todo mundo. O desespero da Áurea embora eles não estivessem maís juntos foi muito forte, foi outro motivo que criou uma situação no grupo muito tensa, muito difícil para continuar, isso já era novembro de 73. Quer dizer, uma coisa impressionante, porque gente que usava armas feitas por aquele mateiro, aquele ferreiro de Nova Venécia, revólveres muito ruins e tal resistiram nessa selva, aí já tinha um ano me meio de guerrilha. E não é fácil você viver no mato sem condições alguma. Nesse momento eles já estavam perdendo calçados, perdendo as roupas. Isso também está no Diário Grabois, ele fala o seguinte: Quanto ao Ari, (Arildo) lá na guerrilha eles chamavam o Marcos de Lima, também de Ari Arlei. Quanto ao Ari nosso amigo, despareceu também ao apanhar farinha em uma barraca, não sabemos se teve um ataque epilético, ele sofria de epilepsia, ou se desertou: as duas possibilidades são viáveis. Ultimamente, com a presença do inimigo e com o aumento das dificuldades, mostrava certo descontentamento. É muito personalista e também um pouco assustado; com a morte do Zebão, que era seu primo, e a falta de boia pode ter contribuído para que ele fugisse. Se ele não aparecer, trará dificuldades para nós, ficamos sem um dos armeiros, ele conhece todos os depósitos da comissão militar e a oficina onde há 14 armas para consertar. O Mauricio Grabois é muito duro no diário dele, é aquela coisa, um nicho, é tanto que a partir daí o PCdoB sempre vai tratar todos que conseguiram escapar da mata como inimigos, como desertores, dessa forma, e chamar alguém de personalista naquela condição ali sem conforto, é a política, pela política pela guerra, você até pode entender, mas se for olhar pelo lado maís humano nunca dá para entender. Mané do B é o José Maurílio Patrício, é chamado assim por causa do destacamento B. O Zé da Rita é outro mateiro que entrevistei e morreu também. Esses depoimentos eu fui tentando confrontar com outros documentos com papeis, porque às vezes a historia não é muito interessante, mas chega um

momento também que não da conta, há complexidade, ela não dá conta por sérios fatores de data, etc. Então às vezes você tem um belo depoimento, mas você tem que deixar de molho lá a vida inteira porque você não consegue encaixar naquele quebra-cabeça da história. Não dá, e daí confrontando ele caí, desaba e esse aí é um relato do Zé da Rita que pra mim continuou porque eu confrontei com documentos oficiais e documentos de outras pessoas também. Então cheguei com educação. Ele encontrou o guerrilheiro numa moita, na beira de uma estrada, isso já era outubro de 1974, eles não tinham mais roupas, não tinham absolutamente nada, os pés todos sem calçados, não tinham nem que reagir naquela situação. Cheguei com educação, pedi os documentos e mostrei minha identidade. "Olha, o homem civilizado tem que ter esse documento". - E ele respondeu: isso eu faço debaíxo de uma moita. Aí o mateiro disse para o Patrício, isso é lei. Que lei é a sua? Vamos ali conversar. "Vamos ali conversar" é "na taca" como eles falam. Disse para ele, eu não vou. Onde você mora? Não interessa. Sou obrigado a levar você para macabra. Macabra é um acampamento improvisado do exército. O velho Zuza me ajudou a amarrá-lo, ele estava de bermuda. Mandei-o vestir uma calça. Colocamos o rapaz num Jipe amarelo do João Rodrigo, dormimos em Brejo Grande. Entreguei-o no 42º Bis para um sargento que me disse, o "homem é o principal para nós, você trouxe o pior passarinho", é do Dr. Augusto - isso é a única coisa que a gente tem ainda do fim do José Maurílio Patrício. Vou falar algumas coisas assim, tem tempo ainda?

Vitor de Angelo: - 10/74 é o quê?

Leonencio Nossa: - É outubro, eu coloquei aí que é a data que ele foi preso, ele foi preso em outubro de 74. O Zé da Rita deu esse depoimento em 2007.

Vitor de Angelo: - Posso fazer uma pergunta?

Leonencio Nossa: - Claro, fique à vontade.

Vitor de Angelo: - Porque em geral, fala-se do fim da guerrilha mais ou menos em início de..., ah, não, perdão, eu estou confundindo, tudo bem, desculpe, eu me confundi aqui na data, ia falar início de 74, mas é final de 74, ok.

Leonencio Nossa: - Oficialmente a gente aponta janeiro de 75 quando o Geisel manda ao congresso aquela mensagem do ano e diz "acabou a guerrilha do Araguaia". Mas ali já é o fim, outubro já está no fim, junho 74 é o fim da guerrilha, quando a maioria foi presa. Vou falar um pouco do desafio de fazer qualquer trabalho no Araguaia e nessa área. É uma terra ainda ocupada pelo Exército, na época você tinha 3.500(três mil e quinhentos) homens do Exército naquela coisa de guerrilha. Hoje o comando militar do norte, sediado em Marabá, tem 4.000 (quatro mil) homens. Toda aquela estrutura que o Exército montou para acabar com aquela guerrilha de 100(cem) pessoas, ela continua lá. Já temos um processo de democratização, essa história já acabou há muitos anos, mas a burocracia militar, a falta de empenho, fez com que tudo continuasse lá, toda a estrutura. O Araguaia é Marabá, a cidade de Marabá tem maís militares do Exército, só do Exército mais do que

professores em todas as redes, em todas as séries de ensino, da creche à universidade, do ensino particular ao ensino público. Hoje são 2.100 (dois mil e cem) homens na cidade de Marabá, professores de 1980 por aí. Eu estou falando de todas as escolas particulares, públicas, creches.

Sebastião Pimentel: - Na época até universidade.

Leonencio Nossa: - Tudo! Falou que é professor!

Jeanne Bilich: - E militar?

Leonencio Nossa: - Militar não, só Exército, não estou contando polícia, não estou contando com outras unidades das forças armadas. O que acontece, eu sempre pergunto isso para eles, hoje você tem uma nova geração de militares, etc. - Não, aquela ali é uma área importante do país, olha, ali não é fronteira, porque tem mais gente em Marabá do que em Itabatinga, do que em Ponta Porã, do que em Foz do Iguaçu? Não é fronteira, não é rota de narcotráfico, não é. Aí eles falam não, aquilo li é uma área importante para o desenvolvimento do país, tem tudo a ver com agronegócio, os projetos, eu falei não, o país tem projetos estratégicos, o país inteiro. Você tem os portos, você tem isso, aquilo, você tem, então não faz sentido.

Jeanne Bilich: - É uma jazida de minério precioso ali, não? Estou só especulando!

Leonencio Nossa: - Tem, tem, mas tem também em Mato Grosso.

Leonor de Araújo: - O que tem no Araguaía é gente indo pescar na época da baixa do rio.

Leonencio Nossa: - Você tem urânio no Amapá, é uma área de mineral é, mas você tem área mineral no país inteiro, entendeu? Então, aí são as unidades do exército, a 23ª (vigésima terceira) Pegada Infantaria de Selva que é o comando, Batalhão de Infantaria. O Batalhão de Infantaria de Selva em Altamira, já é em Altamira, são várias unidades. O que acontece, cria uma atmosfera de você chegar à região e buscar informação e as pessoas tem medo, porque o exército faz parte dessas pessoas da vida ali, então você não está tentando buscar informações sobre um determinado agente do passado, para eles ali, você está buscando informações contra os homens que estão ali, então é uma situação muito difícil você arrancar alguma coisa dentro do Araguaia, que é uma região ocupada. São muitos militares ali. É um excesso de militares na região. (Ele mostra foto) - esse rapaz aí, é o seguinte: é uma foto conhecida há algum tempo. Esses homens lá atrás, podem ver que tem paus, são mateiros e militares. Esse do canto esquerdo é o Piauí, Antônio Pádua Costa, que era um estudante de astronomia do Rio, muito ligado ao Arildo, é tanto que as suas férias ele passava em Cachoeiro. Esse rapaz foi preso pelo exército e teve que ficar acompanhando o exército atrás de outros guerrilheiros, meses assim, até ser executado. Porque a guerrilha, dos 67 (sessenta e sete) que morrem, 41 (quarenta e um) foram presos. E 41(quarenta), são executados pelo estado. Essa é a grande questão, porque quando a gente diz: não houve uma guerra, os dois

lados estavam armados, tudo bem, tudo bem que eu falo: houve uma guerra, você foi para lá pra lutar, eu não entro nessa questão. O problema é quando só um tem arma na mão, aí entra a questão, é um problema difícil para as Forças Armadas, porque você não tem mais guerra nenhuma, isso não é uma guerra.

Francisco Aurélio: - É uma execução!

Leonencio Nossa: - É, execução, é o que ocorreu na guerra civil espanhola.

Francisco Aurélio: - Quantos foram presos?

Leonencio Nossa: - 41 (quarenta e um), de 67 (sessenta e sete), 41 (quarenta e um) são presos. Não, 67 (sessenta e sete), mortos, 41(quarenta e um), são presos e executados sumariamente. Antes quando eu comecei fazer esse trabalho em 2000 – 2001, o exército a tese é o seguinte, não existia essa guerrilha que as pessoas falam, jornalistas falam, etc. Não houve com essa dimensão. Depois assumido o que houve, começaram a falar. Não morreu todo mundo em combate. Então guerra é guerra, foi pra lá pra quê? O meu trabalho foi justamente provar que a maioria não morreu em combate, morreu executado. Prisioneiro do estado na dependência do estado, dependências provisórias...

Jeanne Bilich: - Daí o título do seu livro: Mata! Com ponto de exclamação?

Leonencio Nossa: - Não, "Mata", é porque eu quis mostrar a selva mesmo, a mata, e eu vi um formato de árvores genealógicas de guerrilheiros, militares, juntei tudo aquilo e na minha ideia foi fazer uma "mata de histórias". E mata, porque é claro, é a ordem do militar, a ordem era matar. Outra coisa nessa história é que eles falam o seguinte: eles sempre gostavam de dizer que um ou dois militares foram lá para o Araguaia e mataram todo mundo. Aí são mitos. O Curió é o próprio mito e esse mito vaí atender uma geração de militares que vaí participar dessa aventura no Araguaia. Porque a partir do momento que eles acreditam que um militar, um capitão vai lutar toda a guerrilha, você tira os generaís da história, você tira outros os majores da história, pessoas que vão dar prosseguimento na vida delas, e você tira o próprio Palácio do Planalto. Porque no Araguaia, a decisão de matar foi uma decisão tomada pelo Médici no Palácio do Planalto. Então não é uma guerrilhazinha que vai ocorrer lá no Amazonas. Nós jornalistas, principalmente, temos dificuldades de associar as histórias que ocorrem pelo país aí afora ao poder central. O senhor estava falando do prefeito de Parintins, por exemplo, esses dias eu tive uma discussão grave lá num baírro em Brasília, porque eu cheguei a um colega, que é jornalista de um jornal importante, o problema é que agora os jornais voltaram com essa história do prefeito, porque não bota o senador que deu apoio pra ele, porque não bota o presidente do PMDB que deu uma legenda para ele se candidatar, porque não bota o Lula que foi lá fazer campanha em Parintins pra ele, tem que botar todo mundo, mas você esta dando importância ao prefeitinho? Não, esse prefeitinho está ligado ao poder central, isso não

é minha tese, é a tese do coronelismo que a gente estudou na academia, é a rede de influências, é toda uma ligação, mas enfim, eu tô na foto e não tem problema nela. A Dilma assinou essa lei de acesso à informação e está sendo muito difícil ser aplicada nessa área do Araguaia, porque você pede uma informação e eles falam que é informação privada, você tenta convencer e eles dizem que é uma informação histórica importante, eles batem o pé, eles não cumprem o que diz a lei. Então você pede informação, por exemplo: "as folhas de alteração dos militares", todo militar tem sua folha de alteração, é um histórico, onde todo movimento dele é registrado ali. Então só por meio dessas folhas de alterações, que são necessárias para uma aposentadoria, ou qualquer benefício, já ajuda a gente entender o que é o Araguaia, por exemplo. Então esse papo de que os documentos foram destruídos, isso é anacrônico porque ninguém destrói o departamento de pessoal. Nenhuma instituição, muito menos o Exército. Eu estou falando só de folhas de alteração. Outra questão: "os arquivos dos Centros de Inteligência", tudo foram abertos, mas os arquivos do CIE, CID MARQUES que são os três centros de inteligência das forças armadas, eles continuam fechados. Aí eles falam assim, não existem documentos lá. Eu não quero saber se têm documentos, eu quero é ter acesso, eu só eu quero ter acesso à sala vai estar vazia? Tudo bem? Pelo menos simbolicamente a gente vai consolidar um processo democrático de abertura de arquivos, é só isso. Não é? A gente não quer um relatório prontinho não, a gente quer só isso, a abertura, a lei diz, por exemplo, a que Comissão Nacional da Verdade tem acesso a isso tudo. Enfim, estão fechados. "O jogo sujo das fontes": - A questão do Araguaia é o seguinte: a questão da guerrilha, só agora que começou um trabalho mais acadêmico em cima dessa guerrilha do Araguaia, o estado surgia com livros em cima do Araguaia é um tema que ficou muito ligado à imprensa. Ela desde que teve a guerrilha, o próprio Estadão publicou a matéria sobre censura que não conseguiu escapar da censura e publicar que estava ocorrendo à guerrilha, fim de 79 com a democratização pra cá, aos jornais começaram a entrar muito nesse tema Araguaia dar muita importância ao Araguaia, não sei explicar o motivo, mas o tema virou obsessão da imprensa brasileira, esse tema Araguaía. Só que, é um negócio complicado porque em outras investigações jornalísticas, corrupção, denuncia disso, daquilo, você tem uma parceria ali entre a imprensa e o ministério público, você tem a justiça, você tem a imprensa, enfim a academia, mas nesse caso do Araguaia você está sozinho. Os procuradores, falo daqueles procuradores maís famosos, Luiz Francisco, Sherman em 2000, 2001 eles foram para o Araguaia e fizeram uma série de conversas com os moradores lá e tal: arquivaram tudo, eles só queriam fazer a entrevista e tal, se posicionar frente aos holofotes, e nada. Recentemente tivemos uma ação contra o Curió, aí a justiça arquivou. E eu fui ler a ação e ela tem 28 (vinte e oito) erros históricos assim, erros gravíssimos. Mas eles fizeram uma baíta coletiva em Brasília, todo mundo etc. e tal, mas depois a justiça derruba aquilo, não só pelos erros, mas por causa da decisão do STF, mas nesse caso são ações assim grotescas, muito grotescas. Outra questão: dos advogados. Os advogados que estão na área, você têm que correr dos caras, porque é uma invenção completa, uma maluquice completa. Agora eles estão revelando aí que a aldeia dos Sunitas, que está no Araguaia, sofreu nas

Leonencio Nossa: - Violentíssimo! E toda essa rede de direitos humanos, ela não foi para o interior, por uma série de fatores, não foi. Hoje que a gente vê, nossa, nessas obras do PAC, por exemplo, você vê as violações dos direitos humanos gravíssimos, e o Estado, a resposta é sempre o envio de tropas. Eu fui para Rondônia, para a Rota dos Peões do Girau, os jornais publicaram que ali tinha um grupo político, contra a obra, não sei o que, é uma piração completa! Aí o Gilberto Carvalho mandou a força nacional para lá, prenderam 20 (vinte) caras, os agitadores, os não sei o quê. Eles prenderam e a imprensa não conseguiu falar com os caras, liberaram os caras de madrugada para que ninguém falasse com os caras, era peão reclamando de problema salarial, questões trabalhistas, no interior a resposta do Estado é sempre o envio de tropas, não tem outro jeito, até hoje é assim. "Outra coisa é a estratégia dos exageros", qualquer entrevista que você pega de um militar, é sempre assim: destruímos os corpos; enterramos e jogamos os corpos fora; queimamos; jogamos no rio; e sempre põe a culpa das mortes nos colegas, sempre que vejo militar falando que destruiu corpo, não quero saber de corpo, então vou atrás de quem sabe onde está o corpo, então esta estratégia pra mim dos anos 80, voltou e voltou com força, agora não dou bola nenhuma porque não batem. Quando você pega esses depoimentos orais que chocam muito na imprensa, quando você começa a sistematizar, buscar evidências, cai tudo. Não dá nada. Aí vem as histórias de crime político hoje, militares sendo mortos, não sei o que, aí vira uma festa da imprensa e de todo mundo. Essa foto é do Arildo com a mãe dele. Ela morreu do coração. Quando ela morreu foi maís ou menos no período em que o Arildo morreu no Araguaía. Ela morreu chamando pelo filho, ela não sabia o que havia ocorrido. Vou fazer uma crítica aqui à Comissão Nacional da Verdade, eu fui uma das primeiras pessoas a serem ouvidas pela Comissão e como eu me dediquei muito às coisas do Araguaía, eu virei um obcecado a revelar as coisas do Araguaia. Eu vejo que toda essa visão que se tem do interior e essa predominância de contar história também do Rio e São Paulo, ela está presente agora em contar história do Araguaia. Vou dar um exemplo: um dia estava em Brasília, fizeram uma coletiva da Comissão Nacional da Verdade para anunciar os principaís centros de tortura do país. Estava lá, Casa de Petrópolis, Tutóia, eu disse e a Casa Azul lá no Araguaia por onde passaram centenas de camponeses que foram torturados, uma dezena de guerrilheiros mortos lá dentro. É o principal centro de tortura desse país, a Casa Azul no centro de Marabá. Comissão Nacional da Verdade: - Não! "Você está querendo dar importância a um detalhe", não sei o quê, o Pinheiro falou: "aqui não é globo de ouro não, não é show não". Eu falei tá, mas o senhor está citando aí um relatório com os principaís centros de tortura, por que o Araguaia não está? Vocês não são da Comissão Nacional? Vocês estão fazendo uma comissão paulista ou carioca, ou brasiliense, mas não nacional.

Leonor de Araújo: - O 38º (trigésimo oitavo) BI nem se fala.

Leonencio Nossa: - Daí, 15 (quinze) dias depois, foi para São Paulo, não foi mais para Brasília, e o relatório com a Casa Azul, centro de tortura. É assim. Como jornalista, meu trabalho é de impressão, não é de sistematização da história. Chega lá para os caras e diz, porque não colocaram a Casa Azul?

Leonencio Nossa: - Violentíssimo! E toda essa rede de direitos humanos, ela não foi para o interior, por uma série de fatores, não foi. Hoje que a gente vê, nossa, nessas obras do PAC, por exemplo, você vê as violações dos direitos humanos gravíssimos, e o Estado, a resposta é sempre o envio de tropas. Eu fui para Rondônia, para a Rota dos Peões do Girau, os jornais publicaram que ali tinha um grupo político, contra a obra, não sei o que, é uma piração completa! Aí o Gilberto Carvalho mandou a força nacional para lá, prenderam 20 (vinte) caras, os agitadores, os não sei o quê. Eles prenderam e a imprensa não conseguiu falar com os caras, liberaram os caras de madrugada para que ninguém falasse com os caras, era peão reclamando de problema salarial, questões trabalhistas, no interior a resposta do Estado é sempre o envio de tropas, não tem outro jeito, até hoje é assim. "Outra coisa é a estratégia dos exageros", qualquer entrevista que você pega de um militar, é sempre assim: destruímos os corpos; enterramos e jogamos os corpos fora; queimamos; jogamos no rio; e sempre põe a culpa das mortes nos colegas, sempre que vejo militar falando que destruiu corpo, não quero saber de corpo, então vou atrás de quem sabe onde está o corpo, então esta estratégia pra mim dos anos 80, voltou e voltou com força, agora não dou bola nenhuma porque não batem. Quando você pega esses depoimentos orais que chocam muito na imprensa, quando você começa a sistematizar, buscar evidências, cai tudo. Não dá nada. Aí vem as histórias de crime político hoje, militares sendo mortos, não sei o que, aí vira uma festa da imprensa e de todo mundo. Essa foto é do Arildo com a mãe dele. Ela morreu do coração. Quando ela morreu foi maís ou menos no período em que o Arildo morreu no Araguaía. Ela morreu chamando pelo filho, ela não sabia o que havia ocorrido. Vou fazer uma crítica aqui à Comissão Nacional da Verdade, eu fui uma das primeiras pessoas a serem ouvidas pela Comissão e como eu me dediquei muito às coisas do Araguaía, eu virei um obcecado a revelar as coisas do Araguaia. Eu vejo que toda essa visão que se tem do interior e essa predominância de contar história também do Rio e São Paulo, ela está presente agora em contar história do Araguaia. Vou dar um exemplo: um dia estava em Brasília, fizeram uma coletiva da Comissão Nacional da Verdade para anunciar os principaís centros de tortura do país. Estava lá, Casa de Petrópolis, Tutóia, eu disse e a Casa Azul lá no Araguaia por onde passaram centenas de camponeses que foram torturados, uma dezena de guerrilheiros mortos lá dentro. É o principal centro de tortura desse país, a Casa Azul no centro de Marabá. Comissão Nacional da Verdade: - Não! "Você está querendo dar importância a um detalhe", não sei o quê, o Pinheiro falou: "aqui não é globo de ouro não, não é show não". Eu falei tá, mas o senhor está citando aí um relatório com os principaís centros de tortura, por que o Araguaia não está? Vocês não são da Comissão Nacional? Vocês estão fazendo uma comissão paulista ou carioca, ou brasiliense, mas não nacional.

Leonor de Araújo: - O 38º (trigésimo oitavo) BI nem se fala.

Leonencio Nossa: - Daí, 15 (quinze) dias depois, foi para São Paulo, não foi mais para Brasília, e o relatório com a Casa Azul, centro de tortura. É assim. Como jornalista, meu trabalho é de impressão, não é de sistematização da história. Chega lá para os caras e diz, porque não colocaram a Casa Azul?

Daí eles vão lá e botam. É preocupante também. “A coisa das celebridades”: É o seguinte, a Comissão tem muito pouco tempo, eu acho que soltar relatório agora em dezembro, é um absurdo. Ninguém solta um relatório de Comissão Nacional da Verdade sobre 21 (vinte e um) anos de repressão nesse país em 2 (dois) anos, é impossível. Se se está gastando dinheiro, continue gastando mais e apresente daqui uns 3 (três) a 4 (quatro) anos. Não faz sentindo você apresentar um relatório da Comissão da Verdade agora, não faz. Aí, eles ficam na questão das celebridades: Luiz Paíva, Vladimir Herzog, Janis Paiva, entendeu? E o Zebão? O Marcos José de Lima que não tem fotografia aínda? Por
que o PCdoB tirou esse menino lá de Nova Venécia? A ida dele para o Araguaia? Como ele morreu? Você não tem informações. A disputa interna da Comissão, aí aquilo lá virou... se dividiram muito, o Araguaia perdeu muito, porque o seguinte: tinha duas pessoas na Comissão que falava do Araguaia - era o Fonteles, Claudio Fonteles e a Maria Rita Kehl. O Claudio Fonteles brigou com a Maria Rita Kehl e o Pinheiro, e saiu fora, ele é que fazia alguma coisa ali de Araguaia. E a Maria Rita Kehl falou que não cuida do Araguaía, então ninguém cuida do Araguaía na Comissão, daí deixaram só para aqueles técnicos lá e os caras não tem conhecimento aínda, eles começaram agora, é um negócio que exige, eu não estou dizendo que a Comissão é o fim, não, pelo contrário, acho que deveria ter tempo para fazer o trabalho. “E outra coisa, a questão da relação cordial com a Defesa”. Os caras não dão bola para a Comissão, eles não apresentam nada que a Comissão pede. E você não tem uma decisão política da presidente, embora ela fez uma lei e tal, de chegar e dizer abra os arquivos, aí fica nesse jogo. Aí quando eu falei lá, eu falei olha, quando me procuraram na Comissão eu falei, se a presidente Dilma não entrar nessa história, reunir com os generaís da época, não tem jeito, porque eles não dão bola para o Amorim, o Ministro da Defesa. O Enzo Peri, que é o comandante do Exército, eles xingam o cara, não tem respeito nenhum. Se a Dilma não chegar para os caras e olha está aberto, ninguém, não, não tem ordem para abrir. Aí a Rosa Cardoso falou assim: mas você está querendo constranger a presidente? Não, sem ela não vai ter a abertura dos arquivos da ditadura. Sem ela, essa comissão não vai chegar ao ponto que deveria chegar.

Jeanne Bilich: - Mas, no momento, o contexto político é péssimo!

Leonencio Nossa: - Mas sempre foi. Mas se abriu!

Jeanne Bilich: - Mas é ano eleitoral, aí que o negócio toma uma dimensão maior, nós estamos a 05 (cinco) meses das eleições, se sai um negócio desses, a oposição vai em cima, a mídia nacional, você conhece a passagem, vai ser uma situação dos diabos.

Leonencio Nossa: - É a questão. A formação da Comissão, porque ela foi formada. Você tinha uma decisão da Solange Salgado à juíza federal para abrir os arquivos do Araguaia e ouvir os militares. É uma decisão que o Lula recorreu 03 (três) vezes. Você tem em 2010 uma decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenando a União. Então criou um problema jurídico para o

governo, então o que eles fizeram: vamos fazer a Comissão para resolver um problema jurídico e vamos fazer uma expedição no Araguaia para tentar localizar os corpos. Então aí que tá, o governo está a fim de resolver um problema jurídico. E você não tem uma pressão da sociedade porque essa questão passa longe da realidade do coletivo. O Araguaia, o regime militar, não fazem parte da memória coletiva do país, então fica nessa... ah!

Sebastião Pimentel: - Na minha opinião a Comissão tem uma abordagem que não vai dar conta mesmo de você, do cidadão conhecer esse momento histórico. O objetivo dela é muito claro, ficou só em cima das pessoas que foram mortas, desaparecidas, é muito mais efetivo. Fala-se tanto que as Comissões Estaduais, elas sim, podem fazer esse trabalho, porque a Comissão da Verdade tem um foco, e o foco dela, no meu entender, não dá para fazer isso que você está sugerindo aí; um trabalho mais investigativo; um trabalho de muito maior temporalidade de acontecer. Eu também concordo que em 02 (dois) anos seja inviável. Agora, talvez dê para aquilo que eles estão sugerindo como proposta. O que eles querem saber de nós aqui, que dê um tipo de informação. Informações essas que batem com o propósito da Comissão, qual é o propósito da comissão local? Que às vezes é muito diferente do que as Comissões locais têm como proposta.

Leonencio Nossa: – jornalista; historiador; professor de direito; olha a diversidade aqui e lá uma psicanalista e o resto todo mundo do direito, judicialização total, é difícil a questão do foco. O foco inicial que era pegar só os 354 (trezentos e cinquenta e quatro) mortos na ditadura, esse foco também desapareceu, hoje eu não sei nem que foco é maís, se fosse só os mortos, desaparecidos, teria tanta história depois. Mas o foco dos mortos ficou naquela coisa, a judicialização que você já sabe de tudo, é um foco só.

Sebastião Pimentel: - Eu até uns 15 (quinze) dias atrás eu achava até pra gente escrever o documento, que no Espírito Santo eu não tinha informação de mortos pela ditadura, você trouxe um dado interessante que foi de uma pessoa lá, um camponês lá: "Enéias Pinheiro". A Dinoráh me trouxe uma informação de uma moça, que era uma estudante de Alegre, que evaporou, ou seja ela, saiu com o pai para voltar, ela foi com o pai foi comprar cigarro e ninguém sabe até hoje aonde foi parar essa moça. Ela desapareceu do ar, e olha, estou falando desapareceu do ar em Alegre, que é uma cidadezinha desse tamanhozinho, que nos anos 60 era muito menor do que é hoje, hoje é maior por causa da universidade etc., mas nos anos 60 Alegre era uma minúscula cidade. Por exemplo, então não pode dizer que ela foi morta, ela desapareceu. Não se sabe se ela foi morta. Mas é claro, que não se sabe, não há comprovações, pode se inferir que ela foi morta, até porque ela já tinha sido torturada e presa antes, então isso se faz com que se chegue à história, inferir que de fato ela acabou desaparecida e morta. A família investiu, contratou detetive para achar a moça e nunca achou, isso terminou dessa maneira. Assim como esses 02 (dois) casos que acabamos descobrindo, devem ter outros casos que também a gente acaba não sabendo. Não dá para que em 2 (dois) anos você consiga recuperar toda essa memória, até porque a documentação toda, imagina,

a gente pode falar de uma documentação por exemplo que tem no DOPS. Qual é a documentação que tem no Ministério Público? Qual a documentação que tem nos Correios, que era uma obra importante, e a documentação do Judiciário e do DOI - CODI? Então, de um monte de lugares que você pode ir levantando que ninguém sabe, ninguém nunca olhou e nem vamos olhar ainda. Imagina se em 2 (dois) anos daria para você dar conta de levantar documentação que já existe arquivada, que fazem parte do arquivo e a documentação no DOPS, que é caixa e mais caixas, e olha, quando se fala em uma caíxa que está portando um documento, você está falando em vários documentos na caixa. Então 2 (dois) anos é um trabalho, não dá, é pouco.

Leonencio Nossa: – Especificamente sobre o Araguaia, eu fiz alguns documentos que também são chaves, são importantes para preencher alguns buracos na história da guerrilha.

Sebastião Pimentel: - De quem é essa foto aí?

Leonencio Nossa: - Esse é o Arildo em Itací, ainda no o distrito onde ele nasceu junto com a Marlene, que é irmã dele. Eu coloquei as fotos do Araguaia aí só para ficar menos trágica. É o seguinte: as guerrilhas no Brasil, tanto a urbana quanto a rural, elas eram dispersas, eram muitos grupos atuando na luta armada brasileira, mas a repressão nessas guerrilhas teve um comando único, central, é o CIE, que era comandando pelo Milton Tavares, o famoso "Miltinho o cabelinho". Então no início dos anos 70 o Milton Tavares chefiou a repressão às guerrilhas com seus homens. Era um grupo muito homogêneo organizado que vai desbaratar todas essas guerrilhas. Então, todos os documentos dessa área, do estado ou do CNE ou dos 800 (oitocentos) centros da inteligência que serão repassados ou outros órgãos do estado como o COBS ou nas mãos de quem participou dos CNEs. Então os documentos que faltam para a gente preencher as histórias do Araguaia, os interrogatórios dos países dos guerrilheiros, não estou falando que existam, a meta de qualquer pessoa que pesquisa nessa área é buscar esses documentos. Os 41 (quarenta e um) guerrilheiros que passaram pelo Araguaia são interrogados. Eles passam por interrogatórios, são dados proibidos. Nós não temos, tem assim, às vezes quando um militar pede uma medalha para promoção. Eles vão lá nos arquivos deles ecolocam assim: fulano participou do combate com a Dina, a Dina disse isso daí; você pega uma coisinha aqui, outra ali e eles falam: tá vendo, eles tem documentos! Pra dar uma medalhinha para os caras eles têm documento, mas quando bota fogo, eles não têm documento. As fotos dos prisioneiros vivos eram feitas para identificar e mandar para Brasília. Os mortos em combate eram fotografados antes de desaparecerem com os corpos. Isso é uma coisa importante, a "correspondência diária escrito CPI", que é Centro de Triagem Institucional, que era um centro dentro da Casa Azul, com CIE em Brasília, na operação Marajoara, eles passavam telex, ficavam trocando informações. Esses telexs existem algumas coisas, mas poucas coisas, e passados por alguns casos, não tem assuntos em seu conjunto. O relatório final da Marajoara, que é a campanha militar, a terceira campanha quando a guerrilha é exterminada, esse relatório final não tem, tem parcial a Marajoara, mas o final nunca ninguém achou, e os relatórios diários, parciais e

finais das operações realizados em 1975 e 1976. A guerrilha acaba oficialmente em janeiro de 75, mas o Exército fica lá, 75 e 76, direto.

Francisco Aurélio: - Está lá até hoje.

Leonencio Nossa: - E as folhas de alteração dos ex-agentes, eles não podem falar que não tem, como foram extintas, porque tem. A folha de alteração diz o seguinte: olha, o Sr. Lício Augusto Maciel, saiu do Rio de janeiro e foi para Marabá em novembro de 73, e em janeiro de 74, ele voltou para Brasília. Nessa análise dos deslocamentos deles, nós vamos saber quaís foram os militares que realmente participaram de todas as operações. Através dessas folhas de alterações, me ajudaram muito a realizar o trabalho que eu fiz com o Curió. Pois, ele falava, por exemplo, que foi o cara que exterminou o grupo do Araken, a comissão militar, a polícia militar, porém, Maurício Grabois cai no dia 25 de dezembro de 73. Só que na folha de alteração do Curió, está lá que nesse período ele estava se recuperando de um combate onde matou a Sônia, que é outra guerrilheira, e ele estava em Brasília se recuperando no hospital, então ele não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Ao ouvir ex-agente, a folha de alteração é importantíssima, porque não adianta o depoimento, a testemunha oral pode ser algo fantástico, mas pode ser um nada. Então essas coisas de fazer alterações de ex-agentes do Exército não passa, eles falam que é caso privado.

Leonencio Nossa: (mostra a foto) - Esse cara aí foi o cara que matou o Arildo, que cortou a cabeça do Arildo.

Francisco Aurélio: - Esse é o mateiro?

Leonencio Nossa: - Esse é o mateiro que morreu. Dos três mateiros, se vocês forem atrás dos capixabas do Paranoá, (trecho inaudível), o baixinho foi morto, mas o Eliomar está vivo. Ele é uma pessoa que se vocês forem ao Araguaía, seria importante conversar com ele, ele e o Jonas, que é um camponês, e que o PCdoB a vida inteira falou que ele era um traidor. Ele pode dar um depoimento sobre a morte do Arildo. Isso aí é o que eu tinha falado, o Milton Tavares chefiava o coração da máquina da repressão e todas essas ações de combate à guerrilha. Esses aí são alguns militares mais destacados nessa máquina da repressão. Essa aí é a Áurea.

Francisco Aurélio: - Espera só um pouquinho, aquele de barba, são todos militares?

Leonencio Nossa: - São todos militares.

Francisco Aurélio: - Todos estão vivos?

Leonencio Nossa: - Os que estão vivos: Léo Frederico Sinésio, está no Rio ou Brasília; Gilberto Zenick; Aluízio Madruga; Wilson Romão; Nilton Cerqueira. Seria importante para vocês, buscar depoimento do Lício Augusto Maciel, que está no Rio, e que é o chefe da patrulha que vai matar o

Zebão. Ele é importantíssimo para contar o que ocorreu com o Zebão. Ele é o cara que mata o Zebão. Quando o Zebão levou o primeiro tiro, foi ele que disparou. Ele mora no Rio, ele é o mais difícil de conversar, porque é um cara muito alterado. Ele é importantíssimo nessa história em recuperar o que ocorreu com o Zebão.

Francisco Aurélio: - Você conseguiu entrevistá-lo?

Leonencio Nossa: - Entrevistei.

Uéber de Oliveira: - Mas ele fala?

Leonencio Nossa: - Fala. A história e morte do Zebão estão bem redondas, porque você tem o depoimento dos guerrilheiros que passaram pelo Maurício. Tem o depoimento do próprio Lício que bate, então não tem problema nessa história do Zebão. É importante ele falar como matou o Zebão até por conta do ponto de vista histórico, um militar do Exército, um oficial contando como matou um capixaba na mata, acho importante. Mora no Leblon, eu passo o contato. Essa foto é a "busca dos corpos", o problema de todas as expedições do governo lá para o Araguaía, leva em conta depoimentos de mateiros e de gente da região. E os mateiros acompanharam só na primeira fase, quando os guerrilheiros eram enterrados nos cemitérios. Quando os guerrilheiros fazem a operação limpeza, o caboclo, o homem da região não participa disso. São só militares, os coveiros são militares, todo mundo é militar. Nessas expedições não tem muito sucesso porque eles não vão aos oficiaís mais graduados. O Ministério da Defesa dá todo o suporte logístico, porém, não dá aquilo que é o mais importante, as informações. Vocês podem ver que sempre que tem expedições, tem escândalo politico no Brasil. Tem o caso do Waldomiro, por exemplo: foi uma expedição pra lá, ela entra como agenda positiva, é impressionante rapaz, daí, você vai corre pra lá, sem uma base antes, vira uma neura. O comando do exército não participa das buscas, essas identificações dos coveiros militares, por exemplo, eles não identificam quem são os coveiros, eu já passei lá onde ficam os coveiros e não tem jeito. Tem também o problema dos conjuntos de ossos que ficaram lá em Brasília até 2012. Eles estavam em caixinhas de biscoito, na Câmara dos Deputados, dentro de um armário no Ministério da Justiça. Uma juíza foi e falou assim: não quero maís lá, manda tudo para a UNB, aí mandaram para a UNB. Agora eles não querem identificar os corpos que foram retirados de lá, vira uma confusão. Tem 20 (vinte) corpos lá em Brasília, enfim isso são relatórios que eu peguei. Isso é basicamente a questão do Araguaia. Avançou-se muito durante esses anos, muitas informações, nessa linha das execuções, a participação de pessoas da região, mas ainda é uma região muito complicada. Eu gostaria de falar uma coisinha aqui. É o seguinte: no Araguaia o Arildo quando foi prá lá, ele construiu uma escolinha para Áurea dar aulas para as crianças, ele construiu na beira do Rio Araguaia, num lugar chamado Boa Vista dos Perdidos. Nessa escolinha a Áurea deu aula lá muito tempo e depois o governo construiu uma escola de alvenaria ao lado para deslocar as crianças. Hoje a escola que tem lá é de alvenaria, uma escola para as crianças de séries iniciais. Eu

sempre tive vontade de tentar fazer uma biblioteca lá, no lote em que ele (Arildo) construiu a escolinha. Mas está muito difícil, se vocês quiserem participar. Eu acho que é a única forma de perpetuar a história, para as pessoas que vão se aventurar por lá, tem a uma beleza nisso tudo. Você ir para a mata, o idealismo de um outro tempo, acho isso interessante, a história deles é muito interessante, eu não vejo nos guerrilheiros do Araguaia aqueles problemas que a gente vê na cidade, tem uma coisa mais bruta, de violência, não vejo violência por lá. O próprio comando da guerrilha, você não consegue entender porque os caras não saem de lá, eles ficam lá, eles acabaram se tornando pessoas da própria região. Há muito envolvimento deles. Essas pessoas viraram entidades nos decoros(01:12:31) que se faz no Araguaia, houve um envolvimento muito forte deles e eles com a região. Eu acho divino assim, alguém naquela época, vai lá no Araguaia construir escolinha, isso é bacana. E se vocês forem ao Araguaia, vão conhecer a escolinha lá, eu acho que é bacana. Basicamente é isso.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Leonencio, na verdade então os capixabas eram 5 (cinco) e eu acho muito importante essa pesquisa que você fez, até para nós, porque uma das nossas preocupações da Comissão da Verdade é essa questão da memória mesmo, resgatar a memória e da verdade, então talvez a gente possa aprofundar mais esses 5 (cinco), até para que eles possam ser referência, até para isso, para nomes de escolas, não sei, alguma forma de homenagem talvez o estado possa fazer a essas pessoas, ou pelo menos trazer, dar visibilidade a essas pessoas, na história do espírito Santo. É esse desconhecimento que nós temos da história local, o que faz dois jovens de Nova Venécia se envolver num projeto desse? Ou você diz o PCdoB cooptar essas pessoas ou eles se engajarem nessa luta, então é isso é que fica na minha cabeça, o que fazem essas pessoas, a não ser esse idealismo, aí eu penso até que possa ter alguma coisa no estado que o Adilson fala tanto do Curió, porque tirando o Arildo que era de Cachoeiro, e o outro que era de São José do Caçado, os outros 3 (três) eram do norte.

Leonencio Nossa: - O Marcos Lima é de Nova Venécia e o Zebão também.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Então é nesse aspecto que eu penso que talvez a gente pudesse aprofundar um pouco mais para recuperar a história desses capixabas.

Leonencio Nossa: - E não está difícil.

Francisco Aurélio Ribeiro: - O Valadão é fácil, eu sugiro que a gente até convide o Roberto para vir dar seu depoimento.

Leonor de Araújo: - Ele já deu.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Ah! É, ele já veio, desculpe. Ele falou. Mas agora dos outros, depois se você tiver alguma referência de parentes dos outros para que possamos contatar.

Leonencio Nossa: - O irmão do José Maurilio Patrício, eu tenho maíor prazer em falar, ele pode dar um belo depoimento sobre o irmão. O Danilo que foi torturado no Araguaia também conviveu muito com o Patrício na Universidade Federal Rural do Rio. A família do Marcos José de Lima, é pobre, está em Nova Venécia, à irmã está lá. Trazê-la aqui seria sensacional.

Jeanne Bilich: - Gostaria de fazer uma pergunta, que é especulativa, mas, eu gostaria de saber: Você citou pessoas de Nova Venécia, Santa Teresa, e chamou minha atenção que todos estão localizados no norte do estado.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Tem dois no sul, um em São José do Calçado e Santa Teresa: Marcos José Lima e João Gualberto Calatroni.

Jeanne Bilich: - Ah! Tem? Então invalida. Eu queria saber como a rede de comunicação funcionava mais no norte por ser uma região mais pobre.

Leonencio Nossa: - É porque que no sul, na verdade em Santa Teresa eles foram morar no Rio, vão ser do movimento lá no Rio, e estudar no Rio.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Aí já é de família de classe média.

Sebastião Pimentel: - É o caso do Arildo.

Leonencio Nossa: - No caso do Zebão e do Marcos José de Lima vai uma pessoa, a pessoa existe ainda, que foi para Nova Venécia e pela qualidade de vida encontrou esses meninos e foram para o Araguaia, mais ou menos assim, não foi uma rede específica.

Vitor de Angelo: - Uma pessoa de onde, Leonencio? Do PCdoB do Rio?

Leonencio Nossa: - Do PCdoB e do Rio. É muito interessante porque geralmente é pessoa de classe média que foi para o Araguaia. A história desses dois é muito rica, muito interessante.

Francisco Aurélio Ribeiro: - É no caso do Arildo e do Lincoln, é classe média, agora os dois não, são pobres.

Leonencio Nossa: - Muito pobres. O pai do Marcos, Zé de Lima, foi assassinado, a mãe veio embora, mora aqui com o tio deles no morro da Praia do Suá, mas ela abandonou as crianças muito cedo, quem pode falar muito é a irmã Maria Luíza, que criou ele. E ela está em Nova Venécia. Eu tentei um tempo por meio da escola. Tem uma escola tradicional em Nova Venécia, a qual fui verificar seu histórico escolar. Porque esse menino, eu tive um problema sério. Tinha uma história que ele passou pelo colégio estadual, aí eu fiquei muito tempo indo atrás de documentos no colégio estadual, achei homônimo, nome não era difícil, Marcos José de Lima, mas não era a mesma pessoa, esse menino estudou, fez as primeiras séries em Nova Venécia, e virou um ferreiro e não tem foto dele nem no processo de mortos ou desaparecidos. Achar uma foto dele, já é um grande achado.

Ueber de Oliveira: - Eu queria fazer algumas perguntas: Joaquim Tonho, eu tive a oportunidade de entrevistar o tio dele, que é homônimo, que foi torturado no lugar dele. Foram à casa do tio (Sr. Joaquim) pegaram ele lá, e o torturaram achando era o que estava no Araguaia. Inclusive no depoimento ele fica tão amargurado sobre essa história, que ele não falava, o filho dele falava e ele ficava chorando do lado. É foi impressionante! Eu ia pedir para você falar mais, mas você estava falando do Zebão, está devidamente esclarecido.

Leonencio Nossa: - Zebão é porque o povo do interior chamava de "ZÉ BÃO", "ZÉ BOM", daí ficou Zebão.

Ueber de Oliveira: - Eu queria que você falasse um pouco mais daquele livro do "Japão Moreno". Ele fala do efetivo militar empregado, efetivo maíor, efetivo no Brasil na 2ª Guerra Mundial. Fala um pouquinho maís com base nas suas pesquisas. O efetivo militar realmente empregado até onde você vai procurar dada a impossibilidade de acesso alguns documentos que você mencionou essa situação militar etc, um pouco maís, falasse dos que sobreviveram exemplo do Rômulo, o mais emblemático o José Genuíno e um pouco também daí não tem muito haver com o Araguaia em si, mas eu queria entender suas impressões a respeito do depoimento do Claudio Guerra. Naquele livro do Marcelo Netto e do Rogério Medeiros, quaís são as suas impressão como você enxerga as memórias.

Leonencio Nossa: - Olha só, se falaram em 20.000 (vinte mil) homens 10.000 (dez mil) homens no Araguaia, ali você não vaí encontrar um relatório que indica, porque eram várias campanhas, vários momentos, então você vaí ter que fazer um apanhado de planilhas, e você vaí ter que fazer um trabalho todo de logística para entender o tamanho da região, para ver o quanto a região comporta de homens. Então eu trabalho com número de 3.400 (três mil e quatrocentos), isso é assim com todas as campanhas, no pico ali pode dar 2.500 (duas mil e quinhentas), mas não vai passar disso porque a região não comporta.

Ueber de Oliveira: - Esse número 20.000 (vinte mil) e 10.000 (dez mil), aqui?

Leonencio Nossa: - Não, não dá, é uma forma do PCdoB colocar, pensa bem, 3.500 (três mil e quinhentos), homens naquela selva é homem pra caramba, é muita gente. E é o maior efetivo após a 2ª guerra, após a 2ª guerra não teve nenhum uso tamanho assim de homens. Canal do Suez foi mil e pouco, então são 3.500 (três mil e quinhentos) homens, tem que incluir aí, Policia federal, Marinha, Exército, mas 3.500 (três mil e quinhentos) é um número que eu trabalho. O Cláudio Guerra falar uma coisa: cada historiador, cada jornalista tem um critério, no meu critério ele não contaria nada, o Claudio Guerra, principalmente porque sou capixaba, vocês são capixabas, história do Cláudio Guerra à gente acompanhou no calor da hora, o Cláudio Guerra é um personagem do crime organizado no Espírito Santo, está aqui o Dr. Agesandro.

Agesandro da Costa Pereira: - Eu o conheci como oficial de justiça.

Leonencio Nossa: - Quando o Sr. conheceu ele lá?

Agesandro da Costa Pereira: - Isso em torno de cinquenta e poucos... Na vida pregressa ele era delegado.

Leonencio Nossa: - Ele entra no DOPS em 76, pós os crimes que ele disse, é algo interessante, ele tenta migrar da figura do criminoso comum que é o crime organizado para o criminoso da ditadura, que na ótica deles deve ser mais interessante ser. Mas só que ele não cabe, ele não se encaixa, no criminoso da ditadura.

Ueber de Oliveira: - Não sei se é maís interessante, é porque se justifica no ponto de vista deles, pela necessidade de se combater a guerrilha. Era a guerra, certo, é esse o mote desses militares.

Agesandro da Costa Pereira: - Ele se aliou aos ricos, ele fazia a guarda deles. O problema é que qualquer hipótese de idealismo nele era absolutamente improvável. O problema dele era um sujeito que tentou uma saída e achou outra que aproveitaram dele, ele se aproveitou deles e eles se aproveitaram dele.

Leonencio Nossa: - O que se achou estranho no depoimento dele e soa bastante de forma aberta, é que ele coloca seu principal parceiro em seus crimes o P.J. Eu fui calcular a idade do P.J. com a prepotência que foram escrita, P.J., teria 17 anos. E já estava incorporado na policia civil, polícia militar.

Agesandro da Costa Pereira: - Ele estava extremamente ligado ao "bexiga".

Leonencio Nossa: - No Rio, é aí que vem a memória da ditadura, como tinha o capital Guimarães que relatavam para ele, aquilo se incorporou na memória oportunista dele, e ele tenta se colocar como protagonista da ditadura. Que loucura o Ministério Público indiciou o cara, em Casa Rio Centro, olha que loucura! Ele fez festa! Qual a participação do Claudio Guerra no Rio Centro? Virou uma loucura esse processo todo. Quando ele disse que cometeu aqueles crimes lá no Rio, ele tira cadáver de São Paulo, atravessa o estado do Rio inteirinho e vai levar para Campos para incinerar. Imagina, olha a loucura, se você é boa leitora, atenta a isso, vai perceber que ele diz assim: fulano de tal estava todo encapuzado, a fisionomia da fulana, não bate absolutamente nada. Daí ele vem com essa história maluca! É a maior fraude desse processo todo.

Ueber de Oliveira: - E aquele voo para Angola para bombardear.

Leonencio Nossa: - Ele e o Fort Dan que está em todos os lugares, mirabolante. - No caso do Fort Dan ele aumenta muito as histórias, é comum nos militares a megalomania na sua participação. Mas no caso do Claudio Guerra, ele invade a história completamente, ele não está contando a história, ele só entra no DOPS em 76, ele era estudante de direto em Colatina quando já disse que era gente

influente no DOPS em Rio e São Paulo. Essa é uma construção com todo respeito pelo trabalho jornalístico do Rogério, ele é um importante jornalista do Espírito Santo, é muito importante, não posso condena-lo, agora, não dá mais para você pegar um gravador e colocar na frente da pessoa, gravar e depois não pegar esse material e confrontar. Agora como capixaba, nós não podemos aceitar de jeito nenhum, porque nós acompanhamos a história do Claudio Guerra, desde muito tempo, a história dele é bem contada, a gente sabe quem foi o Claudio Guerra. Tem o trabalho do Pedro Maia, que escreveu um livro "Cana Dura" tem registro histórico que foi dado na época pelo próprio, então veio num momento muito ruim à história do Claudia Guerra, porque banalizou um pouco e tirou muito a atenção de coisas mais importantes. Outra coisa, isso em of, a construção e participação da Secretaria dos Direitos Humanos em Brasília, eu não estou falando com maldade, estou falando de erros. Erros mesmo que se cometem em ficarem encantados com o trabalho fantástico que a imprensa de Brasília fez vocês lembram? Saiu em todos os jornais.

Jeanne Bilich: - E o observatório da imprensa, não foi só gravado como reprisado, porque eu assisto o observatório, foram reprisadas 3 (três) vezes.

Leonencio Nossa: – Posso contar uma história aqui que é chocante. É chocante porque o Dines me ligou, eu fui o único que naquelas matérias que o estado me mandou fazer, falei que era tudo mentira. Daí o Dines me ligou e disse: "Leonencio, fui encarregado de fazer uma matéria aqui para Vitória, preciso fazer uma entrevista com o Claudio Guerra, mas eu confesso para você que é um tema que eu não lido, você pode me ajudar? Você fez a matéria política, levanta aí o que você achou". Fiz 23 (vinte e três) perguntas questionando aquela maluquice que é o livro do Claudio Guerra, das 23 (vinte e três) perguntas que eu fiz e passei para ele, sabem quantas o Dines fez? Nenhuma. Ele foi obrigado a fazer aquilo. Envolveu Franklin Martins, envolveu todo mundo. Foi uma loucura aqueles caras, não foi por maldade, foi porque acreditaram no trabalho, isso ocorre, o jornalismo é isso mesmo, são impressões, os meus livros, é o que eu faço são impressões, eu jogo, tento jogar o que eu acho certo, e a história está sendo construída assim.

Jeanne Bilich: - Mas a própria entrevista que eu assisti, não sei quem assistiu, mas o próprio Guerra escorregou naquelas perguntas todas, o Dines fazia uma pergunta, e ele respondia outra coisa, eu assisti e reassisti Leonencio, porque eu vi pela primeira vez e depois tornei a ver, a pergunta era uma e a resposta era outra. Por vezes o Dines até forçava, mas não saía nada não.

Leonencio Nossa: – Tem o Paulo Magrins que virou um personagem ele foi assassinado, a gente que acompanha essas coisas, tem um olhar maís critico em série dessas entrevistas. Mas o que ele fala? Não tem nenhum parágrafo que ele diz: - você vaí ficar isso é importante para ficar. Porque tudo o que ele fala é assim: - "não, levamos o corpo do pai para uma praia, rio, onde foram destruídos, mas olha não fui eu, foi um grupo. O grupo já morreu no Araguaia, uns jogavam os corpos no rio, falavam que jogavam com pedras, a ponto de não afundar completamente, e não

boiar". Meu Deus! Ficar o corpo ali vai ficar no galho! E o pescador vai jogar a isca. O depoimento dele é uma maluquice completa.

Francisco Aurélio Ribeiro: - É um genocídio na verdade, é o que encaixa, a palavra é essa.

Leonencio Nossa: - Ela não se encaixa na história.

Jeanne Bilich: - As coisas não se encaixam.

Ueber de Oliveira: - Porque depois a morte dele vai ser tomada, não estou colocando em dúvida a possibilidade de que tenha sido queima de arquivo e tal, imediatamente todo mundo sai com esta tese. Antes que a polícia falasse qualquer coisa, e porque fazia todo o sentido cronologicamente falando porque era na sequencia, tematicamente, porque ele tinha acabado de dar um depoimento, então um ex-agente que tinha falado coisas inéditas que de repente era assassinado. Foi queima de arquivo ponto. Então membros da Comissão da Verdade, saindo já a público falando isso, pedindo investigação, com ar de muita austeridade nesse pedido, quando na verdade, você não tem certeza, poderia ser uma coincidência. Quer dizer, mas é um fato que tendo acontecido na sequência só vem reforçar esse caráter supostamente bombástico das suas revelações. Que é o que você está dizendo, não tem nada de tão bombástico assim.

Leonencio Nossa: – A questão do crime de encomenda no Brasil, esse crime político, ele se baseia no seguinte: a vítima é um empecilho pra quem está buscando poder, ou pra manutenção do poder de um grupo ali. E no caso dele, ele não contou nada que prejudicassem ninguém. E não deu indicações, sinalizações que iria fazer isso, então ele não se encaixa nessa coisa de crime político, não tem nenhuma dessas qualidades de um crime de encomenda, porque realmente é isso mesmo, a polícia no Brasil, no caso do crime político, ela não trabalha bem nisso aí. Porque quem manda no delegado é Secretário de Segurança que é indicado pelo Governador, e o Governador tem plenos poderes. Então você não tem apuração de crime político no Brasil. Estou na mesma situação que você, não sou polícia, não estava lá, não estou acompanhando esse caso, mas o que me parece assim é que não se encaíxa num crime político.

Ueber de Oliveira: - Eu quero dizer que pega até mal você cogitar que não foi crime político, isso que eu quero dizer.

Leonencio Nossa: - A gente tem que ficar quieto, nessas histórias todas, essa coisa de índios.

Ueber de Oliveira: - Me parece que você não está enxergando o que é óbvio, que foi uma queima de arquivo, do meu ponto de vista desde quando ele morreu nunca foi tão óbvio, porque faz tanto sentido, é tão óbvio, que assim chega a ser burro, imaginar que alguém mataria o cara logo nessa sequência. Ele não trouxe documento nenhum, ele não publicou livro nenhum.

Leonencio Nossa: - Ele não traz novidade nenhuma.

Ueber de Oliveira: - Quem publicou aquele livro, me fugiu o nome dele, aquele menino, “Bacaba”.

Leonencio Nossa: - O Chico Dólar, o Ximenes.

Ueber de Oliveira: - Pronto! Você ta entendendo, ele publicou um livro, na época que eu fazia doutorado, eu comprei esse livro, diretamente dele, mandou autografado com dizeres militares, ele trás essas folhas de alterações, e o seu livro é um primeiro que é usado justamente como ponto de partida para argumentar que militares tem documentos porque ele mostra que é condecorado com documentação que o Exército diz que não tem mais.

Leonencio Nossa: - E fala, coloca nomes de outros colegas vivos na coisa, e não acontece nada.

Ueber de Oliveira: - Esse que tinha que morrer, porque esse compromete outros tantos.

Leonencio Nossa: - E a terceira pergunta foi sobre a questão dos que sobreviveram. Interessante, que com exceção do Genuíno, os guerrilheiros que vão à guerrilha rural, eles não tem espaço no período da redemocratização no debate político, eles são todos alijados. O Genuíno meio que escapou por uma jogada de mídia, porque logo conquistou a simpatia do Ruy Mesquita do Jornal Estadão do Jornal da Tarde, ele deu todo o espaço para o Genuíno falar, daí ele se tornou meio que uma pequena celebridade em São Paulo no meio da história. Agora os outros sobreviventes, os 11 (onze) que sobreviveram, eles vão ser detonados, eles vão ser completamente alijados do jogo, o próprio Genuíno é expulso do PCdoB, porque olha o que o Genuíno fez: Ele foi à casa de todos os guerrilheiros que ele conhecia dos guerrilheiros mortos para dizer como eles morreram. Ele foi a Cachoeiro e disse: “Olha o irmão de vocês, o Arildo morreu no Araguaia, vim aqui para falar para vocês”. E o PCdoB ficou revoltado com ele, com essa atitude, expulsaram o Genuíno. Fui semana retrasada num congresso, onde fizeram uma exposição sobre a guerrilha, só tinham fotos do Lula e do João Amazonas lá, para não dizer que não tinha foto de um guerrilheiro, tinha a foto do Osvaldão, pequenininha num canto. O que o Lula tem a ver com a história do PCdoB? Tem recente, nem eles preservam essa história, é uma coisa de louco. No ano passado, o PCdoB nunca falou nada do meu livro, nunca, aí eu fiz uma materinha dizendo o seguinte: que o horário eleitoral deles, eles tinham falado do Jorge Amado, do Prestes, da Pagú de todos os líderes do PCB, mas do PCdoB, o Maurício Grabois, da guerrilha esses caras todos eles não citaram. Eles ficaram revoltados, me chamaram de jornalista “marrondia, diabo a quatro”. Esses partidos de hoje estão em outra, na questão do campo eles estão ligados ao agronegócio, o negócio deles é outra história, essa história ficou marginalizada completamente. Por isso é muito importante levantar a história dessas figuras, porque são figuras excluídas, excluídas de todo o processo. Não é um discurso reacionário, pelo contrário é um discurso mesmo de uma história tão interessante, que poderia ser exemplo, porque o mundo hoje tem tantos problemas, você vê os caras saindo da cidade com conforto, vão prá lá, vão para a selva, vão à busca de sonhos mesmo, idealismo.

Jeanne Bilich: - É utopia, estou falando porque vivi esse tempo, fui para a imprensa em 74, era o idealismo, era utopia, ninguém estava querendo levar vantagem em nada não, no poder, não era isso, eu vivi, eu tenho 65 anos, eu sei o que estou falando. O clima, o espírito do tempo, isso que você está falando é importantíssimo, era tudo utopia.

Leonencio Nossa: – É outra coisa, é outro tempo, eu acho muito legal muito interessante à história, como personagem.

Jeanne Bilich: - Quando eu fiz o mestrado, não sei se o senhor professor Francisco Aurélio, as pessoas que estiveram na minha banca ou professor Sebastião, que eu coloquei lá na parte que eu faço, "o que os jovens queriam era justamente um país com menos abismos sociais", a gente sonhava com igualdades sociais, não sei se foi o professor Sebastião ou Francisco Aurélio ou se foi Gilvan na banca de qualificação que disse: Jeanne, você escreveu isso na sua iniciação? Você tem certeza disso? Você está baseada em que? Estou baseada na minha própria impressão que eu vivi. Era um projeto utópico, e burro, ingênuo se você quiser.

Leonencio Nossa: – Mas o que ocorreu com ele foi o ostracismo total desses sobreviventes. Outra coisa, o fato de ter sobrevivido fosse um pecado. Tudo isso é muito dramático. Eu escrevi no livro, que a Áurea foi por amor para o Araguaia, à medida que existia "jovem guarda" eles não tinha nada com PCdoB. Esses meninos de Nova Venécia não tinham nada com PCdoB, eles foram porque eles queriam ir. Daí reclama dizendo: que o que eu fiz, foi um desrespeito com a guerrilha, com o comandante. Não é! As coisas não são assim. Ali no Araguaia não é um grupo homogêneas, são pessoas completamente diferentes, cada pessoa daquela é um universo.

Jeanne Bilich: - É interessante nesse tempo Leonencio, depois se você quiser até ponho na mão do professor para você ler a primeira parte "como a gente fazia a política com amor e o amor com a política". Eu quero dizer que era tudo mesclado e implicado, não tinha essa divisão, minha vida amorosa sexual é minha vida política, estava tudo amalgamado, sabe como? Era assim eu própria, não sei se devo dizer isso, meu primeiro marido, que me fez casar com ele porque eu enxergava nele um Che Guevara, o que foi uma decepção do inferno, não precisa nem dizer! Mas, como ele era um militante, militava no Espírito Santo todinho, na minha cabeça de 16 (dezesseis) anos, 17 (dezessete) anos. Oh, não havia coisa maís romântica do que olhar o sujeito escondido aqui no Espírito Santo porque tinha vindo trabalhar para o governo do Miguel Arraes, não, não tinha. Porque foi um desastre, era político. Mas a motivação foi essa. Pois é, até descobrir que o negócio é outra coisa.

Ueber de Oliveira: - Leonencio, eu tenho uma ligação pessoal afetiva com Nova Venécia, embora não seja de lá, toda minha família é de lá. É Papé, eu tenho um avô que é de Castelo, mas mora em Nova Venécia há 60 anos no mínimo. Como ele tem 90 anos, já deu tempo de morar muitas décadas, talvez até conheça uma cidade que era muito menor há algumas décadas atrás alguns

nomes desses que você mencionou. Eu fiquei pensando e você acabou falando agora a partir do que a Jeanne falou como era essa guerrilha tão politizada não, é verdadeira, tá certo, porque você falou da heterogeneidade agora, mas quando a gente lê sobre a guerrilha, ela foi tocada por um partido, o PCdoB, e tem-se a impressão do material que a gente sempre lê, que o grupo que vai para lá é um grupo que está muito afinado com o partido, e que sabe o que está fazendo. E os que não sabem o que está fazendo, são aqueles que são regimentados na região. Mas não aquele que vão pelo partido. Porque esses já são quadros do PCdoB. E o depoimento que você traz aqui, pelo menos no caso dos meninos de Nova Venécia, não é verdadeiro. Nós estamos aqui diante de duas pessoas que vão pelo partido numa circunstancia semelhante a aquelas pessoas que o partido vai regimentar na própria região. Quer dizer, são figuras que estão por aí, vagando, não sei se é essa sua hipótese, mas o tempo todo pela leitura que eu fiz você sugere isso, tão vagando por que a sua condição familiar sobre tudo lhes coloca nessa situação, tá certo? Quer dizer, o pai morreu, a mãe abandonou não há raiz nenhuma, estão numa região que há algumas décadas atrás não devia ter muita perspectiva do que ficar naquela mesmice atividade, e aquela por outra no Araguaia é muito parecida que fosse a outra no Araguaia, inclusive porque é um ponto a ser observada. A tática da guerra popular prolongado não pressuponha de início uma atividade guerrilheira, mas sim a técnica de se infiltrar na região, portanto eles não fariam nada no Araguaia diferente do que fariam em Nova Venécia, é a chegada dos militares que apressa tudo isso, e que imagino, sem conhecer que eles não tenham nenhum conhecimento militar, você trouxe aqui a informação que já mostra isso, que o sujeito fabricava uma ferramenta para arar a terra e de repente fabrica armas de guerrilha. Quer dizer não vai dar certo. Então me chamou a atenção esse depoimento a respeito dos 02 (dois) rapazes de Nova Venécia, porque mostra claramente isso que você disse agora. A heterogeneidade, o fato de o partido, tem alguém aqui do PCdoB que consegue habilmente convencer dois rapazes a ir, o que não é simples. Eu não sei com que tipo de argumentos eles convenceram, se falaram que de fato era uma guerrilha, ou se os rapazes se envolveram numa guerrilha só porque ela foi apressada pela chagada de militares, eventualmente pode ter ido para lá com uma promessa que fariam as mesmas atividades rurais, eu não sei o quanto estava claro para eles. Eles não tinham maiores vínculos ali em Nova Venécia, ou trabalho de base, sei lá foram. Então achei muito interessante essa observação, e fiquei pensando agora a partir do que a Jeanne disse também, que se é verdade, que muitos sobre tudo esses grupos do Rio bate com aquilo que o Marcelo Vidente fala “é o grupo classe média universitária”. O grupo clássico que vai aderir à luta armada. Mas se esses de Nova Venécia estão a par mesmo desses abismos sociais do qual eles são vítimas inclusive. Porque isso exige um nível de politização que eles, a princípio imagino que eles não tenham a primeira vista, tá certo? Então, o quanto você tem pessoas não politizadas que não se dão conta desse abismo que são vítimas dele embora vivam, do lado da vítima o próprio abismo, e estas pessoas vão para a guerrilha. Lutar contra isso que elas nem identificam o que é, nem consegue enquadrar a situação elas nelas como vítimas. Chamou-me muita atenção esse exemplo de Nova Venécia e pra terminar aqui, se aproxima de uma sugestão que eu dei na semana retrasada, de uma

investigação a respeito desses nomes não conhecidos, a gente tem muito nomes conhecidos, mas esses? O tal do Zebão? A gente não sabe quem é? É um capixaba, é um nome "desconhecido", e ao mesmo tempo, traz essa importância, porque ele dá novas cores, a guerrilha. Mostra que ela é heterogênea, que tem gente não politizada, que tem gente que não está militando no partido, foge do eixo Rio/São Paulo, enfim há uma série de cores, que vai trazendo para uma história que quando a gente lê muito complexa, mas colocada como homogênea. O partido que envia quadros, que vaí fazer a guerra popular prolongada, a partir do exemplo chinês e que precisa se apressar na ação guerrilheira porque o exército chega.

Leonencio Nossa: - O Zebão e o Marcos, eles chegam antes do Exército chegar. Quando o Exército chegou, não entrou mais ninguém, praticamente já estavam todos lá. Mas é muito legal, porque se você olhar a guerrilha, o que os comunistas escreveram você vai ver toda uma hierarquia mesmo social. Uma pirâmide social. Esses meninos eles não vão ser tratados como comandantes, eles não vão ser tratados como esses militantes que foram ao Rio, São Paulo, não vão. Só que chega um momento na selva, que ter habilidade, ter conhecimento no meio rural, já muda o jogo, então o cara que é bem visto pelo comandante, porque entende tudo na capital, vai perder para um menino que sabe fabricar uma arma que ele fazia para caçar passarinho. Então isso muda o jogo, a guerra da guerrilha, vai mudar completamente o jogo.

Ueber de Oliveira: - Desculpe interromper, então eles assumem alguma função maís importante?

Leonencio Nossa: - Não, eles não chegam a assumir uma posição de importância, mas eles passam a ser menos excluídos do processo. Mas ainda assim, o tratamento que se dá para eles, você vê aquele Marcos José de Lima? Personalistas, críticas assim como, pode ter fugido, tem muito disso. Tem um caso de um mateiro, que um dia os guerrilheiros estavam dormindo no acampamento, esse mateiro um menino do mato, foi acusado de matado gente, ele entrou no acampamento dos guerrilheiros dizendo que queria ser guerrilheiro, aí os guerrilheiros foram para cima dele, deram uns socos no cara e ele dizia, não daqui eu não saio, quero ser guerrilheiro, quero ser guerrilheiro. (esse é o Pedro Carretel esse é um maranhense.) Daí o cara acabou ficando na guerrilha e acabou tendo atitudes e entendeu muito bem essa história de guerra de guerrilha. O problema dos capixabas é que eles tinham outros problemas. O Marcos era epilético, sofria de epilepsia, foi um drama para ele. Então é muito legal, merece sim, uma baita investigação sobre esses capixabas, tem uma história rica por trás disso.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Eu já me dou por satisfeito.

Leonencio Nossa: - Eu vou fazer o seguinte, vou pegar essas indicações de pessoas e passar para vocês. Essas pessoas para poder ser entrevistada.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Pessoas de São Mateus de repente podem ajudar a pesquisar lá em Nova Venécia.

Leonencio Nossa: - Buscar nas escolas em Nova Venécia registros antigos, atas, pegar essa foto dele. Um irmão mora em São Mateus.

Vitor de Ângelo: - Desses sobreviventes que você mencionou no Araguaia que são vivos, qual você acha interessante ser ouvido nessa comissão.

Leonencio Nossa: - O José Genuíno pode falar, só que ele está preso. Ele pode falar do Patrício que é do destacamento do Osvaldão. Tem o Danilo, ele foi preso logo no início da guerrilha. Tem a Regilena Carvalho que é uma jornalista de Itajubá MG, ela conviveu muito com o Arildo. Regilena Carvalho. Jonas que estava no dia junto com o Arildo, um camponês que estava em São Geraldo do Araguaia. Tem um professor que mora no Canadá que está vivo, também Pedro, e no Araguaia, seria interessante ir lá na região. No povoado do José Patrício, por exemplo, que morou muito tempo em Santa Cruz do Araguaia. Eu posso passar para vocês sim, no próprio livro tem o nome dos sobreviventes, e passo os contatos que tenho deles. Tem a Maria Luiza que é muito importante que era a mãe do Marcos, ela está morando em Nova Venécia.

Vitor de Ângelo: - Não sei se ainda está vivo o Tiú, o torturador.

Leonencio Nossa: - Não, ele morreu recentemente, mas os filhos do Tiú estão vivos.

Ueber de Oliveira: - E com relação às reparações, quem dessas pessoas que você citou parece que você está falando da disputa da Maria Luíza que é irmã que criou o Marcos Lima, até onde você sabe, ela está em disputa com quem. Alguém já foi reparado materialmente.

Leonencio Nossa: - Todos esses capixabas receberam indenização, em 95, Fernando Henrique deu as indenizações para essas famílias por "morte presumida". E a família do Marcos os irmãos entraram com um processo, só que quando eles estavam para receber, a mãe que eles não viam desde criança, apareceu, e conseguiu ficar com a indenização. Daí foi um choque na família, porque a mãe largou quatro filhos quando eram crianças. O Marcos tinha dois anos, daí largou as crianças e o pai por não viver bem com ele e veio para Vitória.

Ueber de Oliveira: - E ela mora no morro na praía do Suá como você disse? E recebeu a indenização de cem mil reais?

Leonencio Nossa: - Recebeu. É aquela mesma. Daí os irmãos ficaram revoltados, pois ela deixou-os pequenos e agora vem e recebe a indenização que eram deles. Seria interessante ouvi-la também para saber como foi o nascimento do Marcos, o porquê ela os abandonou e abriga com o marido. Ele era "bóia fria", da região, ele foi assassinado de forma muito violenta e aquilo foi traumático para as crianças. Foi uma vida muito sofrida. Os 4 (quatro) irmãos tem problemas mentais, são incapacitados. Tem 02 (dois) irmãos que falam ainda sobre o Marcos, ele mora em São Mateus, e uma irmã que mora em Nova Venécia. É a Maria Luiza, é uma pessoa muito simples, valeria a pena e

José Mauricio Patrício teria maior interesse de levantar a história do irmão, eles estão em Santa Teresa.

Ueber de Oliveira: - E do Zebão?

Leonencio Nossa: - Do Zebão, eu tinha contato com quem eu conversei foi com uma prima dele. Na época havia a história dos homônimos, mas os país dele não são maís vivos. E o Zebão teve uma vida muito complicada também. Mas o que eu tiver, eu passo. E o Arildo, seria interessante vocês ouvirem a Marlene, irmã dele que mora em Cachoeiro. O Altino parece que faleceu recentemente, ele viveu muito tempo com o Arildo, era o maís ligado ao Arildo, e a Jane que é irmã do Arildo, mora no Rio. A Jane tem muita informação. Outra pessoa que pode dar informação é a Iara, que é irmã da Áurea, está no Rio também. Essas são as pessoas que tem informação sobre ele. Quando vocês acharem alguma coisa do Marcos me comunica, eu tenho maior interesse.

Francisco Aurélio Ribeiro: - Leonencio, nós agradecemos sua disponibilidade de ter vindo de Brasília para dar esse depoimento, você nos foi muito útil até para que a comissão possa recuperar um pouco a memória dessas pessoas.

Agesandro da Costa Pereira: - Nós estamos empenhados em uma grande tarefa, é que no Brasil todos que convivemos ditatoriais deve-se se esvaído no tempo, então é possível que alguns deles tenham praticado tanta ilegalidade, como esse último, mas isso se esqueceu. O povo não é muito aceito a guardar na memória se não aqueles que sofreram várias violências no país. Então essa nossa tarefa é de deixar fixado aquilo que aconteceu na esperança que não volte a acontecer. A história não registra hoje menos violenta do que no passado, mas aquelas violências foram todas esquecidas, e talvez por isso é que tenha havido o ensejo à repetição desses fatos. O Filinto Muller talvez não seja mais bonzinho do que esses que estiveram a serviço da última ditadura. Você nos presta um grande auxílio, essa pesquisa que você vem realizando é uma pesquisa que no passado entusiasmou pouca gente, mas agora ela apresenta novas dimensões, novas consequências, e sucintas novas esperanças. E por isso então ao agradecer a sua presença e o faço penhoradamente e ainda ao lhe pedir que isso não fique restrito a essa data a esse episódio, mas que nós possamos, contar com seu apoio, seu trabalho, com sua inteligência e a suas pesquisas para darmos sequência aos nossos trabalhos. Nós temos uma estrutura limitadíssima, então nós trabalhamos em um ambiente, que se nós tivéssemos a estrutura adequada, nós poderíamos certamente avançar em muitos pontos que você deslumbrou, e não pode dadas a essas dificuldades, que você relatou a chegar aos pontos que você esperava chegar. Então ao formular esse agradecimento, que é o agradecimento de todos nós, todos nós já avançados em idade, e que vivemos as dificuldades da história desse país. Nós todos que estivemos em outra fase, empenhávamos em muitos outros trabalhos de resistência, resistência ao arbítrio e a prepotência que sempre foi marcante na nossa história. Cadê os militares agora, eles que pediram os que os outros haviam feito, talvez com mais

violência, talvez com maís oportunidade, mais aptidões, mas esse tem sito um braço marcante na nossa história. Vemos se nós pesquisarmos a nossa história sem ser “marxista” e nossa sociedade se divide em dois grupos, os exploradores e os explorados. Os exploradores estão afeitos às classes dominantes e são os sustentáculos de tudo isso que aconteceu. São sustentáculos político com a omissão, são sustentáculos econômicos e eles traçam um amparo, e sem esse amparo eles não teriam permanecido com essa ditadura violenta. Agradeço em nome dos colegas, e esperamos que você possa nos enviar outras indicações.

VIII. Conclusão e Recomendações

A Comissão procurou, além de cumprir o estabelecido na Lei Nº 9.911/2012 de 21 de setembro de 2012, retratar de maneira maís fidedigna possível os fatos ocorridos no Estado do Espírito Santo como forma de evitar que situações como as descritas nos depoimentos se repitam.

Após os trabalhos executados, a Comissão da Memória e Verdade Orlando Bomfim-Cemvob, faz as seguintes recomendações:

1. Reconhecimento da responsabilidade institucional pela ocorrência de violações de direitos humanos:

O relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim - Cemvob indica explicitamente que partes das violações dos direitos humanos ocorridas, durante o período analisado, ocorrem nas dependências de instituições estaduais ou com o envolvimento destas, tais como a Polícia Militar, Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Nesse sentido, é preciso que o Governo do Estado do Espírito Santo, em nome dessas instituições ou de modo complementar a uma manifestação formal sua, reconheça a responsabilidade institucional no tema em questão.

2. Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe de 1964

Subjacente ao reconhecimento da responsabilidade institucional pelas violações de direitos humanos durante a ditadura está a necessidade, portanto, de não maís realizar qualquer evento oficial em comemoração ao golpe de 1964. Essa proibição deve alcançar, sobretudo, as instituições do Estado envolvidas, direta ou indiretamente, nos casos apontados no relatório da CEMVOB.

3. Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação nas carreiras da área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos

Um dos principais traços do período aqui analisado foi a relativização de questões como direitos humanos e democracia. Ainda que estruturada sob o manto da legalidade, a ditadura em tudo se afastou dos preceitos democráticos, notadamente na valorização e no respeito aos direitos humanos. Assim sendo, uma tarefa importante é reformular os concursos de ingresso e os processos seletivos de avaliação de todas as carreiras da área de segurança pública no Espírito Santo, de modo a reconhecer a relevância da democracia e dos direitos humanos no exercício da própria profissão.

4. Modificação do conteúdo curricular dos cursos de formação de oficiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos

A par da recomendação anterior, a Cemvob também instrui o Governo do Espírito Santo a proceder uma reforma no conteúdo curricular dos cursos de formação de oficiais, a fim de destacar os temas e as questões ligadas à democracia e aos direitos humanos, fundamentais para a formação do oficial egresso dentro do perfil alinhado a essas preocupações de natureza política e social.

5. Apoio à desmilitarização da Polícia Militar e extinção da Justiça Militar

Embora seja matéria constitucional, e, portanto, fora das atribuições do Governo do Espírito Santo, a Cemvob recomenda, a partir dos dados trazidos por seu relatório, que o Executivo capixaba busque articular junto aos congressistas de sua bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal apoio à desmilitarização da Polícia Militar e à extinção da Justiça Militar Estadual.

6. Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura

Nos últimos anos, principalmente, o governo estadual tem alinhado seus esforços junto ao governo federal no sentido de localizar e abrir os arquivos da ditadura, especialmente através do projeto Memórias Reveladas. Nesse sentido, a recomendação da Cemvob é que o governo do Estado continue envidando esforços a fim de aprimorar os mecanismos de busca e disponibilização desse acervo, o que pressupõe o fortalecimento do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, tanto do ponto de vista quantitativo, pela contratação de mais servidores e disponibilização de mais recursos, como pela ampliação do acervo ali existente.

7. Realização de Exposição e Documentário sobre o Golpe Civil Militar

A partir da conclusão dos trabalhos, a Cemvob recomenda a realização de uma exposição temporária, cujo material se encontra no Museu de Arte do Espírito Santo-MAES, com imagens já selecionadas para a montagem dos painéis e programação visual da exposição. Recomenda também a produção de um documentário sobre o tema: “O Golpe de 1964 e a ditadura: uma memória para não ser esquecida", que poderá percorrer os diferentes municípios do Estado do Espírito Santo, com objetivo de explicitar o que foi a Ditadura Militar e suas consequências no âmbito da economia, política e supressão dos direitos humanos.

8. Preservação e divulgação da memória das graves violações de direitos humanos

Como parte do processo de valorização de memórias alternativas sobre o período aqui analisado, a Cemvob recomenda ao Governo do Espírito Santo a publicação de seu relatório, bem como o apoio à edição de obras que tenham relação com o tema dos direitos humanos – prioritariamente, mas

não exclusivamente, associados aos anos de 1964-1985. Esse apoio poderia ocorrer, por exemplo, através de editais da Secretaria Estadual de Cultura, como ocorre hoje, ou, ainda, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. Sugere-se também a criação de um hotsite permanente, a ser hospedado no portal do governo do Estado, com o material produzido para a exposição.

9. Projeto Memórias Reveladas

Para maiores informações acessar http://www.an.gov.br/mr, onde se encontra disponibilizado o banco de dados do Projeto Memórias Reveladas com todo o acervo descrito e digitalizado, constituído por correspondências recebidas e expedidas por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, assim como, ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, encaminhamentos, pedidos de busca, protocolos de envio/recebimento de informações. Constam ainda requerimentos, atestados de conduta de ideologia política, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais, recortes de jornais, livros, cartazes e panfletos, bem como dossiês referentes à investigação de pessoas, instituições públicas e privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, fichas policias de identificação contendo informações sobre indivíduos, instituições, investigações, eventos, municípios, entre outras.

ANEXOS

Anexo 1 - Lei de criação da Comissão

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Sexta-feira, 21 de Setembro de 2012

PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA DO ESTADO

LEI

LEI Nº 9.911

Institui a Comissão Estadual da Memória e Verdade.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Estado, a Comissão Estadual da Memória e Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado, ou contra capixabas ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Art. 2º A Comissão Estadual da Memória e Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por 07 (sete) membros, sendo no mínimo 2/3 (dois terços) da sociedade civil, designados por ato do Governador do Estado, entre capixabas de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

§ 1º Não poderão participar da Comissão Estadual da Memória e Verdade aqueles que:

I - exerçam cargos executivos em agremiação partidária;

II - estejam no exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer esfera do Poder Público.

§ 2º Os membros da Comissão serão designados para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período, até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e Verdade.

§ 3º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não sendo remunerada a qualquer título.

Art. 3º Compete à Comissão Estadual da Memória e Verdade:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no artigo 1º;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado, ou contra capixabas, ainda que ocorridos fora do Estado;

III - identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos mencionadas no artigo 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 04.12.1995;

V - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violação de direitos humanos, especialmente, com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18.11.2011;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares de tais violações.

Art. 4º À Comissão Estadual da Memória e Verdade, no exercício de suas competências, compete:

I - receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitado;

II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;

III - convocar, para entrevista ou testemunho, pessoas que possam guardar relação com os fatos e circunstâncias examinados;

IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;

V - promover audiências públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Memória e Verdade;

VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;

VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; e

IX - realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Público.

§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Estadual da Memória e Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.

§ 3º É dever dos servidores públicos estaduais civis e militares colaborar com a Comissão Estadual da Memória e Verdade.

§ 4º As atividades da Comissão Estadual da Memória e

Esta Edição, contém Atos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário
As Matérias publicadas no Diário Oficial, são reproduzidas diretamente dos originais

NESTA EDIÇÃO

Anexo do Poder Executivo com 32 páginas

PODER EXECUTIVO - Nº23.354

CADERNOS	
Executivo	**32 páginas**
Governo	1 a 9
Secretarias	9 a 31
Assembléia Legislativa	-
Licitações	**10 páginas**
Governo	1
Secretarias	1 a 5
Tribunal de Contas	10
Câmaras	5
Prefeituras	5 a 10
Comércio & Indústria	10
Repartições Federais	10
Ministério Público	10
Municipalidades e Outros	**24 páginas**
Câmaras	1
Prefeituras	1 a 11
Repartições Federais	11
Comércio & Indústria	12 a 20
Ministério Público	21 a 22
Tribunal de Contas	23 a 24
Defensoria Pública do Estado	24

PODER JUDICIÁRIO

Caderno do Judiciário	- páginas
Tribunal de Justiça	-
TRE	-
OAB	-
Justiça Federal	-

Verdade não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

§ 5º A Comissão Estadual da Memória e Verdade poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

§ 6º Compete à Secretaria da Casa Civil as ações de reparação simbólica e produção de conhecimento sobre temáticas da Comissão Estadual da Memória e Verdade.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Memória e Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, vida privada, honra ou imagem de pessoas.

Art. 6º A Comissão Estadual da Memória e Verdade atuará de forma articulada e integrada com os órgãos públicos e instituições e articulações sociais, especialmente com:

I - Ministério Público Federal e Estadual;

II - Comissão da Verdade do Estado do Espírito Santo, da Assembleia Legislativa;

III - Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei Federal nº 12.528/11;

IV - Arquivo Público Estadual e Nacional;

V - Comissão de Anistia, criada pela Lei Federal nº 10.559, de 13.11.2002;

VI - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei Federal nº 9.140/95;

VII - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES;

VIII - Comitê Estadual Permanente pela Erradicação da Tortura, Tratamentos Cruéis e Degradantes;

IX - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH;

X - Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS; e

XI - Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Art. 7º A Comissão Estadual da Memória e Verdade poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos internacionais para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 8º A Comissão Estadual da Memória e Verdade terá prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações.

Art. 9º Qualquer pessoa que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada para Comissão Estadual da Memória e Verdade poderá solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

Art. 10. Deve ser encaminhada ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e ao Arquivo Nacional cópia de todo o acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da Comissão ora criada.

Art. 11. O Regimento Interno da Comissão da Memória e Verdade será elaborado por seus membros e aprovado por decreto do Governador do Estado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da sua instalação.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da SEADH.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 20 de Setembro de 2012.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

DECRETOS

DECRETO Nº 1755-S, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa membros representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para compor os Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,** no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição Estadual, bem como consta do processo nº 59356960/2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor os Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, mandato de 2012/2014, nos termos dos artigos 63 e 65 da Lei Complementar nº 282/2004, alterada pela Lei Complementar nº 539/2009, bem como do Decreto nº 2580-R/2010, os membros abaixo relacionados:

I. Conselho Administrativo:

- Representantes do Poder Executivo:
  - Helmut Mutiz D´auvila - titular;
  - Pablo Rodnitzky - suplente.
- Representantes do Poder Judiciário:
  - Silvio Falcão Sperandio - titular;
  - Adriano Vieira Spessimilli - suplente.
- Representantes do Poder Legislativo:
  - Nilson Escopelle Gomes - titular;
  - Júlio César Bassini Chamun - suplente.

II. Conselho Fiscal:

- Representante do Poder Executivo:
  - Giovani Loss Pugnal - titular;
  - Reinaldo Matos Monteiro - suplente.
- Representante o Poder Judiciário:
  - Deyzimar Gonçalves Gomes dos Santos - titular;
  - Valéria Cavati Ribeiro Freitas - suplente.
- Representante do Poder Legislativo:
  - Marly Martha Deprá Bittencourt - titular;
  - José Maria Pimenta - suplente.

Art. 2º Fica designada, nos termos do § 2º do art. 65 da Lei Complementar nº 282/04, Maria Ivonete Bezerra de Sá Thiebaut, para presidir o Conselho Fiscal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 20 dias de setembro de 2012; 191º da Independência; 124º da República; e, 478º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

DECRETO Nº 1756-S, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre o Crédito Suplementar no valor de R$ 324.000,00 para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso III da Lei Nº 9.782, de 03 de janeiro de 2012, e no art. 6º, § 8º, inciso III da Lei nº 9.680, de 27 de julho de 2011 e o que consta do Processo Nº59370084;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 324.000,00 (Trezentos e vinte e quatro mil reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2011 na fonte 0101 – Recursos do Tesouro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 20 de setembro de 2012, 191º da Independência, 124º da República e 478º do início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
ROBSON LEITE NASCIMENTO
Secretário de Estado de Economia e Planejamento
MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda
ENIO BERGOLI DA COSTA
Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
JOSÉ TADEU MARINO
Secretário de Estado da Saúde
RODRIGO COELHO DO CARMO
Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Anexo 2 - Regimento Interno

INCAPER e o CEDRS, disporá sobre os procedimentos complementares a este Decreto.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias de outubro de 2014, 193º da Independência, 126º da República e 480º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
Protocolo 101186

DECRETO Nº 3674-R, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre regras para o processo de recrutamento e seleção para composição da tripulação operativa (piloto e tripulante operacional) que atuará nas aeronaves do Governo do Estado.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e,

Considerando que a Secretaria de Estado da Casa Militar é o órgão de assessoramento responsável pelo planejamento, a coordenação, o controle e a execução das atividades de operações e emprego das aeronaves integrantes da frota do Estado, na forma do Decreto nº 1.226-R/2003, combinado com o Decreto nº 1.137-R/2003;

Considerando o que dispõe a legislação aeronáutica vigente no que tange a operabilidade das aeronaves que atuam nas operações de segurança pública e/ou de defesa civil, na qual dispõe que a tripulação operativa das aeronaves deve ser composta por integrantes dos órgãos de segurança pública;

Considerando a necessidade de integrar os esforços de formação, treinamento e aperfeiçoamento da tripulação operativa, no sentido de proporcionar uma maior economicidade de esforços e recursos e, maior eficiência das ações de operações aéreas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as regras gerais do processo de recrutamento e seleção de candidatos para a tripulação operativa (piloto e tripulante operacional) das aeronaves do Governo do Estado.

Parágrafo único. O planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de operações e emprego das aeronaves, integrantes da frota do Estado, compete à Secretaria da Casa Militar, ficando responsável pela organização, elaboração e execução do processo de recrutamento e seleção para composição da tripulação operativa.

Art. 2º Para seleção o candidato deverá possuir, na data de publicação do edital, um dos seguintes requisitos básicos para se candidatar a uma vaga nos cursos de:
I - Piloto de Helicóptero:
a). ser integrante do quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar;
b). ser Delegado da Polícia Civil.
II - Tripulante Operacional de Helicóptero:
a). ser integrante do quadro de praças combatentes da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiro Militar;
b). ser Investigador da Polícia Civil.

Art. 3º O processo seletivo será desenvolvido nas seguintes etapas:
I - exame Intelectual (eliminatório e classificatório);
II - análise de Documentação Individual (eliminatório);
III - exame Médico (eliminatório);
IV - teste de Aptidão Física (eliminatório);
V - teste de Habilidades Específicas (eliminatório);
VI - avaliação Psicológica (eliminatório).

Art. 4º O detalhamento dos requisitos funcional, disciplinar e das etapas do processo seletivo constará no Edital de abertura do processo de recrutamento e seleção.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias de outubro de 2014, 193º da Independência, 126º da República e 480º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
Protocolo 101187

DECRETO Nº 3675-R, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera inciso XIII do Art. 1º do Decreto nº 3411-R/2013.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição Estadual e, tendo em vista o disposto no processo nº 66362598/2014,

Considerando que a Lei Complementar Federal nº 140/2011 fixa norma para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção ao meio ambiente, dentre outras e que o Art. 13 da referida Lei determina que os empreendimentos e atividades sejam licenciadas ambientalmente por um único ente federativo;

Considerando que o inciso XIII do Art. 1º do Decreto nº 3411-R/2013, prevê como requisito para a concessão ou renovação de Registro de Autorização de Funcionamento - RAF, previsto o Art. 4º da Lei nº 10031/2013, a apresentação do alvará de licenciamento ambiental emitido pelo órgão Estadual e Municipal, em desacordo com o preconizado pela Lei Completar Federal nº 140/2011,

DECRETA:

Art. 1º O inciso XIII do Art. 1º do Decreto nº 3411-R/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º** (.....)
.....
XIII - Licença ambiental concedida pelo órgão ou entidade ambiental competente. "(N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias de outubro de 2014, 193º da Independência, 126º da República e 480º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
Protocolo 101188

DECRETO Nº 3676-R, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Revoga Art. 33 da Resolução nº 004/2014, aprovada pelo nº Decreto nº 3549-R/2014.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta do Processo nº 67364411/14,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Art. 33 da Resolução do 004/2014, do Conselho de Administração da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória - CETURB, aprovada pelo Decreto nº 3549-R, de 27 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias de outubro de 2014, 194º da Independência, 126º da República e 481º do início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
Protocolo 101189

DECRETO Nº 3677-R, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Art. 11, da Lei n.º 9.911, de 20 de setembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, que com este se publica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias de outubro de 2014, 193º da Independência, 126º da República e 480º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB é composta por 07 (sete) membros designados pelo Governador do Estado, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, por igual período.
§ 1º As vagas na Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB dar-se-ão em virtude de falecimento, interdição ou renúncia.
§ 2º Os membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB perderão o mandato caso sejam condenados em processo judicial, em decisão definitiva, cuja natureza seja eticamente incompatível com o exercício da função.

Art. 2º A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB tem como finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas contra qualquer pessoa, no território do Estado do Espirito Santo, ou contra capixabas, ainda que fora do Estado, praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Art. 3º Para a consecução de suas finalidades compete à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB:
I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no art. 2º;
II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, estupros, sequestros, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado do Espirito Santo, ou contra capixabas, ainda que ocorridos fora do Estado;
III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos

humanos, mencionadas no art. 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
V - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violações de direitos humanos, especialmente com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011;
VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas visando prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações e familiares.

Art. 4º A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, para o exercício de sua competência, poderá:
I - receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando for solicitado;
II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;
III - convocar, para entrevista ou testemunho, pessoas que possam guardar relação com os fatos e circunstâncias examinados;
IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;
V - promover audiências públicas;
VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça, em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim;
VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos;
VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos;
IX - criar Relatorias, tantas quanto forem necessárias, podendo estas se referir a fato específico ou tema determinado, vinculados ao objeto da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim;
X - elaborar Relatório Final com as deliberações e conclusões decorrentes dos trabalhos efetivados, encaminhando ao Governador do Estado e dando-lhe a mais ampla publicidade, sem prejuízo de Relatórios Parciais sobre fatos e temas específicos; e
XI - realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.
§ 1º As requisições previstas nos incisos II, VI e VIII serão realizadas diretamente aos órgãos e entidades do Poder Público.
§ 2º Os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo.
§ 3º A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB poderá requerer ao Poder Judiciário acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados necessários para o desempenho de suas atividades.

Art. 5º As atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas.

CAPÍTULO II
DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 6º A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB possuirá uma Coordenação Geral, composta por um Coordenador Geral e por um Secretário Geral, que deverão ser membros da Comissão escolhidos pelos seus pares.

Art. 7º Compete ao Coordenador Geral:
I - representar a Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB perante qualquer órgão ou entidade;
II - convocar e coordenar as reuniões da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, fixando a ordem do dia;
III - indicar Relatores para as Relatorias criadas pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim, nos termos do art. 4º, IX;
IV - assinar os documentos pertinentes à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, especialmente os que tenham abrangência externa; e
V - outras atribuições decorrentes do exercício da função.

Parágrafo único. A representação da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB poderá ser delegada, mediante discussão e aprovação, prévia ou ad referendum, pelos integrantes da Comissão.

Art. 8º Compete ao Secretário Geral:
I - secretariar as reuniões da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, registrando o que se passou;
II - assinar os documentos pertinentes à função;
III - coordenar a Secretaria Executiva e o Grupo Técnico de Assessoramento; e
IV - outras atribuições decorrentes do exercício da função.

Art. 9º Aos membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB é assegurado:
I - tomar lugar nas reuniões ordinárias e extraordinárias, usando da palavra e proferindo voto nas deliberações;
II - ser previamente convocado para as reuniões extraordinárias, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
III - registrar em ata o sentido de seus votos ou opiniões manifestados durante as reuniões;
IV - eleger e ser eleito como Coordenador Geral e Secretário Geral da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB;
V - elaborar projetos, propostas ou estudos relacionados ao objeto da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB e apresentá-los à deliberação;
VI - requerer a inclusão na ordem de trabalhos das reuniões de assunto que entendam dever ser objeto de deliberação e a realização de reuniões extraordinárias;
VII - propor convite a especialistas, representantes de entidades ou autoridades para prestar os esclarecimentos que a Comissão entenda convenientes; e
VIII - obter informações sobre as atividades da Comissão, tendo acesso a atas e a documentos a elas referentes.

Art. 10. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês, extraordinariamente, sempre que convocada.
§ 1º As reuniões ordinárias realizar-se-ão em data, horário e local previamente definidos em calendário anual, considerando-se convocados os integrantes.
§ 2º As reuniões, ordinárias e extraordinárias, realizar-se-ão com a presença de, no mínimo, quatro de seus integrantes.

Art. 11. As deliberações da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB dar-se-ão por maioria simples dos seus membros.
Art. 12. É dever de todo integrante da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB participar ativamente de suas reuniões e demais atividades.

Art. 13. De cada reunião da Comissão será lavrada ata pelo Secretário Executivo ou por quem regularmente o substitua, contendo a data da reunião e o registro sucinto dos debates e das deliberações adotadas.
§ 1º As atas especificarão se as votações foram por maioria ou por unanimidade, devendo constar o número exato dos votos emitidos e o teor de cada um deles.
§ 2º A ata será submetida à aprovação na primeira reunião ordinária seguinte à de sua lavratura.
§ 3º Além das atas das reuniões, será produzido Documento Memória sobre todo o andamento dos atos, fatos e decisões ocorridos e produzidos no âmbito da Comissão, com Relatoria indicada pela Comissão.

Art. 14. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, para a realização de suas atividades, contará com a infraestrutura física e de pessoal do Poder Executivo.

Art. 15. O parecer de toda e qualquer Relatoria será submetido à aprovação dos demais membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, após o que será considerado Deliberação da Comissão.
§ 1º O membro da Comissão que discordar do Parecer do Relator deverá justificar, em Parecer em Separado, às razões da sua discordância.
§ 2º O Parecer em Separado integrará o conjunto da Deliberação da Comissão.

Art. 16. Qualquer pessoa que demonstre interesse em esclarecer situação de fato revelada ou declarada à Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB poderá solicitar ou prestar informações para fins de estabelecimento da verdade.

Art. 17. As Deliberações da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB, bem como toda documentação referenciada, devem ser encaminhadas ao Arquivo Público do Estado do ES e ao Arquivo Nacional.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB poderá firmar parcerias com instituições de ensino superior ou organismos nacionais ou internacionais para desenvolvimento de suas atividades.
Art. 19. O Regimento Interno da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB poderá ser modificado a qualquer tempo, por proposição aprovada pela maioria absoluta de seus membros, em reunião extraordinária com tal item de pauta previamente definido, observado o disposto no art. 20.
Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim - CEMVOB com observância do Decreto.

Protocolo 101190

DECRETO Nº 3678-R, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

TRANSFERIR da Secretaria da Casa Civil - SCV para a Secretaria de Estado do Governo - SEG, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico I, Ref. QC-03.

Vitória, 21 de outubro de 2014.
JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
Protocolo 101191

Anexo 3 - Decreto composição da Comissão

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Terça-feira, 26 de Março de 2013

PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA DO ESTADO

LEI

LEI Nº 9.997

Declara de utilidade pública a Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade – GOLD, situada no Município de Colatina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade - GOLD, situada no Município de Colatina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, 25 de março de 2013.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

DECRETOS

DECRETO Nº 551-S, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Designar membros para compor a Comissão Estadual da Memória e Verdade.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta no Art. 2º da Lei 9.911/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Estadual da Memória e Verdade, constante da Lei 9.911/2012, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial de 21 de setembro de 2012:

- Agesandro da Costa Pereira;
- Eugênia Célia Raizer;
- Francisco Aurélio Ribeiro;
- Jeanne Bilich;
- João Baptista Herkenhoff;
- Júlio César Pompeu;
- Sebastião Pimentel Franco.

Art. 2º O Coordenador do Grupo da Comissão de que trata o Art. 1º, será escolhido, em reunião, pelos seus membros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 25 dias de março de 2013, 192º da Independência, 125º da República e 479º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

DECRETO Nº 552-S, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Abre à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho o Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida art. 6º, inciso V, alínea "b" da Lei Nº 9.979, de 15 de janeiro de 2013, e o que consta do Processo Nº 61726605;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho o Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo 1º, serão provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 25 de março de 2013, 192º da Independência, 125º da República e 479º do início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado
ROBSON LEITE NASCIMENTO
Secretário de Estado de Economia e Planejamento
MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda
JADIR JOSÉ PELA
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

R$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
32.000	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO			
32.202	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO			
1912208000.422	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO			
	Despesas de Exercícios Anteriores	3.1.91.92.00	0101	10.000
		TOTAL		10.000

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO II - ANULAÇÃO

R$1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
32.000	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO			
32.202	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO			
1912208002.424	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO	3.1.90.11.00	0101	10.000
		TOTAL		10.000

DERETO Nº 553-S, DE 25 DE MARÇO DE 2013.

Abre à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos o Crédito Suplementar no valor de R$ 220.000,00 para o fim que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 91, inciso III da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 6º, inciso I da Lei Nº 9.979, de 15 de janeiro de 2013, e o que consta do Processo Nº 61390860;

Esta Edição, contém Atos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário
As Matérias publicadas no Diário Oficial, são reproduzidas diretamente dos originais

NESTA EDIÇÃO

PODER EXECUTIVO - Nº 23.476

CADERNOS

Executivo	**48 páginas**
Governo	1 a 5
Secretarias	5 a 48
Assembléia Legislativa	-
Licitações	**12 páginas**
Tribunal de Contas	12
Secretarias	1 a 5
Assembléia Legislativa	11 a 12
Câmaras	6
Prefeituras	6 a 10
Comércio & Indústria	10 a 11
Repartições Federais	11
Ministério Público	18
Municipalidades e Outros	**32 páginas**
Câmaras	1
Prefeituras	1 a 10
Repartições Federais	-
Comércio & Indústria	11 a 24
Ministério Público	24 a 28
Tribunal de Contas	29 a 31
Defensoria Pública do Estado	31

PODER JUDICIÁRIO - Nº 22.286

Caderno do Judiciário	**- páginas**
Comarca da Capital	31
TRE	-
OAB	-
Justiça Federal	-

Anexo 4 - Decreto de prorrogação da Comissão e recondução dos membros

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

www.dio.es.gov.br | Vitória (ES), Sexta-feira, 20 de Março de 2015 | Edição N°23966

PODER EXECUTIVO

Governadoria do Estado

Decretos

DECRETO Nº 518-S, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Renova o prazo de vigência da Comissão Estadual da Memória e Verdade com a recondução dos membros designados pelo Decreto nº 551-S, de 25 de março de 2013.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III da Constituição Estadual, em conformidade com as disposições constantes do Art. 8º da Lei 9.911/2012; e, considerando a importância da continuidade das ações em curso para conclusão dos trabalhos,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovado por 2 anos, a partir do dia 26 de março de 2015, o prazo instituído pela Lei nº 9.911/2012 para desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Estadual da Memória e Verdade.

Art. 2º Os membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade, designados pelo Decreto nº 551-S, de 25/03/2013, ficam reconduzidos às respectivas funções.

- Agesandro da Costa Pereira;
- Eugênia Célia Raizer;
- Francisco Aurélio Ribeiro;
- Jeanne Bilich;
- João Baptista Herkenhoff;
- Júlio César Pompeu;
- Sebastião Pimentel Franco.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Anchieta, em Vitória, aos 19 dias de março de 2015, 194º da Independência, 127º da República e 481º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado
Protocolo 137767

RESUMO DOS ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO.

DECRETO Nº 519-S, DE 19.03.2015.
CESSAR OS EFEITOS do Decreto nº 274-S, publicado no Diário Oficial de 27/01/2015, que designou **IGOR VIEIRA MACEDO** para responder pelo cargo de Coordenador Estadual Sobre Drogas.
Protocolo 137770

DECRETO Nº 520-S, DE 19.03.2015
NOMEAR, de acordo com o artigo 12, inciso II, da Lei Complementar n.º 46, de 31 de janeiro de 1994, **GILSON GIUBERTI FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Estadual Sobre Drogas, Ref. QCE 01, da Vice-Governadoria do Estado.
Protocolo 137771

DECRETO Nº 521-S, DE 19.03.2015
NOMEAR, de acordo do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **BRUNO AGUILAR SOARES**, nº funcional 616762, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Area Fiscal, Ref. QC-04, da Secretaria de Estado da Fazenda.
Protocolo 137774

DECRETO Nº 522-S, DE 19.03.2015
NOMEAR, de acordo do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **CARLOS HEUGENIO DUARTE CAMISÃO**, nº funcional 275260, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente Fiscal, Ref. QCE-03, da Secretaria de Estado da Fazenda.
Protocolo 137775

DECRETO Nº 523-S, DE 19.03.2015.
NOMEAR, de acordo do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **RICARDO ZANETTI LONDON**, nº funcional 3600750, para exercer o cargo de provimento em comissão de Subgerente da Dívida Ativa, Ref. QCE-05, da Secretaria de Estado da Fazenda.
Protocolo 137776

DECRETO Nº 524-S, DE 19.03.2015.
NOMEAR, de acordo do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **LUCIO BERILLI MENDES**, nº funcional 239401, para exercer o cargo de provimento em comissão de Subgerente Fiscal/Região Sul, Ref. QCE-05, da Secretaria de Estado da Fazenda.
Protocolo 137777

DECRETO Nº 525-S, DE 19.03.2015
NOMEAR, nos termos do art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **REGINA COELI GONÇALVES SILVA ROCHA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Ref. QCE-03, da Secretaria de Estado da Educação.
Protocolo 137778

DECRETO Nº 526-S, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para integrar o Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF, nos termos do seu Regimento Interno, na condição de titular, o Auditor Fiscal da Receita Estadual **Wilson Alves Mauro**, como membro representante da Secretaria de Estado da Fazenda, em decorrência da renúncia do Conselheiro Gustavo Assis Guerra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 31 de dezembro de 2015.
Palácio Anchieta, em Vitória, aos 19 dias de março de 2015, 194º da Independência, 127º da República e 481º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado
Protocolo 137779

Secretaria de Estado do Governo - SEG -

PORTARIA Nº 01-R DE 19 DE MARÇO DE 2015.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO GOVERNO**, no uso das atribuições legais instituídas pela Lei Complementar nº 172, de 31/12/1999, no art. 5º, e pela Constituição Estadual, no art. 98; e considerando-se os seguintes aspectos:
-a relevância da completude e da clareza das informações que constituem os autos dos processos administrativos, para subsidiar a tomada de decisão;
-a necessidade de racionalizar e otimizar o tempo dispendido para efetivar as deliberações dos processos encaminhados à Secretaria de Estado de Governo - SEG;
-a importância de inserção de informações objetivas e suficientes para evidenciar o atendimento ao interesse público em consonância com os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir requisitos básicos de instrução processual dos processos administrativos submetidos à apreciação e deliberação da Secretaria de Estado de Governo - SEG.
Art. 2º O encaminhamento dos processos administrativos à SEG deverá observar o tempo hábil, necessário à viabilização dos procedimentos de controles internos, inerentes à tramitação de documentos; análise e avaliação da demanda constante dos autos; e, deliberação pertinente.
Art. 3º A instrução dos autos deverá conter os documentos e informações suficientes para evidenciar os seguintes aspectos relacionados ao objeto da demanda:
1) a descrição objetiva e clara da demanda;
2) a motivação correspondente ao atendimento ao interesse público;
3) os resultados esperados;
4) os custos inerentes ao objetivo a ser atendido, quando aplicável;
5) os recursos orçamentários previstos para a realização, quando aplicável;
6) os fundamentos legais aplicáveis;
7) manifestação expressa do gestor do órgão/entidade sobre a conveniência e oportunidade do atendimento à demanda.
Parágrafo único. A ausência dos elementos suficientes para subsidiar a decisão, à luz do interesse público, ensejará o retorno dos autos ao órgão/entidade de origem para complementação das informações, o que poderá impactar negativamente no tempo de atendimento à solicitação.
Art. 4º Com o objetivo de facilitar a instrução processual, em relação aos requisitos referidos no art. 3º, os processos submetidos à SEG para apreciação e deliberação, deverão utilizar o modelo de Documento de Instrução Processual - DIP, anexo a esta portaria.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Vitória (ES), 19 de março de 2015.

ANGELA MARIA SOARES SILVARES
Secretária de Estado do Governo
Protocolo 137772

Anexo 5 - Seminário "O Golpe de 64: 50 Anos Depois"

Seminário

O GOLPE DE 64

50 ANOS DEPOIS

Programação

Dia 20/11 (Quinta-feira)

16h – Abertura

***Agesandro da Costa Pereira**- Coordenador Geral da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bonfim- CEMVOB.*

16h15 às 18h – Mesa Redonda: Golpe de 64 e Regime Civil-Militar: Aspectos Políticos Institucionais

***Valter Pires Pereira (UFES/ES):** O Golpe de 64 e a Institucionalização do Regime Militar.*
***Alexandre Caetano (Jornalista e Historiador – UFES/ES):** O Movimento Estudantil Capixaba e a Reforma Universitária da Ditadura: 1964-1968.*
***Ueber José de Oliveira (UFES):** A Configuração Político-Partidária do Espírito Santo, no Contexto do Regime Militar.*
*Mediador: **Pedro Ernesto Fagundes (UFES/ES)***

19h às 21h – Mesa redonda: O Fechamento do Regime: O Papel da Imprensa e da Guerrilha Armada

***Pedro Ernesto Fagundes (UFES/ES):** O aparato repressivo do Espírito Santo durante a Ditadura Militar (1964-1985)*
***Vitor Amorim de Angelo (UVV/ES):** Natureza e Significado da Luta Armada Contra a Ditadura.*
***Dinorah Lopes Rubim Almeida:** As Diferentes Memórias da Guerrilha do Caparaó.*
*Mediador: **Valter Pires Pereira (UFES/ES)***

Dia 21/11 (Sexta-feira)

17h30 às 18h30- Palestra: Resgatando Memórias de quem faz História.

***Perly Cipriano**- Vida e Militância na Clandestinidade.*

18h30 às 20h – Palestra: O Processo de Abertura Política, a Anistia e a Transição Inconclusa.

Carlos Fico (UFRJ)

*Mediador: **Vitor Amorim de Ângelo (UVV/ES)***

Local

Sala 32, IC IV, Andar Superior- Universidade Federal do Espírito Santo-Campus de Goiabeiras

Realização

Comissão Estadual
Memória e Verdade
Orlando Bonfim

Apoio

UFES 60 anos

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DA CULTURA SECRETARIA DE GOVERNO

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO CRESCER É COM A GENTE